PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
ESCOLA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA

KEVIN WILLIAN KOSSAR FURTADO

POR UMA TEOLOGIA ADVENTISTA DIALÓGICA: LEITURA DAS CRENÇAS FUNDAMENTAIS DA IGREJA ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA EM PERSPECTIVA ECUMÊNICA E INTER-RELIGIOSA

CURITIBA
2020

KEVIN WILLIAN KOSSAR FURTADO

POR UMA TEOLOGIA ADVENTISTA DIALÓGICA: LEITURA DAS CRENÇAS FUNDAMENTAIS DA IGREJA ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA EM PERSPECTIVA ECUMÊNICA E INTER-RELIGIOSA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teologia. Área de concentração: Teologia sistemático-pastoral, da Escola de Educação e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Teologia.

Orientador: Prof. Dr. Elias Wolff

CURITIBA

2020

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central
Pamela Travassos de Freitas – CRB 9/1960

F992p
2020

Furtado, Kevin Willian Kossar
Por uma teologia adventista dialógica : leitura das crenças fundamentais da Igreja Adventista do Sétimo Dia em perspectiva ecumênica e inter-religiosa / Kevin Willian Kossar Furtado ; orientador: Elias Wolff. – 2020
370 f. ; 30 cm

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2020.
Bibliografia: f. 342-370

1. Teologia. 2. Adventista. 3. Diálogos. 4. Igreja Adventista do Sétimo Dia. 5. Movimento ecumênico. 6. Pluralismo religioso. 7. Religiões – Relações. 8. Unidade cristã. I. Wolff, Elias. II. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Pós-Graduação em Teologia. III. Título.

CDD 20. ed. – 262.0011

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
Escola de Educação e Humanidades
Programa de Pós-Graduação em Teologia
Mestrado e Doutorado

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE EXAME DE TESE Nº.006.2020
DEFESA PÚBLICA DE TESE DE DOUTORADO DE TEOLOGIA

Kevin Willian Kossar Furtado

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, às quatorze horas reuniu-se na sala pós 8 da Escola de Educação e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, a banca examinadora constituída pelos professores: Elias Wolff, Allan Macedo de Novaes, Breno Martins Campos, Cesar Augusto Kuzma, Alex Villas Boas, Rudolf von Sinner para examinar a Tese do candidato Kevin Willian Kossar Furtado ingressante no Programa de Pós-graduação em Teologia - Doutorado, no ano de 2016, Área de concentração: Teologia Sistemático-Pastoral- Linha de Pesquisa: Teologia, Evangelização e Diversidade Religiosa. O doutorando apresentou a Tese intitulada: Por uma teologia adventista dialógica: leitura das crenças fundamentais da Igreja Adventista do Sétimo Dia em perspectiva ecumênica e inter-religiosa. O candidato fez uma exposição sumária da Tese, em seguida procedeu-se à arguição pelos Membros da Banca e, após a defesa, o candidato foi APROVADO COM LOUVOR pela Banca Examinadora. A sessão encerrou-se às 17 h 50 min. Para constar, lavrou-se apresente Ata, que vai assinada pelos Membros da Banca Examinadora. A avaliadora participou da banca de Defesa de Tese por videoconferência e está de acordo com termos acima descritos.

Observações: A tese foi discutida e aprovada com louvor.

Prof. Dr. Elias Wolff Elias Wolff
Presidente/Orientador

Prof. Dr. Alex Villas Boas — Participação por videoconferência
Convidado Interno

Prof. Dr. Rudolf von Sinner
Convidado Interno

Prof. Dr. Allan Macedo de Novaes
Convidado Externo

Prof. Dr. Breno Martins Campos — Participação por videoconferência
Convidado Externo

Prof. Dr. Cesar Augusto Kuzma — Participação por videoconferência
Convidado Externo

Prof. Dr. Rudolf von Sinner
Coordenador
Programa de Pós-Graduação em Teologia
PUCPR

Prof. Dr. Rudolf Eduard von Sinner
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Teologia *Stricto Sensu*

Programa de Pós-Graduação em Teologia PUCPR

À memória de João de Jesus Rodrigues.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Aos seus coordenadores entre 2016 e 2020, professores doutores Agenor Brighenti, Alex Villas Boas e Rudolf von Sinner.

À sua secretária, Cristina Viveiros Balbino.

Ao professor doutor Elias Wolff, orientador da tese.

Aos professores doutores Antônio José de Almeida, Luiz José Dietrich e Marcial Maçaneiro.

Aos integrantes das bancas – ecumênicas – de qualificação e defesa, professores doutores Alex Villas Boas (católico da PUCPR), Rudolf von Sinner (luterano da PUCPR), Allan Macedo de Novaes (adventista do UNASP), Breno Martins Campos (luterano da PUC-Campinas) e Cesar Kuzma (católico da PUC-Rio).

Aos colegas Ana Beatriz, Carmélia, Cleverton, Eliseu, Luciano, Marcos, Maycon, Raquel, Solange e Thiago.

Aos colegas docentes do Departamento de Jornalismo e aos estudantes do curso de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

À amiga professora doutora Karina Janz Woitowicz. Aos amigos professores doutores Marcelo Engel Bronosky, Rafael Schoenherr e Sérgio Luiz Gadini.

Ao Movimento Ecumênico de Curitiba.

À Dilene.

Aos amigos Letícia e Rodolfo.

Aos meus pais, Deodoro e Leucia.

Ao meu avô João.

Às teologias ecumênica e da libertação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

“Toda teologia ou é libertadora ou nem é teologia. Deve realizar a libertação em todos os níveis: desde a intimidade de cada pessoa até atingir o coração das estruturas de todo um sistema social opressor. Isto não se realiza apenas por meio de convicções intelectuais profundas. Deve-se chegar a atitudes concretas, pois são estas que modificam a realidade. E as transformações da realidade exigem mais que atitudes concretas e voluntaristas. Pedem sensibilidade para a viabilidade histórica, atenção às condições objetivas e criação de mediações operativas.” (BOFF, 2014b, p. 97).

RESUMO

A tese apresenta o potencial dialógico e as referências teológicas da Igreja Adventista do Sétimo Dia (IASD) que viabilizam sua integração no diálogo com outras igrejas e religiões, sem renúncia de sua identidade eclesial. Além das Escrituras, e com o auxílio da teologia ecumênica, três obras embasam e fundamentam a leitura das crenças fundamentais da Igreja Adventista em perspectiva ecumênica e inter-religiosa – *Nisto cremos: as 28 crenças fundamentais da IASD*; *Declarações da Igreja: aborto, assédio sexual, homossexualismo* (sic), *clonagem, ecumenismo e outros temas atuais*; e *Tratado de teologia: adventista do sétimo dia*. Por meio de pesquisa teórico-bibliográfica, explicita-se a dialogicidade presente na história e teologia da Igreja Adventista, observada no surgimento interconfessional do movimento milerita e na fundação da IASD, nos seus referenciais da natureza dinâmica do conceito de "verdade presente", da contrariedade aos credos fixos e da apreensão da fé em progressão, nas revisões de crenças ocorridas na Assembleia da Associação Geral de 1888 e na produção do *Questions on doctrine* na década de 1950, e os desafios e possibilidades da autorreferenciação de Igreja remanescente para a ação dialógica dos adventistas; discute-se a compreensão de unidade e suas implicações ecumênicas para a IASD, suas resistências histórico-teológicas e objeções quanto ao diálogo ecumênico e inter-religioso, os fundamentos bíblicos da unidade cristã e da teologia ecumênica, o problema da indiferença ecumênica, o diálogo na dinâmica entre confessionalidade, interconfessionalidade e transconfessionalidade como método para uma eclesiologia ecumênica, e a espiritualidade ecumênica e sua práxis na conversão e renovação interior, no diálogo e no serviço; analisam-se as declarações e avaliações da Igreja Adventista sobre o movimento ecumênico e o diálogo inter-religioso, as diretrizes da IASD e os conselhos do espírito de profecia adventista para orientar o relacionamento dos membros com as demais igrejas, religiões e suas organizações e lideranças, e a reflexão teológica a respeito do ecumenismo e do diálogo inter-religioso empreendida na *Revista Adventista* entre os anos de 1906 e 2018. A partir das convergências e dos referenciais, equívocos e incompreensões da IASD sobre o ecumenismo e o diálogo inter-religioso, confrontam-se e contrapõem-se a teologia adventista, a declaração sobre o movimento ecumênico e o material examinado na *Revista Adventista* com a bibliografia especializada da teologia ecumênica e do diálogo inter-religioso para concluir-se com vinte proposições ao diálogo da Igreja Adventista com outras igrejas, os judeus e os muçulmanos, baseadas nos elementos comuns do ser cristão compartilhados pela IASD, no princípio do cuidado com a criação, no atendimento às necessidades humanas e nas proximidades existentes com o judaísmo e o islamismo. Considera-se que, do conjunto das proposições, a articulação elaborada pela teologia adventista entre as crenças da criação e do sábado, observada na práxis dos adventistas na promoção de um dia semanal para descanso do corpo e do planeta, e para comunhão dos seres humanos entre si e com o divino, possui maior potencial na construção de relações dialogais da Igreja Adventista com outras igrejas e religiões.

Palavras-chave: Ecumenismo. Diálogo inter-religioso. Igreja Adventista do Sétimo Dia. Revista Adventista. Teologia ecumênica.

ABSTRACT

This thesis presents the dialogical potential and the theological references from the Seventh-day Adventist Church (SDA) that make its integration at the ecumenical and interreligious dialogue viable, without resigning its ecclesial identity. Besides the Scriptures, and with the help of ecumenical theology, three works found and ground the reading of fundamental beliefs of the Adventist Church from in an ecumenical and interreligious perspective – *Nisto cremos: as 28 crenças fundamentais da IASD*; *Declarações da Igreja: aborto, assédio sexual, homossexualismo* (sic), *clonagem, ecumenismo e outros temas atuais*; and *Tratado de teologia: adventista do sétimo dia*. By means of theoretical-bibliographic research, the study proves the dialogicity that is present in the history and theology of the Adventist Church, which can be observed during the emergence interconfessional of the Millerite movement and the foundation of the SDA, in its references of the dynamic nature of the concept of "present truth", of the contrariety against fixed creeds and of the apprehension of the faith in progression, the review of beliefs ocurried during the General Conference Session of 1888 and the production of *Questions on doctrine* during the 1950s, and the challenges and possibilities of self-referencing remanescent Church towards the dialogical action of the Adventists; this thesis also discusses the comprehension of unity and the ecumenical implications for the SDA, its historical and theological barriers and the objection concerning the ecumenical and interreligious dialogue, the biblical foundations of Christian unity and of the ecumenical theology, the issue of ecumenical indifference, the dialogue in the dynamics between confessionality, interconfessionality and transconfessionality as method for an ecumenical ecclesiology, and the ecumenical spirituality and its praxis in interior conversion and renewal, in dialogue and in service; there are also analysis the statements and evaluations of the Adventist Church about the ecumenical movement and interreligious dialogue, the guidelines of the SDA and the advices from the spirit of prophecy to guide the relationship of members with other churches, religions and their organizations and leaders, and theological reflection concerning ecumenism and interreligious dialogue promoted by the *Revista Adventista* from 1906 to 2018. Taking into consideration the convergences and the references, misconceptions and misunderstandings the SDA holds when it comes to ecumenism and interreligious dialogue, the present thesis confronts and compares the Adventist theology, the declaration on the ecumenical movement and the material examined in the *Revista Adventista* with the specialized bibliography of ecumenical theology and interreligious dialogue to conclude with twenty propositions, using the assumptions of the action research, concerning the dialogue between the Adventist Church and other churches, Jews and Muslims, based in common elements of being Christian shared by the SDA, in the principle of caring about the creation, in providing the basic human needs and the similarities with the Judaism and Islamism. It is considered that from the set of propositions, the articulation elaborated by the Adventist theology among beliefs of the creation and the Sabbath, that is observed in the praxis of Adventists of promoting a weekly day for the rest of the body and the planet, and for the communion between human beings and the divine, holds a bigger potential in terms of the constructing dialogical relations between the Adventist Church and other churches and religions.

Keywords: Ecumenism. Interreligious dialogue. Seventh-day Adventist Church. Revista Adventista. Ecumenical theology.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADRA	Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais
AG	Associação Geral da Igreja Adventista do Sétimo Dia
AM	Associação Ministerial da Associação Geral dos Adventistas do Sétimo Dia
ASP	Comissão de Ecumenismo e Diálogo Religioso da Arquidiocese de São Paulo
CFC	Comissão de Fé e Constituição do Conselho Mundial de Igrejas
CLAI	Conselho Latino-Americano de Igrejas
CMI	Conselho Mundial de Igrejas
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNI	Conselho Nacional de Igrejas de Cristo nos Estados Unidos
CONIC	Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil
CTI	Comissão Teológica Internacional
DA	Diálogo e anúncio
DH	Declaração *Dignitatis humanae* sobre a liberdade religiosa
DM	A Igreja e as outras religiões: diálogo e missão
EG	Exortação apostólica *Evangelii gaudium* sobre o anúncio do evangelho no mundo atual
ES	Carta encíclica *Ecclesiam suam* sobre os caminhos da Igreja
FCBA	Comissão Consultiva Teológica da Federação de Conferências de Bispos Asiáticos
FIUC	Federação Internacional das Universidades Católicas
FLM	Federação Luterana Mundial
GS	Constituição pastoral *Gaudium et spes* sobre a Igreja no mundo de hoje
IASD	Igreja Adventista do Sétimo Dia
IRLA	Associação Internacional de Liberdade Religiosa
LG	Constituição dogmática *Lumen gentium* sobre a Igreja
LS	Carta encíclica *Laudato si'* sobre o cuidado da casa comum
NA	Declaração *Nostra aetate* sobre a relação da Igreja com as religiões não cristãs
PCB	Pontifícia Comissão Bíblica
PCPUC	Pontifício Conselho para a Promoção da Unidade dos Cristãos
RM	Carta encíclica *Redemptoris missio* sobre a validade permanente do mandato missionário
SOUC	Semana de Oração pela Unidade Cristã
UR	Decreto *Unitatis redintegratio* sobre o ecumenismo
UUS	Carta encíclica *Ut unum sint* sobre o empenho ecumênico

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 14
2 CRENÇAS EM REFORMA NO PERCURSO HISTÓRICO-TEOLÓGICO DA IGREJA ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA 22
2.1 RAÍZES TEOLÓGICAS E INTERDENOMINACIONAL DO ADVENTISMO..... 22
2.1.1 A natureza dinâmica da "verdade presente" entre os adventistas 29
2.2 CONTRARIEDADE AOS CREDOS FIXOS..... 31
2.3 COMPREENSÃO DA FÉ EM PROGRESSÃO..... 35
2.4 REVISÃO DE CRENÇAS NA ASSEMBLEIA DA ASSOCIAÇÃO GERAL DOS ADVENTISTAS DE 1888 38
2.5 RECONHECIMENTO EVANGÉLICO COM O QUESTIONS ON DOCTRINE ... 46
2.6 IGREJA REMANESCENTE COMO PARTICULARIDADE ADVENTISTA E A SUA MISSÃO FINAL: O ANÚNCIO DAS TRÊS MENSAGENS ANGÉLICAS 55
2.6.1 A primeira mensagem angélica 67
2.6.2 A segunda mensagem angélica 68
2.6.3 A terceira mensagem angélica 69
2.6.4 O cenário profético adventista para o fim dos tempos..... 70
2.6.5 A identidade da Igreja remanescente e o protoexclusivismo adventista 72
3 UNIDADE PARA A IGREJA ADVENTISTA E NA TEOLOGIA ECUMÊNICA 79
3.1 A UNIDADE NA TEOLOGIA ADVENTISTA..... 79
3.1.1 Implicações ecumênicas da unidade para a Igreja Adventista 83
3.2 O SIGNIFICADO DE ECUMENISMO 87
3.3 OS FUNDAMENTOS DA UNIDADE CRISTÃ NA TEOLOGIA ECUMÊNICA.. 96
3.4 O PROBLEMA DA INDIFERENÇA ECUMÊNICA 98
3.5 O MÉTODO DA ECLESIOLOGIA ECUMÊNICA..... 106
3.6 O IMPERATIVO E A FUNDAMENTAÇÃO BÍBLICA DA UNIDADE..... 109
3.6.1 A unidade cristã nos evangelhos 109
3.6.2 A unidade da Igreja no pensamento de Paulo 117
3.7 ESPIRITUALIDADE ECUMÊNICA COMO PRÁXIS DO DIÁLOGO..... 120
3.7.1 Conversão, diálogo e serviço como dimensões da espiritualidade ecumênica . 129
4 O ECUMENISMO E O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO NA TEOLOGIA E DECLARAÇÕES DA IGREJA ADVENTISTA 134

4.1 O RELACIONAMENTO DA IGREJA ADVENTISTA COM ORGANIZAÇÕES ECUMÊNICAS 134
4.2 DECLARAÇÃO ADVENTISTA SOBRE O MOVIMENTO ECUMÊNICO 137
4.2.1 A compreensão ecumênica de unidade, crença, Escrituras, missão e liberdade religiosa na avaliação adventista 139
4.2.2 A cooperação adventista com o movimento ecumênico 143
4.2.3 Orientações para o relacionamento dos adventistas com outras igrejas e organizações religiosas 145
4.3 O ECUMENISMO E O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO NA REVISTA ADVENTISTA 148
4.3.1 A Revista Adventista no Brasil 150
4.3.2 Metodologia de análise do ecumenismo e do diálogo inter-religioso na Revista Adventista 152
4.4 O ECUMENISMO NA REVISTA ADVENTISTA 155
4.4.1 O ecumenismo como um dos sinais do fim do mundo 155
4.4.2 O ecumenismo e a deformação da identidade da Igreja 162
4.4.3 O ecumenismo e o significado de unidade para os adventistas 163
4.4.4 Razões da recusa adventista em se unir ao movimento ecumênico 165
4.4.5 Críticas ao envolvimento político e social do movimento ecumênico 168
4.4.6 O ecumenismo como aliança contra minorias religiosas 168
4.4.7 O ecumenismo como restauração do domínio católico sobre o mundo 169
4.4.8 O ecumenismo como falsa união de igrejas 169
4.4.9 Esclarecimentos sobre a relação da Igreja Adventista com outros organismos cristãos 170
4.5 O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO NA REVISTA ADVENTISTA 170
4.5.1 O diálogo inter-religioso em conflito com a exclusividade cristã 170
4.5.2 Aspectos positivos do relacionamento da Igreja Adventista com outras igrejas e religiões 171
5 CONTRAPOSIÇÕES E CONVERGÊNCIAS À COMPREENSÃO DE ECUMENISMO E DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO DA IGREJA ADVENTISTA 174
5.1 FONTE DO DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO 174
5.2 O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO PARA A CONSTRUÇÃO DA PAZ 175

5.3 O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO NAS ESCRITURAS 180
5.4 RAZÕES DO DIÁLOGO 186
5.5 AGENDAS, FINALIDADE E FORMAS DE DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO ... 194
5.6 A ESPIRITUALIDADE DO DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO 200
5.7 CONFRONTO DAS TEOLOGIAS ADVENTISTA, ECUMÊNICA E DO DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO 207
5.7.1 O ecumenismo e a perspectiva adventista do fim dos tempos 207
5.7.2 O ecumenismo e a identidade adventista 213
5.7.3 As bases da unidade da Igreja 220
5.7.4 A legitimidade do separatismo cristão 224
5.7.5 A compreensão ecumênica das crenças denominacionais 225
5.7.6 A compreensão ecumênica da Bíblia, a normatividade e autoridade das Escrituras 226
5.7.7 A compreensão ecumênica de missão e evangelismo 227
5.7.8 O envolvimento do movimento ecumênico em questões políticas e sociais 228
5.7.9 A compreensão ecumênica de liberdade religiosa e os direitos humanos 230
5.7.10 A presença adventista em organismos ecumênicos 231
5.7.11 O ecumenismo e as minorias religiosas 232
5.7.12 O ecumenismo e o proselitismo religioso 232
5.7.13 O diálogo e a superação de preconceitos 233
5.7.14 O diálogo inter-religioso e a manutenção das identidades religiosas 234
5.7.15 Abertura adventista ao diálogo com outras igrejas e religiões 235
6 PROPOSIÇÕES AO DIÁLOGO ADVENTISTA COM OUTRAS IGREJAS E RELIGIÕES 238
6.1 AS PARTICULARIDADES DE CADA DIÁLOGO 238
6.2 AS RIQUEZAS DE CADA IGREJA 240
6.3 ELEMENTOS COMUNS DO SER CRISTÃO COMPARTILHADOS PELA IGREJA ADVENTISTA 247
6.3.1 As Escrituras Sagradas 255
6.3.2 A Trindade 257
6.3.2.1 Deus Pai 258
6.3.2.2 Deus Filho 259
6.3.2.3 Deus Espírito Santo 260
6.3.3 Vida, morte e ressurreição de Cristo 262

6.3.4 A Igreja **263**
6.3.5 A unidade **267**
6.3.6 O batismo **267**
6.3.7 A ceia do Senhor **271**
6.3.8 Dados escatológicos comuns **273**
6.3.9 O cuidado com a criação **275**
6.3.10 O atendimento às necessidades humanas a partir do diálogo **282**
6.4 ELEMENTOS, INTUIÇÕES E PERSPECTIVAS AO DIÁLOGO ADVENTISTA INSPIRADAS NO DECRETO UNITATIS REDINTEGRATIO, NA DECLARAÇÃO NOSTRA AETATE E NO DIÁLOGO CATÓLICO-PENTECOSTAL 285
6.4.1 Considerações e contribuições da Unitatis redintegratio para o diálogo da Igreja Adventista outros cristãos **286**
6.4.1.1 Uma única Igreja 286
6.4.1.2 Unidade no batismo, na Palavra e na fé 287
6.4.1.3 Bases do movimento ecumênico 288
6.4.1.4 A oração pela unidade dos cristãos 290
6.4.1.5 O conhecimento do outro 290
6.4.1.6 O empreendimento de esforços em comum entre os cristãos 291
6.4.1.7 Fundamentos para o diálogo entre as diferentes igrejas 292
6.4.1.8 Os cristãos e o sofrimento humano, e a Palavra como fonte da virtude cristã 294
6.4.1.9 O trabalho em prol da unidade 295
6.4.2 Considerações e contribuições da Nostra aetate para o diálogo da Igreja Adventista com outras religiões **295**
6.4.2.1 O trabalho pela liberdade religiosa 295
6.4.2.2 Respostas para os questionamentos humanos 296
6.4.2.3 Outras religiões e o caso dos muçulmanos 296
6.4.2.4 Os judeus 297
6.4.3 Considerações e contribuições do diálogo católico-pentecostal para o diálogo da Igreja Adventista com outros cristãos **298**
6.4.3.1 Ações conjuntas em torno do estudo comum da Bíblia 300
6.4.3.2 O atendimento às necessidades humanas no estudo e ações comuns em questões éticas e sociais 302
6.4.3.3 Missão e evangelização na perspectiva do diálogo e o papel das mulheres no ministério 306

6.4.3.4 A promoção da liberdade religiosa 311
6.5 APROXIMAÇÕES ENTRE CRISTIANISMO, JUDAÍSMO E ISLAMISMO 314
6.6 PROXIMIDADES E PROPOSIÇÕES AO DIÁLOGO ADVENTISTA COM JUDEUS 316
6.7 PROXIMIDADES E PROPOSIÇÕES AO DIÁLOGO ADVENTISTA COM MUÇULMANOS 322
7 CONCLUSÃO 327
REFERÊNCIAS 342

1 INTRODUÇÃO

A Igreja Adventista do Sétimo Dia (IASD),[1] maior denominação adventista surgida no despertar para o advento da primeira metade do século XIX nos Estados Unidos, embora possua raízes teológicas imediatas em uma das expressões do movimento interdenominacional da época, o milerismo, entende-se em sucessão apostólica com as doutrinas e mensagem da Igreja neotestamentária e em conformidade com os princípios básicos da Reforma protestante do século XVI. Ainda que professe não possuir outro credo senão a Bíblia, a Igreja Adventista afirma 28 crenças fundamentais, muitas compartilhadas com outros cristãos, como a Trindade, a salvação pela fé em Jesus Cristo e a autoridade das Escrituras (BEACH, 2005, p. 609; NAVARRO, 2006, p. 12; TIMM, 2008a, p. 15). A IASD enfatiza a interpretação historicista das profecias bíblicas referentes aos eventos últimos da história humana e da segunda vinda de Cristo, o pré-milenismo evangélico e o princípio dia-ano de interpretação das profecias simbólicas (TIMM, 2008a, p. 15).

Definindo-se como uma organização religiosa protestante conservadora, a Igreja Adventista possui como única regra de fé e crenças as Escrituras (NAVARRO, 1995, p. 80; NAVARRO, 2006, p. 12; VYHMEISTER, 2011, p. 1), centraliza-as em Jesus Cristo, enfatiza sua morte expiatória, seu ministério no santuário celestial e sua promessa de iminente retorno. Os adventistas são reconhecidos por observar o sábado do sétimo dia, sublinhar o cuidado com a saúde como dever cristão e pela realização de atividades missionárias mundo afora (VYHMEISTER, 2011, p. 1). A execução do rito do lava-pés antes de cada cerimônia da comunhão e o batismo por imersão demonstram o cuidado dos adventistas com a observância dos “usos bíblicos” (NAVARRO, 2006, p. 12). O senso de missão comunicado pela urgência das “três mensagens angélicas” colaborou significativamente para a fundação da IASD (DEDEREN, 2011a, p. 639). O nome foi escolhido em 1860, com base em duas das principais crenças do grupo, a observância sabática e a confiança na breve volta de Cristo (VYHMEISTER, 2011, p. 2), após lideranças adventistas sabatistas convocarem uma “‘associação geral’ dos sabatistas” (KNIGHT, 2000, p. 62) entre 28 de setembro e 1º de outubro de 1860. Os presentes decidiram registrar a editora dos sabatistas como pessoa jurídica com o nome “adventistas do sétimo dia” por julgaram ser o que melhor representava as crenças da denominação que se formava. A Associação Publicadora dos Adventistas do

[1] Segundo dados do Escritório de Arquivos, Estatísticas e Pesquisa da Associação Geral da IASD de 30 de junho de 2018, são mais de 21 milhões de membros no mundo. Disponível em: <https://noticias.adventistas.org/pt/noticia/institucional/adventistas-ao-redor-do-mundo-ultrapassam-os-21-milhoes/>. Acesso em: 14 jan. 2020.

Sétimo Dia foi registrada em 3 de maio de 1861, no estado do Michigan, Estados Unidos. Em outubro do mesmo ano fundava-se a Associação dos Adventistas do Sétimo Dia do Michigan, com a presidência do leigo William A. Higley. No ano seguinte, organizaram-se mais sete associações locais: Iowa Sul, Iowa Norte, Vermont, Illinois, Wisconsin, Minnesota e Nova York.

Os representantes das associações locais organizaram, por sua vez, em maio de 1863, em Battle Creek, Michigan, Estados Unidos, a Associação Geral dos Adventistas do Sétimo Dia, com John Byington como o primeiro presidente. A Igreja Adventista iniciou com aproximadamente 3.500 membros e cerca de 30 ministros (KNIGHT, 2000, p. 63). Desde sua fundação, compreendida em suas dimensões locais e universais, a Igreja Adventista acrescentou às características tradicionais da Igreja una, santa, católica e apostólica, a obediência a todos os mandamentos de Deus e a presença do dom de profecia (DEDEREN, 2011a, p. 640).

A estrutura da nova organização possuía três níveis administrativos: a Igreja local, as associações estaduais e a sede mundial que, com três funcionários, fazia reuniões anuais. O modelo organizacional adotado reunia elementos episcopais, com a figura do bispo análoga ao do presidente da associação; congregacionais, por meio da autoridade dos cristãos das igrejas locais; e presbiterianos, com as comissões e o sistema de representação (LIMA, 2013, p. 12).

Dos fundadores da Igreja Adventista, José Bates, Tiago White e Ellen G. White figuram entre os líderes mais proeminentes. Oriundos do movimento milerita, eles não pretendiam inaugurar um novo movimento religioso, mas se consideravam herdeiros espirituais da verdade, reformadores que pautaram as doutrinas da futura Igreja nas Escrituras Sagradas (VYHMEISTER, 2011, p. 5).

Em sua estrutura político-organizacional, a Igreja Adventista mescla formas representativas e congregacionais de governo eclesiástico. A Igreja local determina a filiação do adventista (BEACH, 2005, p. 610) – e tanto pode ser chamada de grupo, tipo de congregação em que os líderes espirituais não têm autonomia para desempenhar certas funções eclesiásticas e administrativas; ou Igreja, em que, na ausência do pastor local/distrital, os líderes espirituais, com a devida permissão da associação/missão local, possuem autonomia para realizar específicos atos eclesiásticos e administrativos – e se divide em uma série de departamentos, liderados por membros locais, escolhidos por votação na Comissão da Igreja,[2]

[2] A normatização de todos os processos de eleição no âmbito das igrejas locais está descrito no *Manual da Igreja Adventista do Sétimo Dia* (AG, 2016, p. 71-118), bem como todos os cargos a serem preenchidos nessas congregações.

cujos integrantes são eleitos pelos membros batizados registrados naquela congregação. As comissões das igrejas escolhem, nas suas congregações, representantes que se reúnem para eleger os líderes das associações – ou missões[3] – locais. Essa instância, ao menos no Brasil, engloba territórios que abrangem, no máximo, um estado. As associações (SEAMAN, 2011, p. 33), administram e disponibilizam recursos que afetam diretamente cada membro da Igreja local. As associações se agrupam, do mesmo modo que as igrejas locais, para formarem as uniões, com alcance de regiões geográficas específicas que aglutinam, no caso brasileiro, dois a três estados e que, em outras localidades do planeta, podem abranger todo um país. A mesma lógica funciona para as instâncias superiores (SEAMAN, 2011, p. 34). As uniões formam as 13 divisões mundiais da IASD. Todas as divisões são representadas pela Associação Geral, que coordena a obra adventista mundial.

Comitês executivos, oficiais e diretores departamentais administram a Igreja em todos os seus níveis (BEACH, 2005, p. 610). Os adventistas creditam sua organização e atividades como fundamentadas em princípios e conselhos bíblicos e do espírito de profecia, através de Ellen G. White (WILSON, 2014a, p. 8) e adotam uma forma representativa de governo, similar ao padrão presbiteriano, mas em escala global (DEDEREN, 2011a, p. 640). Em cada nível organizacional, delegados selecionados representam o seu grupo. Na Igreja local existe a comissão de nomeações. A Igreja local aceita ou não os nomes trazidos por esta comissão. Em nível local há, também, a Comissão da Igreja, formado pelo pastor distrital e os oficiais da Igreja eleitos, que discutem itens referentes àquela localidade. Em algumas reuniões sobre os negócios da Igreja todos os membros podem participar. Em nível de Associação e União, ocorrem reuniões por distritos, em que os delegados discutem e votam questões relacionadas ao avanço da obra missionária da Igreja em suas áreas. Em nível global, a Associação Geral se reúne a cada cinco anos. Mais de 2.500 delegados de todo o mundo tratam e votam sobre assuntos pertinentes à Igreja mundial. Entre as assembleias da Associação Geral, sua Comissão Executiva se encontra em concílios anuais para tratar dos negócios da Igreja no mundo. Mais de 300 representantes das 13 divisões e dos campos anexos formam essa comissão. Todos os grupos de membros são representados: mulheres, homens, jovens, membros leigos, pastores locais, professores e outros obreiros, a maioria eleitos e recomendados pela comissão executiva de sua Divisão. Os líderes das divisões, presidentes das uniões, oficiais e diretores de departamentos da Associação Geral participam dessa comissão (WILSON, 2014a, p. 9).

[3] As missões são regiões administrativas que não possuem suficiência financeira e que necessitam de recursos externos para operar.

A conferência geral dos adventistas "sintetiza e implementa a organização eclesiástica em escala mundial" (BEACH, 2005, p. 610), elege os dirigentes da Associação Geral, das divisões e os líderes de departamentos. Somente em uma sessão da Associação Geral podem ser efetuadas mudanças na constituição geral da conferência e no *Manual da Igreja Adventista do Sétimo Dia*, que inclui as crenças fundamentais da Igreja, os requisitos para ser membro da IASD e o modo de funcionamento das igrejas locais.

Ainda que não integre e sua cooperação ao movimento ecumênico organizado seja quase nula, a Igreja Adventista possui reconhecida atuação na defesa da liberdade religiosa e está entre os fundadores da Associação Internacional de Liberdade Religiosa (IRLA)[4] (NAVARRO, 1995, p. 81; NAVARRO, 2006, p. 13). Os adventistas estão regularmente representados por meio de conselheiros e observadores no Conselho Mundial de Igrejas (CMI). A IASD faz parte da Comissão de Fé e Constituição do CMI em "nível pessoal", participa em diálogos com o CMI e outros organismos religiosos. Desde 1968, a Igreja está representada na Conferência dos Secretários das Comunhões Cristãs Mundiais. A IASD mantém representação na conferência anual de líderes eclesiásticos dos Estados Unidos. Várias igrejas e membros das Comunhões Cristãs Mundiais atenderam ao convite dos adventistas e enviam observadores para as sessões quinquenais da conferência geral da IASD (BEACH, 2005, p. 610).

Esta tese trata das raízes e do surgimento interdenominacional do movimento milerita, que se desdobra na fundação da Igreja Adventista, dos seus referenciais de natureza dinâmica do conceito de "verdade presente", da contrariedade aos credos fixos e da compreensão da fé em progressão, das revisões de crenças ocorridas em 1888 e na década de 1950, da sua autoconceituação como Igreja remanescente em perspectiva protoexclusivista, da compreensão de unidade para a IASD, das suas resistências histórico-teológicas e objeções quanto ao diálogo ecumênico e inter-religioso e, no que se constitui como inédito na pesquisa teológica brasileira, faz uma análise crítica, das contraposições e convergências à teologia ecumênica, da reflexão adventista sobre o ecumenismo e o diálogo inter-religioso publicada na *Revista Adventista* entre 1906 e 2018, além de fazer proposições para o diálogo da IASD com outras igrejas e religiões.

A IASD não se considera apenas mais uma denominação religiosa do espectro cristão, mas a portadora de uma mensagem e verdade exclusiva, visível no emprego do termo Igreja remanescente a si como artifício autorreferenciador e expressão de identidade. Na percepção

[4] Disponível em: <http://www.irla.org/>.

adventista, a Igreja remanescente seria a última Igreja de Deus na história da Terra, incumbida de anunciar a derradeira mensagem divina aos habitantes do planeta. Os adventistas se consideram como o remanescente do tempo do fim por crerem cumprir a descrição do remanescente bíblico de Apocalipse 12,17, que consiste na obediência aos mandamentos da lei de Deus prescrita no Êxodo e por possuir o dom profético, expresso na vida e obra de Ellen G. White.

Desde o surgimento do adventismo do sétimo dia, o conceito de remanescente ocupa posição central na autocompreensão do grupo. A autoavaliação enquanto povo remanescente do tempo do fim[5] proclamada pelos adventistas, que busca bases nas profecias bíblicas, especialmente de Daniel e Apocalipse, está presente em documentos oficiais da Igreja, em obras de referências e em outras publicações representativas da denominação.

A qualificação histórica da IASD como Igreja remanescente baseia-se no senso de que ela compõe o representante contemporâneo de um pequeno grupo que, desde os primórdios do cristianismo, se manteve fiel à esperança do segundo advento de Jesus Cristo à Terra e que cumpre as disposições proféticas referentes ao fim dos tempos.

Não obstante, a IASD se constitui como herdeira direta do movimento milerita, que incluía crentes de diversas denominações, liderados por Guilherme Miller (1772-1849). Os adventistas são fruto de um esforço interconfessional. "[...] o movimento adventista primitivo (caracterizado pelos mileritas) tinha aspectos ecumênicos: surgiu em muitas igrejas. Desse modo, os adventistas vieram de muitas denominações." (AG, 2012, p. 142).

A denominação entende que a quase totalidade das crenças da Igreja são mantidas por um ou mais grupos cristãos. Em conjunto com os "cristãos conservadores" e os "credos protestantes históricos", os adventistas creem (QUESTÕES..., 2008, p. 50-51): na soberania do Deus criador, mantenedor e governador do universo, eterno, onipotente, onisciente e onipresente; que a Trindade compreende Pai, Filho e Espírito Santo; que a Bíblia constitui a revelação inspirada de Deus para os seres humanos; que Jesus Cristo se constitui em Deus real; que o Espírito Santo participa dos atributos da divindade com o Pai e o Filho; na encarnação de Cristo por meio de nascimento virginal; que a morte vicária de Jesus se configura suficiente para a redenção humana; que Jesus Cristo ressuscitou; que ele ascendeu aos céus; que ele atua como mediador perante Deus; que ele voltará em um segundo advento; que o ser humano foi criado sem pecado, mas caiu de seu estado; que a salvação por meio de

[5] Oliveira Filho (2004, p. 162) explica a base do significado da expressão para os adventistas: "Cristo ultrapassa as cortinas do primeiro para o segundo compartimento [do santuário celestial, após 22 de outubro de 1844, asseguram os adventistas], o dia da expiação, iniciando um período denominado de 'tempo do fim', quando ocorre o início do preparo da vinda do Messias."

Jesus se dá somente pela graça; que a nova vida em Cristo acontece por meio do novo nascimento no batismo; que a justificação vem pela fé; que haverá julgamento de todos os seres humanos; e que o evangelho deve ser anunciado como testemunho a todo o mundo.

Em perspectiva inter-religiosa, os adventistas, através do *Beth B'nei Tsion* (Templo/Congregação dos Filhos de Sião), congregações judaico-adventistas, estão em diálogo com os judeus a partir de pontos que unem os dois grupos: o culto ao Deus de Israel, a guarda do sábado, a observância das leis de alimentação presentes na Torá, e o papel central que ela e os outros ensinamentos da Bíblia possuem na vida dos seres humanos. O sábado se apresenta como referente para o diálogo inter-religioso entre judeus e adventistas (SIQUEIRA, 2009, p. 632). Com os muçulmanos, os adventistas partilham da ênfase na assistência e ajuda aos pobres, na prioridade da oração, na valorização da obediência a Deus, no cuidado com a alimentação e saúde (FINLEY, [200-], p. 149). A atuação dos adventistas na defesa e promoção da liberdade religiosa, há mais de um século (AG, 2012, p. 133-134), através da IRLA – organismo permanente nas Nações Unidas –, também impulsiona a participação da IASD no diálogo inter-religioso.

A motivação para a pesquisa parte do entendimento de que existem subsídios na teologia adventista que viabilizam o diálogo da IASD com outros grupos eclesiais e religiosos. O pesquisador faz parte da Igreja Adventista do Sétimo Dia desde a infância e, na adolescência, começou a administrar cargos na denominação. Ao longo de sua filiação, ocupou as funções de sonoplasta, diácono, diretor de Ministério Pessoal (encarregado de planejar e supervisionar o trabalho missionário da Igreja), diretor de Comunicação, vice-diretor de grupo, diretor de grupo, ancião de Igreja, secretário de Igreja e professor de classe de jovens da Escola Sabatina. Em trabalho anterior, investigou as representações sociais do adventismo para integrantes jovens da IASD (FURTADO, 2014, 2017).

Esta tese, propositiva, se constitui numa oportunidade e tencionamento de diálogo entre a IASD e outros grupos religiosos, visto que os adventistas defendem que o Espírito Santo conduz a Igreja a uma mais apurada compreensão da verdade bíblica ou a encontrar melhor linguagem para expressar seu entendimento dos ensinos bíblicos (AM, 2011, p. 5-6).

Ainda que a Igreja Adventista considere que o texto de Apocalipse 12,17 diz respeito à missão confiada a si, enquanto portadora de "verdades especiais ao mundo", a denominação garante não acreditar que os seus membros são os particulares filhos de Deus na Terra. Não obstante, os adventistas acreditam que, ao anunciar sua mensagem e crença, atraem "os verdadeiros filhos de Deus" para seu grupo, "profeticamente predito", que se prepara para o fim da história do mundo (SCHWARZ; GREENLEAF, 2009, p. 442). A IASD acredita

possuir papel ecumênico na medida em que convida os outros corpos eclesiais para participarem do que a denominação entende como as verdades do fim dos tempos, em obediência aos mandamentos de Deus (AG, 2012, p. 142). Ela enxerga-se enquanto "o movimento 'ecumênico'" indicado no Apocalipse (AG, 2012, p. 141).

Os adventistas alegam que a autoidentificação como Igreja remanescente da profecia não abona um senso de triunfalismo ou exclusivismo. Do contrário, ressalta o espírito de "responsabilidade e autocrítica" do grupo (LARONDELLE, 2011, p. 983). O uso do conceito tem gerado reações adversas de outras confissões cristãs, que consideram a intitulação como um estímulo à arrogância e ao julgamento das demais formas religiosas (HASEL, 2012, p. 162).

Enquanto estratégia de pesquisa usa-se da pesquisa-ação, que concebe e realiza sua base empírica "em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo" (THIOLLENT, 1986, p. 14) – no caso, proposições ao diálogo da IASD com outras igrejas e religiões. Esta pesquisa se constitui, também, como teórico-bibliográfica, do tipo qualitativa, para o "aprofundamento da compreensão de um grupo social" (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 31), os adventistas. "A pesquisa qualitativa preocupa-se [...] com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais." (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32). A pesquisa, ainda, exploratória, visa "proporcionar maior familiaridade com o problema" (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 35) levantado, a possibilidade da interação dialogal entre adventistas e outros grupos religiosos.

A pesquisa teórica objetiva reconstruir conceitos, teorias, discussões e ideias para o aprimoramento e aperfeiçoamento de seus fundamentos. Sua relevância se encontra na preocupação em construir quadros teóricos que possibilitem intervir na realidade. Ela se realiza a partir de pesquisas previamente desenvolvidas e de registros disponíveis. Na sua base, a pesquisa teórica se constitui como bibliográfica, o que permite nomeá-la de pesquisa teórico-bibliográfica (COSTA JÚNIOR, 2018, p. 207). A pesquisa com caráter bibliográfico não visa repetir o que já se produziu sobre certa temática, mas oportuniza a análise de um tema "sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras" (MARCONI; LAKATOS, 2007, p. 71).

Os objetivos da pesquisa teórico-bibliográfica são a revisão de literatura que possibilita acesso ao material bibliográfico sobre o tema pesquisado, ocorrendo em pelo menos duas etapas: (1) a revisão de literatura e (2) acesso ao material bibliográfico (COSTA JÚNIOR, 2018, p. 207). A pesquisa teológica se apresenta como predominantemente teórica,

“pois está voltada para a reconstrução de conceitos e discussão de ideias que visam o aprofundamento de seus fundamentos. Nesse sentido, a teologia é tecida num jogo de linguagem próprio, que define a pertinência do seu saber.” (COSTA JÚNIOR, 2018, p. 210-211).

Para além das Escrituras, da teologia adventista, três obras foram essenciais para indicar e fundamentar quais crenças da IASD podem se afirmar em um diálogo com outras igrejas e religiões – *Nisto cremos: as 28 crenças fundamentais da IASD*; *Declarações da Igreja: aborto, assédio sexual, homossexualismo* (sic), *clonagem, ecumenismo e outros temas atuais*; e *Tratado de teologia: adventista do sétimo dia*.

A tese aponta o potencial dialógico e as referências vindas do arcabouço teológico adventista que viabilizam sua participação no diálogo ecumênico e inter-religioso, sem renúncia de sua identidade, a partir da leitura das crenças fundamentais da IASD em perspectiva dialógica e o auxílio da teologia ecumênica. Problematiza o protoexclusivismo teológico-doutrinal adventista presente em sua autocompreensão de Igreja remanescente do fim dos tempos, avalia as barreiras, os desafios, os impedimentos, as resistências históricas e as objeções teológicas da IASD ao ecumenismo e o diálogo inter-religioso presentes no conjunto da fé e práticas adventista, e faz proposições para a efetivação dialogal nas relações entre a Igreja e outros cristãos, e do adventismo com o judaísmo e o islamismo.

2 CRENÇAS EM REFORMA NO PERCURSO HISTÓRICO-TEOLÓGICO DA IGREJA ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA

No primeiro momento da tese tratam-se das raízes teológicas e interdenominacionais do adventismo vindas do milerismo, da compreensão dinâmica da "verdade presente" entre os adventistas e de sua contrariedade à estipulação de credos fixos, bem como do senso de progresso na compreensão da fé, visualizada na revisão de crenças da IASD na Assembleia da Associação Geral da denominação em 1888 e na produção do *Questions on doctrine*, na década de 1950, fruto de conversações entre adventistas e representantes dos evangélicos conservadores estadunidenses, da leitura adventista do cenário profético e problematiza-se a autocompreensão identitária da IASD enquanto Igreja remanescente incumbida de anunciar as três mensagens angélicas do Apocalipse a um mundo que caminha para o fim.

2.1 RAÍZES TEOLÓGICAS E INTERDENOMINACIONAL DO ADVENTISMO

Os adventistas creem que sua origem histórica se situa no movimento milerita[6] – expressão originada com base em seu fundador, Guilherme Miller (SCHWARZ; GREENLEAF, 2009, p. 30) – das décadas de 1830 e 1840 e, também, remontam a John Wesley e os reavivamentos evangélicos do século XVIII, aos reformadores protestantes e a grupos como os lolardos e valdenses, baseiam-se na Igreja Celta da Irlanda e Escócia, na Igreja perseguida dos três primeiros séculos depois de Cristo, em Jesus e nos apóstolos. Não obstante, o adventismo se desenvolveu no grande despertamento adventista dos primeiros anos do século XIX (SCHWARZ; GREENLEAF, 2009, p. 13), um movimento intercontinental e interdenominacional (MAXWELL, 1982, p. 40).

A Igreja Adventista ampliou um sistema teológico assentado em contribuições de segmentos específicos da tradição protestante, como os princípios hermenêuticos do historicismo e seu relevo no cumprimento de profecias apocalípticas ao longo da história, do pré-milenismo, convicto que o segundo advento de Cristo ocorrerá antes do milênio de Apocalipse 20; os conceitos antropológicos do condicionalismo e do aniquilacionismo; e o

[6] Formado por cristãos de diversas denominações, liderados por Guilherme Miller (1772-1849), que alegava, após realizar um estudo sistemático das Escrituras e, em específico, de suas profecias, que Cristo viria à Terra pela segunda vez por volta de 1843 (SCHWARZ; GREENLEAF, 2009, p. 30-31). Após uma série de cálculos baseados nas profecias bíblicas, realizados pelo pastor milerita Samuel S. Snow, o dia 22 de outubro de 1844 foi definido como a data do retorno de Cristo (SCHWARZ; GREENLEAF, 2009, p. 48-49). Como tal evento não ocorreu, os mileritas enfrentaram o que ficou conhecido, nos círculos adventistas, como o "grande desapontamento" (KNIGHT, 2011, p. 38).

restauracionismo com sua ênfase na necessidade de restauração final de ensinos bíblicos esquecidos ao longo da história do cristianismo. A natureza integrativa da escatologia adventista procede da combinação e interação desses componentes (TIMM, 2004, p. 265).

O protestantismo estadunidense do século XIX se constitui como filho da Reforma protestante do século XVI. Conquanto muitos adventistas saibam disso, equivocadamente pensam que sua Igreja provém das ramificações reformistas de vanguarda de Martinho Lutero, João Calvino e Ulrico Zuínglio. Por mais que o conceito adventista de salvação pela graça mediante a fé emane, em partes, dos reformadores listados, a orientação teológica do adventismo se aproxima mais daquilo que os historiadores eclesiásticos chamam de a Reforma radical ou os anabatistas.[7] Enquanto a linhagem capital da Reforma protestante conservou práticas como o batismo de crianças e o apoio/financiamento estatal da Igreja, os anabatistas recusaram essas condutas como antibíblicas. Contrariamente, eles preconizavam uma Igreja de fiéis em que o batismo se realizasse como resultado da fé e que defendesse o afastamento entre Igreja e Estado. Por mais que os primeiros reformadores tenham elaborado o conceito de *sola Scriptura*, os anabatistas acusavam as principais igrejas reformadas de serem incoerentes com essa crença. O anabatismo apregoava um cabal retorno aos ensinos bíblicos e considerava um erro parar onde Lutero, Calvino e Zuínglio tinham avançado teologicamente. O anabatismo afastava-se da tradição "igrejeira" e da elaboração de credos, na busca de aproximar-se dos ideais da Igreja do Novo Testamento (KNIGHT, 2011, p. 29).

A primeira raiz teológica do adventismo se encontra nos anabatistas/restauracionistas. Ainda que os anabatistas não exercessem impacto institucional sobre a religião nos Estados Unidos no início do século XIX, o senso anabatista permeava as denominações evangélicas da época. Essa influência foi mais sentida no que os historiadores eclesiásticos classificam como restauracionismo, corrente – chamada também de primitivismo – que estimulou muitos movimentos religiosos estadunidenses do início do século XIX. Com início independente em várias regiões dos Estados Unidos por volta de 1800, o movimento pretendia reformar as igrejas por meio da restauração de todos os preceitos do Novo Testamento. Os restauracionistas acreditavam que a Reforma protestante não se limitara ao século XVI. Para eles, ela havia apenas começado naquele período e se estenderia até que os últimos resquícios

[7] Na atualidade, de modo de semelhante aos anabatistas, os adventistas "mantêm uma posição equidistante do protestantismo magisterial (luteranos e anglicanos) e do catolicismo romano. Promovem a autoridade da Escritura, o batismo do crente, a separação entre igreja e Estado, a liberdade religiosa, profundo interesse na grande comissão e a convicção de que a igreja, edificada o mais próximo possível do padrão do [Novo Testamento], transcende fronteiras nacionais e culturas locais. Para eles, a igreja, independente do que mais possa ser, é uma comunidade de crentes batizados e arraigados nas Escrituras, com interesses missionários sem restrições de limites territoriais." (DEDEREN, 2011a, p. 640).

de tradições fossem eliminados e os ensinos da Bíblia – em especial, do Novo Testamento – se solidificassem, finalmente, nas igrejas. O movimento restauracionista intentava concluir a Reforma protestante considerada inacabada (KNIGHT, 2011, p. 29-30).

Tal como os anabatistas, os restauracionistas possuíam uma visão radical do *sola Scriptura*. Eles cobravam evidências bíblicas para cada proposição que lhes fosse levantada. A Bíblia deveria ser o único guia em questões de fé e prática. Quando a Bíblia tratava de um tema específico, eles também o faziam; quando as Escrituras não abordavam certo ponto, eles não o faziam também. O movimento restauracionista era anticredo, embora expressasse que seu credo exclusivo era a Bíblia. O espírito do movimento restauracionista direcionou grande parte da agenda teológica da maioria dos protestantes estadunidenses do início do século XIX. Ainda que algumas denominações tivessem surgido diretamente do movimento, como os Discípulos de Cristo, as Igrejas de Cristo e a Igreja Cristã, a maior influência do restauracionismo foi o incentivo de retorno às Escrituras (KNIGHT, 2011, p. 30).

Um segmento restauracionista de relevo para os adventistas do sétimo dia (KNIGHT, 2011, p. 30-31), onde está sua segunda raiz teológica, foi a Conexão Cristã, de onde dois dos três fundadores do adventismo – que antes passaram pelo milerismo – surgiram: Tiago White e José Bates. Além deles, Josué V. Himes, que fora um influente líder milerita, também era ministro conexionista. A Conexão Cristã causou considerável impacto no adventismo milerita e posterior adventismo sabatista: Bates concebia que o sábado do sétimo dia deveria ser restaurado na Igreja antes da segunda vinda de Cristo; por conta da formação restauracionista, Tiago e Bates introduziram o antitrinitarianismo no adventismo. Alguns daqueles alegavam que, como o termo "Trindade" não aparece em parte alguma da Bíblia, a doutrina fora adotada pelo cristianismo na Idade Média como resultado da "grande apostasia", prevista nas Escrituras.[8]

A terceira raiz teológica que pautou o contexto teológico inicial do adventismo foi o metodismo, de onde proveio a terceira fundadora do adventismo, Ellen G. White (KNIGHT, 2011, p. 31), "sem dúvida, a adventista do sétimo dia mais influente que já viveu" (TIMM, 2014, p. 22), que cresceu na Igreja Metodista Episcopal.

Durante as sete décadas de trabalho junto aos adventistas, as cartas e manuscritos de Ellen G. White somaram 60 mil páginas datilografadas. Quando de sua morte, 24 livros estavam em circulação, os quais reuniam mais de 100 mil páginas impressas. Ela também contribuía regularmente com a *Review and Herald*, *Signs of the Times*, *The Youth's Instructor*

[8] O processo de reformulação e passagem da noção de antitrinitarianismo para o trinitarianismo entre os adventistas pode ser visto em Whidden; Moon e Reeve (2006, p. 221-227).

e outros periódicos denominacionais. Foram mais de 4.500 artigos para suas páginas (SCHWARZ; GREENLEAF, 2011, p. 356).[9] Ela havia deixado, ainda, cerca de 200 folhetos e panfletos, seis mil cartas datilografadas e um conjunto de originais que somavam cerca de 35 mil páginas e duas mil peças manuscritas, envolvendo cartas, documentos, diários e agendas que, datilografados, totalizavam mais 15 mil páginas (RICE, 2011, p. 705).

Com o título de autora mais traduzida dos Estados Unidos e uma das escritoras mais traduzidas da história, Ellen G. White versou sobre educação, saúde, profecia, nutrição, cultura, criacionismo e origem da vida. Uma de suas principais obras, *Caminho a Cristo* (WHITE, 2013b), foi publicada em 145 idiomas. Os adventistas creem que "ela foi designada por Deus para como uma mensageira especial para atrair a atenção do mundo às Escrituras Sagradas e ajudar a preparar as pessoas para o segundo advento de Cristo." (WHITE, 2015, p. 7). Para Ellen G. White, Deus concedeu "muita instrução a seu povo: regra sobre regra, mandamento sobre mandamento, um pouco aqui, um pouco ali. Pouca atenção é dada à Bíblia, e o Senhor deu uma luz menor [o espírito de profecia] para guiar homens e mulheres à luz maior [as Escrituras]." (WHITE, 2008c, p. 102).

Na crença oficial da IASD sobre o dom de profecia (AM, 2016, p. 289), indica-se que as obras de Ellen G. White "não constituem um substituto para a Bíblia. Não podem ser colocados no mesmo nível. As Escrituras Sagradas ocupam posição única, pois são o único padrão pelo qual os seus escritos [...] devem ser julgados e ao qual devem estar subordinados." Por mais que tenha sido uma das fundadoras da Igreja Adventista e possuísse autoridade carismática, Ellen G. White nunca ocupou oficialmente um cargo administrativo na denominação. Ela faleceu em 16 de julho de 1915 aos 87 anos (KNIGHT, 2000, p. 128-129).[10]

A teologia metodista, assim como o restauracionismo, desempenhou grande influência nos Estados Unidos no século XIX. O metodismo não só era a denominação que mais crescia à época, mas seu destaque ao livre-arbítrio, em detrimento da perspectiva predestinacionista do legado puritano, ajustava-se com a experiência de uma nação de mentalidade pioneira, que cria que tudo poderia ser realizado, se se desejasse e se trabalhasse por isso (KNIGHT, 2011, p. 31).

---

[9] Conforme Arthur White (2015, p. 7), Ellen G. White "escreveu mais de 5 mil artigos, publicados em periódicos, e 26 livros. Atualmente, incluindo as compilações de suas 55 mil páginas manuscritas, cerca de 140 títulos estão disponíveis em inglês, e 94 em português."

[10] Detalhes da vida e obra de Ellen G. White em Douglass (2003), Rice (2011, p. 701-719), White (2015), Knight (2018) e Fortin e Moon (2018).

Foi o metodismo que popularizou ideias como a do sacrifício de Cristo por todas as pessoas, contrário à predestinação; do livre-arbítrio ao invés da vontade predestinada; do trabalho do Espírito de Deus em cada pessoa por meio da graça proveniente, que precede a graça salvadora; da salvação mediante a fé responsiva ao Espírito Santo; de que se pode resistir à graça; e de que o cristão pode abandonar a graça através da apostasia. Tais proposições teológicas divergiam da mentalidade legada pelo puritanismo/calvinismo dominante no cristianismo colonial. A interpretação metodista tinham sentido num mundo em que as ações e escolhas pessoais faziam diferença e onde o reavivalismo colaborou para a conversão de pessoas à mensagem cristã. O adventismo do sétimo dia surge com a interpretação metodista em seu cerne (KNIGHT, 2011, p. 31-32).

Outra contribuição específica do metodismo que exerceu grande influência no cristianismo estadunidense do início do século XIX foi o conceito de santificação elaborado por John Wesley (1703-1791). Wesley entendia que a santificação tornava a conduta do cristão semelhante à de Jesus. Para ele, a justificação era uma obra instantânea, enquanto que a santificação era o processo de toda uma vida. Wesley realçava ainda a perfeição cristã do caráter, em seu viés monástico-medieval de perfeição absoluta e impecabilidade, na qual o indivíduo atinge certo estado e nunca muda (KNIGHT, 2011, p. 32).

Ellen G. White trouxe as influências wesleyanas/metodistas sobre santificação e perfeição para o adventismo.

> Ela tinha a tendência de empregar a linguagem e os significados de Wesley, ainda que não concordasse com ele que um cristão pode ser aperfeiçoado instantaneamente num ponto específico do tempo em sua experiência terrena ou que esses cristãos perfeitos poderiam estar cientes de sua própria perfeição. Mais tarde os adventistas desenvolveram uma controvérsia desnecessária quando adotaram o uso essencialmente *wesleyano* de "perfeição" por Ellen White, embora interpretando-o dentro da estrutura das definições medievais (e luteranas e calvinistas) do termo. (KNIGHT, 2011, p. 33).

A quarta raiz a desempenhar papel de destaque no pensamento inicial do adventismo foi o deísmo. Guilherme Miller, precursor do adventismo, havia sido adepto do deísmo. Sua geração se inseria num contexto que realizava análise racional de tudo ao redor, inclusive da religião. Miller usava essa perspectiva de pensamento no estudo da Bíblia. Quando de sua conversão ao cristianismo, ele se referia à sua experiência com o livro sagrado como um "'banquete da razão' [...]. Seguindo esta orientação, o método evangelístico de Miller atingia mais o cérebro dos ouvintes do que seu coração ou emoções." (KNIGHT, 2011, p. 33).

Tal enfoque “intelectualista da religião” exerceu papel preponderante no sabatismo e no adventismo do sétimo dia. “Ainda hoje, quando um adventista diz que alguém ‘conhece a verdade’, isso significa geralmente que a pessoa possui uma compreensão intelectual das doutrinas, em vez do significado mais amplo e experimental do conceito de ‘conhecer’ encontrado na Bíblia.” (KNIGHT, 2011, p. 34). O aspecto positivo desse costume está no fato de, ao devotarem tempo para o estudo das interpretações doutrinárias da IASD, seus membros identificam sua organização lógica.

A quinta e última raiz teológica do adventismo inicial foi a influência puritana, que atuou com evidência na formação do mundo conceitual estadunidense do século XIX. Os puritanos destacavam a autoridade da Bíblia e a obrigação cristã com a lei, assim como sublinhavam a relevância da rigorosa observância do sábado – que para eles se constituía no primeiro dia da semana, o chamado “Dia do Senhor”, designado e guardado como o sábado bíblico do sétimo dia. Nenhum grupo da história da Igreja, no ínterim entre o primeiro e o décimo nono século da era cristã, deu tanto ênfase ao sabatismo como os puritanos (KNIGHT, 2011, p. 34). Junto com as tendências supracitadas, nos primórdios do adventismo havia a confiança na capacidade da “pessoa comum” empreender teologia. No adventismo nem Guilherme Miller ou os primeiros sabatistas possuíam formação teológica (KNIGHT, 2011, p. 35).

O movimento milerita, do qual surge a Igreja Adventista do Sétimo Dia, possuía um “espírito ecumênico único”, particular (FORTIN, 2018b, p. 818); “tinha aspectos ecumênicos” ao surgir de muitas igrejas. Os adventistas provêm de muitas denominações cristãs (AG, 2012, p. 142). Ao se aproximar o fim da década de 1830, o milerismo conquistou vários ministros de diferentes denominações com seu ponto de vista. O mais importante foi Josué V. Himes, da Conexão Cristã, convertido à mensagem de Miller em 1839. Himes era um influente pastor da capela de Chardon Street, Boston, e reconhecido líder do movimento interdenominacional (KNIGHT, 2000, p. 12).

> Em sua fase inicial, o milerismo se caracterizou como movimento interdenominacional, atraindo ministros religiosos de diversas confissões protestantes, os quais se uniram para anunciar a volta iminente de Jesus, sem se preocupar com qualquer outra doutrina fora essa esperança comum. O diálogo fluía em função do estudo das profecias, alvo de grande interesse por parte dos cristãos protestantes, especialmente no contexto norte-americano. (REIS, 2018, p. 87).

Embora não se saiba precisamente o número de pastores que pregaram a mensagem milerita, Himes estimou, em janeiro de 1842, que o número estava entre 300 e 400. O

periódico *Christian Herald* apontou, seis meses depois, que havia, no mínimo, 700. Na primavera de 1844, apogeu do movimento milerita, o *Midnight Cry*, indicava entre 1.500 e 2.000. Os pregadores "eram de todas as denominações." Everett Dick constatou, em um estudo sobre as linhagens denominacionais dos oradores mileritas, que dos "174 que ele conseguiu identificar, 44% eram metodistas, 27% batistas, 9% congregacionalistas, 8% da Conexão Cristã e 7% presbiterianos. Várias outras denominações estavam representadas por um ou dois ministros cada." (KNIGHT, 2015a, p. 105).

Ao tratar do número de pastores, ministros, evangelistas e pregadores de diferentes igrejas que aderiram e colaboraram em espalhar a mensagem milerita, Maxwell (1982, p. 16, grifo do autor) apresenta dados similares no que tange às filiações denominacionais. Ele diz que estimativas indicam que eram de "700 a 2.000. De 174 ministros evangélicos *conhecidos*, cerca da metade era constituída por metodistas, um quarto por batistas e o restante incluía congregacionais, presbiterianos, episcopais, luteranos, reformados holandeses, [quakers] e vários outros." Cálculos de Miller indicam que o movimento possuía 200 pastores, 500 conferencistas e 50 mil cristãos vindos de diversas igrejas e comunidades religiosas (VYHMEISTER, 2011, p. 3). "Quando estes e milhares de outros se tornaram adventistas do sétimo dia, ao iniciar-se o novo movimento, não renunciaram às [...] verdades sobre Deus que haviam aprendido em suas denominações anteriores." (MAXWELL, 1982, p. 120). A justificação por Jesus Cristo, a salvação pela fé, a Bíblia como única regra de fé, o sacerdócio universal dos cristãos, o batismo por imersão e a crença no breve retorno de Cristo, os adventistas extraíram das igrejas que os precederam.

Para além da crença na breve volta de Cristo, não existia uniformidade doutrinária entre os pregadores mileritas. "O milerismo era essencialmente o movimento de uma mensagem." (KNIGHT, 2015a, p. 105). Algumas de suas figuras mais representativas, principalmente Miller e Himes, acreditavam que não havia tempo, dado que a segunda vinda de Cristo era iminente, para ampliar a plataforma doutrinária do movimento. Depois do retorno de Cristo os salvos poderiam ajustar suas diferenças teológicas.

O "milerismo pré-1845 não era uma denominação. Ao contrário, era um movimento ecumênico composto de ministros e leigos de todas as igrejas evangélicas. Portanto, dentro do milerismo coexistiram numerosas tradições religiosas divergentes." (KNIGHT, 2015a, p. 214). No cerne do milerismo e na base da fundação da Igreja Adventista está a interdenominacionalidade, na coexistência harmoniosa entre diversas denominações cristãs, fruto do diálogo em torno de um propósito comum, a crença e anúncio na iminente volta de Cristo. Na formação de seu *corpus* doutrinário, no senso de continuidade da obra dos

reformadores protestantes do século XVI, os adventistas adotaram um conceito dinâmico – em compreensão crescente – de "verdade presente", que viabilizou a permanência da denominação no espírito da *ecclesia semper reformanda* através das releituras e revisões de suas crenças ao longo da história.

2.1.1 A natureza dinâmica da "verdade presente" entre os adventistas

A formulação das crenças do movimento que culminou no surgimento da Igreja Adventista se pautava pela noção de "verdade presente",[11] expressão indicativa do que, para o momento, era tido como a verdade – ou verdades – provinda(s) da revelação bíblica. "Muitos adventistas provavelmente não [pensam] que as crenças de sua Igreja tenham mudado através dos tempos. A maioria provavelmente crê que os fundadores do movimento do advento possuíam a mesma postura doutrinária do adventismo no início do século 21." (KNIGHT, 2011, p. 11). Os pioneiros adventistas acreditavam que a "verdade presente" não era estática, mas dinâmica, e que sua compreensão poderia ser alterada na medida em que o Espírito Santo guiava a Igreja no estudo da Bíblia (KNIGHT, 2011, p. 12).

A busca pela "verdade presente" explica a mudança do conjunto de crenças ao longo da história da IASD. "A maioria dos fundadores do adventismo do sétimo dia não poderia unir-se à Igreja hoje se tivesse de concordar com as '[28 crenças fundamentais]' da denominação" (KNIGHT, 2011, p. 16). Há três crenças atuais que os pioneiros não aceitariam. A primeira, de número dois do conjunto, versa sobre a Trindade. José Bates classificava-a como antibíblica. Tiago White a via como um "antigo absurdo trinitariano". Para Merritt E. Cornell, a crença na Trindade se constituía em uma grande apostasia (KNIGHT, 2011, p. 16).

Os primeiros adventistas também teriam dificuldade de aceitar a crença de número quatro, que advoga a eternidade e a divindade de Jesus. Para John N. Andrews, primeiro missionário adventista enviado à Europa, Jesus teve Deus por Pai em algum momento do passado, no início dos dias. Ellet J. Waggoner escreveu em 1890 que houve um tempo em que Cristo procedeu e emanou de Deus (KNIGHT, 2011, p. 16-17).

A crença fundamental de número cinco, sobre a personalidade do Espírito Santo, não seria defendida pelos pais do adventismo. Urias Smith negava a Trindade, a eternidade do

---

[11] Maxwell (1982, p. 121) explica que "quando os adventistas dizem que têm 'a verdade' querem dizer que possuem a verdade que os outros cristãos mantinham antes deles, e também a verdade presente, a especial verdade adicional que se aplica particularmente ao tempo presente."

Filho e, como muitos correligionários, considerava o Espírito Santo como uma divina e misteriosa emanação do Pai e do Filho, além de representá-lo como uma influência divina e não como uma pessoa. Não só grande parte dos pioneiros discordava dos atuais adventistas nesses três pontos, como elencava entre suas crenças centrais a teoria da porta fechada, que indicava o fechamento da porta da graça – e o consequente fim da possibilidade da salvação humana[12] – e o fim da missão evangelizadora da Igreja em outubro de 1844. Ellen G. White, por exemplo, partilhava de tal concepção (KNIGHT, 2011, p. 17).

José Bates e o casal White adotaram um conceito dinâmico de "verdade presente". O uso da expressão não era exclusivo dos adventistas. Os mileritas já o tinham usado ao se referir à volta de Cristo. Também o aplicaram ao "movimento do sétimo mês", que foi a pregação do outono de 1844 de que o advento aconteceria em 22 de outubro daquele ano (KNIGHT, 2011, p. 18; KNIGHT, 2015b, p. 88). Observa-se que, mesmo para os mileritas, o conceito tinha um caráter dinâmico na progressão da compreensão de temas bíblicos (KNIGHT, 2011, p. 18).

Em 1849, Tiago White expressou, citando II Pedro 1,12,[13] que "no tempo de Pedro havia uma verdade [já] presente[14] ou verdade aplicável àquele tempo. A igreja sempre teve uma verdade presente." (KNIGHT, 2011, p. 18). Ele publicou na *The Advent Review and Sabbath Herald* de 30 de abril de 1857 que "não pensamos de modo algum que já sabemos tudo. Esperamos ainda progredir, de forma que nossa vereda se torne cada vez mais brilhante até ser dia perfeito. Que mantenhamos então um estado mental inquiridor, buscando mais luz e mais verdade" (KNIGHT, 2011, p. 20). Ellen G. White

> fez a afirmação explícita de que, desde 1844, ela havia proclamado o que descreveu como a *verdade presente*. Podemos entender o que significava esse conceito para a autora e os primeiros adventistas sob duas óticas. Formalmente, e em primeiro lugar, essa noção de verdade significava que era urgente; algo que estava destinado cronologicamente a ser proclamado naquela época. Em pelo menos dois pontos, Ellen se refere à "verdade para este tempo" [WHITE, 2013c, p. 153; WHITE, 2004c, p. 266], embora não sugira que o que ela chamava de verdade presente era

[12] Os seguidores de Guilherme Miller, após o "grande desapontamento", se dividiram em pelo menos quatro grupos. "O quarto grupo ficou conhecido como os adventistas do 'sábado e da porta fechada'. [...] Este grupo disperso finalmente encontrou sua unidade e missão, vindo a chamar-se adventistas do sétimo dia, a maior corporação de mileritas hoje existente." (DOUGLASS, 2003, p. 50). Ainda que os primeiros adventistas sabatistas fossem "antimissão" e sua missiologia fosse, na verdade "como uma 'porta fechada' para a expansão missionária" (KNIGHT, 2000, p. 45) – visto crerem que a pregação devia se restringir aos que haviam aceitado a mensagem milerita da década de 1830 e início da de 1840 –, o "período da porta fechada (1844-1850) do pensamento adventista havia permitido o desenvolvimento de uma base doutrinária." (KNIGHT, 2000, p. 90).

[13] "Ou, 'a verdade que está presente [com vocês]', isto é, a verdade em que os leitores foram ensinados. A palavra 'verdade' (*alētheia*) se refere a todo o corpo da doutrina cristã, em que os crentes já haviam sido instruídos, e que eles 'conheciam'" (COMENTÁRIO..., 2016, p. 656).

[14] Conforme texto bíblico da tradução de Almeida edição revista e atualizada no Brasil em 1993 (BÍBLIA..., 2015).

> significativo *apenas* para seu tempo. Enquanto em outros lugares parece haver a sugestão de que cada período teve sua verdade presente, aquilo que ela proclamava era algo definitivo: por essa verdade, o mundo será provado. Além disso, tal mensagem deve preparar o povo de Deus para o reino da glória, e nenhuma nova luz a irá contradizer. Em sentido material e geral a *verdade presente* está fundamentada na Bíblia e abrange todo o evangelho. [...] Ellen White entendia como "verdade presente" o conjunto de crenças que cercam as mensagens de Apocalipse 14. A verdade presente também é uma filosofia, no sentido de que não é algo abstrato, mas uma verdade que influencia a vida. (DONKOR, 2018, p. 1354, grifos do autor).

Ela escreveu, em 1903, que "haverá um desenvolvimento da compreensão [dos adventistas], pois a verdade é suscetível de contínua ampliação. [...] Nossa investigação da verdade ainda é incompleta." (KNIGHT, 2011, p. 19). Outros líderes adventistas possuíam o mesmo senso. Urias Smith escreveu em 1857 que os observadores do sábado (KNIGHT, 2011, p. 20; KNIGHT, 2015b, p. 88) ampliavam sua compreensão da verdade desde 1844. John N. Andrews apregoava trocar mil erros por uma verdade. Tiago indicou ainda que, depois de os adventistas sabatistas terem alterado o horário de observância do poente de sábado, muitos outros pontos de sua fé poderiam ser modificados, caso houvesse boas razões para tanto, com base na Bíblia (KNIGHT, 2011, p. 20).

2.2 CONTRARIEDADE AOS CREDOS FIXOS

Os pioneiros da Igreja Adventista, além de sustentarem conceitos fluídos sobre a "verdade presente", eram contrários à rigidez de um credo ou declarações formais de crenças doutrinárias que não poderiam ser alteradas. A oposição dos primeiros adventistas sabatistas aos credos vinha da crença na possibilidade de evolução da "verdade presente". Por muitos terem sido expulsos de suas denominações na década de 1840 após manifestarem ter descoberto novas verdades bíblicas e não silenciado sobre elas, passaram a defender as Escrituras como único credo (KNIGHT, 2011, p. 21).

Quando os adventistas organizaram sua primeira associação estadual, em 1861, John Loughborough indicou os problemas que eles enxergavam nos credos. Segundo ele, a elaboração de um credo que diz no que os crentes devem acreditar constituiria o primeiro passo para a apostasia. O segundo estaria em fazer do credo uma forma de comunhão. Por terceiro, julgar os crentes por esse credo. O quarto passo seria denunciar como hereges os que não acreditam no credo. A apostasia se completaria na perseguição daqueles que não seguissem o credo. Para Tiago White, "criar um credo é limitar e obstruir o caminho para todo progresso futuro". Ele prezava a "contínua liderança do Espírito Santo na descoberta da verdade" e criticava os que, segundo ele, limitavam a ação divina. "A Bíblia é nosso credo",

alegava. “Rejeitamos qualquer forma de credo humano”. Para ele, os adventistas deveriam permanecer receptivos às revelações de Deus outorgadas “de tempos em tempos” (KNIGHT, 2011, p. 21).

Os delegados da associação decidiram adotar uma “aliança eclesiástica” ao invés de um credo. “Nós, abaixo-assinados, por meio deste instrumento nos associamos na qualidade de igreja, adotando o nome de adventistas do sétimo dia, comprometendo-nos a guardar os mandamentos de Deus e a fé de Jesus” (KNIGHT, 2011, p. 22). A declaração mínima de crenças fundamentais evitou a linguagem de um credo inalterável e procurou atender à necessidade de expressar algo sobre o que os adventistas criam.

Por manterem “uma crença firme na compreensão progressiva da Bíblia” (SCHWARZ; GREENLEAF, 2009, p. 649), ao longo de sua história, “os adventistas do sétimo dia têm-se demonstrado relutantes em formalizar um credo, no sentido usual da palavra” (AM, 2016, p. 5), imutável, embora tenham, com o passar dos anos, definido suas “crenças fundamentais” (KNIGHT, 2011, p. 22), em uma estrutura organizada, com base em propósitos práticos (AM, 2016, p. 5). “Ao evitar a rigidez de um credo, a teologia adventista ficou aberta a correções.” (KNIGHT, 2011, p. 208).

Desde o desenvolvimento da primeira associação estadual da denominação, em 1861, a Igreja Adventista teve somente três declarações de crença que obtiveram certo grau de aceitação oficial e somente uma que recebeu o voto formal de uma assembleia da Associação Geral. A primeira declaração fora elaborada por Urias Smith em 1872; a segunda, em 1931; a terceira foi o conjunto de crenças fundamentais adotado pela Assembleia da Associação Geral de 1980 (KNIGHT, 2011, p. 22).

No entanto, alguns empregaram vigorosos esforços, em diversos momentos da história adventista, para colocar as crenças fundamentais em “cimento dogmático”. Do início da década de 1930 até os anos 1980, a declaração de crenças de 1931 apareceu nos anuários da denominação e nos manuais da Igreja, o que lhe conferiu certo *status* oficial, “apesar de ter sido formulada um tanto casualmente e de nunca ter sido adotada oficialmente” em uma assembleia da Associação Geral (KNIGHT, 2011, p. 22).

Em 1946 a instância máxima dos adventistas votou que não se fizesse, em tempo algum, revisão na declaração de doutrinas fundamentais, a não ser em uma assembleia da Associação Geral, o que levou a organização a agir formalmente ao aceitar a nova declaração em 1980. “A moção de 1980 tornou a declaração de crenças fundamentais da denominação muito mais oficial do que qualquer outra que a Igreja já havia tido.” (KNIGHT, (2011, p. 23).

Na declaração de crenças de 1980, a IASD "procurou assegurar que ela não fosse vista como um credo imutável." (AM, 2016, p. 5).

Além de rememorar que a Igreja resiste à formulação de um credo, o preâmbulo da declaração de 1980 afirma que os "adventistas do sétimo aceitam a Bíblia como seu único credo e mantêm certas crenças fundamentais como sendo o ensino das Escrituras Sagradas" (AM, 2016, p. 5), indicando a possibilidade de revisões nas crenças da denominação. "No espírito da natureza dinâmica do primitivo conceito adventista da verdade presente" (KNIGHT, 2011, p. 23, grifos suprimidos), o prólogo encerra garantindo a possibilidade de revisões das crenças dos adventistas em assembleias da Associação Geral, "quando a igreja é levada pelo Espirito Santo a uma compreensão mais completa da verdade bíblica ou encontra uma linguagem mais apropriada para expressar os ensinos da santa Palavra de Deus." (AM, 2016, p. 5-6).

As afirmativas se harmonizam com a postura dos pioneiros do movimento adventista. No entanto, a primeira edição do *Nisto cremos*, publicado originalmente em 1988 – e largamente distribuído, que reúne e apresenta as crenças fundamentais da IASD, não cita e não discute o preâmbulo da declaração de 1980.[15] A obra, que no momento dedicava um capítulo para cada uma das 27 doutrinas fundamentais da denominação – a declaração de crenças fundamentais da IASD sofreu um acréscimo em 2005, somando 28[16] –, passa por alto o que, para Knight, seria a crença basilar dos fundadores do adventismo, de que a verdade possui caráter dinâmico e que seu conhecimento provém de Deus. "A igreja se afastará do espírito de seus fundadores e do ponto de partida de seu sistema de crenças se deixar que a 'verdade presente' perca seu caráter dinâmico." (KNIGHT, 2011, p. 209).

A declaração de 1980 apreende o cerne do ensinamento de Tiago White e outros pioneiros. "A inflexibilidade dos credos, conforme eles entendiam, não era apenas um mal

---

[15] No entanto, as duas últimas edições publicadas em português do *Nisto cremos*, com as 28 crenças fundamentais da IASD (AM, 2011, p. 5-6; AM, 2016, p. 5-6), além das revisões feitas nas assembleias da Associação Geral dos adventistas de 2010 e 2015, e publicadas nas duas últimas edições em português do *Manual da Igreja Adventista do Sétimo Dia* (AG, 2011, p. 163; AG, 2016, p. 166) citam o trecho em discussão.

[16] "Em 1872, a editora adventista de Battle Creek, Michigan, publicou uma 'sinopse de nossa fé' em 25 proposições. Esse documento, tendo sofrido rápidas revisões e sido ampliado para 28 seções, apareceu no *Yearbook* denominacional de 1889. O texto não constou de edições sucessivas da publicação, mas foi novamente inserido no exemplar de 1905, e continuou a sê-lo até 1914. Em resposta a um apelo dos líderes denominacionais africanos quanto a 'uma declaração que ajudaria os oficiais governamentais e outros a obterem melhor compreensão de nosso trabalho', um comitê de quatro pessoas – incluindo o presidente da Associação Geral – preparou uma declaração que abrangeu 'os principais aspectos' de nossas crenças, segundo 'podiam ser resumidos'. Essa declaração de 22 doutrinas fundamentais, que apareceu impressa pela primeira vez no *Yearbook* de 1931, permaneceu até a sessão da Associação Geral de 1980, quando foi substituída por um sumário mais amplo e abrangente de 27 parágrafos, publicado sob o título 'Crenças fundamentais dos adventistas do sétimo dia'." (AM, 2016, p. 5). A partir da Assembleia da Associação Geral de 2005 a Igreja Adventista adotou 28 crenças fundamentais.

concreto, mas também negava o fato de que a igreja tinha um Senhor vivo que continuava a liderá-la na verdade." (KNIGHT, 2011, p. 23, grifo suprimido). Alguns resistiram à cláusula que versava sobre a possibilidade de revisão,

> provavelmente por medo de perder o conteúdo do adventismo histórico. Esse medo, contudo, apenas ressalta equívocos sobre a natureza do adventismo histórico com seus conceitos de um Deus vivo e uma verdade presente em progresso. A própria dinâmica da progressão, de fato, aparece no fluxo [sequencial] dos três anjos de Apocalipse 14:6-12[17] – o texto central da história adventista. O conceito de mudança progressiva [de compreensão da verdade] encontra-se [...] no próprio centro da teologia adventista. (KNIGHT, 2011, p. 23-24).

A última revisão mais substancial na declaração de crenças fundamentais ocorreu na Assembleia da Associação Geral de 2005, quando foi elaborada a crença *Crescimento em Cristo*. "A crença fundamental votada na ocasião não teve o objetivo de acrescentar material novo ou anteriormente desconhecido, mas expressar melhor a compreensão da igreja sobre o poder de Deus para conceder, em Jesus Cristo, um viver vitorioso sobre os poderes do mal" (AM, 2016, p. 6). Efetuaram-se em algumas crenças revisões menores, em termos de linguagem, na assembleia de 2015 (AM, 2016, p. 6).

O exórdio da declaração de crenças fundamentais da Igreja Adventista de 1980 assevera nitidamente que os adventistas mantêm-se abertos "a novos esclarecimentos e compreensão adicional da Bíblia" (VYHMEISTER, 2011, p. 24), confessando "humildemente que existem muitas outras verdades que ainda devem ser desvendadas" (AM, 2016, p. 8) e que escreveram sua obra sobre as crenças basilares conscientes da dívida com outros grupos cristãos ao longo da história. "Prestamos nosso reconhecimento à nobre linhagem de testemunhas – tais como Wycliffe, Huss, Lutero, Tyndale, Calvino, Knox e Wesley – cuja compreensão sucessiva de nova luz conduziu a Igreja em direção ao entendimento mais amplo do caráter de Deus." (AM, 2016, p. 8).

Reconhece-se que a progressão do conhecimento da verdade, mas que as novas faces da revelação descobertas devem, para ser aceitas, se harmonizar com o testemunho unificado das Escrituras, conforme o compreendem os adventistas, e que o livro de crenças não serve

[17] "Vi outro anjo voando pelo meio do céu, tendo um evangelho eterno para pregar aos que se assentam sobre a terra, e a cada nação, e tribo, e língua, e povo, dizendo, em grande voz: Temei a Deus e dai-lhe glória, pois é chegada a hora do seu juízo; e adorai aquele que fez o céu, e a terra, e o mar, e as fontes das águas. Seguiu-se outro anjo, o segundo, dizendo: Caiu, caiu a grande Babilônia que tem dado a beber a todas as nações do vinho da fúria da sua prostituição. Seguiu-se a estes outro anjo, o terceiro, dizendo, em grande voz: Se alguém adora a besta e a sua imagem e recebe a sua marca na fronte ou sobre a mão, também esse beberá do vinho da cólera de Deus, preparado, sem mistura, do cálice da sua ira, e será atormentado com fogo e enxofre, diante dos santos anjos e na presença do cordeiro. A fumaça do seu tormento sobe pelos séculos dos séculos, e não têm descanso algum, nem de dia nem de noite, os adoradores da besta e da sua imagem e quem quer que receba a marca do seu nome. Aqui está a perseverança dos santos, os que guardam os mandamentos de Deus e a fé em Jesus."

como um credo ou como uma declaração de doutrinas alicerçadas em “concreto teológico” (AM, 2016, p. 9), visto que os adventistas manifestam possuir um único credo, a Bíblia.

2.3 COMPREENSÃO DA FÉ EM PROGRESSÃO

Os adventistas creem que “a luz da verdade bíblica é progressiva”, de modo a se tornar cada vez mais clara, “mais e mais até ser dia perfeito” (Pr 4,18),[18] e procuram “andar na luz progressiva da verdade” sem se deixar conduzir por credos fixos e formais (QUESTÕES..., 2008, p. 55).

Deve-se ponderar que, para os fundadores da IASD, as probabilidades de mudar dinamicamente suas crenças eram limitadas. A tensão do propósito de avançar na busca da verdade se evidencia melhor nos escritos de Ellen G. White, captada e examinada em três níveis (KNIGHT, 2011, p. 24-26). Primeiro, ela deixa claro, em um escrito de 1892, que os adventistas precisavam crescer em compreensão e abandonar erros por muito tempo acariciados, e que não se poderia desculpar quem sustentasse que não existiria mais verdade a ser revelada e que todas as explicações adventistas das Escrituras não continham erros. “O fato de certas doutrinas terem sido mantidas durante muitos anos por nosso povo não é prova de que nossas [ideias] sejam infalíveis. O tempo não converte o erro em verdade.” (KNIGHT, 2011, p. 24).

Depois, Ellen G. White manifesta haver compreensão mais clara das Escrituras sempre que se cresce em graça. Ao contrário, quando a vida espiritual perde o vigor, cessa-se o crescimento na verdade.

> Sempre que o povo de Deus estiver crescendo em graça, obterá constantemente compreensão mais clara de sua Palavra. Há de distinguir mais luz e beleza em suas sagradas verdades. Isso aconteceu na história da igreja em todos os séculos, e assim continuará ate [o] fim. Mas à medida que a verdadeira vida espiritual declina, tem sido sempre a tendência cessar o crente de avançar no conhecimento da verdade. As pessoas ficam satisfeitas com a luz já recebida da Palavra de Deus, e desistem de qualquer posterior estudo das Escrituras. Tornam-se conservadoras, e procuram evitar novo exame. (WHITE, 2010, p. 28).

Em outra ocasião, ao escrever para “certos adventistas retrógrados”, ela destacou: “Quem acha que nunca terá de abandonar uma opinião formada, e nunca terá ocasião de mudar de critério, será decepcionado. Enquanto nos apegarmos obstinadamente às nossas

[18] Todos os textos bíblicos citados foram retirados da tradução da Bíblia de João Ferreira de Almeida para o português, segunda edição revista e atualizada no Brasil (ARA).

próprias [ideias] e opiniões, não poderemos ter a unidade pela qual Cristo orou." (WHITE, 2008d, p. 42).

O segundo nível das tensões que abarcam a necessidade de compreender progressivamente a fé está na convicção de Ellen G. White, harmônica com a de outros fundadores do adventismo, de que os sabatistas possuíam "verdade inegável" (KNIGHT, 2011, p. 25). Ele escreveu na *The Advent Review and Sabbath Herald* em 1894 que os adventistas tinham a verdade e deveriam conservar com afinco as posições tomadas que não poderiam ser abaladas sem, todavia, olhar com desconfiança para "qualquer nova luz enviada por Deus e dizer: [...] não achamos que precisamos de mais luz, além da antiga verdade que já recebemos e na qual estamos firmados" (KNIGHT, 2011, p. 25). Quatro anos antes ela publicou no mesmo periódico que os adventistas não deviam pensar possuir toda a verdade, mas descansar no conhecimento de suas principais colunas de fé, entendendo, no entanto, que a "verdade é uma verdade progressiva, e devemos andar em crescente luz. [...] Devemos ter viva fé em nosso coração e alcançar maior conhecimento e luz mais avançada" (KNIGHT, 2011, p. 25).

O terceiro nível da tensão, que ajuda a explicar a compreensão dos fundadores do adventismo de que possuíam a verdade, mas não toda ela, está no conceito de "colunas principais". Para Ellen G. White, as colunas da fé, as doutrinas bíblicas que definiam quem eram os adventistas, tinham sido vastamente pesquisadas nas Escrituras e confirmadas pelo Espírito Santo (KNIGHT, 2011, p. 25-26). Os fundadores da Igreja Adventista

> tinham um conceito dinâmico do que chamavam de "verdade presente", opunham-se à rigidez dogmática e eram receptivos a novas compreensões teológicas desenvolvidas a partir das [suas] doutrinas referenciais [...]. Sua compreensão dava espaço tanto para a continuidade teológica como para a mudança. (KNIGHT, 2011, p. 27).

Sobre suas crenças referenciais, os adventistas mileritas, no início de 1848, chegaram a um acordo básico em cinco pontos de doutrinas (KNIGHT, 2000, p. 41):[19] a vinda pessoal, de modo visível e pré-milenal de Cristo; a purificação do santuário celestial[20] e o ministério

[19] Knight em certos momentos relaciona que são cinco as doutrinas específicas do movimento adventista resultante do milerismo (KNIGHT, 2000, p. 41; KNIGHT, 2000, p. 87-88; KNIGHT, 2011, p. 210), e em outros se refere a quatro (KNIGHT, 2003, p. 20-21; KNIGHT, 2011, p. 75; KNIGHT, 2015b, p. 100). Schwarz e Greenleaf (2009, p. 11) apontam cinco pontos doutrinários peculiares. Observa-se uma diferente forma, em alguns casos, de fazer menção a essas doutrinas básicas. A volta de Cristo pode ser referida nos termos das três mensagens angélicas, o santuário celestial como mensagens de juízo dos livros de Daniel e Apocalipse e o espírito de profecia de Ellen G. White como continuidade dos dons espirituais.

[20] Para a teologia adventista, há no céu um santuário análogo ao que existia na Terra entre o povo hebreu. "Após realizar na Terra a obra para a qual veio (Jo 17:4, 5; 19:30), Cristo foi 'assunto ao céu' (At 1:11) a fim de 'salvar

de Jesus no lugar santíssimo desde 22 de outubro de 1844; a veracidade do dom de profecia que, cada vez mais, tinha sua figura moderna crida na pessoa de Ellen G. White; a obrigatoriedade da observância do sábado do sétimo dia no contexto do conflito final proferido entre os capítulos 11 e 14 de Apocalipse; e a imortalidade da alma como condição não inerente à vontade humana, mas recebida através da fé em Cristo.

"Os adventistas sabatistas – e mais tarde os adventistas do sétimo dia – passaram a ver essas cinco doutrinas como 'marcos' ou 'pilares' doutrinários" (KNIGHT, 2000, p. 42), tópicos que os diferenciavam de outras ramificações mileritas e de outros cristãos em geral. Os cinco pilares fizeram do adventismo sabatista um movimento peculiar. Mesmo com a manutenção de crenças em comum com os outros cristãos, como a salvação pela graça por meio da fé no sacrifício de Jesus e a eficácia da oração, a pregação adventista sabatista centrava-se nas doutrinas distintas (KNIGHT, 2000, p. 42; KNIGHT, 2015b, p. 100). "[...] essa ênfase unilateral trouxe problemas para o adventismo" (KNIGHT, 2000, p. 42), sobretudo na relação com outros cristãos. As cinco doutrinas basilares não se sustentavam separadamente, mas formavam um conjunto profético-doutrinário carregando, em seu núcleo, as crenças em torno do santuário e da tríplice mensagem angélica.

Nas décadas seguintes ao seu estabelecimento formal, entre 1861 e 1863, a Igreja Adventista enxergava como desafio teológico explicitar e expandir o núcleo de doutrinas centrais e as profecias apocalípticas que conferiam identidade à denominação. Três tendências preocupantes surgiram no processo. Primeiro, "foi uma tentação ao legalismo." (KNIGHT, 2011, p. 89). Mesmo com a insistência de Ellen G. White de que a fé deveria centrar-se na pessoa de Jesus, e da pregação de Tiago White em uma gratuita e plena salvação do ser por meio do sacrifício de Cristo, Bates chegou a ensinar, várias vezes, que a observância do sábado salvava a alma. Outra disposição negativa consistia na aspereza do trato de ministros adventistas na prática do evangelismo ao descobrirem que conseguiam reunir multidões ao desafiar pregadores de outras denominações para debates em torno de temas como o sábado e a condição da pessoa na morte. Os enfrentamentos eram concorridos pela audiência, o que

---

totalmente os que por ele se chegam a Deus, vivendo sempre para interceder por eles' (Hb 7:25), até sua segunda vinda, quando aparecerá, não para tratar com o pecado, mas para salvar os 'que o aguardam para a salvação' (Hb 9:28). Entre esses dois pontos, a cruz e o glorioso retorno, o Senhor Jesus Cristo atua como sacerdote real no santuário, o 'verdadeiro tabernáculo que o Senhor erigiu, não o homem (Hb 8:2), como advogado (1Jo 2:1) e intercessor daqueles que nele creem (Rm 8:34). Na condição de nosso sumo sacerdote, Cristo está ministrando os benefícios de seu sacrifício em favor daqueles que dele se aproximam, um ministério tão essencial à nossa salvação quanto sua morte expiatória. O ministério sacerdotal de nosso sumo sacerdote celestial foi prefigurado no sistema sacrifical do [Antigo Testamento], especialmente conforme se vê no santuário hebreu, feito de acordo com o 'modelo' mostrado por Deus a Moisés (Êx 25:9) e que apontava para a santuário celestial." (RODRÍGUEZ, 2011, p. 421).

significava uma oportunidade ao pregador adventista “evangelizar”. A terceira forma de conduta inquietante estabelecida nas décadas de 1870 e 1880 foi a tendência crescente entre líderes adventistas do sétimo dia de conservar e blindar suas concepções teológicas, em vez de avançar no conhecimento bíblico.

Em sua convicção de constituir um movimento profético, os primeiros adventistas do sétimo dia ressaltavam sua identidade e suas doutrinas básicas e compreendiam que a cadeia profética de Apocalipse 11,19 a 14,20 compunha o foco integrativo de sua teologia. Ao enfatizar “o que era adventista no adventismo”, a Igreja perdeu de vista os aspectos cristãos de sua teologia, o que desembocou em uma crise teológica e de identidade denominacional no fim da década de 1880 (KNIGHT, 2011, p. 91-92).

2.4 REVISÃO DE CRENÇAS NA ASSEMBLEIA DA ASSOCIAÇÃO GERAL DOS ADVENTISTAS DE 1888

Questionamentos e tensionamentos sobre a identidade teológica adventista na Assembleia da Associação Geral realizada em Minneapolis, Minnesota, Estados Unidos, entre outubro e novembro de 1888, culminaram nas mais significativas revisões de crenças da história da IASD. A teologia adventista possui dois tipos de doutrinas inter-relacionadas. A primeira inclui as crenças que os adventistas possuem em comum com os demais cristãos, como a salvação pela graça mediante a fé, a importância da Bíblia, o papel histórico de Jesus como salvador da humanidade e a eficiência da oração. A segunda diz respeito a ensinos peculiares da Igreja, como o sábado do sétimo dia, a segunda vinda real e pré-milenal de Cristo, a imortalidade condicional e as mensagens de juízo procedentes de Daniel 7 e 8 e Apocalipse 14 (KNIGHT, 2003, p. 20-21; KNIGHT, 2011, p. 92).

Por emergirem em uma cultura cristã, os adventistas se portavam de modo a não ressaltar as crenças que partilhavam com outros cristãos, mas a destacar seus preceitos singulares (KNIGHT, 2003, p. 21; KNIGHT, 2011, p. 92; KNIGHT, 2015b, p. 100). Uma estratégia adotada pelos evangelistas da IASD era a de entrar em uma comunidade e desafiar publicamente o ministro local mais notável para um debate sobre as doutrinas bíblicas defendidas pelos adventistas, visto que, em uma “época anterior à televisão e ao rádio, métodos combativos reuniam multidões nas pequenas cidades de então.” (KNIGHT, 2003, p. 21).

Em 1888, a IASD tinha sua plataforma doutrinário-profética estabelecida. A Igreja se transformara numa corporação religiosa que gradualmente se espalhava pelo mundo. Isso

levou a denominação a transmitir sua singularidade, através de suas crenças distintivas. A denominação acreditava que sua missão consistia em alcançar outros cristãos à mensagem adventista. "Quarenta anos praticando esse tipo de evangelismo levou a uma espécie de distanciamento entre o adventismo e o cristianismo básico." (KNIGHT, 2011, p. 92).

Em consequência, "a maior parte dos adventistas do sétimo dia ignorava os aspectos do cristianismo que já compartilhavam com outros cristãos. Na época em que se realizou a [assembleia] da Associação Geral de Minneapolis, [...] essa negligência havia atingido proporções alarmantes." (KNIGHT, 2000, p. 87-88). Ellen G. White escreveu (KNIGHT, 2003, p. 21; KNIGHT, 2011, p. 92) que o adventismo devia primar pela pregação do evangelho da graça de Deus, "para que não mais o mundo dissesse que os adventistas do sétimo dia falam na lei, na lei, mas não ensinam a Cristo nem nele [creem]." (WHITE, 2008d, p. 90). As discussões em torno da justificação pela fé da Assembleia da Associação Geral de 1888 foram "a primeira grande batalha doutrinária para os adventistas depois de terem desenvolvido seu sistema de ensinos." (SCHWARZ; GREENLEAF, 2009, p. 11).

Os precedentes do confronto histórico de 1888 apresentam ministros que pregavam, às vezes de modo ameaçador, sobre profecia, observância do sábado e a segunda vinda de Cristo. Em contraponto, dois jovens líderes, Ellet J. Waggoner e Alonzo T. Jones – que se tornaram conhecidos por seus ensinos sobre a identificação dos dez chifres de Daniel 7[21] e a natureza da lei em Gálatas[22] (KNIGHT, 2011, p. 92) –, expunham novas noções sobre a relação da lei com a obediência, perdão e graça. Em Minneapolis "a Igreja discutiu o assunto deixando feridas cujas cicatrizes duraram um longo tempo." (SCHWARZ; GREENLEAF, 2009, p. 11).

Logo após o grande desapontamento, em 1844, a denominação se distinguiu de outros segmentos cristãos por conta das doutrinas da imortalidade condicional, o sábado do sétimo dia, a atuação do Espírito Santo na Igreja através do espírito de profecia[23] de Ellen G. White,

---

[21] Em 1885, Jones concluiu que a lista dos reinos feita por Urias Smith, principal intérprete das profecias entre os adventistas por décadas, no livro *Thoughts on Daniel and the Revelation*, que representava a posição oficial da Igreja, estava incorreta (KNIGHT, 2003, p. 33).

[22] "A lei em Gálatas havia-se tornado uma questão controversa entre 1884 e 1886, quando [Jones e Waggoner] começaram a ensinar que a epístola tinha os dez mandamentos em foco, e não as leis cerimoniais. [...] Muitos consideravam a 'nova' interpretação como uma ameaça à própria essência da teologia adventista – a permanente santidade do sábado do sétimo dia embutida na lei moral. A fim de defender seu ponto de vista sobre o sábado num contexto religioso hostil, os adventistas haviam protegido sua teologia interpretando a lei em Gálatas como regulamentos cerimoniais. Foi assim que a liderança da igreja entendeu que Jones e Waggoner estavam colocando em risco uma das colunas centrais do adventismo." (KNIGHT, 2003, p. 37).

[23] A teologia adventista atesta, em uma de suas crenças fundamentais, que as "Escrituras revelam que um dos dons do Espírito Santo é a profecia. Esse dom é uma característica da igreja remanescente e nós cremos que ele foi manifestado no ministério de Ellen G. White. Seus escritos falam com autoridade profética e proveem consolo, orientação, instrução e correção para a igreja. Eles também tornam claro que a Bíblia é a norma pela qual deve ser provado todo ensino e experiência." (AM, 2016, p. 276).

uma compreensão diferenciada de outros grupos das três mensagens angélicas de Apocalipse 14 e a crença no ministério sacerdotal de Cristo no santuário celestial.

A declaração de crenças fundamentais da IASD de 1872 deixava transparecer um legalismo dos adventistas. Enfatizava-se o que o ser humano deveria fazer para alcançar a salvação ao invés de se destacar o que Cristo tinha feito em e através de seus seguidores. Embora, na declaração, se reconhecesse que nenhuma pessoa conseguia, por si só, obedecer aos requisitos divinos, mas depender de Cristo para justificação e da graça que possibilitaria prestar obediência aceitável à lei divina, "essas palavras eram seguidas por várias proposições enfatizando o dever de guardar os dez mandamentos. Elas se distanciavam muito de uma retumbante afirmação de que era somente a justiça de Cristo, amoravelmente oferecida e recebida pela fé, que tornava o crente aceitável a Deus." (SCHWARZ; GREENLEAF, 2009, p. 175). Contextualmente, entre as

> décadas de 1870 e 1880, tinha surgido uma nova geração de adventistas do sétimo dia. Ridicularizados por seus companheiros cristãos como legalistas e judaizantes, e perseguidos em algumas regiões, esses adventistas do sétimo dia pesquisavam a Bíblia para suster sua crença sabática. Acharam nela um verdadeiro arsenal de textos-prova, que poderiam ser organizados com uma lógica esmagadora para demonstrar a perpetuidade do sábado. Eles apreciavam debates e, imperceptivelmente, tendiam a se tornar precisamente o que eram acusados de ser: legalistas que olhavam para suas próprias obras em busca de salvação, em vez de olhar para Jesus Cristo. (SCHWARZ; GREENLEAF, 2009, p. 175).

Ellen G. White buscou frear o costume dos adventistas de lisonjear a si próprios a respeito de seu caráter moral e da obediência às leis de Deus. Ela escreveu em um artigo para as reuniões campais de 1882 que os adventistas deveriam renunciar sua justiça própria e rogar que a justiça de Cristo lhes fosse atribuída. "Devemos depender inteiramente de Cristo para nossa força. O eu deve morrer. Devemos reconhecer que tudo o que temos provém das superabundantes riquezas da graça divina." (SCHWARZ; GREENLEAF, 2009, p. 176).

Para Ellen G. White, a fé no sacrifício e méritos de Jesus deveria ser seguida no amor pela obediência, ao que o Espírito Santo cederia poder para transformar o cristão à imagem divina. Por outro lado, ela lamentava que tal experiência fosse compreendida por poucos entre os adventistas (SCHWARZ; GREENLEAF, 2009, p. 176).

Waggoner e Jones iniciaram a publicação, entre 1884 e 1886, na revista *Signs of the Times*, de artigos que concorriam à tradição denominacional. Jones interpretava de modo diferente de Urias Smith o tema relacionado aos dez chifres de Daniel 7. No mesmo período, Waggoner expressou uma nova visão sobre a lei no livro de Gálatas, o que incomodou o presidente da Associação Geral, George I. Butler, que cria que a atitude de Waggoner era o

início de uma derrocada da denominação em sua compreensão da perpetuidade dos dez mandamentos. Com a crise dominical em andamento no período, as questões amplificaram-se (KNIGHT, 2000, p. 89).

Em 1886, Waggoner e Jones se tornaram coeditores da revista *Signs of the Times*. Eles também lecionavam ocasionalmente no Healdsburg College. O estudo intenso que empreendiam sobre as cartas aos Romanos e aos Gálatas transformou-os em entusiastas pregadores da justificação pela fé através dos méritos de Cristo. Na busca em corrigir o que avaliavam como um equívoco do adventismo, ambos trabalharam para convencer os leitores da *Signs*, os estudantes do Healdsburg e os membros das igrejas de São Francisco e Oakland que "a justificação pela fé deveria se tornar muito mais do que uma teoria doutrinária abstrata. Deveria ser uma realidade viva, uma preciosa experiência transformadora na vida dos crentes." (SCHWARZ; GREENLEAF, 2009, p. 177).

Ao chegar próximo fim da década de 1880, "os líderes adventistas do sétimo dia pareciam ter esquecido as raízes radicais e bíblicas da *sola Scriptura* dos fundadores de sua mensagem." (KNIGHT, 2011, p. 95). Depois de 40 anos de existência, enquanto movimento e, após, denominação, alguns líderes utilizavam fontes de autoridade doutrinária recusadas pelos fundadores da Igreja. Ellen G White ratificou a centralidade da autoridade bíblica para o adventismo em uma carta escrita, em agosto de 1888, para os delegados da assembleia da Associação Geral daquele ano.

> Examinem cuidadosamente as Escrituras para ver o que é a verdade [.] A verdade não perde nada pela investigação minuciosa. Que a Palavra de Deus fale por si mesma, que ela seja sua própria intérprete. [...] Há uma incrível indolência entre uma grande parte de nossos ministros, que estão dispostos a que outros [presumivelmente Butler e Smith] pesquisem as Escrituras para eles. Eles tomam a verdade de seus lábios como um fato positivo, mas não conhecem a verdade bíblica através de sua própria pesquisa individual e pela profunda convicção do Espírito de Deus em seus corações e mentes. [...] A Bíblia deve ser nosso padrão de toda doutrina e prática. (KNIGHT, 2011, p. 95).

Os adventistas do sétimo dia veem a Assembleia da Associação Geral de 1888 "como uma mudança radical em seu desenvolvimento teológico" e no percurso teológico da denominação. As reuniões de menos de um mês em Minneapolis "alteraram a configuração do adventismo." Passado mais de um século, os adventistas ainda se encontram divididos sobre a relevância e significados dos encontros de outubro e novembro de 1888 (KNIGHT, 2003, p. 11), assembleia tida como um dos "maiores 'acontecimentos' teológicos da história da Igreja" (KNIGHT, 2003, p. 17).

A “preciosíssima mensagem” de 1888, segundo palavras de Ellen G. White (KNIGHT, 2003, p. 19-20), conduzida pelos pastores Waggoner e Jones, apresentava como principais tópicos: o Cristo enquanto Salvador crucificado; a justificação pela fé em Jesus; uma relação entre a justiça de Cristo e a obediência aos mandamentos de Deus; a necessidade dos adventistas centrarem sua atenção em Jesus; a justiça de Cristo ou justiça pela fé e sua relação com a terceira mensagem angélica de Apocalipse 14,9-12; o Cristo morto em lugar da humanidade como expiação pelo pecado; as bênçãos pactuais de Jesus para seus filhos; o alerta de que os adventistas enfatizavam a lei e negligenciavam a Jesus e a relevância da fé em seu sacrifício; a fé nos méritos do Salvador crucificado enquanto “a vida da Igreja”; o aviso de que Satanás desviara os olhos da Igreja de Jesus e os conduzira para a teologia eclesiástica alicerçada em esforços humanos; e o chamado dos pastores Waggoner e Jones para conduzir a visão dos adventistas para Jesus, para a fé em seus méritos e sacrifício e para a relação existente entre a salvação pela fé e a mensagem do terceiro anjo.[24]

Os principais envolvidos nas discussões da Assembleia da Associação Geral de 1888, que teve como dinâmica central um “conflito de personalidades” (KNIGHT, 2003, p. 24), foram, de um lado, George I. Butler (1834-1918), presidente da Associação Geral dos adventistas do sétimo dia entre 1871 e 1874 e 1880 e 1888, e Urias Smith (1832-1903), secretário da Associação Geral desde 1863 – com exceção de três anos –, editor por quase 25 anos de um dos periódicos de maior renome na instituição, a *The Advent Review and Sabbath Herald*, e conhecido como “autoridade insuperável em interpretação profética” da denominação (KNIGHT, 2003, p. 25), enquanto representantes da “velha-guarda” da Igreja (KNIGHT, 2003, p. 24). Do outro lado, os jovens Alonzo T. Jones (1850-1823) e Ellet J. Waggoner (1855-1916).

Considera-se a Assembleia da Associação Geral de 1888 como “uma das reuniões mais importantes e hostis” da denominação (KNIGHT, 2000, p. 88). Certos acontecimentos da década de 1880 explicam o clima tenso experimentado. No contexto, os Estados Unidos caminhavam, desde a década de 1860, para uma crise nacional que envolvia a lei dominical. Uma plataforma política, encabeçada pela Associação Nacional de Reforma, desejava “proteger a santidade do domingo” (KNIGHT, 2000, p. 88). Alguns viam os adventistas guardadores do sábado como um “problema” na campanha de proteção do domingo. A

[24] “Seguiu-se a estes outro anjo, o terceiro, dizendo, em grande voz: se alguém adora a besta e a sua imagem e recebe a sua marca na fronte ou sobre a mão, também esse beberá do vinho da cólera de Deus, preparado, sem mistura, do cálice da sua ira, e será atormentado com fogo e enxofre, diante dos santos anjos e na presença do cordeiro. A fumaça do seu tormento sobe pelos séculos dos séculos, e não têm descanso algum, nem de dia nem de noite, os adoradores da besta e da sua imagem e quem quer que receba a marca do seu nome. Aqui está a perseverança dos santos, os que guardam os mandamentos de Deus e a fé em Jesus.” (Ap 14,9-12).

situação para a Igreja se agravou em 1882, quando autoridades da Califórnia prenderam William C. White, filho mais novo do casal White, por colocar em funcionamento, num domingo, a gráfica da Pacific Press, editora da denominação. Pelos idos de 1885, adventistas foram presos no Arkansas e, por volta de 1888, no Tennessee e outros estados. Posteriormente, ministros adventistas realizaram trabalhos forçados junto a presos comuns, pela "profanação do domingo" (KNIGHT, 2000, p. 88).

O clímax do embate dominical (KNIGHT, 2000, p. 88-89; KNIGHT, 2003, p. 31) ocorreu em 21 de maio de 1888, quando Henry W. Blair, senador de New Hampshire, submeteu ao senado dos Estados Unidos um projeto de lei em favor da promoção do domingo como dia de adoração religiosa. Essa foi a primeira proposta de tal natureza apresentada ao legislativo estadunidense desde o começo do movimento adventista, nos anos 1840.

Os adventistas consideravam os acontecimentos em torno da legislação dominical como um cumprimento profético. Raciocinavam que a pregação dos livros de Daniel e Apocalipse feita por 40 anos estava prestes a se cumprir, já que, com a fixação da guarda do domingo por lei, a formação e a imposição da marca da besta[25] de Apocalipse 13 apontavam para o fim do mundo (KNIGHT, 2000, p. 89; KNIGHT, 2003, p. 31-32). "Parecia que a liberdade norte-americana estava à beira de um colapso. *Foi assim que o rebuliço escatológico em torno do movimento da lei dominical serviu como fator contribuinte para intensificar as tensões na* [*assembleia*] *da Associação Geral de 1888.*" (KNIGHT, 2003, p. 32, grifo do autor). Com esses desdobramentos em mente, entende-se porque alguns líderes adventistas foram contrários quando correligionários passaram a reavaliar a interpretação profética e teológica da lei sustentadas pela Igreja. Como o período era de "extrema crise" (KNIGHT, 2000, p. 89), tal postura ameaçava publicamente o centro da mensagem adventista.

O "elevado teor emocional" dos participantes da assembleia de 1888 se explica pelo fato de que os adventistas criam, por conta da crise dominical, já enfrentar o fim dos tempos. Stephen N. Haskell escreveu durante a assembleia que tudo quanto os adventistas ensinaram

---

[25] Sobre Apocalipse 13,16, para a teologia adventista, "marca" vem do grego "*charagma*, 'impressão', 'estampa'. Deve tratar-se de um estandarte de lealdade, alguma característica especial expressando que aquele que a exibe adora a besta, cuja ferida mortal fora curada [...]. Os eruditos adventistas entendem que esta não é uma marca literal; em vez disso, consiste em um sinal de aliança que identifica o portador como alguém leal ao poder representado pela besta. A controvérsia [...] girará em torno da lei de Deus, sobretudo, do quarto mandamento [...]. Logo, a observância do domingo será o sinal, mas isso só ocorrerá quando o poder da besta for reavivado e a observância do domingo no lugar do sábado se tornar lei. Ao mesmo tempo, a terceira mensagem angélica soará fortemente em advertência contra o recebimento da marca (Ap 14:9-11). Essa mensagem, que crescerá até se tornar um alto clamor (Ap 18:1-14), esclarecerá as pessoas quanto às questões envolvidas. Quando tudo estiver claro diante das pessoas e, mesmo assim, escolherem seguir a instituição da besta, observando-a e desobedecendo ao sábado de Deus, elas mostrarão sua fidelidade ao poder da besta e receberão sua marca." (COMENTÁRIO..., 2016, p. 910).

nos 40 anos passados sobre profecia estava prestes a ocorrer; sobretudo, que a liberdade de observar o sábado seria, em breve, extinguida. Por isso, "não é difícil entender por que alguns líderes adventistas reagiram de maneira tão violenta e passional quando pessoas de suas próprias fileiras começaram a questionar a validade da interpretação denominacional de alguns aspectos da profecia, bem como da teologia da lei" (KNIGHT, 2003, p. 32), pois representava uma ameaça à identidade adventista em um tempo de crise.

Na controvérsia, Ellen G. White defendeu o direito de Jones e Waggoner de serem ouvidos, mesmo que Smith, Butler e outros delegados da assembleia fossem contrários. Alguns escritores adventistas do século XX "têm afirmado que a mensagem apresentada em 1888 por Jones e Waggoner era algo novo para o adventismo. Mas os fatos não confirmam esse ponto de vista. Ao contrário, dois dos mais influentes participantes de 1888 contradizem repetidamente essa declaração." (KNIGHT, 2000, p. 91).

Em um escrito citado por Knight, Waggoner indica que o ponto de vista defendido por ele, basicamente alicerçado nas crenças da justificação pela fé e a justiça de Cristo em relação à lei, era o mesmo que moveu o apóstolo Paulo e os reformadores Lutero e Wesley. Ellen G. White concordava que os jovens apresentavam uma mensagem que não era nova. Lamentavelmente, ao tratar, durante 40 anos, de doutrinas exclusivas, os adventistas descuidaram das crenças que mantinham em comum com outros cristãos, caso da salvação pela graça mediante a fé em Cristo. Por isso, a pregação de Jones e Waggoner em Minneapolis teve destaque, visto que reuniu crenças tipicamente adventistas com a mensagem de salvação unicamente em Cristo (KNIGHT, 2000, p. 91-92). Para Waggoner, era preferível estar correto a sustentar uma interpretação tradicional equivocada. Particularmente, ele "não via nada de humilhante em mudar a interpretação denominacional" (KNIGHT, 2003, p. 39), pois considerava um reconhecimento do progresso teológico dos adventistas.

"A importância das reuniões de 1888 reside no fato de terem rebatizado o adventismo no cristianismo." (KNIGHT, 2000, p. 93). Os discursos cristocêntricos de Jones e Waggoner produziram uma reação mista nos participantes da assembleia. Alguns líderes da Igreja os aceitaram, enquanto a maioria rejeitou tanto a mensagem quanto seus precursores.

> Uma das maiores tragédias de Minneapolis foi que, na busca de proteger a pureza doutrinária do adventismo e sua interpretação bíblica tradicional, a liderança de Battle Creek perdeu seu cristianismo. […] eles estavam mais interessados em conservar os pontos de vista tradicionais do que em descobrir a plena verdade (KNIGHT, 2003, p. 65).

Waggoner concentrou-se em evidenciar que a lei mostra a pecaminosidade humana e sua incapacidade de se justificar perante Deus, mas que Cristo, em quem "habita, corporalmente, toda a plenitude da divindade" (Cl 2,9), quer "cobrir o pecador arrependido com o seu próprio manto de justiça" (SCHWARZ; GREENLEAF, 2009, p. 180) e torná-lo aceitável ante Deus, conceder vitória sobre pecados futuros e perdoar os anteriormente cometidos. Muitos delegados afirmaram posteriormente que "sua verdadeira experiência cristã" no evangelho iniciou naquela assembleia. Ellen G. White endossou a mensagem de Waggoner. Nas dez preleções formais feitas na ocasião, ela convidou os participantes a estudarem com mais profundidade a Bíblia e converterem o coração genuinamente a Cristo. Ao admitir ver "a beleza da verdade" nas exposições de Waggoner sobre a "justiça de Cristo em relação à lei", Ellen G. White recomendou que os delegados atentassem a Cristo, seu sacrifício e o que ele desejava realizar por seu povo (SCHWARZ; GREENLEAF, 2009, p. 181).

O legado das reuniões de 1888 tem mais que ver com a renovada ênfase adventista no plano da salvação do que com a identidade da lei em Gálatas ou a identificação dos dez chifes de Daniel 7. Waggoner trabalhou para suplantar a questão de Gálatas e explicar a justiça pela fé em Cristo (KNIGHT, 2011, p. 93). "A [Assembleia] da Associação Geral de Minneapolis veio a ser um dos momentos mais decisivos no desenvolvimento da teologia adventista." (KNIGHT, 2011, p. 94). Quatro questões teológicas procederam da assembleia: uma reconsideração das bases para a autoridade em resolver demandas bíblicas e teológicas; uma melhor compreensão da justificação pela fé e sua relação com a mensagem do terceiro anjo; avanços na teologia da Igreja sobre a Trindade, a natureza divina de Cristo e a personalidade do Espírito Santo; e investigações a respeito da natureza humana de Cristo (KNIGHT, 2011, p. 94-95).

Ellen G. White acentuou a pertinência da mensagem de 1888 de Jones e Waggoner em reconciliar o adventismo com as crenças cristãs basilares sobre a salvação e não por ter desenvolvido uma doutrina adventista específica de justificação pela fé. Para ela, a mensagem "apresentava um cristianismo que exaltava a Cristo como a coluna central de toda a vida e pensamento cristão" (KNIGHT, 2003, p. 119), proclamava a justificação mediante a fé e ensinava a santificação como imagem da obediência à lei de Deus por meio da ação do Espírito Santo.

Os ensinos de Waggoner sobre a lei e o evangelho não formavam uma nova doutrina. Sua pregação se harmonizava com os fundamentos dos reformadores. Em concordância com Ellen G. White, Waggoner compreendia que a doutrina da justificação elaborada, distante de

expressar uma nova compreensão, representada tal crença conforme apresentada pelo apóstolo Paulo e os reformadores Lutero e Wesley, negligenciada pelos adventistas em seus primeiros 40 anos de existência (KNIGHT, 2003, p. 120-121).

Um dos problemas posteriores à reunião foi que os líderes do adventismo tradicional viram a afirmação dos ensinamentos sobre a graça e a fé como um desafio e até uma negação do adventismo do passado. A teologia adventista necessitava se enquadrar dentro da mensagem cristã transmitida pelos apóstolos e a Reforma protestante (KNIGHT, 2011, p. 129).

2.5 RECONHECIMENTO EVANGÉLICO COM O *QUESTIONS ON DOCTRINE*

Outro tencionamento histórico que levou os adventistas a rever suas crenças começou com a publicação de um artigo de Donald Grey Barnhouse na revista *Eternity*, em setembro de 1956, intitulado *São os adventistas cristãos?*, que provocou uma "crise" e uma nova disposição teológica no adventismo (KNIGHT, 2011, p. 170). Nele, com o consentimento de Le Roy E. Froom e Roy A. Anderson, lideranças da Associação Ministerial da Associação Geral, Barnhouse "rebaixou publicamente" Milian L. Andreasen, eminente teólogo adventista nas décadas de 1930 e 1940, e a sua teologia sob o rótulo de "facção lunática" da Igreja e implicitamente classificou Andreasen como um indivíduo parecido com os "desvairados irresponsáveis [...] do cristianismo fundamentalista" (KNIGHT, 2011, p. 170).

Em contraste, Barnhouse elogiou o que chamara de "liderança sensata" (KNIGHT, 2011, p. 170) da IASD por impedir que membros apresentassem concepções diferentes das adotadas pelos líderes da denominação. Barnhouse considerou ter feito justiça a um grupo de cristãos sinceros que foi historicamente caluniado e retirá-los da posição de heréticos que ocupavam junto às Testemunhas de Jeová, os mórmons e os cientistas cristãos, e os reconheceu como irmãos e membros do corpo de Cristo.

Esse anúncio da ortodoxia adventista proferido por um líder do movimento evangélico conservador dos Estados Unidos resultou de uma série de 18 diálogos realizados entre a primavera de 1955 e o verão de 1956 entre lideranças adventistas como Froom, Anderson e Walter E. Read, com Donald Grey Barnhouse, editor da revista *Eternity*, e Walter Martin, especialista em seitas estadunidenses, convocado pela editora Zondervan a produzir um livro sobre o adventismo. Martin acessou amplamente a literatura adventista e compareceu nas reuniões com uma série de perguntas sobre as crenças denominacionais, que abrangiam amplo

espectro da teologia adventista (KNIGHT, 2011, p. 170; SCHWARZ; GREENLEAF, 2011, p. 454).

> Antes de responder às perguntas de Martin sobre os adventistas do sétimo dia, os dirigentes da Associação Geral enviaram suas respostas a 200 adventistas de destaque. Seus comentários constituíram a base para um livro de 700 páginas, *Questions on doctrine* [...],[26] que apareceu em 1957. Martin descobriu que as denominações cristãs compartilhavam da maioria dos ensinos adventistas, mas cinco doutrinas eram distintivamente adventistas do sétimo dia: (1) duas fases distintas do ministério de Cristo no santuário celestial; (2) o juízo investigativo;[27] (3) o dom profético manifestado na obra de Ellen G. White; (4) o selo de Deus e a marca da besta simbolizando as forças do bem e do mal no último conflito sobre a Terra; e (5) as três mensagens angélicas de Apocalipse 14, representando a mensagem final de Deus ao mundo. (SCHWARZ; GREENLEAF, 2011, p. 455).

Desde o "fracasso do milerismo" com o "grande desapontamento" na década de 1840, a maioria dos adventistas era vista com reservas pelos protestantes, inclusive por requerer na pessoa de Ellen G. White a figura de uma profetisa[28] e por centrarem sua pregação nos dez mandamentos, e, em específico, na guarda do sábado do sétimo dia. Por conseguinte, no começo do século XX, grande parte dos protestantes tinha o adventismo como uma seita[29] que devia ser evitada. Os adventistas eram classificados, assim como as Testemunhas de Jeová, os cientistas cristãos e os mórmons, como "subcristãos" (KNIGHT, 2000, p. 143).

---

[26] Publicado em português pela Casa Publicadora Brasileira, em edição anotada, como *Questões sobre doutrina: o clássico mais polêmico da história do adventismo. Notas e introdução histórica e teológica por George R. Knight*. Versão original disponível em: <http://documents.adventistarchives.org/Books/QOD19570101.pdf>.

[27] Para a teologia adventista, em "1844, no fim do período profético dos 2.300 dias, [Jesus] iniciou a segunda e última etapa de seu ministério expiatório, que foi tipificado pela obra do sumo sacerdote no lugar santíssimo do santuário terrestre. É uma obra de juízo investigativo, a qual faz parte da eliminação final de todo pecado, prefigurada pela purificação do antigo santuário hebraico, no dia da expiação. Nesse serviço típico, o santuário era purificado com o sangue de sacrifícios de animais, mas as coisas celestiais são purificadas com o perfeito sacrifício do sangue de Jesus. O juízo investigativo revela aos seres celestiais quem dentre os mortos dorme em Cristo, sendo, portanto, nele, considerado digno de ter parte na primeira ressurreição. Também torna manifesto quem, dentre os vivos, permanece em Cristo, guardando os mandamentos de Deus e a fé de Jesus, estando, portanto, nele, preparado para a trasladação ao seu reino eterno. Este julgamento vindica a justiça de Deus em salvar os que creem em Jesus. Declara que os que permaneceram leais a Deus receberão o reino. A terminação do ministério de Cristo assinalará o fim do tempo da graça para os seres humanos, antes do segundo advento." (AM, 2016, p. 385).

[28] Por sua vez, Ellen G. White considerava "que a palavra 'profetisa' não definia apropriadamente seu ministério. Preferia ser vista como 'mensageira' de Deus para seu povo nos últimos dias. Embora os outros muitas vezes a tratassem como profetisa, ela entendia que sua obra abrangia mais do que esse termo geralmente significava" (RICE, 2011, p. 702). Ellen G. White reconhecia "a autoridade conferida a seu ministério como profetisa literária não canônica." (RICE, 2011, p. 702). Ela "não reclamava ser profetisa. [...] Outros me têm chamado profetisa, eu, porém, nunca me atribuí esse título. Não tenho sentido que fosse meu dever designar-me assim. [...] Minha obra inclui muito mais do que esse nome significa. Considero-me uma mensageira a quem o Senhor confiou mensagens para seu povo." (WHITE, 2007d, p. 73-74).

[29] Sobre o uso de seita, Berkenbrock (2019, p. 38-39) problematiza que esse "tipo de classificação, aparentemente bastante lógico, na prática faz pouco sentido. O que teria que ter certo grupo para ser classificado como religião? Ou o que estaria faltando para a um determinado grupo para que não fosse reconhecido como religião, mas como seita? [...] as categorias religião e seita são geralmente usadas como contrapostas e num sentido muito mais pejorativo do que elucidativo. [...] A palavra, que em sua origem significa separação, adquiriu no contexto religioso uma conotação negativa".

Para integrantes de outras confissões religiosas, ressaltar a observância dos dez mandamentos, abandonar o consumo de certos alimentos, manter uma postura conservadora quanto ao vestuário e entretenimento, demarcam os adventistas como legalistas que pretendem alcançar a salvação eterna com base em boas obras e não apenas mediante a graça de Cristo pela humanidade. "Muitos cristãos se ressentem contra o que interpretam como exclusivismo e orgulho que os adventistas expressam em sua declaração de que são a igreja 'remanescente'." (SCHWARZ; GREENLEAF, 2009, p. 442). Equivocam-se ao crer que os adventistas avaliam todos os observadores do domingo como portadores da "marca da besta", enquanto eles, por observarem o sábado, receberam o "selo de Deus".[30] O fundamento para tais opiniões baseia-se em interpretações extravagantes que alguns adventistas fazem e expõem de Apocalipse 12,17[31] e 14,6-12.[32]

> Embora a Igreja Adventista sustente que Apocalipse 12:17 explica uma missão que lhe foi divinamente designada de levar verdades especiais ao mundo, ela não mantém a crença de que seus membros são os únicos filhos de Deus. Apesar de se vincular o termo "remanescente" com uma [ideia] de exclusividade amenizada, a palavra tem persistido. (SCHWARZ; GREENLEAF, 2009, p. 442).

A defesa vigorosa da observância do sábado influenciou os adventistas a pensarem que sua separação de outras comunidades cristãs tinha base bíblica. Ellen G. White contribuiu para isso ao afirmar que as liberdades individuais de crença seriam ameaçadas caso houvesse alguma aliança religiosa entre o protestantismo e o catolicismo (WHITE, 2013d, p. 491-507).

---

[30] "O sinal da aprovação e proteção divina se chama 'o selo do Deus vivo', aplicado pelos anjos na fonte de todos quantos rejeitam a marca da besta (Ap 7:2, 3). Assim como a marca da besta reflete o 'nome' ou caráter do anticristo (Ap 13:17), assim o selamento dos servos de Deus, em Apocalipse 7, reflete a confirmação de seu caráter moral semelhante ao de Deus. É possível deduzir isso do fato de que o selo de Deus também é chamado o *nome* do cordeiro e o *nome* do seu Pai (Ap 14:1; cf. 22:4). A marca ou selo indica uma relação de pertença a Cristo, o cordeiro; ou à besta, o anticristo." (LARONDELLE, 2011, p. 972, grifos do autor). Historicamente, os adventistas identificam a marca da besta com o futuro, na instauração de um governo global opressivo que imporá a observância do domingo no fim dos tempos. Eles não creem que a observância dominical, hoje, implique a marca da besta sobre aqueles que o fazem (FLM; AG, 2000, p. 21).

[31] "Irou-se o dragão contra a mulher e foi pelejar com os restantes da sua descendência, os que guardam os mandamentos de Deus e têm o testemunho de Jesus".

[32] Os adventistas defendem que desde seus primórdios, "têm proclamado as três mensagens angélicas (Ap 14:6-12) como o último apelo de Deus para os pecadores aceitarem a Cristo e creem que seu movimento corresponde ao 'remanescente' do Apocalipse. Nenhum outro grupo religioso proclama essa mensagem completa e nenhum outro apresenta as características citadas em Apocalipse 12:17. Logo, nenhum outro tem um motivo válido e bíblico para afirmar ser o remanescente. No entanto, os adventistas rejeitam enfática e inequivocamente qualquer pensamento de serem os únicos filhos de Deus e de terem lugar garantido no céu. Creem que todos que adoram ao Senhor com sinceridade, isto é, nos termos de toda a vontade revelada que compreendem, são membros em potencial do último grupo remanescente mencionado em Apocalipse 12:17. Os adventistas creem ter a tarefa solene e o privilégio de tornar claras e persuasivas as verdades divinas distintivas a ponto de atrair todos os filhos de Deus a esse grupo profeticamente predito, que se prepara para o dia do Senhor." (COMENTÁRIO..., 2016, p. 902). Os adventistas identificam uma síntese da história da Igreja na interpretação historicista de Apocalipse 12-14 (RODRÍGUEZ, 2012c, p. 203).

Por alimentar tal convicção, os adventistas nunca participaram formalmente do movimento ecumênico, não obstante tenham colaborado pontualmente com outras igrejas na busca de certos objetivos comuns (SCHWARZ; GREENLEAF, 2011, p. 451). Para a Igreja Adventista, sua teologia distintiva justificava a decisão da Associação Geral em rejeitar recorrentemente se aliar a outras confissões cristãs com fins ecumênicos, mas também oportunizava a formação de conceitos errôneos de outras denominações sobre o adventismo (SCHWARZ; GREENLEAF, 2011, p. 454).

As relações conflituosas entre adventistas e outros cristãos alterou-se quando Barnhouse e Martin concluíram que aqueles não acreditavam em diversas "heresias" a eles atribuídas, que a IASD não era uma seita e merecia o reconhecimento público como uma genuína denominação cristã (KNIGHT, 2000, p. 143-144). Em setembro de 1956, Barnhouse deu parecer favorável ao adventismo na *Eternity*. Martin escreveu em 1960 um livro favorável à IASD, o *The truth about seventh-day adventism*. Nesse ínterim – no outono de 1957 (KNIGHT, 2011, p. 171) –, a Igreja publicou o *Questions on doctrine* com as respostas às indagações lançadas pelos dois interlocutores que representavam o meio evangélico. Desde então, os adventistas conservam melhor relacionamento com maior parte da comunidade cristã, o que, por sua vez, dividiu a opinião de membros da denominação sobre se o reconhecimento representou um avanço ou retrocesso para a mensagem distinta do adventismo (KNIGHT, 2000, p. 144).

Martin focava seu interesse em quatro temas, para os quais cobrava respostas dos adventistas. Com base nos estudos sobre a IASD que empreendeu, ele entendia que para o adventismo o sacrifício de Jesus na Cruz não foi completo, que a salvação resultava da graça junto com as obras da lei, que Cristo era um ser criado e que ele possuía a natureza caída e pecaminosa do ser humano quando encarnou. Froom, Anderson e seus colegas disseram a Barnhouse e Martin que grande parte dos adventistas nunca defendeu esses pontos de vista divergentes. No entanto, a "pesquisa histórica [...] mostra que exatamente o oposto é que era verdade a respeito da questão da natureza humana de Cristo e até mesmo a respeito de crenças como a expiação completa e a existência eterna de Cristo." (KNIGHT, 2011, p. 171).

O *Questions on doctrine* – editado preponderantemente por Froom e Anderson –, enquanto retorno quase oficial às indagações produzidas pela dupla Barnhouse e Martin, foi distribuído entre adventistas e milhares de pastores e professores de teologia de outras igrejas. Estimativas levantadas por Froom dizem que a tiragem do livro ultrapassou os 138 mil exemplares até 1970.

> Com algumas exceções, *Questions on doctrine* apresentava a teologia adventista da maneira como a denominação a havia expressado antes da década de 1950, mas essas exceções tornariam o *Questions on doctrine* um livro altamente controverso. Em reação a ele, se desenvolveu finalmente um movimento separatista dentro do adventismo. (KNIGHT, 2011, p. 171-172).

Desde sua primeira publicação nos Estados Unidos em 1957, o *Questions on doctrine* esteve envolto em intensa polêmica entre eruditos, ministros e leigos adventistas, basicamente por defender ideias antiperfeccionistas (TIMM, 2008b, p. 95). Apesar da liderança da IASD crer que a obra desempenhava uma influência unificadora entre seus ministros ao redor do mundo, nem todos os adventistas estavam satisfeitos. "Os críticos acusavam a igreja de haver revisto aspectos importantes da teologia adventista em seu desejo de harmonizar-se com outros protestantes." (SCHWARZ; GREENLEAF, 2009, p. 456). Publicado em português e espanhol de maneira fragmentada em periódicos adventistas entre as décadas de 1960 e 1970, a obra ganhou formato integral em livro para o espanhol em 1986 (TIMM, 2008b, p. 95) e para o português em 2008.

Por conta das críticas à obra, a liderança denominacional resolveu que o livro, depois de ter vendido cerca de 150 mil cópias, não deveria ser mais impresso. Enquanto que na América do Norte o original em inglês era retirado intencionalmente de circulação, versões em espanhol e português do livro, em forma de artigos, circulavam na América do Sul (TIMM, 2008b, p. 96).

Com o título de *Os adventistas do sétimo dia respondem a perguntas sobre doutrina*, uma série de 85 partes foi publicada em português na revista *O Ministério Adventista*, entre as edições de janeiro-fevereiro de 1960 a março-abril de 1976. Esta série se apresenta mais completa e exata do que a publicada em espanhol. Todavia, existem alguns erros e supressões na edição em português que não podem ser desconsiderados.[33] Ao mesmo tempo, a versão em espanhol foi publicada em uma série de 84 partes em *El ministerio adventista*, durante as edições de janeiro-fevereiro de 1960 a maio-junho de 1978, com o título de *Preguntas sobre doctrinas*. Os dois anos adicionais da publicação em espanhol ocorreram por conta do maior número de edições em que a série espanhola não foi publicada no ínterim dos 18 anos de duração da série. Esta teve, ainda, um percentual maior de supressões[34] do que a versão brasileira (TIMM, 2008b, p. 99). As duas séries alcançaram todos os ministros adventistas da

[33] Timm levanta (2008, p. 99) todas as imprecisões e eliminações do *Questions on doctrine* presentes n'*O Ministério Adventista*.
[34] Timm lista (2008, p. 99-100) todos os casos encontrados em *El ministerio adventista*.

Divisão Sul-Americana[35] entre as décadas de 1960 e 1970, mas com impacto dissolvido ao longo de 16 anos de publicação para o português e 18 para o espanhol (TIMM, 2008b, p. 100).

A ideia de publicar o *Questions on doctrine* em forma de livro em português partiu do Centro de Pesquisas Ellen G. White que, na década de 1990, digitalizou a série dos 85 fragmentos publicados n'*O Ministério Adventista* com a finalidade de reunir todo o material em um único arquivo eletrônico para facilitar a consulta e pesquisa. Dois fatores incitaram sua publicação em livro. Primeiro, o crescente número de ministérios independentes e indivíduos ligados à IASD no Brasil que acusavam a denominação de ter apostatado oficialmente em 1957 com a publicação original da obra. "Curiosamente, a maioria desses críticos jamais havia visto uma cópia do livro, mas, mesmo assim, o criticava vigorosamente" (TIMM, 2008b, p. 104). E, segundo, a publicação, em 2003, pela Andrews University Press, de uma edição anotada da obra.

> No território da Divisão Sul-Americana, o *Questions on doctrine* tem sido considerado, ao longo dos anos, não apenas como uma expressão genuína e confiável da teologia adventista do sétimo dia, mas também como um valioso corretivo às tendências legalistas e perfeccionistas [pré-*Questions*] *on doctrine*. Este tem sido o caso especialmente pelo fato de a educação teológica na divisão ter sido fortemente influenciada pelas [ideias antiperfeccionistas] de eruditos como Le Roy E. Froom, Edward Heppenstall, Raoul Dederen, e Hans K. LaRondelle. Além disso, não podemos desconhecer a tradicional tendência sul-americana de respeito e lealdade à liderança da Associação Geral, onde o *Questions on doctrine* foi realmente concebido e produzido. Foi somente no final da década de 1990 que críticas significativas ao livro começaram a chegar a esta região do mundo, através dos assim denominados "ministérios independentes de extrema direita". (TIMM, 2008b, p. 104).

Na resposta de Martin à publicação original do *Questions on doctrine*, no *The truth about seventh-day adventism*, publicado pela Zondervan em 1960, o autor tratou a teologia adventista com grande respeito e considerou os adventistas como verdadeiros cristãos e não parte de uma seita. Em seu livro, Martin também apontou o que considerava os erros e fraquezas da teologia adventista. As reações no protestantismo conservador não foram positivas com o *Questions on doctrine* e com o livro de Martin. Norman F. Douty, em *Another look of seventh-day adventism*, de 1962, afirmou que Martin e Barnhouse foram generosos demais e que o adventismo se afastou dos ensinos bíblicos, conforme o prisma do cristianismo histórico.

---

[35] Uma das divisões da IASD no mundo, com sede em Brasília. Abrange Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai.

No prefácio de *The truth about seventh-day adventism*, Barnhouse, ao perceber uma divisão entre os adventistas com o *Questions on doctrine*, realçou que somente os membros da IASD, que segundo ele serviam a Deus da forma como os líderes da denominação prescreviam, deveriam ser considerados membros do corpo de Cristo. A declaração insinua que alguns adventistas ainda eram considerados como integrantes de uma seita (KNIGHT, 2011, p. 172).

A afirmação afetava diretamente Milian L. Andreasen, o mais influente teólogo adventista de década de 1940, relegado à condição de lunático nos diálogos evangélicos de 1955 e 1956. Como reação ao livro e os vários artigos produzidos a seu respeito na revista *Ministry*, que apoiavam a "nova" teologia apresentada na obra, Andreasen escreveu as *Letters to the churches*. Para ele, o *Questions on doctrine* representava uma infidelidade dos líderes adventistas para com os evangélicos e uma traição ao adventismo histórico. Dois pontos ressaltados na obra enfureceram Andreasen: a expiação completa na cruz – que parecia contradizer um ponto capital da crença adventista desde 1845, de que a expiação começou em outubro de 1844, a partir da profecia de Daniel 8,14 – e o nascimento de Cristo com natureza humana sem pecado. A "nova teologia" apresentada destruía a teologia da última geração de Andreasen.[36]

> A questão da expiação completa foi em muitos aspectos um ajuste semântico feito para possibilitar os líderes adventistas em diálogo com Barnhouse e Martin a expressar sua crença na suficiência do sacrifício de Cristo. [...] Desse modo, os autores de *Questions on doctrine* conseguiram concordar com os evangélicos que Jesus havia "realizado" na cruz a expiação sacrifical, sem abandonar a concepção adventista de que a expiação prosseguia no santuário celestial [...]. [Andreasen] não percebeu as sutilezas do *Questions on doctrine*. (KNIGHT, 2011, p. 173).

Se de fato pode-se considerar o assunto da expiação como um ajuste semântico para facilitar o diálogo, o mesmo não se aplica para a questão da natureza humana de Cristo, crença que foi revista. O ensino do *Questions on doctrine* representa uma alteração do ponto de vista da maioria da Igreja Adventista na primeira metade dos anos 1950. Tal mudança gerou constante controvérsia. Andreasen escreveu que ninguém poderia crer, ao mesmo

[36] "Utilizando o conceito vastamente sustentado de que Cristo possuía uma natureza pecaminosa exatamente como a de Adão depois da queda (isto é, uma natureza pecaminosa com tendências para o pecado), Andreasen formulou a sua interpretação da teologia da 'última geração', com Cristo sendo um exemplo do que poderia ser realizado na vida de seus seguidores." Para Andreasen, "Satanás não foi derrotado na cruz, mas seria derrotado pela última geração em sua demonstração de que uma geração inteira de pessoas poderia viver uma vida impecavelmente perfeita. Possuindo a natureza humana com todos os seus problemas, Cristo provou que isso poderia ser feito. A última geração teria condições de viver a mesma vida impecavelmente perfeita que ele viveu com o mesmo auxílio que ele tivera. Assim, por meio deles, Deus 'derrota Satanás e ganha o pleito'. 'No remanescente encontrará Satanás sua derrota'. 'Na última geração, Deus será reivindicado'. Nessas circunstâncias, Cristo poderá vir novamente." (QUESTÕES..., 2008, p. 17).

tempo, nos escritos de Ellen G. White e na “nova teologia” de que Cristo não foi pressionado por paixões humanas; em seu ponto de vista, o livro acabava com um dos pilares do adventismo. Para problematizar a situação, os escritores do *Questions on doctrine* foram parciais ao apresentar no apêndice da obra títulos de introdução às citações de Ellen G. White sobre o tema que não representavam fidedignamente o material que ela produzira (KNIGHT, 2011, p. 174).

Portanto, Andreasen demostrou uma preocupação válida. Mas a compreensão de Ellen G. White sobre o tópico diferia da do teólogo. Uma contribuição relevante do *Questions on doctrine* foi compilar e publicar declarações de White sobre o tema que divergiam da concepção tradicional do adventismo. No livro, porém, foram acrescentados títulos enganosos a certas afirmações da autora e deixou-se de fora citações a respeito que não se coadunavam com a tese básica dos autores do livro. Outro ponto de destaque na controvérsia foi que Andreasen focalizou o assunto da natureza de Cristo como pilar fundamental do adventismo. Ainda que fosse um tema de importância na teologia adventista, não representava um pilar teológico dos fundadores do adventismo (KNIGHT, 2011, p. 175).

Por mais que o *Questions on doctrine* consistisse na mais definitiva declaração das crenças da IASD em forma de livro, caiu em desuso nas duas décadas seguintes. “Em alguns círculos, os adventistas se opuseram a ele conscienciosamente.” (SCHWARZ; GREENLEAF, 2011, p. 456). No seu lugar, em 1988, surge o *Seventh-day adventists believe* – publicado em português como *Nisto cremos* –, que se tornou a declaração mais consultada sobre as crenças adventistas.

Com bases teológicas oriundas da Igreja apostólica e de diversos grupos cristãos ao longo da história – sobretudo os protestantes –, o adventismo se desenvolve no grande despertamento da primeira metade do século XIX em uma lógica interdenominacional, nitidamente vista na estrutura de seu antecessor direto, o movimento milerita. Com um espírito interconfessional unificado, o movimento aglutinou integrantes de várias denominações cristãos em torno do diálogo sobre as profecias bíblicas referentes ao fim dos tempos e da mensagem na crença do iminente retorno de Cristo na década de 1840.

Ao se pautar pela noção de uma “verdade presente” dinâmica, em contínua ampliação, cuja compreensão poderia ser alterada conforme a progressão da investigação e do conhecimento das Escrituras, além da abertura às revelações divinas e a contrariedade à rigidez e formulação de credos ou declarações formais de crença que não pudessem ser alteradas, a Igreja Adventista possibilitou que correções e mudanças ocorressem em sua

teologia ao longo da história, mesmo com os esforços contrários empreendidos para cimentar as crenças denominacionais.

Até mesmo a declaração de crenças fundamentais oficial aprovada em 1980 se apresenta de modo a não parecer um credo imutável. Ao aceitar a Bíblia como seu único credo e em seus ensinos inspirar as crenças da Igreja, os adventistas acenam para a possibilidade de revisões quando levada pelo Espírito Santo a uma compreensão mais plena da verdade bíblica ou quando do encontro de uma linguagem que melhor expresse os ensinamentos das Escrituras. A possibilidade de mudança progressiva do conhecimento da verdade integra o centro da teologia adventista. Entendemos que a noção de transformação progressiva da compreensão da verdade não está no centro doutrinal da teologia adventista, comparável, portanto, ao *status* da narrativa do grande conflito (HOLBROOK, 2011. p. 1070-1113) ou à crença fundamental do ministério de Cristo no santuário celestial (TIMM, 2000), mas forma o centro práxico[37] da teologia adventista e influi no método do seu fazer teológico.

Os questionamentos sobre a compreensão adventista da justificação empreendidos na Assembleia da Associação Geral de 1888 e os diálogos com lideranças evangélicas conservadoras estadunidenses na década de 1950, que culminaram na publicação do *Questions on doctrine*, cuja questão mais controversa estava na compreensão adventista sobre a expiação, representam os dois momentos mais significativos da história em que a Igreja Adventista foi tencionada a rever suas crenças e confirmar a influência das noções de "verdade presente" e da compreensão da fé em progressão no seu fazer teológico e no seu ser Igreja.

Sustentar a "verdade presente" e progredir na compreensão da fé significa, para os adventistas, continuar a obra dos reformadores protestantes do século XVI e concluir a missão final dada à Igreja. O despertar adventista, tanto antes como após 1844, se baseou na interpretação dos mileritas das profecias escatológicas de Daniel e Apocalipse. A partir da compreensão bíblica efetuada, os adventistas desenvolveram a crença teológica de se constituir como um novo movimento dentro da história cristã, escolhido divinamente, ao que atribuíram a si próprios designações como "igreja remanescente", "o povo remanescente de Deus" ou apenas "o remanescente". Essas autoqualificações testemunhavam que os adventistas acreditavam ser o derradeiro segmento da Igreja profetizada em Apocalipse 12 (LARONDELLE, 2011, p. 949).[38]

---

[37] Entendemos práxis como "uma relação ativa com o mundo" (BONINO, 2005, p. 920).

[38] "Remanescente" [na passagem de Apocalipse 12:17], da qual se deriva 'igreja remanescente', evoca o emprego veterotestamentário do termo usado para descrever uma minoria que permanece leal a Deus (2Cr 30:6;

2.6 IGREJA REMANESCENTE COMO PARTICULARIDADE ADVENTISTA E A SUA MISSÃO FINAL: O ANÚNCIO DAS TRÊS MENSAGENS ANGÉLICAS

Os adventistas creem ser um movimento profético, o cumprimento da profecia apocalíptica, para preparar um povo na Terra para a segunda vinda de Cristo. "Consideram-se coletivamente o cumprimento do prometido Elias em Malaquias 4:5 e 6, enviado por Deus para 'restaurar todas as coisas' (Mt 17:11)" (LARONDELLE, 2011, p. 981-982), como "todas as negligenciadas verdades bíblicas pertencentes à nova aliança. Entendem que a mensagem que transmitem é o cumprimento definitivo de Isaías 58:12-14, que combina ideias de restauração e preparação." (LARONDELLE, 2011, p. 982).

A eclesiologia adventista se alicerça em uma autocompreensão identitária e missiológica exclusiva (RODRÍGUEZ, 2012a, p. 19), enquanto um movimento apocalíptico que exerce uma função específica nos eventos finais do grande conflito cósmico,[39] em uma autopercepção "fortemente relacionada a expectativas escatológicas." (RODRÍGUEZ, 2012a, p. 20). Qualquer tentativa de separar a compreensão eclesiológica adventista de suas bases escatológicas incorrerá na necessidade de redefinição de uma ou de outra.

> Mesmo tendo a convicção de ser um movimento escatológico de restauração da verdade bíblica nos dias finais da história humana, a Igreja crê que todos aqueles que são sinceros e mantêm um relacionamento genuíno com Cristo e sua Palavra herdarão a vida eterna, independente da denominação a que pertençam ([...] Mt 7:21-23; Jo 10:16; Rm 2:14). (TIMM, 2008a, p. 20).

Em perspectiva soteriológica, a eclesiologia adventista se fundamenta na convicção de que a Igreja resulta da encarnação, ministério, morte, ressurreição, ascensão e mediação de Jesus Cristo no santuário celestial, que influencia no modo como ela compreende a si mesma, sua identidade, mensagem e função. Na perspectiva evangélica, a teologia adventista destaca o evangelho como a verdade proclamada pela Igreja. "Paulo descreve 'a igreja do Deus vivo'

Ed 9:14; Is 10:20; Ez 6:8,9) e que sai para dar testemunho dele (Is 37:31, 32; 66:19)." (DEDEREN, 2011a, p. 627).

[39] "O pensamento adventista não pode ser compreendido sem uma visão clara do grande conflito cósmico entre as forças do bem e os poderes do mal [...]. Esse conflito provê a moldura filosófica para dentro da qual todas as doutrinas e o estilo de vida adventistas convergem e encontram o seu significado." (TIMM, 2008a, p. 17). A soteriologia adventista relaciona-se com a escatologia bíblica no escopo do conceito adventista do grande conflito entre Cristo e Satanás, que trata do caráter, da justiça, da misericórdia e da lei de Deus – se esta "deve ser mantida e como suas reivindicações devem ser satisfeitas depois da entrada do pecado. Ao explicar a solução para o grande conflito, os adventistas [...] concluíram que a salvação não contém nenhum 'fio' tecido por qualquer instrumento humano [...]. Ela é produto da graça de Deus sozinha, que cria um novo status e um correto relacionamento de pecadores com Deus e, como resultado desse relacionamento, os transforma à imagem de Cristo." (BLAZEN, 2011, p. 345).

como ‘coluna e baluarte da verdade’ (1Tm 3:15). Segundo o pensamento adventista e também conforme as Escrituras, a verdade desempenha um papel fundamental no conflito cósmico” (RODRÍGUEZ, 2012a, p. 20).

A busca e anúncio da verdade colaboram para a autocompreensão adventista do significado do ser Igreja e para a definição da eclesiologia adventista. Os adventistas do sétimo dia se consideram um movimento de reforma do cristianismo, restauradores das verdades que foram “deitadas por terra” (Dn 8,12; Is 58,12), abandonadas ou rejeitadas por outros grupos cristãos (RODRÍGUEZ, 2012a, p. 20-21), “herdeiros e edificadores dos discernimentos da Reforma, sobre os ensinos bíblicos da justificação pela graça mediante a fé somente, e restauradores e representantes da plenitude, clareza e equilíbrio do evangelho apostólico.” (BLAZEN, 2011, p. 345).

A perspectiva missiológica adventista contribui para a unidade da IASD ao redor do mundo e o desenvolvimento de uma organização de proporção global. Os adventistas entendem formar um movimento e possuir uma missão mundial com uma mensagem clara a ser anunciada “por uma comunidade unificada a todo povo, língua e nação, a qual transcende etnia, gênero, raça e diferenças nacionais.” (RODRÍGUEZ, 2012a, p. 21). A IASD avalia que não pode ser definida apenas como *koinonia*, mas pelo cumprimento da comissão evangélica que lhe foi outorgada enquanto uma comunidade de testemunho.

A eclesiologia adventista identifica o movimento adventista como a Igreja remanescente[40] presente em Apocalipse 12,17, conceito que tem posicionado a IASD, em sua autocompreensão, “dentro do desenrolar da história profética” (RODRÍGUEZ, 2012a, p. 21) e que serve para definir sua particularidade dentro do mundo cristão e sua missiologia, como aspectos elementares da natureza da fé adventista. “A eclesiologia adventista é, em essência, uma eclesiologia do remanescente.” (RODRÍGUEZ, 2012a, p. 22).

Desde seus primórdios, a Igreja Adventista não se considera apenas mais uma denominação religiosa do espectro cristão,[41] mas chamada para o cumprimento de uma

---

[40] Segundo Hasel (2012, p. 175), o trabalho de Martines (2002) contém “a bibliografia adventista mais completa sobre o assunto.”

[41] Para Knight, os adventistas possuem uma “arrogância santificada” e, em seu início, “o adventismo sofreu profundamente dos mesmos ‘defeitos culturais’ de Jesus. Cria que possuía *a* verdade ou a verdade *presente* para a época. Apesar dos poucos adeptos, passou a acreditar que tinha uma missão que englobava o mundo inteiro. Logo no início do século 20, as principais denominações protestantes, ao perceberem a imensidão do campo missionário, decidiram dividir certas áreas do mundo entre os anglicanos, metodistas, presbiterianos, e assim por diante. Mas os adventistas não quiseram fazer parte dessa abordagem, por mais sensata que pudesse parecer. Rejeitaram a lógica e reivindicaram o mundo inteiro como sua esfera de ação e influência. [...] Os adventistas comunicaram às outras denominações que não poderiam dividir o trabalho, mas que enxergavam cada nação como seu campo missionário. Isso é que é arrogância santificada! [...] o adventismo tornou-se o grupo protestante unificado mais amplamente disseminado da história do cristianismo. Esse sucesso foi alcançado

missão profética (KNIGHT, 2010, p. 29), com uma responsabilidade peculiar: propagar a mensagem dos três anjos de Apocalipse 14:6-12, que seria um último chamado ao mundo antes da volta de Cristo à Terra. A Igreja Adventista busca anunciar sua mensagem a todas as nações, tribos, línguas e povos. "Essa crença, aliada ao senso da proximidade do fim do tempo deste planeta, os impulsionou a um dos mais vigorosos programas missionários da história." (KNIGHT, 2000, p. 6).

"O conceito bíblico de remanescente" ocupa posição central na autocompreensão dos adventistas do sétimo dia. O destaque da figura de remanescente para o adventismo se observa desde os primórdios do movimento. Os adventistas têm se avaliado como o povo remanescente do tempo do fim,[42] conforme as profecias. A expressão Igreja remanescente carrega um marco definidor autoproclamado pelos adventistas do sétimo dia. "Tal compreensão é ainda defendida nos documentos oficiais da Igreja, em obras de referência padrão e em outras publicações representativas." (HASEL, 2012, p.160).

Antes da organização formal da Igreja Adventista em 1863, os pioneiros já se intitulavam como "remanescente". O primeiro uso conhecido do conceito para designar os adventistas, presente no panfleto *To the little remnant scattered abroad*, escrito por Ellen G. White, data de abril de 1846. Os pioneiros assim se classificavam por conta de sua experiência pessoal com o momento milerita. Os adventistas se enxergavam como o remanescente do tempo do fim pela convicção do cumprimento da sua descrição bíblica presente em Apocalipse 12,17. José Bates usou o texto para apontar os adventistas como o remanescente em 1849. Pela passagem identificá-lo como parte dos "que guardam os mandamentos de Deus e têm o testemunho de Jesus", os primeiros adventistas, observadores do sábado, reconheceram uma alusão ao remanescente do fim dos tempos. "Desde 1849, o termo tem sido usado com regularidade [pelos adventistas] para designarem-se." (HASEL, 2012, p. 161).

Escritos de Ellen G. White, de pioneiros e de lideranças ao longo de toda história adventista identificam-na com o remanescente. A autodenominação histórica da IASD enquanto o remanescente "sem hesitação, nem reservas" (HASEL, 2012, p. 162) parte de uma

---

devido à força e ao apoio que recebeu de compreensões politicamente incorretas a respeito da *verdade* e da arrogância santificada que refletiu na deficiência de outros ramos do cristianismo e na importância da mensagem divina do tempo do fim." (KNIGHT, 2010, p. 15, grifos do autor). Embora a Igreja Adventista queira defender o contrário, uma "arrogância santificada" dificulta relações dialogais e colabora para o sentimento de que os adventistas são triunfalistas e exclusivistas.

[42] Para a teologia adventista, o "tempo do fim" apocalíptico inicia em um tempo fixo e determinado (Dn 11,35; cf. 8,19). "Esse tempo parece coincidir com o encerramento dos 1.260 anos de união igreja-estado, em 1798 (Dn 7:25), e com a restauração subsequente (em 1844) da verdade do ministério sumo sacerdotal de Cristo no santuário, que fora calcada a pés" (LARONDELLE, 2011, p. 964-965).

reflexão de que a Igreja forma um pequeno grupo que conservou-se fiel à esperança do advento, por constituírem o último grupo de pessoas escolhidas por Deus antes do regresso de Cristo e por considerarem serem os únicos a cumprir as condições proféticas expostas em Apocalipse 12,17. Os adventistas advogam ser o cumprimento da profecia apocalíptica, como o movimento profético conclamado por Deus para preparar os povos da Terra para a segunda vinda de Cristo (HASEL, 2012, p. 162). Eles creem ter uma responsabilidade sagrada e única sobre si resultante de um comissionamento divino de anúncio da última mensagem de graça, o evangelho eterno, antes do advento de Cristo, o que configura o cerne das três mensagens angélicas de Apocalipse 14. Os adventistas do sétimo dia entendem que apenas eles dentre os cristãos proclamam tal mensagem (DEDEREN, 2011a, p. 639; HASEL, 2012, p. 162) e que o remanescente se apresenta enquanto um movimento cristão identificável e concreto.

> A aplicação do conceito de remanescente à Igreja Adventista tem causado, por vezes, fortes reações contrárias por parte de outras comunidades cristãs. Tais grupos afirmam que o conceito de remanescente estimula uma atitude arrogante, exclusivista e julgadora em relação à espiritualidade dos outros. A força dessa crítica parece que tem sido mais forte no contexto de diálogos interconfessionais. (HASEL, 2012, p. 162).

Nas interações com outras igrejas, a autoconceituação pode ser recebida como uma afirmação de que os adventistas consideram-se os únicos cristãos verdadeiros. Isso levou alguns adventistas a propor redefinições no conceito de remanescente (HASEL, 2012, p. 163-167), todas rejeitadas pela Igreja, por considerar que as propostas podem alterar sua identidade e missão. Uma das reformulações, com uma preocupação de fundo missiológico, leva alguns adventistas a incluir na categoria de remanescente outras religiões. “A missão entre os muçulmanos recebeu nova força através daqueles que chegaram à conclusão de que Maomé pode ser visto como um reformador conduzido por Deus. Essa abordagem transformou-se em uma grande controvérsia na igreja.” (HASEL, 2012, p. 164). Outros adventistas sugerem a pertinência do emprego de terminologia islâmica e de ideias do Alcorão para acabar com o abismo entre muçulmanos e adventistas.

Com o uso dos mesmos pressupostos hermenêuticos, métodos missionários similares têm sido usados pelos adventistas no contato com o budismo; há tentativas de se estabelecer um “remanescente” entre os hindus. A aplicação do termo remanescente rompeu as fronteiras do adventismo e de outras comunidades cristãs; ele designa outras religiões. Critica-se que tais religiões “possuem entendimento incompleto da mensagem e missão do remanescente do

tempo do fim. Esse uso do termo enfraquece a natureza do remanescente do tempo do fim conforme descrita no Apocalipse.” (HASEL, 2012, p. 165).

Outra redefinição está no situar o remanescente como entidade invisível. Alega-se que, embora a Igreja se oponha ao movimento ecumênico, não pode ignorar o alcance do ecumenismo espiritual, que tensiona os adventistas a desconsiderar os pontos de divergência com os demais cristãos e renunciar sua mentalidade sectária, reconhecendo a existência de outros povos escolhidos por Deus. A teologia adventista entende que tal “posicionamento exige uma rejeição da identidade institucional e denominacional da Igreja Adventista. O remanescente teria, no máximo, uma identidade espiritual invisível.” (HASEL, 2012, p. 165).

Entender o remanescente como uma realidade futura está entre as reformulações sugeridas. O remanescente do Apocalipse ainda estaria por vir, o que desautorizaria a autoproclamação adventista, e seria mais do que uma instituição; seu ser redefiniria-se como um estilo de vida e fé. Por mais que a identificação do remanescente pertença ao futuro, reconhece-se que a Igreja Adventista pode fazer referência a si como um “remanescente proléptico”, por seus membros serem absorvidos ao remanescente final. A Igreja considera que essa perspectiva nega que ela seja o remanescente do tempo do fim “e reinterpreta Apocalipse 12:17 como uma profecia que ainda será cumprida. Essa visão atribui à igreja a função de minoria profética ou seja, como um profeta, ela clama por reforma e mudança no mundo, preparando assim o caminho para o Senhor.” (HASEL, 2012, p. 166).

Mais uma redefinição estaria na compreensão do remanescente como movimento de luta pela justiça social, em uma reinterpretação do conceito em perspectiva sociopolítica. Interpelado pelas mazelas sociais, caberia ao remanescente corrigir e solucionar as demandas políticas e sociais, despindo-se de qualquer conteúdo religioso e se transformando em um movimento social de reforma e oposição aos abusos e opressões, o que o levaria a abandonar suas dimensões religiosas (HASEL, 2012, p. 166-167).

> Conquanto o remanescente deva exercer algum impacto social e condenar o mal em todas as suas formas, essa nova abordagem redefine o conceito em linhas sociológicas e esquece o fato de que o remanescente é, fundamentalmente, uma entidade religiosa. O conflito final, conforme descrito na apocalíptica bíblica, é religioso e seu tema central consiste na lealdade a Deus e na verdadeira adoração. (HASEL, 2012, p. 167).

As sugestões para modificar ou redefinir a conceituação e a teologia denominacional sobre o remanescente do tempo do fim contradizem o conceito original ou são incompatíveis

com ele. A Igreja “oficialmente retém, ao redor do mundo, sua autocompreensão bíblica como o remanescente de Deus do tempo do fim.” (HASEL, 2012, p. 167).

Os adventistas não concebem a Igreja “invisível em essência”, mas como universal, constituída por todos os que genuinamente creem em Cristo, e identifica diferentes grupos, no curso da história cristã, que lideraram a humanidade de volta a uma fé pautada nas Escrituras. “Entre esses, os adventistas têm tradicionalmente relacionado os valdenses, anabistas, puritanos, pietistas alemães, metodistas e pregadores da fé milerita. Todos esses grupos foram entidades visíveis.” (HASEL, 2012, p. 170).

Para os adventistas, a Bíblia expressa que existe uma comunidade visível de aliança, através de um povo claramente identificável nos dois testamentos – até o tempo do fim. Não existe nenhuma ocorrência, no Novo Testamento, em que o grego *ekklesía* significa uma assembleia ou congregação invisível. “Embora existam cristãos genuínos em outras igrejas, o remanescente sempre será uma entidade visível, ao qual podem se unir todos que se encontram dispostos a ser fiéis aos mandamentos de Deus” (HASEL, 2012, p. 171-172). Trata-se a visibilidade da Igreja como uma realidade do remanescente. Simultaneamente à existência de um aprisco visível e reconhecível, Jesus indica existir “outras ovelhas, não deste aprisco” (Jo 10,16). Jesus, o único pastor verdadeiro, possui apenas “um rebanho” (Jo 10,16), caracterizado por aqueles que obedecem sua Palavra – “elas ouvirão a minha voz” (Jo 10,16). “Jesus não parece endossar a existência de múltiplos rebanhos simultaneamente como expressão legítima do remanescente.” (HASEL, 2012, p. 172).

A consideração da existência de verdadeiros fiéis na Igreja universal permite aos adventistas indicar certas semelhanças entre o remanescente e os integrantes da Igreja universal. Ambos são receptivos à verdade e desejam segui-la, disposições também presentes em indivíduos de outras religiões, nos quais o Espírito Santo atua. A abertura para a verdade conduz a uma compreensão mais plena e abrangente dela e à aceitação de nova luz. “O desejo individual de ser fiel a Deus e à sua Palavra será a base para se unir ao remanescente escatológico [, que] consiste numa extensão da verdadeira igreja de Deus ao longo dos séculos e se apoia sobre os ombros de seus fiéis antecessores.” (HASEL, 2012, p. 172).

O conceito do remanescente destaca que Deus possui um povo unido a Cristo pela fé demonstrada através de uma vida de submissão, adoração e serviço aos outros em amor. Mesmo com a existência de “outras ovelhas” (Jo 10,16) na Igreja universal, que creem legitimamente em Cristo conforme a luz que possuem, há um remanescente profetizado para os últimos dias, ao qual foi confiada a missão de pregar o evangelho eterno a todo o mundo e prepará-lo para o retorno de Cristo (HASEL, 2012, p. 172-173). Na lógica da defesa histórica

dos adventistas da liberdade de crença, o conceito de remanescente distingue-se de qualquer forma de coerção ou senso de superioridade. Para os adventistas, a Igreja não se constitui como uma realidade invisível, mas representada no mundo, inclusiva, abarcando todas as nações, povos e línguas, "'católica' no mais verdadeiro sentido da palavra." (HASEL, 2012, p. 173). Ao reconhecer que "cristãos genuínos vivem sua fé de maneira autêntica com o máximo de conhecimento que possuem, o conceito de remanescente não exclui automaticamente a salvação de alguém ou mesmo de todos que não fazem parte da Igreja Adventista do Sétimo Dia." (HASEL, 2012, p. 176). Na teologia adventista, o último povo remanescente de Deus na história será formado por cada fiel seguidor de Cristo entre muitas denominações cristãs e religiões (LARONDELLE, 2011, p. 983).

Na crença oficial da IASD sobre o remanescente e sua missão, exposta no *Nisto cremos* (AM, 2016, p. 204), se expressa que, dentre os que verdadeiramente creem em Cristo, que compõem a Igreja universal, um remanescente foi chamado para fora, nos últimos dias do mundo, um tempo de extensa apostasia, para guardar os mandamentos de Deus e a fé em Jesus, anunciar a chegada do juízo divino, proclamar a salvação de Cristo e prenunciar a proximidade de seu segundo advento, conforme simbolizada pelos três anjos de Apocalipse 14, que coincide com a obra de julgamento efetuada no céu e se desdobra em uma obra de arrependimento e reforma na Terra.

> A Bíblia retrata o remanescente como um pequeno grupo de filhos de Deus que, ao longo de calamidades, guerras e apostasias, permanece fiel a Deus. Esse dedicado remanescente sempre representou a fonte utilizada por Ele para propagar sua igreja visível na Terra (2Cr 30:6; Ed 9:14, 15; Is 10:20-22; Jr 42:2; Ez 6:8; 14:22). Deus comissionou o remanescente a declarar sua glória e conduzir seu povo espalhado em todo o mundo ao seu "santo monte, a Jerusalém", ou "monte Sião" (Is 66:20; 37:31, 32; cf. Ap 14:1). (AM, 2016, p. 215).

Na interpretação adventista, seguindo a linhagem dos escolhidos, Apocalipse 12,17 descreve o último remanescente, que representa os leais seguidores e testemunhas de Deus nos últimos dias, logo antes da segunda vinda de Cristo. A descrição de João das características do remanescente permite identificá-lo como um grupo que surge depois dos 1.260 anos de perseguição, formado pelos que "guardam os mandamentos de Deus e têm o testemunho de Jesus" (Ap 12,17), incumbidos de anunciar, antes que Cristo retorne, um ultimato divino ao mundo, a tríplice mensagem angélica de Apocalipse 14,6-12, a qual confirma o remanescente como composto pelos "que guardam os mandamentos de Deus e a fé em Jesus" (Ap 14,12) (AM, 2016, p. 215).

Ao Apocalipse 12,17 descrever a Igreja remanescente favorecida com o testemunho de Jesus, caracteriza-a como dotada, também, com o dom que na Bíblia foi exercido pelos profetas. Para os adventistas, "o dom de profecia se manifestou entre eles na obra de Ellen G. White. [Suas] mensagens, porém, não são canônicas [...]. Essa identificação com a igreja remanescente da profecia (Ap 12:17; 14:6-12) não oferece nenhuma base para um espírito de exclusivismo ou triunfalismo." (LARONDELLE, 2011, p. 983). Ao contrário, os adventistas entendem ter por missão o antítipo dos movimentos de êxodo de Israel ao sair do Egito e de Babilônia. "Tal comparação serve para aumentar o senso de responsabilidade e autocrítica. [...] Essa autoavaliação mantém a igreja remanescente totalmente subordinada a Cristo." (LARONDELLE, 2011, p. 983). Todavia, pouco se vê de autoavaliação e autocrítica nas abordagens sobre o ser remanescente efetuadas nas igrejas locais, mas a excitação de se ocupar uma posição única entre os cristãos, usada de justificativa para avaliações superficiais do *status* das demais igrejas.

A "fé em Jesus" (Ap 14,12) se entende como a fé de Jesus. "O povo remanescente de Deus é caracterizado por uma fé semelhante àquela que Jesus possuía. Eles refletem a inabalável confiança de Jesus em Deus e na autoridade das Escrituras." (AM, 2016, p. 215). A dedicação do remanescente em anunciar o evangelho eterno se dá pela fé em Cristo (AM, 2016, p. 216).

A genuína fé do remanescente em Jesus leva-o a seguir seu exemplo, exposto por João: "aquele que diz que permanece nele, esse deve também andar assim como ele andou" (1Jo 2,6). Visto que Jesus observou os mandamentos de Deus, o remanescente também deve fazê-lo (Jo 15,10). "Particularmente em vista de serem eles o remanescente, suas ações devem harmonizar-se com a sua profissão […]. Por meio do poder que Cristo lhes concede, obedecem aos requisitos divinos, inclusive os dez mandamentos – a imutável lei moral (Êx 20:1-17; Mt 5:17-19; 19:17; Fp 4:13)." (AM, 2016, p. 216).

Apocalipse 19,10[43] define a expressão "o testemunho de Jesus" como o "espírito de profecia". "O remanescente será conduzido pelo testemunho de Jesus, manifestado pelo dom

[43] "Em Apocalipse 12:17, João fala que uma das marcas identificadoras do remanescente é o 'testemunho de Jesus', que corresponde ao 'espírito da profecia' [...]. A palavra 'profecia' representa qualquer mensagem inspirada comunicada por Deus por intermédio de um profeta [...]. A profecia pode consistir na predição de acontecimentos; contudo, o mais comum é que não seja. A expressão 'espírito da profecia' se refere especificamente à 'manifestação do Espírito' na forma de um dom especial do Espírito Santo que inspira aqueles que o recebem e os capacita a falar com autoridade como representantes de Deus (1Co 12:7-10), quando 'movidos pelo Espírito Santo' a assim fazerem (2Pe 1:21). O contexto da expressão em Apocalipse 19:10 define 'o testemunho de Jesus' e 'o espírito da profecia' nesse sentido. Considerando que 'os restantes' de Apocalipse 12:17 constituem uma referência específica à igreja após o fim dos 1.260 dias proféticos dos v. 6 e 14, isto é, após 1798 [...], a passagem demonstra ser uma predição clara da manifestação especial do 'espírito' ou do 'dom' de profecia na igreja em nossos dias. Os adventistas do sétimo dia acreditam que o ministério de Ellen G. White

de profecia. Esse dom do Espírito deveria funcionar continuamente ao longo da história da igreja" (AM, 2016, p. 216). Considera-se esta uma das principais características do remanescente. Tal orientação profética torna o remanescente no povo da profecia que propaga a mensagem profética. "A revelação da verdade que vem ao remanescente o ajuda a empreender sua missão de preparar o mundo para o retorno de Cristo" (AM, 2016, p. 216).

Para a teologia adventista, o remanescente dos últimos dias da Terra surge após a grande perseguição (Ap 12,14-17). A Revolução Francesa e o aprisionamento do papa Pio VI em 1798, que marca o final dos 1.260 dias, segundo a profecia,[44] estavam entre os fatos que indicavam a proximidade da volta de Cristo, o que levou os cristãos a um reavivamento no estudo das profecias e uma expectativa de sua breve vinda. Muitos cristãos reconheceram nesses acontecimentos a chegada do "tempo do fim" (Dn 12,4) (AM, 2016, p. 216-217).

> O cumprimento das profecias bíblicas durante a segunda metade do século 18 e primeira metade do século 19 resultou em um [...] movimento interconfessional, centralizado na esperança do segundo advento. [...] A esperança do advento desenvolveu um espírito de profunda unidade entre seus participantes, e muitos se uniram para advertir o mundo do breve retorno de Cristo. O movimento adventista representou um genuíno movimento interconfessional bíblico, centralizado na Palavra de Deus e na esperança do advento. (AM, 2016, p. 217).

Para Ellen G. White (2005a, p. 48), "Deus tem um povo distinto, uma Igreja na Terra, inferior a nenhuma outra, mas a todas superior em suas facilidades para ensinar a verdade,

---

atende às especificações de Apocalipse 12:17 de maneira única. [...] Os adventistas do sétimo dia não consideram os escritos de Ellen G. White um substituto nem um acréscimo ao cânon sagrado. Para eles, a Bíblia é o único teste supremo da fé e prática cristãs [...]. [...] Os escritos do espírito de profecia não apresentam uma nova forma de salvação, mas têm o propósito de levar as pessoas a entender e apreciar a Bíblia, ajudando-as a se apropriar da fonte de salvação ali revelada." (COMENTÁRIO..., 2016, p. 973-974).

[44] A Revolução Francesa, com seus desdobramentos, levou muitos estudiosos bíblicos para as profecias dos livros de Daniel e Apocalipse. Em um esquema de interpretação historicista – na qual as profecias apocalípticas começavam na época dos profetas e se desdobravam até o fim dos tempos – e o entendimento de que um dia profético equivale a um ano em tempo real, os eruditos passaram a ver os textos proféticos com uma postura renovada. De maneira especial, a atenção dos pesquisadores se voltou para os textos bíblicos dos livros de Daniel e Apocalipse que mencionam os 1.260 dias proféticos e para uma profecia presente no primeiro livro que afirmava que o mesmo permaneceria selado ou lacrado, ou seja, sem possibilidade de ser interpretado, até os dias finais do mundo. Porém, a profecia também citava que muitos se aplicariam ao estudo das profecias de Daniel e que o conhecimento sobre elas, por conseguinte, se multiplicaria. Desse modo, com o uso dos postulados historicistas de interpretação profética e o princípio dia-ano, muitos concluíram que o fim da profecia dos 1.260 dias dizia respeito ao começo do tempo do fim do mundo descrito em Daniel. Diversos estudiosos demarcaram a data do acontecimento para a década de 1790. Guilherme Miller acreditava que o tempo do fim se iniciou em 15 de fevereiro de 1798, quando o general francês Berthier depôs o papa Pio VI e aboliu seu governo (KNIGHT, 2011, p. 43). O método de interpretação historicista das profecias, usado pelos adventistas, "considera as ações divinas como soberanas em relação à história e vê o cumprimento das profecias ao longo de todo o percurso histórico, com a previsão de impérios e poderes sociopolíticos, por exemplo." (DORNELES, 2013, p. 33). O historicismo constitui "uma escola de interpretação profética que concebe o cumprimento das profecias de Daniel e Apocalipse como abrangentes do período histórico desde os tempos do profeta até o estabelecimento do reino de Deus na Terra [...]. Segundo os historicistas, as profecias apocalípticas foram dadas em ciclos de visões que recapitulam o conteúdo da visão anterior adicionando novas informações ou fornecendo uma perspectiva ligeiramente diferente em relação ao mesmo período histórico." (DORNELES, 2013, p. 34).

para vindicar a lei de Deus.” Dizer-se superior no ensino da verdade e da exigência do reconhecimento da lei divina não colabora para a criação de relações amistosas com outros cristãos e contradiz a argumentação adventista de entender-se Igreja remanescente em caráter de humildade e serviço.

No conjunto de sua obra, Ellen G. White emprega o termo “remanescente” predominantemente em sentido religioso e teológico. Quando usado em acepção religiosa, na maioria das vezes encontram-se expressões similares que acentuam conteúdo religioso. Ela define contextualmente o remanescente como “fiéis”, “fiéis filhos de Deus”, “povo de Deus”, “os que mantêm sua lealdade a Deus”, “um pequeno grupo”, “neste movimento [adventista]”, “os santos”, etc. Geralmente, outros termos e expressões acompanham o “remanescente”, como “a *igreja* remanescente”, “o remanescente do *povo de Deus*”, “o remanescente *povo de Deus*”, “*fiel* remanescente”, “*desprezados* remanescentes”, “*bom* remanescente”, etc. Os usos mais comuns são “povo remanescente” e “igreja remanescente” (RODRÍGUEZ, 2012b, p. 181, grifos do autor).[45]

Em algumas situações, Ellen G. White usava o termo para tratar de situações histórias específicas. No entanto, na maioria de tais casos, ela extraia lições que possibilitam identificar sua compreensão do remanescente. Seu conceito de remanescente pauta-se por sua interpretação bíblica, cujo pano de fundo está no grande conflito entre Deus e Satanás, em que a revelação do caráter divino e de seu plano para a salvação humana cumpre-se através de um remanescente (RODRÍGUEZ, 2012b, p. 182) sempre presente e preservado por Cristo na história, impedindo a extinção natural e espiritual do ser humano; um grupo inclusivo e um instrumento de preservação da revelação divina, que garante a continuidade da existência da verdadeira fé revelada aos profetas. Para Ellen G. White, o remanescente não só assinala o remanescente do tempo do fim citado em Apocalipse 12,15, mas alude a todos os povos fiéis a Deus durante toda a história (RODRÍGUEZ, 2012b, p. 183).

As referências de Ellen G. White ao remanescente do Antigo Testamento encontram-se, em sua maioria, relacionada a Isaías, Jeremias e aos períodos pré e pós-exílio. Ela indicou, ainda, um remanescente escatológico em diversas passagens do Antigo Testamento, como

---

[45] De suas obras publicadas em português, Ellen G. White faz referência ao remanescente em *Testemunhos para a Igreja* volume 1 (WHITE, 1999), *Testemunhos para a Igreja* volume 2 (WHITE, 2005b), *Testemunhos para a Igreja* volume 5 (WHITE, 2004b), *Testemunhos para a Igreja* volume 8 (WHITE, 2006a), *Testemunhos para a Igreja* volume 9 (WHITE, 2006b), *O desejado de todas as nações* (WHITE, 2007h), *O lar adventista* (WHITE, 2004a), *O grande conflito* (WHITE, 2013d), *Atos dos apóstolos* (WHITE, 2007a), *Profetas e reis* (WHITE, 2007g), *Patriarcas e profetas* (WHITE, 2007e), *Primeiros escritos* (WHITE, 2007f), *Testemunhos para ministros e obreiros evangélicos* (WHITE, 2008d), *Mensagens escolhidas* volume 1 (WHITE, 2013c), *Mensagens escolhidas* volume 2 (WHITE, 2008b), *Mensagens escolhidas* volume 3 (WHITE, 2007d) e *História da redenção* (WHITE, 2008a) (RODRÍGUEZ, 2012b, p. 195-199).

Oseias 2,18-23 e Isaías 10,20 e incluiu nele todas as nações além das fronteiras de Israel. Para o Novo Testamento, Ellen G. White não formulou um conceito do remanescente, mas discutiu o presente em Apocalipse e comentou sobre o remanescente de Israel citado por Paulo em Romanos 11. Ela relaciona os judeus que aceitaram Jesus como Messias com os judeus que acataram a mensagem de João Batista e estudaram as profecias messiânicas enquanto constituintes da Igreja. Para certos grupos cristãos que foram oprimidos e perseguidos por conta de sua fé ao longo da história da Igreja, Ellen G. White também aplica o termo remanescente. Entre eles estão os mileritas que, depois do desapontamento de 1844, ainda no aguardo da segunda vinda de Cristo, foram impedidos de falar sobre o tema em suas respectivas igrejas (RODRÍGUEZ, 2012b, p. 183-185).

As características do remanescente do tempo do fim, segundo Ellen G. White, são fundamentalmente as mesmas elaboradas pela interpretação teológica adventista do Apocalipse, cuja base está em dois textos, Apocalipse 14,12 e 12,17 (RODRÍGUEZ, 2012b, p. 186-187). O primeiro identifica o remanescente como os que observam os mandamentos de Deus e a fé de Jesus. Na concepção whiteana, a referência aos mandamentos diz respeito a todos do decálogo, inclusive o sábado. Identifica-se o remanescente por ser obediente à lei dos dez mandamentos (Ap 12,17) e por guardar a "fé de Jesus", entendida por Ellen G. White como obediência a todos os ensinos de Jesus no Novo Testamento por, em consonância com a observância dos mandamentos, fazer alusão à lei e ao evangelho. O remanescente não aparta o evangelho da lei, mas equilibra-os teologicamente em um anúncio conjunto. Para Ellen G. White, a Igreja Adventista se constitui no "único povo que está cumprindo a descrição dada do povo remanescente, que guarda os mandamentos de Deus e tem a fé de Jesus" (WHITE, 2008d, p. 62). Ellen G. White destaca, com base na "perseverança dos santos" de Apocalipse 14,12, que a formação do remanescente do tempo do fim reúne os fiéis que amam, são leais a Deus até o fim e comprometem-se com a verdade divina ao mesmo tempo em que "estão abertos a mais verdades bíblicas divinas." (RODRÍGUEZ, 2012b, p. 187).

A eclesiologia adventista reconhece a fragmentação da Igreja como oriunda da "diversidade teológica e doutrinária radical dentro dela" e interpreta a falta de união dos cristãos ocasionada pela "presença de elementos de Babilônia em seu meio." A eclesiologia adventista ressalta a união universal da Igreja, como exposta em João 17, a partir da missão do remanescente e anuncia o evangelho eterno como convite para que todas as nações se religuem ao Deus criador e redentor em um compromisso de fé e submissão à vontade divina (Ap 14,6-12). "[...] o remanescente trabalha para reparar a fragmentação do mundo cristão, na expectativa do breve retorno de Cristo. Poderíamos, então, sugerir que a eclesiologia

remanescente consiste, em certo sentido, numa revolta contra a fragmentação do mundo cristão.” (RODRÍGUEZ, 2012c, p. 210). A eclesiologia adventista tanto busca, através da teologia do remanescente, firmar pontos de contato com o cristianismo fragmentado, como alimentar a unidade *ad intra* enquanto executa a missão que julga possuir (RODRÍGUEZ, 2012c, p. 211).

Reconhece-se a necessidade dos adventistas ampliar o diálogo com outros grupos cristãos e com líderes de outras religiões mundiais e se preparar para expressar de maneira clara sua identidade, missão e razão de existência, em uma linha de raciocínio bíblico-teológica, visando eliminar preconceitos e estereótipos (RODRÍGUEZ, 2012a, p. 19), visto que o conceito de remanescente formulado pela Igreja pode ser avaliado como ofensivo, exclusivista e triunfalista. Os adventistas rebatem que tal “opinião se baseia numa compreensão distorcida das informações bíblicas e de nosso entendimento a respeito delas.” (RODRÍGUEZ, 2012c, p. 222). Na mesma direção, necessita-se que na discussão e transmissão entre os adventistas da crença da Igreja remanescente por teólogos, pastores e líderes locais, excluam-se os elementos que têm atentado contra outras igrejas, criando nos membros a consciência de que fazer parte de um grupo que se autodeclara remanescente não aprova uma atitude condenatória do pertencimento eclesial dos demais cristãos.

A teologia adventista assevera que o remanescente “não possui natureza exclusivista; pelo contrário” (RODRÍGUEZ, 2012c, p. 210), ao ser movido por um senso de missão, não permite a presença de exclusivismo. Ellen G. White “nunca definiu o adventismo como um movimento religioso exclusivista.” (RODRÍGUEZ, 2012b, p. 199). Impera e expressa-se, todavia, entre os adventistas, “grande respeito [pelos] cristãos fiéis” dos demais grupos religiosos (HASEL, 2012, p. 168). Entretanto, se observa em muitos púlpitos adventistas discursos combativos e que menosprezam os cristãos que mantêm crenças contrapostas aos adventistas.

Contra as acusações de exclusivismo triunfalista, a teologia adventista elenca que “a aplicação do conceito de remanescente a um grupo específico de pessoas por meio de quem Deus cumpre seus desígnios para a humanidade de forma particular é encontrado ao longo de toda a Bíblia”; “a existência do remanescente não significa que a salvação lhe pertence de maneira exclusiva”, embora o conceito tenha sido mal utilizado em redutos exclusivistas – inclusive, adventistas –, mas que “o povo de Deus se encontra por toda a parte”; e que “o exclusivismo e o triunfalismo não constituem riscos apenas para a Igreja Adventista [, mas] para qualquer comunidade cristã que afirme possuir uma mensagem de valor e relevância universais”. À IASD, qualquer comunidade religiosa que alegue ter uma identidade e missão

específicas pode ser classificada como arrogante, exclusivista e triunfalista. “Como adventistas, devemos fazer todo o possível para evitar passar impressões erradas que deem motivo, na opinião de alguns, para fazer tais acusações a nosso respeito.” (RODRÍGUEZ, 2012c, p. 222).

Na teologia adventista, as profecias do Apocalipse nitidamente mostram a missão do remanescente. As três mensagens angélicas de Apocalipse 14,6-12 indicam o anúncio do remanescente, que deve restaurar a verdade do evangelho. As mensagens angélicas são a resposta divina aos enganos malignos que assolam a Terra antes do retorno de Cristo (Ap 13,3.8; 14-16). Após o anúncio da última mensagem, na compreensão profética adventista, Jesus retorna para realizar a colheita (Ap 14,14-20) (AM, 2016, p. 217-218).

2.6.1 A primeira mensagem angélica

Na primeira mensagem angélica, o primeiro anjo (Ap 14,6-7) simboliza o remanescente divino que conduz o evangelho eterno ao mundo. “Esse evangelho são as mesmas boas-novas do infinito amor de Deus que os antigos profetas e os apóstolos proclamaram (Hb 4:2).” (AM, 2016, p. 218). O remanescente não traz um evangelho diferente, mas corrobora o evangelho eterno, em uma mensagem de arrependimento ao mundo, em que os pecadores podem ser justificados pela fé e ganhar a justiça de Cristo; orienta-se a reverenciar e dar honra a Deus. O autor do Apocalipse predisse que o movimento do remanescente, que aprontaria o mundo para a volta de Cristo, enfatizaria a glorificação a Deus.[46]

A chegada da hora do juízo acresce urgência ao chamado para o arrependimento. A palavra grega para juízo em Apocalipse 14,7, *krisis*, significa o ato de julgar e não uma sentença de juízo, o que alude a todo o processo de julgamento: a presença das pessoas ante o tribunal divino, a investigação dos livros com os atos humanos, o veredito final – absolvição ou condenação – e a imputação da sentença final, de vida ou morte eterna (Mt 16,27; Rm 6,23; Ap 22,12). Na mensagem da hora do juízo está, também, o anúncio do julgamento divino de toda a apostasia (Dn 7,9-11.26; Ap 17-18) (AM, 2016, p. 218-219).

---

[46] “O apelo do primeiro anjo para dar ‘glória’ a Deus como o criador (Ap 14:7) fez com que os adventistas levassem mais a sério sua prestação de contas pelo bem-estar do corpo e mente humanas como o santuário do Espírito de Deus (1Co 6:19, 20). Desde seus primórdios, os adventistas do sétimo dia têm promovido um estilo de vida saudável bem como a abstinência de todos os hábitos nocivos (1Co 10:31)” (LARONDELLE, 2011, p. 982).

Na compreensão profética adventista, na mensagem da hora do juízo, o chamado de adoração a Deus se coloca em contraste com o convite para adoração da besta e a sua imagem (Ap 13,3.8.15); convoca para a restauração da "verdadeira adoração" ao apresentar Cristo como criador e Senhor do sábado bíblico, sinal que, entende-se, foi negligenciado ao longo da história humana (AM, 2016, p. 219).

2.6.2 A segunda mensagem angélica

Na segunda mensagem angélica (Ap 14,8),[47] o segundo anjo anuncia a queda de Babilônia, cidade que simboliza o desafio contra Deus. "Ao longo de toda a Bíblia, a batalha entre a cidade de Deus – Jerusalém – e a cidade de Satanás – Babilônia – ilustra o conflito entre o bem e o mal." (AM, 2016, p. 220).

Os judeus e cristãos oprimidos nos primeiros séculos da era cristã pelos romanos se referiam na literatura à cidade de Roma como Babilônia. Muitos consideram que Pedro empregou Babilônia como pseudônimo para Roma (1Pe 5,13). Os protestantes perseguidos, tanto na Reforma como posteriormente, referiam-se à Igreja de Roma como Babilônia espiritual (Ap 17), a inimiga do povo de Deus. No Apocalipse, Babilônia "simboliza todas as organizações religiosas apóstatas e sua liderança, embora se aplique de modo especial à grande aliança religiosa apóstata entre a besta e sua imagem, a qual trará a lume a crise final descrita em Apocalipse 13:15 a 17." (AM, 2016, p. 220).

Babilônia exerce coerção universal ao dar de "beber a todas as nações do vinho da fúria da sua prostituição" (Ap 14,8); vinho que expressa seus ensinos heréticos. Conforme a teologia adventista, Babilônia pressionará os poderes do Estado a impor universalmente seus falsos ensinos religiosos e decretos; sua prostituição está no relacionamento promíscuo com as nações – entre a Igreja apóstata e os poderes civis. "Supostamente é a igreja a noiva do cordeiro; ao buscar apoio do estado em vez de se apoiar no Senhor, ela deixa seu esposo e comete adultério espiritual (cf. Ez 16:15; Tg 4:4)." (AM, 2016, p. 220).

Para a teologia adventista, os habitantes da Terra estão embriagados com o falso ensino da Babilônia, inebriada "com o sangue dos santos e com o sangue das testemunhas de Jesus" (Ap 17,6) que se recusaram a aceitar doutrinas não bíblicas e se submeter à autoridade babilônica. A queda de Babilônia se deve à recusa em acolher a mensagem do primeiro anjo, do evangelho da justificação pela fé em Deus. A profecia da queda de Babilônia encontra seu

[47] "Seguiu-se outro anjo, o segundo, dizendo: caiu, caiu a grande Babilônia que tem dado a beber a todas as nações do vinho da fúria da sua prostituição."

cumprimento no afastamento do protestantismo da pureza e simplicidade do evangelho da justificação pela fé, conforme propalado na Reforma do século XVI (AM, 2016, p. 220-221).

O pleno cumprimento da mensagem do segundo anjo ocorre na proximidade do fim, quando as organizações religiosas que recusaram a mensagem do primeiro anjo se aliarem. A mensagem contra Babilônia se repete em Apocalipse 18,2-4, com o anúncio de sua plena ruína e o convite aos que nela ainda se encontram para que saiam de suas congregações (AM, 2016, p. 221).

2.6.3 A terceira mensagem angélica

Na proximidade da hora do juízo, o primeiro anjo anuncia o evangelho eterno e convida à restauração da adoração a Deus como criador a partir do sábado. O segundo adverte contra as formas de adoração antibíblicas. Na terceira mensagem angélica (Ap 14,9-12), o terceiro anjo transmite o aviso divino contra a adoração da besta e de sua imagem, em que estão implicados todos os que recusam o evangelho da justificação pela fé (AM, 2016, p. 221).

> A besta descrita em Apocalipse 13:1 a 10 é a união igreja-estado que dominou o mundo cristão durante tantos séculos, e que foi descrita por Paulo como o "homem da iniquidade" (2 Ts 2:2-4), e por Daniel como o "chifre pequeno" (Dn 7:8, 20-25; 8:9-12). A imagem da besta representa aquela forma de religião apóstata que se desenvolverá quando as igrejas, tendo perdido o verdadeiro espírito da Reforma, se unirão com o estado a fim de impor seus ensinamentos às pessoas. Ao unirem igreja com estado, se tornarão uma perfeita imagem da besta – a igreja apóstata que perseguiu durante 1.260 anos. Essa é a razão de a Palavra de Deus utilizar a expressão *imagem da besta*. (AM, 2016, p. 221-222, grifo do autor).

A advertência do terceiro anjo volta-se para todos os que se submeterem à autoridade humana durante a última crise da Terra, ao adorarem a besta e sua imagem ao invés do criador. No conflito final, desenvolvem-se duas classes contrastantes. Uma que defenderá "o evangelho das maquinações humanas" e prestará adoração à besta e sua imagem, enquanto a outra viverá conforme o verdadeiro evangelho e guardará "os mandamentos de Deus e a fé em Jesus" (Ap 14,12). Para a teologia adventista, o confronto entre as duas classes trata da verdadeira e da falsa adoração, do verdadeiro e do falso evangelho. Quando tais disputas foram claramente postas diante do mundo, os que rejeitarem o "memorial divino da criação, o sábado bíblico", e escolheram adorar e honrar o domingo, mesmo cientes de que este fora estabelecido como dia de adoração por autoridade humana, receberão a "marca da besta", sinal que expressa rebelião contra a autoridade divina (AM, 2016, p. 222).

“Deus tem seus filhos em todas as igrejas; mas é por meio da igreja remanescente que ele proclama a mensagem que deverá restaurar a verdadeira adoração, mediante o chamamento de seu povo para fora dos círculos da apostasia e a preparação dos mesmos para o retorno de Cristo.” (AM, 2016, p. 223). Reconhece-se que muitos dentre o povo de Deus, ao ouvir as mensagens angélicas, se unirão ao remanescente que, na percepção de suas imperfeições e fraquezas para a execução de sua missão, entende que somente a graça divina possibilita cumprir a tarefa que lhe foi confiada.

2.6.4 O cenário profético adventista para o fim dos tempos

Historicamente, os adventistas fascinam-se com o estudo das profecias escatológicas de Daniel e Apocalipse. A compreensão da IASD dessas profecias difere de modo significativo da mantida por intérpretes católicos e protestantes na atualidade; o sábado se apresenta como aspecto essencial na perspectiva adventista, que entende a marca da besta (Ap 13,16-17) como símbolo indicativo de uma lei que exigirá a observância do domingo, imposta, num primeiro momento, nos Estados Unidos, e, em seguida, no resto do mundo, pouco antes da volta de Jesus. Em janeiro de 1847, José Bates foi o primeiro a relacionar a marca da besta com a observância dominical. “[João] só descreveu dois grupos. Veja Apocalipse 14:9-12. Um desses grupos guarda ‘os mandamentos de Deus e a fé de Jesus’. O outro tem a marca da besta. […] Não é evidente que o primeiro dia da semana, como dia de guarda ou dia santo, é a marca da besta?” (MOORE, 2013, p. 11).

O espírito de profecia adventista corrobora a compreensão profética da Igreja a respeito dos dados escatológicos de Daniel e Apocalipse. Ellen G. White (2007f, p. 84) expressou a mesma noção de Bates sobre a marca da besta.

> Então compreendi, como nunca dantes, a importância de investigar cuidadosamente a Palavra de Deus, para saber como escapar às pragas que, a Palavra de Deus declara, virão sobre todos os ímpios que adorarem a besta e sua imagem e receberem o seu sinal em suas testas ou em suas mãos. Surpreendi-me grandemente de que alguem transgredisse a lei de Deus e pisasse o seu santo sábado, quando tão terriveis ameaças e advertências estavam contra eles.

Embora Ellen G. White não tenha relacionado especificamente a marca da besta com a observância do domingo, constratou-a com a observância sabática, conceito conservado ao longo de todo seu ministério. Em 1899 ela escreveu (WHITE, 2007c, p. 188) que ao ser expedido o decreto que impõe o falso sábado, o domingo, e o clamor do terceiro anjo alertar

contra a adoração da besta e de sua imagem, "será traçada com clareza a linha divisória entre o falso e o verdadeiro. Então, os que ainda persistirem na transgressão receberão o sinal da besta."

Os adventistas creem em uma divisão do mundo antecedecente à segunda vinda entre dois grupos: o que guardarão o sábado e receberão o selo de Deus, enquanto os demais honrarão o domingo e terão a marca da besta (MOORE, 2013, p. 12). Na controvérsia, os observadores do sábado serão perseguidos e até martirizados por sua escolha (MOORE, 2013, p. 13). O espírito de profecia explica que quando o decreto dominical for lançado contra os observadores do sábado, retirando-lhes qualquer proteção governamental, os que não forem feitos prisioneiros deixarão as cidades e passarão a habitar lugares desertos e solitários do planeta, refugiando-se até em montanhas (WHITE, 2013d, p. 545-546). Os observadores do sábado sofrerão, também, um boicote econômico (WHITE, 2013d, p. 388). Por fim, para a teologia adventista, a promulgação de um decreto de morte recairá sobre todos os que não tiverem a marca da besta (Ap 13,15-17).[48] "Aceitar a marca equivale […] a uma confissão pública de fé na lealdade à autoridade das forças contrárias a Deus, seja por consentimento ('na fronte'), seja por mero ato de complacência ('sobre a mão direita')." (LARONDELLE, 2011, p. 972).

Para o espírito de profecia, pode parecer que a diversidade de crenças existentes nas igrejas protestantes constitui prova da impossibilidade de construção de esforços conjuntos para se alcançar uniformidade obrigatória. Todavia, aponta-se que o protestantismo manifesta um crescente sentimento em favor de uma união pautada em pontos comuns de doutrina, cuja efetivação passa pela exclusão das discussões sobre as crenças em desacordo entre os participantes, independentemente de sua relevância na perspectiva bíblica (WHITE, 2013d, p. 387). Em tal cenário, Ellen G. White (2013d, p. 388) profetiza que

> as principais igrejas dos Estados Unidos, ligando-se em pontos de doutrinas que lhes são comuns, influenciarem o Estado para que imponha seus decretos e lhes apoie as instituições, a América do Norte protestante terá então formado uma imagem da hierarquia romana, e a aplicação de penas civis aos dissidentes será o resultado inevitável. [...] A "imagem da besta" representa a forma de protestantismo apóstata que se desenvolverá quando as igrejas protestantes buscarem o auxílio do poder civil para imposição de seus dogmas.

[48] "[...] lhe foi dado comunicar fôlego à imagem da besta, para que não só a imagem falasse, como ainda fizesse morrer quantos não adorassem a imagem da besta. A todos, os pequenos e os grandes, os ricos e os pobres, os livres e os escravos, faz que lhes seja dada certa marca sobre a mão direita ou sobre a fronte, para que ninguém possa comprar ou vender, senão aquele que tem a marca, o nome da besta ou o número do seu nome."

Por meio das crenças da imortalidade da alma e da santidade do domingo, estabelecendo laços com o espiritismo e o catolicismo, os protestantes estadunidenses “serão os primeiros a estender as mãos através do abismo para apanhar a mão do espiritismo; estender-se-ão por sobre o abismo para dar mãos ao poder romano; e, sob a influência desta tríplice união, este país seguirá as pegadas de Roma, desprezando os direitos da consciência.” (WHITE, 2013d, p. 513).

A concepção profética da teologia adventista, expressa em suas interpretações escatológicas de Daniel e Apocalipse, respaldadas pelo espírito de profecia, influencia sua mentalidade, postura e ajuda a explicar a resistência do adventismo ante o diálogo com outras igrejas e religiões. A previsão da unificação de igrejas e, destas, com o Estado, em um esforço protestante-católico-espírita para a imposição de um decreto global de observância do domingo – postos como sinais do fim dos tempos –, que gerará sanções civis e perseguição pública, impulsiona narrativas conspiratórias e extravagantes de realidade do cenário religioso e geopolítico internacional – sobretudo nas eleições papais e nas interações entre o Vaticano e os Estados Unidos – em esferas conservadoras da Igreja Adventista ao redor do mundo. Considerar a leitura teológica do adventismo dos eventos finais se apresenta como fundamental para compreender a relação conflituosa da IASD com o ecumenismo e o diálogo inter-religioso.

Na problematização da interação protestante-católico-espírita dos eventos finais do mundo, o entendimento profético adventista se inscreve na contramão dos pressupostos da teologia ecumênica, que não confunde união com uniformização de crenças, cujos dialogantes colocam em debate honesto e sincero os pontos em desacordo, que respeita e trabalha pela manutenção das identidades eclesiais e da liberdade religiosa, e a separação entre Igreja e Estado – e como se as imposições fossem recebidas sem resistências pelos afetados. Enquanto as previsões proféticas não se cumpram, os adventistas precisam tratar os membros de outras igrejas como irmãs e irmãos em Cristo e, como orienta Ellen G. White (2007c, p. 452), sem ataques, preconceitos ou como se fossem inimigos.

2.6.5 A identidade da Igreja remanescente e o protoexclusivismo adventista

No diálogo com protestantes conservadores estadunidenses na década de 1950, os adventistas foram indagados sobre a identidade da Igreja remanescente (QUESTÕES..., 2008, p. 162):

> Alega-se que os adventistas do sétimo dia ensinam que só eles constituem a última e completa "igreja remanescente" mencionada no livro de Apocalipse. Isso é verdade, ou admitem os adventistas do sétimo dia que "remanescentes" são aqueles que em todas as denominações permanecem fiéis às Escrituras e à fé que uma vez foi dada aos santos? Afirmam os adventistas que na época atual são eles as únicas testemunhas verdadeiras do Deus vivo e que sua observância do sábado do sétimo dia é um dos maiores sinais que os identificam como a igreja remanescente de Deus?

Após se contextualizar que o uso de "remanescente" pelos adventistas não significa uma comparação com a Igreja invisível, "aqueles que em todas as denominações permanecem fiéis às Escrituras", demonstra-se a crença de que a profecia de Apocalipse 12,17 direciona para a experiência e obra da Igreja Adventista. "[...] mas *não* cremos que *somente* nós constituímos os verdadeiros filhos de Deus – que somos os únicos e autênticos cristãos que atualmente existem sobre a Terra. Cremos que Deus possui um grande número de seguidores fervorosos, leais e sinceros em todas as comunidades cristãs" (QUESTÕES..., 2008, p. 162, grifos do autor). Apresenta-se uma passagem de Ellen G. White como a definição do posicionamento adventista: "em que corporações religiosas se encontrará hoje a maior parte dos seguidores de Cristo? Sem dúvida, nas várias igrejas que professam a fé protestante." (WHITE, 2013d, p. 335).

Embora creiam existir verdades especiais para o tempo presente que Deus os comissionou a anunciar, os adventistas compreendem que devem resgatar certas verdades negligenciadas desde a Reforma, em continuidade à obra dos reformadores do século XVI. Em consonância com outros grupos, os adventistas respondem manter "as verdades básicas do evangelho em comum com os cristãos conservadores em geral." Com os batistas, os adventistas partilham do batismo por imersão, a liberdade de consciência, a separação entre Igreja e Estado; a ênfase na piedade de vida e a graça abundante com os metodistas; com os batistas do sétimo, o sábado; o foco na proximidade da volta de Cristo destacada pelas igrejas durante o despertamento das primeiras décadas do século XIX; e a crença comum de maioria dos credos históricos sobre a validade dos dez mandamentos como norma de conduta de todos os cristãos, bem como do julgamento divino a partir da mesma lei (Tg 2,12)[49] (QUESTÕES..., 2008, p. 163-164).

Os adventistas manifestam fazer a aplicação dos textos do Apocalipse que a autoidentificam como a Igreja remanescente com "sentimento de profunda humildade" (QUESTÕES..., 2008, p. 164) por reconhecer as consequências de tal interpretação. "Embora creiamos que Apocalipse 12:17 se refira a nós como o povo da profecia, não é com espírito de orgulho que aplicamos esse texto dessa maneira. Para nós, isso constitui a conclusão lógica de

[49] "Falai de tal maneira e de tal maneira procedei como aqueles que hão de ser julgados pela lei da liberdade."

nosso sistema de interpretação profética.” (QUESTÕES..., 2008, p. 165). A Igreja ressalta que tal emprego do texto bíblico não significa que se julguem os únicos cristãos genuínos ou salvos.

> Embora creiamos que a Igreja Adventista do Sétimo Dia seja a organização visível por intermédio da qual Deus está proclamando ao mundo essa derradeira mensagem especial, lembramo-nos do princípio que Cristo enunciou ao dizer: “Ainda tenho outras ovelhas, que não são deste aprisco” (Jo 10:16). Os adventistas do sétimo dia [creem] firmemente que Deus possui um precioso remanescente, uma multidão de crentes fervorosos e sinceros, em todas as igrejas (não excetuando a comunidade católico-romana). Eles vivem à altura da luz que Deus lhes outorgou. O grande pastor das ovelhas os reconhece como seus, e os está convocando para um grande rebanho e uma elevada comunhão, como preparo para sua volta. [...] Cremos que a maioria dos filhos de Deus ainda se acha espalhada por todo o mundo. (QUESTÕES..., 2008, p. 165).

Por fim, os adventistas acreditam que sob o povo remanescente se reunirão todos os genuínos e fiéis seguidores de Cristo e que a Igreja Adventista foi encarregada de transmitir a última mensagem divina de advertência ao mundo, “o evangelho eterno” (Ap 14,6), assim como, ao longo de toda história humana, Deus sempre teve eleitos, distintos por sua obediência à revelação recebida, compondo “o que pode ser descrito como a igreja invisível” (QUESTÕES..., 2008, p. 166), escolhidos como exclusivos depositários e expoentes da verdade divina (QUESTÕES..., 2008, p. 167).

A Igreja Adventista se enxerga como um movimento despertado por Deus para, no momento do cumprimento das profecias apocalípticas, alertar o mundo da necessidade de preparo ante os enganos dos últimos dias e o retorno de Cristo. “Embora esse agrupamento dos filhos de Deus possa ser descrito como igreja, achamos que o termo ‘movimento’ deixa transparecer com mais precisão a natureza e o propósito essencial desse grupo característico e de sua distintiva mensagem.” (QUESTÕES..., 2008, p. 167). A Igreja sustenta que Deus levantou o movimento adventista para reunir, em obediência aos mandamentos divinos na controvérsia final da adoração, os verdadeiros filhos de Deus, e ao mesmo tempo considera não representar os únicos cristãos salvos. Ao crer que os cristãos que servem a Deus com sinceridade, e conforme o entendimento de possuintes da revelação divina, são potenciais integrantes do último remanescente exposto em Apocalipse 12,17, os adventistas assumem ser sua responsabilidade e privilégio atrai-los para o grupo prenunciado que aguarda a volta de Cristo (DEDEREN, 2011a, p. 639; QUESTÕES..., 2008, p. 167).[50]

---

[50] Em outra obra que trata das objeções contra a teologia adventista, ante o questionamento de que os adventistas “ensinam que somente eles serão salvos”, Nichol (2012, p. 392) responde que a IASD não sustenta tal opinião e recorre a uma declaração de Ellen G. White “muito liberal” d’*O desejado de todas as nações* (WHITE, 2007h, p.

As respostas para a questão sobre a identidade da Igreja remanescente no *Questions on doctrine* não são muito diferentes das enunciadas pelos pioneiros. Os adventistas, "num espírito de profunda humildade, aplicam Apocalipse 12:17 ao movimento adventista e à sua obra." Não obstante, o *Questions on doctrine* "introduz uma mudança sutil de significado em relação ao remanescente. Passou a ser usado também para designar" outros cristãos. O termo passou a ser empregado a todos os "cristãos sinceros" (HASEL, 2012, p. 163), de modo a praticamente definir o remanescente como um grupo invisível de cristãos fiéis a Deus.

A autorreferenciação adventista enquanto Igreja remanescente gera críticas de outras igrejas que acusam a IASD de arrogância, espírito julgador das demais igrejas e religiões, triunfalismo e exclusivismo. A posição exclusivista diz respeito à percepção teológica que considera existir uma única verdadeira religião, revelada por Deus e que carrega em si a verdade em exclusividade (VIGIL, 2006, p. 63). Vivemos praticamente 20 séculos de exclusivismo do cristianismo que tem pensado, de modo global, oficial e majoritário, constituir a única verdadeira religião, enquanto as outras seriam falsas, invenções humanas ou meramente preparatórias para o evangelho (VIGIL, 2006, p. 39).

A Igreja Adventista emprega o termo Igreja remanescente como expressão autoidentitária e elemento de autorreferência que sugere a

> ideia de *povo de Deus*, ou então de *Igreja eleita* [...]. O ato de conceber-se enquanto [...] *povo escolhido* não é prerrogativa apenas dos adventistas. Outras denominações cristãs também o fazem. Mas no caso da IASD, para além do valor teológico, o termo *Igreja remanescente* representa com propriedade o caráter existencial da instituição. (PRADO, 2012, p. 18-19, grifos do autor).

A Igreja remanescente forma, para os adventistas, "a Igreja do *último período da história da humanidade*." (PRADO, 2012, p. 19, grifo do autor). Eles enxergam que o "povo eleito de Deus" forma a "última Igreja sobrevivente", o restante, entre todas as demais igrejas que existiram ao longo da história da humanidade. Assim, "o povo remanescente é a Igreja que prega os desígnios de Deus na Terra, escatologicamente durante o fim da história." (PRADO, 2012, p. 20, grifos suprimidos). Conforme a interpretação teológica adventista (PRADO, 2012, p. 22), a Igreja remanescente carrega predicados peculiares no contexto e caos do fim dos tempos, ao não violar as leis bíblicas, não se influenciar por sincretismos

---

561): "Há, entre os gentios, pessoas que servem a Deus ignorantemente, a quem a luz nunca foi levada por instrumentos humanos; todavia não perecerão. Conquanto ignorantes da lei escrita de Deus, ouviram sua voz a falar-lhes por meio da natureza, e fizeram aquilo que a lei requeria. Suas obras testificam que o Espírito Santo lhes tocou o coração, e são reconhecidos como filhos de Deus."

teológicos e pelo que considera como falsos ensinamentos, e obedecer integralmente o conteúdo dos dez mandamentos, visto que o remanescente satisfaz toda vontade divina.

Se a concepção de Igreja remanescente seria a de última e única verdadeira Igreja de Deus na história da Terra, incumbida de anunciar a derradeira mensagem de Deus aos habitantes do planeta, pensamento observado em sermões e estudos bíblicos de membros da IASD, o discurso oficial faz parecer que essa não se configura como a visão da denominação sobre o assunto – por mais que a primeira citada seja a sobressalente –, ao menos em todos os aspectos da assertiva inicial, como visto acima (QUESTÕES..., 2008, p. 162-167).

Pela teologia adventista expressar que a identificação se faz com humildade (QUESTÕES..., 2008, p. 164), não fundamentar um espírito ou natureza exclusivista (LARONDELLE, 2011, p. 983; RODRÍGUEZ, 2012c, p. 210) ou triunfalista, mas senso autocrítico (LARONDELLE, 2011, p. 983), reconhecer a necessidade de ampliação do diálogo com os demais cristãos e líderes de outras religiões para excluir estereótipos e preconceitos quanto ao entendimento do ser o remanescente (RODRÍGUEZ, 2012a, p. 19), respeitar os cristãos fiéis das outras igrejas (HASEL, 2012, p. 168), e negar a significação de possuidor da salvação em exclusividade (RODRÍGUEZ, 2012c, p. 222), consideramos que a Igreja Adventista, por opor autorreferenciamento e abertura no tocante ao constituir a Igreja remanescente, se constitui como protoexclusivista.

A autorreferenciação, embora o digam fazer com humildade e senso de responsabilidade, provoca o fechamento adventista ao diálogo, visto que a ênfase autoproclamada de Igreja profética e condutora da última reforma do cristianismo na Terra repercute mais em seu aspecto protoexclusivista do que o reconhecimento adventista da existência de verdadeiros filhos de Deus em outras organizações religiosas, gerando barreiras, ofensas e preconceitos, dificultando aproximações diaologais.

Identifica-se que outras razões para o fechamento adventista ao diálogo encontram-se já na transição do movimento milerita ao adventista e na primeira geração deste (1844-1888): não se expressa na Igreja Adventista organizada a mesma consideração e identificação com as crenças em comum do conjunto dos cristãos em relação às contribuições de grupos específicos que formaram o movimento adventista (anabatistas/restauracionistas e Conexão Cristã, o metodismo, o deísmo e a influência puritana) (KNIGHT, 2011, p. 29-35); a estratégia teológica adotada nas décadas seguintes ao estabelecimento formal da Igreja, entre 1861 e 1863, de explicitação e expansão de seu núcleo de doutrinas centrais e de sua interpretação profética, centrais na identidade da denoninação, que resultou em legalismo (KNIGHT, 2011, p. 89); a postura combativa e aspera a ministros de outras denominações na

prática evangelística e o hábito de líderes de resguardar concepções teológicas, em clara contradição à dinamicidade da "verdade presente" e da progressão de apreensão da fé e da revelação defendidas pelos pioneiros; a opção de transmitir suas doutrinas distintivas e não destacar as crenças que compartilhavam com os demais cristãos, distanciando-se das bases do cristianismo (KNIGHT, 2011, p. 92), que se desdobrou na pregação excessiva da lei dos dez mandamentos em detrimento do evangelho da graça e da justiça de Cristo; próximo ao fim da década de 1880, os líderes adventistas pareciam ter esquecido o preceito do *sola Scriptura* usado por seus fundadores (KNIGHT, 2011, p. 95) e buscavam apoiar-se em outras fontes para defender suas diferenças teológicas – que não seu único credo, as Escrituras –, como a tradição denominacional, a legislação em forma de credo, a opinião de peritos, pontos de vista autoritários e os escritos de Ellen G. White (KNIGHT, 2003, p. 198).

O enclausuramento se acentua na medida em que a posição de remanescente final da profecia implica à IASD o papel de advertente das demais igrejas e religiões, impedindo ações interativas, de aprendizagem, de reconhecimento da alteridade e do conjunto doutrinal e valores comuns com outras expressões de fé, como mostra a rejeição das redefinições do conceito de remanescente propostas por adventistas (HASEL, 2012, p. 163-167; MARTINES, 2002, p. 205-278).

Em contraste, ainda que se considere a autocompreensão adventista de Igreja remanescente como um empecilho para o diálogo da IASD com outros cristãos, indica-se, em sentido contrário, o potencial dialógico presente nela. Primeiro, por expressar que a Igreja abrange todas as nações, povos e línguas, ou seja, possui catolicidade inerente. No reconhecimento dos cristãos genuínos que vivenciam sua fé autenticamente com o conhecimento que possuem, o conceito de remanescente não limita a salvação aos que pertencem à Igreja Adventista, mas identifica como formando o último remanescente de Deus na história todos os fiéis seguidores de Cristo presentes nas diferentes denominações cristãs e religiões.

A eclesiologia adventista destaca a catolicidade da Igreja e faz o anúncio do evangelho eterno visando corrigir a fragmentação do mundo cristão na esperança da segunda vinda de Cristo e em sinal de revolta contra a divisão dos cristãos, e busca, por meio da teologia do remanescente, estabelecer pontos de contato com o cristianismo dividido. Os adventistas reconhecem que precisam ampliar o diálogo com os demais cristãos e com outras religiões, já que o conceito de remanescente formulado pela Igreja suscita ofensas, sugere superioridade teológica, soa exclusivista e triunfalista.

A teologia adventista opera o conceito de remanescente como uma missão e responsabilidade divina outorgadas. Indica que a autoapropriação do remanescente possui base nas Escrituras e que sua existência não implica o pertencimento exclusivo da salvação. A missão do remanescente está no anúncio da verdade do evangelho restaurada, que prepara o mundo para o retorno de Cristo. Os filhos de Deus, presentes em todas as igrejas, são chamados pelo remanescente para prestar a verdadeira adoração a Deus. Assevera-se na reflexão teológica que a autoaplicação dos textos de Apocalipse que identificam e apontam para a obra do remanescente presente na IASD se faz em humildade, afastando todo orgulho e julgamento de superioridade ante os outros cristãos, mas como um serviço para o mundo. No entanto, o observado nos púlpitos das igrejas locais e as reações desfavoráveis de outras comunidades cristãs à aplicação do conceito pelos adventistas indicam o contrário.

3 UNIDADE PARA A IGREJA ADVENTISTA E NA TEOLOGIA ECUMÊNICA

Ocupamo-nos aqui da compreensão, a partir das Escrituras, e as implicações ecumênicas da unidade para a teologia adventista, do significado de ecumenismo e os fundamentos da unidade cristã na teologia ecumênica, bem como do problema da indiferença ecumênica, do diálogo na dinâmia entre confessionalidade, interconfessionalidade e transconfessionalidade como método para uma eclesiologia ecumênica, do imperativo e a fundamentação bíblica da unidade cristã, como exposta nos evangelhos e no pensamento paulino, e a espiritualidade ecumênica e sua práxis na conversão e renovação interior – a partir da reforma, santidade, comunhão e concentração em Cristo como centro das crenças, do anúncio e da vida da Igreja –, no diálogo – pela interpessoalidade, reciprocidade, questionamento, acolhida do outro, simpatia, disponibilidade – e no serviço – na cooperação no campo social.

3.1 A UNIDADE NA TEOLOGIA ADVENTISTA

A teologia adventista privilegia a unidade da Igreja em perspectiva *ad intra.* A crença fundamental 14 da Igreja Adventista, *Unidade no corpo de Cristo*, expressa:

> A igreja é um corpo com muitos membros, chamados de toda nação, tribo, língua e povo. Em Cristo somos uma nova criação; distinções de raça, cultura e nacionalidade, e diferenças entre altos e baixos, ricos e pobres, homens e mulheres não devem ser motivo de dissensões entre nós. Todos somos iguais em Cristo, o qual por um só Espírito nos uniu em uma comunhão com ele e uns com os outros; devemos servir e ser servidos sem parcialidade ou restrição. Mediante a revelação de Jesus Cristo nas Escrituras, partilhamos a mesma fé e esperança e estendemos um só testemunho para todos. Essa unidade encontra sua fonte na unidade do Deus triúno, que nos adotou como seus filhos. (AM, 2016, p. 226).

Nela discorre-se que a unidade identifica os autênticos cristãos pela revelação, neles, do amor de Cristo (Jo 13,34-35). Na oração de Jesus no Getsêmani, sua principal preocupação era a unidade de sua Igreja, daqueles que saíram “do mundo” (Jo 17,6). Ele rogou ao Pai em favor de uma unidade que se assemelhasse àquela experimentada pela divindade, orando para que todos fosse um: “e como és tu, ó Pai, em mim e eu em ti, também sejam eles em nós; para que o mundo creia que tu me enviaste.” (Jo 17,21). Tal unidade se configura no mais poderoso testemunho oferecido pela Igreja, por evidenciar o abnegado amor de Cristo pela humanidade: “eu neles, e tu em mim, a fim de que sejam aperfeiçoados na unidade, para que o mundo conheça que tu me enviaste e os amaste, como também amaste a mim.” (Jo 17,23)

(AM, 2016, p. 227). A unidade concebida aparece "como uma unidade visível, conforme se evidencia na oração de Jesus insistindo para que seus discípulos fossem um a fim de que o *mundo* soubesse e acreditasse" (DEDEREN, 2011a, p. 624, grifo do autor).

Na perspectiva bíblica, a unidade apenas se torna possível pela ação do Espírito. O "Espírito Santo é a força impelente por detrás da unidade da igreja. […] Por meio dele são todos os crentes 'batizados em um corpo' (1Co 12:13). Esses membros batizados devem possuir uma unidade que Paulo descreve como 'a unidade do Espírito' (Ef 4:3)." (AM, 2016, p. 227).

Embora existam muitas congregações, "a igreja de Cristo é uma só igreja, um só corpo, do qual Cristo é a cabeça." (DEDEREN, 2011a, p. 624). O apóstolo Paulo relaciona as principais características da unidade do Espírito em Efésios 4,4-6: "há somente um corpo e um Espírito, como também fostes chamados numa só esperança da vossa vocação; há um só Senhor, uma só fé, um só batismo; um só Deus e Pai de todos, o qual é sobre todos, age por meio de todos e está em todos." A ênfase na completa unidade vislumbrada por Paulo ocorre na repetição de "um", "uma" e "numa" sete vezes. No chamado das pessoas de todas as nacionalidades e etnias, o Espírito Santo batiza-os num único corpo, o de Cristo, a Igreja. Na medida em que crescem em Cristo, as diferenças culturais não provocam mais divisão. A compreensão da igualdade de todas(os) perante Deus mantém a estima de uns para com os outros. A unidade influencia, também, no nível de cooperação. Implica que todas as igrejas locais são iguais. Esta forma de unidade não conhece hierarquia. A Igreja una possui a "bendita esperança" da salvação a ser efetivada na "manifestação da glória do nosso grande Deus e Salvador Cristo Jesus" (Tt 2,13), esperança que se constitui em fonte de alegria e paz, provê motivação para o testemunho unificado dos cristãos (Mt 24,41) e conduz à transformação, visto que "a si mesmo se purifica todo o que nele tem esta esperança, assim como ele é puro." (1Jo 3,3). Pela fé pessoal e comum no sacrifício expiatório de Jesus Cristo todos se tornam parte do corpo. O único batismo, símbolo da morte e ressurreição de Cristo (Rm 6,3-6), exprime perfeitamente a fé ao testemunhar da união com o corpo de Cristo. As Escrituras ensinam da existência de um só Espírito, um só Senhor e um só Deus e Pai. Os aspectos da unidade da Igreja encontram-se baseados na Trindade divina. "Ora, os dons são diversos, mas o Espírito é o mesmo. E também há diversidade nos serviços, mas o Senhor é o mesmo. E há diversidade nas realizações, mas o mesmo Deus é quem opera tudo em todos" (1Cor 12,4-6) (AM, 2016, p. 228).

Na abrangência da unidade, os cristãos devem experimentar unidade de mente e julgamento. Paulo orienta: "Ora, o Deus de paciência e consolação vos conceda o mesmo

sentir de uns para com os outros, segundo Cristo Jesus, para que concordemente e a uma voz glorifiqueis ao Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo." (Rm 15,5-6). Ele roga, "pelo nome de nosso Senhor Jesus Cristo, que faleis todos a mesma coisa e que não haja entre vós divisões; antes, sejais inteiramente unidos, na mesma disposição mental e no mesmo parecer." (1Cor 1,10). "Aperfeiçoai-vos, consolai-vos, sede do mesmo parecer, vivei em paz; e o Deus de amor e de paz estará convosco." (2Cor 13,11) (AM, 2016, p. 229). A Igreja Adventista defende entre os seus uma unidade de sentimentos, pensamentos e ação sem acarretar uniformidade. "A unidade bíblica não implica em uniformidade. A própria metáfora utilizada na Bíblia para a igreja – a do corpo humano – demonstra que a igreja experimenta unidade mediante a diversidade." (AM, 2016, p. 229).

Deus distribui dons "como lhe apraz, a cada um, individualmente" (1Cor 12,11) para criar "uma saudável diversidade que benefecia a congregação." Com diferentes dons, todos operam sob a direção do mesmo Espírito, edificando a Igreja, cujo êxito não depende de ações uniformes, mas da execução das tarefas por Deus atribuídas a cada um (AM, 2016, p. 229). Jesus usa da metáfora da vinha (Jo 15,1-6) para ilustrar a unidade na diversidade dos cristãos.

> Os ramos, representando os crentes, constituem extensões da videira verdadeira – Cristo. À semelhança de cada ramo ou folha, o cristão individual difere dos demais, mas ainda assim existe a unidade, uma vez que todos recebem nutrição a partir do mesmo tronco, a videira. Os ramos da vinha estão individualmente separados e não se fundem uns com os outros; ainda assim, cada ramo está em comunicação com os demais, desde que todos eles se reúnam no mesmo tronco básico, comum a todos. Eles recebem nutrição da mesma fonte: assimilam as mesmas propriedades fornecedoras de vida. (AM, 2016, p. 229-230).

A unidade cristã acontece quando os membros estão enxertados em Cristo, fonte de poder para o cumprimento da missão da Igreja. "Estar ligados a ele significa que serão moldados todos os gostos, hábitos e estilo de vida dos cristãos." (AM, 2016, p. 230). Por Cristo, eles unem-se em prol da missão comum. Ao permanecer nele, afasta-se o egoísmo e se estabelece a unidade, legitimando-os a executar o mandato divino. Mesmo com as diferenças temperamentais na Igreja, todos atuam sob a liderança da mesma cabeça. Ainda que existam muitos dons, um único Espírito os concede. Há ação harmoniosa entre os diferentes dons, pois "o mesmo Deus é quem opera tudo em todos." (1Cor 12,6).

Na busca da unidade da fé, a "diversidade de dons não implica […] em diversidade de crenças. Nos últimos dias, a igreja de Deus será composta por pessoas que compartilham a plataforma do evangelho eterno – [a] observância dos 'mandamentos de Deus e a fé em Jesus' (Ap 14:12)." Sem unidade, a Igreja não conseguirá desempenhar sua missão. O amor e a

unidade manifestos na vida dos membros "testemunham mais poderosamente em favor da mensagem apresentada pela igreja do que qualquer outra coisa" (AM, 2016, p. 230), evidenciam da ligação e da validade do mandato como discípulos de Cristo (Jo 13,35).

As divergências entre os cristãos são o maior obstáculo para a evangelização. A unidade, conforme apresentou Jesus, representa para o mundo a maior prova de que ele salva o seu povo (Jo 17,23). A unidade dos filhos de Deus na Terra manifesta a realidade do eterno reino de Deus. Ela apresenta-se como desafio em um mundo desunido. "A igreja unificada representa a resposta adequada para uma sociedade dividida pela cultura, raça, sexo e nacionalidade." (AM, 2016, p. 231). Para a teologia adventista o alcance da unidade depende tanto da divindade como do envolvimento dos cristãos para seu desenvolvimento (AM, 2016, p. 232).

A fonte da unidade, conforme atestam as Escrituras, "encontra suas origens em (1) o poder guardador do Pai (Jo 17:11), (2) a glória do Pai que Jesus concedeu a seus seguidores (Jo 17:22) e (3) na habitação de Cristo no íntimo dos crentes (Jo 17:23)." (AM, 2016, p. 232). O Espírito Santo, o "Espírito de Cristo", atuante no corpo de Cristo, se constitui no poder coesivo cuja presença mantém a união entre os cristãos. Como "Espírito de Cristo" e "Espírito da verdade", o Espírito Santo gera unidade. Ao entrar na vida dos cristãos, o Espírito faz com que superem todo tipo de preconceito – de cultura, sexo, cor, nacionalidade e situação social (Gl 3,26-28)[51] – ao trazer Cristo para o íntimo de cada qual. A união do Espírito com Cristo institui o vínculo da unidade dos cristãos uns com os outros, minorando as diferenças e unindo-os na glorificação crística. A "unidade pela qual Paulo lutava transcende os elementos separatistas de raça, classe e gênero (Gl 3:28). Não é o resultado de um ato voluntário de união da parte dos membros do corpo de Cristo, mas uma unidade possibilitada pelo Espírito, para que a igreja encontre unidade em Cristo (Ef 5:2-15)." (DEDEREN, 2011a, p. 624).

Ao iniciar sua obra de mediação ao lado de Deus no céu, Cristo assegurou que a meta da unidade do seu povo não era ilusão. A concessão de dons através do Espírito Santo tem como propósito especial estabelecer a "unidade da fé" entre os cristãos (AM, 2016, p. 232). "Ao analisar esses dons, Paulo disse que Cristo 'concedeu uns para apóstolos, outros para profetas, outros para evangelistas e outros para pastores e mestres'" (AM, 2016, p. 232-233). Os dons concedidos à Igreja visam o "aperfeiçoamento dos santos para o desempenho do seu serviço, para a edificação do corpo de Cristo, até que todos cheguemos à unidade da fé e do

[51] "Pois todos vós sois filhos de Deus mediante a fé em Cristo Jesus; porque todos quantos fostes batizados em Cristo de Cristo vos revestistes. Dessarte, não pode haver judeu nem grego; nem escravo nem liberto; nem homem nem mulher; porque todos vós sois um em Cristo Jesus."

pleno conhecimento do Filho de Deus" (Ef 4,12-13), para fazer progredir a "unidade do Espírito" em "unidade da fé" (Ef 4,3.13) de maneira que os cristãos amadureçam, se firmem, falem a verdade no amor e cresçam em Cristo, a cabeça da Igreja, desenvolvendo uma unidade dinâmica em amor. Em Cristo, "todo o corpo, bem ajustado e consolidado pelo auxílio de toda junta, segundo a justa cooperação de cada parte, efetua o seu próprio aumento para a edificação de si mesmo em amor" (Ef 4,16) (AM, 2016, p. 233).

Enquanto "Espírito de verdade" (Jo 15,26) o Espírito Santo age para cumprir a promessa de Cristo, guiando os cristãos em toda a verdade (Jo 16,13).

> Claramente [...] a verdade centralizada em Cristo é a base para a unidade. [...] simplesmente o estudo da verdade não é suficiente para operar a genuína unidade. Somente quando cremos, vivemos e pregamos a verdade conforme encontrada em Jesus, é que ocorre a união. Companheirismo, dons espirituais e o amor são todos muito importantes, mas a plenitude destes ocorre por meio daquele que disse "Eu sou o caminho, a verdade, e a vida" (Jo 14:6). Cristo orou: "Santifica-os na verdade; a tua palavra é a verdade" (Jo 17:17). Portanto, para que possam experimentar a unidade, os crentes devem receber a luz que brilha da Palavra. (AM, 2016, p. 233).

A unidade do corpo de Cristo resulta da encarnação; união dos cristãos com Deus através da palavra que se fez carne. Unidade também relacional, através das raízes comuns na videira, enraizada na cruz, no amor do Calvário fixado no interior dos cristãos. Na unidade da Igreja que acontece junto e a partir da cruz, compreendemos que não amamos como Jesus nos amou e não conseguimos amar sem sua constante presença em nós, pois, sem ele, nada podemos fazer (Jo 15,5). Ele morreu "por todas as pessoas sobre a face da Terra. Isso significa que ele amou todas as nacionalidades, raças, cores e classes. Ele ama igualmente a todos, quaisquer que sejam as diferenças existentes entre eles. É por isso que a unidade encontra suas raízes em Deus." A cruz tenciona a unidade ao confrontar a cegueira humana que faz separação entre os filhos de Deus, mostra que todos possuem valor e são desejados por ele (AM, 2016, p. 234).

3.1.1 Implicações ecumênicas da unidade para a Igreja Adventista

A Igreja Adventista reconhece que jamais alcancará a unidade sem que, conscientemente, trabalhe para consegui-la e que não pode considerar, de maneira complacente, que já a alcançou; que deve orar constantemente por ela, cultivá-la com cuidado. "Deveríamos minimizar as diferenças e evitar questionamentos no tocante a aspectos não essenciais. Em vez de focalizarmos aquilo que nos divide, deveríamos falar sobre as

preciosas verdades que nos unem. Falemos sobre a unidade e oremos para que a oração de Cristo se cumpra.” (AM, 2016, p. 235).

Embora as crenças fundamentais da IASD restrinjam a reflexão sobre a unidade dos cristãos à perspectiva *ad intra* e os adventistas compreendam que a oração de Jesus em João 17 “se aplica diretamente à unidade dentro de sua denominação e, em grau inferior, à união do cristianismo como um todo” (FORTIN, 2018a, p. 27), a oração de Jesus se apresenta como desafio, em geral, para todo o cristianismo e, em particular, na atualidade, para cada comunidade eclesiástica, incluindo os adventistas do sétimo dia. Em um mundo de conflitos e divisões que atingem a Igreja, “o último desejo de Jesus é um chamado claro à unidade cristã. Não há dúvida de que a união que ele tem em mente é a unidade visível – ‘para que o mundo creia que tu me enviaste’” conforme expressa João 17,21. Os “que menosprezam a importância da união da igreja precisam discordar da oração de Jesus. Ele suplica claramente para que o Pai estabeleça uma união visível entre seus seguidores, a fim de que o mundo possa crer em sua missão.” A união que Jesus tem em mente não se situa em nível organizacional, que força todos a pertencer a uma mesma denominação, mas tem como referência a união existente entre o Pai e o Filho (FORTIN, 2018a, p. 24). Por isso, coloca-se à Igreja Adventista o desafio de articular a unidade concebida na lógica *ad intra* também em senso *ad extra*.

Mais do que unir-se para cumprir o anúncio das três mensagens angélicas, os adventistas devem ter claro que a prece de Jesus pela unidade se aplica ao todo do cristianismo. Ele orou “pela união futura de *todos* os cristãos que professam ser ele o salvador” (FORTIN, 2018a, p. 27, grifo do autor), desejo que o movimento ecumênico moderno tomou como inspiração para a unidade cristã. Para a teologia adventista, o ideal de união visível entre todos os cristãos está longe de se concretizar por conta da complexidade no relacionamento dos diversos grupos cristãos, pelo histórico das divisões doutrinárias e eclesiásticas de séculos e pelas lembranças de perseguições e conflitos doutrinários não curados que resultaram em dores emocionais profundas difíceis de curar apenas através das tentativas humanas de reconciliação. Assim como outros grupos, e citando em específico uma declaração dos ortodoxos orientais, de que eles formavam a Igreja, mas que não estavam completamente seguros quanto aos demais cristãos – em sua tentativa de entender outras igrejas e se relacionar com elas, que indica a complexidade das relações entre os cristãos –, assegura-se que possivelmente tal sentimento reflete o que muitos adventistas pensam silenciosamente sobre as outras igrejas (FORTIN, 2018a, p. 27).

Problematiza-se que os apóstolos também possuíam dúvidas sobre outras pessoas que não integravam o grupo direto dos discípulos, mas afirmavam seguir a Jesus. João comentou (Mc 9,38) que os discípulos haviam impedido de agir um homem que, em nome de Jesus, expelia demônios, mas não o seguia com eles, contrastando com o início da narrativa do capítulo 9, a qual expõe (Mc 9,14-29) que, após a transfiguração, Jesus, Pedro, Tiago e João testemunharam uma possessão demoníaca que os discípulos não foram capazes de resolver, mesmo sendo íntimos de Jesus (FORTIN, 2018a, p. 27-28). "O que isso diz a respeito de nosso discurso sobre os outros cristãos? Essa história deve desafiar os adventistas do sétimo dia e todos os demais cristãos que afirmam ser seguidores de Jesus, o Messias. Parece que ser um discípulo é mais do que simplesmente cumprir pré-requisitos visíveis a outras pessoas." (FORTIN, 2018a, p. 28).

Em João 10,16 Jesus manifesta possuir "outras ovelhas, não deste aprisco", que a ele "convém conduzi-las; elas ouvirão a minha voz; então, haverá um rebanho e um pastor" em um ajuntamento que ocorre do exterior para o interior na formação de um único rebanho. Quando tal reunião acontecerá? Devem os cristãos procurar cumprir esse desejo de Jesus e buscar reunir todo o povo de Deus num só rebanho? Será possível que tal declaração possua desdobramentos escatológicos e significa que, na volta de Cristo, todos os fiéis formarão um só rebanho?

> De todo modo, essa afirmação desafia os adventistas do sétimo dia enquanto refletem sobre a unidade cristã. O que isso tem a dizer em relação a meu discurso a respeito dos outros cristãos? Deus tem seu povo em lugares e "rebanhos" dos quais nada sabemos. Com a humildade de Jesus, deveríamos estender a mão para outros cristãos e incentivá-los em sua jornada espiritual. Ao mesmo tempo, devemos nos abster de declarações e atos que ofendam aqueles que afirmam ser seguidores de Jesus, mas não vivenciam o relacionamento com Cristo exatamente como nós. Essas histórias do evangelho [de Marcos 9 e João 10] nos convidam a ser generosos com todos aqueles que afirmam seguir o Mestre. A oração sacerdotal de Cristo em João 17 é um lembrete de que ele continua a se preocupar com a unidade cristã nos dias de hoje. Sua atenção não esta na união organizacional ou estrutural, mas na união de fé, verdade e amor. A oração de Jesus deve se tornar a nossa, à medida que buscamos consolidar nossa fé em sua Palavra santificadora. Sem dúvida, o amor uns pelos outros deve caracterizar nosso relacionamento com outros cristãos, por mais diferente que nossa compreensão do evangelho seja da compreensão deles. (FORTIN, 2018a, p. 29).

Mesmo com o imperativo em trabalhar pela unidade cristã, assim como outras dádivas espirituais concedidas por Deus, "a união também é um dom."[52] (FORTIN, 2018a, p. 70). Ela

[52] "Embora seja convicção comum em meios ecumênicos a consideração da unidade como *dom* do Espírito, é igualmente assumido que as mediações institucionais destinadas à preparação e recepção do dom do Espírito, são absolutamente necessárias. E isso cabe afirmá-lo tanto das instituições oficiais quanto daqueles outros espaços ecumênicos nos quais o protagonismo é levado a cabo por setores não oficiais, [...] cristãos inquietos que

não se configura como invenção terrena cuja concretização se torna possível através de esforços, boas obras e intenções, mas enquanto criação de Jesus Cristo através de sua morte e ressurreição. Ao apropriar-se de sua morte e ressurreição pelo batismo e perdão dos pecados, os cristãos se unem a Jesus e uns com os outros. Sua unidade se apresenta como a primeira e mais importante condição espiritual outorgada pela fé em Cristo (FORTIN, 2018a, p. 70).

A teologia adventista apresenta dificuldade em aliar o pedido da unidade de Jesus com o seguimento da fé na verdade, e considera que o ecumenismo não consegue harmonizar os dois valores.

> Sem dúvida, a unidade é parte do sonho de Cristo para a igreja (Jo 17:11, 20-23), e a paz religiosa é um valor pelo qual todos os cristãos devem lutar, até porque precisam viver em "amor" (Jo 17:26). No entanto, na mesma oração, Cristo pediu para que seus seguidores fossem santificados "na verdade" (Jo 17:17, 19). Por isso, o paradoxo pode ser reformulado desta maneira: a unidade em amor deve ser valorizada, mas não pode suplantar a unidade na verdade. Em princípio, o ecumenismo é elogiável; porém, ele somente ganhará legitimidade plena quando a unidade na verdade for uma realidade. (DE BENEDICTO, 2017, p. 165).

A IASD compreende ter nascido de um movimento "ecumênico", o milerismo, e aceita cooperar com outras igrejas em projetos práticos, com base bíblica, mas desaprova o que considera "o ecumenismo marcado por concessões, com uma agenda ideológica" alheia ao cristianismo. A Igreja Adventista considera a unidade espiritual mais importante do que a institucional e compreende que a unidade na verdade e a unidade no amor estão no mesmo patamar (DE BENEDICTO, 2017, p. 165).

Antes de confrontarmos a compreensão da teologia adventista sobre ecumenismo, movimento ecumênico e diálogo inter-religioso com a teologia ecumênica e do diálogo inter-religioso, buscando as divergências e convergências, abordaremos as significações, motivações e propósitos das movimentações dialogais com diferentes igrejas e religiões.

---

trabalham em muitos setores do povo de Deus por um mundo – *oikoumene* – mais humano, mais pacífico, mais justo. Se não cabe considerar nenhuma instituição como acaparradora do Espírito, nem pensar que tem o monopólio da ação livre e eficaz do Deus vivo, tampouco é coerente superar o *acontecimento carismático* da *instituição* como se esta estivesse enfrentando a tarefa reconciliadora do Espírito de Deus. As origens históricas do movimento ecumênico moderno, embora tenham suporte em algumas organizações, estão vinculadas a pessoas que 'esperaram contra toda esperança'. O que distinguiu estes cristãos pioneiros que apostaram no ecumenismo é a profunda convicção de que a unidade das igrejas cristãs será um fato na história." (NAVARRO, 1999, p. 217, grifos do autor).

3.2 O SIGNIFICADO DE ECUMENISMO

O termo "ecumenismo", de raízes gregas, agrega no século XX, em círculos eclesiásticos e teológicos, o significado técnico preciso de "movimento cristão que busca a reconciliação das comunidades eclesiais divididas" (NAVARRO, 1999, p. 213). Compreende também "o intento de reconciliação das igrejas cristãs divididas secularmente" (NAVARRO, 2006, p. 125), "designa o conjunto de atitudes e [ações] empreendidas pelas diferentes confissões cristãs no sentido da realização da unidade da Igreja, em fidelidade às exigências do evangelho e na progressiva percepção de tudo quanto têm de comum, apesar das diferenças" históricas, culturais, doutrinais e institucionais existentes entre elas, que objetivam, "através das mais diversas iniciativas, incentivar caminhos no sentido da comunhão dos cristãos e das confissões cristãs [atualmente] existentes." (PINHO, 2011, p. 15). A palavra "ecumenismo" indica "um vasto horizonte de reconciliação, de unidade e de catolicidade entre igrejas escandalizadas com sua separação. [...] a divisão ofusca a credibilidade do testemunho evangélico e é um obstáculo para sua divulgação, contradizendo a oração de Jesus" (VERCRUYSSE, 1998, p. 14) de João 17,21. Em sua origem, ecumenismo "lembra a casa comum, a casa de todos, um lugar bom de viver. O ecumenismo é um dos grandes sinais do espírito de Deus para nosso tempo, como a libertação da mulher, a socialização dos bens e as experiências humanas de convivência." (BONATTI, 2000, p. 69).

Oikoumene – usado desde Heródoto[53] no século V a.C. (RAISER, 2005a, p. 837; SANTA ANA, 1987, p. 17; WOLFF, 2015c, p. 323; HORTAL, 1996, p. 15) –, do qual procede ecumenismo, pertence a uma família de palavras do grego clássico relacionadas com termos correspondentes à moradia, assentamento, pertença, permanência e possui diferentes acepções. Alguns termos-raiz dessa família linguística são "aposento", "casa", "lugar onde se mora", "espaço habitável", "estirpe", "povo", "vivenda", "habitação", "aldeia" (*oikos*); "relação", "parentesco", "amizade" (*oikeiotês*); "habitar", "coabitar", "reconciliar-se", "estar familiarizado" (*oikeio*); "administração", "encargo", "responsabilidade caseira"[54]

[53] "Os escritores gregos clássicos (Heródoto, Demóstenes, Aristóteles, etc.) empregaram o termo para opor a realidade do mundo habitado pelos gregos ao espaço onde não se sabia quem eram seus habitantes." (SANTA ANA, 1987, p. 17).

[54] Jesus usou em suas parábolas o termo *oikónomos*, a pessoa do administrador, do mordomo, encarregado de cuidar do desenvolvimento da vida na casa, "opondo o mordomo fiel e prudente àquele que se caracteriza por sua irresponsabilidade. Em segundo lugar, intimamente relacionada com a tarefa do administrador está a *oikonomia*, ou seja, a tarefa de dirigir, administrar, prever as necessidades da casa onde vive a família (cf. a parábola do 'administrador infiel' em Lc 16,2) e de responder a elas. Como se poder ver, a realidade da casa, do espaço onde se forma e vive a comunidade, não pode ser separada da tarefa de edificação constante da mesma. Essa construção é executada tanto no plano físico (edificar uma moradia) como no espiritual e social (organizar e dar vida a uma comunidade). Ambas as coisas exigem uma administração adequada, que só se concretiza quando

(*oikonomeio*). *Oikoumene* será o "mundo habitado", onde coexistem diversos povos, diversas línguas e culturas. O primeiro sentido dado foi o de "terra habitada pelos helenos" no período helenístico com Alexandre Magno. Assim, *oikoumene* foi entendida como o mundo conhecido até onde alcançava a influência grega. Para este primeiro significado de perspectiva geográfica e cultural entrelaçados no sentido primeiro dado a ecumenismo, os romanos acrescentaram outro de sentido político ao relacionar o mundo civilizado com a *pax romana*, símbolo da *oikoumene* – traduzida pelos romanos como *ecumene* –, dos povos que aceitam viver sob a influência do "mundo civilizado", diretamente identificado com o Império Romano, tendo como elemento unitivo a ordem jurídica, a organização política do *orbis romanus* (NAVARRO, 1995, p. 10; NAVARRO, 1999, p. 213-214; NAVARRO, 2006, p. 250-251; WOLFF, 2015c, p. 323; HORTAL, 1996, p. 15; PINHO, 2011, p. 16; SANTA ANA, 1987, p. 16-18; BRAKEMEIER, 2004, p. 9; WOLFF, 2004b, p. 125-126).

> No âmbito da fé, o adjetivo *ecumênico* significa mais do que extensão geográfica. Significa [coparticipação] salvífica. Unidade. Comunhão. Em uma palavra: *koinonia*. Pois toda relação "ecumênica" vincula-se à *koinonia* trinitária de modo fontal: o ecumenismo se compreende na ação regeneradora e unificante que a própria Trindade exerce no mundo [...]. Na comunhão trinitária o ecumenismo tem sua raiz; na união dos cristãos tem sua realização [...]. *Koinonia* é o termo grego correlato ao latim *communio*. Aproxima-se também da noção de *sobornost* da Igreja ortodoxa russa. A compreensão de *koinonia* engloba unidade, interação, convivialidade, participação e inclusão. Não significa singularismo, monismo ou uniformidade, mas sim a conciliação de diferenças numa comunhão duradoura e includente, plasmada pelo amor. (MAÇANEIRO, 2004, p. 145).

Se no sentido etimológico original ecumênico significa "a totalidade do povoamento planetário", a "universalidade por diferença com a particularidade", o termo também indica, "em contrapartida ao catolicismo e ao protestantismo constrangidos pelo confessionalismo, a redescoberta da catolicidade primordial não constrangida pelo confessionalismo." (KASPER, 2016b, p. 38-39, grifo do autor).

Nas Escrituras, *oikoumene* aparece no sentido profano. Na tradução da *Septuaginta*, sobretudo nos Salmos e Isaías. No Novo Testemunho, ocorre 15 vezes significando "a terra habitada" (Mt 24,14; Lc 4,5; 21,26; Rm 10,18; Hb 1,6), "os habitantes da terra" (At 17,31; 19,27; Ap 12,9), e em relação com o *orbis romanus* (Lc 2,1; At 24,5). Em sentido religioso *oikoumene* está na Bíblia indicando o mundo inteiro e que tudo o que este possui foi recebido e pertence ao Deus criador (Sl 49,12; 10,14). Na *oikoumene* se concretiza a história da

---

há pessoas responsáveis, fiéis, consagradas seriamente a essa tarefa. A vida da comunidade, portanto, é uma realidade que se objetiva quando existe o espírito apropriado para construí-la, administrá-la e mantê-la viva." (SANTA ANA, 1987, p. 16-17).

salvação, ocorre o pecado, a ação dos profetas e a encarnação (WOLFF, 2015c, p. 323). Hebreus 2,5 acentua a transitoriedade da presente *oikoumene* para enfatizar a iminente chegada de uma nova e transformada *oikoumene*, gerida diretamente por Jesus Cristo (NAVARRO, 1995, p. 10; NAVARRO, 1999, p. 214; NAVARRO, 2006, p. 251; HORTAL, 1996, p. 15); o esperado reino de Deus pode ser chamado de "*oikoumene* vindoura" (RAISER, 2005a, p. 837).

> *Oikoumene*, de uma perspectiva neotestamentária, deve ser entendida, ao que parece, como um *processo em contínuo desenvolvimento* que se inicia como a "terra habitável", a *casa* em que cabe toda a família humana e cuja realidade não se encerra na fronteira iminente da história. A resposta do homem nessa terra, diante do chamado de Deus, é como o germe de uma nova *oikoumene*, que vem como obra de Deus, mas com a colaboração humana." (NAVARRO, 1995, p. 10, grifos do autor).

No início do cristianismo, o uso do termo *oikoumene* seguiu o padrão bíblico, significando "mundo", "Império Romano", "mundo civilizado". A palavra passou a ser usada na linguagem eclesiástica oficial quando o Concílio de Constantinopla, em 381, denominou o de Niceia, realizado em 325, como "concílio ecumênico". Doravante, "ecumênico" designava as doutrinas e usos eclesiásticos aceitos como norma autoritativa e validade universal em "toda a Igreja católica". Após a queda do Império Romano, o termo veio a ser usado exclusivamente em sentido eclesiástico. A *oikoumene* expressa a Igreja universal (NAVARRO, 1995, p. 10; NAVARRO, 2006, p. 251-252).

Durante a história do cristianismo, *oikoumene* foi considerado como significado de comunhão da fé através da adesão às doutrinas definidas nos "concílios ecumênicos". A partir da divisão entre os cristãos desde o século XVI, o termo apontava os esforços para o restabelecimento da unidade rompida, a reintegração da unidade (WOLFF, 2015c, p. 324). No século XIX, ele ganhou novo significado, evoluindo para a definição técnica moderna, utilizado para assinalar as relações entre aos cristãos de diversas confissões (PINHO, 2011, p. 16). Em 1846, em Londres, Inglaterra, formou-se a Aliança Evangélica que objetivava prepara um "concílio ecumênico evangélico universal" (NAVARRO, 1995, p. 11; NAVARRO, 2006, p. 252; PINHO, 2011, p. 16). No fim do encontro, o pastor calvinista francês Adolphe Monod agradeceu aos organizadores pelo "espírito verdadeiramente ecumênico" demonstrado. Willem A. Visser't Hooft, primeiro secretário-geral do CMI, considera que a expressão de Monod "parece ter sido a primeira ocorrência consignada do uso da palavra [ecumênico] para indicar antes uma atitude do que um fato" (NAVARRO, 1995, p. 11), "ou seja, para caracterizar aquela atitude espiritual que, a partir da consciência da unidade

fundamental das confissões cristãs e perante o [fato] das separações existentes, se traduz num esforço pela realização dessa mesma unidade." (PINHO, 2011, p. 16). O fundador da Cruz Vermelha e um dos pioneiros da Associação Cristã de Moços, Henry Dunant, "escreveu amplamente" a respeito da necessidade de que a associação fosse "ecumênica" para "propagar aquele espírito ecumênico que transcende a nacionalidade e a língua, as denominações e as questões eclesiásticas, a classe e a profissão" (NAVARRO, 1995, p. 11). Desde então, surgiram iniciativas de diálogo entre as comunidades cristãs separadas, originando o atual "movimento ecumênico" (WOLFF, 2015c, p. 324).

No século XX, o termo ecumenismo se aplicou ao movimento que, iniciado em 1910 em Edimburgo, caracterizou parte do cristianismo do século XX, como o "*espírito* dos cristãos que demonstram em seus comportamentos abertura, autocrítica e desejos de reconciliação." (NAVARRO, 2006, p. 126, grifo do autor). Os movimentos Fé e Constituição e Vida e Ação universalizaram um novo significado do termo, "a relação amistosa entre as igrejas divididas, com a finalidade de superar rivalidades teológicas, de gerar um novo espírito de aproximação entre os cristãos ou inclusive de cooperar pela paz internacional." (NAVARRO, 1999, p. 214).

Durante a Primeira Guerra Mundial, o arcebispo luterano Nathan Söderblom propôs a criação de uma "reunião internacional de igrejas" designada "ecumênica" para buscar solucionar o problema da paz, sugerindo um conselho ecumênico de igrejas, ideia que só se concretizaria mais de três décadas depois. O termo ecumenismo ganhou um novo sentido, o relacionamento amistoso entre igrejas com o objetivo de promoção da paz internacional, discutir sobre a união de várias igrejas ou engendrar um espirito de aproximação entre cristãos de diferentes confissões. Em 1948, após a fundação do CMI[55] em Amsterdã, Holanda, o termo "ecumênico" representou o desígnio de reconciliação das igrejas como expressão visível da "universalidade do cristianismo" (NAVARRO, 1995, p. 11-12; NAVARRO, 2006, p. 254). O CMI e o Pontifício Conselho para a Promoção da Unidade dos Cristãos (PCPUC) constituem, hoje, as maiores expressões organizadas do desejo cristão de chegar à unidade requerida por Jesus (NAVARRO, 2006, p. 125).

Atualmente, o uso do termo condiciona-se à nova realidade do movimento ecumênico organizado, representado particularmente pelo CMI que, em uma declaração de seu Comitê Central em 1951, expressou que o termo "ecumênico", com base no original grego, deve ser

[55] O CMI se define como "uma associação fraternal de igrejas que [creem] em Nosso Senhor Jesus Cristo, como Deus e Salvador segundo as Escrituras e se esforçam para responder conjuntamente à sua vocação comum para a glória do único Deus, Pai, Filho e Espírito Santo" (CMI, 1999, p. 8) conforme redação aprovada em sua III Assembleia Geral, realizada em Nova Delhi, Índia, em 1961.

usado “para descrever tudo o que se relaciona à tarefa total da Igreja toda para levar o evangelho ao mundo inteiro. Portanto abrange [...] tanto a unidade quanto a missão no contexto do mundo todo”. Depois de superar suas reservas iniciais e aceitar o novo uso do termo, a Igreja católica passou a enfatizá-lo excepcionalmente no seu sentido de unidade (UR 4). As igrejas ortodoxas, partícipes ativas do movimento ecumênico desde seu início, em tom crítico, definiram-o como “ecumenismo de tempo”, uma busca da reintegração da mentalidade cristã e uma redescoberta da tradição apostólica. Entre as igrejas da Reforma, por sua vez, não há uma compreensão comum de ecumenismo. Para as igrejas protestantes, “ecumênico” pode indicar as relações externas com igrejas em outros países, significar reunir-se e estar junto das igrejas ou constituir o empenho cristão por uma comunidade mundial de justiça e paz. Contrariamente a esse “ecumenismo mundano”, as igrejas evangélicas conservadoras defendem um “ecumenismo confessante”, que agruparia os verdadeiros cristãos dentre as igrejas. “As dimensões eclesial e mundana, missionária e social se pertencem mutuamente numa compreensão abrangente de *oikoumene* [,] conceito relacional e dinâmico que se estende além da comunhão entre cristãos e igrejas para a comunidade humana dentro da totalidade da criação.” Mesmo com as diferentes acepções de *oikoumene* na história, sua transformação como a “terra habitada” na casa (*oikos*) viva de Deus permanece sendo a vocação do movimento ecumênico (RAISER, 2005a, p. 838).

Aos primeiros significados de ordem geográfica, cultural e política na história do termo *oikoumene*, acrescentou-se a referência tanto à Igreja universal espalhada por todo o mundo, como, posteriormente, ao interesse pelo trabalho missionário e, por fim, ao “desejo inequívoco de unidade cristã” que anima as igrejas separadas por séculos (NAVARRO, 1995, p. 12; NAVARRO, 2006, p. 254). “Mais que enfatizar o significado corrente de ecumenismo, [...] há que se afirmar o seu significado existencial, de convivência, corresponsabilidade, parceria fraterna entre todos os seres vivos na *oikoumene*.” (WOLFF, 2016b, p. 30).

As igrejas que alimentam temores quando ao ecumenismo costumam levantar uma série de questões: se o diálogo não se constitui em modo mais simpático de atrair pessoas para sua Igreja; se terão de aceitar qualquer doutrina dos outros grupos; se não poderão mais defender sua Igreja; se não acabarão menos fiéis à sua Igreja; se se colocar em diálogo não significaria fraqueza de sua Igreja; até onde se pode caminhar no diálogo; se a aproximação a outros grupos não confundiria os fiéis; se dialogar implicaria aceitar que todas as crenças têm o mesmo valor; se impediria a manifestação no que se crê; e se o ecumenismo significa que qualquer forma de religiosidade serve para o cristão (CNBB, 2008, p. 5).

Muitos reagem negativamente ao trabalho em prol da unidade proposto pelo ecumenismo por pensar que unidade significa uniformidade (CONIC; CLAI, 1998, p. 38). Ecumenismo não implica buscar uniformidade (CNBB, 2008, p. 10), mas reconciliação, conjugação, comunhão (BRAKEMEIER, 2004, p. 11). Se houve algum benefício na separação das igrejas, foi possibilitar que cada uma, no seu caminhar histórico, descobrisse novas maneiras de viver e expressar o inexaurível mistério cristão. As diferenças entre os cristãos não impedem que se sintam integrantes de uma mesma família (CONIC; CLAI, 1998, p. 38). Todavia, a separação e frequente oposição entre os cristãos prejudica o anúncio do evangelho. A união cristã se faz necessária "para que o mundo creia" (Jo 17,21) nas boas novas (CNBB, 2008, p. 10).

> No terceiro milênio de sua existência, a Igreja de Jesus Cristo se apresenta fracionada em numerosas denominações, não raro mutuamente excludentes. A divisão questiona a verdade cristã e debilita a missão. A consciência desse prejuízo fez nascer o movimento ecumênico moderno com o propósito de fazer visível aquela unidade que "em Cristo" já existe. (BRAKEMEIER, 2008, p. 1018).

O ecumenismo não procura a união de todas as igrejas em uma só, uma simples fusão organizativa de nível jurídico, uma superigreja, com um único modo de ser; não quer fazer retornar para a Igreja católica as demais; não cobra que os envolvidos deixem de crer nos ensinamentos de suas igrejas e renunciem seus pontos doutrinários fundamentais para conviver em paz com os outros cristãos; não usa a Bíblia como instrumento de discórdia e divisão; não desconsidera as diferenças e problemas existentes entre as igrejas; não se apresenta como estratégia de sedução dos membros de outras igrejas; não aceita sem espírito crítico os ensinos de outros grupos apenas porque todos fazem parte da mesma família cristã – mas identifica abusos e manipulações feitos em nome de Jesus, sem generalizações indevidas (CONIC; CLAI, 1998, p. 38) –; não exige que as outras igrejas se acomodem às doutrinas e tradições de outras – e vice-versa; não mantêm boas relações quando do contato com os membros de outras igrejas apenas por educação, sem sinceridade e valorização. Do contrário, o ecumenismo incentiva a conversão do coração[56] para reconhecer o que existe de bom nas outras igrejas; acredita em Deus que nos fez um em Jesus Cristo; se constitui em resposta ao apelo da unidade presente na oração do Filho ao Pai em João 17; um modo de pensar, um estado de espírito, uma preocupação e solicitude pela unidade cristã; manifesta angústia pela mensagem de união, fraternidade e paz de Jesus não ser vivida na integralidade pelos cristãos

[56] Não se trata de "conversão dos outros à nossa Igreja; é conversão de todos ao projeto de Jesus. Além dessa mudança de coração, nem sempre fácil, há outros obstáculos que precisam ser vencidos com caridade, prudência, fidelidade ao evangelho e discernimento." (CNBB, 2008, p. 19).

e escandalizar os integrantes de outras religiões; respeita o outro em sua diferente expressão de fé;[57] alegra-se com o que existe em comum entre os diferentes grupos cristãos; procura conhecer as outras igrejas sem preconceito e ingenuidade; colabora com os irmãos das demais denominações em tudo o que ajudar no progresso do projeto do reino de Deus; possui impulso espiritual, dinâmico e permanente, provocado pelo Espírito Santo que leva os cristãos a trabalhar organizadamente pela unidade da Igreja, espiritualidade contrária a qualquer radicalismo ou fanatismo religioso; ora pela unidade com seriedade e ternura; trata as outras igrejas do mesmo modo como gostaria de ser tratado; cultiva a unidade para que o mundo creia em Jesus Cristo; usa a identidade confessional como ferramenta, e não barreira, para efetiva e cotidianamente concretizar o projeto libertador de Deus; busca a verdade em união com os irmãos de outras igrejas, lealmente, aspirando maior fidelidade a Jesus e seus ensinamentos; procura nos ensinos das Escrituras fortalecimento para ações conjuntas entre os cristãos que enriqueça-os no compartilhar mútuo. O ecumenismo não se constitui como uma estratégia, mas uma forma de espiritualidade que, se não vir sinceramente do coração, do amor a Jesus e aos irmãos, será apenas uma mentira; essência do evangelho, da vida da Igreja desde o Pentecostes, antes, durante e após as divisões históricas estruturais do cristianismo (CNBB, 2008, p. 10-12; CONIC; CLAI, 1998, p. 32; ASP, 1987, p. 44-45).

A negação da identidade denominacional do que se coloca em diálogo, para parecer simpático, configura-se como um pecado contra o ecumenismo. Não se faz ecumenismo negando a identidade, sendo “menos católico”, “menos luterano” ou “menos adventista”. Somente quem possui uma identidade bem definida pode contribuir ao diálogo (CNBB, 2008, p. 18). O ecumenismo “tem raízes eclesiais profundas e só existe a partir do compromisso visível com o corpo de Cristo. O diálogo ecumênico não é lugar para ‘nômades da fé’, como se tal nomadismo fosse sequer possível. Somente a vivência de nossa própria realidade eclesial nos habilita ao diálogo” (RODRIGUES, 2014, p. 91). Não se faz ecumenismo deformando a própria fé. O ecumenismo não visa formar uma nova “Igreja ecumênica”, mas colaborar para que as diferentes denominações se conheçam e se estimem, agindo com prudência e seguindo as orientações das respectivas autoridades denominacionais (CNBB, 2008, p. 18). “Quem não sabe que faz bem ao coração viver em paz, reconciliado, tendo

[57] “Igrejas e pessoas cristãs têm necessidade de anunciar quem são, de proclamar o que [creem]. Não seria lógico pedir a uma Igreja ou a uma pessoa que se cale, que deixe de falar naquilo que acho importante, para não ofender ou atrapalhar quem pensa diferente. Igrejas que assumem uma postura ecumênica não deixam de anunciar suas próprias qualidades [...]. Mas a identidade de cada pessoa ou Igreja não precisa, nem deve, ser afirmada pela negação ou pelo combate a outros cristãos [...]. Isso não significa que vamos ocultar as diferenças. Existem muitas formas possíveis de falar do que nos separa. A informação pode ser clara e correta sem insinuar que o outro é diferente porque tem alguma especial má vontade.” (CONIC; CLAI, 1998, p. 34-35).

ternura pelos irmãos? Ecumenismo é coisa tão obviamente boa que às vezes a gente se pergunta por que já não estamos mais adiantados nisso.” (CNBB, 2008, p. 19).

Insiste-se que a busca de unidade não implica no abandono da identidade religiosa, tradição e cultura das igrejas envolvidas no diálogo. Estar junto significa reconhecer as diferenças e, assim mesmo, centralizar-se naquilo no que há em comum, a Palavra de Deus revelada em Jesus Cristo (CONIC; CLAI, 1998, p. 31). “O ecumenismo é, antes de tudo, *uma dimensão da Igreja*, fundamentada na Bíblia.” (SINNER, 2008, p. 321, grifo do autor). Os cristãos costumam analisar seus irmãos por aquilo que os separa, perdendo a oportunidade do enriquecimento recíproco das diversificadas experiências de expressão da fé. Embora se reconheça a existência das diferenças, elas não podem ser barreiras para a constituição da unidade. “Ao pensar em unidade, muitos pensam que ser um é ter uma única confissão religiosa. Mas não é a uniformidade que constrói a unidade. Unidade pressupõe diversidade. Não há unidade se desconsiderarmos a diversidade.” (CONIC; CLAI, 1998, p. 31). O cultivo da unidade se faz necessário para que o mundo creia na esperança de uma nova vida. Ante as formas contemporâneas de pluralismo religioso, a construção da unidade pode se inspirar na experiência dos primeiros cristãos que permaneceram juntos nas orações, no estudo da Palavra, compartilhando seus bens e as refeições de casa em casa. Embora vivendo num contexto diferente do nosso e possuindo divergências, eles preservaram um fundamento, o amor de Deus manifesto a todas(os).

“O ecumenismo é o sopro do Espírito de Deus que nos ensina que é possível sermos um mesmo sendo diferentes. Ele nos mostra que as diferenças que nos separam são significativas, mas não podem superar o seu amor que nos une.” (CONIC; CLAI, 1998, p. 32). As pessoas mais indicadas a participar do diálogo ecumênico são as que conhecem com propriedade e amam a Igreja onde vivenciam sua fé, que têm condições de ajudar os outros a descobrir tudo de positivo que ela pode oferecer aos que creem no evangelho. Demanda-se dos participantes da ação ecumênica que, além de estar bem informados e formados sobre a/na denominação que representam no diálogo, tenham empatia com os outros irmãos, compreendendo seus sentimentos e agindo com delicadeza para não feri-los. Quem se insere na prática ecumênica toma cuidado com a linguagem – entendida não apenas como expressão verbal, incluindo expressões faciais, gestos, tom de voz e atitudes – empregada para se referir à sua Igreja, aos outros cristãos e igrejas. Usa de fraternidade quando menciona os outros e dispensa a arrogância e superioridade quando trata de sua denominação (CONIC; CLAI, 1998, p. 34-35).

Destacam-se três componentes do ecumenismo: a originalidade, a atitude e o desejo de diálogo e a espiritualidade. Quanto à sua originalidade, o ecumenismo se configura como uma experiência inédita, sem precedentes na história cristã. Sua novidade se encontra no fato de que as igrejas que já superaram a polêmica, confrontadas pelo diálogo, conservam viva a convicção de que não se consumiram as possibilidades na apreensão do mistério que fundamentam a realidade eclesial das outras comunidades cristãs, contradizendo frontalmente o entendimento de que tudo já foi dito e experimentado pela Igreja e a teologia.

> A dimensão utópica do projeto ecumênico afasta, por um lado, o perigo de cair no ceticismo ou no relativismo diante da verdade que possa emanar das outras igrejas, e, por outro, supera a dificuldade que se afigurava intransponível de chegar a ver um dia a comunhão de igrejas separadas secularmente não apenas por uma leitura distinta da boa nova de Jesus, mas também por alguns condicionamentos sociais, geográficos e culturais que as moldaram de maneiras tão radicalmente diversas. (NAVARRO, 1995, p. 13).

Além de ser organização, estrutura, estudo sistemático, etc., o ecumenismo, fundamentalmente, se constitui em uma atitude do espírito que se define como dialogal. Na história das relações entre os cristãos e as igrejas divididas imperou o monólogo, a polêmica, a opinião de cada qual sobre si e as outras, o que explica a condenação como praxe nas relações interconfessionais. “Apenas um era o agente que se interpretava a si mesmo e dava, além disso, a interpretação dos demais. Na atitude dialogal, pelo contrário, existem dois agentes. Cada um dá a própria interpretação de si mesmo, mas *escuta* a do outro. Isso porque existe vontade de escutar. Leva-se a sério o que os outros dizem do si mesmos.” (NAVARRO, 1995, p. 14 grifo do autor). A atitude pelo diálogo, na ciência das dificuldades inerentes à transposição das limitações – da ordem da tradição, costumes, apresentação e vivência da fé – de compreensão das outras igrejas, mobiliza-se continuamente nas formulações da problemática da divisão entre os cristãos. “Por isso é uma atitude criativa. Trata-se da tentativa contínua de novos enfoques, já que partir de um único gera oposições quase sempre irredutíveis. Ela rastreia novas pistas, forja utopias. Incômoda, sem dúvida, para aqueles que se conformam com a situação [...] da desunião cristã.” (NAVARRO, 1995, p. 14).

Os cristãos têm consciência que as divisões são humanamente invencíveis e que a unidade depende da ação divina. De tal certeza, na espiritualidade do ecumenismo, surge uma atitude orante. Compreende-se que a questão ecumênica não se compõe somente em resolver problemas doutrinais isolados. Por ser uma cosmovisão, a fé cristã demanda um comportamento ético e um modo de ver e encarar a vida (NAVARRO, 1995, p. 14).

A unidade da Igreja e a verdade da revelação são os principais nortes do movimento ecumênico; um não pode ser sacrificado em detrimento do outro. Na consciência cristã sempre esteve presente que a vontade divina, manifesta nas Escrituras, solicita a unidade de toda a criação, todos os seres humanos e todos os cristãos. Tanto que os credos ecumênicos caracterizam a Igreja como una, santa, católica e apostólica. O problema que interpela a consciência cristã ante as divisões eclesiásticas e, de outro lado, o convencimento da fervorosa oração de Jesus pela unidade dos seus, está no modelo de unidade oportuno para a sua Igreja. Qualquer tipo de unidade não se ajusta à experiência histórica da unidade vivida pelos primeiros cristãos que podiam dizer-se integrantes da Igreja indivisa (NAVARRO, 1999, p. 215). "A unidade da Igreja é anterior a suas divisões, pois o corpo de Cristo não pode ser dividido." (SINNER, 2008, p. 323).

Nas palavras e atos de Jesus – que não quis diversas igrejas rivalizando enre si (BRAKEMEIER, 2004, p. 11) – encontramos o modelo de diálogo tanto para os cristãos, como com os seguidores de outras religiões e aqueles que não se identificam com nenhuma crença religiosa. O ecumenismo não se constitui num fim em si mesmo, mas parte da busca da unidade entre os cristãos visando se expandir em um horizonte maior, "para que o mundo creia" (Jo 17,21). O cristianismo possui uma mensagem a transmitir – e o maior serviço que pode prestar – para cada pessoa, a boa notícia de Deus como Pai de todos e a irmandade da totalidade humana (RIBEIRO, 2002, p. 71).

3.3 OS FUNDAMENTOS DA UNIDADE CRISTÃ NA TEOLOGIA ECUMÊNICA

Em seu questionamento de uma longa tradição eclesiológica e no levantar questões sobre teses teológicas não em forma de uma disciplina ou teoria, o ecumenismo se apresenta como um caminho aos cristãos (CIPRIANI, 2006, p. 5). A necessidade do diálogo se coloca como imprescindível aos cristãos e às igrejas por tal relação ser inerente aos princípios do evangelho; por vivermos em um contexto de pluralismo eclesial, religioso e cultural; porque as igrejas e religiões são chamadas a auxiliar na experiência da comunhão do humano com o divino; e pela crescente interdependência entre as pessoas e instituições em sociedade que estimula a globalização das relações. O ecumenismo se constitui como vocação da Igreja, condição necessária para que ela realize-se a si mesma em sua verdade mais profunda (SINNER; WOLFF; BOCK, 2006, p. 9). "O movimento ecumênico é uma graça de Deus, concedida pelo Pai, em resposta à oração de Jesus e às súplicas da Igreja, inspirada pelo Espírito Santo." (PCPUC, 2004, p. 28).

A unidade se apresenta como busca da comunidade querida por Deus em Cristo para seus discípulos e se concretiza na força do Espírito Santo. “Em tempos de muito repúdio ao ‘ecumenismo’, erroneamente igualado à mistura indiscriminada de toda e qualquer confessionalidade num grande caldeirão ou à decadência moral, importa restituí-lo como compromisso intrínseco da Igreja com seus diversos membros (I Coríntios 12).” O genuíno ecumenismo se relaciona à tarefa de toda Igreja em levar o evangelho ao mundo inteiro. “Por serem Igreja, as igrejas são ecumênicas. Por serem Igreja, também são missionárias: enviadas ao mundo.” (SINNER; WOLFF; BOCK, 2006, p. 9).

O movimento ecumênico impele a união dos cristãos como irmãos. “Mas união não é *confusão*.” Cada Igreja possui sua identidade. Pelo mandato de Jesus, os cristãos devem ter presente a necessidade de se unir aos demais irmãos e reconhecer que neles existem valores de santificação e verdade. Embora não se possa esquecer que cada fé possui peculiaridades e pontos fundamentais que outras igrejas podem não aceitar, precisa-se buscar a unidade entre os que creem em Cristo, orando para alcançá-la, lembrando que ela será fruto da ação do Espírito Santo (MIRANDA, 1999, p. 22, grifo do autor).

O ecumenismo se coloca como o lugar privilegiado da ação renovadora e inovadora do Espírito de Deus na Igreja e no mundo. Ele vive do impulso dos cristãos que, com sensibilidade, perceberam as interpelações divinas na história e acolheram, com determinação, a força da ação criativa do Espírito procurando lhes dar respostas. “Voltado para um futuro novo a construir em comum, o ecumenismo é, necessariamente, expressão carismática, campo de criatividade, fidelidade inovadora aos sinais do Espírito, supondo uma capacidade amadurecida de viver a tensão entre ‘profetismo’ e ‘instituição’.” (PINHO, 2011, p. 127).

Não se pode ignorar a realidade tal como ela se apresenta, nem “se deve passar de ânimo leve” sobre o que está estabelecido, o que representaria falta de bom senso que prejudicaria os caminhos de aproximação ecumênica. Necessita-se, indispensavelmente, de um testemunho profético, uma ação pioneira e a criatividade evangélica que arrisca na confiante certeza de um agir sustentado pelo amor divino. O ecumenismo requer doação e clarividência proféticas de cristãos que, incitados pelo evangelho, percebem existencialmente a contradição que as divisões representam e que procuram, corajosa e criativamente, superá-las (PINHO, 2011, p. 127-128).

3.4 O PROBLEMA DA INDIFERENÇA ECUMÊNICA

Nenhum projeto ecumênico responsável pretende criar a unidade desejada por Cristo para sua Igreja. Tal pretensão, além de ingênua, tornaria inadmissível o núcleo central da fé professada pelos cristãos da Igreja una, santa, católica e apostólica (NAVARRO, 1995, p. 25).

A Igreja se constitui como una por ter sua origem em Deus Trindade, "mistério de unidade e de comunhão completas", e santa pela fundação em Jesus Cristo, animada pelo Espírito Santo (FRANCISCO, 2018, p. 21). Nos Atos dos Apóstolos relata-se a distinção dos primeiros cristãos que tinham um só coração e uma só alma (At 4,32).[58] A vivência dos cristãos na unidade ocorre

> na medida que comungam com o projeto de Cristo, o seu evangelho. Concorrem, assim, para a formação da Igreja una e única. [...] A Igreja é una em sua constituição íntima porque tem origem em Deus, cuja unidade e unicidade é comunicada à Igreja. A Igreja é una porque um só é o Cristo que a constitui como seu corpo, um é o batismo que congrega os fiéis no corpo de Cristo, um é o evangelho pregado, uma é sua missão, um é o reino para o qual ela aponta (Ef 4,5)." (WOLFF, 2007a, p. 147-148).

A catolicidade da Igreja "significa *preocupar-se com a salvação da humanidade inteira*, sem nos sentirmos indiferentes ou alheios diante do destino de tantos dos nossos irmãos, mas abertos e solidários" e "significa *ter o sentido da plenitude, da integridade e da harmonia* da vida cristã, rejeitando sempre as posições parciais, unilaterais, que nos fecham em nós mesmos." (FRANCISCO, 2018, p. 34, grifos do autor).

A apostolicidade significa a consciência de que a fé se ancora no anúncio e no testemunho dos apóstolos de Jesus, sentir-se em envio e em comunhão com eles e seus sucessores (FRANCISCO, 2018, p. 34). "A unidade, a santidade e a catolicidade da Igreja de Cristo se conservam no tempo pela sua fidelidade aos ensinamentos adquiridos do *logos* encarnado e transmitido pelos primeiros membros da Igreja na história. [...] Aqui estão os apóstolos como os alicerces da comunidade cristã" (Mt 7,24-25; 16,16; Lc 9,20) (WOLFF, 2007a, p. 153).

Primeiramente, a unidade deve ser considerada da perspectiva de seu fundamento, Cristo, senhor da Igreja una, não de muitas igrejas, e que não perdeu seu domínio sobre ela. A Igreja recebe a unidade desde seu envio, nascida do diálogo do Filho com o Pai e manifesta

---

[58] "Da multidão dos que creram era um o coração e a alma. Ninguém considerava exclusivamente sua nem uma das coisas que possuía; tudo, porém, lhes era comum."

em Pentecostes no mistério da unidade na diversidade, que não pode ter se perdido, visto ser parte constituinte da Igreja (NAVARRO, 1995, p. 25).

> A manifestação da unidade – que não é um acréscimo artificial à própria unidade, mas seu reflexo lógico – sofre de tal maneira que nela – na manifestação da unidade – reside na realidade toda a complexidade do problema ecumênico. Talvez agora se entenda melhor por que o ecumenismo não pode tentar *criar* a unidade. Esta é obra de Deus. Portanto, todos os propósitos, modelos e sugestões surgidos a partir das igrejas e da teologia não podem ter a pretensão de "fazer" a unidade, como se esta não existisse; eles devem procurar descobri-la em profundidade para encontrar as expressões menos inadequadas que possam traduzir historicamente a unidade dada de uma vez por todas em Cristo. (NAVARRO, 1995, p. 25-26, grifo do autor).

A unidade essencial da Igreja não implica uniformidade, mas uma unidade que se compara àquela de um corpo com múltiplos membros (Rm 12,5-8; 1Cor 12,12-27) (KASPER, 2014a, p. 653).

A indiferença ecumênica pode ser considerada um dos maiores obstáculos à prática do ecumenismo. "É a rendição ao divisionismo que tem marcado as igrejas ao longo da história, que resulta numa convivência tranquila de cristãos e cristãs com divisões, considerada assim algo natural, comum." Tal compreensão acarreta insensibilidade e ignorância quanto aos desafios da causa ecumênica, carente de suporte e agentes (RIBEIRO; CUNHA, 2013, p. 47). A falta de convicção e disposição para o diálogo ocorre porque membros de diferentes igrejas não estão habituados a se relacionar positivamente com outras igrejas e religiões, visto serem herdeiros de uma história de distanciamento. No caso cristão, a formação recebida nas igrejas ou na experiência de fé vivida em tais comunidades tende a intensificar tal afastamento (WOLFF, 2004a, p. 50).

O consentimento com a realidade da divisão enfraquece a fidelidade ao evangelho e à formação do corpo de Cristo. Ao permanecer dividida, nenhuma Igreja demonstra a perfeição ou plenitude do corpo de Cristo (WOLFF, 2007a, p. 30-31). "O anseio de cada comunidade cristã pela unidade cresce ao ritmo da sua fidelidade ao evangelho. [...] cada um tem que se converter mais radicalmente ao evangelho e, sem nunca perder de vista o desígnio de Deus, deve ratificar o seu olhar." (UUS 15). No entanto, não se quer eliminar as legítimas expressões pluriformes do evangelho. Precisa-se ser efetuada uma leitura do pluralismo eclesial que recupere os elementos indicantes da comunhão entre os cristãos a partir do universo plural que vivenciam. Este se apresenta como o desafio para a eclesiologia ecumênica que só será superado se cada confissão souber compreender a realidade da Igreja que se situa para além da própria tradição (WOLFF, 2007a, p. 31).

Grande parte dos católicos romanos na atualidade – e, em todos os tempos – não experimenta a realidade do pluralismo eclesial e religioso como um "sinal dos tempos"[59] – os adventistas, consideramos, também não.

> Em geral, constata-se nos cristãos um sentimento de mal-estar, que se expressa como uma espécie de aborrecimento com o fato de ter de admitir a existência de orientações religiosas diferentes da sua. Por um lado, é difícil admitir a realidade do pluralismo eclesial e religioso. Diante do "outro religioso", vive-se uma sensação de [intranquilidade] e questionamento, algumas vezes explícita, outras velada. Por outro lado, os membros das diferentes igrejas e religiões não podem viver num contínuo conflito. [...] O fato é que, não sabendo como situar-se nesse contexto, não poucos adotam atitudes que vão do fechamento e intolerância ao indiferentismo e ao relativismo. Para alguns, vigora a absolutização das posições. Para outros, um vale-tudo sincrético. Em ambos os casos foge-se da necessidade de ter de aprofundar a compreensão da realidade do pluralismo, postergando a busca de respostas aos questionamentos que ele apresenta. E mesmo que as lideranças eclesiásticas emitam orientações de caráter exortativo e doutrinal a favor do diálogo, ele é poucas vezes e em poucos ambientes uma realidade de fato. As orientações possuem motivações e convicções eminentemente frágeis, não têm a força mobilizadora dos fiéis e não encontram o espaço institucional necessário para tornarem-se efetivas. (WOLFF, 2004b, p. 5-6).

A divisão dos cristãos não glorifica o nome de Deus, não apressa a concretização do reino e nem cumpre a vontade divina (KASPER, 2007, p. 38). "Dissensão e discórdia [são] tentações sempre presentes. Sem exame de consciência, arrependimento, conversão e [...] confiança no poder reconciliador do amor de Deus, não há caminhada para a unidade dos cristãos." (KASPER, 2007, p. 38).

Em um mundo globalizado, a reaproximação dos cristãos apresenta-se necessária para que a voz do cristianismo seja crível (KASPER, 2008, p. 54). "A credibilidade do anúncio cristão seria muito maior [...] se os cristãos superassem as suas divisões" (EG 244). Apesar das controvérsias teológicas entre as igrejas, há um ponto de concordância na fé no único Deus e no único Senhor e Salvador Jesus Cristo que corresponde à confissão na única Igreja, não enquanto uma realidade meramente social, mas como o corpo de Cristo, que nela opera e está presente através do Espírito Santo (KASPER, 2008, p. 60). O uso de uma base cristológica para o diálogo neutraliza o perigo do relativismo espiritual e do sincretismo, que costuma comparar as experiências espirituais das diferentes confissões e fazer delas uma miscelânea de crenças ou escolher ecleticamente aquilo que convém de cada qual. O critério

---

[59] Corresponde ao texto de Mateus 16,3: "Sabeis, na verdade, discernir o aspecto do céu e não podeis discernir os sinais dos tempos?" A expressão indica que o "sentido metafórico ou comparativo desses 'sinais ecológicos do tempo' nos permite a comparação com o tempo de outro nível, com o tempo escatológico ou messiânico. Aos interlocutores de Jesus é atestado um bom conhecimento do tempo ecológico, com sua cronologia circular ou linear previsível, e certa ignorância quando se trata de sinais de tempo *kairótico*, messiânico ou escatológico." (SUESS, 2015, p. 895).

cristológico salvaguarda a singularidade e a universalidade do significado salvífico de Jesus Cristo. Uma espiritualidade ecumênica precisa ser, primeiramente, uma espiritualidade bíblica que expresse a si própria na leitura e estudo da Bíblia, testemunho fundamental para todos os cristãos da salvação de Deus na história, cumprido em Jesus Cristo. Ela destacará os relatos da vinda de Jesus, "sua mensagem libertadora e seus atos de cura e libertação, seu serviço aos outros, sua *kenosis* até a morte, o todo de sua pessoa e sua obra […], fazendo uso deles como seu critério. Uma espiritualidade ecumênica é, em essência, uma espiritualidade bíblica" (KASPER, 2008, p. 228).

Os cristãos são unidos pela confissão de fé num único Deus manifesto em três pessoas, criador e Senhor de toda a realidade e único Pai de todos os seres humanos. "Isso não é pouco em um mundo secularizado que perdeu o sentido do divino" (KASPER, 2014a, p. 292, tradução nossa);[60] a confissão de fé em um único Senhor, Jesus Cristo, Filho de Deus que por nós se fez humano, foi crucificado, ressuscitou e atua como único e exclusivo mediador da salvação da humanidade. "Isso não é pouco em um mundo que na atualidade experimenta como poucas vezes antes a ausência de salvação" (KASPER, 2014a, p. 292, tradução nossa);[61] a confissão de fé em um único Espírito de Deus, que através do batismo nos vincula na esperança atestada nas Escrituras da antiga e da nova aliança. "Isso, novamente, não é pouco em um mundo que está dividido e luta no que diz respeito às perguntas fundamentais da condição humana." (KASPER, 2014a, p. 293, tradução nossa).[62]

O texto de Efésios 2,13-22[63] aponta que o ecumenismo encontra seu fundamento na crucificação e ressurreição de Jesus Cristo (KASPER, 2006, p. 53), situando contra o perigo de que ele "caia num humanismo genérico", em uma "religião de todo mundo, sem cores definidas: todos nós temos um deus, não precisamos de uma Igreja, e em tudo isso, os preceitos da fé são dispensáveis. Uma concepção assim, liberal-racionalista, é o grande inimigo do movimento ecumênico." (KASPER, 2006, p. 54).

---

[60] "Esto no es poco en un mundo secularizado que ha perdido el sentido de lo divino." (KASPER, 2014a, p. 292).
[61] "Esto no es poco en un mundo que en la actualidad experimenta como pocas veces antes la ausencia de salvación." (KASPER, 2014a, p. 292).
[62] "Esto, de nuevo, no es poco en un mundo que está dividido y peleado en lo que respecta a las preguntas fundamentales de la condición humana." (KASPER, 2014a, p. 293).
[63] "Mas, agora, em Cristo Jesus, vós, que antes estáveis longe, fostes aproximados pelo sangue de Cristo. Porque ele é a nossa paz, o qual de ambos fez um; e, tendo derribado a parede da separação que estava no meio, a inimizade, aboliu, na sua carne, a lei dos mandamentos na forma de ordenanças, para que dos dois criasse, em si mesmo, um novo homem, fazendo a paz, e reconciliasse ambos em um só corpo com Deus, por intermédio da cruz, destruindo por ela a inimizade. E, vindo, evangelizou paz a vós outros que estáveis longe e paz também aos que estavam perto porque, por ele, ambos temos acesso ao Pai em um Espírito. Assim, já não sois estrangeiros e peregrinos, mas concidadãos dos santos, e sois da família de Deus, edificados sobre o fundamento dos apóstolos e profetas, sendo ele mesmo, Cristo Jesus, a pedra angular; no qual todo o edifício, bem ajustado, cresce para santuário dedicado ao Senhor, no qual também vós juntamente estais sendo edificados para habitação de Deus no Espírito."

A oração de Jesus pela unidade na véspera de sua morte para "que todos sejam um" (Jo 17,21) constitui-se no seu testamento e legado; portanto, para os cristãos, uma obrigação. "A existência de múltiplas igrejas que se contradizem entre si e não estão em comunhão umas com as outras contraria a vontade de Jesus. Isso é um pecado e um escândalo. O desejo de [...] realizar a unidade de todos os discípulos de Jesus não é, portanto, um assunto secundário", mas apoia-se no fundamento e no centro da fé cristã (KASPER, 2014a, p. 457, tradução nossa).[64] Embora possuam um fundamento comum em Jesus, os cristãos seguem separados.

> Fazemos isso contra a vontade [...] de Jesus Cristo. Portanto, não devemos aceitar as divisões entre nós como algo natural, nem nos acostumar com elas ou escondê-las. Elas contradizem a vontade de Jesus e são, portanto, expressão de pecado. São um fracasso em relação à nossa tarefa histórica de dar testemunho da luz de Jesus a todos os homens e de advogar em comum pela unidade e pela paz de toda a humanidade. Com nossas divisões, obscurecemos a luz de Cristo para muitas pessoas e reduzimos a credibilidade da causa de Jesus Cristo. [...] Não existe nenhuma alternativa responsável ao ecumenismo. Tudo o mais seria contradizer nossa responsabilidade diante de Deus e diante do mundo. A questão da unidade deve nos preocupar. (KASPER, 2014a, p. 615, tradução nossa).[65]

Por mais dolorosas que sejam as divisões, elas não chegaram à raiz do cristianismo. A unidade dos cristãos não se configura apenas como uma meta a alcançar. Ela se constitui em uma realidade concedida em Jesus Cristo. Já oramos juntos a um Pai comum quando dizemos "Pai nosso". Já formamos uma única família e somos irmãos e irmãs em Jesus Cristo (KASPER, 2014a, p. 293). "Ecumenismo não tem por meta produzir [...] a unidade cristã. Isto é obra do Espírito Santo que chama e cria a fé. O objetivo do ecumenismo é bem mais modesto: pretende fazer visível [...] a unidade que 'em Cristo' já existe." (BRAKEMEIER, 2004, p. 11, grifos suprimidos). As verdadeiras diferenças não se dão entre católicos, ortodoxos e protestantes, mas entre os confessam a Jesus Cristo e aqueles a quem não foi outorgada esta fé. O atual movimento ecumênico voltou a trazer à consciência a unidade sempre existente, embora pouco explicitada, eliminando as barreiras psicológicas e sociológicas que impedem a aproximação, viabilizando em variados níveis múltiplos

---

[64] "La existencia de múltiples iglesias que se contradicen entre sí y no están en comunión unas con otras contraría la voluntad de Jesús. Eso es un pecado y un escándalo. El anhelo de [...] realizar la unidad de todos los discípulos de Jesús no es, por tanto, un asunto secundário" (KASPER, 2014a, p. 457).

[65] "Eso lo hacemos en contra de la voluntad [...] de Jesucristo. De ahí que no debamos aceptar las divisiones entre nosotros como algo natural, ni acostumbrarnos a ellas, ni disimularlas. Contradicen la voluntad de Jesús y son, por tanto, expresión de pecado. Son un fracaso en lo relativo a nuestra tarea histórica de dar testimonio de la luz de Jesús a todos los hombres y de abogar en común por la unidad y la paz de la humanidad entera. Con nuestras divisiones hemos oscurecido la luz de Cristo para muchas personas y restado credibilidad a la causa de Jesucristo. [...] No existe ninguna alternativa responsable al ecumenismo. Todo lo demás sería contradecir nuestra responsabilidad ante Dios y ante el mundo. La cuestión de la unidad debe inquietarnos." (KASPER, 2014a, p. 615).

encontros, inclusive de amizade dos cristãos. Os cristãos não podem mais regressar a uma situação de experiências vividas em separado. Teologicamente, o movimento ecumênico tem conseguido superar uma multiplicidade de doutrinas distintas que, até o momento, eram causa de divisão, alcançando consensos ou, ao menos, convergências entre as igrejas em diálogo (KASPER, 2014a, p. 293). "[...] o ecumenismo é uma contribuição para a unidade da família humana." (EG 245).

Os cristãos, hoje, podem efetuar, conjuntamente, mais ações do que normalmente se faz, como trabalhos bíblicos periódicos, seminários de fé, práticas caritativas e sociais, periódicas deliberações de líderes religiosos de diferentes igrejas para questões de interesse comum, celebrações da Palavra compartilhadas, encontros de oração, etc. O trabalho ecumênico avança quando realizado com sagrada impaciência, mas sem pressa ou precipitação (KASPER, 2014a, p. 297-298). Por consequência, a finalidade das ações ecumênicas não está em anexar igrejas, mas na realização da *communio* plena e na plenitude da unidade. O caminho a ser percorrido para o alcance do objetivo ecumênico não está na conversão de cristãos individuais à Igreja católica, mas na conversão de todos a Jesus Cristo (KASPER, 2014a, p. 349).

O ecumenismo, atualmente, está marcado pela sensibilidade ao valor da alteridade (TEIXEIRA; DIAS, 2011, p. 14). Sem renovação pessoal e institucional não se faz possível a unidade ecumênica. O ecumenismo não trata de negociações e compromissos de política eclesiástica, mas de um intercâmbio e enriquecimento mútuos, de um processo espiritual que tenciona um caminhar para o futuro. Se tal unidade não pode ser feita, deve ser aceita como dom do Espírito. Por isso, o ecumenismo não se constitui como assunto acadêmico. Sua alma se encontra no ecumenismo espiritual (KASPER, 2014a, p. 349-350).

> O verdadeiro fruto não são os documentos e declarações ecumênicas, por grande que seja sua importância. O verdadeiro fruto é a redescoberta fraternidade de todos os cristãos. Apesar de todas as diferenças persistentes, já não nos entendemos uns aos outros como adversários, concorrentes ou vizinhos indiferentes entre si. Sabemos que é mais o que temos em comum do que o que nos separa: a fé em um só Deus, Pai de todos os homens, que se revelou de uma vez por todas em Jesus Cristo para nossa salvação e quer que tenhamos vida e nos infunde esperança, como testemunha a Sagrada Escritura [...]. A base do ecumenismo não é, portanto, um difuso espírito de fraternidade, mas o fundamento comum da fé junto com o único batismo, através do qual já somos membros do único corpo de Cristo. (KASPER, 2014a, p. 366, tradução nossa).[66]

[66] "El fruto verdadero no son los documentos y declaraciones ecuménicos, por grande que sea su importancia. El verdadero fruto es la redescubierta fraternidad de todos los cristianos. A pesar de todas las diferencias persistentes, ya no nos entendemos unos a otros como adversarios, competidores o vecinos indiferentes entre sí. Sabemos que es más lo que tenemos en común que lo que nos separa: la fe en un solo Dios, Padre de todos los hombres, que se ha revelado de una vez por todas en Jesucristo para nuestra salvación y quiere que tengamos

Tal forma de empreender o diálogo não possui relação alguma com relativismo, mas volta-se contra o isolamento e a autossuficiência confessional que podem levar ao extremo do fundamentalismo. "Um fundamentalista não é alguém que tem fundamentos firmes e assim o reconhece abertamente, mas alguém que em seus fundamentos levanta muros intransponíveis, acima dos quais apenas pedras podem voar, mas não é possível manter conversas que ajudem a avançar." (KASPER, 2014a, p. 371, tradução nossa).[67] O perigo de um confessionalismo obstinado ronda, atualmente, todas as igrejas. O caminho ulterior só pode ser andar na verdade e no amor (KASPER, 2014a, p. 371). A junção do zelo pela verdade com o fervor do amor "tem sido regra ecumênica" (BRAKEMEIER, 2008, p. 1020).

As diferentes confissões cristãs sempre "falaram" umas com as outras. Mesmo o silêncio e o distanciamento se apresentam como maneiras extremamente eloquentes de conversar. Nas controvérsias e disputas, cada uma buscou defender suas posições, contrapondo-as apologética e polemicamente às das outras igrejas em contenda. Tal proceder levou cada Igreja a exaltar suas concepções, enxergando nas outras inimigas, desprezando e condenando os posicionamentos diversos como heréticos. "Essas disputas encheram impressionantes bibliotecas e construíram um volume imenso de preconceitos. As 'controvérsias', as polêmicas e as guerras deixaram então todo um rasto de alienação, de frustração e de amargura." Com o surgimento do movimento ecumênico, buscaram-se métodos para melhorar a compreensão recíproca. Um dos primeiros foi o método comparativo (VERCRUYSSE, 1998, p. 129). Ainda que o confronto continue sendo inevitável, a experiência ecumênica salienta a necessidade de uma hermenêutica da comunhão e de um modo de compreender as relações entre as igrejas para além das divergências, no reconhecimento da unidade fundamental em Cristo, através da busca das origens comuns arroladas nas Escrituras e presentes na comum tradição de ensinos, culto e oração das igrejas. Historicamente, elas foram confrontadas por uma grande diversidade e pluralidade de tradições e teologias ligadas a contextos existenciais, socioculturais, políticos e psicológicos específicos. Leva-se em conta tal diversidade de contextos no método contextual, que busca considerar as diversas facetas no esforço de expressar a unidade na diversidade. O diálogo se apresenta como a palavra-chave para indicar o colóquio entre pessoas, caracterizando um

---

vida y nos infunde esperanza, tal como lo atestiguan la Sagrada Escritura [...]. La base del ecumenismo no es, por tanto, un difuso espíritu de fraternidad, sino el fundamento común de la fe junto con el único bautismo, por medio del cual ya somos miembros del único cuerpo de Cristo."[66] (KASPER, 2014a, p. 366).

[67] "Un fundamentalista no és alguien que posee fundamentos firmes y así lo reconoce abiertamente, sino alguien que sobre sus fundamentos levanta muros infranqueables, por encima de los cuales ya solo pueden volar piedras, pero no es posible mantener conversaciones que ayuden a avanzar." (KASPER, 2014a, p. 371).

novo modo de comportamento não apenas entre elas e suas comunidades, mas das igrejas entre si e entre as religiões (VERCRUYSSE, 1998, p. 130).

Embora se encontre na eclesiologia de comunhão o fundamento teológico do diálogo, suas raízes se situam antropologicamente na dignidade e na natureza social da pessoa humana, e, eclesiologicamente, no fato de que o Espírito Santo atua além das fronteiras de cada comunidade. Tanto comunicar as próprias convicções de fé, como atentar e pacientemente escutar as convicções dos outros podem ser difíceis requisitos para se viver juntos enquanto Igreja, seja antes ou depois da recomposição da plena comunhão. "O diálogo *não é apenas um instrumento* para chegar à meta da 'comunhão perfeita'. Será igualmente *a condição necessária para conservá-la*, pois toca, de fato, a essência de toda forma de convivência humana." Não há comunhão sem permanente disponibilidade para ouvir, compreender e permitir-se transformar no processo. "Mais, onde há diálogo existe já uma comunhão real – sem jamais poder chegar a um ponto definitivo de interrupção. Esta significaria na realidade que os interlocutores não têm mais nada para comunicar e, [consequentemente], a própria comunidade se dissolveria." (VERCRUYSSE, 1998, p. 131, grifos do autor). A dimensão dialógica foi colocada, por vezes injustamente, na história da Igreja, em contraposição ao seu dever missionário. No entanto, a evangelização e a missão só se desenvolvem ao se respeitar o processo dialogal, sem as pressões indevidas de hegemonias e proselitismos (VERCRUYSSE, 1998, p. 131-132).

> Dialogar não significa desfazer-se das próprias convicções. Mas essas convicções são colocadas à prova e sujeitas a aprofundamentos no encontro com as convicções dos outros. Dessa maneira, são verificadas as sintonias, as convergências e os consensos em matéria de fé, bem como esclarecidos os campos sobre os quais é preciso continuar o diálogo, ajustado o seu método e objetivos às circunstâncias e aos parceiros de cada tempo. (WOLFF, 2014b, p. 157-158).

As particularidades da prática ecumênica, a partir de seu referencial teológico, representam a superação da divisão entre os cristãos. As experiências ecumênicas possuem as seguintes características: (1) evangélica, se constituem em experiências do evangelho comuns às igrejas e aos cristãos nelas envoltos. A partir do reconhecimento dos valores evangélicos na ação dos outros se compartilham projetos e ações que constroem uma experiência de Igreja; (2) espiritual, por não se buscar integrar doutrinas, mas criar um vínculo espiritual entre fiéis e Cristo nas diferentes igrejas, "irmanando-os na mesma utopia e esperança da comunhão"; (3) prática, ao possibilitar o convívio e a cooperação; (4) identidade em tensão entre o pertencimento a uma comunidade e a experiência de fé em outra; (5) localizada e

transcendente, por serem locais, com pretensão à universalidade (WOLFF, 2007a, p. 67). Conclui-se que (1) a universalidade do evangelho e da Igreja apresenta-se de modo diferente nas particularidades textuais da vida eclesial que (2) se encarnam, dão concretude ao princípio formal universal e (3) a universalidade demonstra que "ecumênico" se constitui como "católico", universal, por implicar "comunhão" que abrange todos que professam Jesus Cristo como Deus e Senhor (WOLFF, 2007a, p. 68). A eclesiologia ecumênica apresenta um método para pensar a unidade dos cristãos na dinâmica entre confessionalidade, interconfessionalidade e transconfessionalidade.

3.5 O MÉTODO DA ECLESIOLOGIA ECUMÊNICA

A eclesiologia reflete a maneira de se compreender a fé de uma determinada confissão cristã, que o faz seguindo uma tradição específica no cristianismo: católica, ortodoxa, luterana, anglicana, metodista, adventista etc. Cada tradição demonstra o modo de confessar a fé da comunidade a que se refere. Por isso se diz que a fé se configura confessional. A eclesiologia que reflete a fé dessas comunidades se constitui como confessional na medida em que se assenta sobre os elementos estruturais e doutrinais que elas possuem, que apontam os critérios, possibilidades e limites para a compreensão da Igreja, tornando a eclesiologia uma confissão da fé no interior de uma comunidade confessante (WOLFF, 2007a, p. 70-71).

> Isso serve também para a eclesiologia ecumênica. Ela é confessional pelo fato de também [...] ser construída no interior de uma determinada tradição de confissão da fé, tornando-se um modo peculiar de compreender a unidade, a partir das possibilidades da confissão à qual ela pertence. Fora dessas possibilidades, a eclesiologia não tem autorização para falar da unidade da Igreja. Isso porque não existe perspectiva da unidade que não esteja arraigada a uma determinada tradição eclesial. [...] a eclesiologia ecumênica é confessional no sentido de buscar aprofundar e explicitar esses critérios (WOLFF, 2007a, p. 71).

Uma tradição eclesial não possui perfeita e plena compreensão da fé enquanto vivênciá-la de maneira totalmente desvinculada das outras tradições. Qualquer compreensão e experiência do evangelho que não acontece em comunhão possui imperfeições e limitações, pois a comunhão não se realiza somente no interior de uma determinada comunidade eclesial, mas na relação com outros grupos em que se professa a fé em Jesus Cristo (WOLFF, 2007a, p. 71). O segundo elemento do método da eclesiologia ecumênica está na interconfessionalidade, significando que "a tradição eclesial à qual pertenço possui elementos que estão para além dela mesma, em outras tradições (LG 8 [...]; UR 3; UUS 13)", em que a

minha confissão de fé interage com outras, inserindo a interconfessionalidade como parte de sua identidade. Ela ocorre não somente pela existência de uma relação com outras confissões, mas por tal relação constitutiva do jeito de ser Igreja. “[...] numa eclesiologia ecumênica, a verdade da Igreja tem de ser buscada na própria tradição eclesial e para além dela. Algo de fundamental, importante, indispensável da Igreja de Cristo pode estar presente em outras tradições” e, pois, não pertencem apenas a elas, mas por pertencerem à Igreja de Cristo, tem relação com minha tradição eclesial. Por isso se apresenta possível o intercâmbio de experiências, a solidariedade na missão, o enriquecimento mútuo no testemunho da fé, o crescimento nas relações entre as igrejas, base da utopia da unidade e comunhão dos cristãos (WOLFF, 2007a, p. 73).

> A fé de uma comunidade cristã transcende à própria comunidade, exigindo da teologia [...] uma universalidade que supere os limites da compreensão elaborada pelas igrejas. Este aspecto garante a possibilidade do encontro entre as diferentes expressões da fé cristã e configura a interconfessionalidade que assegura o caráter ecumênico da teologia, de modo que esta deixa de ser um bloco monolítico e torna-se expressão do diálogo entre várias orientações doutrinais na compreensão do cristianismo. A tensão existente entre o confessional e o interconfessional é compreensível e até mesmo inevitável. Mas é dever dos teólogos fazer com que esta realidade não seja um obstáculo para a reflexão ecumênica. Assim, o desafio de uma teologia ecumênica é o de estabelecer a relação dialética, embora não tranquila, entre confessionalidade e interconfessionalidade. (WOLFF, 2018a, p. 188, grifo suprimido).

Ainda que a eclesiologia ecumênica seja um serviço para a própria tradição eclesial, dada sua confessionalidade, ela se constrói na relação com outras tradições pela interconfessionalidade (WOLFF, 2007a, p. 73). A natureza e o conteúdo da fé da Igreja excedem a própria Igreja. Seu elemento mistérico a coloca acima das tradições históricas que a manifestam. A Igreja de Cristo está para além da sua particularização histórica em uma tradição eclesial, ainda que nela se manifeste, o que cobra da eclesiologia um esforço para ultrapassar a confessionalidade e a interconfessionalidade, em um elemento que explicite o mistério que a envolve transcendentalmente, a transconfessionalidade. Ela se configura como elemento do método que apreende e revela o horizonte de mistério da Igreja em sua origem, natureza e finalidade, apontando para o divino que a forma e sustenta enquanto dom e graça de Deus. A Igreja não se confina no interior de uma tradição eclesial (confessionalidade), nem se mostra, apenas, na relação com diferentes tradições (interconfessionalidade). Na sua origem, natureza e finalidade, a Igreja se constitui em uma realidade transconfessional, pois existe para além das confissões históricas. Ela se configura como mistério, origina-se na Trindade e caminha para o reino. Na transconfessionalidade, a Igreja aponta para o futuro

escatológico no qual se apresenta como comunidade dos salvos e assume concretude histórica na sua realidade peregrina enquanto povo de Deus e corpo de Cristo, uma realidade visível da comunhão vivenciada nas diferentes confissões.

A transconfessionalidade possibilita e garante a eclesiologia ecumênica. O diálogo, a cooperação e a comunhão entre as diferentes igrejas eclesiais não se concretiza apenas pelos elementos históricas da confessionalidade e da interconfessionalidade, mas pelo que as transcendem, e o evangelho, revelador do mistério da ação da graça de Deus pela salvação em Cristo (WOLFF, 2007a, p. 74). A comunhão que se almeja origina-se no mistério de Deus nas igrejas em diálogo. Por isso, "nenhuma Igreja pode pretender orientar sozinha os caminhos da unidade. Nenhuma pode apresentar-se como centro da unidade. É o Espírito Santo quem conduz à comunhão e é em Deus que ela acontece." A partir da perspectiva da verdade transconfessional as igrejas devem construir os caminhos da unidade na história (WOLFF, 2007a, p. 75).

O diálogo se apresenta de fundamental importância na dinâmica confessionalidade, interconfessionalidade e transconfessionalidade. A Igreja se constitui de diálogo com Deus, entre as pessoas, os elementos doutrinais e os institucionais entre as diferentes comunidades de fé. "O diálogo não é algo optativo na Igreja, mas constitutivo. Ele faz a Igreja perceber que não pode fechar-se em si mesma, que o seu ser e identidade são marcados pela abertura ao outro, que a busca de parcerias é fundamental no serviço ao reino. A Igreja é uma realidade dialógica." (WOLFF, 2007a, p. 75). Através do diálogo, cada tradição eclesial toma consciência dos seguintes elementos: (1) os desafios e possibilidades do pluralismo eclesial para a compreensão e vivência do *kerygma* cristão e suas implicações para a Igreja; (2) seus limites, pois uma tradição eclesial não encerra em si todas as possibilidades de realização da Igreja de Cristo. "Quem tem essa pretensão não dialoga. [...] o diálogo exige de cada tradição eclesial a atitude da humildade para perceber seus limites, carências e contradições, ao mesmo tempo em que reconhece o valor das outras tradições eclesiais" (WOLFF, 2007a, p. 75-76); (3) as doutrinas e estruturas que sustentam e expressam a compreensão da fé de uma tradição eclesial não satisfazem as exigências de todos os que professam a Jesus Cristo como Deus e Senhor. "Para que as diferentes tradições encontrem convergência e possível consenso na expressão da verdade da Igreja, nenhuma pode contentar-se com o fato de que suas 'verdades' não são observadas como tais por tantos que possuem outro modo de compreensão e vivência do evangelho", do que surge a consciência do diálogo como imprescindível no testemunho e vivência da fé, não da imposição da verdade de uma específica tradição eclesial, mas na descoberta do melhor modo de, em conjunto, as diferentes tradições expressarem a verdade da

única Igreja; (4) o diálogo articula os três elementos do método da eclesiologia ecumênica, constituindo a confessionalidade e concretizando a interconfessionalidade e a transconfessionalidade da fé cristã e da Igreja (WOLFF, 2007a, p. 76).

Esse método colabora para a construção de uma eclesiologia da *koinonia* como norte e horizonte da reflexão sobre a Igreja. Dentre seus elementos destaca-se a unidade da diversidade. A Igreja vive do mistério do Deus uno e trino e carrega as características do seu objeto de fé, a *koinonia*, enquanto unidade no amor entre pessoas diferentes. A Igreja encontra seu modelo, origem e cumprimento no mistério do Deus em três pessoas. Em relação a este referente, a unidade não anula as diferenças nem as elimina. Diz respeito a uma unidade no Espírito que enriquece a pluralidade, demonstrando o significado da particularidade das diferenças. Tal qual na Trindade divina, o Espírito une na Igreja as diferentes tradições, possibilitando que compreendam como cada uma participa da comunhão na totalidade da realidade eclesial (WOLFF, 2007a, p. 76-77).

3.6 O IMPERATIVO E A FUNDAMENTAÇÃO BÍBLICA DA UNIDADE

3.6.1 A unidade cristã nos evangelhos

Se o ecumenismo, como movimento específico e organizado, possui pouco mais de um século de existência, a proposta de unidade do povo de Deus, que o movimento ecumênico almeja restabelecer, possui profundas raízes bíblicas (PCB, 2016, p. 156).

> Para a Bíblia, cisão, briga e destruição são [consequências] do pecado; são confusões [linguísticas] babilônicas (Gn 11,7-9). A Bíblia contrapõe a tudo isso a mensagem do Deus uno, da humanidade una, do salvador uno, do espírito uno, do batismo uno e da Igreja una ([...] Ef 4,4-6). O significado fundamental do pensamento da unidade mostra-se sobretudo na meta do plano divino da salvação, da concentração escatológica de Israel (Is 40,11; Jr 23,3; 31,10; Ez 34; 37) e a concentração escatológica dos povos (Is 2,2-5; Mq 4,1-3; Ez 37,16-28). Ela representa a superação do conflito das raças, culturas e religiões. Essa concentração escatológica começa com a entrada em cena de Jesus e sua mensagem da vinda do reino de Deus (Mc 1,14 [...]). Por meio da sua morte ele derrubou a parede divisória da rivalidade e trouxe a paz (Ef 2,14); em Cristo, as antigas diferenciações entre judeus e pagãos, escravos e homens livres, homens e mulheres perderam a sua importância como elementos de separação (Cl 4,28). Tudo deve ser concentrado em Jesus Cristo (Ef 1,10; Cl 1,20). Assim, no final Deus será tudo no todo (1Cor 15,28), uma esperança definida pela Bíblia como *schalom*. (KASPER, 2006, p. 105-106).

A unidade era uma preocupação constante de Jesus (Jo 10,16; 17,11.20-23), que espera a união dos cristãos na fé, esperança e na caridade (Ef 4,2-5), no respeito mútuo (Fl

2,1-5) e na solidariedade (1Cor 12,14-27; Rm 12,4-5), mas, sobretudo, na união orgânica com ele, como nos sarmentos e na vinha (Jo 15,4-5), nos membros e na cabeça (Ef 1,22-23; 4,12-16). Esta união deve ser perfeita, à imagem daquela do Pai e do Filho (Jo 17,11.22), cujo fundamento teológico encontra-se nas Escrituras (Ef 4,4-6; Gl 3,27-28). Na primeira comunidade apostólica encontramos um modelo concreto e vivo de tal união (At 2,44; 4,32) (PCB, 2016, p. 156). "Se bem que ela não possa ter a pretensão de resolver sozinha todos [os problemas que enfrenta o diálogo ecumênico], a exegese bíblica é chamada a trazer ao ecumenismo uma importante contribuição." (PCB, 2016, p. 157).

Os pontos particulares e as divergências de interpretação bíblica podem servir de estímulo e revelam-se complementares e enriquecedores no diálogo quando, por exemplo, tratam de valores específicos das igrejas que traduzem diferenciados aspectos do mistério divino. Pela Bíblia ser base comum de fé, "o imperativo ecumênico comporta para todos os cristãos um apelo premente a reler os textos inspirados na docilidade ao Espírito Santo, na caridade, na sinceridade, na humildade, a meditar esses textos e a vivê-los de maneira a chegar à conversão do coração e à santidade de vida" (PCB, 2016, p. 157).

Isso precisa ser feito em junção com a oração pela unidade dos cristãos, considerada a alma do movimento ecumênico (UR 8). Outras tarefas necessárias são facilitar o acesso dos cristãos à Bíblia, estimular as traduções ecumênicas das Escrituras e promover grupos de oração ecumênicos como testemunho autêntico e vivo da concretização da unidade na diversidade (PCB, 2016, p. 158). "Tais traduções, obra de especialistas, oferecem geralmente uma base segura para a oração e a atividade pastoral de todos os discípulos de Cristo." (UUS 44).

O movimento ecumênico possui profunda noção da relevância fundamental da Bíblia no trabalho em prol da unidade. As igrejas manifestam a consciência de que as Sagradas Escrituras constituem no diálogo religioso um "instrumento colocado na poderosa mão de Deus, para conseguir a unidade" (UR 21). As Escrituras formam uma realidade ecumênica em si mesma (1) por sua estrutura: "existem várias versões da história do povo de Deus, constituídas por tradições diferentes entrelaçadas numa pluralidade de intenções subjacentes aos textos bíblicos que não apresentam facilidades de conciliação." (WOLFF, 2018a, p. 204). Não obstante, o cânon bíblico oferece a única verdade do evangelho através da pluralidade de livros e da multiplicidade de sentidos de um mesmo texto das Escrituras. Relata-se a história do povo de Deus na Bíblia de maneira ecumênica, mostrando que a diversidade em si não constitui um impedimento à comunhão. Pelo (2) seu uso comum como instrumento de fé mais partilhado pelas igrejas, pois ela "é o único livro de fé em torno do qual existe real sintonia na

sua aceitação como Palavra divina e inspirada" (WOLFF, 2018a, p. 204), embora isso não aconteça na hermenêutica dos textos, o que tem sido um dos principais fatores de divisão entre as igrejas. Entretanto, ressalta-se que o uso comum da Bíblia pode facilitar a aproximação dos cristãos a partir de uma hermenêutica ecumênica. Por (3) sua mensagem, visto que todas as comunidades cristãs compartilham o entendimento da Bíblia como revelação da Trindade e sua divina realidade enquanto comunhão: "Eu e o Pai somos um." (Jo 10,30). Deus Pai deseja reunir toda a humanidade em uma comunhão universal (Ez 36,24-28), projeto identificado com a pessoa e ação de Jesus Cristo, que chama à comunhão (1Cor 1,9) e viabiliza a sua concretização escatológica na vida plena em Deus (Mt 9,35-36; Mc 1,14-15; Lc 11,20; Jo 10,10). O Espírito entusiasma e ampara a ligação da humanidade com o divino e dos povos entre si (At 2; 2Cor 13,13; FI 2,1). A Igreja se constitui na congregação fraterna da fé em Cristo (At 2,42-47) como responsável pela eliminação de todas as divisões entre o povo de Deus (At 2, 44-45; 2Cor 5 19; Gl 3,28; 1Jo 4,7-10). No (4) enfrentamento dos conflitos, não negando sua existência até mesmo entre o povo de Deus, como no caso entre o rei Davi e Urias (2Sm 11), na ação violenta do profeta Elias com outros líderes religiosos (1Rs 18,20-40), na disposição exclusivista sobre questões raciais em Esdras e Neemias. No Novo Testamento, manifestações públicas de Jesus ocorrem entre tensões e causaram conflitos (Mc 2,1-12; Lc 20,20-26; 22,2), como no caso em que ele disse que trouxe espada e não a paz (Mt 10,34-36). Do mesmo modo, as primeiras comunidades cristãs vivenciaram divergências que, por vezes, ameaçaram a unidade. As Escrituras trabalham os conflitos de três modos:

> a) colocando-os às claras, nas suas causas e consequências, de modo que a unidade não admite a negação das tensões, o que incorreria num falso irenismo, uma unidade sem consistência; b) definindo qual é o real fundamento da unidade: o projeto de Deus para a vida humana e de toda a criação; c) afirmando qual é o lugar, o espaço e o horizonte teológicos da unidade. No lugar, situam-se Deus, seus ensinamentos, a vida do ser humano e das criaturas exploradas em todo o planeta. (WOLFF, 2018a, p. 205).

A unidade se encontra onde Deus, seus ensinos e a vida que ele criou são afirmados. No horizonte da unidade está a verdade, a caridade, na compreensão da verdade através da prática do amor e da justiça, e o serviço na verdade e no amor e justiça como expressão da *diakonia* aos excluídos do reino. Os que não partilham tais sentimentos dividem o povo de Deus, gerando tensões que exigem o afastamento dos lugares, espaços e horizontes tradicionais tidos como os únicos possíveis para a consecução da unidade. "Nem sempre a reunião no templo ou a observância da *regula fidei* significa unidade no projeto de Deus e da vida. Por isso, não poucas vezes, o projeto da unidade situa-se na marginalidade dos lugares,

espaços e horizontes fixados ao longo da história oficial das igrejas.” (WOLFF, 2018a, p. 206).

Mesmo nos momentos de tensão, as Escrituras cobram uma posição concreta dos que dialogam. A gravidade está em não se posicionar diante dos problemas. Precisa-se responder sobre em torno do que ocorre a unidade. A primeira aliança demostra o plano divino pela unidade do povo de Deus, autor mesmo da unidade, que atinge todo o universo do Deus do cosmos (Jó 38-41). Na nova aliança, os evangelhos mostram que Jesus supera as fronteiras religiosas e culturais que geram divisão. Na formação da comunidade dos seus discípulos destacam-se novos princípios de convivência. “Novo mandamento vou dou: que vos ameis uns aos outros; assim como eu vos amei, que também vos ameis uns aos outros.” (Jo 13,34). Jesus aceita a morte “para reunir em um só corpo os filhos de Deus [...] que andam dispersos” (Jo 11,52), confia essa missão à sua Igreja (Mt 28,19) e lhe concede o ministério da reconciliação (Mt 5,21[-48]; 18).” (WOLFF, 2018a, p. 206).

Tratar de ecumenismo implica pensar a unidade dos cristãos, das igrejas e da humanidade. A unidade se configura como o centro do problema ecumênico; os caminhos e formas que conduzem à unidade também integram a problemática. Não obstante, são secundários perante a centralidade do que dá razão e sentido ao ecumenismo. Diante da realidade da divisão, os cristãos se voltaram ao texto bíblico fundamental da busca ecumênica, a oração sacerdotal de Jesus dirigida a Deus rogando que seus discípulos constituam uma unidade como a dele com o Pai (Jo 17,21).[68] O problema da unidade aparece em vista da oração de Jesus pela unidade dos seus discípulos, quando se indaga qual o tipo de unidade desejada por ele. No próprio texto bíblico encontra-se uma resposta precisa: “que todos sejam um [...] para que o mundo creia”. A busca ecumênica da unidade deve ter sempre presente duas perspectivas: a dimensão teológica da unidade, envolvendo uma comunhão tão profunda quanto a que existe entre o Pai e o Filho; e a dimensão de sinal com referência ao mundo. “A *unidade* deverá ser, portanto, profunda e íntima como as próprias relações que se dão em Deus; e significativa, a fim de que o mundo creia no enviado de Deus.” (NAVARRO, 1995, p. 23, grifo do autor).

Jesus deseja a comunhão dos seus discípulos. O Espírito Santo reúne os cristãos em comunidades e cria a comunhão (2Cor 13,13). Por isso, o empenho pela unidade da Igreja não se configura como opcional, mas um imperativo inalienável e um compromisso irrenunciável da fé. A “Igreja cristã é por excelência ecumênica ou não é Igreja.” (BRAKEMEIER, 2004, p.

[68] O texto de João 17,21 constitui a “carta magna” do ecumenismo (CAMBÓN, 1994, p. 18; ALTMANN, 2018, p. 12).

13). Trabalhar pela unidade concretiza a aspiração de Jesus. O ecumenismo não se constitui como ocorrência bem intencionada, nem uma feliz iniciativa da Igreja em adaptação aos sinais dos tempos para ser mais aberta e dialogante, mas em uma resposta ao encargo recebido de Jesus (CARLIER, 2017, p. 12). A rejeição ao ecumenismo ameaça transformar a Igreja em uma seita. O cristianismo perde credibilidade pelos conflitos e dissensões internas. As guerras travadas entre os cristãos culpam as igrejas perante Deus e a humanidade (BRAKEMEIER, 2004, p. 13).

Jesus orou e desejou ardentemente a unidade não só em ações simbólicas, mas em suas palavras e sentimentos (HORTAL, 1996, p. 138), dialogando com todas(os), independentemente de credo, gênero ou cultura (WOLFF, 2018b, p. 11). Destaca-se a escolha dos seus doze discípulos (Mt 10,2-4) iniciando uma nova era, com um novo povo escolhido, um novo Israel, como fundamento da unidade da nova comunidade inaugurada por Jesus. Também, a celebração da última ceia expõe o resultado da instauração da nova aliança, efetivada pela imolação da vida de Jesus para congregar em um só corpo os filhos de Deus dispersos (Jo 11,50-52), sacrifício para aponta para a unidade da Igreja em um novo povo de Deus. “Porque nós, embora muitos, somos unicamente um pão, um só corpo; porque todos participamos do único pão.” (1Cor 10,17) (WOLFF, 2018a, p. 207).

O Salmo 23 representa Deus como pastor. Em sua missão divina, Jesus personificou a figura do pastor que veio buscar as ovelhas perdidas (Mt 10,6; 15,24; 18,11-14) e dar a sua vida por elas (Jo 10,15). Ele predisse: “haverá um rebanho e um pastor.” (Jo 10,16) (ASP, 1987, p. 49).

João 10 relata Jesus percorrendo a Palestina para cumprir a missão messiânica de reconduzir o rebanho disperso. “Vendo ele as multidões, compadeceu-se delas, porque estavam aflitas e exaustas como ovelhas que não têm pastor.” (Mt 9,36). Ele se apresenta ante a multidão em três figuras que apontam para a unidade como meta e sinal de salvação: a do pastor verdadeiro (Jo 10,1-5), da porta (Jo 10,7-10) e a do bom pastor (Jo 10,11-18). A indicação decisiva para a ação ecumênica se encontra em João 10,16: “Ainda tenho outras ovelhas, não deste aprisco; a mim me convém conduzi-las; elas ouvirão a minha voz; então, haverá um rebanho e um pastor.” O quarto evangelho não trata da recomposição da unidade do Israel histórico, mas em reunir na unidade todos os filhos de Deus dispersos (Jo 11,52). Não se trata das ovelhas de Israel, mas das ovelhas do próprio Jesus. “A Igreja encontra nessas palavras não apenas um apelo para lutar pela unidade, mas também uma esperança de que essa luta não será em vão [...]. É verdade que esse texto não se refere apenas à tarefa ecumênica, no seu sentido estrito. [...] É a humanidade inteira que é convocada a essa

unidade" (HORTAL, 1996, p. 139) dirigida, primeiramente, aos que, pelo batismo, foram incorporados a Jesus.

Na parábola em que compara os cristãos aos ramos da videira (Jo 15,1-8), Jesus defende que estes ramos precisam estar unidos a ele, o tronco e, por extensão, uns aos outros, pois formam um conjunto. Apenas assim a videira estará completa. Ele ordena: "permanecei em mim, e eu permanecerei em vós." (Jo 15,4) (ASP, 1987, p. 49).

Na oração sacerdotal de João 17 se consolida o desejo de Jesus pela unidade (HORTAL, 1996, p. 139). Conhecida também como "oração pela unidade", contêm elementos já citados na parábola das ovelhas, do bom pastor e do ladrão e os assalariados, de que o povo de Deus compreende mais do que Israel, de que outros crerão em Cristo, cuja oração abrange todos os da Igreja, para que manifestem a unidade como prova do valor da mensagem evangélica (SANTA ANA, 1987, p. 215, grifo suprimido). Significativamente, Jesus não expressou seu desejo por unidade em uma pregação ou por um mandamento dado aos discípulos, mas numa oração ao Pai na véspera de seu maior sofrimento, a morte de cruz. Enquanto dom que vem do alto, a origem e o caminho da unidade guiam na direção de uma comunhão de amor com a Trindade. A oração dos cristãos pela unidade evidencia uma fiel participação na prece de Jesus, que prometeu aos seus que qualquer pedido feito em seu nome seria ouvido pelo Pai (Jo 5,7) (KASPER, 2007, p. 9). "Não há cristão que recuse este chamado à unidade. [...] Há um reconhecimento mútuo de que somos irmãos e irmãs em Cristo, mas também de que há coisas que criam distâncias que ainda são invencíveis entre uns e outros." (SANTA ANA, 1987, p. 24). A questão apresentada está em como criar consenso e testemunhar da unidade em um mundo dividido, numa realidade onde os povos e nações vivem separações e tensões prejudicam as relações entre as igrejas. O problema não se situa primordialmente no objetivo do movimento ecumênico, a unidade. Sobre ele quase não há desacordo. As dificuldades surgem quando se questionam os caminhos e formas pelas quais a unidade pode se concretizar, por corresponderem a visões diferentes que dizem respeito a situações diversas, posições opostas e interesses contrários. O problema da unidade dos cristãos não se separa de suas divisões, diversidade e pluralidade (SANTA ANA, 1987, p. 25). O ecumenismo se apresenta como resposta dos cristãos à Trindade, como questão da veracidade do cristianismo. Se a fé cristã não se realiza como proposta de comunhão entre os seres humanos e destes com Deus, ela deixa de ser autêntica. Isso leva o movimento ecumênico a não se satisfazer com as experiências de unidade alcançadas, mas de ampliá-las evangelicamente a todas e igrejas e, por fim, à humanidade inteira (MAÇANEIRO, 2004, p. 145).

Pedir pela unidade diretamente ao Pai implica duas coisas. Primeiro, os que creem nele e em sua mensagem são os responsáveis em continuar sua obra. Por meio de suas relações fraternas, eles são chamados a demonstrar o espírito de profunda união existente entre o Pai e Filho. “A razão pela qual a unidade da Igreja é uma prioridade altíssima é de caráter teológico: tem a ver com o ser de Deus. Ele não pode ser apresentado através de dissensões e separações. Por isso mesmo pode-se dizer que a unidade da Igreja, mais do que uma necessidade institucional, é uma exigência teológica.” (SANTA ANA, 1987, p. 215). Segundo, a unidade possui uma razão missionária. A união precisa ser real “para que o mundo creia”. Coloca-se em questão o testemunho da íntima relação entre o Pai e o Filho. A unidade demonstra que o Deus revelado e encarnado em Jesus Cristo ama e quer dar “vida em abundância” (Jo 10,10) a todos os seres humanos. Jesus não orou por uma unidade abstrata. Conforme sua prece, ela deve se manifestar em termos históricos concretos. “Não peço que os tires do mundo, e sim que os guardes do mal. Eles não são do mundo, como também eu não sou. Santifica-os na verdade; a tua palavra é a verdade. Assim como tu me enviaste ao mundo, também eu os enviei ao mundo.” (Jo 17,15-18). Assim como a união entre o Pai e o Filho foi demonstrada em um momento histórico definido, a unidade do povo de Deus precisa se manifestar-se em situações concretas. A unidade dos cristãos deve ser produzida entre as tensões e lutas da história para a Igreja ser o sinal da humanidade remida que Deus almeja construir (SANTA ANA, 1987, p. 216). Os cristãos comprometidos, por meio da conversão e reforma, ao diálogo e à oração comum, a fazer verdadeira e visível a unidade da Igreja, não agem por comodidade ou conforto espiritual. A unidade da Igreja orienta-se para o mundo, enquanto testemunho e serviço ao ser humano. Quando se reflete na oração de Jesus para que “todos sejam um [...] para que o mundo creia” (Jo 17,21), colocam-se em destaque os conceitos de *martyria* (testemunho) e *diakonia* (serviço) como meta inerente aos esforços pela unidade. Por isso o ecumenismo busca exprimir-se em ações e sinais visíveis (SPINSANTI, 1989, p. 314). Ele tem alcance universal, não por estratégia ou vontade humana, mas pela universalidade do evangelho de Jesus (MAÇANEIRO, 2004, p. 145). A história do movimento ecumênico confirma-o enquanto genuíno serviço ao pedido de Jesus para que “todos sejam um”, estimulando o diálogo entre cristãos e igrejas de maneira que o complexo cenário do pluralismo eclesial na contemporaneidade não inviabiliza a existência de relações de proximidade e comunhão. A súplica pela unidade “exige e sustenta o surgimento de iniciativas que se deixem impulsionar pela criatividade da fé. Nisso consiste o significado teológico do movimento ecumênico, permitindo a compreensão da ação do Espírito agindo

nos fatores que expressam a busca de unidade de quem professa a fé em Cristo.” (WOLFF, 2007a, p. 124).

Quando da maior intimidade com seus discípulos e contato com Deus registrado no evangelho de João, ressalta-se o mandamento do amor como sinal distintivo, diante do mundo, dos que o seguem, dom do Pai para além dos esforços humanos que deve unificar os cristãos e ser pedido. Jesus

> levantou os olhos ao céu e disse: [...] Pai santo, guarda-os em teu nome, que me deste, para que eles sejam um, assim como nós [...]. Não rogo somente por estes, mas também por aqueles que vierem a crer em mim, por intermédio da sua palavra; a fim de que todos sejam um; e como és tu, ó Pai, em mim e eu em ti, também sejam eles em nós; para que o mundo creia que tu me enviaste. Eu lhes tenho transmitido a glória que me tens dado, para que sejam um, como nós o somos; eu neles, e tu em mim, a fim de que sejam aperfeiçoados na unidade, para que o mundo conheça que tu me enviaste e os amaste, como também amaste a mim. […] Eu lhes fiz conhecer o teu nome e ainda o farei conhecer, a fim de que o amor com que me amaste esteja neles, e eu neles esteja. (Jo 17,1.11.20-23.26).

A unidade aparece como desejo ardente, pedido e fruto do amor de Cristo, por isso se configura como dom divino e sinal para o mundo. Sem unidade entre os cristãos, o mundo será incapaz de crer nos discípulos e em Jesus como enviado do Pai. Seus seguidores são chamados a testemunhar; se não existir procura sincera da unidade entre eles, seu testemunho será falso (HORTAL, 1996, p. 139-140). Na oração sacerdotal, “Jesus estabeleceu a irredutibilidade dessa vocação para a unidade inerente a todos os cristãos, homens e mulheres que se colocam em seu seguimento. [Dela] é possível deduzir a centralidade da unidade para a vocação cristã.” A centralidade não se limita aos relacionamentos, “não é simplesmente uma questão de política diplomática. Na perspectiva de Jesus, como compreendeu a comunidade joanina, a unidade é o aspecto teológico que identifica a relação na pessoa de Deus. Deus é unidade relacional e a Igreja enquanto sua comunidade é chamada à relacionalidade.” (ROCHA, 2011, p. 7).

A unidade querida por Cristo, pedida ao Pai e anunciada a todas(os), se baseia no amor do pastor que dá a vida por seu rebanho (HORTAL, 1996, p. 141). O amor se constitui, acima de qualquer outro elemento, como o fundamento da unidade: “permanecei no meu amor.” (Jo 15,9) (WOLFF, 2018a, p. 207). A exaltação de Cristo como centro da unidade para os seres humanos não ocorre pelo domínio, mas por seu sacrifício (HORTAL, 1996, p. 141). “A insistência em que o ecumenismo se baseia no amor deixa claro que o ecumenismo não é um programa político nem tampouco um compromisso diplomático da Igreja [...]. O amor é desinteressado e se esforça para comunicar aos outros sua própria riqueza.” (KASPER, 2014a,

p. 568, tradução nossa).[69] Os que desejam trabalhar pela unidade dos cristãos precisam usar de amor autêntico para com os demais seres humanos, independentemente da confissão religiosa que professam, e compreender a necessidade de seguir o caminho da cruz para atraí-los. Apenas através do esvaziamento e renúncia de si poderá se encontrar os outros como verdadeiros irmãos (HORTAL, 1996, p. 141).

3.6.2 A unidade da Igreja no pensamento de Paulo

Na permanência no amor, na apresentação do Cristo crucificado como centro da unidade e nas cruzes dos crucificados pelas injustiças do tempo presente, estão os caminhos da unidade (Jo 14,4), exigindo, para o reconhecimento dos outros como irmãos, despojamento e renúncia própria (WOLFF, 2018a, p. 207-208). As Escrituras demonstram que as primeiras comunidades cristãs entenderam essa lógica, como expresso no exemplo de Paulo, cuja centralidade da sua mensagem situava-se na fé da ressurreição do Senhor como fundamento da vida cristã e vínculo da unidade entre as comunidades (1Cor 15). Paulo compreende que a comunidade forma um só corpo em Cristo, onde todos os membros estão a serviço uns dos outros (Rm 12,4-5). Portanto, quando ocorre divisão entre os cristãos, ela não afeta somente as relações entre as pessoas, mas o próprio corpo de Cristo, ao que Paulo indaga: "Acaso, Cristo está dividido?" (1Cor 1,12). O apóstolo recomenda dois caminhos para se superar as dificuldades vivenciais da unidade: (1) pastoral, orientando as comunidades afetadas sobre a maneira de manter a unidade (Rm 16); e (2) teológico-doutrinal, atentando para manter a unidade na fé no único evangelho (Gl 1,6-10) como único fundamento (1Cor 3,10-11; Ef 2,20; 1Tm 6,19; 2Tm 2,19). Paulo indica que a unidade não se edifica através do relativismo de posição ou por uma postura de neutralidade. Faz-se necessário tomar claras posições sobre os problemas, demarcando pontos de convergência que viabilizam práticas comuns que tornem uma todas as comunidades (At 15,29; Gl 2,10), além de proteger inteligentemente as próprias convicções (At 22-26). A Bíblia prova que a unidade se constitui em fruto do Espírito que concede aos cristãos "o pensamento de Cristo" (1Cor 2,10-16) para os que vivem no Espírito se comportarem segundo o Espírito (Gl 5,25). "O Espírito suscita e fortalece nas igrejas a fé comum no *único* Senhor como a primeira atitude ecumênica (1Tm 2,5; Hb 8,6). Surge, assim, uma humanidade nova, plenificada em Cristo (Ef 4,13), que vive a justiça e a

[69] "La insistencia en que el ecumenismo está fundado en el amor hace patente que el ecumenismo no es un programa político ni tampoco un compromiso diplomático de la Iglesia [...]. El amor es desinteresado y se afana por comunicar a los demás su propia riqueza." (KASPER, 2014a, p. 568).

santidade verdadeiras (Ef 4,23-24), numa nova relação fraterna (Ef 4,25-32).” (WOLFF, 2018a, p. 208). Paulo defende que não pode existir dificuldade que impeça os esforços em busca da unidade cristã (1Cor 6, 1-8; 8,1; 9,19-23; 10,14-17.31-33; 11,33).

Paulo compara a unidade de Igreja ao corpo de Cristo (1Cor 12,12-30). Embora formado por várias partes, todas constituem uma unidade. Se isolada das demais, as partes não podem ser compreendidas e consideradas corpo. O apóstolo assevera que a promoção da união do corpo deve-se ao Espírito Santo que concede diferentes dons a cada um de seus membros (ASP, 1987, p. 49). Quando precisou advertir alguns cristãos divididos pelo apego exagerado a certos líderes (1Cor 3,3-8) que diziam ser, uns de Paulo, outros de Apolo e outros de Pedro, ele afirmou: “ninguém se glorie nos homens; porque tudo é vosso: seja Paulo, seja Apolo, seja Cefas, seja o mundo, seja a vida, seja a morte, sejam as coisas presentes, sejam as futuras, tudo é vosso, e vós, de Cristo, e Cristo, de Deus.” (1Cor 3,21-23). Os isolamentos e exclusivismos conflitam com a expressa vontade de Cristo a respeito do seu corpo. Mesmo com sérias divergências existentes entre si, Paulo e Pedro não se separaram. Pela consciência existente da sua unidade em Cristo, as primeiras comunidades cristãs não se excluíram (ASP, 1987, p. 50).

A unidade da Igreja no pensamento paulino possui como fundamento a identidade com Cristo, no único corpo. A experiência do apóstolo no caminho de Damasco iniciou a construção de sua teologia da unidade. Identificar que o próprio Cristo a ele se manifestou (At 9,5)[70] abriu-lhe aos olhos a compreensão da existência de um único corpo, uma única vida que se expandia para todos os membros, em uma comunicação misteriosa, mas real. Não se poderia pensar apenas em indivíduos, pois todos foram unificados no corpo. “O sujeito da unidade não é a soma dos cristãos, mas o Cristo que os incorpora e os faz seus.” (HORTAL, 1996, p. 144). No corpo, o princípio vital está no mesmo Espírito que estimulou Jesus em sua vida: “Pois, em um só Espírito, todos nós fomos batizados em um corpo, quer judeus, quer gregos, quer escravos, quer livres. E a todos nós foi dado beber de um só Espírito.” (1Cor 12,13). Em conjunto com o batismo, a participação no corpo e sangue de Cristo fundamenta a unidade: “Porque nós, embora muitos, somos unicamente um pão, um só corpo; porque todos participamos do único pão.” (1Cor 10,17). Em Paulo, “essa união íntima, profunda entre os membros da Igreja, não fica num vago afeto ou numa realidade escondida, que permaneça conhecida unicamente por Deus. [...] trata-se de algo que, pela sua própria natureza, deve traduzir-se também na ordem externa, visível.” (HORTAL, 1996, p. 144).

[70] “Eu sou Jesus, a quem tu persegues”.

Um marco claro aos cristãos apresenta-se em I Coríntios 1,10: “Rogo-vos, irmãos, pelo nome de nosso Senhor Jesus Cristo, que faleis todos a mesma coisa e que não haja entre vós divisões; antes, sejais inteiramente unidos, na mesma disposição mental e no mesmo parecer.” Nas cartas de Romanos e Coríntios, Paulo desenvolve a teologia do corpo de Cristo em torno da solidariedade dos membros que participam de uma única vida, aperfeiçoando-a nas epístolas de Efésios e Colossenses, transcendendo a fundamentação da unidade entre os cristãos com referência a Cristo. Agora toda a criação possui sentido na medida em se unifica na “recapitulação” em Cristo, “cabeça” que não mais se identifica somente com o corpo. A obra de Cristo possui um sentido reconciliador de toda a humanidade. Toda a criação ganha um sentido de unidade em Cristo. O mistério da vontade eterna de Deus compreende Cristo encabeçar “todas as coisas, tanto as do céu e as da terra” (Ef 1,10). Pressupõe-se que todo esforço na construção da unidade, seja interna ou na caridade, como a externa e social, forma o plano eterno de Deus. Mesmo na paixão de Cristo observamos um sentido conciliador e unificador da realidade (HORTAL, 1996, p. 145-146).

> Porque ele é a nossa paz, o qual de ambos fez um; e, tendo derribado a parede da separação que estava no meio, a inimizade, aboliu, na sua carne, a lei dos mandamentos na forma de ordenanças, para que dos dois criasse, em si mesmo, um novo homem, fazendo a paz, e reconciliasse ambos em um só corpo com Deus, por intermédio da cruz, destruindo por ela a inimizade. E, vindo, evangelizou paz a vós outros que estáveis longe e paz também aos que estavam perto; porque, por ele, ambos temos acesso ao Pai em um Espírito. (Ef 2,14-18).

A Igreja forma o “corpo”, comunidade concreta em que se torna visível a reconciliação dos que estavam separados, o encontro dos que anteriormente não se reconheciam ou aceitavam. A necessidade da unidade entre os que confessam a Jesus Cristo como seu Senhor, salvador e libertador se expressa no fato de que, dificilmente, “o conjunto das nações e comunidades que não [creem] em Cristo poderão aceitar esse chamado de Deus à unidade se aqueles que dizem que [creem] nele não demonstram nos atos seu afã em viver em união, em reconciliação.” (SANTA ANA, 1987, p. 24).

Em Colossenses se repete tal visão de unidade: “Ele é a cabeça do corpo, da igreja. Ele é o princípio, o primogênito de entre os mortos, para em todas as coisas ter a primazia, porque aprouve a Deus que, nele, residisse toda a plenitude e que, havendo feito a paz pelo sangue da sua cruz” (Cl 1,18-20). Por extensão, “não pode haver grego nem judeu, circuncisão nem incircuncisão, bárbaro, cita, escravo, livre; porém Cristo é tudo em todos.” (Cl 3,11).[71]

[71] “Paulo declara que, na esfera de Cristo e no processo de permitir que a energia criativa de Deus forme uma nova criatura, nenhuma barreira deve existir, nem nacional, nem religiosa, racial nem social.”

Consequentemente, a teologia paulina da unidade se apresenta com um desafio a todas as divisões dos cristãos, visto que elas representam "a maior contradição possível com a obra de Cristo e com seu 'mistério'" e negam o sentido da criação. Os que possuem o Espírito de Cristo devem buscar a unidade com todas as forças e atentar para a advertência de Efésios 4,1-6:

> Rogo-vos, pois, eu, o prisioneiro no Senhor, que andeis de modo digno da vocação a que fostes chamados, com toda a humildade e mansidão, com longanimidade, suportando-vos uns aos outros em amor, esforçando-vos diligentemente por preservar a unidade do Espírito no vínculo da paz; há somente um corpo e um Espírito, como também fostes chamados numa só esperança da vossa vocação; há um só Senhor, uma só fé, um só batismo; um só Deus e Pai de todos, o qual é sobre todos, age por meio de todos e está em todos.

Deve-se preserverar na busca da unidade porque não se pode escapar da tarefa de continuar a obra de Cristo (HORTAL, 1996, p. 146).

3.7 ESPIRITUALIDADE ECUMÊNICA COMO PRÁXIS DO DIÁLOGO

Definindo-se espiritualidade "como esforço de viver em obediência ao evangelho – numa palavra, no discipulado" (CASHMORE; PULS, 2005, p. 480), da espiritualidade ecumênica forma parte, em primeiro lugar, a oração, concentrada na *Semana de Oração pela Unidade Cristã* (SOUC). Na oração apresenta-se a consciência de que os cristãos não podem fazer a unidade. Além da participação na SOUC, os cristãos podem agregar à obra pela comunhão ações comuns de leitura e meditação das Escrituras, o intercâmbio entre comunidades e movimentos espirituais, visitas a lugares de peregrinação e centros de espiritualidade e a familiarização com os testemunhos de fé de outras igrejas. Uma compreensão purificada e clarificada da espiritualidade ecumênica possibilita uma práxis renovada que conferirá nova vitalidade à aspiração ecumênica e ajudará na busca de saída das dificuldades, aporias e crises enfrentadas pelo movimento ecumênico (KASPER, 2014a, p. 431-432).

A *oikoumene* se constitui como processo espiritual que não se trata de um retorno, mas de um avanço. "Tal tipo de unidade é, fundamentalmente, um dom do Espírito de Deus e o

---

(COMENTÁRIO..., 2016, p. 207). Para Ellen G. White (2006b, p. 165), "Cristo não fazia distinção de nacionalidade, classe social nem credo. [Cristo] veio para derrubar todo muro de separação. [...] Cristo fundou uma religião na qual não há classes sociais; judeus e pagãos [...] são iguais perante Deus e reunidos por um vínculo fraternal." Ele lançou "o fundamento de uma religião pela qual judeus e gentios, negros e brancos, livres e escravos, são ligados numa irmandade comum, reconhecidos como iguais à vista de Deus." (WHITE, 2005c, p. 216).

resultado de sua orientação.” Por isso que a *oikoumene* não se configura como mera questão acadêmica ou diplomática; sua alma e coração estão no ecumenismo espiritual. Sem alma, o ecumenismo se torna “ativismo desapiedado ou apenas um exercício acadêmico no qual a maior parte dos fiéis não pode tomar parte, já que, sem condições de entender o que está em jogo no diálogo ecumênico, [...] se tornam alheios e indiferentes a todo o conceito, ou até mesmo o rejeitam” (KASPER, 2008, p. 30), o que impede a aceitação dos resultados do ecumenismo na Igreja. De outro lado, há de se ampliar o diálogo ecumênico. Só se aprofunda-o se ele for ampliado. Isso se torna possível na espiritualidade ecumênica.

> Quando falamos de espiritualidade ecumênica, com este termo – que infelizmente, se converteu em um lugar comum – não nos referimos a uma espiritualidade vaga, gelatinosa e puramente emocional, pouca amiga da razão e subjetivista, que [...] não se interessa pela doutrina objetiva da Igreja [...]. Antes, se trata da doutrina da Escritura, da tradição viva da Igreja e dos resultados do diálogo ecumênico subjetivamente apropriados em sua totalidade, personalizada, cheia de vida e posta em contato com a vida. (KASPER, 2014a, p. 431, tradução nossa).[72]

O ecumenismo, como busca da comunhão entre os cristãos a partir da compreensão e vivência do evangelho, se constitui em graça, fruto e ação do Espírito Santo, que congrega, aproxima e une as pessoas, fazendo com que a unidade almejada pelos seguidores de Jesus seja a realização do desejo por ele expresso ao Pai para que “todos sejam um” (Jo 17,21) como ele e o Pai são um. O ecumenismo representa o desejo do próprio Deus; portanto, divino, sobrenatural. O ser de Deus se expressa na comunhão. Ele se constitui na origem, modelo e meta da comunhão que o movimento ecumênico luta alcançar. Acreditar em Deus comunhão significa buscar a comunhão dos fiéis em Deus. Por tudo isso, o ecumenismo representa um imperativo da fé, que deve ser empreendido com a seriedade da fé como convicção evangélica, opção pelo reino e confiança em Deus. Os cristãos não buscam apenas o respeito e a convivência pacífica, mas comunhão em profundidade, na partilha da fé em sua compreensão, celebração e testemunho (WOLFF, 2016b, p. 65).

Enquanto sonho e utopia da fé, utopia evangélica, a concretização do projeto ecumênico depende da profundidade com que se vive a fé, da coerência nas opções que a concretizam, do modo como se compreende o projeto de Deus para sua Igreja e da disposição necessária para servir o evangelho. Por ser dom divino, na concretização do sonho ecumênico,

---

[72] “Cuando hablamos de espiritualidad ecuménica, con este término – que, por desgracia, se ha convertido en un lugar común – no nos referimos a una espiritualidad vaga, gelatinosa, puramente emocional, poco amiga de la razón y subjetivista, que [...] no se interesa por la doctrina objetiva de la Iglesia [...]. Antes bien, se trata de la doctrina de la Escritura, de la tradición viva de la Iglesia y de los resultados del diálogo ecuménico apropiados subjetivamente en su totalidad, personalizada, colmada de vida y puesta en contacto con la vida.” (KASPER, 2014a, p. 431).

“o Pai não deixará de atender a súplica do Filho. Assim, não buscar a unidade ou nela não querer viver é contradição ao desejo de Cristo [;] contradição na fé é pecado e, por isso, escândalo para o mundo.” (WOLFF, 2016b, p. 65-66). Nunca será demais denunciar o escândalo causado pela divisão dos cristãos, que fornece pretexto para que se duvide do valor da mensagem evangélica (FITZGERALD, 2008, p. 90). O pedido de Jesus pela unidade compremete seus discípulos com ele. “A divisão dos cristãos contradiz a todas luzes a vontade de Jesus; é pecado. Também seria pecado que, em vista das dificuldades atuais, decepcionados, nos retirássemos do diálogo.” (KASPER, 2014a, p. 394, tradução nossa).[73]

A fé direciona para Deus, onde todas(os) se encontram. Quanto maior a harmonia dos cristãos com o projeto de Deus, mais sintonizados e unidos estarão entre si. A unidade não ocorre, primeiramente, nas doutrinas, ritos ou estruturas da fé. A comunhão em tais elementos será expressão da comunhão previamente existente em Deus. Crer na comunhão e trabalhar para alcançá-la na vida das igrejas se constitui em um ato de fé. Ao se concentrar no aumento da distância entre os cristãos, no entrincheiramento das igrejas “em seus nichos teológico-doutrinais e institucionais”, o diálogo parece impossível. Assim, “crer no ecumenismo é crer em algo que extrapola toda possibilidade humana.” Por isso a comunhão se constitui, enquanto realidade espiritual, como graça, dom de Deus, pois não se constrói pela ação humana, mesmo com todos os esforços que possam ser empreendidos. Como realidade humana, o Espírito faz dos cristãos instrumentos para construir a comunhão visível na história no modo de ser dos cristãos e das igrejas. A primazia da ação está em Deus. A busca da comunhão se forma através de uma obra espiritual e humana. “Ecumenismo se vive na teimosia da fé. Para além de toda divergência, de todo conflito, de todo distanciamento entre as igrejas e os cristãos, é crer no Espírito da comunhão”, projeto divino para a Igreja e a humanidade inteira, de modo que aquela se torne “sinal e instrumento” (WOLFF, 2016b, p. 66) da comunhão dos seres humanos entre si, dos povos e com Deus. O caminhar ecumênico presume um caminho espiritual. Apenas o Espírito Santo, originador do movimento ecumênico, pode guiá-lo ao seu absoluto cumprimento (KASPER, 2014b, p. 196).

A alma do movimento ecumênico está na conversão do coração e na santidade de vida em conjunto com a oração pública pela unidade dos cristãos, que se denomina ecumenismo espiritual (UR 8) ou espiritualidade ecumênica (KASPER, 2016b, p. 50), processo espiritual que ruma na fiel obediência ao Pai, no seguimento do desejo de Cristo sob orientação do

[73] “La división de los cristianos contradice a todas luces la voluntad de Jesús; es pecado. También sería pecado que, a la vista de las dificultades actuales, decepcionados, nos retirásemos del diálogo.” (KASPER, 2014a, p. 395).

Espírito (KASPER, 2007, p. 10). A alma do movimento ecumênico inclui a oração, a conversão pessoal, a renovação institucional da Igreja e o esforço de santificação pessoal (KASPER, 2014a, p. 472). O trabalho do ecumenismo enraíza-se nos fundamentos da espiritualidade cristã e exige, para além de diplomacia eclesial, diálogo acadêmico, envolvimento social e cooperação pastoral (KASPER, 2007, p. 10). Privado de sua alma, o ecumenismo degenaria-se em mero ativismo superfial ou exercício acadêmico. O diálogo ecumênico só pode se tornar acessível a todo o corpo da Igreja quando for feito de maneira mais espiritualmente profunda (KASPER, 2014a, p. 402). Não se avança no ecumenismo espiritual apenas pelas discussões empreendidas em congressos, simpósios, encontros, diálogos e conversações de especialistas, cada vez mais frequentes, e nos novos documentos que, em suma, repetem o já sabido. Todas essas coisas são necessárias, todavia têm se limitado a se autoalimentar, acabando em nada de novo (KASPER, 2014a, p. 472).

Sozinhos, o debate público e o acadêmico, independentemente da relevância que possuam, não são suficientes para se chegar a um consenso sobre a unidade cristã. Para que ele avance, faz-se necessário um movimento que precisa ser maior e mais forte que os esforços humanos. Deve-se retornar "ao primeiríssimo ímpeto do movimento ecumênico", de quando fora guiado por um movimento espiritual, pelo ecumenismo espiritual, fruto da SOUC, criada pelo abade Paul Couturier, "o grande apóstolo e pioneiro do ecumenismo espiritual." (KASPER, 2008, p. 216).

A ênfase no ecumenismo espiritual atende ao atual ambiente intelectual, influenciado, por um lado, pelo relativismo e o ceticismo pós-modernos, e, de outro, ansiando por uma experiência e uma alternativa espiritual ao estilo de vida contemporâneo, considerado por muitos fútil e vazio. Com o colapso e desiluação nas ideologias e utopias da modernidade, permanece um receio em relação a toda posição doutrinária e, ao mesmo tempo, uma busca por algum tipo de experiência espiritual, por mais vaga e esparsa em frequência que possa ser. Em tal cenário, "somente seremos capazes de avançar em nosso objetivo missionário se retornarmos às raízes espirituais do cristianismo em geral e do ecumenismo em particular e buscarmos espiritualidade ecumênica renovada." (KASPER, 2008, p. 218-219).

Assim como nas outras formas de aproximação entre as igrejas, na espiritualidade ecumênica parte-se daquilo que se tem em comum e não do que divide, das experiências e desafios comuns enfretantados pelo cristianismo. Tais diferenças capacitam os cristãos a melhor compreender suas diferenças. Para que ocorra o entendimento e acordo ecumênico faz-se necessário nutrir "uma empatia espiritual, uma compreensão de uma diferente [...] forma eclesial de vida cristã, um solidário e íntimo entendimento de dentro, não simplesmente

da mente, mas do coração.” (KASPER, 2008, p. 222). A espiritualidade ecumênica constitui-se num ouvir e abrir-se às demandas do Espírito, que se manifesta, também, por meio de variadas formas de piedade; requer prontidão para repensar e aceitar a alteridade, paciência, tolerância, boa vontade e amor que não se irrita, mas se alegra com a verdade (1Cor 13,4-6).

A espiritualidade ecumênica não se define como uma fórmula que resolverá facilmente todas as questões no ecumenismo. Tem-se claro no movimento ecumênico que espiritualidades diversas trazem consigo o perigo da divisão, do sincretismo, da mistura da fé cristã com elementos culturais e religiosos que podem falseá-la, que podem ser usadas por razões e objetivos politicos (KASPER, 2008, p. 222-223); existe, também, uma forma de espiritualidade tida como ecumênica “superficial, mera banalização emocional pós-burguesa da fé cristã.” (KASPER, 2008, p. 224).

Toda espiritualidade precisa ser questionada quanto ao Espírito que a move, “seja ele o Espírito Santo ou o espírito do mundo. A espiritualidade exige o discernimento de espíritos. Assim, a espiritualidade não é um caso exclusivamente emocional, isento da preocupação com a verdade; antes, ela nos auxilia, capacita, e mesmo incita, a buscar a verdade.” (KASPER, 2008, p. 224). O chamado para a espiritualidade não significa fuga da teologia. Uma espiritualidade saudável exige reflexão e discernimento teológico.

Uma espiritualidade ecumênica modelada pelas Escrituras não pode ser introvertida ou exclusivamente eclesiocêntrica. Visto não ser o ecumenismo um fim em si mesmo, também a espiritualidade ecumênica não pode olhar apenas para si. O pedido de Jesus para que todas(os) pudessem ser um para o mundo crer (Jo 17,21) inspira o ecumenismo e a espiritualidade ecumênica, e deve habilitar a Igreja a oferecer um testemunho comum ao mundo e, de maneira mais específica, um testemunho cristão ao mundo. O ecumenismo espiritual precisa buscar a vida e servi-la, preocupando-se com as experiências cotidianas, assim como atentar para as grandes questões contemporâneas sobre a sobrevivência da vida humana, a justiça, a paz e a preservação da criação (KASPER, 2008, p. 226).

Embora os cristãos não possam “fazer” o ecumenismo nem forçá-lo, visto que a unidade se constitui em dom do Espírito Santo, não se pode desistir dessa esperança (KASPER, 2016b, p. 50). “Nós não podemos organizar ou inventar a unidade: esta será um dom do Espírito.” (KASPER, 2014b, p. 196). A unidade se mostra possível justamente por ser dom do Espírito (MIRANDA, 1999. p. 95), que iniciou a obra da unidade e a conduzirá até o fim, não do modo como nós a queremos, mas como ele a quer (KASPER, 2016b, p. 50).

A oração pela unidade está enraizada na escuta da Palavra que admite celebrar em conjunto a fé em Cristo. Se se conserva a mesma fé, a sua celebração não apenas pode, mas

deve ser comum, conforme ensinam os primeiros cristãos (At 2,1; 20,7-12.42-47). As orações em comum objetivam o crescimento da unidade no Espírito de Cristo, o que torna o ecumenismo um tipo de espiritualidade que exige e se exprime na “conversão do coração” e “santidade de vida” na “oração pública” (UR 8) (WOLFF, 2015f, p. 999).

A exigência pela mudança de coração e santidade da vida da espiritualidade ecumênica deriva diretamente do apelo de Jesus à conversão. O empenho pela reconciliação e comunhão de todos os cristãos se efetiva quando estes sentem a dolorosa ferida da divisão em seus corações, mentes e preces, tornando-os conscientes do dano provocado à humanidade pelo orgulho, egoísmo, as polêmicas e condenações, pelo desprezo e presunção causados pela divisão dos seguidores de Cristo e, também, despertando-os a um exame de consciência para que reconheçam suas falhas e confiem no poder reconciliador do evangelho. “Somente no contexto de conversão e renovação de mentalidade podem ser curadas as feridas causadas nos laços de comunhão.” (KASPER, 2007, p. 10).

O ecumenismo espiritual requer algo mais amplo do que apenas efetuar a oração em comum. Além da oração, completa seu tripé a conversão de coração e a santidade de vida que representam uma mudança integral da pessoa, uma conversão, que transparece em sua vida, ações e concepções, sempre alicerçadas na oração. Portanto, tratar do ecumenismo espiritual ultrapassa a dimensão dos esforços celebrativos e devocionais (DRUBI, 2004, p. 109-110).

A conversão do coração (UR 7) inicia o processo ecumênico. O movimento ecumênico e o ecumenismo espiritual são processuais, dinâmicos e dialéticos, fazendo constantemente pensar sobre as relações existentes entre os cristãos. A conversão não ocorre pontual, mas estruturalmente ao longo da vida.

> Uma das referências para esta conversão é o arrependimento e o perdão por causa das divisões entre cristãos. [...] Esse arrependimento, portanto, não é fruto de convencimento intelectual, é resultado da ação do Espírito. O ser humano precisa se abrir para a graça de Deus. É a docilidade humana à ação do Espírito Santo. Perdão e arrependimento da separação dos cristãos estão ligados à noção de pecado [...]. O pecado da divisão exige uma tomada de posição do cristão a partir do conhecimento histórico dos conflitos e da reconciliação com Deus e com os irmãos de outras denominações cristãs (DRUBI, 2004, p. 110-111).

Vivenciar o ecumenismo significa viver pelo e no amor. A busca da unidade se constitui num contínuo gesto de amor que transforma constantemente o ser humano. “Esta é a conversão do coração.” (DRUBI, 2004, p. 112).

A santidade de vida também ocorre como um processo de conversão. Enquanto graça divina, a santificação solicita uma posição do ser humano direcionada ao amor, que

encaminha à plenificação da vida cristã. “A vocação à santificação é fruto do amor de Deus.” (DRUBI, 2004, p. 112). Embra a santidade seja uma só, seu exercício não. As formas de desempenhá-la são diversas assim como os dons e as realidades de vida. Independentemente das condições e situações de cada vida, a santificação verifica-se em todos quando cooperam com a vontade de Deus, dentro dos limites de cada um. A possibilidade da prática da santidade se constitui na manifestação do amor com que Deus amou-nos. “Para a santidade existe apenas um caminho: o amor. [...] O discípulo de Cristo é essencialmente amor.” (DRUBI, 2004, p. 112). O amor possui como objeto de influência o próximo. Ele acontece do humano para o humano, inspirado pelo Espírito. Tudo que não conduz ao amor não faz parte do reino de Deus e, por isso, não pode fazer parte da Igreja (DRUBI, 2004, p. 113).

A santidade se apresenta como processo e responsabilidade espiritual. Enquanto processo, ocorre dentro da vida humana e nunca está acabado, exigindo uma busca constante. A espiritualidade não atuará como adicional à vida cristã, mas responsável para que esse processo aconteça; a espiritualidade será a força motriz para busca da santidade, visto que somente ela consegue dar sentido ao processo. Não se pode ignorar os aspectos divino e da fé da santidade, sob o perigo de se errar na direção da busca efetuada. Sobre a responsabilidade espiritual, quando se cria consciência da santidade como vocação de todo cristão e do processo que ela demanda, percebe-se a responsabilidade desse discernimento. A santidade se faz necessária e possível pela graça de Deus, visto exigir uma conversão real, responsável, atuante e transformadora da realidade. Pelos dois conceitos para a santidade apresentados, o cristão vivencia uma espiritualidade lúcida e coesa com o projeto de Cristo que faz crescer o agir de cada um. Este agir está atrelado ao desejo de Cristo para que todas(os) sejam um. A espiritualidade da unidade transpõe a dimensão do transcendente para se concretizar na vida cotidiana de cada um, como uma espiritualidade situada que, em sua concretização na história, aponta para a santidade dos cristãos. A transformação pessoal e dos relacionamentos pela espiritualidade ecumênica necessita da oração. Na oração pessoal e conjunta assimila-se o paradigma ecumênico de maneira positiva e construtiva no coração dos cristãos (DRUBI, 2004, p. 113-114).

Os cristãos têm consciência que na problemática ecumênica existe um acordo implícito e o discernimento de que as divisões entre eles – o passado polêmico e as excomunhões mútuas, os problemas doutrinais e teológicos, as barreiras psicológicas – são humanamente insuperáveis e que a unidade constitui-se em obra divina. De tal convicção brota uma atitude orante, na espiritualidade ecumênica, que compreende a eficácia da oração para a reconciliação entre os cristãos. A espiritualidade ecumênica tem como características

básicas a totalidade de intenção, o sentimento de urgência extrema para com a causa da unidade: o sofrimento ante a vista do “Cristo roto”; a alegria na ciência de que se está nas mãos de Deus que almeja a reconciliação dos seus filhos; e a fraternidade, pois os orantes sentem-se mais próximos, mesmo que não tenham atingido a totalidade de seu desejo (NAVARRO, 2006, p. 134).

O desenvolvimento de uma atitude orante para a unidade dos cristãos deve-se, também, à convicção de que o ecumenismo não se constitui meramente no estabelecimento de relações externas entre as igrejas, mas tem que ver com a fidelidade evangélica a que foram chamadas a observar cada Igreja e cada cristão. Esta percepção faz reconhecer que nos processos ecumênicos se está em causa, antes de qualquer coisa, uma atitude profundamente espiritual (UR 7-8; UUS 15, 82). “Falar de ecumenismo espiritual é renovar a consciência de que a tarefa da unidade cristã é fundamentalmente um dom de Deus, não é simplesmente obra nossa.” Faz-se necessário lembrar, por extensão, que a aproximação dos cristãos pela unidade não se constitui como “simples fruto do nosso saber, dos nossos cálculos ou dos nossos [projetos]. Afinal, está em causa aqui uma transformação profunda de mentalidades e de corações que não pode resultar simplesmente de estratégias humanas, por mais bem pensadas que elas sejam.” (PINHO, 2011, p. 125).

Os esforços humanos, no entanto, são essenciais. O entendimento de que a unidade a alcançar se constitui como dom divino não atenua aquilo que podemos realizar, mas convoca a devotar mais sentido à nossa responsabilidade na busca de fidelidade a Deus. Na busca da unidade está em questão um processo de conversão do ser e transformação estrutural como dom de Deus, que antecede, acompanha e conduz os esforços humanos (PINHO, 2011, p. 125-126).

Ainda que o passado nos condicione, também se deve ao nosso pecado, tanto individualmente como em comunidade, a atual realidade de divisão. A mudança exigida de nós não constitui em tarefa fácil, pois, com frequência, os problemas de controvérsia giram em torno de si mesmos, visto que por conta de nossa verdade e das nossas evidências, há pouca abertura à percepção da posição do outro. Os cristãos, hoje, estão “longe de avaliar o contratestemunho cristão que a [atual] separação representa. Também nós continuamos a manter-nos em mentalidades confessionalistas que não dão espaço, no nosso coração, a um verdadeiro reconhecimento dos outros no seu valor” (PINHO, 2011, p. 126). No contato ecumênico com o outro, cada qual não deve procurar, simplemente, provocar a conversão do outro, mas buscar a conversão de si próprio, ao reconhecer suas culpas e omissões, examinando a consciência para vencer sua incapacidade de autocrítica. Nesta busca espiritual,

a oração enquanto abertura do coração ao pedido de Deus por unidade ocupa lugar de destaque no ser cristão. Na oração em comum os cristãos colocam-se disponíveis a escutar a Palavra de Deus e abrir seu espírito para uma mudança de ações em prol do diálogo.

A oração pela unidade leva os cristãos a olharem para o reino de Deus e para a unidade da Igreja de maneira nova, aprofundando seus vínculos de comunhão e permitindo enfrentar corajosamente as memórias dolorosas dos confrontos entre as igrejas e o peso das fraquezas humanas e sociais (KASPER, 2007, p. 9-10). “Em todas as fases da história, os principais construtores da reconciliação e da unidade são pessoas de oração e contemplação, que inspiram os cristãos divididos a renovarem o compromisso de trilhar o caminho da unidade.” (KASPER, 2007, p. 10).

Orar pela unidade acentua uma concepção específica de unidade da Igreja, afastada do enunciado doutrinal que a discute a partir das divergências doutrinais e institucionais. Sem dispensar suas convicções particulares nem renunciar sua fidelidade denominacional, ao se aproximar da oração de Cristo, os cristãos adquirem consciência de que a intenção divina supera tudo o que pensam os indivíduos e as igrejas. A oração ecumênica não pode pedir que se reduza os outros à nossa unidade, mas que Deus concretize a unidade que ele quer através dos meios que ele escolher. Não se trata de um volta dos cristãos ao ponto em que se separaram, mas de uma progressão paralela na busca de tornar mais autêntica sua vida cristã por meio do contato renovado com a fonte da unidade. O fim das divisões poderá ocorrer quando os cristãos, avançando em conjunto ao encontro do Senhor, em uma conversão progressiva, impulsionados por contatos recíprocos, introduzam-se completamente na oração de Cristo pela unidade de sua Igreja (SPINSANTI, 1989, p. 307).

“Nenhum cristão sensível aos problemas da Igreja poderá negar a preciosa contribuição da corrente de pensamento e de ação conhecida pelo nome de ‘ecumenismo espiritual’ em favor da causa ecumênica em geral.” (SPINSANTI, 1989, p. 307). Considera-se o ecumenismo espiritual como uma colaboração específica à unidade dos cristãos e irredutível ante outras formas de atividade ecumênica, como os encontros institucionais e as discussões teológicas. A oração dos cristãos pela unidade possibilita que adquiram uma compreensão mais profunda e espiritual, mais consoante com o Espírito de Jesus, de sua própria existência. Na espiritualidade ecumênica, a fidelidade confessional não perde o sentido, mas impulsiona a conhecer e apreciar a pluralidade das espiritualidades para enriquecimento próprio. A espiritualidade ecumênica não reduz as igrejas a um mínimo denominador comum, o que acarretaria em perda das características singulares das diferentes confissões (SPINSANTI, 1989, p. 308).

3.7.1 Conversão, diálogo e serviço como dimensões da espiritualidade ecumênica

Ao considerar que o pluralismo enriquece todas as igrejas que se colocam em diálogo, a espiritualidade ecumênica agrupa-se em três dimensões: a conversão, o diálogo e o serviço. Embora o movimento ecumênico possua dimensões permanentes, como o diálogo doutrinal e o serviço comum ao mundo, sente-se a necessidade de encontrar o ponto central do ecumenismo. *Unitatis redintegratio*[74] (2) aponta tudo o que pode ser feito em conjunto no plano ecumênico, como os diálogos entre teólogos especializados e a cooperação na esfera social, antepondo, todavia, o ecumenismo como reforma da Igreja e renovação dos cristãos individualmente, lembrando que, antes de ser coisas que podem ser feitas, o ecumenismo se constitui em uma atitude interior, uma disposição de ânimo; aqui está seu núcleo (SPINSANTI, 1989, p. 310-311). "O autêntico ecumenismo não ocorre sem a conversão interior. Porque é da renovação interior, da abnegação própria e da liberalíssima efusão da caridade que brotam e amadurecem os desejos de unidade" (UR 7).

A conversão de que trata a espiritualidade ecumênica não se limita à transformação dos costumes, mas relaciona-se com o que o Novo Testamento chama de *metanoia*, o abandono da autossuficência humana e da busca de si para uma radical orientação a Deus e ao cumprimento de sua vontade, uma mudança no modo de pensar e uma inversão da hierarquia de valores a partir da fé. "Neste nível, o ecumenismo apresenta-se como movimento espiritual em sua essência íntima: 'espiritual', ou seja, obra do Espírito. A *metanoia* não é produto da boa vontade do homem, e é preciso pedi-la na oração." (SPINSANTI, 1989, p. 311). Renovação, reforma, conversão, santidade e comunhão com Deus são exigidos das igrejas que escolher trilhar o caminho do ecumenismo. A conversão significa concentração em Cristo. *Metanoia* evangélica significa mudar o curso da vida para seguir a Jesus. Um dos maiores frutos da espiritualidade ecumênica está em garantir para Cristo o centro da doutrina, da pregação e da vida da Igreja. As elaborações doutrinais sobre Jesus Cristo enquanto verdadeiro Deus e ser humano precisam formar uma nova e atual compreensão de sua pessoa e obra.

> Todas as igrejas têm de responder com honradez intelectual à pergunta: quem é para nós Jesus Cristo *hoje*? As velhas polêmicas confessionais mostram-se absolutamente anacrônicas quando os cristãos se situam diante do problema que toca a todos eles: como levar juntos ao mundo atual, em sua linguagem própria, o anúncio da salvação

[74] Também uma carta magna do ecumenismo (BIZON, 2013, p. 286).

> de Jesus Cristo. Para proclamar com fidelidade e credibilidade a mensagem da salvação cristã ao mundo de hoje, precisa-se da união das forças [...]. A conversão ecumênica do coração torna possível a superação do cioso particularismo com que cada confissão conserva seus dons próprios, e a abertura à integração de outros cristãos. (SPINSANTI, 1989, p. 311, grifo do autor).

O diálogo, segunda dimensão da espiritualidade ecumênica – momento da espiritualidade cristã –, se constitui em tarefa para todos os cristãos, um lugar exigente, em que se aprendem as leis basilares da existência "no Espírito". No diálogo enquanto lugar privilegiado, o cristão se descobre como "nova criatura" gerada pelo dom do Espírito, que ensina-o as "regras do jogo" que comandam a experiência religiosa que segue os passos de Cristo. A interpessoalidade se apresenta como a primeira característica do diálogo – no encontro, no reconhecimento do valor e dignidade do outro como pessoa. A reciprocidade da escuta e da resposta, o questionamento e o deixar-se questionar, o se pôr à disposição e o acolher demandam a igualdade dos parceiros de diálogo. A reciprocidade só existe em bases de igualdade. Para dialogar, não pode haver indiferentismo doutrinal, mas a privação de juízos sobre a fidelidade ao evangelho dos interlocutores no diálogo, o reconhecimento mútuo da incorporação em Cristo e a inserção em certa comuhão recíproca. Na paridade de posições, sem privilégios, em um processo espiritual que não se limita a regras que deem margem à imposição de uma parte à outra, mas na reciprocidade do caráter interpessoal do encontro, o diálogo conduz seus participantes ao Mistério e possibilita-se o acontecimento fundamental da experiência religiosa, o encontro na fé com o Deus que se revela. "A lógica do diálogo é, pois, a própria lógica do *colloquium salutis* que Deus mantém com o homem. Para compreender o outro, é necessário ânimo bem disposto e atitude de simpatia e de disponibilidade." (SPINSANTI, 1989, p. 312). Sem rejeição de uma atitude de poder e autoafirmação ante o outro, não há possibilidade de se estabelecer um verdadeiro encontro. Tal exigência do diálogo não pode ser banalizada como se fosse somente uma oferta de boa vontade de um grupo para o outro. Esta disposição espiritual apenas se torna possível através da oferta de si mesmo ao Espírito, o único capaz de alterar a propensão humana de referir tudo a si. Só a *metanoia* possibilita uma transformação radical, essencial para o encontro com o outro.

O conhecimento do outro alcançado no diálogo insere o dialogante na dimensão do crescimento, onde o diálogo se configura como antítese da polêmica. Nas polêmicas tende-se a atribir ao próprio pensamento, de maneira preconceituosa, a qualidade de ser justo, e se observa nos participantes da polêmica uma dificuldade em superá-lo. Em contrapartida, o diálogo encaminha-se para um futuro aberto, derrubando preconceitos e fórmulas prontas, permitindo que se consigam melhores informações sobre a fé, a tradição e as riquezas da vida

cristã do outro. O diálogo também possibilita um melhor conhecimento de si, em uma dinâmica que permite a superação dos limites subjetivos. “Ao conhecer o outro, toma-se consciência de que este ou aquele aspecto do patrimônio próprio é unilateral e que deve ser completado por outros aspectos mais bem valorizados pelas outras igrejas.” (SPINSANTI, 1989, p. 313). Pelo diálogo, as igrejas avançam para uma maior perfeição. Acolhem a unidade plena como grande dom a ser concedido por Deus na hora e do modo como ele quiser. O conhecimento recíproco adquirido e amadurecido no diálogo faz com as igrejas prosperem na participação do mistério da unidade. O diálogo ensina que “chamados à esperança escatológica, os discípulos de Cristo estão imersos em movimento que os faz transcenderem as expressões históricas contingentes da fé.” (SPINSANTI, 1989, p. 313). Numa paráfrase das palavras de Jesus a Natanael (Jo 1,50) pode-se afirmar que no diálogo ecoa a promessa de que veremos “maiores coisas do que estas”.

Em relação ao serviço, terceira dimensão da espiritualidade ecumênica, muitos cristãos se perguntam hoje se não se fala muito em ecumenismo e pouco se age. Mesmo no atual estado de divisão dos cristãos, uma série de objetivos no campo da confissão comum de fé e da cooperação no campo social poderia ser alcançada em conjunto. A confissão de fé como testemunho se dá através da Palavra. Os conteúdos de fé comuns a todos os cristãos, como o mistério da Trindade, a encarnação e a esperança escatológica do reino são fundamentos, se mostram mais próximas entre as diversas igrejas. As Escrituras possuem lugar privilegiado no testemunho comum da fé. A tradução e propagação comum da Bíblia constituem esforços práticos que pode ser empreendidos por todos os grupos cristãos.

No campo social, a cooperação forma outro modo de testemunho da fé única dos cristãos que os vincula acima de qualquer divisão confessional (SPINSANTI, 1989, p. 314). “[...] as questões sociais podem servir como mediadoras do diálogo teológico-doutrinal, na medida em que favorecem a aproximação das diferentes igrejas.” (WOLFF, 2018a, p. 181). Se para todos os seres humanos e, em específico, aos cristãos, a condição dos irmãos oprimidos ou necessitados interpela-os à ação, no caso do cristão este serviço se configura como um imperativo da fé. “Os cristãos cumprem melhor este mandamento quando prestam serviço [aos seres humanos] sem estarem confessionalmente divididos, mas sim inseridos num trabalho comum.” A Igreja cumpre seu papel enquanto comunidade de serviço ao percorrer os mesmos passos que Cristo. “Por este caminho da emulação fraterna em lavar os pés dos últimos, seguindo o exemplo de Cristo, os crentes se aproximam reciprocamente e descobrem uma unidade que as divergências doutrinais não permitiriam supor.” (SPINSANTI, 1989, p. 315).

As possibilidades de colaboração entre os cristãos no campo social são ilimitadas, tal quais as necessidades da humanidade e a imaginação criativa conduzida pelo amor. No entanto, não há orientações concretas que possuam validade universal. Deve-se, em nível local, observar as demandas e propor objetivos viáveis de serem alcançados através da cooperação, conforme a maturidade ecumênica de cada contexto. "Ser ecumênico hoje exige entrar nesta nova sensibilidade, que, além do mais, corresponde ao horizonte cristão originário. Na realidade, é incontestável que, desde o princípio, o evangelho foi destinado à *oikoumene*, isto é, a todo o mundo habitado." (SPINSANTI, 1989, p. 315).

Por ser uma espiritualidade, o ecumenismo se constitui em modo de experienciar o Espírito na vida cristã e eclesial. O Espírito abre caminhos de encontro, diálogo e interação entre as diferenças, criando convergência e reconciliando os antagonismos. "Espiritualidade ecumênica é disponibilidade para acolher e responder aos apelos que o Espírito provoca diante da situação de divisão dos cristãos." (WOLFF, 2014b, p. 127). Por ser uma ação do Espírito em nós, o ecumenismo brota de dentro do ser. O Espírito outorga o dom interior do amor que se exterioriza em atos de diálogo, reconciliação, paz e comunhão (WOLFF, 2014b, p. 128).

Apenas o amor divino edifica a comunhão. No ecumenismo, chama-se à santidade de vida, presente no esforço de conversão que conduz ao reconhecimento da própria culpa pela divisão da Igreja e na capacidade de perdoar e pedir perdão; na comunhão da vida com Deus e todos seus filhos; na vivência gratuita, incondicional e sem predileção do amor; no serviço solidário aos que sofrem; na simplicidade da *kenosis* de si para a construção de espaços de acolhida; na superação da intolerância, hostilidades, perseguições e divisões; no espírito de sacrifício; pela opção de fé, única que assegura a unidade; na Palavra de Deus para que haja "um rebanho e um pastor" (Jo 10,16), fazendo do ecumenismo um movimento do Espírito da reconciliação e da comunhão. Introduzir-se no movimento ecumênico significa entrar na dinâmica do Espírito que "sopra onde quer" (Jo 3,8), sem ter certezas na caminhada e do lugar de chegada. Há somente a segurança da fé de se trilhar o caminho correto. "[…] ecumenismo é ir além do *status quo* das igrejas. É viver na utopia do reino, no qual todos serão reconciliados em Cristo. O ecumenismo tem uma dimensão escatológica que se realiza plenamente quando Cristo for 'tudo em todos'. A unidade não é fim, mas meio." (WOLFF, 2014b, p. 128-129).

Outros elementos fundamentais da espiritualidade ecumênica são, primeiro, sua gratuidade e espontaneidade, visto serem frutos da ação do Espírito que concede a unidade enquanto dom. Não há como se conquistar a unidade, mas acolhê-la. Ela não pode ser forçada

ou direcionada. Por isso o ecumenismo se caracteriza como dom, vocação e graça para a Igreja. Segundo, a espiritualidade ecumênica se constitui em exigência de organização para sua vivência. Explicita-se aqui a condição de compromisso e responsabilidade da causa ecumênica. Mesmo que a unidade seja dom do Espírito e não fruto do movimento ecumênico, deve-se abrigá-la e administrá-la. "Ecumenismo é um ato de amor e gratuidade, de fidelidade e responsabilidade. Eis [porque] ecumenismo é diálogo" (WOLFF, 2014b, p. 129), pois aproxima as diferentes espiritualidades vividas no meio cristão, possibilitando interação, intercâmbio e partilha das riquezas do Espírito. Seremos imperfeitos e limitados enquanto não chegarmos à plena comunhão na verdade do evangelho. Ser peregrino no caminho da unidade, da verdade maior, Cristo e seu evangelho, onde se encontra a comunhão, faz-se condição para entender-se limitado e necessitado de perfeição e em processo de conversão que requer sacrifícos individuais e comunitários.

Tão somente as estruturas ecumênicas não conseguem fazer avançar o ecumenismo na Igreja. Elas dependem de capacitação dos interessados, pois o fazer ecumênico se constitui como um carisma, uma vocação e um ministério de reconciliação, dom divino, que formam a identidade e o agir cristão. "Ora, tudo provém de Deus, que nos reconciliou consigo mesmo por meio de Cristo e nos deu o ministério da reconciliação" (2Cor 5,18). O ecumenismo se constitui em um *modus essendi* que ganha expressão no projeto de vida cristã e eclesial que procura contribuir à realização da vontade divina para que "todos sejam um […] para que o mundo creia" (Jo 17,21) (WOLFF, 2014b, p. 122).

A IASD fecha-se ao diálogo por formatar e tratar sua crença fundamental sobre a unidade da Igreja em perspectiva *ad intra*; por insistir em confundir unidade com uniformidade; e por negligenciar a fundamentação bíblica de unidade que norteia o diálogo. A proposta de unidade tencionada pelo movimento ecumênico fundamenta-se na Bíblia, essencial no trabalho pela unidade cristã, e se constitui em uma preocupação contínua de Jesus, expressa em ações concretas, como o diálogo com pessoas de diferentes credos, gêneros e culturas, a recondução dos dispersos, e consolidada em oração na véspera de sua morte (Jo 17,21). As Escrituras comparam a unidade da Igreja com o corpo de Cristo (1Cor 12,12-30). Para progredir e denunciar o escândalo da divisão dos cristãos, a obra ecumênica precisa ser desenvolvida naquilo que forma seu centro, sua alma e coração: a conversão pessoal e a renovação institucional da Igreja, a santidade de vida e a oração pela unidade cristã, a espiritualidade ecumênica – e transformada em diálogo e serviço ao mundo.

4 O ECUMENISMO E O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO NA TEOLOGIA E DECLARAÇÕES DA IGREJA ADVENTISTA

Expõe-se aqui a visão e o relacionamento da Igreja Adventista com CNI e o CMI, sua declaração sobre o movimento ecumênico, a avaliação adventista sobre unidade, crença, Escrituras, missão e liberdade religiosa como compreendidas pelo ecumenismo, os limites da disposição adventista em cooperar com o movimento ecumênico – visto não querer efetivamente tornar-se membro de organizações ecumênicas –, as diretrizes da IASD para orientar o relacionamento dos adventistas com as demais igrejas e organizações cristãs e os conselhos do espírito de profecia para o contato com outras igrejas e suas lideranças. Analisa-se como a *Revista Adventista* refletiu teológica e criticamente o ecumenismo e o diálogo inter-religioso entre 1906 e 2018.

4.1 O RELACIONAMENTO DA IGREJA ADVENTISTA COM ORGANIZAÇÕES ECUMÊNICAS

Desde seus primórdios, a Igreja Adventista se preocupa com a desunião cristã e defende uma unidade baseada nos ensinos das Escrituras e nas crenças e práticas da Igreja apostólica. Para os adventistas, a unidade transcende a organização da Igreja visível e sua missão consiste em proclamar o evangelho a todo o mundo (FORTIN, 2018c, p. 822). Todavia, a reflexão da teologia adventista sobre a unidade concentra-se em sua dimensão intraeclesial. A despeito de, por vezes, se esforçar para impulsionar cordiais relações com outras igrejas, os adventistas não aderiram formalmente ao CMI ou outros organismos ecumênicos regionais. A Igreja Adventista considera que participar de organizações ecumênicas pode colocar em risco suas atividades missionárias, a liberdade para anunciar sua mensagem (FORTIN, 2018c, p. 822) e exigir concessões em relação às suas crenças (SCHWARZ; GREENLEAF, 2009, p. 457).

Conforme sua inamovível posição pela separação entre Igreja e Estado, os adventistas resistem em se associar a atividades e organizações ecumênicas que apresentam qualquer faceta ou intenção política. Além disso, a Igreja Adventista fundamenta seu relacionamento com outras denominações em sua compreensão profética de que, no fim dos tempos, grande parte das igrejas renunciará ensinos capitais das Escrituras, como a observância do sábado bíblico enquanto dia de descanso e a imortalidade condicional da alma, unindo-se contra esses

preceitos e impondo seus posicionamentos sobre a consciência dos cristãos ao redor do mundo (FORTIN, 2018c, p. 822).

Historiadores da Igreja Adventista (SCHWARZ; GREENLEAF, 2009, p. 451) situam o surgimento do movimento ecumênico moderno em 1908, na criação do Conselho Federal de Igrejas de Cristo nos Estados Unidos, formado por 25 denominações que representavam cerca de dois terços dos protestantes estadunidenses e visavam empreender reformas sociais e políticas no país. Os adventistas se mantiveram distantes da organização, entendendo que não podiam participar de movimentações eclesiais que objetivavam "recriar o reino de Cristo" e por temer o papel que o ecumenismo poderia desempenhar nos últimos dias da história do mundo, baseado nos acordos que seguiram a sessão organizadora do conselho – propunha-se, por exemplo, por meios legislativos, a promoção o domingo como dia de adoração, num conflito com uma emenda que acomodava no conselho os cristãos que observavam o sábado; a proposta, ao fim, foi rejeitada por ampla maioria dos delegados.

Ainda que o intento do acordo fosse reconhecer, ao invés dos adventistas, os batistas do sétimo dia, *The Advent Review and Sabbath Herald*, principal periódico da IASD, alertava que uma união entre Igreja e Estado podia estar prestes a acontecer e que os adventistas poderiam ser perseguidos. Por mais que os temores não se concretizassem, a Igreja Adventista demonstrou a mesma desconfiança com a formação do CMI em Amsterdã, Holanda, em 1948. *The Advent Review and Sabbath Herald* especulava que o novo organismo poderia comprometer os princípios do protestantismo e se transformar em uma arma contra a verdade divina (SCHWARZ; GREENLEAF, 2009, p. 451).

Quando o antigo Conselho Federal de Igrejas de Cristo nos Estados Unidos se reorganizou no Conselho Nacional de Igrejas de Cristo nos Estados Unidos (geralmente identificado como Conselho Nacional de Igrejas, CNI), o editor da *The Advent Review and Sabbath Herald*, Francis D. Nichol, apresentou outros motivos para a recusa dos adventistas em participar da entidade. Após negar que a direção do CNI objetivasse dominar o mundo religioso, destacou que os ensinos e a missão adventista impediam que a Igreja se unisse a qualquer entidade ecumênica. Entre as diferenças "irreconciliáveis" entre os adventistas e outras denominações estavam o sábado, as crenças sobre a origem da vida e a natureza do ser humano, a compreensão escatológica e a convicção adventista da responsabilidade de alcançar o mundo com uma mensagem distinta (SCHWARZ; GREENLEAF, 2009, p. 451-452).

As diferenças na interpretação bíblica não constituem a única justificativa para o impedimento dos adventistas em participar ativamente do movimento ecumênico. Embora a

finalidade dos conselhos ecumênicos estivesse na cooperação em vez da concorrência, a proposta desses organismos em dividir o mundo em áreas de evangelização designadas a organizações missionárias denominacionais individuais na Conferência Missionária Mundial de Edimburgo (1910), somando-se o "espírito do ecumenismo" antiproselitista, contrastava com o convencimento dos adventistas de sua convocação divina para alertar todo o mundo sobre "verdades específicas; com seu conceito de uma comissão de alcance mundial, não podiam aceitar a [ideia] de serem excluídos de grandes áreas do mundo." (SCHWARZ; GREENLEAF, 2009, p. 452).

Mesmo mantendo tais posicionamentos, a Igreja Adventista conserva um "contato amigável" com o CMI. A cada assembleia do conselho, a Associação Geral dos adventistas envia observadores com credenciais que possuem reserva de assentos. Um representante da editora dos adventistas nos Estados Unidos, a *Review and Herald*, assiste as reuniões como membro do gabinete de imprensa (SCHWARZ; GREENLEAF, 2009, p. 452). Nas assembleias do CMI de 1983, em Vancouver, Canadá, e 1991, em Canberra, Austrália, os jornalistas adventistas "testemunharam uma preocupação intensificada com questões sociais e políticas." Embora entendendo que essas pautas possuíam legitimidade, "acreditavam que a atenção nesses assuntos parecia desproporcionalmente grande e afastava a igreja da missão de evangelizar." (SCHWARZ; GREENLEAF, 2009, p. 453).

A postura do CMI de incluir problemas sociais em sua pauta evangelística, bem como a divisão do conselho no tocante a finanças, teologia, questões políticas e sociais, "evidente" a partir da década de 1960, "confirmava a convicção da Associação Geral de que ser membro dessa organização não favorecia os melhores interesses dos adventistas do sétimo dia", que relacionam esses acontecimentos com a crença escatológica da união das igrejas para impor o domingo como dia de adoração religiosa antes do retorno de Cristo. "O fato de que a Igreja católica romana declinasse consistentemente de ser membro do Conselho Mundial das Igrejas não reduzia a dúvida adventista acerca da organização como um possível instrumento de coerção." (SCHWARZ; GREENLEAF, 2009, p. 453).

Mesmo com ressalvas, a Igreja Adventista admite que o movimento ecumênico produz "*efeitos secundários* benéficos" (SCHWARZ; GREENLEAF, 2009, p. 453, grifo nosso), como, por exemplo, quando o CMI, em 1960, incentivou suas igrejas-membro a enfatizar entre os cristãos o estudo da Bíblia – ao mesmo tempo em que crescia o interesse pelo estudo das Escrituras na Igreja católica, manifesto na recomendação do Vaticano II da leitura da Bíblia a todos os fiéis. "Os adventistas deram as boas-vindas a esse novo interesse que, eles tinham certeza, facilitaria o caminho para a proclamação das três mensagens angélicas."

Embora inquieta com a “preocupação prevalecente do CMI com assuntos sociais” (SCHWARZ; GREENLEAF, 2009, p. 453), os líderes adventistas também encorajaram seus membros a se unirem, dentro das possibilidades, a outros cristãos em ações humanitárias, como em dias de oração. Muitos pastores adventistas que se aliaram a associações ministeriais locais consideram ter se beneficiado da união com outras lideranças religiosas.

A Associação Geral estava afiliada a várias subdivisões do CNI. Após deixar de ser membro da Conferência de Missões Estrangeiras da América do Norte em 1950, a Igreja Adventista permaneceu como consultora do órgão, intercambiando informações e ideias favoráveis à Igreja. Os adventistas fizeram parte, também, da Comissão de Radiodifusão e Filmes do CNI. Em 1996, Betty Cooney, membra da IASD, presidiu a organização – então chamada Comissão de Comunicação, responsável por acolher os grupos religiosos que desejavam tempo de transmissão gratuito nas principais redes de televisão do país. Quando o CMI ou o CNI criavam comissões técnicas ou comitês cuja participação agregaria experiência útil para a missão dos adventistas, os dirigentes da Igreja aderiam. Assim ocorreu na Comissão de Serviço Mundial da Igreja do CNI, que empreendia esforços humanitários em regiões afetadas por desastres naturais ou guerras (SCHWARZ; GREENLEAF, 2009, p. 454).

Entre 1965 e 1972, dirigentes da IASD iniciaram um intercâmbio de opiniões com a sede do CMI. Entre as discussões, tratou-se do “ponto de vista peculiarmente adventista de considerar-se como líder de um movimento divinamente ordenado para ‘sair’ do mundo cristão comum.” (SCHWARZ; GREENLEAF, 2009, p. 454). Bert B. Beach, na época secretário de liberdade religiosa da Divisão Norte-Europeia e da África Ocidental, apontou que após o término das reuniões os cristãos europeus adquiriram uma percepção mais clara da Igreja Adventista como uma força religiosa de respeito e uma denominação cristã genuína. Os adventistas se incluem entrem as igrejas que, por conta “de sua preocupação com a verdade escriturística”, manifestam reservas e temores a várias questões ecumênicas, como a compreensão do governo da Igreja, a forma do ministério, “o fantasma da superigreja” (DEDEREN, 2011a, p. 638) e a suposta omissão do movimento ecumênico com a missão.

4.2 DECLARAÇÃO ADVENTISTA SOBRE O MOVIMENTO ECUMÊNICO

A Igreja Adventista possui apenas uma declaração sobre o movimento ecumênico. Publicada pela primeira vez como *Seventh-day adventists and the ecumenical movement* no *Pattern for progress: the role and function of Church organization*, com autoria de Walter R. Beach e Bert B. Beach, ele foi preparada por Bert B. Beach e divulgada na assembleia da

Associação Geral de 1985, realizada em Nova Orleans, Louisiana, Estados Unidos (AG, 2012, p. 151). A declaração foi publicada também no *Statements guidelines and other documents* pelo Departamento de Comunicação da sede mundial dos adventistas (AG, 2010, p. 218-228). Em português, ela foi publicada no *Declarações da Igreja: aborto, assédio sexual, homossexualismo* (sic), *clonagem, ecumenismo e outros temas atuais* (AG, 2012, p. 141-151).

A Comissão Administrativa da Associação Geral nunca votou uma declaração oficial sobre a relação entre a IASD e o movimento ecumênico. Ainda que não exista uma posição oficial, há inúmeras "claras indicações" sobre a visão adventista presentes em vários artigos e publicações da Igreja, como a *Adventist Review*, principal periódico adventista dos Estados Unidos, e num livro detalhado sobre o assunto, o *Ecumenism: boon or bane?* (BEACH, 1974). De maneira geral, "embora a Igreja Adventista não condene completamente o movimento ecumênico e sua principal manifestação organizacional, o [Conselho] Mundial de Igrejas, ela tem criticado vários aspectos e atividades do movimento." (AG, 2012, p. 141).

A Igreja Adventista reconhece que o ecumenismo tem "objetivos louváveis e algumas influências positivas"; que nenhum adventista pode se opor à unidade cristã pela qual Cristo orou e que o ecumenismo objetiva; que o movimento ecumênico promove relações amáveis entre as igrejas, priorizando o diálogo em detrimento da crítica, e remove preconceitos infundados; que tem fornecido informações mais corretas e atualizadas sobre as igrejas, através de suas organizações e atividades; que tem atuado em favor da liberdade religiosa e dos direitos humanos, lutado contra o racismo e direcionado a atenção para as implicações socioeconômicas do evangelho. Mesmo com boa intencionalidade e apresentando "alguns" frutos "aceitáveis", a Igreja considera que, no geral, os problemas causados pelo ecumenismo superam os benefícios (AG, 2012, p. 141).

A Igreja Adventista considera ter surgido na história como resposta ao chamado divino, crendo, "se espera que seja sem orgulho ou arrogância", de se constituir no movimento do advento divinamente encarregado de anunciar o evangelho eterno, o último chamamento divino, profetizado no Apocalipse. Em sua autocompreensão profética, "a Igreja Adventista vê-se a si mesma como o movimento 'ecumênico' escatologicamente orientado de Apocalipse." (AG, 2012, p. 141-142). A partir do "'chamado' dos filhos de Deus dos corpos eclesiais 'caídos'" que, acredita-se, futuramente, farão oposição religiosa organizada contra os mandamentos divinos, há um "chamado" positivo para união em um movimento mundial, "ecumênico", cujas principais características são a "fé em Jesus" e a observância dos "mandamentos de Deus" (Ap 14,12), conforme apregoado pela teologia adventista. A declaração opõe o modelo de união proposto pelo CMI, cuja "ênfase é primeiramente sobre

‘entrar’ para uma comunhão de igrejas e então, esperançosa e gradualmente, ‘sair’ da desunião corporativa”, com o da IASD, que valoriza, primeiro, “‘sair’ da desunião e confusão babilônica e então imediatamente ‘entrar’ para uma comunhão de unidade, verdade e amor dentro da família adventista que circunda o globo.” (AG, 2012, p. 142).

Antes de relacionar alguns dos problemas que os adventistas encontram no ecumenismo, a declaração expressa que o fato do movimento não ser monolítico em seu modo de pensar já constitui, em si, um problema. As referências críticas feitas ao ecumenismo se baseiam no que os adventistas consideram ser o pensamento geral observado no CMI (AG, 2012, p. 142). Por centrar suas críticas no CMI, ao que tudo indica, em seu parecer, a declaração ignora outros organismos, estruturas e representações ecumênicas.

4.2.1 A compreensão ecumênica de unidade, crença, Escrituras, missão e liberdade religiosa na avaliação adventista

Sobre a compreensão ecumênica de unidade, a teologia adventista defende que o “Novo Testamento apresenta uma unidade eclesiástica qualificada baseada na *verdade* e caracterizada por *santidade*, *alegria*, *fidelidade* e *obediência* ([...] Jo 17:6, 13, 17, 19, 23, 26).” (AG, 2012, p. 142-143, grifos do autor). Para os adventistas, os “ecumentusiastas” parecem ter por certo a unidade orgânica final, bem como a comunhão da maior parte das igrejas, exageram ao realçar o “escândalo da divisão” como se fosse o pecado imperdoável, e ignoram a apostasia e a heresia entre os cristãos. “Contudo, o Novo Testamento mostra a ameaça da inserção anticristã dentro do ‘santuário de Deus’ (2Ts 2:3, 4). O quadro escatológico da igreja de Deus antes da segunda vinda não é o de uma megaigreja reunindo toda a humanidade”, mas da existência de um “remanescente”, formado pelos que “guardam os mandamentos de Deus e têm o testemunho de Jesus” (AG, 2012, p. 143).

A declaração defende que a heterodoxia e os diferentes estilos de vida entre os cristãos justifica a separação das igrejas, o que o CMI desconsidera. Para os adventistas, a divisão e a separação para resguardar e conservar a pureza e a integridade da Igreja e sua mensagem são preferíveis a uma unidade “em mundanismo e erro”. A Igreja demonstra desconforto com a percepção de que os líderes do conselho parecem pouco sublinhar a santificação e o reavivamento espiritual. “Há indicações de que alguns veem tal ênfase como um antiquado resíduo pietista, não um ingrediente vital de uma vida cristã dinâmica. Preferem abafar a piedade pessoal em favor da moralidade social.” (AG, 2012, p. 143). Na compreensão adventista, a santidade pessoal constitui a base da moralidade social e sem legítima conversão

dos cristãos envolvidos, toda tentativa de unidade organizacional se apresenta artificial e pouco relevante.

Sobre a compreensão ecumênica de crença, a declaração critica a tolerância enquanto virtude observada em muitos círculos eclesiais ecumênicos e o ideal ecumênico não dogmático nas crenças, "um tanto fluído em suas opiniões doutrinárias." Considera que a reverência com os modos de crer alheios apenas tem aparência de humildade e não dogmatismo – "exceto aquelas concernentes à unidade ecumênica" –, visto que nos espaços ecumênicos respeita-se "grandemente as crenças dos outros, mas [se] é menos do que rígido sobre sua própria crença." Nesses ambientes, para os adventistas, demonstrar "arrogância religiosa doutrinária" (AG, 2012, p. 143) seria concebido, em perspectiva ecumênica, pecado. Apesar de que tal postura tenha um aspecto louvável, pois humildade e mansidão são virtudes cristãs, e as Escrituras orientem os cristãos a estar prontos para dar razão de sua fé com respeito e boa consciência (1Pe 3,15-16), julga-se que "há nas fileiras ecumênicas um perigo quase implícito de amenidade e relativização das crenças." (AG, 2012, p. 144).

Pela declaração, um dos pressupostos do ecumenismo está em considerar as formulações sobre a verdade das diferentes igrejas relativas e condicionadas ao tempo, portanto inadequadas e parciais, e alguns ecumenistas defendem a necessidade de uma síntese doutrinária entre as denominações, "em uma espécie de abordagem de coquetel." Para os adventistas, o ecumenismo mina as convicções das igrejas, diminuindo seu poder espiritual. "Há o perigo de que a areia movediça ecumênica de amenização doutrinária absolva as igrejas em morte denominacional. É claro que é exatamente por isso que esperam os entusiastas ecumênicos." Os adventistas esperam resistir resolutamente a essas "irresoluções doutrinárias" para não padecer do "autodesarmamento espiritual" (AG, 2012, p. 144) que ameaça mergulhar o mundo em uma era pós-cristã.

Na compreensão ecumênica das Escrituras, os adventistas avaliam que os líderes do CMI desacreditam na normatividade, autoridade e inspiração da Bíblia e enfatizam a diversidade bíblica e a experiência do leitor como intérprete autorizado do texto bíblico, em contraposição ao entendimento da IASD que interpreta a Bíblia como uma unidade, "a infalível revelação da vontade de Deus, a fonte autorizada da verdade doutrinária e o registro fidedigno dos poderosos atos de Deus na história da salvação" (AG, 2012, p. 144). Se aos adventistas são caras as profecias apocalípticas, para os ecumenistas elas "não têm praticamente nenhuma função no tempo do fim. Säo feitas referências pró-forma à parousia, mas não têm nenhuma implicação de urgência e exercem pouco impacto mensurável sobre o conceito ecumênico de missão evangelística" que causa "cegueira escatológica" nos cristãos

(AG, 2012, p. 144-145). Enquanto os adventistas defendem que as declarações da Bíblia "são a Palavra de Deus" que não se coloca à prova, os ecumenistas classificariam o texto bíblico não como Palavra de Deus, mas contendo Palavra de Deus na medida em os seres humanos a respondem e aceitam (AG, 2012, p. 145).

Na compreensão adventista de missão enfatiza-se o evangelismo, o anúncio verbal do evangelho. Para a declaração, o enfoque ecumênico de missão está no estabelecimento da paz e harmonia social. Os adventistas demonstram ter problemas com as abordagens evangelísticas que minoram a proclamação do evangelho da redenção da escravidão do pecado. Ao passo que "o conceito tradicional de salvação" sustendo pelos adventistas aponta para a salvação do ser humano do pecado e para a eternidade, o evangelismo difundido pelo movimento ecumênico estaria preocupado em salvar a humanidade de regimes opressores, da fome, do racismo e da exploração. A Igreja Adventista discorda da valorização de segmentos do CMI no evangelismo que "parece ser sobre a mudança (conversão) das estruturas injustas da sociedade" (AG, 2012, p. 145) por entender que a conversão implica mudanças profundas na vida do cristão através do renascimento espiritual. A IASD questiona o trabalho missionário empreendido pelo ecumenismo como pouco efetivo, menos evangelístico – conforme se concebe, por exemplo, na atuação de Paulo registrada nas Escrituras –, gerado menos crescimento, mas, em contrapartida, declínio no número de membros, com o envio de menos missionários e a entrada de menos recursos financeiros, "principalmente num tempo de esforço islâmico cada vez mais ativo e militante e o despertamento de religiões nativas e orientais." (AG, 2012, p. 146).

Ao contrário do que acontece no evangelismo, a declaração aponta que conselhos ecumênicos como o CMI e o CNI estão "pesadamente envolvidos" em questões políticas, diferentemente da IASD, "muito mais circunspecta [...] em comparação com o evangelismo, onde as posições se invertem" (AG, 2012, p. 146). Para os adventistas há uma série de problemas no envolvimento das igrejas em pautas políticas, visto que a reflexão ecumênica empreendida implica

> (l) a secularização da salvação; (2) um ponto de vista pós-milenial defendendo o aprimoramento político gradual e a melhoria social da humanidade e o estabelecimento por meio do esforço humano, como agentes divinos, do reino de Deus na Terra; (3) a adaptação do cristianismo ao mundo moderno; (4) uma fé utópica evolucionista em progresso; e (5) o coletivismo socialista, favorecendo algumas formas de igualitarismo e o bem-estar dos cidadãos, mas não o materialismo comunista." (AG, 2012, p. 146).

Embora pareça aos ecumenistas que os adventistas nutram uma visão apocalíptica utópica, a declaração contrapõe que ante os problemas sociais, a Igreja Adventista não se mostra apática ou desinteressada, o que se evidencia na sua rede de instituições de saúde e seu sistema educacional ao redor do mundo, bem como no trabalho da Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais (ADRA),[75] que atua em áreas do mundo com necessidades crônicas e agudas (AG, 2012, p. 146-147). Ao indicar que o CMI, às vezes, se envolve em atividades políticas, o adventismo "não deseja ser *enredado* em controvérsias políticas" (AG, 2012, p. 147, grifo do autor), mas advoga a necessidade de separar as atividades dos cristãos individuais enquanto cidadãos do envolvimento das igrejas como instituição na esfera sociopolítica e sua tarefa de apontar a direção bíblica ao invés de defender diretrizes políticas na resolução dos problemas da sociedade.

A declaração destaca, na compreensão ecumênica de liberdade religiosa, que o CMI, em sua primeira assembleia, inseriu a liberdade religiosa na agenda ecumênica, entendida como essencial para a vitalidade da unidade cristã, e exalta a criação, em 1968, de um secretariado para a liberdade religiosa na sede do CMI. Lamenta-se, porém, a ambiguidade da postura do conselho sobre o tema por conta do encerramento do secretariado em 1978, o que seria uma demonstração da falta de prioridade do movimento ecumênico organizado com a liberdade religiosa. Para a Igreja Adventista, o ecumenismo encara a liberdade religiosa, hoje, somente como mais um direito humano e não enquanto garantia fundamental que abrange todos os demais direitos humanos. "Esta é [...] a abordagem usada pela mentalidade secular [que se recusa] a reconhecer a crença religiosa como algo à parte ou acima das outras atividades humanas. Existe o perigo de que a liberdade religiosa perca seu caráter singular [de] guardiã de todas as verdadeiras liberdades." (AG, 2012, p. 147). Chega-se a considerar que a unidade cristã e a liberdade religiosa estão em campos opostos. "De fato, o quadro escatológico dos eventos finais é um quadro dramático de perseguição religiosa, quando as poderosas forças da Babilônia apocalíptica tentam forçar a igreja remanescente a se conformar a um molde de apostasia unificada." (AG, 2012, p. 147-148).

Para os adventistas, alguns ecumenistas admitem facilmente as restrições à liberdade religiosa que atingem os cristãos que possuem uma expressão religiosa ou política diferente, tornando sombrias as perspectivas da liberdade para o futuro. A IASD avalia que as ideranças ecumênicas estariam dispostas, "em situações revolucionárias", a aprovar interferências e

[75] Disponível em: <https://adra.org.br/>.

cancelamentos temporários da liberdade religiosa com o intuito de promover a unidade e o "bem" (AG, 2012, p. 148) da sociedade.

A declaração da IASD sobre o ecumenismo se concentra nas diferenças de compreensão sobre a unidade, de crença, das Escrituras, de missão e evangelismo, da responsabilidade sociopolítica e de liberdade religiosa entre adventistas e ecumenistas e das ressalvas da Igreja sobre o movimento ecumênico organizado (AG, 2012, p. 142-148). Além disso, a posição adventista ante o ecumenismo se funda na compreensão profética denominacional. Em um parecer geral:

> *Olhando para trás*, os adventistas veem séculos de perseguição e manifestações anticristãs do poder papal. Veem discriminação e muita intolerância pelo Estado ou por igrejas estabelecidas. *Olhando adiante*, divisam o perigo de que o catolicismo e o protestantismo se deem as mãos e exerçam poder religioso e político de uma maneira tirânica e potencialmente perseguidora. Veem a fiel igreja de Deus não como uma igreja colossal, mas como um remanescente. Veem a si mesmos como o núcleo deste remanescente e não estando dispostos a se unir com a crescente apostasia cristã dos últimos dias. *Olhando para o presente*, os adventistas divisam sua tarefa como a de pregar o evangelho eterno a todas as pessoas, convidando-as para a adoração do criador e obediente aderência à fé de Jesus e proclamando que é chegada a hora do juízo. (AG, 2012, p. 148, grifos do autor).

Os adventistas confessam que alguns aspectos de sua mensagem não são populares. No entanto, concebem que só conseguirão executar a ordem profética que lhes foi divinamente designada se preservarem sua identidade, motivação, sentimento de urgência e métodos de trabalho (AG, 2012, p. 149).

4.2.2 A cooperação adventista com o movimento ecumênico

Interpelada se deve cooperar ecumenicamente, a Igreja Adventista se mostra disposta na medida em que o evangelho "autêntico" for anunciado e as prementes necessidades humanas sanadas. A Igreja "não quer nenhum envolvimento quanto a tornar-se membro do movimento e recusa quaisquer relações comprometedoras que tendam a enfraquecer o seu testemunho." Porém, os adventistas querem ser "cooperadores conscientes", por considerar que o "movimento ecumênico, como uma agência de cooperação, tem aspectos aceitáveis", embora enquanto agente de promoção da unidade das igrejas, pareça "muito mais suspeito." (AG, 2012, p. 149). A convicção da IASD de ser a Igreja remanescente não diminui sua disposição ao diálogo. A vindicação identitária e missional como o remanescente permite à Igreja ser independente do movimento ecumênico, mas não da possibilidade de diálogo com outros grupos religiosos (MARTINES, 2002, p. 151-153).

Na relação com outras entidades religiosas, a Comissão Administrativa da Associação Geral adotou, em 1926, uma declaração, hoje integrante do *General Conference Working Policy* que possui "significativas implicações ecumênicas." O texto, voltado para o trabalho no campo missionário e as relações com outras "sociedades missionárias", foi posteriormente ampliado para ser útil no trato com outras "organizações religiosas" em geral. Na declaração, os adventistas "reconhecem todas as agências que exaltam a Cristo [...] como uma parte do plano divino para a evangelização do mundo, e [...] têm em alta estima os homens e mulheres cristãos de outras denominações que estão empenhados em conduzir pessoas a Cristo". Recomenda-se o predomínio, no relacionamento com outras igrejas, da "cortesia cristã, a amizade e a justiça" (AG, 2012, p. 149).

A declaração oferece sugestões práticas para evitar dissenções e atritos, deixando claro que os adventistas possuem o dever de salientar em sua obra o segundo advento como um evento que está para acontecer brevemente e preparar "o caminho do Senhor conforme revelado nas Sagradas Escrituras" (AG, 2012, p. 149), comissionamento que os impede de limitar a abrangência de seu testemunho e os incita a chamar a atenção de todos, onde quer que estejam, para o evangelho.

A Associação Geral dos adventistas criou, em 1980, o Conselho sobre Relações entre as Igrejas, para supervisionar e orientar no relacionamento da IASD com outros organismos religiosos. O conselho autoriza, de vez em quando, "conversações" com outras entidades religiosas quando percebe o proveito de tais interações para a Igreja Adventista. A declaração defende que os líderes adventistas devem ser conhecidos como "construtores de pontes" entre as igrejas, ainda que seja mais fácil destruí-las por meio de ações eclesiásticas irresponsáveis. "Os adventistas não foram chamados para viver em um gueto murado, conversando somente consigo mesmos, publicando principalmente para si mesmos, mostrando um espírito sectário de isolamento." Viver em uma fortaleza pode ser mais confortável e seguro "com todas as pontes giratórias da comunicação removidas." (AG, 2012, p. 150).

Os adventistas entendem que sua condição de observador-consultor se constitui na melhor maneira de se relacionar com os diversos conselhos ecumênicos de igrejas, por possibilitar que a Igreja se mantenha informada e compreenda as tendências ecumênicas, conheça lideranças e pensadores cristãos e oportunize à IASD estar presente e fazer conhecidos seus posicionamentos. A Igreja não almeja tornar-se membro de organismos ecumênicos por entender que eles não são neutros em seus objetivos e planos de ações, que enveredam para a defesa de questões sociopolíticas. Os adventistas veem pouca utilidade em atuar em tais espaços. "Haveria pouco proveito em ser um membro indiferente (na melhor das

hipóteses) ou um membro nominal (como são muitas igrejas-membros) ou estar em frequente oposição (como inevitavelmente seria o caso).” (AG, 2012, p. 150).

Não obstante, em níveis locais, tratando-se de problemas mais práticos e menos teológicos, se concebe a possibilidade de pertencimento dos adventistas, com cautela, a associações ministeriais, fraternais, grupos de estudo da Bíblia e redes para atender e ajudar na resolução de demandas de uma comunidade. “Os adventistas não devem ser percebidos como simplesmente eximindo-se de qualquer responsabilidade cristã pela comunidade local.” (AG, 2012, p. 151). A declaração afirma que as experiências de diálogos recentes de líderes e teólogos adventistas com representantes de outras igrejas têm sido benéficas: impera-se o respeito mútuo, estereótipos e percepções doutrinárias imprecisas e falsas têm sido removidas, preconceitos têm desaparecido.

A Igreja Adventista arroga para si o papel de mensageira do verdadeiro *oikoumene*. “Os adventistas são arautos do único *oikoumene* verdadeiro e duradouro. Em Hebreus 2:5, é feita referência ao ‘mundo [...] futuro’, o vindouro reino universal de Deus. Em última análise, é esse o ‘ecumenismo’ pelo qual os adventistas estão trabalhando.” (AG, 2012, p. 151). Para além dela, considera que todas as estruturas ecumênicas são passageiras e que o dever cristão se concentra na inteira consagração a Cristo.

4.2.3 Orientações para o relacionamento dos adventistas com outras igrejas e organizações religiosas

Após expor a compreensão adventista do movimento ecumênico, o *Declarações da Igreja* apresenta seis diretrizes para nortear suas interações com outras igrejas e organismos religiosos cristãos, visando evitar incompreensões e conflitos. A IASD (1) reconhece “aquelas agências que exaltam a Cristo diante das pessoas como parte do plano divino para a evangelização do mundo e temos em alta estima os homens e mulheres cristãos de outras denominações que estão empenhados em conduzir pessoas a Cristo.” Deve (2) predominar no contato com outras sociedades e organizações cristãs “o espírito de cortesia cristã, franqueza e justiça”. Admite-se que (3) a verdadeira religião ancora-se na consciência e na convicção, o que cobra o contínuo compromisso da Igreja em não permitir que nenhum interesse egoísta ou vantagem motive qualquer pessoa a ingressar na comunhão da Igreja e que nada para além da convicção de que nela desfruta da verdadeira comunhão com Cristo detenha-a em suas fileiras. “Se a mudança de convicção levar um membro de nossa igreja a não se sentir mais em harmonia com a fé e a prática adventistas, reconhecemos não somente o seu direito, mas

também a sua responsabilidade de mudar, sem opróbrio, sua filiação religiosa, conforme suas crenças.” Os adventistas esperam que as demais organizações religiosas procedam no mesmo espírito de garantia de liberdade religiosa de seus fiéis. Antes de receber membros de outros grupos religiosos, a Igreja (4) deve averiguar cuidadosamente se os interessados são impulsionados a mudar de filiação religiosa por convicção “em consideração à sua relação pessoal com Deus.” Para (5) os que estão sob disciplina de outro organismo religioso por violação comprovada de princípios morais ou cristãos, a Igreja não considerará aceitável sua disposição de se tornar seu membro até que se evidencie arrependido e mudança do interessado (AG, 2012, p. 152). Por sua compreensão evangélico-profética, (6) a Igreja não limitará sua missão a regiões geográficas específicas. Entendendo que a providência divina, em seu trabalho pela salvação da humanidade, levanta organismos denominacionais e movimentos religiosos para destacar diferentes facetas da verdade do evangelho, considera que os adventistas surgiram para “enfatizar o evangelho da segunda vinda de Cristo como um acontecimento iminente”, o que demanda o anúncio das verdades bíblicas contextualizadas na descrição profética de Apocalipse 14,6-14, que contém a mensagem do evangelho eterno destinada a todo o mundo. Para a Igreja Adventista, toda “restrição que limite o testemunho a áreas geográficas específicas se torna [...] uma redução da comissão evangélica” e reconhece que todas as organizações religiosas tem o direito de atuar sem restrições geográficas (AG, 2012, p. 153).

No espírito de profecia, embora demonstre a resistência adventista em associar-se a outras denominações, Ellen G. White expressou que, até o fim do mundo, os verdadeiros seguidores de Cristo estariam em todas as igrejas e que a rejeição das denominações pela verdade contida nas Escrituras será progressiva até sua volta (WHITE, 2013d, p. 340-341), orientando os adventistas a não “desprezar as igrejas; não permitais que as pessoas tenham a ideia de que vossa obra é destruir, mas construir, e apresentar a verdade tal como é em Jesus.” (WHITE, 2007c, p. 227). Antes do segundo advento, conforme apregoa a compreensão profética adventista, os fiéis serão chamados para fora da confusão religiosa reinante nas igrejas tradicionais e a seguir os ensinos das Escrituras (WHITE, 2013d, p. 527-534). Não obstante, Ellen G. White aconselhou os ministros adventistas a manter boas relações com os líderes de outras denominações.

> Não desperteis a malignidade do inimigo com denunciadores discursos. Fechareis assim as portas à verdade. Cumpre apresentar mensagens claras. Guardai-vos, no entanto, de suscitar antagonismo. [...] Refreai toda expressão áspera. [...] Fazei com que todos vejam que tendes os pés calçados com a preparação do evangelho da paz e da boa vontade para com os homens. (WHITE, 2007c, p. 444).

Ela recomendou aos pastores adventistas não entrar em polêmica com outros ministros cristãos, mas orar por e com eles (WHITE, 2004c, p. 75). “Nossos ministros devem procurar aproximar-se dos ministros de outras denominações. Orai por estes homens e com eles, por quem Cristo está intercedendo. Pesa sobre eles solene responsabilidade. Como mensageiros de Cristo, cumpre-nos manifestar profundo e fervoroso interesse nestes pastores do rebanho.” (WHITE, 2007c, p. 442).

Para Ellen G. White, os ministros adventistas devem manifestar que são “reformadores, mas não fanáticos. Quando nossos obreiros entram em um novo campo, devem procurar relacionar-se com os pastores das várias igrejas do lugar.” (WHITE, 2007c, p. 116). Ela orienta aos pastores que pregam pela primeira vez em uma nova área a não deixar

> a impressão de ser lobos que se procuram introduzir para apanhar as ovelhas, mas deixar que os ministros compreendam sua posição e o objetivo da missão que lhes cabe – chamar a atenção do povo para as verdades da Palavra de Deus. Muitas dessas há, que são caras a todos os cristãos. Essas verdades são terrenos comuns, em que [nós] podemos encontrar com as pessoas de outras denominações; e ao nos relacionarmos com elas, devemos demorar-nos mais sobre os assuntos em que todos sentimos interesse, e que não encaminharão direta e incisivamente aos pontos de discórdia. (WHITE, 2007c, p. 116-117).

Os pontos de discórdia seriam as distintivas crenças dos adventistas (FORTIN, 2018c, p. 822). Ellen G. White pede cuidado, também, na aproximação com os católicos, pois havia lhe sido revelado que muitos deles estarão entre os salvos. “Não devemos [...] criar barreiras desnecessárias entre nós e outras denominações, especialmente os católicos, de maneira que eles pensem que somos declarados inimigos seus. Não devemos suscitar preconceito desnecessariamente em seu espírito, fazendo ataques contra eles.” (WHITE, 2007c, p. 452).

Ao instruir um ministro adventista e sua esposa que se dirigiam à África do Sul para atuar como missionários, Ellen G. White (2007i, p. 109) recomendou um método de diálogo. Primeiro, que eles não se apresentassem imediatamente como adventistas do sétimo dia que criam no sábado como dia de repouso e na imortalidade condicional da alma, pois isso criaria barreiras. Os missionários deveriam, em surgindo oportunidade, começar tratando das crenças em comum com seus interlocutores, insistir sobre a necessidade da piedade cristã prática e explicar que são cristãos, desejando paz e amor pela alma daqueles com quem entrassem em contato. Que permitissem aos outros observarem que os adventistas são conscienciosos para ganhar-lhes a confiança e apresentar-lhes suas crenças.

Os adventistas entendem que precisam “tomar cuidado para não disparar a ‘arma de Babilônia’ em direção a todos que não entendem as coisas como nós. [...] Precisamos aprender a viver a tensão de trabalhar com aqueles que diferem de nós [...]. A outra opção seria viver numa clausura completa.” (KNIGHT, 2015b, p. 116).

A Igreja Adventista se fecha ao diálogo ao marginalizar no ensino aos membros os textos do espírito de profecia que versam sobre como deveria ser sua relação com outras igrejas e outros cristãos, e com os que orientam ao respeito e estima pelos ministros das outras denominações.

Pelo fato da IASD ter apenas uma declaração que expressa seu posicionamento a respeito do movimento ecumênico, depois de tratar das orientações da teologia e do espírito de profecia adventista para o relacionamento com outros cristãos e organizações religiosas, bem como das conferências e conversações interdenominacionais e inter-religiosas empreendidas pela Igreja em sua história e os contatos com organismos ecumênicos, analisamos as reflexões e conceituações teológicas presentes na *Revista Adventista*¸ periódico de perfil teológico-doutrinário-jornalístico oficial da Igreja Adventista no Brasil, referentes ao ecumenismo e o diálogo inter-religioso.

4.3 O ECUMENISMO E O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO NA REVISTA ADVENTISTA

A construção do pensar teológico adventista baseia-se em seu único credo, a Bíblia (AM, 2016, p. 5). A Bíblia se constitui na fonte da teologia adventista. Os escritos do espírito de profecia, a “luz menor” (WHITE, 2007c, p. 206; WHITE, 2008c, p. 102), foram preponderantes no desenvolvimento das crenças da IASD (KNIGHT, 2000, p. 34), desempenhando o papel de confirmação das crenças da Igreja firmadas nas Escrituras (AM, 2016, p. 289; KNIGHT, 2000, p. 35). Para a Igreja, Ellen G. White “foi inspirada da mesma maneira e no mesmo grau de inspiração que os profetas bíblicos. Apesar disso, [os adventistas] não fazem dos escritos dela uma outra Bíblia. Os escritos dela diferem em função e objetivo, mas não em autoridade.” (DOUGLASS, 2003, p. 416). A teologia adventista expressa o princípio da suprema autoridade das Escrituras através do *sola Scriptura*. “A nenhum outro livro sagrado, sejam histórias sacras, tradições antigas, declarações eclesiásticas ou credos, pode-se atribuir autoridade igual à da Bíblia.” (VAN BEMMELEN, 2011, p. 49). O espírito de profecia não substitui as Escrituras. A Bíblia e os escritos de Ellen G. White não “podem ser colocados no mesmo nível. As Escrituras Sagradas ocupam posição única, pois são o único padrão pelo qual os seus escritos – ou quaisquer outros – devem ser julgados e ao

qual devem estar subordinados.” (AM, 2016, p. 289). Ellen G. White cria e ensinava que a Bíblia constitui a norma final da Igreja (WHITE, 2007f, p. 97; WHITE, 2013d, p. 5-6) e considerava seus escritos como guia para compreensão das Escrituras (WHITE, 2004b, p. 632).

> As Escrituras são a mensagem de Deus para todos os tempos e todos os povos. A Bíblia é a diretriz suprema para cada cristão. Os escritos de Ellen White, por sua vez, são considerados pelos adventistas do sétimo dia como mensagens divinas para um povo em particular, sua igreja remanescente, em determinado momento da história. Seus escritos não são um padrão novo ou adicional de doutrina, mas uma ajuda para a igreja no tempo do fim. Por isso, eles têm uma finalidade diferente das Escrituras (PFANDL, 2018, p. 689).

Em um comunicado com assertivas e negações sobre os escritos de Ellen G. White, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Bíblica da Associação Geral da IASD e publicado na revista *Ministry* em agosto de 1982, uma das afirmações indica que a Igreja crê “que Ellen White foi inspirada pelo Espírito Santo, e que seus escritos, produto dessa inspiração, são aplicáveis e autorizados especialmente para os adventistas do sétimo dia” e não acredita que sejam um acréscimo ao cânon bíblico (PFANDL, 2018, p. 689). Conclui-se que “a correta compreensão da inspiração e autoridade dos escritos de Ellen White deve evitar dois extremos: (1) considerar esses escritos em um nível canônico idêntico ao das Escrituras, ou (2) considerá-los como literatura cristã comum” (PFANDL, 2018, p. 690).

No tocante ao ecumenismo e, por extensão, ao diálogo inter-religioso, o poscionamento da Igreja fundamenta-se em sua compreensão profética que a coloca como líder do verdadeiro movimento ecumênico (AG, 2012, p. 151). Os adventistas possuem uma declaração[76] sobre a relação entre a Igreja e o movimento ecumênico que nem foi aprovada em sua instância máxima, a Associação Geral. A posição adventista a respeito do ecumenismo (AG, 2012, p. 141-151), se expressa na “abundância de claras indicações” (AG, 2012, p. 141) publicadas em obras adventistas e na *Adventist Review*, congênere da *Revista Adventista* brasileira. Na medida em que não há uma declaração oficial, mas várias indicações, inclusive na principal revista da Igreja de seu país de origem, considera-se, para esta pesquisa, que os materiais publicados na *Revista Adventista* que versam sobre o ecumenismo e o diálogo inter-religioso se constituem – não como fonte para o fazer teológico da Igreja, como no caso das Escrituras e a “luz menor” (WHITE, 2007c, p. 206; WHITE, 2008c, p. 102) das “mensagens

[76] Indica-se na introdução do *Declarações da Igreja* (AG, 2012) que as declarações, documentos e orientações nele presentes, discutidas ou votadas e aprovadas em comissões ou assembleias da Associação Geral, “não constituem um fim em si mesmos, mas expressam a reflexão de um movimento cristão sensível à sua vocação” (DABROWSKI, 2012, p. 9).

divinas" (PFANDL, 2018, p. 689) do espírito de profecia, mas – em reflexões teológicas autorizadas da Igreja Adventista no Brasil. Consultar a história e o caráter de oficialidade denominacional do periódico colabora para apreender-se o entendimento teológico adventista sobre o ecumenismo e o diálogo inter-religioso.

4.3.1 A Revista Adventista no Brasil

Os primeiros conversos ao adventismo no Brasil, em 1884, entraram em contato com a mensagem da Igreja Adventista através de um pacote de revistas impresso em alemão. Na década de 1890, foi o trabalho da colportagem[77] que fez conhecida as crenças da Igreja nos estados de São Paulo e Espírito Santo. No início do século XX começa a história da imprensa adventista brasileira, com a publicação, em 1904, do primeiro periódico impresso em língua portuguesa da IASD, *O arauto da verdade* – De Benedicto e Borges (2006, p. 8) indicam como ano de surgimento d'*O arauto* 1900. E, em 1906 – num momento em que o número de adventistas no Brasil era de 1.212 (DE BENEDICTO; BORGES, 2006, p. 8) –, surgiu a então chamada *Revista Trimensal*, atualmente, *Revista Adventista* (SCHEFFEL, 2006, p. 17). O nome *Revista Trimensal* deveria ser, na verdade, *Revista Trimestral*, uma vez que as edições eram publicadas de três em três meses e não três vezes ao mês (DE BENEDICTO; BORGES, 2006, p. 9).

A *Revista Adventista* passou por várias transformações ao longo dos seus mais de 110 anos de história. Nos primórdios da publicação, os recursos eram parcos e a revista possuía apenas 12 páginas, maioria ocupada pelas lições da Escola Sabatina[78] – as sete finais, mais precisamente, que traziam a lição do primeiro trimestre de 1906 (LESSA, 2006, p. 2) –, que deixou de constar no periódico em 1908, quando ele passou a se chamar *Revista Mensal*, confeccionada com oito páginas e publicada mensalmente. Em 1918, ampliou-se o formato para 16 páginas. Em março de 1931 surgiu o nome *Revista Adventista* (SCHEFFEL, 2006, p. 17). Na capa, ela passou a ser identificada como "'orgam official da Egreja Brasileira dos Adventistas do Setimo Dia'. A designação de 'órgão oficial' continuou até 1974. No ano seguinte, tornou-se 'órgão geral' da Igreja." Em 1931, cada edição da revista contava com 32 páginas e chegou a ter 48 em 1977. Desde então, a média de páginas por número ficou em 40,

[77] No caso adventista, trabalho de divulgação e venda de literatura denominacional e sobre saúde.
[78] "A lição compõe-se de estudo constante das crenças fundamentais da Igreja Adventista, em um tema central por trimestre, dividido em 13 subtemas, um por semana" (FURTADO, 2017, p. 15).

com 15 destinadas para notícias. A partir de 1997 passou a ser impressa totalmente em cores (DE BENEDICTO; BORGES, 2006, p. 9).

Scheffel (2006, p. 17) aponta que por mais de 40 anos a revista se manteve numa fase chamada literária, composta por seriados de reportagens, poemas e artigos longos, em que os autores buscavam evidenciar erudição, em uma linguagem muitas vezes preciosista. "Nas primeiras três décadas, as 'notícias' consistiam basicamente de relatos pessoais, enviados pelos missionários espalhados pelo país. Não havia uma seção específica para notícias, o que só vai ocorrer em meados da década de 1970" (DE BENEDICTO; BORGES, 2006, p. 11).

Nos anos 1970 o periódico entrou em sua fase jornalística. Dos editores se cobrava formação superior em Comunicação. Destaca-se do momento a criação da seção *Jornal*, em dezembro de 1974, que publicava notícias "mais ágeis, concisas e objetivas" (SCHEFFEL, 2006, p. 17), visto ser encerrada apenas 15 dias antes da circulação da revista. Antes, os acontecimentos noticiados o eram feitos com, no mínimo, três meses de atraso. Além disso, os editores passaram a se deslocar e, dentro das possibilidades, cobrir os fatos *in loco*. Sobre os principais objetivos da *Revista Adventista*, Scheffel (2006, p. 17) explica que "ela não é uma publicação aberta para o livre debate de [ideias. A revista] tem uma linha de sustentação doutrinária e não pode abrir espaço para suscitar dúvidas e controvérsias. Procura servir a Igreja toda, e não apenas a um segmento."

A última reforma gráfico-editorial da revista ocorreu em janeiro de 2015. Para além da versão impressa, a publicação conta com um acervo digital[79] que abriga, na íntegra, todas as edições do periódico, desde a sua primeira, de 1906. A atualização na biblioteca virtual ocorre por volta de três a quatro meses após a publicação da versão impressa. No expediente das edições de outubro e dezembro de 2018 consta a tiragem de 155.500 exemplares; na de janeiro, 160 mil; nas demais edições do mesmo ano analisadas pela pesquisa (fevereiro, agosto e setembro), 158 mil. Além do acervo *on-line*, a revista possui um site homônimo[80] que republica materiais das edições impressas.

Para Rubens Lessa, redator-chefe com mais tempo frente à revista – entre abril de 1976 a janeiro de 1982 e de abril de 1985 até maio de 2014 –, um dos principais objetivos da publicação se constitui em "contribuir para a unidade da [IASD], fortalecer a vida espiritual dos leitores, ampliar-lhes o conhecimento doutrinário e teológico e defender a igreja das distorções doutrinárias e teológicas que aumentam assustadoramente" (DE BENEDICTO; BORGES, 2006, p. 10).

---

[79] Disponível em: <https://acervo.cpb.com.br/ra>.
[80] Disponível em: <http://www.revistaadventista.com.br/>.

4.3.2 Metodologia de análise do ecumenismo e do diálogo inter-religioso na Revista Adventista

A metodologia de análise da *Revista Adventista* segue o uso dos pressupostos da pesquisa teórico-bibliográfica (COSTA JÚNIOR, 2018, p. 207). A investigação das reflexões teológicas sobre o ecumenismo e o diálogo inter-religioso parte do acervo digital da *Revista Adventista* disponível na internet – mantido pela Casa Publicadora Brasileira, editora oficial da Igreja no Brasil e responsável pela publicação da edição impressa –, que abriga, na íntegra, todos os números do periódico, desde a sua primeira edição, em 1906, através da busca refinada dos termos *ecumênica*, *ecumênico*, *ecumenismo* e *inter-religioso* no período de 1906 a 2018.

A pesquisa no acervo *on-line* da revista se deu através da indicação, em campos próprios, do período que se desejava pesquisar – ano da edição inicial e final – e do termo (no caso do diálogo inter-religioso fizemos a busca de *inter-religioso* e não *diálogo inter-religioso*, visto que o sistema identifica com mais precisão a presença de palavras do que expressões). O site abre uma guia com os resultados encontrados e indica o número de páginas em que aparece o termo pesquisado. Esse número de páginas com os termos chamamos, na pesquisa, de *entradas*. Cada resultado gerado acessado abre outra guia com a página da revista em que consta o termo pesquisado em um arquivo *Portable Document Format* (PDF) cujo *download* pode ser efetuado. Na sequência, quantificamos, em cada entrada encontrada, o número de vezes em que cada termo foi citado. Depois, fizemos o *download* do restante das páginas que compunham os textos em que os termos aparecerem e classificamos os materiais conforme seus formatos jornalísticos.

Foram encontradas 66 entradas para o termo *ecumênica(s)*. O termo *ecumênica* foi usado 60 vezes e *ecumênica(s)* 22 vezes (em 32 artigos de opinião, cinco editoriais, duas notas informativas, oito reportagens, três consultorias doutrinárias, oito entrevistas, duas chamadas de sumário e uma carta do leitor), em 61 fragmentos[81] da revista.[82][83] Foram encontradas 113 entradas para o termo *ecumênico(s)*. O termo *ecumênico* foi usado 151 vezes e *ecumênicos* 31 vezes (em 17 notas informativas, 45 artigos de opinião, seis editoriais, seis reportagens, quatro notícias, cinco entrevistas, um jogo de entretenimento, duas chamadas –

[81] Em sua maioria, textos, excetuando os casos em que as menções aparecem em chamadas de sumário e em anúncios.
[82] Encontramos *ecumenical* em uma nota informativa que consideramos na categoria *ecumênica*.
[83] Encontramos *ecumenicidade* em uma reportagem.

uma em um sumário e a outro em um anúncio – e uma consultoria doutrinária), em 87 fragmentos da revista. Foram encontradas 88 entradas para o termo *ecumenismo*. O termo *ecumenismo* foi usado 171 vezes (em seis notas informativas, 36 artigos de opinião, nove reportagens, cinco notícias, cinco chamadas – todas como anúncios, quatro consultorias doutrinárias, oito entrevistas, uma consultoria para jovens, três cartas dos leitores e dois editoriais), em 79 fragmentos da revista.[84] Foram encontradas 10 entradas para o termo *diálogo inter-religioso*.[85] O termo *diálogo inter-religioso* foi usado 13 vezes, uma vez grafado *diálogo interreligioso* (em uma reportagem, três artigos de opinião, três notas informativas e uma notícia), em oito fragmentos da revista.[86]

Para além dos quatro termos aplicados na pesquisa – *ecumênica(s)*, *ecumênico(s)*, *ecumenismo* e *diálogo inter-religioso* –, foram encontradas, em relação ou conjunto a eles, nove entradas para o termo *ecumenista(s)*. O termo *ecumenista* foi usado nove vezes (em três artigos de opinião, duas consultorias doutrinárias, um editorial e uma nota informativa) e *ecumenistas* duas vezes (em um artigo de opinião e em uma consultoria doutrinária), em sete fragmentos da revista.

A análise se concentrou nos materiais que apresentavam os termos *ecumênica(s)*, *ecumênico(s)*, *ecumenismo* e *inter-religioso*. Excetuando as entrevistas, foram excluídos da análise todos os demais textos do gênero informativo. Do gênero opinativo,[87] onde se encontra a maior parte do material analisado, foram excluídas da análise as cartas dos leitores. Do gênero utilitário,[88] no formato serviço, foi excluída da análise a consultoria para jovens. Para além das reflexões e indicações teológicas da Igreja presentes nos editoriais, artigos de opinião, entrevistas e consultorias doutrinárias em que o ecumenismo e o diálogo inter-religioso formavam o tema central dos textos, foram considerados os materiais que conceituavam o ecumenismo e o diálogo inter-religioso. Os textos que apenas citavam o ecumenismo e o diálogo inter-religioso foram desconsiderados. Por isso, nem todos os editoriais, artigos de opinião, entrevistas e consultorias doutrinárias foram examinadas.

Após a exploração de todo o material da *Revista Adventista* que se referia ao ecumenismo e ao diálogo inter-religioso através da busca dos termos *ecumênica(s)*, *ecumênico(s)*, *ecumenismo* e *inter-religioso*, selecionamos 31 textos, de 30 edições, que

---

[84] Foi encontrado *ecumenism* em uma entrevista que consideramos na categoria *ecumenismo*.
[85] Em duas vezes, encontramos a expressão *diálogo interétnico e inter-religioso* – uma em uma nota informativa e outra em uma notícia, em dois fragmentos da revista – que consideramos na categoria *diálogo inter-religioso*.
[86] Em relação e conjunto com *diálogo inter-religioso*, encontramos uma entrada para *centro inter-religioso* em uma nota informativa e uma entrada para *relações inter-religiosas* em um artigo de opinião.
[87] Gênero que abarca, na classificação de Melo (2009, p. 35), o editorial, o comentário, o artigo, a resenha, a coluna, a caricatura, a carta e a crônica.
[88] Gênero que abarca, na classificação de Melo (2009, p. 35), o indicador, a cotação, o roteiro e o serviço.

definiam e/ou continham reflexões teológicas sobre os temas. Nos materiais que não tinham como foco o ecumenismo e o diálogo inter-religioso, ou nos limitamos na contextualização da discussão do texto, concentrando-se nas referências ao ecumenismo e o diálogo inter-religioso, ou privilegiamos as citações diretas das referências feitas aos temas. A apresentação da produção teológica sobre o ecumenismo e o diálogo inter-religioso obedece, como primeiro critério, sua publicação cronológica – das mais antigas para as mais recentes sobre o ecumenismo e, posteriormente, a respeito do diálogo inter-religioso – e, depois, a quantidade de aparições. Na sequência do trabalho, enfatizaremos os equívocos na elaboração teológica da Igreja Adventista sobre o ecumenismo e o diálogo inter-religioso presentes na *Revista Adventista*, confrontando-os com a teologia ecumênica/teologia no movimento ecumênico.[89][90]

Encontramos 13 textos (12 artigos de opinião[91] e um editorial[92]) que tratam o ecumenismo como um dos sinais do fim do mundo, cinco textos (artigos de opinião) que indicam o ecumenismo como responsável pela deformação da identidade da Igreja, três textos (artigos de opinião) que abordam o significado de unidade para os adventistas em detrimento ao dado pelo movimento ecumênico, três textos (um artigo de opinião, uma consultoria doutrinária e um editorial) que exploram a recusa adventista em se unir ao movimento ecumênico, um texto (artigo de opinião) que critica o envolvimento político e social do movimento ecumênico, um texto (artigo de opinião) que considera o ecumenismo como uma aliança contra as minorias religiosas, um texto (artigo de opinião) que identifica o ecumenismo com a restauração do domínio católico sobre o mundo, um texto (artigo de opinião) que avalia o ecumenismo como falsa união de igrejas e um texto (entrevista) que explica a relação dos adventistas com outras organizações cristãs. A respeito do diálogo inter-religioso, encontramos um texto (artigo de opinião) que considera-o incompatível com a exclusividade cristã e outro (artigo de opinião) que orienta o diálogo dos adventistas com outras igrejas e religiões.

---

[89] Cujo princípio se assenta nas palavras da base do CMI que confessa "Jesus Cristo como Deus e Salvador" (LOSSKY, 2005, p. 1058; RAISER, 2005b, p. 1067).

[90] Apresenta-se, como horizonte para pesquisas futuras, o exame dos materiais encontrados na *Revista Adventista* sobre o ecumenismo e o diálogo inter-religioso na perspectiva da análise de conteúdo ou da análise de discurso, bem como da evolução dos temas ao longo da história do periódico.

[91] "A palavra artigo possui duas significações. O senso comum atribui-lhes o sentido de matéria publicada em jornal ou revista. Qualquer que seja. [...] Outra significação é aquela peculiar às instituições jornalísticas, que identificam o artigo como um gênero específico, uma forma de expressão verbal. Trata-se de uma matéria jornalística onde alguém (jornalista ou não) desenvolve uma [ideia] e apresenta sua opinião." (MARQUES DE MELO, 1985, p. 92).

[92] "Editorial é o gênero jornalístico que expressa a opinião oficial da [instituição jornalística] diante dos fatos de maior repercussão no momento." (MARQUES DE MELO, 1985, p. 79).

4.4 O ECUMENISMO NA REVISTA ADVENTISTA

4.4.1 O ecumenismo como um dos sinais do fim do mundo

Na edição especial de novembro de 1956,[93] no sermão *Sinais dos últimos dias*, de J. Arthur Buckwalter (1956, p. 5-8), defende-se, com base no espírito de profecia adventista, que as profecias referentes ao fim do mundo estão se cumprindo rapidamente e apresenta-se, a partir dos capítulos dos evangelhos de Mateus 24 e Lucas 21, a associação feita por Jesus da queda de Jerusalém com os sinais do fim e que o sinal que indicava a necessidade de fuga dos cristãos seria o cerco da cidade pelo exército romano. Como preparação para o último sinal de Deus que mostra a aproximação do término da história do mundo, cita-se o texto de Ellen G. White (2008d, p. 141-142) que diz:

> Quando o protestantismo estender os braços através do abismo, a fim de dar uma das mãos ao poder romano e outra ao espiritismo, quando por influência dessa tríplice aliança a América do Norte for induzida a repudiar todos os princípios de sua constituição, que fizeram dela um governo protestante e republicano, e adotar medidas para a propagação dos erros e falsidades do papado, podemos saber que é chegado o tempo das operações maravilhosas de Satanás e que o fim está próximo. Como a aproximação dos exércitos romanos foi um sinal para os discípulos da iminente destruição de Jerusalém, assim essa apostasia será para nós um sinal de que o limite da paciência de Deus está atingido [...] e o anjo da graça está a ponto de dobrar as asas e partir desta Terra para não mais tornar.[94]

Na compreensão teológica adventista, o último sinal, que deve impelir os cristãos a fugir das grandes cidades para evitar ser perseguidos, está colocado na imposição de um decreto global que demarca o domingo como dia de guarda. Tal profecia, pela aproximação entre o protestantismo e o catolicismo, estaria próxima a se cumprir. Buckwalter cita uma

---

[93] As edições especiais dos meses de novembro de 1956 e novembro de 1970 são constituídas por sermões indicados para leitura nas semanas de oração. De cunho teológico-doutrinal, por terem estrutura de artigos de opinião, foram considerados para a pesquisa enquanto tais. A edição de outubro de 2012 também contêm mensagens para a semana de oração, embora não seja formada exclusivamente por elas.

[94] O espírito de profecia adventista aponta que o protestantismo, em uma ação unânime, contradizeria a liberdade religiosa conquistada a partir da Reforma, desconsideraria as identidades eclesiais dos grupos religiosos que o compõem e, como que se todas suas lideranças fossem corrompidas por um espírito antirreformado, em junção ao espiritismo e à Igreja católica, desejosa de exercer poder e domínio religioso e civil sobre o mundo, agiria com autoritarismo e, negando princípios evangélicos, subjugaria todos os grupos religiosos da Terra, pressupostos não aceitos em tempos de pluralismo eclesial, em uma visão de união entre Igreja e Estado difícil de ser aceita e compreendida, hoje, como querida e viável – menos para a Igreja Adventista (MOORE, 2013). A manutenção, pelos adventistas, do entendimento da validade literal da indicação profética whiteana mostra, possivelmente por inexperiência no diálogo, temores infundados, senso conspiratório que historicamente tem conferido a atos aproximativos entre as igrejas, desconsideração e desconhecimento das ações dialogais que, a partir do espírito do ecumenismo moderno, católicos e protestantes já empreenderem. Em outra perspectiva, parece se entender que, para ser tidas como legítimas, as igrejas precisariam viver pelas diferenças e em conflito, ignorando que, entre os cristãos, há muito mais que os une do que os divide (UUS 20).

passagem de Adolph Keller no *Christian Europe Today*: “Um estudo comparativo entre as mensagens ecumênicas e as recentes encíclicas papais [...] mostra espantoso paralelismo” entre o catolicismo e o protestantismo. “Este sinal ecumênico dos sinais finais da Terra é muito impressivo.” (BUCKWALTER, 1956, p. 6). Entende-se o ecumenismo como movimento que infringirá legislações para impor um dia de adoração e perseguirá aqueles que não se adequarem aos seus desmandos. Ao mesmo tempo em que considera existir “muitos católicos romanos admiráveis que são reais santos de Deus” (BUCKWALTER, 1956, p. 6), enxerga-se a Igreja católica como um sistema impelido a reconquistar o controle político e religioso do mundo.

Em *A crescente tendência para a união das igrejas*, artigo de opinião de Kenneth H. Wood (WOOD, 1958, p. 6-7) da edição de agosto de 1958, avalia-se que um dos progressos mais significativos no mundo religioso do momento estava nas movimentações crescentes para fusões entre igrejas. Embora poucas denominações estivessem preocupadas com o surgimento do “gigante monolítico de uma [superigreja]” (WOOD, 1958, p. 6), a maior parte das igrejas protestantes se mostrava simpática com o processo em curso e as “fortes convicções” de cada grupo davam lugar “à suavidade e luz da influência ecumênica”, ao ponto de dispor alguns “a crer que é melhor estarem unidos em erro do que divididos pela verdade.” (WOOD, 1958, p. 6). Culpa-se o movimento ecumênico por privilegiar a união dos cristãos no erro. Firmada na compreensão do espírito de profecia sobre o significado da unidade entre católicos e protestantes (WHITE, 2013d, p. 387-388), relembra-se que, por 400 anos, o protestantismo se dividiu e subdividiu, mas, nos últimos 50, a tendência da multiplicação de diferentes grupos cristãos cessou, representando fato “em si mesmo significativo” de uma “das maiores evidências de que a vinda de Jesus está às portas.” (WOOD, 1958, p. 7).

Para Odorino de Souza (SOUZA, 1965, p. 6-7), na edição de setembro de 1965, em *O catolicismo e o protestantismo sul-americano em face do concílio ecumênico*, o Concílio Vaticano II convida as igrejas da América Latina para o diálogo, o contato pessoal e a colaboração. Poucos, no entanto, estariam preparados, visto desconhecer de maneira mais profunda a história e a doutrina católica. Outros estavam entusiasmados com as novas possibilidades de diálogo e a maioria debatia a sinceridade da mudança católica. Os conservadores temiam que uma aproximação enfraquecesse o protestantismo e poucos denunciavam que o concílio elaborou manobras para arruinar as denominações protestantes. No entanto, pelos contatos pessoais dos presbíteros e bispos católicos, as desconfianças diminuíram. Os presbíteros católicos mais velhos temiam que a postura ecumênica de sua

Igreja incentivasse o indiferentismo e estimulasse o proselitismo dos protestantes. Mesmo com todos os temores, havia um intenso arrebatamento de fraternal boa vontade e um desejo cordial, ainda não plenamente esclarecido, de buscar a sabedoria necessária para efetivação do diálogo. Ao que parece ser uma leitura não crítica do movimento ecumênico impulsionado pelo Vaticano II, o artigo termina (SOUZA, 1965, p. 7) com a citação do espírito de profecia que condena a aproximação dos protestantes estadunidenses com o espiritismo e o catolicismo como um sinal do fim (WHITE, 2013d, p. 513).[95]

No editorial da edição de novembro de 1965, em *Apalpando o presente e divisando o futuro*, de Naor G. Conrado (CONRADO, 1965, p. 2-3), relacionam-se dois indicadores do fim da história para os adventistas: a restauração do domínio papal e "a 'nostalgia' pela união das igrejas e corporações religiosas" (CONRADO, 1965, p. 2), eventos presentes na compreensão profética da IASD de Apocalipse 13. Recorre-se ao editorial de uma "destacada" revista popular, sem mencionar seu nome, a qual asseverava que o movimento ecumênico alastrou-se nos 50 anos anteriores de modo a ser conhecido por todo o cristianismo, e também a um artigo de Eugênio Smith, publicado na *Ecumenical Review*, que expressa o receio de vários grupos religiosos de que o ecumenismo subordinasse "a verdade à união" (CONRADO, 1965, p. 2). Sugere-se (CONRADO, p. 2-3) que o posicionamento dos adventistas ante os indícios do fim discutidos no artigo deveria ser, primeiro, de cautela na interpretação dos eventos profetizados na teologia adventista, mas não cumpridos, "evitando dogmatizar [sobre] as minúcias de como se dará a sua realização." Em seguida, orienta-se, contra "a marcante desconsideração à verdade" (CONRADO, 1965, p. 3), que os adventistas permanecessem fiéis à fé que lhes foi entregue. A adesão ao movimento ecumênico, considerado sem fundamento bíblico, significaria desobediência a Deus.

> Embora não denunciemos os motivos e intenções dos líderes dos movimentos ecumênicos (muitos [deles] têm a convicção de estar prestando relevante serviço a Deus), compreendemos que a tríplice mensagem angélica [de Apocalipse] 14:6-12 [...] nos convida a devotar inteira obediência ao criador, separando-nos de tudo o que não se fundamente em sua Palavra sagrada. (CONRADO, 1965, p. 3).

[95] A teologia adventista problematiza que, ao longo da vida de Ellen G. White, "existia um abismo entre o protestantismo e o catolicismo romano, o qual parecia impedir qualquer cooperação entre ambos. O anticatolicismo caracterizava os protestantes. Ela profetizou que grandes mudanças no seio do protestantismo conduziriam a um afastamento da fé proclamada pela Reforma. Consequentemente, as diferenças entre protestantes católicos se reduziriam, conduzindo ao estabelecimento de uma ponte para cobrir o abismo que antes separava a ambos. Os anos posteriores à sua morte têm testemunhado o surgimento do movimento ecumênico, o estabelecimento do Conselho Mundial de Igrejas, o Concílio Vaticano II, e a ignorância ou mesmo decidida rejeição que o protestantismo faz dos pontos de vista da Reforma no tocante à interpretação profética. Essas grandes mudanças têm derribado muitas barreiras até então existentes entre católicos e protestantes, conduzindo a um processo de crescente cooperação." (AM, 2016, p. 287).

Em agosto de 1966, no artigo *Doze profecias prestes a se cumprir – I* para o fim do mundo, de Marvin E. Loewen (LOEWEN, 1966, p. 2-4), elenca-se o ecumenismo como uma delas. Na segunda profecia relacionada, os protestantes estenderão a mão por sobre o abismo para encontrar espíritas e católicos (WHITE, 2013d, p. 513), e estes reintegrarão os primeiros como católicos plenamente habilitados (LOEWEN, 1966, p. 2-3).

Depois de indicar que o "pretexto" para a origem do ecumenismo protestante foi "a obra missionária, sob a alegação de que exigindo esta um dispêndio muito grande de recursos materiais e humanos, nenhuma igreja estará em condições de realizá-la sozinha" (WICHERT, 1968, p. 8), no artigo *União das igrejas: o grande sinal do fim – II parte*, de Hugo Wichert (WICHERT, 1968, p. 8-10), da edição de abril de 1968, contextualiza-se como o ecumenismo ganhou impulso a partir do papa João XXIII e contribuiu para a apostasia, na medida em que tornou "o cristianismo nominal mais e mais divorciado das eternas e imperecíveis verdades do evangelho de Cristo" (WICHERT, 1968, p. 9), cumprindo a profecia apocalíptica referente aos últimos dias do mundo. Em contrapartida, reconhece-se que o ecumenismo teria criado e estabelecido "condições mais favoráveis à pregação do evangelho", em particular "entre nossos amigos católicos", que as barreiras que impediam um contato mais frutuoso com os outros cristãos estavam sendo retiradas, permitindo "uma ampla troca de [ideias sobre] os problemas religiosos atuais à luz da Palavra de Deus" (WICHERT, 1968, p. 9), que reaproximava os cristãos e tornava "mais flexível a liberdade humana" (WICHERT, 1968, p. 10), favorecendo a evangelização. Atesta-se que, ao se ter em conta a visão profética adventista do tempo do fim, o ecumenismo não constitui uma novidade ou surpresa para os adventistas (WHITE, 2013d, p. 388); para a Igreja, o ecumenismo seria "um dos mais evidentes sinais da proximidade da volta de Jesus ao mundo" (WICHERT, 1968, p. 10).

O artigo *Movimento ecumênico*, de Henrique Berg, publicado em junho de 1982 (BERG, 1982, p. 39-40), reporta as discussões do encontro em Lima, no Peru, de 150 teólogos das igrejas católicas, ortodoxa, calvinista, metodista, episcopal, batista e outras, integrantes da Comissão de Fé e Ordem do CMI, sobre semelhanças e diferenças doutrinárias das igrejas que culminou na redação do documento *Batismo, eucaristia, ministério*. A partir de um pedido da Igreja Adventista, o pastor Ricardo Cabero obteve autorização do CMI para assistir às reuniões de Lima na qualidade de observador. Embora não seja membro do conselho, revela-se o interesse da IASD em suas atividades, principalmente na promoção do ecumenismo, "visto reconhecer na união das igrejas uma prova do cumprimento [da escatologia adventista], pregada desde sua origem por seus pioneiros, e um sinal, entre outros, da aproximação do regresso de Jesus." (BERG, 1982, p. 39). A rota traçada pelo "barco

ecumênico" (1982, p. 39) demonstraria o cumprimento das profecias do fim do mundo conforme apontado por Ellen G. White em discurso na assembleia da Associação Geral de 1891: "O professo mundo protestante formará uma confederação com o homem do pecado" (WHITE, 2008b, p. 363). Para a teologia adventista, nas descrições proféticas do Apocalipse, existem dois grandes movimentos ecumênicos. O primeiro, representado pela Igreja Adventista, alerta todo o mundo para a verdadeira adoração reclamada por Deus (Ap 14,7) e clama aos cristãos que abandonem a apostasia (Ap 18,4),[96] enquanto o outro recebe a marca da besta como sinal da reprovação divina (Ap 13,16) (BERG, 1982, p. 40).

Na edição de janeiro de 1992, em *Profecia ou horóscopo?*, de Siegfried J. Schwantes (SCWANTES, 1992, p. 7-9), apresentam-se as revelações do Apocalipse, conforme a interpretação da IASD, sobre os acontecimentos do mundo religioso e político atual. Com base nos capítulos 16 e 17, num "quadro sombrio que a profecia projeta", a teologia adventista vê para o futuro uma aliança universal de igrejas objetivando impor uma religião única que perseguirá os dissidentes "enquanto a liberdade religiosa é sacrificada no altar do ecumenismo." (SCWANTES, 1992, p. 9).

No artigo *Um dia irrenunciável*, de Marcos De Benedicto (DE BENEDICTO, 1998, p. 32-34), para edição de novembro de 1998, analisa-se a carta apostólica *Dies Domini*[97] do papa João Paulo II sobre a santificação do domingo. Por sua compreensão profética, os "adventistas têm um quadro bastante definido do futuro. Sua tradição de estudar conscientemente as profecias bíblicas, situando-as no tempo e no espaço, pode ser incômoda para algumas pessoas, mas não deixa de prover uma moldura inteligível para os acontecimentos." Além da polarização sobre o dia de adoração dos cristãos, se o sábado ou o domingo, o movimento ecumênico, "envolvendo várias tendências religiosas" (DE BENEDICTO, 1998, p. 32), aparece entre os fatores políticos, sociais e religiosos destacados na teologia adventista e nos escritos de Ellen G. White que marcarão o fim dos tempos.

Em *Observações sobre uma assembleia*, artigo de junho de 2006 de Moisés Mattos (MATTOS, 2006, p. 38), avalia-se a IX Assembleia Geral do CMI realizada em Porto Alegre em fevereiro de 2006. Não se nega que a unidade da Igreja constitui-se em um dos desejos de Jesus, ao qual nenhum cristão deve se opor. "O problema não está com a unidade em si; a problemática reside em como ela está sendo implantada." Entende-se que o CMI está mais interessado em promover "justiça econômica" do que examinar as Escrituras "e descobrir a

---

[96] "Ouvi outra voz do céu, dizendo: Retirai-vos dela, povo meu, para não serdes cúmplices em seus pecados e para não participardes dos seus flagelos".

[97] Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_letters/1998/documents/hf_jp-ii_apl_05071998_dies-domini.html>.

verdade objetiva de Deus" e questiona-se até "quando o movimento ecumênico estará tentando sair do sonho para entrar na realidade". A Igreja Adventista acredita que haverá uma união das igrejas que já estão ideologicamente aparelhadas nas questões da imortalidade da alma e do dia de repouso que "cumprirá profecias que falam de uma união não saudável entre as crenças sem o amparo dos princípios bíblicos" em uma "confusão doutrinária". Interpretam-se movimentações pela união das igrejas como o início de uma grande aliança que existirá no fim dos tempos que se aliará ao Estado para impor regras e normas contrárias à Bíblia; apenas o temor de que tal cenário se concretize serve como justificativa para o não envolvimento dos adventistas no movimento ecumênico.

No primeiro sermão de Ted N. C. Wilson após sua eleição para presidir a Igreja Adventista mundial, proferido no último dia da 59ª Assembleia da Associação Geral, e transformado no artigo *Avante, sem retroceder*, publicado na edição de agosto de 2010 (WILSON, 2010, p. 16-18), ele reafirma as crenças fundamentais dos adventistas e relaciona "o desenvolvimento do ecumenismo" com outros sinais – catástrofes na natureza, confusão do mundo político, crescimento e influência do espiritualismo, deterioração das economias mundiais, desestruturação dos valores familiares e sociais, rejeição da autoridade bíblica e dos dez mandamentos, criminalidade desenfreada e declínio moral, aumento de guerras e rumores de guerras – que aumentando em frequência e intensidade, indicam "o clímax da história da terra" (WILSON, 2010, p. 16), a segunda vinda de Cristo.

Na edição de outubro de 2012, Wilson (WILSON, 2012, p. 5-7), no sermão intitulado *O reavivamento e a Palavra*, que chama a atenção para a necessidade de renovação da fé na experiência individual do cristão, classifica o ecumenismo como um dos sinais da volta de Cristo e o faz em relação àqueles descritos em Mateus 24. Oscilações na economia, instabilidade política, doenças devastadoras, calamidades naturais, decadência social e moral apontam para o fim. As "movimentações ecumênicas com o objetivo de criar um sistema religioso unificado que se oporá ao culto a Deus no sétimo dia da semana, o sábado" (WILSON, 2012, p. 7), acabará com a liberdade religiosa e estabelecerá um dia falso de adoração, completando o cenário.

No artigo *Momento decisivo*, da edição de fevereiro de 2018, o presidente mundial da Igreja Adventista (WILSON, 2018a, p. 32-33) defende que o movimento em favor da união das igrejas evidencia que vivemos em tempos proféticos. As comemorações conjuntas em torno dos 500 anos da Reforma protestante, além da declaração conjunta assinada pela Federação Luterana Mundial (FLM) e a Igreja católica sobre a doutrina da justificação em

1999 (DECLARAÇÃO..., 2000)[98] – adotadas, posteriormente, pelo Concílio Metodista Mundial (2006), o Conselho Consultivo Anglicano (2016) e a Comunhão Mundial das Igrejas Reformadas (2017) –, reforçam a compreensão adventista de que se presencia o cumprimento profético. O presidente aponta que a Igreja Adventista não participou de tais iniciativas. "Nossa igreja promove e incentiva a liberdade religiosa e de consciência para todos. Portanto, respeita o direito de outras denominações e religiões tomarem seus votos. Contudo, os adventistas têm procurado decidir com base na Bíblia e não fazer concessões doutrinárias." (WILSON, 2018a, p. 33). Assentada no método histórico-gramatical de investigação e interpretação das Escrituras e na visão historicista das profecias bíblicas, a teologia adventista expressa que um pouco antes da segunda vinda de Cristo ocorrerão os eventos apresentados nos livros de Daniel e Apocalipse; deste, especialmente os descritos no capítulo 13.

"Nós, os adventistas do sétimo dia, reconhecemos esse evento ocorrido no aniversário da Reforma protestante como um sinal significativo de confirmação da interpretação que temos defendido há anos, com base na Bíblia e nos escritos de Ellen G. White." (WILSON, 2018a, p. 33). Ela escreveu que a união entre protestantes e católicos implicaria na imposição de um dia de adoração contrário aos mandamentos divinos, o domingo (WHITE, 2013d, p. 504-506), que juntamente com a crença na imortalidade da alma, possibilitará uma aliança protestante-católico-espírita que culminará em intolerância religiosa (WHITE, 2013d, p. 513). Os adventistas consideram possuir "o privilégio de caminhar no sentido oposto desses ventos ecumênicos e continuar o trabalho que não foi concluído pelos reformadores, mas que deve prosseguir até a volta de Jesus: restaurar a verdade bíblica e proclamar essa mensagem", conforme orientação do espírito de profecia (WHITE, 2013d, p. 127-128). Ainda que não desejem ser classificados como alarmistas, para os adventistas "é óbvio que estamos vivendo nos últimos dias da história da Terra" (WILSON, 2018a, p. 33) e, enquanto movimento profético divino, possuem a responsabilidade de anunciar as três mensagens angélicas centradas em Cristo e advertir sobre a mensagem do quarto anjo (Ap 18,1-4)[99] que convoca todo o mundo a abandonar a confusão espiritual e prestar o verdadeiro culto a Deus.

---

[98] Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/chrstuni/documents/rc_pc_chrstuni_doc_31101999_cath-luth-joint-declaration_po.html>.

[99] "Depois destas coisas, vi descer do céu outro anjo, que tinha grande autoridade, e a terra se iluminou com a sua glória. Então, exclamou com potente voz, dizendo: caiu! Caiu a grande Babilônia e se tornou morada de demônios, covil de toda espécie de espírito imundo e esconderijo de todo gênero de ave imunda e detestável, pois todas as nações têm bebido do vinho do furor da sua prostituição. Com ela se prostituíram os reis da terra. Também os mercadores da terra se enriqueceram à custa da sua luxúria. Ouvi outra voz do céu, dizendo: retirai-vos dela, povo meu, para não serdes cúmplices em seus pecados e para não participardes dos seus flagelos".

4.4.2 O ecumenismo e a deformação da identidade da Igreja

O artigo *Apocalipse: o assunto do momento*, de José Bessa (BESSA, 1987, p. 40-41), de junho de 1987, descreve, a partir da interpretação teológica adventista, as respostas que o último livro das Escrituras oferece sobre o futuro do planeta e narra a intervenção divina no tempo do fim, além de anunciar o lançamento do estudo bíblico, preparado pela IASD na América do Sul, *Seminário revelações do Apocalipse*, com 24 lições que apresentam Cristo no Apocalipse. Criticam-se os adventistas que têm se "tornado um tanto ecumênicos", embarcando, "voluntário ou involuntariamente" (BESSA, 1987, p. 41), na canoa do ecumenismo e silenciado no anúncio das três mensagens angélicas. Reclama-se que a Igreja tem pregado intensamente sobre a justificação pela fé e omitido as advertências divinas contra aqueles que seguirão o caminho da besta.

Em *Podemos ainda ser considerados o "povo da Bíblia"?*, de Alberto R. Timm (TIMM, 2001, p. 14-16), publicado na edição de junho de 2001, julga-se que, enfrentando os desafios do segundo século de sua existência, a Igreja Adventista, que teve sua identidade alterada a partir da década de 1980, corre o risco de perder seu caráter distintivo em relação aos demais cristãos. Entende-se que o conhecimento bíblico-doutrinário dos membros foi substituído por uma ênfase bíblico-relacional na vida cristã. "[...] o interesse pelo conhecimento racional dos ensinamentos bíblicos acabou sendo superado por uma leitura existencialista da Bíblia, como uma forma de alimentar o relacionamento com a pessoa de Cristo." (TIMM, 2001, p. 15). Para a teologia adventista, "os apelos ecumênicos e tendências pluralistas" do mundo atual têm inibido muitas denominações cristãs a tratar de suas diferenças doutrinárias e a "globalização ecumênica" traz prejuízos à identidade dessas igrejas (TIMM, 2001, p. 14).

No artigo *Quando amamos de verdade...* de Wilson Paroschi (PAROSCHI, 2005, p. 8-10) para a edição de janeiro de 2005, discute-se que a Igreja Adventista, nascida sob a motivação da esperança no breve retorno de Cristo, perdeu o senso de urgência e missão em torno desse evento por conta dos "apelos ecumênicos" do presente momento. Três evidências sobre são apresentadas: a diminuição do entusiasmo nas pregações sobre a volta de Cristo; a secularização instalada na vida particular dos adventistas, nas igrejas e em suas instituições; e o enfraquecimento da ênfase doutrinária e evangelística (PAROSCHI, 2005, p. 9).

Em *Tesouro inesgotável*, artigo de Alberto R. Timm (TIMM, 2015, p. 22-25) de julho de 2015, que relaciona cinco contribuições de Ellen G. White para a teologia adventista e elenca, como uma das mais significativas, sua compreensão do "grande conflito cósmico-

histórico entre o bem e o mal" (TIMM, 2015, p. 23) que termina com a erradicação do pecado – exposta em *Primeiros escritos* (WHITE, 2007f, p. 157-296) e desenvolvida nos cinco volumes da série *O conflito dos séculos* composta por *Patriarcas e profetas* (WHITE, 2007e), *Profetas e reis* (WHITE, 2007g), *O desejado de todas as nações* (WHITE, 2007h), *Atos dos apóstolos* (WHITE, 2007a) e *O grande conflito* (2013d) –, expressa-se que a estrutura do entendimento teológico-profético adventista sobre o grande conflito "não provê nenhum espaço para compreensões ecumênicas e/ou pluralistas das verdades bíblicas" (TIMM, 2015, p. 24). A teologia ecumênica não teria nenhuma contribuição a dar à teologia adventista.

Em *Passado e futuro*¸ artigo adaptado do sermão do presidente da IASD, Ted N. C. Wilson (WILSON, 2018b, p. 22-23), proferido no concílio anual da Igreja em 13 de outubro de 2018 e publicado em dezembro do mesmo ano, orienta-se que os adventistas se mantenham leais às crenças da denominação historicamente estruturadas ao apontar-se que alguns têm rejeitado a missão que lhes foi confiada por conta de "influências ecumênicas"; Wilson pede que os membros evitem "as concessões do ecumenismo e [permaneçam firmes] à verdade de Deus." (WILSON, 2018b, p. 23). Por inferência, identifica-se na mensagem de Wilson que ceder ao ecumenismo representa rejeição da identidade adventista e da verdade divina.

4.4.3 O ecumenismo e o significado de unidade para os adventistas

Em uma avaliação do Concílio Vaticano II para a edição de novembro de 1966, *II concílio do Vaticano – êxito ou fracasso?*, Bert B. Beach (BEACH, 1966, p. 7-8, 14)[100] considera que a falha dos intérpretes protestantes do concílio está em desconsiderar a perspectiva profética em suas análises e na ênfase da unidade ecumênica por ele promovida. "A maioria deles pareciam ser arrastados pela grande onda ecumênica, e inclinavam-se a encarar todos os eventos do concílio sob o aspecto singular de como cada esquema ou voto poderia aproximar entre si os católicos" e os demais cristãos (BEACH, 1966, p. 7). Embora o Vaticano II tenha aproximado líderes católicos e protestantes e que a unidade cristã seja "um objetivo louvável", aprecia-se "as virtudes do separatismo cristão" (BEACH, 1966, p. 7) ao se apontar que, na oração de Jesus em João 17, ele pediu não apenas que seus seguidores fossem um, mas também que Deus os guardasse do mal (Jo 17,11-15); que o mesmo Paulo que instou os efésios a buscar a unidade da fé (Ef 4,13) recomendou aos cristãos de Corinto, em nome de Deus, que se separassem (2Cor 6,17) dos "incrédulos" (2Cor 6,14); que João orientou que o

[100] A paginação de alguns editoriais e reportagens da revista não estão em sequência, mas prosseguem ao fim da edição da revista.

povo de Deus, no tempo do fim, necessitava deixar os grupos religiosos que formam a Babilônia apocalíptica (Ap 18,4) para não incorrer em apostasia.

Em outubro de 1968, o artigo *Uma opinião sobre ecumenismo* de Arnaldo B. Christianini (CHRISTIANINI, 1968, p. 9-10), após argumentar que os adventistas, com base em sua leitura profética, compreendem o propósito do ecumenismo como a "aglutinação das igrejas", apresenta "o que é o legítimo ecumenismo e [...] o ecumenismo que a Igreja Adventista do Sétimo Dia deve praticar, precisa praticar, não deve furtar-se em praticá-lo, porque é sua destinação histórica fazê-lo", que aparece no Novo Testamento "com seu nome exato" (CHRISTIANINI, 1968, p. 9), indicado no texto de Mateus 24,14: "E será pregado este evangelho do reino por todo o mundo, para testemunho a todas as nações. Então, virá o fim." Indica-se que no original grego "mundo" está *oikoumene*, significando "mundo habitado", que resultou no termo ecumenismo. "[...] temos que ecumenismo originalmente designa a semeadura universal da mensagem de Deus – o evangelho do reino ou evangelho eterno – e não uma federação ou aglutinação de corpos religiosos heterogêneos." (CHRISTIANINI, 1968, p. 9, grifo suprimido). O sentido de ecumenismo teria sido deturpado. Aos que advogam que no texto de João 17,20-23 Jesus pede pela união dos cristãos, rebate-se:

> Dizem os "ecumenistas" que [o] texto é conclusivo, e [nele] Cristo pede a união dos cristãos, mesmo com seu matiz confessional. Ora, o que o texto registra é nada menos que o profundo anseio de Jesus pela *unidade* dos que [nele creem]. Notemos, liminarmente, que não se trata de um pedido ou exortação aos cristãos para que [*estes*] atendam por si mesmos, e se aglutinem numa [força] comum. Nada disso. O texto é claro, e trata de uma oração dirigida ao Pai, *para que* [*ele*] *atenda* e inspire a unidade dos fiéis, unidade de sentimento, unidade de pensamento, de fé, de ação. Um sentido eminentemente espiritual e afetivo. De modo algum se pode encaixar aqui as corporações religiosas heterogêneas, como pretendem os "ecumenistas" dos nossos dias. A unidade é dos que [creem], e dos que hão de crer. Nenhum *elan* eclesiástico. Nenhuma fusão espúria. Nenhuma federação ou aliança baseada em [interesses] discutíveis. (CHRISTIANINI, 1968, p. 9, grifos do autor).

A passagem não trataria de uma unidade alcançada através "de contatos, de entendimentos políticos, promoções, [acordos] formais ou coisas semelhantes", mas em "uma unidade de ser, de existir, de função, ou melhor, uma unidade de essência, de natureza, unidade subjetiva, espiritual", uma unidade que se compara àquela que existe entre o Pai e o Filho, "de essência divina e não de entidades heterogêneas." (CHRISTIANINI, 1968, p. 9, grifos suprimidos). Além disso, os versos expressam uma união dos fiéis com Deus e não "dos ramos ditos cristãos" (CHRISTIANINI, 1968, p. 9), das diferentes igrejas, mas do povo de Deus, do rebanho de Cristo, dos que sustentam a verdade, os adventistas.

Na edição especial de novembro de 1970, no sermão *A Igreja e sua unidade*, de Kenneth H. Wood (WOOD, 1970, p. 14-17), discorre-se a compreensão adventista de unidade conforme interpretada das Escrituras. Com base em João 17,11.20-23, menciona-se que a "expressão 'assim como nós [verso 11]' denota claramente uma unidade muitíssimo superior ao movimento ecumênico institucionalizado, e consideravelmente diferente" (WOOD, 1970, p. 14), pois enquanto este convoca os cristãos a trabalhar em conjunto mesmo com as divergências existentes, Cristo chama – conforme expressa o espírito de profecia – para serem um assim como ele e o Pai são um. Os cristãos, do mesmo modo, devem ser "um em desígnio, mente, em caráter" (WHITE, 2013a, p. 301) com Cristo. Os textos de Romanos 15,5-6 e I Coríntios 1,10 são destacados como parâmetros para a unidade. Para os adventistas, os cristãos devem estar unidos em suas principais crenças, naquelas que são verdades fundamentais das Escrituras, aspecto sobre o qual Tiago White escreveu na *Review and Herald* em 12 de outubro de 1876: "Em todas as questões importantes [...] é muito necessário que a Igreja permaneça em unidade." Problematiza-se que enquanto alguns cristãos observam o sábado e outros o domingo, enquanto alguns creem na volta de Cristo e outros a desconsideram, enquanto alguns acreditam no criacionismo e outros no evolucionismo, enquanto alguns creem na imortalidade condicional e outros na imortalidade inerente da alma, enquanto, enfim, não existe uniformidade entre os cristãos, constitui-se um equívoco considerar que o ecumenismo atende à oração de Jesus em João 17 em prol da unidade; que o ecumenismo representa uma grande confusão, que promove uma unidade deturpada e que o movimento ecumênico defende que não importa no que os diferentes grupos cristãos creem para aderir a ele.

4.4.4 Razões da recusa adventista em se unir ao movimento ecumênico

Em *Por que não nos unimos ao Conselho Mundial de Igrejas?*, artigo de maio de 1970 de Walter B. Beach (BEACH, 1970, p. 8-10), expõe-se as razões da resistência adventista em se aliar a organizações ecumênicas, como o CMI e o CNI, com a ressalva de que isso "não autoriza a conclusão de que os adventistas do sétimo dia estejam julgando [esses] conselhos e seus dirigentes. Sabemos que tais organizações possuem homens magnânimos que agem de [acordo] com a melhor compreensão que eles têm para fazer o que pensam ser a obra de Deus." (BEACH, 1970, p. 8). Os adventistas entendem que podem realizar a missão divina que lhes foi confiada com mais eficiência se se mantiverem afastados de organismos ecumênicos: "limitamos nossa participação a conscienciosa cooperação em setores de

atividade que podem ser úteis à igreja remanescente e a todos os demais participantes." (BEACH, 1970, p. 8). A recusa ocorre porque se entende que o movimento ecumênico limitaria a liberdade de crença e a evangelização da Igreja, além de "obliterar as distinções denominacionais" (BEACH, 1970, p. 8), "não por causa de mesquinhos sentimentos pessoais ou [ideias] farisaicas de santidade superior" (BEACH, 1970, p. 8). Os adventistas compreendem que, "embora testifiquem da verdade com humildade e amor, precisam manter-se separados, conservando a clareza e a eficácia de sua mensagem peculiar." (BEACH, 1970, p. 9). Duas das diferenças teológicas que desmotivam a união dos adventistas com entidades ecumênicas seriam a observância do sábado do sétimo dia como memória da criação divina em oposição à observância do domingo na maior parte das igrejas inseridas no movimento ecumênico, que representa, "no melhor dos casos, [...] esquecimento das verdades primordiais da relação entre Deus e o homem, e, na pior das hipóteses, como negação dessas verdades" (BEACH, 1970, p. 9); e o entendimento adventista em relação à natureza do ser humano e seu estado após a morte. A tendência do CNI e do CMI – no caso deste, observada em sua quarta assembleia, realizada em Uppsala, Suécia – de privilegiar a ação social dos cristãos ao invés de enfatizar as Escrituras e a cristologia, e a compreensão escatológica distinta dos adventistas, formam os outros argumentos da IASD contra a afiliação ecumênica (BEACH, 1970, p. 9-10). Para os adventistas, a verdadeira unidade cristã estaria em Cristo, não requerendo a união das igrejas, pois esta não produziria unidade genuína entre os cristãos (BEACH, 1970, p. 10).

Na seção *Consultoria doutrinária* da edição de junho de 1984 (VELOSO, 1984, p. 41-42), Mário Veloso (1984, p. 41) responde ao seguinte questionamento sobre *A Igreja Adventista e o ecumenismo*: "Há pessoas que acusam a Igreja Adventista de estar comprometida com a união das igrejas (ecumenismo). Esclareça, por favor, esta situação." Ao citar Apocalipse 16,13-14,[101] Veloso aponta que a união descrita no texto inclui a Igreja católica e as igrejas protestantes e está sendo alcançada por meio do movimento ecumênico, prevista pelo espírito de profecia (WHITE, 2013d, p. 387).

A IASD não vê possibilidade de integrar-se ao movimento em prol da união das igrejas. "Os adventistas nunca se opuseram à verdadeira unidade cristã. Uma unidade baseada na doutrina bíblica e nos ensinos de Cristo seria plenamente aceita pelos adventistas. Entendemos, porém, que o movimento ecumênico não é uma união baseada nas doutrinas

[101] "Então, vi sair da boca do dragão, da boca da besta e da boca do falso profeta três espíritos imundos semelhantes a rãs; porque eles são espíritos de demônios, operadores de sinais, e se dirigem aos reis do mundo inteiro com o fim de ajuntá-los".

bíblicas, mas na apostasia de Apocalipse 13." (VELOSO, 1984, p. 42). Avalia-se que ao buscar a unidade, as igrejas afastam-se cada vez mais dos ensinos das Escrituras, como a autoridade bíblica para a definição das crenças, a eternidade moral da lei para definir os problemas éticos da vida, a salvação pela fé em Cristo e a missão da Igreja de anúncio do evangelho que inclui a "verdade presente" de cada época da história. Elucida-se que a Igreja Adventista não faz parte do CMI, nem integra de outra forma o movimento ecumênico. "Insistimos que isto não se verifica porque esta Igreja seja contrária à unidade do cristianismo. Busca a unidade em Cristo, baseada na doutrina bíblica" (VELOSO, 1984, p. 42), o que não impede que algum adventista, em certas oportunidades, participe como observador – e não como representante oficial da IASD – das reuniões do CMI. A ocorrência de encontros de líderes do conselho com teólogos adventistas tem por propósito o estudo de questões doutrinárias, visto que a Igreja está interessada em dirimir incompreensões sobre suas crenças aos demais cristãos.

No editorial da edição de agosto de 2018, *A agenda ecumênica: por que os adventistas não adotam o ecumenismo*, Marcos De Benedicto (DE BENEDICTO, 2018, p. 2) explica que a Igreja Adventista segue uma postura "consciente e coerente" desde seus primórdios e entende que existe um ecumenismo positivo, com pautas que podem ser compartilhadas, e outro negativo, um "ecumenismo ideológico e comprometedor" a ser evitado. "Cooperar em boas causas comuns, como saúde, liberdade religiosa e projetos sociais, não significa ecumenismo no sentido negativo." Reconhece-se que o adventismo iniciou a partir de uma "espécie" de ecumenismo, por agregar pessoas de várias denominações que, num paradoxo explicado na introdução da crença fundamental número 13,[102] "não são um grupo sectário e respeitam todas as denominações, mas ao mesmo tempo reconhecem seu papel especial." Pela compreensão teológico-profética adventista, os esforços para recuperar a união perdida dos cristãos ganhará cada vez mais força, mas em perspectiva negativa, dada a descrição do Apocalipse de um "ecumenismo sinistro" em que "espíritos de demônios" unirão os governantes do "mundo inteiro" (Ap 16,13-14) em uma grande "confederação ecumênica" que guerreará contra Deus e seu povo. Para a teologia adventista, Deus chama as pessoas a "saírem do ecumenismo do mal (Babilônia) e se unirem ao ecumenismo do bem (Ap 14:6-7; 18:1-4)". O desejo de Cristo "para a igreja inclui a unidade (Jo 17)" que deve "ser buscada com base no amor e na verdade"; o genuíno ecumenismo "se dá em torno de Cristo, é movido

[102] "A Igreja universal se compõe de todos os que verdadeiramente creem em Cristo; mas, nos últimos dias, um tempo de ampla apostasia, um remanescente tem sido chamado para fora, a fim de guardar os mandamentos de Deus e a fé de Jesus." (AM, 2016, p. 204).

pelo Espírito, regido pela Palavra e voltado para a glorificação de Deus e o bem das pessoas." (DE BENEDICTO, 2018, p. 2).

4.4.5 Críticas ao envolvimento político e social do movimento ecumênico

No artigo *A ameaça de uma união de igrejas monolítica* de Teodoro Carcich (CARCICH, 1970, p. 3-5) de dezembro de 1970, critica-se o CMI, o CNI e a Comissão de Consulta sobre União da Igreja (COCU), sobretudo o CNI, por estar constantemente "envolvido em problemas sociais e políticos, que, segundo a nossa opinião, não constituem a principal tarefa da igreja cristã", pois tendem "a influenciar a legislação que prepara o fundamento (embora isto não seja intencional, mas inevitável em tais circunstâncias) para um [governo] dominado pela igreja." (CARCICH, 1970, p. 3). Embora os adventistas digam não querer julgar os organismos que trabalham para melhorar as condições sociais da humanidade, entendem que o modo de organização e ação dos conselhos de igrejas conduzem à união monolítica dos cristãos em cumprimento, "total ou parcial", da profecia de Apocalipse 13,14-17[103] (CARCICH, 1970, p. 4).

4.4.6 O ecumenismo como aliança contra minorias religiosas

Em um balanço dos atos mais significativos dos primeiros anos do pontificado de Francisco, com foco em seu carisma e apelo social, publicado em março de 2015, o artigo *Dois anos de Francisco* de Vanderlei Dorneles (DORNELES, 2015, p. 30-32) destaca-o como articulador do ecumenismo. Lembrando uma mensagem enviada pelo papa a líderes carismáticos dos Estados Unidos em que pediu a superação das divisões entre os cristãos, além de outro pedido, feito em Jerusalém em maio de 2014, em favor da união das religiões pela paz mundial, prevê-se que os resultados de um pontificado de Francisco "em termos um vasto ecumenismo" (DORNELES, 2015, p. 32), incluindo ateus e secularizados em um movimento em prol da paz mundial, "seria uma grande realização", não existisse o perigo de tal aliança se voltar contra "uma minoria" (DORNELES, 2015, p. 32) – leia-se, os adventistas

[103] "Seduz os que habitam sobre a terra por causa dos sinais que lhe foi dado executar diante da besta, dizendo aos que habitam sobre a terra que façam uma imagem à besta, àquela que, ferida à espada, sobreviveu; e lhe foi dado comunicar fôlego à imagem da besta, para que não só a imagem falasse, como ainda fizesse morrer quantos não adorassem a imagem da besta. A todos, os pequenos e os grandes, os ricos e os pobres, os livres e os escravos, faz que lhes seja dada certa marca sobre a mão direita ou sobre a fronte, para que ninguém possa comprar ou vender, senão aquele que tem a marca, o nome da besta ou o número do seu nome."

– que não enxerga no ecumenismo a ação do Espírito em conduzir pessoas a obedecer às Escrituras.

4.4.7 O ecumenismo como restauração do domínio católico sobre o mundo

Após apresentar as datas de realização das sessões do Concílio Vaticano II, os documentos produzidos e os temas neles abordados, o artigo *Vaticano II – mais de dez anos* de Arnaldo B. Christianini (CHRISTIANINI, 1973, p. 2), para a edição de janeiro de 1973, destaca o que mais interessou aos adventistas no concílio: a "abertura" e o "diálogo" com os protestantes, agora chamados de "irmãos separados". Para os membros da IASD "familiarizados com as profecias, esse diálogo com o outrora repudiado protestantismo constituiu-se no primeiro passo para a aliança das igrejas predita em [Apocalipse] 13 e referendada em vários textos do espírito de profecia." Considera-se que o ecumenismo avançou rapidamente com o diálogo posto em prática logo após o encerramento do concílio. Com os atos fraternos entre católicos e evangélicos realizados "além dos limites do bom senso", como os cultos ecumênicos e as celebrações conjuntas, mesmo com a resistência de algumas igrejas, "o namoro ecumênico já está virando noivado, e não demorará o dia das núpcias. Porque elas estão preditas. É questão de amadurecimento." Elas atestam o progresso da caminhada ecumênica, uma estratégia da Igreja católica para reunir todo o mundo sob seu poder, representando o cumprimento de profecias do tempo do fim. "Sabemos, nós adventistas, que o ecumenismo é um lance político de Roma que visa ao dominismo papal sobre toda a chamada cristandade." O diálogo e a aproximação se prestariam a diminuir o empenho missionário dos protestantes e tornar irrelevantes as diferenças de crenças das confissões cristãs.

4.4.8 O ecumenismo como falsa união de igrejas

Em *Critérios de origens divinas*, artigo de Arthur L. White (WHITE, 1974, p. 4-5, 15) publicado na edição de maio de 1974, aponta-se a Bíblia como determinante para identificação do verdadeiro e do falso no tocante às experiências do Espírito sentidas no meio cristão, além do papel da fé e das obras para a salvação de cada indivíduo (WHITE, 1974, p. 4). Alerta-se aos adventistas para não se envolverem com o "moderno movimento ecumênico que pretende unir os homens em toda a parte sob o estandarte do amor." (WHITE, 1974, p. 5).

Aponta-se o ecumenismo como falsa união firmada em torno do amor que ignora a responsabilidade dos cristãos para com os mandamentos divinos e as verdades das Escrituras.

4.4.9 Esclarecimentos sobre a relação da Igreja Adventista com outros organismos cristãos

Em entrevista a Marcos De Benedicto (DE BENEDICTO, 2006, p. 6-7), publicada como *Bandeira da liberdade* na edição de maio de 2006, John Graz, que assumiu a liderança do Departamento de Liberdade Religiosa da Associação Geral da Igreja Adventista em 1995 e na mesma época se tornou o secretário geral da IRLA, analisou a situação da liberdade religiosa no mundo, bem como o trabalho efetuado pela Igreja Adventista. Graz precisou que a IASD atua como observadora nas assembleias do CMI. "Às vezes, as pessoas fazem confusão entre o Conselho Mundial de Igrejas e a Associação das Comunhões Cristãs Mundiais, organização interconfessional que representa dois bilhões de cristãos e da qual a nossa igreja fez parte." Ele assinalou as diferenças no trabalho dos dois organismos: o CMI na busca da unidade visível dos cristãos e as Comunhões Cristãs Mundiais na troca de informações, tentativa de solução de problemas comuns e incentivo ao diálogo. Sobre o movimento ecumênico, Graz apontou de positivo o contato propiciado entre grupos minoritários como a Igreja Adventista com diversas lideranças religiosas, o que a tornou mais conhecida de outros grupos cristãos, e mencionou os proveitosos diálogos com os luteranos, a Aliança Mundial de Igrejas Reformadas e o Exército da Salvação. Do desconhecimento e preconceito, frequentemente, os que entram em diálogo com a IASD "mudam sua opinião a nosso respeito e nós passamos a compreendê-los melhor. É importante entender que, num diálogo, cada um mantém sua posição. Enquanto o isolamento gera ignorância, o diálogo produz compreensão." (DE BENEDICTO, 2006, p. 7).

4.5 O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO NA REVISTA ADVENTISTA

4.5.1 O diálogo inter-religioso em conflito com a exclusividade cristã

No artigo *Caminho exclusivo*, que trata da crença adventista da singularidade e da exclusividade da salvação em Jesus Cristo e discute o atual pluralismo religioso, de autoria de Glauber Araújo (ARAÚJO, 2014, p. 8-11), publicado na edição de dezembro de 2014, assevera-se que no diálogo inter-religioso muitos conceitos essenciais do cristianismo, como a

atuação de Jesus, a salvação, o pecado, a morte, a vida são "readaptados, reformulados e reinterpretados" (ARAÚJO, 2014, p. 10). Não se considera possível compatibilizar o pluralismo religioso com as afirmações de Jesus de ser o caminho da salvação (Jo 3,16) exclusivo (Jo 3,18), excluindo "qualquer outra forma de salvação." (ARAÚJO, 2014, p. 11). Levanta-se uma questão que, para Araújo (2014, p. 11), tem sido pouco discutida nos círculos ecumênicos: qual a necessidade de evangelizar se a salvação está disponível por outros caminhos? E a grande comissão de Mateus 28,19?[104] A teologia adventista tem dificuldade em acolher a pluralidade e o diálogo inter-religioso; abrandar a compressão da singularidade e exclusividade de Cristo para a salvação se configuraria em desonestidade com a revelação bíblica.

4.5.2 Aspectos positivos do relacionamento da Igreja Adventista com outras igrejas e religiões

O artigo *Construind*o *o diálogo* da edição de agosto de 2018, de autoria de Ganoune Diop (DIOP, 2018, p. 12-15), diretor do Departamento de Assuntos Públicos e Liberdade Religiosa da Igreja Adventista e secretário-geral da IRLA, escrito em virtude dos 70 anos de fundação do CMI completos em agosto de 2018, discute como os adventistas podem se relacionar com as demais igrejas e as religiões mundiais sem incorrer no "ecumenismo de crenças" (DIOP, 2018, p. 12). Destaca-se que a Igreja Adventista não faz parte do CMI, embora participe de suas reuniões como observadora. Como tal postura gera dúvidas em muitos membros, o artigo expõe a posição da Igreja em relação ao movimento ecumênico e o diálogo inter-religioso. Os adventistas admitem existir valores em comum com outras igrejas e religiões que podem servir como pontos de diálogo e parcerias visando melhorar as condições de vida de todos os seres humanos.

> Por exemplo, os adventistas adotaram a abstinência de bebidas alcoólicas, um ponto em comum com os muçulmanos. Muitos adventistas também se abstêm de comer carne, ponto em comum com o hinduísmo e o budismo. A maioria dos adventistas evita as bebidas cafeinadas, ponto em comum com os mórmons. Mesmo os adventistas que comem carne se abstêm das que são consideradas imundas (Lv 11; Dt 14), ponto em comum com os judeus. (DIOP, 2018, p. 13).

Em outro nível, levando-se em conta as nuances do conteúdo, a crença na criação da Terra e no retorno de Cristo compartilhada por diferentes grupos religiosos que enfatizam a

[104] "Ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo".

intervenção escatológica divina para estabelecer justiça e paz perene no mundo constitui-se, também, em um ponto de aproximação. "[...] o adventismo é uma ponte oportuna para a maioria das religiões, e sua mensagem pode ecoar positivamente em vários contextos e culturas." A Igreja entende que para dialogar necessita compreender e ser compreendida pelo outro. Para tanto, busca "conhecer melhor as crenças, as concepções de mundo e os valores de pessoas de outras religiões ou convicções, em seus próprios termos, de acordo com sua própria visão de mundo." (DIOP, 2018, p. 13).

Mesmo que caracterizados por um senso de missão e anúncio de uma mensagem que deve atingir a todos os seres humanos, "os adventistas insistem na liberdade de cada indivíduo poder manter suas convicções." (DIOP, 2018, p. 14). Em sua compreensão de unidade cristã, ecumenismo e diálogo inter-religioso, a Igreja reconhece como legítimo o direito de indivíduos e instituições se unirem para proteger e salvar pessoas e afirmar a sacralidade da vida. Na execução de sua missão, os adventistas buscam se envolver com essas instituições e outras entidades cristãs. Todavia, no contato com as organizações cristãs globais coloca-se na posição de observadora nas reuniões, abrindo-se à cooperação com outras igrejas em segmentos que não afetem sua identidade, missão e mensagem. A Igreja adota como regra "não se tornar membro de qualquer corpo ecumênico que diminua o impacto da distinta mensagem" (DIOP, 2018, p. 14) quanto ao sábado e a volta de Cristo. Todo engajamento empreendido pela Igreja com qualquer instituição ou organização, eclesiástica ou política, realiza-se baseada no que os adventistas consideram a razão de sua existência, ser "sal" e "luz" do mundo (Mt 5,13-17), oferecendo esperança à humanidade. No cumprimento desse propósito, a IASD procura seguir o método de Jesus exposto por Ellen G. White (2013a, p. 92): servir as pessoas, alimentá-las e curá-las sem esperar nada em troca, fazendo-as saber e sentir que possuem liberdade para traçar seu futuro, mesmo que seja sem a companhia dele (DIOP, 2018, p. 15).

Ainda que não faça parte de organizações ecumênicas que solicitam adesão, a Igreja Adventista possui o *status* de convidada ou observadora nas reuniões. A cooperação com outras denominações testifica o reconhecimento adventista dos organismos que trabalham pela evangelização do mundo (AG, 2012, p. 152). Diop (2018, p. 15) lembra que Ellen G. White recomendou que em algumas situações os membros cooperassem com outras igrejas que defendiam o mesmo ponto de vista, em debates públicos envolvendo temperança (WHITE, 2004c, p. 105), e que os pastores orassem pelos líderes de outras igrejas (WHITE, 2004c, p. 75).

Para a teologia adventista, no tema da unidade, a lealdade à verdade precede o desejo divino pela união. “Apesar de Deus sempre ter desejado unir todas as famílias da Terra (Gn 12:1-3; Jo 17), a unidade não é um valor supremo, nem superior ao da verdade. Na prática, a unidade genuína só pode acontecer em torno da verdade de Deus revelada nas Escrituras.” (DIOP, 2018, p. 15). Assim, os princípios que norteiam a relação dos adventistas com os demais cristãos e outras religiões, e que estão destacados no espírito de profecia, são a verdade e a liberdade religiosa (WHITE, 2007a, p. 85-86). A Igreja Adventista não se alia a grupos ecumênicos organizados por oposição “ao ecumenismo como doutrina ou como meio de fundir igrejas cristãs em uma igreja mundial” nem adere a “alianças sincretistas” que atenuam “o peso da verdade” (DIOP, 2018, p. 15). Para a teologia adventista, “a unidade doutrinária entre as igrejas cristãs é enganosa e inatingível, a menos que as igrejas percam suas crenças distintivas”. Mesmo considerando outros cristãos como verdadeiros irmãos em Cristo, “o princípio que levou a Igreja Adventista a não ser membro de uma união de igrejas organizada foi a liberdade religiosa” (DIOP, 2018, p. 15), que lhe garante o direito de compartilhar suas convicções religiosas e convidar outros a se unirem a ela sem ser acusada de proselitismo. A maior preocupação dos adventistas está na possibilidade de impedimento de suas atividades evangelísticas. A Igreja sustenta que a liberdade de religião e crença se constitui num dom divino inegociável de todo cristão ou grupo religioso e que, pela missão, todos os cristãos podem se unir no testemunho de Cristo perante o mundo.

As reflexões teológicas manifestas na *Revista Adventista* definem o ecumenismo como um dos sinais do fim do mundo que enfraquece a identidade da Igreja; criticam, a partir da compreensão de unidade e da interpretação bíblico-profética adventista, as formulações de unidade do movimento ecumênico; explicitam as razões adventistas para recusar se unir ao movimento ecumênico organizado; criticam o envolvimento político e social, em detrimento de ações evangelizadoras, das igrejas participantes do movimento ecumênico; demarca o ecumenismo como uma ameaça contra minorias religiosas e uma estratégia da Igreja católica para recuperar sua hegemonia no cristianismo; enquanto falsa união de igrejas que privilegia o amor e ignora a responsabilidade cristã com os mandamentos e verdades escriturísticas; e presta esclarecimentos sobre a relação dos adventistas com outros organismos cristãos, como o CMI e a FLM. O periódico considera que o diálogo inter-religioso entra em conflito com a exclusividade cristã e aponta aspectos que considera positivos no relacionamento dos adventistas com outras igrejas e religiões.

5 CONTRAPOSIÇÕES E CONVERGÊNCIAS À COMPREENSÃO DE ECUMENISMO E DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO DA IGREJA ADVENTISTA

Antes de indicar possibilidades efetivas de diálogo entre a IASD e outras igrejas e religiões, desenvolve-se a fonte do diálogo inter-religioso, seu papel para a construção da paz, sua base e presença nas Escrituras, suas agendas, finalidade(s) e formas e sua espiritualidade. Na sequência, a partir dos referenciais, equívocos e incompreensões dos adventistas sobre o ecumenismo e o diálogo inter-religioso, confrontam-se e contrapõem-se a teologia adventista, a declaração sobre o movimento ecumênico e o material examinado na *Revista Adventista* com a bibliografia especializada da teologia ecumênica e do diálogo inter-religioso a respeito da interpretação escatológica e da identidade adventista, dos fundamentos da unidade da Igreja, do separatismo cristão, das crenças denominacionais, da compreensão ecumênica, normatividade e autoridade das Escrituras, da missão e do evangelismo, do envolvimento em questões políticas e sociais, da liberdade religiosa e dos direitos humanos, da presença adventista em organismos ecumênicos, das minorias religiosas, do proselitismo religioso, da superação de preconceitos entre as igrejas, da manutenção das identidades religiosas no diálogo inter-religioso e da abertura ao diálogo com outras igrejas e religiões.

5.1 FONTE DO DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO

Deus se constitui como fonte de todo o diálogo em razão do seu ser amoroso (1Jo 4,8.12). Seu amor salvífico se manifestou e foi comunicado ao mundo por Cristo, que está presente e age por meio do Espírito Santo. A Igreja precisa ser o sinal vivo do amor divino para torná-lo preceito de vida a todos os cristãos. Todas as ações e aspectos da Igreja necessitam ser impregnados de amor por fidelidade a Cristo (DM 9). Em Deus Pai contempla-se um amor desmedido sem limite de espaço e tempo. No Filho, verbo encarnado, comunica-se esse amor. No Espírito Santo, a fé ajuda no discernimento da permanente força da vida, de movimento e de regeneração (LG 4) que atua no fundo das consciências e acompanha o trilhar misterioso dos corações na direção da verdade (GS 22). O Espírito antecede e segue a marcha da Igreja, que precisa discernir os sinais de sua presença e segui-lo, para onde for conduzida, com humildade e discreta colaboração (DM 22-24) (FITZGERALD, 2008, p. 69).

> Segundo a fé cristã, o modelo de unidade que nos é proposto é a Trindade, uma unidade que inclui a diferença pela distinção das pessoas divinas que é, ao mesmo tempo, comunhão entre essas mesmas pessoas. Por conseguinte, a unidade do gênero

> humano não se fará pela redução das diferenças ou pela unificação cultural, mas mantendo-se essas diferenças numa tensão criativa. Essa unidade está diante de nós, na participação da vida divina, a saber, esse destino comum que Deus preparou para toda a humanidade. Mas essa unidade se realiza já na pessoa de Jesus Cristo, o verbo de Deus encarnado. (FITZGERALD, 2008, p. 80).

Deus "deseja que todos os homens sejam salvos e cheguem ao pleno conhecimento da verdade" (1Tm 2,4). Visto que Deus deseja a salvação de todos, ele deve possibilitar a cada de um, de modo ou de outro, alcançá-la. A admissão de tal princípio gera consequências práticas. Nenhuma pessoa pode ser excluída da salvação, que se configura como participação na vida divina, graça realizada pelo Pai no verbo encarnado pelo Espírito, com o pretexto dela não ser cristã. Todos sabem da existência de pessoas de grande retidão moral que pertencem a outras religiões. Pode-se duvidar que elas são beneficiadas pelo amor misericordioso de Deus e sua amizade? Atribuir a salvação apenas aos cristãos implica impossibilitá-la a uma parcela significativa da humanidade (FITZGERALD, 2008, p. 82).

O amor está na base do diálogo e da missão evangelizadora da Igreja, "pois Deus é amor" (1Jo 4,8). A dimensão trinitária do amor divino forma o fundamento teológico do diálogo, firmado na comunicação entre as pessoas da divindade, abrindo o mistério trinitário em perspectiva universal com o propósito da unidade dos seres humanos, pois Cristo veio ao mundo não para condená-lo, mas salvá-lo (Jo 3,17). Da mesma forma, espera-se que seus discípulos transmitam esperança e salvação. A unidade almejada por Cristo deve ser preservada em sua base fundacional do amor, até em seu engajamento missionário. A busca da unidade significa prolongar um movimento de amor vivenciado na comunhão, na imitação da Trindade (FITZGERALD, 2008, p. 87-88).

5.2 O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO PARA A CONSTRUÇÃO DA PAZ

As religiões não podem se furtar do compromisso de colaborar para a construção de uma sociedade em que a justiça e a paz sejam os valores mais importantes. "O diálogo inter-religioso pode contribuir para que as religiões sejam mais abertas e mais flexíveis, mais acolhedoras e mais amorosas. Só assim as religiões poderão realizar a contento a sua missão de ser portadoras de esperança." (SANCHEZ, 2015, p. 15). No presente momento, cabe às religiões mundiais a responsabilidade pela promoção da paz no mundo. "No futuro [– se não agora], a credibilidade de todas as religiões, também das pequenas, vai depender da sua capacidade de acentuar mais aquilo que as une e menos aquilo que as divide." (KÜNG, 2003, p. 10). Imagine-se o que ocorreria no mundo se os líderes de todas as religiões, grandes e

pequenas, se pronunciassem decididamente em prol da responsabilidade comum pela paz, pelo amor a toda a humanidade, pela não violência, pela reconciliação e pelo perdão. Todas as religiões precisam reconhecer sua corresponsabilidade pela paz mundial (KÜNG, 2003, p. 126).

Uma disposição de abertura na verdade e no amor deve caracterizar o diálogo inter-religioso, mesmo com os obstáculos e dificuldades encontradas, principalmente os fundamentalismos de toda ordem. "Este diálogo inter-religioso é uma condição necessária para a paz no mundo e, por conseguinte, é um dever para os cristãos e também para outras comunidades religiosas. Este diálogo é, em primeiro lugar, uma conversa sobre a vida humana" (EG 250) que ensina a aceitar o outro em seu modo diferente de ser, pensar e se expressar. Na adoção de tal método, pode-se assumir conjuntamente a responsabilidade de servir a justiça e a paz, que pode ser o princípio de todo intercâmbio inter-religioso. A busca da paz e da justiça social no diálogo se configura, em si, mais do que um aspecto apenas pragmático, em compromisso ético que gera novas situações sociais. A escuta do outro no empreendimento de esforços sobre um tema específico conduz à purificação e enriquecimento dos envolvidos no diálogo, concretizando o amor à verdade (EG 250).

> Neste diálogo, sempre amável e cordial, nunca se deve descuidar o vínculo essencial entre diálogo e anúncio, que leva a Igreja a manter e intensificar as relações com os [membros de outras religiões].[105] Um sincretismo conciliador seria, no fundo, um totalitarismo de quantos pretendem conciliar prescindindo de valores que os transcendem e dos quais não são donos. A verdadeira abertura implica conservar-se firme nas próprias convicções mais profundas, com uma identidade clara e feliz [...]. Não nos serve uma abertura diplomática que diga sim a tudo para evitar problemas, porque seria um modo de enganar o outro e negar-lhe o bem que se recebeu como um dom para partilhar com generosidade. Longe de se contraporem, a evangelização e o diálogo inter-religioso apoiam-se e alimentam-se reciprocamente. (EG 251).

O diálogo inter-religioso "compreende os diversos esforços de aproximação entre as diversas religiões tanto do ponto de vista do discurso como também do das práticas destas, visando em última instância, à cooperação para a convivência pacífica e à solução dos grandes problemas humanos." (SANCHEZ, 2005, p. 58). Ele abrange comunicação e compartilhar de experiência, visão, reflexão e vida entre fiéis de diferentes religiões, removendo preconceitos, crescendo rumo à compreensão e enriquecimento mútuo, visando o discernimento e testemunho comuns e o compromisso de promover e defender os valores humanos e espirituais, conduzindo a níveis profundos de experiência espiritual, numa jornada conjunta de

[105] Substitui-se o termo "não cristãos" por membros de outras religiões pela primeira forma "ser considerada hoje ofensiva. [...] Deve-se chamar as pessoas a partir da própria autocompreensão, não a partir de uma compreensão estranha" a elas (DUPUIS, 2004, p. 23).

comunhão de mentes e corações rumo ao reino para o qual Deus chama todos os povos (FCBA, 2005, p. 290).[106] "[...] a despeito de muitas e profundas diferenças entre as diferentes religiões, existem também elementos de aproximação e pontes para o entendimento. Essas afinidades são importantes para a convivência e para a cooperação das religiões num mundo cada vez mais globalizado." (KASPER, 2015, p. 51).

Em um mundo "pluriétnico, multicultural e multirreligioso", requer-se um salto qualitativo adequado ao contexto do pluralismo "se quisermos estabelecer, no futuro, entre os povos, entre as culturas e as religiões do mundo relações mútuas abertas e positivas, ou seja, relações de diálogo e de colaboração, numa palavra, de encontro mais que de desencontro, com base num passado já deixado para trás." (DUPUIS, 2004, p. 24). A cooperação das religiões para a convivência pacífica visa solucionar os grandes problemas da humanidade (SANCHEZ, 2005, p. 58-59). Abrir-se ao diálogo inter-religioso, "a convivência pacífica e para cooperação é, atualmente, um dos critérios utilizados na sociedade ocidental para reconhecer a legitimidade desta. Uma religião que não aceita dialogar e que é intolerante em suas posições tem dificuldade para ser reconhecida." (SANCHEZ, 2005, p. 59).

Afirmar a importância do diálogo inter-religioso significa consolidar a igualdade entre os parceiros do diálogo, e não que cada participante deva abandonar as convicções pessoais oriundas de sua tradição religiosa (SANCHEZ, 2005, p. 59-60). Dialogar não implica autonegar-se (KÜNG, 2003, p. 139). Quem almeja participar do diálogo inter-religioso necessita definir-se

> a partir de determinada identidade cultural e religiosa. Se, sob pretexto de abertura e universalidade, não me situo em parte alguma, o diálogo não existirá. [...] Pretender-se "cidadão do mundo" quando não se está enraizado em parte alguma é pura demagogia. [...] quando se trata do diálogo inter-religioso, a fidelidade a si mesmo, ou seja, ao seu próprio engajamento de fé, é a condição mesma de um verdadeiro encontro. É preciso denunciar a ilusão segundo a qual seria necessário colocar a fé entre parênteses, ou simplesmente em suspenso, para melhor unir-se ao outro. (GEFFRÉ, 1993, p. 63).

Se os dialogantes não se definem a partir de certa identidade religiosa e cultural, não há diálogo (GEFFRÉ, 2013, p. 16). Da mesma forma, seria absurdo decretar, a partir do pretexto de abertura ao outro, que todas as religiões se equivalem. Exige-se, como critério para o diálogo inter-religioso, que se busque um terreno comum de entendimento, com bases

---

[106] "O texto final é resultado de um trabalho de estudo e consulta dos membros da [Comissão Consultiva Teológica da Federação de Conferências de Bispos Asiáticos] e de outros teólogos ao longo de um período de dois anos e foi aprovado na reunião de Singapura, em abril de 1987. Sua primeira publicação em língua portuguesa foi feita pela revista SEDOC" em 2000 (FCBA, 2005, p. 278).

comuns que permitam aos interlocutores avançar na identificação de suas convergências e divergências (GEFFRÉ, 1993, p. 68). “Praticando o respeito absoluto às divergências, não se pode renunciar à busca de certos critérios [...] de convergência. Mas a experiência [ensina] que não há regra geral. Deve-se proceder caso a caso, em função desta ou daquela religião.” (GEFFRÉ, 1993, p. 69).

O diálogo entre as religiões do mundo se apresenta como vital para a paz. São as religiões que permeiam, inspiram e legitimam os conflitos políticos mais fanáticos e cruéis. Muito ganhariam os povos se as religiões tivessem percebido antes sua responsabilidade pela fraternidade, a não violência, a reconciliação e o perdão, e se tivessem resolvidos conflitos ao invés de incentivá-los. A teologia ecumênica reconhece sua corresponsabilidade com a paz mundial. Não se consegue a paz entre os povos sem a paz entre as grandes religiões do mundo. Não há paz entre as grandes religiões sem paz entre as igrejas (KÜNG, 1999, p. 261).

O projeto de um entendimento universal entre as religiões não pode e não deve ser de uma religião unificada no mundo todo. “[...] uma religião mundial imposta seria um desastre do ponto de vista espiritual, além de ser tão fraca em substância religiosa que não exerceria a função para cujo desempenho teria sido criada.” (VISSER’T HOOFT, 1968, p. 76). O diálogo inter-religioso não se quer sincrético. Um sincretismo conciliador se constituiria num totalitarismo dos que pretendem conciliação prescindindo de valores que os transcendem e dos quais não possuem propriedade. Abrir-se ao diálogo implica conservar-se firme nas próprias convicções. “Não nos serve uma abertura diplomática que diga sim a tudo para evitar problemas, porque seria um modo de enganar o outro e negar-lhe o bem que se recebeu como um dom para partilhar com generosidade.” (EG 251).

O diálogo inter-religioso não tem por finalidade realizar uma unidade visível das religiões. A busca de uma super-religião mundial

> é pura utopia. Temos mesmo o direito de pensar que se trata de uma utopia perigosa, porque acarretaria o desaparecimento de inegáveis riquezas próprias a cada tradição religiosa. [...] o diálogo inter-religioso se tornou uma necessidade em função das grandes causas que solicitam a responsabilidade da consciência humana. Mas é justamente a partir dos recursos espirituais próprios de cada tradição religiosa que o diálogo inter-religioso pode se tornar um modelo e um estímulo para o que poderia ser a convivência na diversidade da comunidade humana [...]. O diálogo entre as religiões tornou-se, portanto, uma nova etapa na história religiosa da humanidade. E prova que é possível adotar uma atitude de abertura e de compreensão, mesmo quando se reivindicam verdades diferentes. (GEFFRÉ, 2013, p. 119).

Tal busca deve ser de um *ethos* comum que não deverá substituir religiões, como, às vezes, erroneamente se pensa. “Não se trata, pois, de chegar a uma religião única, nem a um

coquetel de religiões, nem de substituir a religião por uma ética. Mas, antes, de um empenho pela paz entre os homens das diferentes religiões deste mundo, o que constitui uma necessidade urgente", visto que não "haverá paz entre as nações, se não existir paz entre as religiões. Não haverá paz entre as religiões, se não existir diálogo entre as religiões. Não haverá diálogo entre as religiões, se não existirem padrões éticos globais." (KÜNG, 2004, p. 17, grifo suprimido). Contribui para o diálogo entre as diferentes religiões que os cristãos conheçam suas próprias tradições e crenças para desenvolver atitudes de respeito e compreensão mútua (FIUC, 2017, p. 120-121).

Uma dimensão característica do processo de diálogo está na abertura calorosa, empatia, simpatia e hospitalidade para com o outro, preservada sempre a própria identidade, não atuante como barreira de separação, mas ponte de comunhão (BOFF, 2014a, p. 10). O diálogo cobra disponibilidade interior de abertura e acolhimento que evite o extremo da ingenuidade ou da crítica exacerbada (TEIXEIRA, 1995, p. 210). "Quem – cristão ou não – seriamente preocupado pelo religioso e por sua repercussão na humanidade não sentiu alguma vez a urgência de enriquecer a vivência de sua tradição com os contributos das demais?" (QUEIRUGA, 2009, p. 61). Antes de definir a base de sustentação do diálogo inter-religioso, aquilo que lhe confere validade e o torna possível e fecundo, considera-se que se trata da interação de corpos religiosos e doutrinários diferentes, cada qual possuinte de uma identidade construída durante séculos de vivência espiritual irrenunciável por ser patrimônio essencial de um povo. A história demonstra que se situamos o diálogo no nível das doutrinas, visões de mundo, do ser humano e de Deus, geram-se enfrentamentos e disputas sobre quem possui a melhor verdade e o melhor caminho para se chegar a Deus. "Por aí *no hay camino*. Para chegar ao diálogo verdadeiro, todos devem dar um passo atrás. Devem identificar aquela fonte comum da qual todos bebem, todos se alimentam e que anima continuamente todo o edifício religioso. Essa fonte é a espiritualidade." (BOFF, 2014a, p. 10). O estabelecimento de uma harmonia inter-religiosa baseada no entendimento e respeito mútuos inclui a promoção de mais contatos entre os seguidores de diferentes religiões, especialmente entre as que contêm práticas comuns (DALAI LAMA XIV, 2015, p. 171).

O diálogo se constitui em tarefa difícil e não há previsão de que se possa chegar à unidade. De que modo for, ser realista não equivale a pessimismo. Deve se ter em conta que nem tudo no diálogo se resolve no nível dos acordos teóricos ou nas coincidências explícitas. O contato real e o conhecimento direto entre as diversas religiões mostraram a enorme complexidade da situação, que não pode ser mais abordada com visões simplistas ou posturas excludentes. Concomitantemente, demonstrou-se a existência de variados intercâmbios, em

certos casos conscientes, na maior parte deles constituintes de uma rede de interfluxos na práxis e de comunhão vivencial que tem produzido aproximações cordiais e mudanças profundas na mentalidade dos dialogantes (QUEIRUGA, 2007, p. 193-194).

5.3 O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO NAS ESCRITURAS

Dupuis faz referência a Donald Senior e Carroll Stuhlmueller que apontam não existir "nenhuma solução exaustiva" sobre a interação do cristianismo com as demais religiões. Cita-se a possibilidade de se concluir a partir da Bíblia: que as raízes da religião bíblica se encontram nas religiões e culturas ao redor de Israel; a autoconsciência de sua identidade religiosa como povo eleito que motivou juízos negativos de outros sistemas religiosos, tidos como vã idolatria; que tal sentido de autoridade e identidade produziu também no Novo Testamento avaliações negativas de outras religiões, recusando dar aos grupos religiosos diferentes do judaísmo e cristianismo qualquer valor; variados posicionamentos sobre os gentios, quando tomados individualmente, de hostilidade a admiração; o reconhecimento de alguns escritores bíblicos da genuína experiência religiosa de integrantes de outras religiões individualmente; em Paulo, o reconhecimento da possibilidade da religião natural, em que se pode reconhecer o verdadeiro Deus na ordem e na beleza da criação, embora para um escrito bíblico fosse inimaginável expressar admiração por um legítimo culto e uma verdadeira religião fora da Bíblia, casos raros e tratados em uma atitude majoritariamente negativa (DUPUIS, 2004, p. 37).

No desígnio religioso de Jesus, observa-se uma vontade de continuidade e descontinuidade. Ele não

> pretende a separação do judaísmo e sua substituição pela instauração de uma nova "religião". O que ele quer é a instauração da adoração de Deus "em espírito e verdade" (Jo 4,23) por parte de todos os homens. [...] O que temos de observar [...] é como nem sequer a Igreja primitiva se desligou automaticamente do judaísmo no qual tem origem, depois da ressurreição de seu Senhor. Por decênios ela continua a fazer parte da estirpe judaica. Apenas progressivamente irá evoluindo nela a consciência de uma identidade religiosa distinta, e eventualmente de uma ruptura das suas origens. O cristianismo se entenderá somente então como "via" distinta, embora originada de Israel. Seja qual for o modo como se deva entender a origem em Cristo da Igreja cristã, pode-se afirmar com segurança que o Jesus histórico não teve uma intenção formal de separação entre as duas "religiões", a judaica e a cristã. Sua atitude pessoal em relação aos "pagãos" com os quais esteve em contato e a sua avaliação da vida religiosa deles eram inspiradas por sua vontade de renovação espiritual da religião. O horizonte do pensamento do Jesus histórico não era, com efeito, a Igreja cristã como religião distinta, mas o reino que Deus estava instaurando na sua vida, por meio de suas palavras e seus gestos. (DUPUIS, 2004, p. 41).

Aqueles que não pertencem ao povo escolhido podem, na lógica do pensamento de Jesus, ingressar no reino de Deus através da fé e conversão ao Deus do reino e ser seus membros de pleno direito, pois o Deus do reino se constitui num "Deus [...] que não faz acepção de pessoas" (Dt 10,17). Jesus deixou claro em seu ministério que o reino de Deus ultrapassa qualquer fronteira humana, seja étnica, nacional ou religiosa. Sobre o valor das tradições religiosas dos outros povos, Jesus não propôs nenhuma teologia. Ele procurou "fazer entender que sua doutrina mais profunda não estava endereçada exclusivamente a um grupo privilegiado de 'discípulos' e amigos, mas aberta a todos, independentemente da pertença a qualquer grupo cultural ou religioso." (DUPUIS, 2004, p. 51). O reino anunciado e instaurado por Deus no ministério de Jesus alcança toda a humanidade, boa nova disponível a todos os seres humanos, independentemente de seu grupo étnico ou tradição religiosa. A partilha do reino de Deus para todas(os), de todas as partes do mundo e de todas as religiões, encontra-se no centro da mensagem de Jesus. O Deus de Jesus se apresenta como o Deus de todos os seres humanos e destina seu reino a todas(os) (DUPUIS, 2004, p. 53-54).

A riqueza da graça divina manifesta-se na história humana através de uma pluralidade de sinais dos desígnios salvíficos de Deus. Nas Escrituras se encontra presente a universalidade de seu plano de salvação (At 4,12) que se revela de vários modos, em tempos e situações diversas (Hb 1,1) (WOLFF, 2012, p. 140). Na base cristã do diálogo inter-religioso está a consciência de que a fé apresentada no Antigo Testamento testemunha da aliança de Deus com toda a humanidade (Gn 1-11). Abel, Enoque, Noé e Melquisedeque, ainda não integrantes do povo de Israel, participaram da única história da salvação. Os profetas estabeleceram a salvação para todos os povos (Is 52,10). Seja no seu relacionamento com as pessoas (Mt 8,5-13; Mc 7,24-30), como em suas palavras (Mt 8,10; 11,20-24; 25,31-46), Jesus demonstrou a universalidade do reino de Deus, tema retomado por João (Jo 1,9) e Paulo (At 14,8-18). Por isso, o cristianismo oferece

> uma visão unificada da humanidade do universo e da história, que diz respeito a todos os homens e mulheres, de todos os povos, culturas e religiões. Pois a *origem* de toda a realidade é a mesma, sendo todos os seres humanos criados à imagem e semelhança de Deus. Também o *destino último* de toda a humanidade é o mesmo, viver a própria vida de Deus no seio da Trindade. (MIRANDA, 1998, p. 121, grifos do autor).

Na ação salvífica de Deus na história, observa-se que, desde o início da criação, Deus fixou uma aliança com todos os povos (Gn 1-11), demonstrando a existência de uma história

da salvação para toda a humanidade. O símbolo da intervenção de Deus na história das nações está na aliança empreendida com Noé, homem que "andou com Deus" (Gn 6,9). Alguns personagens de fora de Israel são tidos como participantes da única história de salvação, caso de Abel, Enoque e Noé, indicados como modelos de fé (Hb 11,4-7) que conhecerem e adoraram ao único Deus, o mesmo que se revelou a Abraão e Moisés. Melquisedeque, "sumo sacerdote das nações", abençoou a Abraão, o pai de todos que creem (Hb 7,1-17). "É esta história de salvação que vê o seu cumprimento final em Jesus Cristo, em quem se estabelece a nova e definitiva aliança para todos os povos." (DA 19).

Portanto, a história salvífica se estende, para além do povo eleito, para todas as nações. Na consciência religiosa de Israel sempre esteve presente a profunda convicção de seu *status* especial de povo eleito de Deus. Sua eleição, sustentada por um processo de formação e orientações contínuas visando proteger a pureza do monoteísmo, forma sua missão. Os profetas trataram constantemente de insistir na lealdade e fidelidade ao único Deus e anunciaram o Messias prometido. Todavia, esses mesmos profetas, principalmente durante o exílio, "apresentam uma perspectiva universal, a consciência de que a salvação de Deus se estende, para além e através de Israel" (DA 20). Isaías predisse que, no fim dos tempos, as nações correrão à casa do Senhor e dirão: "Vinde, e subamos ao monte do Senhor e à casa do Deus de Jacó, para que nos ensine os seus caminhos, e andemos pelas suas veredas" (Is 2,3); e que, também, "todos os confins da terra verão a salvação do nosso Deus" (Is 52,10).

As Escrituras introduzem as religiões em uma única história da salvação. Em qualquer etnia ou crença – e, aqui, observando pelo prisma cristão –, apresenta-se a pessoa humana como imagem de Deus (Gn 1,26). Enoque foi arrebatado e se tornou símbolo do caminho místico universal (Gn 5,24). Noé estabeleceu uma aliança cósmica com o criador (Gn 9,8-17). Abraão, assim como alguns arameus, foi considerado um monoteísta sincero (Gn 12,1-8). O sacerdócio de Melquisedeque representa o sacerdócio messiânico (Gn 14,18-20). Deus manifesta estima por Ismael, personagem fundamental da fé islâmica (Gn 21,18). A Bíblia mostra que as religiões têm acesso à revelação divina presente no cosmos (Sl 18,1-5; Rm 1,20); que Jerusalém se abre às nações (Is 60,3); o aparecimento de figuras não pertencentes a Israel na genealogia de Jesus (Mt 1,1-17); a luz do verbo que alcança todos os povos (Jo 1,4.9); os astrônomos persas que encontraram e adoraram o menino Jesus em Belém (Mt 2,1-11); a mulher fenícia e o samaritano como exemplos de fé e misericórdia (Mc 7,24-30; Lc 10,30-37); a mulher samaritana cultuando a Deus no monte Garizim, acolhida por Jesus (Jo 4,5-30); os prosélitos e adoradores estrangeiros incluídos no Pentecostes (At 2,9-11); o Paráclito derramado sobre gentios não batizados (At 10,44-45); o romano Cornélio enaltecido

por sua bondade e fé (At 10,22); a manifestação de dons de sabedoria e ciência em Apolo, antes de ser batizado (At 18,24-25); e a procura religiosa dos gregos reconhecida por Paulo (At 17,27). “Em todos esses casos a Bíblia discerne elementos de verdade e santidade na vivência religiosa de pessoas [de outras religiões], cuja maioria não era sequer israelita” (MAÇANEIRO, 2014, p. 220), ao que Pedro aponta: “Vós bem sabeis que é proibido a um judeu ajuntar-se ou mesmo aproximar-se a alguém de outra raça; mas Deus me demonstrou que a nenhum homem considerasse comum ou imundo [...] Reconheço, por verdade, que Deus não faz acepção de pessoas; pelo contrário, em qualquer nação, aquele que o teme e faz o que é justo lhe é aceitável.” (At 10,28.34-35). Ao tratar dos gentios, Paulo acrescenta: “O Deus que fez o mundo e tudo o que nele existe [...] de um só fez toda a raça humana para habitar sobre toda a face da terra, havendo fixado os tempos previamente estabelecidos e os limites da sua habitação; para buscarem a Deus se, porventura, tateando, o possam achar, bem que não está longe de cada um de nós” (At 17,24.26-27). E completa: “Porque os atributos invisíveis de Deus, assim o seu eterno poder, como também a sua própria divindade, claramente se reconhecem, desde o princípio do mundo, sendo percebidos por meio das coisas que foram criadas.” (Rm 1,20) (MAÇANEIRO, 2014, p. 221).

No juízo divino também se observa a universalidade das ações de Deus. Em Romanos, Paulo destaca a universalidade do pecado. Ele declara que a ira divina atingirá os “pagãos” por não reconhecerem a sua revelação constante no cosmos (Rm 1,18-32). Observa-se, no entanto, que os judeus sofrerão o mesmo juízo, ainda que tenham recebido dons adicionais em relação a outros povos (Rm 2,1-11). Segundo Paulo, todos estão igualmente sujeitos ao veredicto divino, independente de sua situação religiosa: “Tribulação e angústia virão sobre a alma de qualquer homem que faz o mal, ao judeu primeiro e também ao grego; glória, porém, e honra, e paz a todo aquele que pratica o bem, ao judeu primeiro e também ao grego. Porque para com Deus não há acepção de pessoas.” (Rm 2,9-11) (DUPUIS, 2004, p. 56).

A revelação bíblica judaico-cristã testemunha as histórias e atos salvíficos de Deus realizados por outros povos, e até mesmo entre os inimigos do povo eleito. Deuteronômio 2 afirma que Deus designou uma terra prometida também a outros povos; o profeta Amós (Am 9,7) garante que Deus guia também outras nações a êxodos de libertação. Isaías (Is 19,22-25) chega a afirmar que também para os egípcios, inimigos históricos e opressores dos hebreus, haverá um salvador enviado pelo próprio Deus (DUPUIS, 2004, p. 136).

> Realmente, é de espantar que os egípcios sejam aqui designados por Deus como “meu povo” (Is 19,25)! Esses textos, embora pouco numerosos, dão a entender que Deus age de modo salvífico também em relação a outros povos. Essas ações

> salvíficas historicamente palpáveis são análogas às realizadas por Deus, segundo o testemunho do Antigo Testamento, em favor de Israel, a do fato de que a tradição cristã atribua à história de Israel a peculiaridade única de prólogo histórico imediato à intervenção salvífica decisiva de Deus no evento-Cristo. Os *miralibia* de Deus em favor dos homens não se limitam a Israel; eles se destinam também a outros povos. (DUPUIS, 2004, p. 136-137).

A compreensão de que a universalidade do reino de Deus faz com que os membros de outras tradições religiosas sejam dele integrantes em pleno direito, em participação conjunta com os cristãos (DUPUIS, 2004, p. 280), engendra consequências para o diálogo inter-religioso. O diálogo se concretiza entre pessoas que já estão ligadas entre si no reino de Deus inaugurado em Jesus Cristo na história. Ainda que pertençam a diferentes religiões, elas já estão em comunhão umas com as outras na realidade do mistério da salvação, embora o compreendam, na ordem de mediação do mistério, de diferentes formas. Importa que a comunhão, na realidade, se mostra mais fundamental e de maior peso do que as diferenças referentes ao sentido do sinal da ação do mistério, o que explica a profunda comunhão no Espírito que o diálogo inter-religioso, quando sincero e autêntico, promove entre os cristãos e os membros de outras religiões. Mostra, também, que o diálogo inter-religioso se configura como uma forma de partilha, de dar e receber, visto não ser um processo unidirecional, nem um monólogo. "A razão é que a realidade do reino de Deus já é partilhada na troca recíproca. O diálogo torna explícita essa comunhão preexistente na realidade da salvação, que é o reino de Deus que veio para todos em Jesus." A principal base teológica do diálogo inter-religioso está na compreensão de que, mesmo como as diferenças que as distinguem, as pessoas pertencentes às distintas tradições religiosas caminham juntas, integrantes copartícipes do reino de Deus na história, visando sua plenitude, a nova humanidade desejada por Deus para o fim dos tempos (DUPUIS, 2004, p. 281).

O ápice da revelação do plano salvífico de Deus encontra-se em Jesus, mediador por excelência entre Deus e a humanidade (1Tm 2,3-5). Na cruz manifesta-se o "amor universal de Deus" (NA 4). À Igreja pertence a missão de anunciar a Cristo, "caminho, verdade e vida" (Jo 14,6) (WOLFF, 2012, p. 140). No centro do plano divino de salvação está Jesus Cristo (DA 28).[107] O Espírito Santo, universalmente atuante, oferece o projeto salvífico de Deus a todos os seres humanos. Para a fé cristã, o plano salvífico precede a própria humanidade (GS 22).

[107] "[...] há o fato de a humanidade inteira formar uma só família, baseada em uma origem comum, porque todos os homens e todas as mulheres são criados por Deus a sua imagem. Paralelamente, todos são chamados a um destino comum, que é a plenitude de vida em Deus. Além disso, o plano divino de salvação é único e o seu centro é Jesus Cristo" (DA 28).

Em sua missão universal, Jesus declara ter vindo reunir as ovelhas perdidas de Israel (Mt 15,24), proibindo seus discípulos, por um momento, de se dirigirem às nações (cf. Mt 10,5). No entanto, ele

> manifesta uma atitude de abertura para com os homens e as mulheres que não pertencem ao povo eleito de Israel. Entra em diálogo com eles, reconhece o que há de bom neles. Admira-se com a prontidão do centurião em crer, dizendo que nunca tinha encontrado uma fé tão grande em Israel (Mt 8,5-13). Realiza milagres de curas em benefício dos "estrangeiros" (cf. Mc 7,24-30; Mt 15,21-28), e esses milagres são sinais da vinda do reino. Conversa com a samaritana e fala-lhe da hora em que o culto não será limitado a um lugar particular, mas os verdadeiros adoradores "hão de adorar Pai em espírito e verdade" (Jo 4,23). Jesus abre, portanto, um horizonte novo, além daquilo que é puramente local, para uma universalidade que é cristológica e pneumatológica no seu caráter. Porque o novo santuário é agora o corpo do Senhor Jesus (cf. Jo 2,21), que o Pai ressuscitou com o poder do Espírito. (DA 21).

Jesus anuncia a mensagem do reino, provada com o testemunho de sua vida, demonstrando que na sua pessoa o reino de Deus chegou ao mundo. No começo de seu ministério público, Jesus anunciou: "O tempo está cumprido, e o reino de Deus está próximo", indicando as condições para se entrar neste reino: "arrependei-vos e crede no evangelho." (Mc 1,15). A mensagem de Jesus "não se limita àqueles que pertencem ao povo especialmente eleito. Com efeito, Jesus anuncia explicitamente a entrada dos gentios no reino de Deus (cf. Mt 8,10-11; Mt 11,20-24; Mt 25,31-32.34), um reino que é ao mesmo tempo histórico e escatológico" (DA 22), ao qual se deve orar para que venha (Mt 6,10) e do qual Jesus se declara rei (Jo 18,33-37).

Embora sofra pelos condicionamentos históricos, culturais, psicológicos e políticos que atingem todas as religiões, e influenciado por fatores que facilitam ou dificultam contatos, em momentos abrindo-se a chances promissoras e, em outros, solicitando paciência e reconciliação, o diálogo inter-religioso tem em Jesus seu primeiro referencial para o encontro com os fiéis de outras religiões (MAÇANEIRO, 2014, p. 243). "[...] a maneira cristã de entrar em diálogo é fazer como Jesus. Ele não se preocupava com a qualificação das pessoas. Encontrava cada uma delas na sua individualidade, escribas ou fariseus, samaritana ou sírio-fenícia". Ao se agir de tal forma, "as diferenças, mesmo as mais radicais, deixam de criar dificuldades. A porta abre-se para uma sadia confrontação e o testemunho recíproco torna-se possível, porque aí o encontro é vivido como uma experiência de novidade." (FITZGERALD, 2008, p. 118).

A ascendência de Jesus inclui não integrantes do povo de Israel (Mt 1,5); ele manifestou a salvação a todas as crenças e etnias (Jo 1,4.9); aceitou a adoração dos sábios persas no seu nascimento (Mt 2,1-11); mencionou um samaritano como exemplo de

misericórdia (Lc 10,30-37); reconheceu a fé da mulher fenícia (Mc 7,24-30); envolveu-se com a samaritana, tida como impura e herege pelos israelitas (Jo 4,5-30); foi tolerante com outros pregadores (Mc 9,38-40); e evitou a violência contra outros grupos (Lc 9,51-55). O respeito esperado pelos demais deve ser exercitado pelos cristãos (MAÇANEIRO, 2014, p. 243-244). "Os cristãos que não têm apreço nem respeito pelos outros crentes e pelas suas tradições religiosas, estão mal preparados para lhes anunciar o evangelho." (DA 73).

Os cristãos ganham com o diálogo. Em um duplo benefício, eles enriquecem sua fé a partir da experiência e pelo testemunho dos outros, pois descobrem em maior profundidade certos aspectos e dimensões do mistério divino percebidos, até então, com menor clareza e comunicados menos claramente na tradição cristã; purificam sua fé no choque do contato que suscitará questões e os levará a rever preconceitos alimentados, bem como destruir conceitos ou visões excessivamente limitadas, exclusivas e negativas sobre as outras religiões. "Os benefícios do diálogo constituem ao mesmo tempo um desafio para o interlocutor cristão. Os frutos e os desafios do diálogo caminham, pois, de mãos dadas." (DUPUIS, 2004, p. 291). Para além dos benefícios possíveis, o encontro e a troca inter-religiosa possuem valor e constituem um fim em si mesmos. Por pressupor de início uma abertura ao outro e a Deus, elas promovem uma abertura mais profunda ao Deus de cada qual a partir do outro.

5.4 RAZÕES DO DIÁLOGO

As primeiras tentativas de promoção oficial do diálogo entre as religiões ocorreram no fim do século XIX. Considera-se que o ano de 1893 marcou oficialmente o início do diálogo inter-religioso. Em Chicago, Illinois, Estados Unidos, entre 11 e 27 de setembro, se realizou um encontro de representantes oficiais de diferentes religiões, originando o Parlamento Mundial das Religiões que, posteriormente, fez outros encontros em Chicago, em 1993; Cidade do Cabo, África do Sul, em 1999; Barcelona, Espanha, em 2004; Monterrey, México, 2007; Melbourne, Austrália, em 2009 (SANCHEZ, 2015, p. 86) e Salt Lake City, Estados Unidos, em 2015.

Atualmente, "o caminho do diálogo inter-religioso é um caminho sem volta. E as religiões que rejeitarem participar desse processo correm o risco de cair no isolamento e na defesa da intransigência e da arrogância." (SANCHEZ, 2015, p. 88). O diálogo não representa mero luxo ou questão secundária; pelo contrário, o encontro das religiões se apresenta como necessidade vital. O progresso da ciência e das tecnologias, dos mercados mundiais, das organizações internacionais e das corporações transnacionais, bem como as migrações e a

crise de refugiados, faz do encontro das culturas e religiões uma situação inevitável e, também, indispensável. Os problemas contemporâneos ecológicos, de justiça e paz demandam uma compreensão recíproca entre os povos do mundo, impossível de ser alcançada sem o diálogo (PANIKKAR, 2007, p. 40). "[...] conexões interculturais e inter-religiosas são vivências cotidianas e não caprichosas invenções de algum teólogo ou teóloga" (SOARES, 2017, p. 187); constituem "elemento integral na promoção do reino de Deus." (AMALADOSS, 1995, p. 12).

As religiões se apresentam como um fato concreto. Fazem partem do cotidiano da vida social, influenciando os contextos em que estão inseridas, seja como força de integração ou de fragmentação do complexo social e das relações entre as pessoas. A cooperação inter-religiosa pode "promover a unidade e o amor entre as pessoas, mais ainda, entre os povos" (NA 1), uma colaboração em prol da construção da fraternidade universal. Invocar a Deus como Pai de todos requer comportar-se como irmão de toda(os) (NA 5).[108] Em conjunto e no uso de seus bens espirituais, morais e socioculturais, as religiões podem contribuir para a concretização da paz, do amor e da justiça na vida da humanidade (WOLFF, 2012, p. 145), pois

> os principais desafios humanos são universais. Teremos alguma chance de fazer frente à violência, aos abismos sociais, à falta de acesso à boa educação e à ausência de reflexão ética na sociedade, apenas, se formos capazes de colaborar. Porque, afinal de contas, esses obstáculos não são judaicos, cristãos, muçulmanos, budistas ou de matriz africana – eles são humanos. (SCHLESINGER, 2018, p. 11).

A verdade religiosa se mostra no reflexo da plenitude divina no espírito humano, a qual somente podemos responder com uma busca conjunta, fraterna e compartilhada, recolhendo as frações da verdade que, refletida na finitude, destinam-se a todas(os). Por isso, o diálogo não se constitui como um capricho, mas numa condição intrínseca da verdade, visto que não se consegue aproximar-se do outro isoladamente no egoísmo de seus limites ante a riqueza infinda da oferta divina. "Unicamente todos juntos, dando e recebendo, num contínuo intercâmbio de descobertas e experiências, de crítica e enriquecimento mútuos, vai-se construindo na história a resposta à revelação salvífica." (QUEIRUGA, 2007, p. 149). Ainda que as religiões, enquanto instituições, sejam flexíveis em suas estruturas, não conseguem

---

[108] "Não podemos invocar a Deus como Pai de todos se não consideramos irmãos os seres humanos criados à imagem de Deus. As relações com Deus Pai e com os seres humanos, como irmãos, são inseparáveis, a ponto de a Escritura reconhecer que '[aquele que] não ama não conhece a Deus' (1Jo 4,8). Toda teoria ou prática, pois, que sustenta qualquer diferença radical entre as pessoas ou grupos humanos, quanto à dignidade pessoal e aos direitos dela provenientes, é absolutamente destituída de qualquer fundamento." (NA 5).

esquivar-se dos “ventos imparáveis” do diálogo: elas “estão destinadas ao naufrágio se fecharem as escotilhas e tentarem sair ilesas, por si só, da tempestade [...]. perderão as suas âncoras, assim como a sua própria identidade [...] se tentarem evitar os perigos da vida em mar aberto procurando refúgio seguro no passado.” (PANIKKAR, 2007, p. 43).

Tratar de diálogo inter-religioso implica falar de abertura, disposição e acolhimento (SANCHEZ, 2015, p. 88). A abertura teológica para outras religiões não demanda a suspensão de convicções particulares (KÜNG, 2003, p. 160). “A abertura é parte da essência do diálogo. Diálogo não é instrução ou ensinamento. Todo o diálogo tem dois [polos], e ninguém pode desenvolver por si só as funções do diálogo.” (PANIKKAR, 2007, p. 49). O diálogo configura-se em uma ação na direção da alteridade. No diálogo, as alteridades entram em comunicação e interação e se transformam na direção de uma realidade que transcende os que dialogam. O diálogo está acima de qualquer estratégia de entendimento entre os dialogantes, visto ser princípio, um *a priori*, nas interações das pessoas, grupos ou instituições provocadas a viver juntas. O diálogo se configura como um caminho, não instrumental, que não busca apenas atingir resultados, mas um caminho imprescindível e necessário para a realização dos que se colocam em situação de diálogo; “por si só, o diálogo é o próprio caminho.” (SANCHEZ, 2015, p. 88).

Outra característica do diálogo está na exigência que seus participantes se reconheçam como iguais e diferentes, pois o diálogo apenas se torna possível na interação entre iguais e diferentes. Eles são iguais por disporem da mesma dignidade que os aproxima e identifica; diferentes por possuírem diferentes histórias, lugares e valores. Por isso,

> toda forma de dominação existente entre os sujeitos invalida a possibilidade do diálogo entre eles. O diálogo gera relações horizontais na contramão de relações verticais e de dominação. Se a dialogicidade é fundamental para a vida humana, ela o é também para todas as suas dimensões. Não há dimensão da vida humana que não se estruture a partir do diálogo com os outros, com o mundo. (SANCHEZ, 2015, p. 89).

Para se compreender o diálogo inter-religioso, necessita-se de uma antropologia do diálogo. Muito daquilo que se considera para o diálogo de forma geral serve especificamente para o diálogo inter-religioso: (1) um caminho a ser trilhado cotidianamente; (2) sua indispensabilidade para a vida humana, visto que nele a humanidade se constrói e constrói o mundo; (3) sua fundação no amor; (4) a transformação que opera nos sujeitos, que pelo diálogo transformam o mundo; e (5) a possibilidade de sua concretização apenas entre sujeitos reconhecidos como iguais e diferentes ao mesmo tempo (SANCHEZ, 2015, p. 89-90).

A dimensão dialógica está no âmago das religiões. Quando fazem referência aos seus princípios e valores tidos como sagradas, as religiões entram em diálogo com o mundo respondendo aos dilemas da natureza e da vida humana. Ao fornecer um quadro de referências que possibilitam aos seus membros dialogar com o mundo, as religiões colaboram para o sentido e significado de tudo que existe. Ao se falar do diálogo das religiões, trata-se de seu desdobramento: dialogar para tornar o mundo mais habitável e humano (SANCHEZ, 2015, p. 90).

Independentemente do tipo de diálogo inter-religioso, destacam-se três *a priori*. Primeiro, "é possível uma abertura entre as religiões para conversarem": por não serem monolíticas, as religiões possuem em seu interior uma diversidade que se expõe no seu imaginário, discursos e práticas de seus membros, ainda que as lideranças busquem assegurar uniformidade de discursos e práticas. Pela diversidade inerente a cada religião, pode-se afirmar a possibilidade de uma abertura latente ao diálogo. Segundo, "existem religiões interessadas em dialogar": o diálogo inter-religioso se apresenta como um movimento em que as religiões movem-se em direção às outras para dialogar. Sem essa clara disposição, mesmo cumprindo-se os pressupostos elencados no primeiro *a priori*, não há possibilidade de diálogo. E, por fim, "o diálogo é importante e muitas vezes fundamental para as próprias religiões": para dialogarem, as religiões necessitam considerar que elas têm algo a "ganhar". Como qualquer outro diálogo, o inter-religioso sempre ocorre em duas vias. Na intercomunicação, as religiões aprendem e ensinam com seus parceiros. Os *a priori* indicam que as religiões se enriquecem, aprofundam sua identidade e aprendem umas com as outras quando decidem dialogar. No seu enraizamento antropológico, o diálogo se fixa como caminho através do qual as religiões adquirem significação enquanto religiões (SANCHEZ, 2015, p. 91, grifos suprimidos).

A principal razão para a necessidade do diálogo inter-religioso se encontra no fato de que ele contribui para que as religiões aprimorem e consolidem os elementos fundamentais que formam sua identidade. Pelo diálogo cobrar que cada religião torne explícito seus princípios e valores, cada identidade religiosa se apresenta sempre aberta e em construção, dependendo das outras religiões para ser reelaborada (SANCHEZ, 2015, p. 92). Para se vivenciar o diálogo inter-religioso, cada religião parte de sua própria identidade. Os cristãos, portanto, assumem sua identidade cristã (BARROS, 1995, p. 154). Seja empreendido por especialistas ou se dê na vida cotidiana, o diálogo compromete, não apenas nas palavras e comportamentos, aqueles que dialogam, mas, primeiramente, o Deus que professam. São três participantes (CTI, 1997, p. 55).

Como vivenciar o diálogo inter-religioso, mantendo o que se confessa de Jesus Cristo na fé cristã, sem incidir em uma atitude de superioridade que impossibilite a interação com outras religiões? “Esse tipo de reflexão realizado no interior de um contexto inter-religioso, pode trazer compreensões mais ricas do evento Jesus Cristo” (MIRANDA, 1998, p. 39-40). Encontramo-nos em um novo paradigma da reflexão teológica. Exige-se, de princípio, o esclarecimento dos pressupostos básicos que nortearão a reflexão teológica dos cristãos no diálogo inter-religioso. “Muita confusão pode ser encontrada em autores que pretendem pensar a questão das religiões tomando como *ponto de partida*, sem o devido rigor epistemológico, premissas de cunho histórico, sociológico, cultural ou filosófico.” (MIRANDA, 1998, p. 40, grifo do autor). Tais dimensões acompanham os dados de ordem teológica. Não se pode excluir o diálogo ou a colaboração das diferentes leituras do fenômeno religioso, mas elas não devem ser ponto de partida da reflexão, pois podem determinar um enfoque ou marco teórico e induzir a conclusões que nem sempre se harmonizam com a fé cristã.

A “questão teológica básica para o diálogo inter-religioso consiste em determinar o próprio *fundamento* de sua existência, que não pode ser apenas de ordem extrínseca ou *funcional*, enquanto favorece a paz no mundo.” (MIRANDA, 1998, p. 106-107, grifos do autor). Deve-se procurar pelo solo comum das religiões, de caráter intrínseco e substantivo, “que demonstre ser o diálogo, ou o respeito e acolhimento do outro, não apenas uma postura política ou de boa educação, mas a atitude correta e necessária.” (MIRANDA, 1998, p. 107). A colaboração comum das religiões pela vida, a paz e a justiça colocará em pauta, em algum momento, a questão de Deus e sua ação na vida humana, visto que os membros das religiões estão convencidos de que a ação fundante da divindade oferece-lhes a chave para a compreensão da humanidade e do universo, assim como as orientações oportunas para a condução de suas vidas.

A “base comum do diálogo inter-religioso *parte* da própria *estrutura do ser humano*, como de um ser aberto a uma realidade que o transcende” (MIRANDA, 1998, p. 118, grifos do autor), consciente, por experiência dolorosa, de sua própria contingência e de tudo ao redor, que lhe direciona para um fundamento não relativo, uma realidade última e absoluta. O dinamismo mesmo da existência, em sua problemática, encaminha o ser humano à transcendência.

Faz-se necessário distinguir dois pressupostos para justificar a “entrada honesta” do cristianismo no diálogo inter-religioso. Primeiro, o cristianismo, “mesmo confessando ter a verdade definitiva de Deus em Jesus Cristo, deve poder aprender das outras religiões, e não

iniciar o diálogo como quem nada tem a receber." Segundo, "que fique claro terem as outras religiões realmente o que oferecer ao cristianismo em termos de verdade salvífica, de tal modo que o diálogo resulte frutífero para o próprio cristianismo, ultrapassando medidas de boa vizinhança ou mera obtenção de objetivos comuns." (MIRANDA, 1998, p. 123). Outras religiões "podem ajudar os cristãos a descobrir o que já têm recebido na revelação, porém ainda não explicitado. Ter a plenitude da revelação não significa ter a exclusividade nem ter entendido tudo." (BRIGHENTI, 2016, p. 108). O diálogo se concretiza no interior da missão evangelizadora da Igreja, pois o anúncio da salvação ofertada em Jesus Cristo forma sua razão de ser, sem esquecer que uma postura dogmatista ou fundamentalista[109] ante as outras religiões torna o diálogo inviável. "O diálogo inter-religioso faz parte da missão evangelizadora da Igreja. Entendido como método e meio para um conhecimento e enriquecimento recíproco". Ele não nasce de táticas ou interesses, mas de uma atividade que possui motivações, exigências e dignidade própria no respeito ao Espírito, que "sopra onde quer" (Jo 3,8) e atua em cada ser humano (RM 55). A fundamentação do diálogo está na esperança e na caridade e produz frutos no Espírito. As demais religiões são um desafio positivo para a Igreja, estimulando-a, efetivamente, a descobrir e reconhecer sinais da presença crística e da ação do Espírito, e a testemunhar a integridade da revelação.

> Deriva daqui o espírito que deve animar um tal diálogo, no contexto da missão. O interlocutor deve ser coerente com as próprias tradições e convicções religiosas, e disponível para compreender as do outro, sem dissimulações nem restrições, mas com a verdade, humildade e lealdade, sabendo que o diálogo pode enriquecer a ambos. (RM 56).

Na experiência religiosa não pode existir abdicação nem irenismo, mas um testemunho recíproco em busca de um progresso comum e, ao mesmo tempo, um trabalho de superação dos preconceitos, intolerâncias e mal-entendidos entre os dialogantes. "O diálogo tende à purificação e conversão interior que, se for realizada na docilidade ao Espírito, será espiritualmente frutuosa." (RM 56).

Uma postura dialogante ante outras expressões de fé não exime os cristãos da responsabilidade de anunciar a boa nova do evangelho. No diálogo, os cristãos devem

---

[109] "Em geral, o fundamentalismo é apenas uma expressão entre os cristãos de satisfazer as necessidades de confiança fundamental frente à modernidade: a luta para encontrar um fundamento firme na vida; o anseio de romper a variedade confusa de reclamações: religiosas, não religiosas e [antirreligiosas], morais, imorais e amorais; e buscar um esteio para a instabilidade social, marginalização e deslocamento. Para esta modernidade percebida como desordem, os fundamentalistas acreditam que Deus deu a resposta autorizada. Com certeza no uso das palavras bíblicas escolhidas e doutrinas, os líderes identificam as ações de um Deus estrito que salva uma elite religiosa do mundo mau e das formas corrompidas da fé cristã." (STRANSKY, 2005, p. 554).

testemunhar daquilo que receberam de Deus. No entanto, o testemunho ou a pregação não significam o mesmo que proselitismo. O anúncio respeitoso da liberdade da pessoa pode se configurar como uma prática dialógica. Semelhantemente, o diálogo carrega consigo um elemento de pregação, visto que, em um diálogo honesto, não há satisfação somente com a identificação de um fundamento comum entre os dialogantes, mas também no desafio de se compartilhar a própria experiência religiosa, o que não pode ser feito sem a pregação ou proclamação. As definições de diálogo e pregação parecem excluir-se mutuamente. "Todavia, na vida real um implica o outro. Eis por que não temos de ver o diálogo como um passo para a pregação, mas percebermos que ambos são atividades dialeticamente complementares na construção do reino de Deus." (AMALADOSS, 1995, p. 160).

O diálogo sério pressupõe que, sem prejuízo para a pregação testemunhal da fé em palavras e obras, respeite-se a liberdade de cada indivíduo em professar, praticar e se desenvolver na fé pela qual Deus, naquele instante, manifesta seu ser divino àquela pessoa (AMALADOSS, 1995, p. 160).

O pecado, o egoísmo, a sede de poder e a má vontade podem afetar nossas ações, compreensões e juízos sobre a realidade salvífica. O diálogo com outras religiões ajuda-nos a superar preconceitos arraigados, rever concepções preconcebidas e purificar nossa fé (DA 49). Os cristãos precisam aceitar ser questionados (DA 32), assim como a Igreja (DA 79) (MIRANDA, 1998, p. 124). No diálogo inter-religioso realizamos novas leituras das religiões em contato – devido às próprias exigências para sua consecução. Só se compreende corretamente as afirmações de alguém de outra tradição religiosa na medida em que as captamos no interior de seu respectivo horizonte. "Ao fazê-lo, mudará não só nossa compreensão de suas afirmações, mas também nossa convicção cristã, enriquecida pela nova perspectiva. No fundo, diálogo inter-religioso é diálogo de horizontes religiosos, é 'tentar' olhar-se com os olhos do outro." (MIRANDA, 1998, p. 127).

Em consciência de humildade, impera no diálogo a reciprocidade existencial e a dinâmica relacional envolvente da semelhança e da diferença em um processo valioso de abertura, escuta e enriquecimento mútuos (TEIXEIRA, 2011d, p. 125; TEIXEIRA, 2014b, p. 68). O diálogo inter-religioso estabelece uma comunicação e relacionamento entre fiéis de diferentes tradições religiosas que envolve partilha de vida, experiência e conhecimento, em um clima de empatia, simpatia e acolhimento, removendo preconceitos, gerando compreensão e comprometimento (TEIXEIRA, 2011d, p. 126). O conhecimento de outra tradição religiosa solicita o diálogo inter-religioso. "Para que ocorra uma 'justa avaliação' de outra tradição religiosa é necessário criar condições para aproximação e contato com a mesma, o que deve

ser feito com particular sensibilidade e respeito. O diálogo requer ‘cortesia espiritual’ e abertura de coração.” (TEIXEIRA, 2011d, p. 128).

O diálogo demanda, ainda, atenção e respeito pela identidade pessoal, expressões e valores do outro. A maior resistência ao diálogo está nas pessoas e grupos alimentados por autossuficiência, arrogância e uma *hybris* totalitária. “O sentimento de superioridade constitui um real obstáculo ao diálogo inter-religioso, e só pode ser superado com a experiência fundamental da humildade. Experimenta-se no diálogo a consciência dos limites e a percepção da presença de um mistério que a todos ultrapassa.” O diálogo implica “o discernimento da vulnerabilidade e da contingência.” (TEIXEIRA, 2011b, p. 142; TEIXEIRA, 2014b, p. 71). O diálogo inicia quando os interlocutores reconhecem os próprios limites e assumem uma atitude acolhedora e aberta, fruto da transformação do encontro com o outro. São eles que criam o espaço para o diálogo, através da escuta e o rompimento das fronteiras de um mundo monocromático na busca de novos valores e horizontes. E “para que esta experiência de humildade possa ocorrer é necessário um trabalho interior e paciente, com a criação e afirmação de espaços livres para a hospitalidade.” (TEIXEIRA, 2011b, p. 142; TEIXEIRA, 2014b, p. 72). Na base do diálogo está a percepção do valor da diversidade que traduz a riqueza da experiência humana. O diálogo cumpre-se quando se reconhece e respeita a alteridade do interlocutor e o valor de sua convicção. Não há como reduzir o outro, que se constitui em patrimônio do mistério, ao domínio do particular e à lógica da assimilação (TEIXEIRA, 2011b, p. 142).

As diferentes religiões podem atuar por uma *ecumene* da compaixão, visto ser esta característica e imperativo que as acompanha. Diferentemente de ser identificada como reles sentimento de piedade ou comiseração, a compaixão trata do intenso desejo de atenuar todas as formas de sofrimento que destroem a criação e a humanidade. Compreende-se a compaixão como empatia, cuidado e responsabilidade com os semelhantes e, primordialmente, como aqueles que mais sofrem (TEIXEIRA, 2011b, p. 147-148; TEIXEIRA, 2014b, p. 76).

A dor do planeta e o sofrimento dos pobres e excluídos são desafios que interpelam as religiões e direcionam para um novo “*kairós* hermenêutico” de encontro entre elas. A situação de sofrimento e injustiça que atinge o inocente demanda o exercício da compaixão, estimulando o sentimento religioso em favor de uma nova conduta ética. Na prática da compaixão possibilita-se um diálogo entre as religiões que aspire ser renovador. Em muitas situações, da ação inter-religiosa compassiva brotam iniciativas de colaboração comum que podem favorecer um novo movimento de compreensão da alteridade e de enriquecimento recíproco entre os dialogantes (TEIXEIRA, 2011b, p. 148-149; TEIXEIRA, 2014b, p. 77),

pois o diálogo deve exprimir para seus interlocutores “o desafio de assumir a responsabilidade global de afirmação do humano e do cuidado com toda a criação”, visto crescer, hoje, a consciência de que o sofrimento humano e a devastação do planeta formam a base do encontro e do diálogo entre as diversas tradições religiosas (TEIXEIRA, 2014b, p. 218).

5.5 AGENDAS, FINALIDADE E FORMAS DO DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO

O diálogo inter-religioso encontra como fim, em última análise, a conversão comum dos cristãos e dos integrantes de cada religião ao mesmo Deus, que chama cada um, “uns junto com os outros, desafiando uns por meio dos outros.” (DUPUIS, 2004, p. 292). Tal chamado recíproco, símbolo do chamado divino, se configura em evangelização recíproca, construindo entre os integrantes das diversas tradições religiosas a comunhão universal que marca o advento do reino de Deus.

Sem recusar a singularidade e as especificidades de cada tradição religiosa, deve-se reconhecer a existência de “grandes semelhanças e analogias ao nível da experiência religiosa” (MERTON, 1978, p. 245) entre elas. Essas semelhanças não anulam as diferenças e abrigam o espaço de uma experiência por todo o tempo única. “Mesmo no âmbito da profundidade espiritual há sempre o que partilhar com o outro.” (TEIXEIRA, 2014d, p. 221). Para além da partilha espiritual, o diálogo entre as religiões pode assumir múltiplas formas e expressões: do “intercâmbio entre os peritos de tradições religiosas ou com seus representantes oficiais, até à colaboração no desenvolvimento integral e na salvaguarda dos valores religiosos; desde a comunicação das respectivas experiências espirituais, até o [...] ‘diálogo de vida’”, em que os adeptos de diferentes religiões testemunham seus valores humanos e espirituais (RM 57).

Visto que as crenças religiosas se constituem em uma das principais fontes de sentido da vida de uma sociedade em que as pessoas sustentam percepções diversas sobre a religião, o relacionamento inter-religioso se confira em elemento significativo da vida societária. Para além de ser pensado como a relação cordial entre as diferentes religiões antes tidas como inimigas, com o propósito de se desfazerem preconceitos e promover o entendimento mútuo por meio da partilha de experiências espirituais, o “núcleo” do diálogo se encontra “na busca em comum pela verdade, pela experiência de Deus e pelo entendimento teológico.” (AMALADOSS, 1995, p. 220). A necessidade do diálogo inter-religioso está em colaborar na tarefa comum das religiões de proporcionar inspiração religiosa à humanidade (AMALADOSS, 1995, p. 220-221).

A forma clássica de diálogo se constitui no colóquio religioso, a conversação preparada entre pessoas de diferentes religiões sobre temas antecipadamente acordados. O diálogo inter-religioso assume, também, diversas outras formas: o diálogo da vida, no "estabelecimento consciente de convívio religioso" entre pessoas de diferentes religiões; o diálogo como monólogo inter-religioso, que se configura no "diálogo interior de pessoas que [...] estão familiarizados por igual em duas religiões, em termos existenciais e na reflexão teológica"; o diálogo espiritual, que se efetiva na "meditação e celebração com oração no culto como lugar de encontro inter-religioso"; o diálogo ético, na "atuação conjunta diante de problemas sociais", na aliança em prol da paz e na defesa da criação; e o diálogo sobre o diálogo, "as tratativas sobre as [consequências] do diálogo inter-religioso dentro de uma comunidade religiosa." (LIENEMANN-PERRIN, 2005, p. 79-80).

O discernimento dos sinais dos tempos e a identificação das interpelações mais urgentes das pessoas e da sociedade para as igrejas e as religiões podem formar uma agenda comum para o diálogo.

> A agenda das religiões na atualidade [não] deve desconsiderar a agenda do cotidiano da sociedade. Ela deve ser formada por fatores que traçam os projetos do ser humano na busca de realização da sua existência. Religião e sociedade não são realidades distanciadas, mas estreitamente correlatas. As tradições religiosas contribuem para a ampliação da consciência dos seus fiéis sobre os valores fundamentais da vida, orientando para a convivência pacífica e respeitosa entre povos, culturas e credos. (WOLFF, 2012, p. 18).

Entre os elementos fundamentais para a agenda comum das diversas tradições religiosas na atualidade estão (1) a afirmação conjunta do "valor sagrada da vida humana", sem deixar de considerar as diferenças no modo como cada religião explicita tal valor. "O ser humano é a razão de ser do serviço religioso que as tradições religiosas oferecem ao mundo. [...] Urge, assim, garantir um efetivo respeito pela dignidade da pessoa e dos seus direitos acima de interesses econômicos, políticos ou mesmo religiosos." (WOLFF, 2012, p. 18).

A (2) apresentação ao mundo do "sentido da existência humana", em tempos de pessimismo, sensação de fracasso e desânimo, especialmente nas situações e ambientes de violência, guerras e injustiças. "Faz parte da agenda das religiões fortalecer o significado e o valor da vida das pessoas na sociedade, ajudando-as a transcenderem os problemas que lhes afligem no cotidiano, sejam eles de caráter socioeconômico-político, sejam eles de caráter psíquico-espiritual." (WOLFF, 2012, p. 18-19). A (3) promoção da "educação e a prática do respeito mútuo, do diálogo, da convivência pacífica e da cooperação entre as diferenças", essenciais no mundo plural. "Precisamos trabalhar os diferentes paradigmas religiosos não

como um problema, mas, antes, como uma possibilidade para melhor entendermos o mundo dentro de suas inter-relações." O trabalho de (4) "explicitar mais e melhor o que há em comum" entre as religiões, visto que algumas tradições já partilham com outras muitos valores religiosos, como a fé em um Deus criador, o entendimento da origem e do fim da vida de cada ser, a manutenção de uma relação com Deus e seu impacto na convivência social. A ação de (5) "viver e fortalecer a compaixão" com os mais necessitados, os doentes, pobres, a solidariedade com toda família humana e em cada comunidade religiosa. O (6) "afirmar juntas os valores que constroem a paz no mundo", visto que todas as "tradições religiosas possuem um forte compromisso pela convivência pacífica entre os povos; todos temos o compromisso de desenvolver o sentido da fraternidade e da solidariedade, superando as atuais tendências do consumismo e materialismo que causam violência e morte" (WOLFF, 2012, p. 19).

Outros elementos para uma agenda comum das religiões estão em (7) "promover o valor e o cuidado da criação" diante das ameaças à vida do planeta, resultante do uso indevido e a destruição dos recursos – e – da natureza, pois, quando uma religião atesta existir um Deus criador, precisa comprometer-se com o cuidado de sua criação; na (8) contribuição efetiva com as iniciativas de "construção e promoção da cidadania", através da qualificação da "vivência religiosa dos membros da própria tradição, de modo que isso tenha implicações positivas no meio social"; e no (9) modelar dos comportamentos, na "prevalência da ética, do respeito, da escuta do outro, da tolerância, da diversidade cultural e religiosa, das minorias religiosas, da pluralidade, dos direitos humanos culturais e religiosos", elementos de uma ética mínima a ser perseguida, seja a partir de uma consciência ética secular, como de uma consciência das grandes religiões (WOLFF, 2012, p. 19-20). Em suma, a defesa e a promoção da vida em diferentes facetas formam o conteúdo do diálogo inter-religioso por se constituírem na melhor maneira das religiões concretizarem seu objetivo de orientar seus fiéis para o fim último da existência (WOLFF, 2012, p. 139).

O diálogo inter-religioso não tem em vista a unificação das religiões. Mesmo que encontremos, nas diferentes crenças, pontos em comum, isso não seria o suficiente para legitimar uma unidade de fé. Deus, princípio da unidade, concretizará a unidade religiosa da humanidade segundo seu querer. "A finalidade do diálogo situa-se, então, em termos de uma harmonia no respeito das diferenças, o que implica a eliminação de preconceitos e de qualquer discriminação com base religiosa." (FITZGERALD, 2008, p. 27). Todavia, a experiência mostra a dificuldade de consegui-la. As sociedades atuais são tentadas pelo antissemitismo ou a "islamofobia", além da sujeição às tensões econômicas, políticas ou sociais que facilmente ganham contornos religiosos. Por isso, um dos objetivos que se apresenta ao diálogo está na

resolução dos conflitos e no estabelecimento da harmonia entre as religiões. “[...] não se deve depreciar essa finalidade imediata do diálogo, porque a paz entre os homens, a paz entre as sociedades e a paz na Terra são uma antecipação da paz prometida no mundo futuro.” (FITZGERALD, 2008, p. 27). Não se deve, ainda, esperar demais do diálogo inter-religioso. Ele se apresenta mais na dimensão do “preventivo” do que do “curativo” na relação entre as religiões, ainda que os líderes religiosos possuam a responsabilidade de acalmar os espíritos e instigá-los ao perdão. Se nas relações entre os integrantes das diferentes religiões ainda impera a desconfiança ou a hostilidade e a violência, elas não foram solidificadas no diálogo e na cooperação (FITZGERALD, 2008, p. 27-28).

O diálogo entre as religiões não se constitui em relativismo, em que tudo vale a mesma coisa (CARREIRA DAS NEVES, 2012, p. 423). O mundo não precisa de uma religião unitária, nem de uma única ideologia, mas de normas, valores, ideais e objetivos que interliguem todas as pessoas (KÜNG, 2003, p. 9). O diálogo não se configura em um instrumento para auxiliar os fiéis das diferentes tradições a alcançar unanimidade religiosa, não pretende eliminar as opiniões divergentes, promover a uniformidade do mundo ou criar uma única religião mundial, como se a realidade pudesse ou tivesse de ser reduzida a um único princípio (PANIKKAR, 2007, p. 52).

O diálogo requer a fidelidade de cada participante “a si mesmo e ao próprio engajamento de fé. Não pode haver diálogo sem um ancoradouro referencial. É necessário estar domiciliado em alguma tradição para poder vivenciar em profundidade a abertura ao universo do outro.” Os interlocutores em diálogo precisam estar disponíveis e receptivos ao mistério que os abrange e supera. A busca comum da verdade forma um dos importantes aspectos do trabalho dialogal (TEIXEIRA, 2014b, p. 218). Devem ser respeitadas e valorizadas as diferenças entre os que se propõem ao diálogo. Deve se buscar a construção de uma comunidade de liberdade, confraternidade e justiça a partir dos que sustentam crenças diferentes, mas que, ainda assim, podem vivem e trabalhar em conjunto, inspirados e motivados na religião de cada qual. Tal diálogo necessita de um fundamento e uma agenda comum, além da compreensão mútua. Não se progride no diálogo desprezando as diferenças e “não é útil para o diálogo inter-religioso afirmar uma unidade abstrata entre as religiões, especialmente quando estas possuem raízes sociais, históricas e culturais.” Por isso, sugere-se, para a aproximação entre as religiões, uma espiritualidade do diálogo que pode assumir diversas formas (AMALADOSS, 1995, p. 95). No diálogo,

> os cristãos e os outros são chamados a colaborar o Espírito do Senhor ressuscitado, Espírito que está presente e opera universalmente. O diálogo inter-religioso não tende simplesmente para uma compreensão mútua e para relações amistosas. Atinge um nível muito mais profundo, que é o do espírito, em que o intercâmbio e a partilha consistem em um testemunho mútuo do próprio credo e em uma descoberta comum das respectivas convicções religiosas. (DA 40).

Pelo diálogo, os envolvidos são chamados a aprofundar seu empenho religioso e responder, sinceramente, ao apelo e ao dom gratuito divino que perpassa, na concepção cristã, pela mediação de Jesus Cristo e a obra de seu Espírito (DA 40).

Um programa possível para a promoção da harmonia e do entendimento inter-religioso pode incluir quatro elementos-chave: (1) o diálogo entre especialistas das religiões no âmbito acadêmico sobre as convergências e divergências de suas tradições de fé; (2) o compartilhamento de experiências religiosas; (3) reuniões dos líderes religiosos para conversação e oração em uma plataforma comum; e (4) peregrinações conjuntas aos lugares sagrados das religiões (DALAI LAMA XIV, 2015, p. 172).

O diálogo inter-religioso objetiva gerar compreensão mútua para eliminar preconceitos e originar conhecimento e apreciação comuns; oportunizar enriquecimento mútuo para integrar nas pessoas os valores e experiências características dos integrantes de outras religiões que estão mais bem desenvolvidas por razões culturais, históricas ou providenciais; comprometer em comum no testemunho e promover valores espirituais e humanos como a paz, o respeito à vida, a dignidade humana, a igualdade, a justiça e a liberdade religiosa, por meio de ações de elevação da consciência, de oração e ação; experimentar a religiosidade de modo compartilhado (FCBA, 2005, p. 291).

Embora o conceito de diálogo inter-religioso esteja associado às religiões entendidas como organizações – diálogo inter-religioso institucional, identifica-se duas outras vias do caminho inter-religioso: o diálogo entre pessoas (ou da convivência) e o entre teólogos (SANCHEZ, 2015, p. 96). “[...] todo diálogo inter-religioso é, fundamentalmente, um diálogo que se dá entre pessoas concretas, qualquer que seja a sua modalidade. Por isso, ao estudar o diálogo inter-religioso, precisamos ter uma sensibilidade para compreender a pessoa religiosa como centro desse diálogo.” (SANCHEZ, 2015, p. 96-97).

Já o diálogo inter-religioso institucional “é aquele que se dá entre as religiões entendidas no seu aspecto organizacional. É o diálogo realizado por lideranças religiosas. Nesse caso, são essas lideranças que estabelecem os limites e as pautas do diálogo.” (SANCHEZ, 2015, p. 98). Ele está delimitado pelos limites teóricos estabelecidos pelas organizações e lideranças e pelos interesses das religiões (SANCHEZ, 2015, p. 99).

Via que tem se mostrado frutífera no diálogo inter-religioso, os encontros entre teólogos ou especialistas das religiões para estudar temas comuns possibilita o desenvolvimento de um espírito de abertura, apontando os "terrenos teóricos" de proximidade entre as religiões, sem negar suas diferenças. Três conteúdos sobressaem em tal modalidade: os temas teológicos comuns; a reflexão a respeito das práticas de diálogo efetuadas pelas pessoas em suas vidas cotidianas e que afetam as religiões; os grandes temas sociais que cobram uma contribuição das religiões, como a desigualdade social, a violência e a degradação da natureza (SANCHEZ, 2015, p. 99). A transversalidade do diálogo inter-religioso coloca o cristianismo "numa posição de humildade e de serviço em relação às outras religiões. Por vocação, a Igreja é servidora de todos e precisa empenhar-se para também se colocar a serviço das demais religiões, e isso só é possível sendo despojada e aberta para conversar com todas as parceiras." (SANCHEZ, 2015, p. 100).

Ainda que existam diferentes formas de diálogo inter-religioso, quatro (DM 28-35) despontam como as principais: (1) o diálogo da vida, por meio do qual as pessoas buscam viver em um espírito de abertura e boa vizinhança, compartilhando tristezas e alegrias, problemas e preocupações; (2) o diálogo das obras, na colaboração em vista do desenvolvimento integral e a libertação do ser humano; (3) o diálogo dos intercâmbios teológicos, em que peritos aprofundam a compreensão de suas respectivas tradições religiosas e apreciam os valores espirituais das demais; e (4) o diálogo da experiência religiosa, por meio do qual as pessoas radicadas em suas próprias tradições compartilham suas riquezas espirituais com as demais, através da oração, contemplação, fé e caminhos de busca do referente divino (DA 42).

> Se fosse limitado ao intercâmbio teológico, o diálogo poderia ser facilmente considerado um produto de luxo na missão da Igreja e, por conseguinte, um campo reservado aos especialistas. [...] Pode-se notar, contudo, que essas formas diferentes estão ligadas umas às outras. Os contatos da vida cotidiana e o empenho comum na ação abrirão normalmente o caminho, a fim de cooperar para a promoção dos valores humanos e espirituais; poderiam, por fim, levar também ao diálogo da experiência religiosa, em resposta às grandes questões suscitadas no espírito humano pelas circunstâncias da vida [...]. Os intercâmbios em nível de experiência religiosa podem tornar as discussões teológicas mais vivas. Estas, por sua vez, podem iluminar as experiências e encorajar relações mais estreitas. (DA 43).

O diálogo cobra equilíbrio de seus participantes para que não sejam demasiado ingênuos nem hipercríticos, mas abertos e acolhedores, aceitem as diferentes e as possíveis contradições do interlocutor. Requer-se que se empenhem, em conjunto, no serviço à verdade e se deixem transformar pelo encontro (DA 47). Exige-se sinceridade de cada participante,

que deve entrar no diálogo com a integralidade da própria fé (DA 48), bem como abertura à verdade. Os cristãos "devem estar dispostos a aprender e a receber dos outros e por intermédio deles os valores positivos das suas tradições. Assim [...] podem ser induzidos a vencer os preconceitos inveterados, a rever as [ideias] preconcebidas e a aceitar, por vezes, que a compreensão da sua fé seja purificada." (DA 49).

Entre os maiores obstáculos ao diálogo estão: (1) uma fé escassamente enraizada; (2) um conhecimento e uma compreensão insuficientes das crenças e práticas das outras religiões que gera desapreço de seu significado e, também, interpretações equivocadas; (3) diferenças culturais; (4) fatores sociopolíticos ou pesos do passado; (5) compreensão distorcida do significado de termos como conversão, batismo e diálogo; (6) autossuficiência e falta de abertura que geram atitudes defensivas ou agressivas; (7) falta de convicção no valor do diálogo inter-religioso, que leva a considerá-lo como tarefa exclusiva de especialistas ou como sinal de fraqueza e, até, traição da fé; (8) suspeita das motivações dos envolvidos no diálogo; (9) espírito polêmico na expressão das convicções religiosas; (10) intolerância que pode ser agravada quando relacionada com fatores políticos, econômicos, raciais e étnicos, e falta de reciprocidade que pode levar à frustração; e (11) o materialismo, a indiferença religiosa e a multiplicação de seitas (DA 52). "Muitos destes obstáculos nascem da falta de compreensão da verdadeira natureza do diálogo inter-religioso e do seu objetivo. É, portanto, necessário explicá-lo incessantemente." (DA 53). O diálogo inter-religioso permite à Igreja compartilhar com outros os valores evangélicos (DA 54).

5.6 A ESPIRITUALIDADE DO DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO

A superação das tensões e conflitos entre as religiões em prol da convivência, do diálogo e da cooperação pode ser possível se as religiões tiverem um encontro profundo na essência espiritual que as sustêm, onde se apresenta a possibilidade de real acolhida inter-religiosa que guia e ampara o intercâmbio entre práticas, doutrinas e ritos (WOLFF, 2016a, p. 11). Uma espiritualidade do diálogo dá consistência às atitudes de acolhida, respeito e valorização da experiência religiosa alheia, bem como às iniciativas de troca e cooperação entre as religiões.

> [...] a natureza, a forma e os objetivos de uma espiritualidade do diálogo já se encontram presentes nos diferentes credos. O que se faz necessário é identificar e explicitar esses elementos, compreender a sua ressonância na vivência das pessoas, perceber a sua transversalidade nas diferentes formas de crer. E, então, é possível articular tais elementos na construção de um horizonte espiritual comum para quem

> se dispõe a transcender as próprias formulações de fé para melhor poder viver o conteúdo do próprio credo. (WOLFF, 2016a, p. 12).

Intenta-se fazer que as diferentes religiões encontrem no interior de suas espiritualidades o espaço de interação com outras espiritualidades, e seu nível dependerá do modo como cada religião entende a si mesma e as demais. A partir da autoconcepção de cada religião, poderá ocorrer acolhida, recepção, doação de valores diversos, mas, também, ao contrário, bloqueios e resistências. Seja como for, "não se pode negar, ao menos em princípio, a possibilidade de um encontro inter-religioso profundo a partir do encontro das espiritualidades de diferentes religiões. Tal é o que chamamos de 'espiritualidade do diálogo inter-religioso'." (WOLFF, 2016a, p. 13).

O cristianismo se apresenta, em sua essência espiritual, como uma religião do encontro, da convivência, da interação e da cooperação. Não se observa na vida religiosa de Jesus a exclusão do que crê diferente, mas, contrariamente, admiração e acolhida (Mt 8,10; Mc 7,29; Jo 4,1-30). No anúncio do evangelho, Jesus expôs a execução das bem-aventuranças como a forma primordial de concretizar a vontade divina (Mt 5,1-11), centralizando-se na regra de ouro do amor (Mt 22,39) e na prática da solidariedade (Lc 10,25-37; Mt 25,31-46). Para Jesus, a verdadeira religião fundamenta-se no amor, na justiça, na paz e na solidariedade, critérios que indicam a realização do verdadeiro culto a Deus, o que pode ser seguido por todos os fiéis, sem o que a fé se configura como fantasiosa e a espiritualidade abstrata. No espírito de Jesus identifica-se uma espiritualidade impulsionadora da interação entre diferentes formas de crer, "sem absorção ou cooptação destas na tradição cristã", mas no fortalecimento em cada qual de um enriquecedor intercâmbio no modo que se apresentam ao mistério divino que sustenta e transcende o humano (WOLFF, 2016a, p. 13).

A espiritualidade cristã desaprova o misticismo abstrato e afirma o valor da realidade história e humana, *lócus* da encarnação de Cristo e da ação do Espírito, e mantém uma relação crítica com as formas legalistas, ascéticas, místicas, doutrinais e emocionais presentes no atual pluralismo religioso e espiritual (WOLFF, 2016a, p. 41-42). Daqui derivam os elementos fundamentais para se entender a espiritualidade cristã que se propõe ao diálogo. A (1) encarnação: a espiritualidade no cristianismo assume o contexto histórico, tal qual Jesus Cristo, que soube se situar no cenário sociocultural e religioso do seu tempo. Por se encarnar na realidade de pessoas que vivenciavam outras formas de fé, Jesus soube dialogar e interagir com elas sobre sua visão de realidade e sua fé (WOLFF, 2016a, p. 42). "A fé cristã e o diálogo têm uma relação identitária. [...] Pelo que é universal, a fé cristã entende que o plano salvífico de Deus manifestado em Cristo atinge todo ser humano; pelo seu caráter histórico, a

atuação da graça se concretiza de diferentes maneiras nas situações existenciais das pessoas." (WOLFF, 2016a, p. 42). A (2) gratuidade: a relação entre Deus e o ser humano se constitui predominantemente gratuita, movida pelo amor salvífico oferecido enquanto dom incondicional. "[...] a vida cristã caracteriza-se por relações gratuitas que, a partir de Deus e em Deus, se realizam de forma desinteressada no encontro com as pessoas. Somente na gratuidade a fé cristã é vivida como dom que não se impõe, mas se propõe." (WOLFF, 2016a, p. 43). A (3) alteridade: na gratuidade valoriza-se o outro em seu modo de ser, crer e viver; o outro forma uma dimensão que interpela para a vivência espiritual. Na perspectiva cristã, colhe-se tal interpretação no desenvolvimento de sua essência comunitária, propondo o diálogo, a reconciliação e a comunhão com o outro (WOLFF, 2016a, p. 43). A (4) *diakonia*: na espiritualidade cristã, o serviço se revela na missão. A missão representa ser sinal e testemunho entre as diferenças, que não atua para integrá-las entre si, mas para peregrinar e conviver com elas (WOLFF, 2016a, p. 43). E a (5) *koinonia*: a fé cristã tem forma essencialmente comunitária, relacional e comunional e indica o encontro, o diálogo e a cooperação das diferenças como forma de comunhão em torno de um projeto de vida e de testemunho do Deus da vida (WOLFF, 2016a, p. 44).

Em perspectiva antropológica, a espiritualidade se constitui, não em uma realidade abstrata, mas em uma das experiências mais significativas da vida humana, por envolver a totalidade da pessoa, ser performativa e configurativa do seu ser e agir. Ela sustenta um padrão de comportamento social e religioso, em uma relação entre fé e cultura, política, economia, indivíduo e sociedade. O espírito da pessoa está atrás dos atos socioculturais e religiosos que pratica com sua história gestada por realizações e fracassos, tristezas e alegrias, interrogações, aspirações, desejos, emoções, esperanças e frustrações. Entender a espiritualidade como *factum humanum* possibilita que a entendamos como *factum theologicum* (WOLFF, 2016a, p. 51-52). "O ser humano não apenas 'tem' uma espiritualidade ou um espírito, ele 'é' espiritual em sua própria constituição. Pois toda pessoa é mais que um ser biológico, matéria[;] é também um ser simbólico, de significado." (WOLFF, 2016a, p. 52).

Em perspectiva teológica, a espiritualidade oferece elementos que colocam o histórico em um horizonte trans-histórico, o imanente no transcendente, o natural no sobrenatural, o tempo na eternidade, a natureza na graça. Cada tradição religiosa mostra que a espiritualidade significa "algo mais que o humano" (WOLFF, 2016a, p. 60). O fato espiritual se constitui como fato *humanum*/antropológico e também fato *theologicum*/religioso concomitantemente. Teologicamente, a espiritualidade consiste no viver imerso no horizonte maior da existência, do Mistério; eleva a história para além da história, configurando o espírito religioso da pessoa.

Na dimensão antropológica, a espiritualidade se desenvolve por elementos apenas humanos, como a cultura, a arte e a ciência. “Na dimensão religiosa/teológica, o desenvolvimento espiritual do ser humano acontece num horizonte e num nível diferentes, considerado mais transcendente e ao mesmo tempo mais imanente, que dá o significado primeiro e último da existência para além de tudo o que é humano.” (WOLFF, 2016a, p. 61).

O diálogo inter-religioso se configura como um diálogo de espiritualidades. Não se quer afirmar um denominador comum entre as religiões na linguagem sobre Deus, o que constituiria uma tentativa frustrada de homogeneização das diferenças de conteúdo teológico, arriscando cair no relativismo ou indiferentismo, que desconsideram a valor das especificidades de cada tradição religiosa e espiritual. “No diálogo que queira ser expressão da verdade não vale nem a atitude da imposição nem a do ‘tanto faz’. O que se deve buscar no diálogo é a sintonia no conteúdo espiritual que subjaz às diferentes formas de expressão religiosa.” (WOLFF, 2016a, p. 68). Deste conteúdo espiritual, mesmo que teologicamente diverso, as religiões podem convergir na compreensão do *humanum* em que cada uma se baseia. Portanto, o diálogo das espiritualidades se apresenta, concomitantemente, como inter-religioso e inter-humano, e o desenvolvimento de um ocorre na mesma medida que o do outro, de maneira que o religioso e o humano formam o universo dialógico das espiritualidades (WOLFF, 2016a, p. 68-69).

Em perspectiva sociológica, pensando em pretensões para a cooperação inter-religiosa, a convergência nas dimensões antropológica e teológica da espiritualidade admite que as religiões operem conjuntamente em ações sociais que promovam e defendam a vida humana e a do planeta. Convergindo, as religiões podem “lançar um *olhar comum* para o humano e as vicissitudes do seu meio” (WOLFF, 2016a, p. 69, grifo do autor), como a ideologia dominante que preza pelo individualismo e competitividade, os sectarismos religiosos, as deficiências na formação de uma cultura da vida, e questões relacionadas ao meio ambiente. Na espiritualidade, as religiões são convidadas a dialogarem entre si para o cuidado da natureza, a defesa dos pobres e vulneráveis e a construção de um sistema de respeito e fraternidade (LS 201).

A convergência espiritual das religiões está na base do desenvolvimento de um olhar comum sobre a realidade humana e ambiental. As sensibilidades espiritual, social e ambiental caminham juntas na cooperação inter-religiosa e progridem a partir de três exigências (WOLFF, 2016a, p. 69): (1) a afirmação da liberdade religiosa, no respeito ao indivíduo e sua consciência; (2) no acordo básico sobre os fins e valores comuns, indicando os meios para alcançá-los, o que não significa estabelecer um mínimo e redutor denominador comum, mas

uma convergência de valores espirituais da vida, justiça, liberdade, igualdade, que encontre significado pleno e eco nas diferentes religiões; e (3) a admissão de que, no íntimo de cada religião há espaço para outras perspectivas de um Deus criador e providente, e que as diferenças não representam contradição e oposição, mas uma oportunidade de promoção de projetos específicos na vida social visando o bem da coletividade. Esses elementos oferecem as condições necessárias para as religiões conviver em paz no meio social e trabalhar por um mundo melhor (WOLFF, 2016a, p. 70). "O compromisso social não é independente do credo religioso. Cooperar para que a vida humana e a do planeta possam se realizar em todas as suas dimensões é parte constitutiva da vivência religiosa do crente." (WOLFF, 2016a, p. 70-71).

A espiritualidade atua no processo de construção da paz no mundo. No âmago das religiões está a promessa espiritual de paz, harmonia e realização plena para cada ser e para toda a humanidade. "Religião e paz estão intrinsecamente vinculadas. É da natureza espiritual da religião apresentar caminhos para a paz, ou melhor, *ser* caminho de paz. (WOLFF, 2016a, p. 76, grifo do autor).

A paz afirmada pelas religiões em perspectiva ecológica, social e espiritual se encontra além delas. O fiel não a alcança simplesmente por pertencer a uma religião específica, mas pela crença na realidade transcendente, divina e sagrada mediada pela religião que segue. Ao se relacionar com essa realidade alcança-se a paz, que se constitui em um estado de espírito, uma forma espiritual de crença e vida. Todavia, nos mesmos escritos sagrados das religiões que apresentam o "caminho da paz", há grande quantidade de passagens que expressam violência, em que as religiões mostram sua faceta combativa, como no caso dos oráculos contra outros povos (Jr 49,23-27; Am 1,3-5; Sutra 2,191; 9,30), que não dão margem para uma interpretação fácil que suavize a teologia conflituosa que os sustentam. "Levantai-vos, e levantemo-nos contra Edom, para a guerra" (Ob 1,1), "é preciso submeter os infiéis sobre a terra" (Sura 8,67) e "não vim trazer paz, mas espada" (Mt 10,34), são exemplos de textos sagrados em que o sentido religioso que possa existir obscurece-se no contexto social e político imediato e direto que os motiva. Dificulta-se uma hermenêutica que exclua de tais textos o potencial violento das religiões. Todavia, o embaraço de fazê-lo não significa a impossibilidade. Compreende-se que o significado último dos textos possui uma tônica mais espiritual do que religiosa ou social, ainda que a ideologia de um grupo e as circunstâncias tenham primazia na forma redacional. Cabe à hermenêutica clarificar os significados espirituais que podem estar escondidos por outros elementos (WOLFF, 2016a, p. 77).

> Assim, recupera-se a finalidade intrínseca da religião, no sentido de religar o ser humano ao seu núcleo misterioso essencial e desde aí ao seu semelhante e às criaturas do planeta. *Religio* expressa um vínculo entre interioridade e exterioridade, entre o histórico e o utópico, entre a parte e o todo. A religião não é uma incitação estrutural à violência. A preocupação em vencer não deve prevalecer em relação ao convencer, e o convencer não pode ser condição para conviver pacificamente. (WOLFF, 2016a, p. 77-78).

Ao mesmo tempo, a espiritualidade integra as dimensões humana, social e religiosa, as quais expressam o espírito de um credo, no qual deve ocorrer o encontro entre as religiões. Na interação, "as religiões se enriquecem mutuamente no que cada uma tem de mais essencial para humanizar a pessoa, dar testemunho da fé em Deus e agir no mundo. Os horizontes mencionados säo comuns às diferentes tradições religiosas e espirituais, o que contribui para a relação entre elas." (WOLFF, 2016a, p. 97).

Embora o diálogo das religiões se constitua, em maior profundidade, em um diálogo das espiritualidades, ele não representa o primeiro nível do diálogo, mas o que abrange a essência das religiões, e a ele se chega por etapas. Primeiramente, as religiões se aproximam motivadas por fatores sociais, culturais, ambientais ou teológicos. Ou seja, os primeiros contatos se dão por elementos formais e externos. Na medida em que se aproximam em tais elementos, as religiões passam a melhor se conhecer, identificar convergências e assumir compromissos comuns. A partilha da interioridade de cada tradição religiosa exige um passo além. "O conteúdo principal do diálogo inter-religioso é o *ser* da religião, suas convicções profundas, o que dá sentido a seu credo, seu rito, sua doutrina, seu éthos. É a sua espiritualidade. O intercâmbio espiritual é o que dinamiza o diálogo inter-religioso." (WOLFF, 2016a, p. 97, grifo do autor). Quando a sensibilidade mais profunda de uma religião abre-se para a de outra, ocorre a acolhida de ritos, conduta moral e organização social. Ainda que as religiões não comunguem de tais elementos, criam condições para o reconhecimento mútuo na dinâmica espiritual que as impulsiona e sustenta. Visto ser a espiritualidade a forma de viver a motivação fundamental da existência, ao estar ela firmada no Espírito que transcende o humano, e pelas religiões buscarem orientar o desenvolvimento espiritual dos seus fiéis no discernimento do Espírito, conclui-se que a espiritualidade possui uma dimensão relacional, ecumênica e inter-religiosa (WOLFF, 2016a, p. 97-98).

Para que a espiritualidade do diálogo se concretize no intercâmbio espiritual, faz-se necessário distinguir o que há de comum de fato para ser possível perceber o nível de partilha espiritual viável entre as religiões. Entre aquelas chamadas de "monoteístas"[110] ou

[110] "Prefiro a terminologia 'três religiões abraâmicas', em vez de 'três monoteísmo', que é também muito utilizada para agrupar o judaísmo, o cristianismo e o islamismo. O termo 'monoteísta' não é de se rejeitar, visto

“proféticas” existem mais elementos em comum do que entre elas e as religiões chamadas “místicas”. “Os estudos já realizados mostram que no judaísmo, no cristianismo e no islamismo, por exemplo, a afirmação da existência de um Deus pessoal e a herança comum da fé de Abraão oferece um vínculo que facilita o intercâmbio espiritual e pode justificar alguma forma de oração em comum” (WOLFF, 2016a, p. 128); nas religiões asiáticas, como o hinduísmo, o budismo e o taoísmo, por exemplo, dificilmente se encontram vínculos. Mesmo assim, não se pode desconsiderar a possibilidade da efetivação de algum tipo de partilha espiritual, ainda que não na profundidade de uma oração comum.

O encontro entre as diferentes espiritualidades ocorre na gratuidade.

> O vento do Espírito “sopra onde quer” (Jo 3,8), derrama os dons que quiser e para quem quiser (1Cor 12). Ninguém pode, de antemão, definir todos os passos e resultados da relação com o outro. Precisa estar aberto para que o Espírito conduza a relação e atento para colher os seus frutos espontâneos. O diálogo inter-religioso é gratuito. Gratuidade é abertura para o inesperado, o surpreendente, imprevisível, o não programado, o que surge a partir da exterioridade. (WOLFF, 2016a, p. 157).

O diálogo se diferencia das relações mercantilistas de equivalência entre dar e receber, programadas, em que não há espaço para espontaneidade na oferta e na acolhida. As relações capitalistas são previsíveis, planeadas de modo a não admitirem surpresas. Precisa-se ter certeza de tudo o que pode ocorrer. Não há nada de graça. Do contrário, a marca das relações inter-religiosas está na gratuidade como ato de espera no horizonte do Mistério. A gratuidade surge como um serviço. Situa-se toda experiência religiosa sempre num contexto humano, considerando todos os condicionamentos e eventualidades da existência humana (WOLFF, 2016a, p. 157). “A espiritualidade do diálogo se encarna nesse contexto humano e assume um caráter de *diakonia*. Ajuda as religiões a desenvolverem um esforço comum para a defesa e a promoção da justiça social, dos valores morais, da paz e da liberdade (NA 3).” (WOLFF, 2016a, p. 157-158). O diálogo se transforma em prática ética, conduzindo os fiéis e suas tradições religiosas a se empenharem nos esforços que dignificam o ser humano, encaminhando à militância que pretende resolver os problemas que angustiam a humanidade, como a fome, as injustiças sociais e as catástrofes naturais (WOLFF, 2016a, p. 158).

---

que […] essas religiões ensinam a fé em um só Deus, malgrado suas diferenças quanto à compreensão do mistério de Deus. A dificuldade está no ‘três’, visto que existem outras formas de monoteísmos, como, por exemplo, o siquismo. […] A classificação das nossas três religiões, judaísmo, cristianismo e islamismo, sob a ascendência comum de Abraão, é aceitável. Mas sujeita a caução, porque a referência comum ao patriarca esconde as diferentes maneiras de vê-lo. […] Há, primeiro, a questão da filiação de Abraão. É sabido que os muçulmanos afirmam a sua ligação com Abraão através de Ismael, o que não é o caso dos cristãos.” (FITZGERALD, 2008, p. 159).

5.7 CONFRONTO DAS TEOLOGIAS ADVENTISTA, ECUMÊNICA E DO DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO

5.7.1 O ecumenismo e a perspectiva adventista do fim dos tempos

Os adventistas temem um possível papel que o ecumenismo pode desempenhar no que consideram como os tempos finais da história da Terra, em uma união da Igreja com o Estado, preocupação alimentada, num primeiro momento, pela proposta de promoção do domingo por meios legislativos – depois recusada por chocar-se com uma emenda que acomodava igrejas que observavam o sábado – na criação do CNI em 1908. A mesma desconfiança dos adventistas se manifestou na formação do CMI em 1948, por acreditarem que ele poderia comprometer os princípios do protestantismo em oposição à verdade divina (SCHWARZ; GREENLEAF, 2009, p. 451).

O movimento ecumênico defende a separação entre Igreja e Estado e preza pela liberdade religiosa. O documento da quarta fase do diálogo entre católicos e as igrejas pentecostais tradicionais e outros representantes aponta que ao Estado se reserva o papel de garantir a liberdade religiosa de todas(os) através de leis justas "e outros recursos adequados" (PCPUC, 1999, p. 59) e as condições favoráveis ao desenvolvimento da vida religiosa, que inclui a liberdade de aderir ou mudar religião sem proibições que limitem esta liberdade (PCPUC, 1999, p. 59-60), pois, no diálogo, não se faz aquilo que a consciência proíbe (PCPUC, 1999, p. 73). A defesa da separação entre Igreja e Estado representa uma plataforma que os adventistas têm em comum com outros grupos cristãos (SCHWARZ; GREENLEAF, 2009, p. 442).

O ecumenismo orienta atitudes, comportamentos, projetos, sonhos e orações. A causa ecumênica se constitui em causa vital, causa da fé, do evangelho e da Igreja, causa do reino de Deus. Ele orienta e dá forma ao ser e agir baseado no diálogo, na tolerância, no respeito e na acolhida das diferenças que constroem laços de confiança e espaços de convivência, cooperação e comunhão. O ecumenismo representa mais do que uma declaração de princípios. Constitui uma atitude e um modo de ser que implica a formação de uma "personalidade ecumênica" em que as estruturas do ser cristão, da sensibilidade, dos valores, linguagem e comportamentos se orientam para a relação com o outro em propósito da comunhão. Configura-se em uma "identidade relacional", um modo ser, falar, viver e conviver (SINNER; WOLFF; BOCK, 2006, p. 8-9).

Contrariamente ao comprometer os princípios das igrejas em diálogo, o pertencimento a uma comunidade concreta assegura a lucidez e a prudência do pensar teológico (WOLFF, 2018a, p. 178) e evita o "falso irenismo" (UUS 79). "Só quem tem identidade bem definida pode oferecer uma contribuição ao diálogo. [...] Não se faz ecumenismo deturpando a própria fé. Não vamos construir uma nova 'Igreja ecumênica', vamos ajudar as igrejas a se conhecerem melhor e se estimarem mais" (CNBB, 2008, p. 18). Manter uma identidade definida significa não desprezar o que se considera essencial da própria fé por fidelidade à própria consciência e à missão recebida. "O desejo de nos aproximarmos dos nossos irmãos não deve traduzir-se numa atenuação ou diminuição da verdade. [...] O irenismo e o sincretismo são, no fim das contas, formas de ceticismo a respeito da força e do conteúdo da Palavra de Deus" (ES 50). Ter princípios e uma identidade eclesial definida não exclui a possibilidade de reconhecimento da ação do Espírito em outra Igreja pelo conhecimento da verdade que ela possui. Do contrário, a convicção sobre a própria doutrina de fé garante segurança na participação no diálogo ecumênico (WOLFF, 2018a, p. 178).

Na compreensão da Igreja Adventista, entre os sinais proféticos que apontam para o fim do mundo, está a perseguição aos observadores do sábado a partir de um decreto mundial dominical. Para os adventistas, a aproximação ecumênica entre católicos e protestantes representa o cumprimento de uma profecia. Assim, entende-se que o movimento ecumênico, encabeçado pela Igreja católica, desejosa a reconquistar o controle político e econômico outrora exercido no mundo, violará a liberdade religiosa e perseguirá os adventistas (BUCKWALTER, 1956, p. 6).

A Igreja católica "condena todo tipo de perseguição." Elaborada para a reflexão sobre o diálogo com os judeus, que assim como os adventistas observam o sábado, a Igreja católica indica que, motivada pelo amor evangélico e religioso, mais do que por razões políticas, e considerando o patrimônio comum existente com os judeus, "lamenta profundamente os ódios, perseguições e toda espécie de manifestações [antissemitas] de que foram objeto os judeus, em qualquer época ou circunstância." (NA 4).

Os adventistas expressam reservas e temores – por, segundo eles, se preocuparem com a "verdade presente" nas Escrituras – com uma série de questões problematizadas pelo movimento ecumênico, principalmente sobre o governo da Igreja, a forma e função do ministério, a hipótese da omissão do ecumenismo com a missão mundial e o medo da formação de uma superigreja (DEDEREN, 2011a, p. 638).

O ecumenismo trabalha com uma dupla fidelidade: a Jesus Cristo e seu desejo de que sua Igreja fosse una e única; e à própria comunidade de fé. Não se busca fusão e criação de

uma Igreja uniforme, uma superigreja. Busca-se unidade e não uniformidade. Os cristãos podem se unir no essencial do evangelho e conviver, orar e trabalhar com os membros de outras igrejas, pois a fé os une (BONATTI, 2000, p. 60). “Podemos e devemos caminhar para a *unidade*. Mas isso não significa que se deva formar uma *Igreja única*, resultante do sincretismo dos pontos de fé de diversas igrejas.” (MIRANDA, 1999, p. 24, grifos do autor). Ecumenismo não se constitui em sincretismo religioso, mas a busca de crescimento da comunhão para se efetivar a única Igreja idealizada por Jesus Cristo (MIRANDA, 1999, p. 25).

Ao ver que os maiores progressos do cristianismo no século XX estavam nos esforços ecumênicos, os adventistas alertavam para o erguimento do “gigante monolítico de uma [superigreja]”, que ganhava simpatia da maior parte das igrejas protestantes dispostas “a crer que é melhor estarem unidos em erro do que divididos pela verdade.” (WOOD, 1958, p. 6), culpando-as por preferir uma unidade no erro à unidade na verdade.

Considera-se que o CMI se constitui no referente da superigreja almejada pelo movimento ecumênico. O CMI não possui autoridade sobre as igrejas, que são livres para acatar ou rejeitar suas orientações (MARTIN; PORTO, 1982, p. 45). O conselho se configura em “uma organização oficial de igrejas para promover a união ecumênica. Não é uma [superigreja], mas um corpo consultivo. Não legislará para as igrejas, é um instrumento para uso das igrejas.” (MARTIN; PORTO, 1982, p. 46). Entre os objetivos do CMI estão (1) facilitar a ação comum entre as igrejas; (2) estimular a cooperação no estudo; (3) impulsionar o desenvolvimento da consciência ecumênica nos membros das igrejas; (4) construir relações com outros organismos ecumênicos; e (5) convocar conferências para tratar de assuntos específicos e circunstanciais que envolvam o movimento (MARTIN; PORTO, 1982, p. 47).

No problema ecumênico que se refere à restauração da unidade entre as igrejas e os cristãos, os grupos comprometidos com o movimento compartilham da convicção de que a restauração da unidade constitui-se “de uma *unidade na verdade*, de uma unidade que *não é uniformidade*, e de uma unidade que será *dom de Deus*, não criação do homem.” (NAVARRO, 2006, p. 342, grifos do autor).

No contexto de fundo dado pelas indicações do espírito de profecia de que a aproximação católico-protestante configura um dos sinais do fim, no convite do Concílio Vaticano II às igrejas da América Latina para que integrem o diálogo, efetuem contato pessoal e colaboração, sentia-se o despreparo dos protestantes para adotar uma postura dialogal pelo desconhecimento da história e doutrina católica e o receio de que os católicos não estavam sendo sinceros ao se colocar em diálogo, objetivando, apenas, prejudicar o protestantismo. A

partir dos contatos pessoais de presbíteros e bispos católicos com protestantes, reduziram-se as desconfianças (SOUZA, 1965, p. 6-7).

Todos os cristãos são culpados pelo distanciamento e inimizade existente entre as igrejas. “Alimentamos preconceitos, desconhecimento mútuo, maus sentimentos. Construímos mundos separados, vivendo sem e contra os outros. Isso é expressão do pecado, é contradição à proposta do evangelho da comunhão, e um ‘escândalo’ para a humanidade sedenta por testemunhos de vida fraterna.” Os cristãos são chamados a reconhecer com sinceridade sua culpa na divisão que causam tensões em toda a humanidade. Espera-se que busquem reparar os danos de suas faltas e trilhem outro caminho, o da convivência, cooperação e comunhão; que dialoguem (WOLFF, 2016b, p. 59).

Há a preocupação de diversos grupos religiosos que o ecumenismo subordine “a verdade à união” (CONRADO, 1965, p. 2). A Igreja Adventista entende que precisa ser cautelosa em suas interpretações proféticas do fim para não incorrer em dogmatização, mas alerta quanto ao que considera “marcante desconsideração à verdade” (CONRADO, 1965, p. 3) e falta de fundamentação bíblica do movimento ecumênico.

O diálogo ecumênico se constitui em um diálogo teológico baseado na verdade e na cooperação prática, um diálogo de amor e de vida (KASPER, 2011, p. 17). No evangelho de Jesus Cristo anunciado pelos apóstolos está “a fonte de toda a verdade salvadora e a base de todo o diálogo [ecumênico].” (KASPER, 2011, p. 26).

Ao mesmo tempo em que avalia colaborar para a apostasia, tornando “o cristianismo nominal mais e mais divorciado das eternas e imperecíveis verdades do evangelho de Cristo” (WICHERT, 1968, p. 9), a teologia adventista admite que o ecumenismo criou e estabeleceu condições mais favoráveis ao anúncio do evangelho, eliminou barreiras que obstaculizavam contatos frutíferos com outros cristãos, viabilizando “uma ampla troca de [ideias sobre] os problemas religiosos atuais à luz da Palavra de Deus” (WICHERT, 1968, p. 9), reaproximando os cristãos e contribuído para a liberdade humana e a evangelização. Não obstante, os adventistas não veem o ecumenismo como uma novidade, mas “um dos mais evidentes sinais da proximidade da volta de Jesus ao mundo” (WICHERT, 1968, p. 10).

A tônica da compreensão do ecumenismo como sinal do fim, baseada nos capítulos 16 e 17 de Apocalipse, em um “quadro sombrio que a profecia projeta”, está no estabelecimento de uma aliança universal de igrejas impondo uma religião única perseguidora dos insubmissos, que sacrificará “no altar do ecumenismo” (SCWANTES, 1992, p. 9) a liberdade religiosa.

Para a Igreja católica, entre os valores que pertencem ao seu bem e ao da sociedade, cuja luta por conservação, em toda parte e sempre, contra a deterioração, se sobressai, está o desfrutar da liberdade da Igreja, tanto quanto requeira o cuidado pela salvação humana, visto ser sagrada a liberdade por meio da qual Jesus Cristo enriqueceu sua Igreja. A Igreja católica considera que os que colocam contra a liberdade levantam-se contra a vontade de Deus. "A liberdade da Igreja é o princípio fundamental nas relações entre a Igreja e os poderes públicos e toda a ordem civil. Na sociedade humana, e frente a qualquer poder público, reclama a Igreja para si a liberdade" (DH 13).

A Igreja Adventista entende que a união das igrejas se dará entre aqueles grupos que compartilham crenças consideradas contrárias aos princípios bíblicos, como a imortalidade inerente da alma e a observância do domingo como dia de repouso, instaurando uma grande aliança religiosa que se aproximará do Estado, o qual obrigará a obediência a leis e normas contrárias às Escrituras. Ao descrever sua previsão dos acontecimentos para o tempo do fim, os adventistas justificam seu temor de se envolver com o movimento ecumênico. Avalia-se que a principal entidade ecumênica do mundo, o CMI, está realmente interessada em realizar "justiça econômica" ao invés de "descobrir a verdade objetiva de Deus" (MATTOS, 2006, p. 38).

Pergunta o empenho ecumênico: "quem poderia considerar legítima uma reconciliação levada a cabo à custa da verdade? No movimento ecumênico, um "estar juntos" que trai a verdade está em oposição com a natureza divina que oferece sua comunhão, e com a busca da verdade presente no âmago do coração humano (UUS 18).

Do contrário ao pensado pela Igreja Adventista, nos fundamentos do CMI não há indicador que seu principal interesse seja concretizar justiça econômica. Em 1950, o Comitê Central do CMI, num encontro em Toronto, Canadá, redigiu o texto *A Igreja, as igrejas e o Conselho Mundial de Igrejas*, base para qualquer definição da concepção do conselho. Conhecida como *Declaração de Toront*o, enuncia, na primeira parte, cinco pontos sobre o que o conselho não representa. "O CMI não é e não deverá jamais ser uma superigreja. O objetivo do CMI não é negociar uniões entre as igrejas [...]. O CMI não pode e não deve estar baseado em nenhuma concepção particular do que é a Igreja." Aderir "ao CMI não implica que essa Igreja tenha de considerar sua própria concepção de Igreja como meramente relativa. Ser membro do CMI não implica a aceitação duma doutrina particular sobre a natureza da unidade da Igreja." (CMI, 1999, p. 16).

Na segunda parte, a declaração apresenta oito pressupostos que baseiam a vida do CMI. As igrejas-membro

> [creem] que o diálogo entre as igrejas, sua colaboração e seu testemunho comum devem basear-se no reconhecimento comum de que Cristo é a cabeça divina do corpo; [creem], fundamentados no Novo Testamento, que a Igreja de Cristo é una; reconhecem que o fato de pertencer à Igreja de Cristo tem um alcance mais amplo do que a comunidade de membros de sua Igreja; consideram que a relação de outras igrejas com a santa Igreja católica,[111] que professam nos credos, deve ser objeto de um exame em comum; reconhecem nas outras igrejas elementos da verdadeira Igreja; aceitam consultar-se umas às outras, inspirando-se em Jesus Cristo, nosso Senhor, para discernir o testemunho que estão chamadas a dar ao mundo em seu nome; devem reconhecer a solidariedade umas com as outras, prestar-se assistência mútua em caso de necessidade, e abster-se de qualquer ato incompatível com suas relações de irmãos e irmãs [;] estabelecem relações espirituais entre elas, mediante as quais aprendem umas com as outras e se ajudam mutuamente a fim de edificar o corpo de Cristo e promover a renovação na vida das igrejas. (CMI, 1999, p. 16-17).

Nas palavras do atual presidente mundial da Igreja Adventista, as movimentações ecumênicas objetivam fundar um sistema religioso unificado oposto ao culto divino no sétimo dia de semana, o sábado, acabar com a liberdade religiosa e estabelecer um dia de adoração contrário ao ensinado nas Escrituras (WILSON, 2012, p. 7). Na interpretação profética adventista, a união protestante-católico-espírita se desdobrará em intolerância religiosa (WHITE, 2013d, p. 513; WILSON, 2018a, p. 33).

Na disposição ao diálogo, o movimento ecumênico se posiciona de modo a não estabelecer indiferentismo entre os dialogantes, “para o qual tudo é apático”, nem impor uma verdade pelo poder ou outros meios de coerção (KÜNG, 2003, p. 155). Em consonância com o Concílio Vaticano II, o movimento ecumênico quer garantir a liberdade religiosa – não eliminá-la –, direito de toda pessoa. “[...] os homens todos devem ser imunes da coação tanto por parte de pessoas particulares quanto de grupos sociais e de qualquer poder humano, de tal sorte que em assuntos religiosos ninguém seja obrigado a agir contra a própria consciência”. O direito à liberdade religiosa está fundado “na própria dignidade da pessoa humana, como a conhecemos pela palavra revelada de Deus e pela própria razão natural. Este direito da pessoa humana à liberdade religiosa na organização jurídica da sociedade deve ser de tal forma reconhecido, que chegue a converter-se em direito civil.” (DH 2).

O movimento ecumênico coloca os ataques à liberdade religiosa no conjunto de problemas e divisões que desumanizam o mundo, assim como o racismo, o desprezo dos direitos humanos, a falta de outras liberdades, os fundamentalismos e as intolerâncias religiosas e a fome (NAVARRO, 2006, p. 343).

---

[111] Referente à Igreja universal, e não à Igreja católica apostólica romana.

5.7.2 O ecumenismo e a identidade adventista

Quando o Conselho Federal de Igrejas de Cristo nos Estados Unidos se reorganizou no Conselho Nacional de Igrejas, os adventistas se recusaram a participar do movimento ecumênico por entender que seus ensinos, suas "diferenças irreconciliáveis" com outras denominações – como o sábado, a compreensão sobre a origem da vida e a natureza do ser humano, suas crenças escatológicas e a convicção do dever de alcançar o mundo com uma mensagem especial – e sua missão impediam a IASD de se unir a qualquer organismo ecumênico (SCHWARZ; GREENLEAF, 2009, p. 452).

A fé dos cristãos em Jesus Cristo os "une muito além das diferenças e contraposições." (CONIC, 2005, p. 10). Entre os princípios metodológicos do diálogo, está a "capacidade de diálogo com o diferente": a teologia exercita o diálogo a partir da universalidade, ao não excluir nenhuma concepção da fé cristã no processo dialógico; na diferenciação, ao valorizar a maneira própria de cada Igreja participar do diálogo; e na abertura, "para as diferenças que possibilitam o enriquecimento e crescimento mútuo." (WOLFF, 2018a, p. 179). O diálogo ecumênico requer um espírito de "caridade para com o interlocutor, humildade para com a verdade" (UUS 36), num tratamento de iguais (UR 9).

Pensado na lógica do diálogo inter-religioso, mas viável para uma abertura da Igreja Adventista com organismos ecumênicos, no pretexto da honestidade na ação dialogal, não se pode querer colocar a própria fé, nem provisoriamente, entre parênteses. Contrariamente, a honestidade e a sinceridade do diálogo cobram que os interlocutores empreendam e se comprometam na integridade de sua fé, pois "na base de uma vida autêntica está uma fé que lhe confere seu caráter específico e sua identidade peculiar. Essa fé religiosa não é negociável no diálogo [...] mais do que o é na própria vida pessoal" (DUPUIS, 2004, p. 285), visto não se tratar de reles mercadoria a ser feita em pedaços ou trocada, mas de um dom recebido de Deus.

Da mesma forma que a sinceridade do diálogo desautoriza a suspensão da fé, sua integridade veda qualquer redução (DUPUIS, 1999, p. 515).

> O diálogo autêntico não aceita esses expedientes. Ele não admite nem o *sincretismo*, que, na procura de um terreno comum, tenta passar por cima da oposição e das contradições entre as crenças de tradições religiosas diferentes por meio de alguma redução do conteúdo delas; nem o *ecletismo*, que, na procura de um denominador comum entre as várias tradições, escolhe elementos esparsos e os harmoniza num amálgama informe e incoerente. Se deve ser verdadeiro, o diálogo não pode procurar a facilidade, que é, todavia, ilusória. (DUPUIS, 2004, p. 286, grifos do autor).

Sem esconder as contradições e diferenças entre as crenças religiosas, o diálogo reconhece onde elas existem e as enfrenta de maneira responsável e com paciência. Dissimular as diferenças e as contraposições causaria confusão e privaria o diálogo de seu objetivo, que se constitui em buscar a compreensão nas diferenças (DUPUIS, 2004, p. 286).

Quando olham ao passado, os adventistas enxergam séculos de perseguição e ações anticristãs do papado contra outros cristãos, discriminação e intolerância do Estado e de igrejas estabelecidas. Olhando o futuro, temem que o catolicismo e o protestantismo se unam e exerçam um poder ao mesmo tempo religioso e político de modo tirânico e potencialmente perseguidor. Eles visualizam "a fiel igreja de Deus não como uma igreja colossal, mas como um remanescente. Veem a si mesmos como o núcleo deste remanescente e não estando dispostos a se unir com a crescente apostasia cristã dos últimos dias." (AG, 2012, p. 148). Ao olhar para o presente, os adventistas assumem a responsabilidade de anunciar o "evangelho eterno" e uma mensagem de juízo. Por considerá-las impopulares, os adventistas interpretam que o êxito no cumprimento da ordem profética apenas será possível se a Igreja conservar sua identidade, motivação, senso de urgência e seus próprios métodos de trabalho (AG, 2012, p. 148-149).

A Igreja católica manifesta rejeitar como contrária ao pensamento de Cristo qualquer discriminação ou perseguição empreendida por conta "das diferenças de raça, cor, condição ou religião." Tendo como modelo o exemplo dos apóstolos Pedro e Paulo, o Vaticano II pede aos católicos que suas "relações humanas sejam sempre as melhores" e vivam em paz com todos os seres humanos (Rm 12,18)[112] como verdadeiros filhos de Deus (Mt 5,45)[113] (NA 5).

Além das divergências doutrinais, as igrejas não podem ignorar a força das atávicas incompreensões herdadas do passado, dos equívocos e preconceitos de uns para com os outros e da inércia, indiferença e conhecimento recíproco insuficiente que pioram a situação. Por isso, o empenho ecumênico precisa se fundar na conversão dos corações e na oração para induzir à purificação da memória histórica.

> Os discípulos do Senhor, animados pelo amor, pela coragem da verdade e pela vontade sincera de se perdoarem mutuamente e reconciliarem, são chamados, com a graça do Espírito Santo, a *reconsiderarem juntos o seu doloroso passado* e aquelas feridas que este, infelizmente, continua ainda hoje a provocar. São convidados pela força sempre jovem do evangelho a reconhecerem juntos, com sincera e total objetividade, os erros cometidos e os fatores contingentes que estiveram na origem das suas deploráveis separações. Ocorre um *olhar de verdade sereno e límpido*, vivificado pela misericórdia divina, capaz de libertar os ânimos e de suscitar em

[112] "[...] se possível, quanto depender de vós, tende paz com todos".
[113] "[...] para que vos torneis filhos do vosso Pai celeste, porque ele faz nascer o seu sol sobre maus e bons e vir chuvas sobre justos e injustos."

> cada pessoa uma renovada disponibilidade em ordem ao anúncio mesmo do evangelho aos homens de todos os povos e nações. (UUS 2, grifos do autor).

O movimento ecumênico não almeja criar uma Igreja colossal e, quanto ao conteúdo e modo de fazer ecumenismo, desafia todos os cristãos a abandonar "corajosamente e decididamente" a ideia de que unidade significa uniformidade, "levando a sério a sua fé em um único Deus que é constituído por três pessoas distintas entre si, devem se convencer de que a unidade pode ser realizada não somente e 'apesar' da diversidade das igrejas, mas justamente e necessariamente 'a partir' das diferenças." (RIBEIRO, 2002, p. 71). Quando se pensa a unidade no movimento ecumênico, considera-se a identidade comum e o essencial da fé que define todos os cristãos (BONATTI, 2000, p. 44).

A IASD pode preservar sua identidade, motivação, senso de urgência e métodos de trabalho caso passe a integrar o diálogo ecumênico, visto ele não cobrar a extinção da própria identidade. O diálogo exige uma identidade aberta, predisposta e receptiva, "*semper reformanda*, sempre em clima de reforma", pois a experiência mostra que avançar na comunhão elimina somente as identidades narcisistas, enquanto "enriquece a verdadeira identidade. Esta nunca está no passado morto, mas adiante, no futuro de Deus, que sempre é um chamado à conversão e uma promessa de uma maior plenitude." (QUEIRUGA, 2007, p. 9).

A manutenção da própria identidade se configura como fundamental e constitutiva para a pessoa, a Igreja e para o diálogo ecumênico. Somente parceiros que possuem uma identidade definida conseguem se empenhar no diálogo sem temer perdê-la no decorrer do processo (KASPER, 2008, p. 27). No entanto, deve-se indagar o que se quer dizer quando se trata de identidade: "[...] uma atitude defensiva, temerosamente fechada sobre si mesma e interessada na delimitação frente aos demais ou em uma identidade aberta, consciente de que, por princípio, só se pode ter identidade em comunicação, encontro e troca com o outro" (KASPER, 2014a, p. 504, tradução nossa)?[114]

Para os adventistas, existem no movimento ecumênico limitadores da liberdade de crença e evangelização, bem como a supressão das distinções entre as igrejas (BEACH, 1970, p. 8). A percepção da IASD de que o ecumenismo se concentra na ação social dos cristãos em detrimento da ênfase nas Escrituras e na cristologia, bem como as especificidades na compreensão escatológica dos adventistas, são resistências demonstradas pela Igreja, que vê a

[114] "[…] una actitud defensiva, temerosamente cerrada sobre si misma e interesada en la delimitación frente a los demás o una identidad abierta, consciente de que, por principio, solo se puede tener identidad en comunicación, encuentro e intercambio con el otro" (KASPER, 2014a, p. 504).

genuína unidade cristã apoiada em Cristo, e não na união de igrejas, de participar ativamente de organismos ecumênicos (BEACH, 1970, p. 9-10).

> É claro que uma Igreja pode sentir-se obrigada, em consciência, a proclamar seu testemunho no que tem de próprio e distinto das demais. Mas isso não implica, necessariamente, fazer com que o ensino próprio de uma Igreja imponha limites à cooperação com outra Igreja, sobretudo em matéria social. A tensão que daí surge será solucionada à medida que for sentida a necessidade do testemunho comum, impelindo também à necessidade de chegar a um acordo sobre a fé. A própria cooperação vai apresentando possibilidades para isso, superando as tensões diante da urgência do testemunho comum perante o mundo. Fundamental é a disposição de cada Igreja para caminhar na unidade, no exercício do perdão, da paciência, da mansidão e da caridade (WOLFF, 2018a, p. 366).

A cooperação ecumênica faz parte da missão evangelizadora das igrejas; "ela vincula intrinsecamente evangelização e ecumenismo, unindo os cristãos na profissão da fé em Cristo (*kerygma*), expressa em termos práticos na *solidariedade*, na *diakonia* e no *testemunho* (*martyria*), que concretizam a comunhão fraterna (*koinonia*)." (WOLFF, 2018a, p. 367, grifos do autor). A colaboração entre as igrejas faz perceber a existência de um só povo de Deus que necessita ser servido. Por isso, o relacionamento entre as igrejas na realização de programas de ação social não pode vir na forma de ajuda, mas significar colaboração entre iguais, o que demanda a eliminação de qualquer paternalismo ou autopromoção de alguma denominação específica, mas uma atuação conjunta em todas as etapas de elaboração, aprovação e finalização do projeto ecumênico de serviço. "Embora muitos projetos ecumênicos tenham razões sociais em sua origem, eles apresentam tanto a necessidade quanto as condições de uma fundamentação teológica." (WOLFF, 2018a, p. 192). Ainda que a finalidade imediata da cooperação entre as igrejas responda uma necessidade circunstancial, possui por finalidade última a visibilidade do amor vivenciado no testemunho comum do evangelho da caridade, no qual se estrutura a cooperação ecumênica. No testemunho comum da caridade se encontra o caminho privilegiado da visibilidade da unidade da Igreja como congregação dos discípulos de Jesus Cristo no amor. "Nisto conhecerão todos que sois meus discípulos: se tiverdes amor uns aos outros." (Jo 13,35). A cooperação solicita dos cristãos a explicitação do querer ecumênico baseada no amor evangélico, na profissão ante o mundo da fé na Trindade, na manifestação da esperança que não se confunde (UR 12) (WOLFF, 2018a, p. 192-193).

A Igreja Adventista nunca se opôs "à verdadeira unidade cristã" (VELOSO, 1984, p. 42); ela aceita uma unidade baseada nos ensinos das Escrituras e de Cristo. No entanto, concebe que o movimento ecumênico não constitui uma unidade apoiada nas doutrinas bíblicas, mas na apostasia de Apocalipse 13, apartando as igrejas dos ensinamentos das

Escrituras da autoridade bíblica para a definição de crenças, a eternidade moral da lei como definidora dos problemas éticos da vida, da salvação pela fé em Cristo e da missão da Igreja de proclamar o evangelho.

Ao classificar a existência de dois tipos de ecumenismo, um positivo, em que pautas comuns com outros cristãos podem ser compartilhadas, e outro negativo, que deve ser evitado, um "ecumenismo ideológico e comprometedor", se aceita, entre os adventistas, a cooperação com outras igrejas em ações comuns como saúde, liberdade religiosa e projetos sociais, não tidos pela Igreja como "ecumenismo no sentido negativo." Não obstante, para o futuro, os adventistas visualizam a implantação de um "ecumenismo sinistro", uma grande "confederação ecumênica" que lutará contra quem obedece aos mandamentos de Deus, que chama todas(os) a "saírem do ecumenismo do mal (Babilônia) e se unirem ao ecumenismo do bem (Ap 14:6-7; 18:1-4)", cumprindo o desejo de Cristo para a Igreja que envolve a unidade a ser buscada no amor e na verdade, num verdadeiro ecumenismo concretizado em torno de Cristo, orientado pelas Escrituras, com vistas à glorificação de Deus e o bem da humanidade (DE BENEDICTO, 2018, p. 2).

A Bíblia forma a base e inspiração do movimento ecumênico.

> As Escrituras são para a Igreja o referencial primeiro da vida em comunhão porque constituem a norma primeira da fé […]. Dada a diversidade na formação das comunidades de fé, as Escrituras ensinam a situar-se no contexto das diferenças, com atitudes de diálogo, tolerância e caridade. Compreende-se, assim, a permanente relação entre as Escrituras e o movimento ecumênico desde as origens deste. Ambos aspiram à unidade e sintonizam nos caminhos que a ela conduzem: o respeito, o diálogo, a tolerância, a acolhida e a cooperação. Ambos exigem a comunhão na verdade sobre a fé, sobre a Igreja, sobre Deus, sobre o ser humano. As Escrituras e o movimento ecumênico referendam as iniciativas que vão nessa direção, ao mesmo tempo que rejeitam tendências e caminhos opostos. (WOLFF, 2007a, p. 52).

No estreito vínculo entre as Escrituras e a Igreja, a compreensão das Escrituras determina o modo de ser Igreja. A Bíblia se constitui na fonte da eclesiologia. Ao se pensar a eclesiologia ecumênica, persistem alguns dilemas. "Nem tudo na Bíblia é comum a todos os cristãos." Existem controvérsias sobre o número de livros revelados, à sua interpretação, sua relação com a tradição, etc. O principal desafio se encontra em desenvolver uma hermenêutica que evidencie que tais divergências não excluem a mensagem de unidade presente na Bíblia. Necessita-se de uma hermenêutica ecumênica das Escrituras que sustente a compreensão ecumênica da Igreja. Para tanto, as igrejas são chamadas a colocar suas tradições sob a guia, prova e correção da mensagem bíblica, a fim de testemunhar da unidade legitimadora da profissão da fé no evangelho (WOLFF, 2007a, p. 53).

Os adventistas que na caminhada cristã têm se “tornado um tanto ecumênicos” (BESSA, 1987, p. 41) são criticados por teoricamente silenciarem no anúncio das três mensagens angélicas, enfatizarem demasiadamente a justificação pela fé e deixarem de advertir os que seguem o caminho da besta.

A Igreja teme perder sua identidade distintiva em relação aos demais cristãos ao se observar que, desde a década de 1980, os membros tem trocado o conhecimento bíblico-doutrinário por uma ênfase bíblico-relacional na vida cristã, resultado, dentre outras coisas, dos “apelos ecumênicos e tendências pluralistas” do mundo contemporâneo que inibem muitas denominações a dialogar sobre suas diferenças doutrinárias, e da “globalização ecumênica” que tem feito desaparecer a identidade dessas igrejas (TIMM, 2001, p. 14).

Para a IASD, a rejeição ao mandato missionário por alguns membros deve-se a “influências ecumênicas”. Para se permanecer firme verdade divina, orienta-se aos adventistas evitar “as concessões do ecumenismo” (WILSON, 2018b, p. 23).

Os adventistas se encontram na categoria dos cristãos assustados, como medo de irenismo, receosos de que em encontros ecumênicos percam sua identidade e se tornem iguais aos outros cristãos. “A proposta do ecumenismo é outra: é viver juntos, com Cristo, sendo cada um o que é. Se alguém mudar, é fato ou opção livre, pessoal, posterior. Não se trata de comprometer nossa identidade. Conservando cada um sua [identidade], cresceremos com a experiência dos outros.” O ecumenismo aposta na convivência sem que as igrejas em diálogo abandonem suas características, mas mantenham suas identidades. Para isso se tornar possível, os dialogantes precisam ter formação e personalidade, pois o diálogo só se efetiva entre pessoas maduras com identidade clara e definida. Perder identidade gera morte lenta, mas inevitável, dos indivíduos e grupos (BONATTI, 2000, p. 59).

O diálogo ecumênico

> não pode ser confundido com um relativismo dogmático, a preços de liquidação. Assim como nos protegemos de uma graça barata, também precisamos nos proteger de um ecumenismo barato. No diálogo ecumênico não se trata de renunciar à própria identidade, mas de purificá-la, deixá-la crescer e amadurecer. O diálogo ecumênico representa, por um lado, a pesquisa da consciência e, por outro, uma troca de dons na qual aprendemos com os dons que o Espírito Santo implantou nas outras igrejas e comunidades eclesiásticas (LG 15; UR 3), para assim alcançarmos a *communio* completa, a partir da *communio* ainda incompleta. (KASPER, 2006, p. 121).

As identidades no diálogo ecumênico vivem na tensão entre a pertença a uma comunidade eclesial e a experiência de fé em outra(s) comunidade(s) que não a própria. Isso não significa ter dupla pertença ou identidade eclesial. Trata-se, no entanto, de lealdade à

própria tradição de fé e ao evangelho concomitantemente. “A lealdade à tradição mantém a identidade eclesial; a lealdade ao evangelho conduz ao encontro e diálogo com outras tradições, possibilitando o reconhecimento do *kerygma* cristão também em outros espaços.” (WOLFF, 2007a, p. 67). Colocar-se em diálogo confronta o medo de perder a identidade e fiéis e a compreensão do processo dialógico como um risco para a integridade da fé. A Igreja que não dialoga pode transformar-se em uma ilha institucional, doutrinal e espiritual (WOLFF, 2012, p. 12).

Pelo diálogo ecumênico não implicar, de que forma for, a renúncia da própria identidade, engana-se profundamente quem o enfrenta como fomentador de relativismo doutrinal. O ecumenismo não busca encontrar um mínimo denominador comum entre as igrejas. “O diálogo ecumênico não luta pelo empobrecimento espiritual, mas por um enriquecimento espiritual mútuo. [...] por intermédio do diálogo ecumênico, o Espírito nos conduz à verdade integral; ele cura as feridas de nossas divisões e nos provê com a plena catolicidade.” (KASPER, 2008, p. 236). A Igreja

> cresce na catolicidade na mesma medida em que cresce na plenitude da fé, como acolhida de todo o patrimônio da revelação e de todos os legítimos desenvolvimentos desse patrimônio. Trata-se, de um lado, da *ortodoxia* da fé, pois a Igreja é católica na sua fidelidade à verdade integral de Jesus Cristo. E de outro lado, da *ortopraxia* da fé na vivência do amor, do serviço, do diálogo. E assim a Igreja vive cotidianamente a catolicidade e nela progride, ciente de que a sua plenitude acontecerá apenas no pleno cumprimento da salvação, na dimensão escatológica do reino. (WOLFF, 2014b, p. 109, grifos do autor).

As únicas concessões que se exigem das igrejas em processo ecumênico são aquelas que beneficiam a reconciliação com os irmãos, mas somente quando não colocam em perigo a integridade da fé de cada grupo. “Pelas concessões, tentamos achar meios para que as denominações possam dizer e fazer juntas o mais possível, sem detrimento de sua própria integridade.” A concessão expressa consideração, amor e profundo respeito para com as demais igrejas e suas convicções, mesmo que por nós não compartilhadas (MARTIN; PORTO, 1982, p. 20).

A escolha da Igreja Adventista em declinar na participação no movimento ecumênico também se explica pelo receio em precisar fazer concessões em relação às suas crenças (SCHWARZ; GREENLEAF, 2009, p. 457).

Pelo contrário, no movimento ecumênico respeitam-se todas as tradições e crenças na busca na fidelidade à vontade de Jesus pela unidade (MARTIN; PORTO, 1982, p. 16). Os participantes do diálogo rejeitam qualquer violação da liberdade religiosa e qualquer forma de

intolerância religiosa, assim como qualquer tentativa de imposição de crenças e práticas aos outros, manipulação ou coação no tocante à religião e desigualdade no tratamento civil entre grupos religiosos (PCPUC, 1999, p. 59).

Para a IASD, sua formulação teológico-profética sobre o grande conflito não abre espaço para a adoção de compreensões ecumênicas das Escrituras (TIMM, 2015, p. 24), desconsiderando as contribuições que a teologia ecumênica possa ofertar à teologia adventista.

Estar em diálogo não significa apagar tudo aquilo que se acredita como verdade. Um diálogo genuíno só pode ser dirigido por pessoas que possuem cada qual seu ponto de vista, mas que estão dispostas a escutar e aprender com o outro. Este tipo de diálogo não se constitui em mera discussão intelectual, mas em uma troca de dons. Demanda reconhecer o que há de verdade e fraqueza no outro, bem como dizer a própria verdade sem ofender ou polemizar, mas no amor (Ef 4,15), "subtrair às controvérsias o veneno da divisão e fazer dela uma oferenda" para o crescimento conjunto de ambos no sentido basilar da catolicidade, reconhecendo a misericórdia de Deus em Jesus Cristo e a testemunhem juntos ao mundo (KASPER, 2016b, p. 44).

Um grupo religioso pode ofertar aos outros um serviço maiêutico, lançando luz àqueles aspectos ou dimensões despercebidas da presença divina delas. "O que viermos a aprender uns com os outros nos aproximará a todos do mistério divino e será, além disso, o melhor e mais autêntico modo de nos aproximarmos entre nós. Assim irá sendo construído um verdadeiro ecumenismo em ato como comunhão viva e cordial", mais eficaz que as aproximações teóricas – as quais não se nega sua função (QUEIRUGA, 2015, p. 170). Se os cristãos realmente creem na ação livre e generosa do Espírito, podem aprender muito uns com os outros. O diálogo não diz respeito somente a receber informações sobre os outros para conhecê-los melhor, mas de colher o que o Espírito neles semeou como dom para todas(os) (EG 246).

5.7.3 As bases da unidade da Igreja

Na compreensão da teologia adventista, o Novo Testamento traz uma visão de unidade eclesiástica alicerçada na verdade e caracterizada pela santidade, alegria e fidelidade (Jo 17,6.13.17.19.23.26), o que a teologia ecumênica consente e afirma, mas os adventistas desconsideram. A IASD não compreende ser relevante a tônica do ecumenismo sobre o

escândalo da divisão dos cristãos, mas concebe que o movimento ignora a apostasia e a heresia (AG, 2012, p. 142-143).

A razão de ser do movimento ecumênico está na superação da divisão das igrejas para recuperar e manifestar sua unidade (NAVARRO, 2006, p. 113). No entanto, não se trata de atingir qualquer tipo de unidade.

> Somente a *unidade da verdade* recebe a aceitação unânime por parte das igrejas. Por isso qualquer intento de unidade que prescindisse do núcleo do depósito revelado estaria condenado ao fracasso. O problema do ecumenismo é, numa palavra, o problema da unidade *na verdade*. Mas isso faz com que na complexidade do ecumenismo – que tem muito de escândalo porque as divisões contradizem a vontade da comunhão expressa por Jesus – apareça também um elemento de seriedade nem sempre levado em conta. Sobre as divisões não é suficiente fazer uma leitura negativa. As divisões aparecem também como resultado do desejo de fidelidade à verdade. (NAVARRO, 2006, p. 113, grifos do autor).

O ecumenismo deve ser pensado e baseado a partir do evangelho e da mensagem de Jesus. Da ótica do evangelho, parece estranho o modo como os cristãos das diferentes igrejas tratam-se entre si, "totalmente incompreensível que [eles] estejam não só separados, mas divididos, odiando-se, falando mal uns dos outros, combatendo-se. E todos pretensamente em nome de Jesus! Escândalo! Não há outra palavra para designar como os cristãos se tratam entre si. É um verdadeiro escândalo!" (BERKENBROCK, 2014, p. 190).

Seja na perspectiva do ecumenismo ou do diálogo inter-religioso, a interação dialogal entre diferentes não objetiva a mudança ou conversão do outro, "reabsorver a pluralidade nem reunir todas as religiões na unidade de uma única Igreja [...] ou de uma [megareligião] construída de acordo com os elementos convergentes de todas as tradições religiosas." (BERGERON, 2009, p. 116).

Além de entender que o ecumenismo quer a "aglutinação das igrejas", a teologia adventista critica a interpretação que o movimento ecumênico faz do texto de João 17,20-23, em que Jesus pede pela união dos cristãos, considerando que a passagem registra nada mais que a profunda vontade de Jesus pela unidade dos que nele creem, e não um pedido ou advertência para que eles busquem-na por si mesmos ou se fundem em uma força comum. Para os adventistas, o texto claramente apresenta um pedido a Deus para que ele atenda e inspire uma unidade de sentimento, pensamento, fé e ação entre os fiéis, com um sentido espiritual e afetivo, em que não se pode reunir os heterogêneos grupos religiosos, em uma "fusão espúria", uma "federação ou aliança baseada em [interesses] discutíveis", como compreende-se querer o movimento ecumênico. Para a Igreja Adventista, o ecumenismo usa do texto para alcançar uma unidade de contatos, acordos políticos e formais e promoções,

enquanto a passagem aponta para uma unidade de ser, existir, de função, essência, natureza, uma unidade subjetiva e espiritual, similar àquela entre o Pai e o Filho, “de essência divina e não de entidades heterogêneas.” (CHRISTIANINI, 1968, p. 9, grifo suprimido).

Para a teologia adventista, a expressão “assim como nós” do verso 11 indica uma unidade mais elevada e diferente do que a do movimento ecumênico institucionalizado, pois enquanto este chama os cristãos a atuar em conjunto, ainda que existam divergências entre eles, Jesus convoca para que sejam um tal como ele e o Pai, unidos em suas principais crenças, nas verdades essenciais das Escrituras. Aos adventistas, enquanto não existir uniformidade de crenças entre os cristãos, o ecumenismo não será o cumprimento da oração de Jesus exposta em João 17, mas uma grande confusão, promotora de uma unidade deturpada por defender que não interessam no que creem os diferentes grupos cristãos que aderem a ele (WOOD, 1970, p. 15).

Entre os promotores do diálogo ecumênico está consensuado que “a unidade cristã não pode tentar buscar uma fusão das diferentes igrejas na qual se nivelassem uniformemente [suas] diferentes estruturas [...] para construir uma Igreja completamente uniforme [...]. Essas descrições fáceis de diferentes tipos de unidade não constituem de modo algum os objetivos do ecumenismo.” (NAVARRO, 1995, p. 25).

Para o movimento ecumênico, entende-se que unidade não implica uniformidade de crenças na medida em que não anula as diferenças, “enquanto não contraditórias, mas se realiza *nelas* e *a partir* delas, de modo que a unidade na diversidade é o horizonte da comunhão eclesial aspirada.” Unidade não requer uniformidade, não invalida as partes ou as elimina (Gl 3,28), mas expressa a unidade no único Espírito, o de Jesus Cristo. Assim como ocorre na Trindade, no ecumenismo o Espírito une os participantes do diálogo (UR 2), auxiliando na compreensão de como cada parte pode participar da comunhão na totalidade da realidade eclesial (WOLFF, 2018a, p. 186, grifos do autor).

A IASD também trata o ecumenismo como falsa unidade estabelecida sobre o amor que despreza a responsabilidade cristã com os mandamentos de Deus e as verdades bíblicas (WHITE, 1974, p. 5).

O movimento ecumênico defende que a falta de unidade, para além de contradizer a vontade divina, em todos os tempos significou ir “na contramão da história”. Se o sentido da Igreja não está em viver para si mesma, mas em serviço à humanidade, confrontados com os “enormes problemas que o mundo enfrenta, diante da responsabilidade que temos de levar à frente o projeto de Deus para que a humanidade se realize plenamente e seja feliz, os cristãos divididos retardam o avanço da história.” (CAMBÓN, 1994, p. 21).

A cooperação ecumênica institui-se como testemunho da comum responsabilidade na colaboração com o projeto divino para a salvação do mundo. As necessidades humanas e o desafio de um mundo dividido impulsionam as igrejas a cooperarem entre si como modo de cooperar com Deus, manifestando seus dons dirigidos à reconciliação de todos os seres em Cristo. Por isso, não se legitima a divisão testemunhal das mensagens cristãs parcialmente proclamadas. Nesse cenário, as igrejas se conscientizam do que existe em comum, bem como do que as divide (WOLFF, 2018a, p. 366).

O rumo da verdade comanda o propósito de unidade do ecumenismo.

> A unidade cristã tem […] um alto preço. Nem todos os tipos de unidade gozam de credibilidade e reconhecimento suficientes por parte das igrejas. Só a *unidade na verdade* recebe aceitação unânime. Por isso, qualquer tentativa de unidade que prescinda do núcleo do depósito revelado está condenada ao fracasso. O preço da unidade tem um nome, a verdade. (NAVARRO, 1995, p. 158, grifo do autor).

O problema do ecumenismo se configura, definitivamente, como o problema da verdade. Antes que se chegue ao tema da verdade, as igrejas precisam abandonar as polêmicas estéreis e trilhar os caminhos da tolerância, do respeito mútuo, do diálogo e da acolhida do outro. Em algum momento, a perspectiva da verdade desponta como "questão decisiva em que estão em jogo os problemas do ecumenismo. Porque se trata, afinal das contas, de abordar juntos o que parece ser a vontade de Deus para sua Igreja e o sentido da revelação e da salvação dadas em Jesus Cristo. E essas não são questões triviais." (NAVARRO, 1995, p. 158-159).

Ante o tema da verdade, "os silêncios respeitosos não podem prolongar-se indefinidamente", pois no núcleo do problema ecumênico, "que tem muito de escândalo, porque as divisões contradizem a vontade de comunhão expressa por Jesus -, surge também um elemento de seriedade nem sempre levado em conta. Não se deve fazer só uma leitura negativa das divisões. Elas se mostram também como resultado do desejo de fidelidade à verdade." O problema ecumênico traz dificuldades maiores quando se quer precisar os limites do que se entende como núcleo central da fé, e, portanto irrenunciável, da construção doutrinal revestida pela fé. Desenredar tais fronteiras forma parte do problema ecumênico (NAVARRO, 1995, p. 159).

5.7.4 A legitimidade do separatismo cristão

Embora os adventistas compreendam que o Vaticano II aproximou lideranças católicas e protestantes e que a unidade cristã seja um busca "louvável", prezam pelo que chamam de "virtudes do separatismo cristão" (BEACH, 1966, p. 7).

A separação só pode ser considerada "nobre" se nascer em função do amor à verdade (NAVARRO, 1995, p. 159). "A unidade não pode ser cindida; um corpo não pode ser dividido pela separação dos órgãos, nem despedaçado à vontade pela dilaceração das vísceras arrancadas. Tudo que for separado violentamente do seio materno não pode continuar a viver e a respirar, perde a substância da salvação." (CIPRIANO DE CARTAGO, 2016, p. 153).

A Igreja Adventista expressa considerar legítima a separação e a divisão entre os cristãos quando estas protegem e preservam a pureza e a integrante da Igreja e sua mensagem. Veem no ecumenismo uma unidade baseada em "mundanismo e erro" e entendem que o CMI pouco enfatiza a santificação e o reavivamento espiritual, tratando-os como "antiquado resíduo pietista" (AG, 2012, p. 143), e não como força vital para uma vida cristã frutífera, abafando a piedade pessoal em prol da moralidade social.

Entende-se que a divisão dos cristãos nem sempre se deve a visões fanáticas, orgulhos eclesiásticos ou desejos inconfessáveis de hegemonia de um grupo sobre outros. Navarro recorre a Jean Guitton, insistente num aspecto que considera passar em silêncio: "a separação dos cristãos, que é um escândalo, conserva sua honra se nosso primeiro dever de consciência for buscar a verdade. Pois bem, nós, tanto uns como outros, temos preferido a verdade cruel à falsa caridade", a desunião visível do que a união na ambiguidade (NAVARRO, 2006, p. 113).

A unidade buscada pelo movimento ecumênico se baseia no amor à verdade, que "conduz à unidade, não à intolerância. [...] leva à estima e ao respeito da inteligência, de toda inteligência, como capacidade e parceira na busca da verdade." (JOSAPHAT, 2013, p. 264-265). O ecumenismo não quer ser apenas depósito de mais informações para que os grupos cristãos se conheçam melhor, mas recolher o que o Espírito semeou em cada um como dom para os demais. A partir do intercâmbio de dons, o Espírito pode conduzir os cristãos para a verdade e o bem (EG 246). "A verdade é o conteúdo central de todo tipo de diálogo que queira ser frutífero. A base da comunicação é a exigência e o reconhecimento da verdade." (WOLFF, 2004b, p. 72). Seja no diálogo das igrejas ou das religiões, ignorar tal princípio seria negar o que constitui a consciência religiosa pessoal ou a do interlocutor, criando falsas bases para o diálogo e impedindo-o de alcançar seu fim (WOLFF, 2004b, p. 72-73).

5.7.5 A compreensão ecumênica das crenças denominacionais

Os adventistas entendem que certas igrejas envolvidas no movimento respeitam as crenças dos outros, mas tratam de maneira fluída suas posições doutrinárias, demonstrando humildade e não dogmatismo nas crenças doutrinárias – excetuando aquelas referentes à unidade da Igreja. Trata-se toda arrogância religiosa doutrinária, na perspectiva ecumênica, como pecaminosa. Para os adventistas, há nos círculos ecumênicos o perigo de se amenizar e relativizar crenças e a ideia de que todas as formulações doutrinárias são parciais e inadequadas, chegando-se ao ponto de alguns integrantes do movimento defender uma síntese doutrinária, amenização que pode levar as igrejas a desaparecerem, justamente o desejo de ecumênicos entusiastas (AG, 2012, p. 143-144).

Compreende-se positivamente a atitude de tolerância no movimento ecumênico, pois leva à virtude de reconhecer nos demais o direito de existir com suas opiniões e atitudes diferentes, bem como de sua difusão ou manifestação pública ou privada (WOLFF, 2012, p. 99). Pela tolerância, reconhecem-se os direitos dos outros em diferentes domínios, como no social, no direito de uma pessoa ou grupo em poder organizar livremente sua existência; moral, no direito de ser distintos em seus valores; e religioso, no ser diferente em suas crenças. Considera-se a tolerância como o reconhecimento do valor do outro em si mesmo – e não a partir do que se pensa dele –, no direito que ele possui de ser o que desejar, na mesma proporção que cada qual exige o direito de ser o que quiser (WOLFF, 2012, p. 100).

Quanto à fluidez das crenças, reflete-se, de antemão, que não se pretende uma unidade identificada com absorção ou uniformidade. As distinções sem comunhão resultariam em fragmentação e divisão. A pretensão de unidade desrespeitosa das distinções seria empobrecedora e não respeitaria as identidades dos dialogantes. “A unidade, à medida que não respeita a distinção, cai na uniformidade, na imposição destrutiva, no autoritarismo, no gueto sectário. Todas elas, realidades apostas ao amor de Deus.” (CAMBÓN, 1994, p. 67). Do contrário, afirmar as distinções sem buscar concomitantemente a unidade levaria à dispersão e anarquia, atrasando o desígnio de Deus para a Igreja e sobre a humanidade (CAMBÓN, 1994, p. 66-67). Ainda que não se concorde com a cultura ou a religião do outro, faz-se necessário aprender a respeitar e aceitar que ele tem o direito de ser e crer conforme sua tradição e consciência (WOLFF, 2012, p. 7).

O ecumenismo significa ainda um “*ripartire da Cristo*”, um novo começo a partir de Cristo. Confessar o caráter único e o significado salvífico universal de Cristo preserva a fé

cristã do relativismo e do sincretismo, assim como da arrogância. O discipulado requerido por Jesus baseia-se na modéstia e humildade e por meio do que Paulo classifica de frutos do espírito: amor, alegria, paz, paciência, gentileza, bondade, fé, doçura, autodomínio (Gl 5,22) (KASPER, 2008, p. 229). “Bons interlocutores para o diálogo são aqueles que estão em paz consigo mesmos, aqueles que vivem a experiência de um coração capaz de acolher formas diversificadas, um coração desobstruído da arrogância e vontade de poder.” (TEIXEIRA, 2014b, p. 78). Fazer ecumenismo significa realizar um diálogo esclarecido (UR 4), com um método que não se constitua como obstáculo (UR 11).

> O amor à verdade é a dimensão mais profunda de uma autêntica procura da plena comunhão entre os cristãos. Sem esse amor, seria impossível enfrentar as reais dificuldades teológicas, culturais, psicológicas e sociais que se encontram ao examinar as divergências. A esta dimensão interior e pessoal, está inseparavelmente associado o espírito de caridade e de humildade: caridade para com o interlocutor, humildade para com a verdade que se descobre e que poderia exigir revisão de afirmações e de atitudes. (UUS 36).

Participar do diálogo não significa relativizar a verdade da fé cristã. Em contrapartida, ela não pode ser apresentada de maneira exclusivista (WOLFF, 2004a, p. 37).

5.7.6 A compreensão ecumênica da Bíblia, a normatividade e autoridade das Escrituras

Para muitos líderes do CMI, criticam os adventistas, as Escrituras não são normativas para a fé cristã, nem possuem autoridade. A ênfase estaria sobre a diversidade bíblica, o que pode incluir a demitologização dos evangelhos, e a inspiração não no texto, mas na experiência do leitor. As profecias apocalípticas não teriam nenhum valor no presente tempo. À volta de Cristo seria feitas referências somente pró-forma, sem nenhuma implicação de urgência (AG, 2012, p. 144) e impacto sobre a missão cristã, resultando em “cegueira escatológica.” (AG, 2012, p. 145).

Contrariamente, o movimento ecumênico reflete que as Escrituras “são extremamente importantes para o diálogo, como instrumento colocado na poderosa mão de Deus, para conseguir a unidade que o Salvador oferece a todos os seres humanos.” (UR 21). A cooperação ecumênica edifica-se em uma hermenêutica que aproxima as Escrituras e o tempo presente. O Deus que atuou em favor do povo de Israel e se manifestou na encarnação do Filho não age de modo isolado. Por ser comunhão, atua como comunidade divina solidária à comunidade humana também em nossos dias. “Desse modo, a Bíblia é o critério normativo da cooperação entre os cristãos, para que esta possa ser extensão da ação divina no mundo.”

(WOLFF, 2018a, p. 360). As igrejas, em suas tradições doutrinárias, desenvolveram diferentes modos de ler, compreender e usar as Escrituras. Quando se esforçam em ler juntos a Bíblia, os cristãos passam a entender as diferentes abordagens confessionais dadas aos textos. Conjuntamente, eles podem:

> Analisar diretamente textos da Escritura que têm dado origem a discordâncias, especialmente as passagens que têm especial relevância para uma particular tradição; ao mesmo tempo que permanecem leais ao ensinamento de sua própria comunidade de fé, eles podem crescer na compreensão mútua e ser capazes de apreciar as maneiras pelas quais outros têm abordado a Palavra de Deus. Ganhar novas visões sobre os diferentes modos de ler a Escritura. As diversas tradições eclesiais no Oriente e no Ocidente têm dado espaço privilegiado, em cada época, a compreensões mais literais, simbólicas, teológicas ou mistagógicas da Sagrada Escritura. Trabalhando juntos, os cristãos podem valorizar os méritos de cada abordagem e a possibilidade de complementariedade entre elas. Engajar-se em testemunho conjunto como respostas a questões e temas suscitados pela sociedade moderna, especialmente em assuntos de moral (direitos humanos, o começo e o fim da vida humana, sexualidade, casamento e vida familiar, guerra e paz, terrorismo e segurança, pobreza e justiça) (KASPER, 2007, p. 21-22).

No diálogo ecumênico se realça a prioridade das Escrituras sobre a Tradição e as tradições[115] (KASPER, 2011, p. 168).

5.7.7 A compreensão ecumênica de missão e evangelismo

Os adventistas tradiocionalmente defendem que o conceito de salvação enfatiza a salvação do ser humano do pecado para a eternidade e, na compreensão da IASD sobre a conversão, importa que a pessoa experimente mudanças radicais por meio do renascimento espiritual. Contrariamente, na evangelização ecumênica, os adventistas consideram que privilegia-se a salvação da sociedade dos regimes opressores, da fome, do racismo e da injustiça, e que o CMI está mais preocupado com a mudança das estruturas injustas da sociedade, o que tem gerado, na evangelização e obra missionária estrangeira ecumênica, menos evangelismo, menos crescimento e mais declínio no número de cristãos, o envio de menos missionárias e a diminuição de apoio financeiro (AG, 2012, p. 145-146).

No entanto, na prática, o ecumenismo se configura como um processo de conversão e reconciliação que, a partir do batismo de Jesus, conduz os cristãos à comunhão mais plena na

---

[115] Kasper distingue "*Tradição* (ou seja, a presença viva do evangelho através dos tempos até ao presente) e as muitas *tradições* dentro da Igreja. A Tradição é entendida como um caminho integral e abrangente que abarca doutrina, vida e liturgia da Igreja. Isto fornece uma nova base para futuros debates sobre o problema da Escritura e da Tradição, e sobre a autoridade dos primeiros concílios. O restante e crucial problema ainda por resolver é o que significa concretamente a prioridade das Escrituras e de que forma pode ser relacionada critiamente com o tema da Tradição no seu sentido teológico abrangente." (KASPER, 2011, p. 169, grifos do autor).

mesma fé, oração e na unidade da missão de anunciar o evangelho “e fermentar as realidades da história.” O caminho do ecumenismo pode ser entendido como o caminho de Emaús. “Vai-se descobrindo durante a caminhada, conversando, fazendo descobertas, percebendo a vontade de Jesus, dialogando” (BONATTI, 2000, p. 21). Na busca da unidade, deve-se essencialmente falar juntos nos diálogos sobre Jesus Cristo, proclamando sua natureza divina e humana e sua atividade salvífica. Nos diálogos, os participantes confessam Jesus Cristo como enviado de Deus em missão salvífica (KASPER, 2011, p. 34) e, também, que pela morte e ressurreição de Cristo, Deus trouxe a salvação, que Cristo atua como único mediador que reconcilia Deus e a humanidade (KASPER, 2011, p. 36), anunciando a salvação e cumprindo a missão da Igreja.

5.7.8 O envolvimento do movimento ecumênico em questões políticas e sociais

Para os adventistas, o envolvimento de entidades ecumênicas com problemas sociais e políticos pode influenciar a legislação de modo a criar os fundamentos para um governo comandado pela Igreja e levar à união monolítica dos cristãos, cumprindo a profecia de Apocalipse 13,14-17 quanto ao fim do mundo (CARCICH, 1970, p. 3-4).

Despertar para causas comuns que assistam aos principais problemas da humanidade define o projeto de cooperação entre as igrejas ou religiões. O encontro de pessoas de diferentes credos ocorre justamente na busca de soluções aos dilemas sociais enfrentados pelos seres humanos, como a guerra, a fome, a injustiça, as enfermidades, entre outros (WOLFF, 2016b, p. 53-54).

Os organismos ecumênicos não ambicionam a estruturação de uma união monolítica dos cristãos, seja em perspectiva eclesiástica e muito menos civil, visto que a aproximação e reconciliação das igrejas não ocorre pela uniformidade ou unidade estática, “mas pela assunção reconciliada de uma diversidade de tradições de vida cristã, doutrinas e instituições em graus diferenciados que expressam uma comunhão dinâmica, criativa e progressiva nos elementos essenciais da Igreja” que reconhecem níveis de participação de diferentes pessoas e igrejas na constituição da unidade (WOLFF, 2015e, p. 237). A plenitude multiforme da Igreja está na contemplação da Trindade, una na diversidade das três Pessoas, fazendo entender que a unidade não se faz pela uniformidade, mas na comunhão (MAÇANEIRO, 2013b, p. 317).

Os adventistas observam no CMI e em outras entidades ecumênicas, como o CNI, um grande envolvimento com questões políticas que consideram implicar em secularização e numa visão pós-milenal da salvação que depende do aprimoramento político gradual e na

melhora social da humanidade, através de esforços humanos enquanto agentes divinos; a adaptação do cristianismo aos valores do mundo moderno; “uma fé utópica evolucionista em progresso”; e um “coletivismo socialista” que favorece formas de igualitarismo e o bem-estar dos cidadãos (AG, 2012, p. 146).

O ecumenismo se configura como uma das poucas utopias restantes em um mundo desencantado e em certas igrejas que parecem querer enclausurar-se em suas fortalezas na busca de certezas e seguranças (NAVARRO, 1995, p. 196). Enquanto serviço ao evangelho e à Igreja, o movimento ecumênico amplia os horizontes da compreensão e vivência eclesial viabilizando a interação com outras formas de crer e organizar a vida cristã. Militância, identidade e profecia, realismo do presente e esperança utópica no futuro integram esse serviço. “Como profecia utópica, de um lado o ecumenismo questiona toda tendência ao fechamento identitário da Igreja, toda pretensão de absolutismo, fundamentalismo e exclusivismo que não considere o valor da diversidade dos dons e carismas que o Espinto concede no interior do cristianismo.” De outra forma, o ecumenismo assevera que a completa comunhão entre os cristãos seja possível por se constituir no plano de Deus, mesmo com todas as dificuldades observadas no presente (WOLFF, 2014b, p. 19).

Em cada assembleia do CMI, a Associação Geral dos adventistas envia observadores com credenciais para se informar das discussões e rumos propostos pelas igrejas-membro do conselho. Nas assembleias de Vancouver, Canadá, em 1983, e Canberra, Austrália, em 1991, repórteres adventistas acompanharam a preocupação da entidade com questões sociais e políticas. A avaliação histórica adventista do movimento ecumênico considera que, por mais que tais pautas fossem legítimas por si mesmas, a atenção dada a elas foi desproporcional em relação à missão da Igreja de evangelizar, afastando-a do propósito para o qual foi estabelecida (SCHWARZ; GREENLEAF, 2009, p. 453).

No movimento ecumênico há a preocupação de não se reduzir a evangelização à mera ação social, ou que ela carregue apenas uma fundamentação sociológica, o que representaria um pobre serviço tanto para a teologia como à sociologia (WOLFF, 2018a, p. 333). O ecumenismo preza por uma teologia da cooperação ecumênica, vista como *factum theologicum*, que possui finalidade evangelizadora na medida em que, por ela, as igrejas podem se unir no anúncio de Jesus Cristo e do reino. A cooperação ecumênica se constitui na prática da caridade evangélica, do amor e da solidariedade cristãs, concorrendo para a unidade e estabelecendo sintonia entre as igrejas no entendimento da sociedade, na relação entre o conteúdo central do evangelho e os desejos do ser humano, e nos modos de se evangelizar que viabilizam a estruturação de uma linguagem e prática comuns. A cooperação ecumênica que

almeja colaborar para a unidade de todo o povo de Deus forma um *factum theologicum* fundamentado teologicamente na exploração das possibilidades relacionais interconfessionais auxiliadas pelos elementos comuns da compreensão do ser humano e da sociedade, dos fundamentos da fé cristã, da missão das igrejas e das iniciativas colaborativas já existentes. Necessita-se que exista entre as igrejas em diálogo uma teologia e pedagogia pastorais alicerçadas na fé, mas orientadas por princípios teóricos que identifiquem os desafios que se colocam ante a evangelização vindos da urbanização, da secularização, da tecnologia (WOLFF, 2018a, p. 359).

5.7.9 A compreensão ecumênica de liberdade religiosa e os direitos humanos

Entendem os adventistas que a liberdade religiosa se configura, para o ecumenismo, como somente um dos direitos humanos ao invés de ser o direito fundamental que abrange os demais, fruto do olhar de uma mentalidade secular que recusa reconhecer a crença religiosa como inerente à condição humana. "Existe o perigo de que a liberdade religiosa perca seu caráter singular que faz dela a guardiã de todas as verdadeiras liberdades." (AG, 2012, p. 147). Para a Igreja Adventista, existe uma tensão inata entre unidade e liberdade religiosa e, em sua compreensão escatológica, os eventos finais da história do mundo serão marcados por um cenário dramático de perseguição religiosa que forçará a Igreja remanescente a se conformar com a situação de apostasia unificada dos cristãos (AG, 2012, p. 147-148). Os adventistas apontam, também, que a perspectiva da liberdade religiosa está se tornando "cada vez mais sombria" porque alguns integrantes do movimento ecumênico aceitam com facilidade restrições à liberdade religiosa que afetam fiéis de outras religiões. Além disso, avaliam que alguns líderes ecumênicos, em contextos revolucionários, estão dispostos a ver a liberdade religiosa sofrer interferência e até mesmo ser temporariamente restringida em prol da unidade, da reconstrução de um país ou pelo bem daquela sociedade (AG, 2012, p. 148).

Declarações do CMI e do Vaticano II demonstram a compreensão de que a liberdade religiosa se apresenta como um sentimento universal. "No contexto ecumênico, a defesa da liberdade religiosa deveria ser um ponto de união dos esforços de todos os cristãos, independentemente da [...] confissão à qual se encontram adscritos." Para dar testemunho de Jesus Cristo, precisa-se anunciar conjuntamente o que está no fundamento da mensagem cristã, a liberdade do ato de fé (CNBB, 2003, p. 225, grifo suprimido). "A capacidade de dialogar com outras expressões de fé expressa e supõe a afirmação da liberdade religiosa."

Apenas conseguem dialogar os que se sentem livres para ser e expressar o que verdadeiramente são (WOLFF, 2012, p. 101).

5.7.10 A presença adventista em organismos ecumênicos

A Igreja Adventista reconhece a utilidade de se colocar na posição de observadora nas entidades ecumênicas por entender que não pode transparecer como simplesmente dispensando-se de qualquer responsabilidade cristã nas comunidades em que atua. Nos últimos anos, líderes e teólogos adventistas têm tido oportunidade de dialogar com representantes de outras igrejas. Constata-se que essas experiências são benéficas, respeitosas e colaborantes para a eliminação de estereótipos e percepções doutrinárias equivocadas e falsas, bem como de preconceitos. “Não há nenhum motivo para que os adventistas tenham complexo de inferioridade. É um maravilhoso privilégio ser um adventista do sétimo dia e saber que o fundamento teológico e organizacional da igreja está firme e seguro.” (AG, 2012, p. 151).

No diálogo teológico-doutrinal, a práxis histórica da convivência e da cooperação ecumênica na ação social precede a reflexão teológica. A convivência dos cristãos aponta para a existência de um terreno comum em que se possibilita efetuar iniciativas de colaboração. Ao se intensificar a cooperação, as igrejas se aproximam cada vez mais, rompem antigos preconceitos e desarmam o espírito de confronto, polêmica e autodefesa. As diferenças já não amedrontam. Viabiliza-se o terreno para a realização do diálogo teológico-doutrinal, que procura identificar as razões mais profundas para a convivência e a cooperação ecumênica. A proximidade na convivência e no trabalho comum faz perceber que a outra Igreja também carrega verdades de fé vindas do próprio Cristo, que edificam e vivificam a Igreja do Senhor, guiando para uma comunhão salvadora (UR 3). Entende-se que nos “outros” não existem somente diferenças a criticar, mas um “patrimônio comum” (UR 4). O diálogo teológico colabora para discernir sobre “1) as *razões* dos desencontros e dos encontros que acontecem com as diferenças; 2) os *caminhos* para reconciliar as divergências; 3) e a *finalidade* última da aproximação e convivência e na cooperação ecumênica, o testemunho da *koinonia* vivida na única Igreja de Cristo.” (WOLFF, 2018a, p. 193-194, grifos do autor). Compreende-se que somente a convivência e a colaboração não bastam, mas exige-se o viver em unidade. Através do diálogo franco e aberto, cada Igreja explana “mais profunda a doutrina de sua confissão, apresentando-a com toda a clareza possível. Esse diálogo permite a todos adquirir melhor conhecimento e formar uma opinião mais correta sobre os vários aspectos da doutrina e da

vida das diversas denominações.” (UR 4). A pluralidade do *logos* cristão cobra o “*diá-logos*” enquanto instrumento metodológico da sua compreensão e explicitação. O diálogo teológico-doutrinal busca compreender a convivência e a cooperação entre as igrejas, no discernimento do que nelas colabora para a clarificação da unidade na verdade do evangelho, evidenciando suas razões e formando um projeto de comunhão que guie o agir, pensar e viver ecumênico (WOLFF, 2018a, p. 194, grifo do autor).

5.7.11 O ecumenismo e as minorias religiosas

Ao se ter em vista o pontificado de Francisco, um articulador do ecumenismo, os adventistas receiam que os esforços construídos pela superação das divisões entre os cristãos e a união das religiões em vista da paz mundial podem formar uma aliança contra minorias religiosas, caso do adventismo (DORNELES, 2015, p. 32).

O movimento ecumênico, pelo contrário, manifesta-se pela defesa das minorias religiosas, orientando os cristãos, em conjunto, a dirigir preces ecumênicas aos membros das igrejas que ainda são vítimas de perseguição e violências; usar os dias de celebração dos mártires dos diferentes calendários litúrgicos para empreender esse tipo de oração; publicar, local e regionalmente, registros e notas biográficas atualizadas de testemunhos de fé e até mesmo morte de cristãos perseguidos, o que pode ser efetuado de maneira ecumênica, ressaltando que o derramamento de sangue se constitui em uma herança comum das diferentes tradições cristãs; celebrar anualmente a *Comemoração Ecumênica das Testemunhas da Fé*, sobretudo nas regiões onde as marcas da perseguição e do sofrimento demandam cura (KASPER, 2007, p. 30).

5.7.12 O ecumenismo e o proselitismo religioso

Os adventistas desconfiam que a Igreja católica promove o ecumenismo como estratégia política para dominar o cristianismo, em claro cumprimento das profecias do tempo do fim. O diálogo e aproximação serviriam para atenuar os esforços missionários dos protestantes e relativizar as diferenças de crenças das igrejas (CHRISTIANINI, 1973, p. 2).

No diálogo com as igrejas pentecostais, a Igreja católica demonstrou reprovar o proselitismo como uma atividade imoral que assume inúmeras formas (PCPUC, 1999, p. 54), inclusive as pretensões dominadoras e expedientes para diminuir as ações protestantes em vista da relativização de crenças das igrejas. Dos aspectos do proselitismo repreendidos,

estão: toda forma intelectualmente desonesta de promoção da própria comunidade de fé que acentue, por exemplo, “as diferenças entre a apresentação ideal da própria comunidade e as fraquezas de outra comunidade cristã”; toda “preguiça intelectual e ignorância culpada que negligenciem o saber facilmente acessível sobre a tradição do outro”; toda apresentação disforme das crenças e práticas de outras comunidades cristãs; todo uso de força, pressão, coerção, menosprezo ou intimidação, de que natureza for – pessoal, física, moral, social, econômica, religiosa ou política; toda forma de lisonja ou manipulação, “principalmente a exageração das promessas bíblicas, pois tais deformações não respeitam a dignidade das pessoas e sua liberdade de escolha”; todo abuso da mídia que desrespeite a fé alheia e toda manipulação do público; todo julgamento ou ato que suspeite infundadamente sobre a sinceridade do outro; e toda concorrência na evangelização provocada contra outros grupos cristãos (Rm 15,20) (PCPUC, 1999, p. 55).

5.7.13 O diálogo e a superação de preconceitos

A partir de experiências dialogais empreendidas, os adventistas atestam que seus interlocutores superam o desconhecimento e os preconceitos contra a IASD que, por sua vez, passa a melhor compreendê-los. John Graz, líder do Departamento de Liberdade Religiosa da Associação Geral da Igreja Adventista de 1995 a 2015, entende que no diálogo cada qual mantém sua posição e que ele gera compreensão, ao tempo que o isolamento provoca ignorância (DE BENEDICTO, 2006, p. 7).

Os cristãos são peregrinos caminhando juntos. Por isso, precisam abrir seus corações aos companheiros de estrada sem medos e desconfianças, e procurar a paz no rosto do único Deus (EG 244). Embora nem todas as igrejas estejam dispostas a interagir positivamente com outras, a convivência e o diálogo se impõem enquanto expressão de coerência à mensagem por elas proposta (WOLFF, 2018b, p. 51). A convivência e a ação criam espaços para o intercâmbio das diferentes visões de mundo, noções do ser humano, do divino e da Igreja, fazendo surgir a necessidade de aprofundamento e conhecimento dos devidos patrimônios religiosos que formam a base para um reconhecimento mútuo e a superação de preconceitos (WOLFF, 2004b, p. 70). Sempre que nos diálogos se eliminam as caricaturas e se ultrapassam os preconceitos, “presta-se um serviço à verdade.” (FITZGERALD, 2008, p. 38). As diferenças fundamentais entre os grupos podem ser estimadas no seu devido valor. As partilhas teológicas podem ser tidas como o “caminhar em conjunto em direção à verdade” (DM 13) caracterizador do diálogo (FITZGERALD, 2008, p. 38-39).

Ao contextualizar aquilo que temos em comum, tentamos compreender o que nos divide e encetar um diálogo sobre as questões envolvidas. O diálogo na verdade e no amor não se constitui apenas em uma troca de ideais, mas de dons (UUS 28) que desafiam e enriquecem os participantes. “O diálogo pressupõe parceiros que tenham um forte sentido da identidade das respectivas igrejas e estejam conscientes do mesmo. Por conseguinte, o diálogo [ecumênico] não tem nada a ver com o relativismo e com o indiferentismo frente [à] doutrina da fé.” Não se quer o sincretismo, a unidade baseada no menor denominador comum ou a coexistência pacífica na divisão, mas uma comunhão plena na fé, no ministério apostólico e na missão, que não significa uniformidade, mas existe a par das diferentes e complementares perspectivas das igrejas (KASPER, 2011, p. 16). Um diálogo que despreza a verdade se move no vazio, na arbitrariedade e estimula movimentos fundamentalistas que se ancoram em uma identidade estreita, esquecendo que a identidade somente existe no encontro e no reconhecimento do outro (KASPER, 2014a, p. 672).

5.7.14 O diálogo inter-religioso e a manutenção das identidades religiosas

Os adventistas apresentam reservas ao diálogo inter-religioso por entender que nele muitos conceitos fundamentais do cristianismo, como a atuação de Jesus, a salvação, o pecado, a morte e a vida são desconstruídos, “readaptados, reformulados e reinterpretados” (ARAÚJO, 2014, p. 10), diminuindo a compressão da singularidade e exclusividade de Cristo na salvação humana, em contraponto ao que apresenta a revelação bíblica (ARAÚJO, 2014, p. 11).

No diálogo inter-religioso impera a fidelidade à própria identidade religiosa. Não há diálogo possível se não se está em lugar nenhum e se se pretende, com o pretexto de abertura e universalidade, alcançar uma espécie de cidadania mundial. “É preciso [...] manter a própria identidade [...] se quisermos que haja um verdadeiro diálogo. [...] Para favorecer o diálogo, alguns são tentados a colocar entre parênteses sua própria fé, a fazer uma espécie de suspensão provisória de sua fé para permitir a abertura ao outro. Mas trata-se neste caso de um falso cálculo.” (GEFFRÉ, 2004, p. 145-146). O diálogo inter-religioso só pode surgir a partir da fidelidade à própria tradição, pois um diálogo frutuoso entre pessoas depende da clareza de suas identidades. “A tergiversação do compromisso ou o abrandamento concessivo não podem ser prévia condição para encetar ou conduzir o diálogo. Se forem necessárias transformações ou reorientações, elas não serão o preço para que o diálogo aconteça, mas o fruto da dinâmica dialogal que se ilumina sob a ação do Espírito.” (AZEVEDO, 1993, p. 20).

No processo de diálogo, os interlocutores interagem com a alegria de suas convicções religiosas. Não há que se abdicar das identidades para que o diálogo aconteça com êxito. Pelo contrário, "é a própria autenticidade e sinceridade do diálogo que convoca os interlocutores a embarcarem nessa travessia mantendo viva a integralidade de sua própria fé. O diálogo pressupõe pertença e domiciliação, amor à própria identidade, mas uma identidade sempre em construção" (TEIXEIRA, 2014b, p. 44), aberta e receptiva ao dom divino (TEIXEIRA, 2014b, p. 75).

5.7.15 Abertura adventista ao diálogo com outras igrejas e religiões

Mesmo com ressalvas ao diálogo inter-religioso, a Igreja Adventista considera ter valores comuns a outras igrejas e religiões que podem ser explorados para o diálogo e ações conjuntas para melhorar a vida da humanidade. A Igreja está consciente de que o diálogo ajuda a compreender melhor o outro e vice-versa. Para isso, precisa "conhecer melhor as crenças, as concepções de mundo e os valores de pessoas de outras religiões ou convicções, em seus próprios termos, de acordo com sua própria visão de mundo." (DIOP, 2018, p. 13).

A IASD reconhece a legitimidade do direito individual e das instituições em se aliarem na proteção das pessoas e na afirmação da sacralidade da vida (DIOP, 2018, p. 14) e age de modo leal à verdade para satisfazer o desejo divino por unidade (DIOP, 2018, p. 15). A verdade e a liberdade religiosa são os princípios que comandam sua relação com outros grupos religiosos (WHITE, 2007a, p. 85-86). Os adventistas não querem se unir a outras denominações cristãs para formar uma Igreja mundial, nem aderir a "alianças sincretistas" que diminuem "o peso da verdade" (DIOP, 2018, p. 15), pois compreendem ser enganosa e inacessível a unidade doutrinária das igrejas e religiões sem que elas percam suas identidades. Na missão, a Igreja visualiza uma oportunidade de união dos cristãos no testemunho de Jesus ao mundo.

O contexto exigente do pluralismo eclesial e religioso propõe que as comunidades religiosas se situem em senso dialógico, o que, para a Igreja Adventista, implica ressignificar-se numa perspectiva de diálogo atual e refontalizar-se no espírito dos pioneiros do adventismo de buscar progredir na compreensão da fé. "No contexto do pluralismo espiritual, é difícil aceitar a ideia de que a espiritualidade desenvolvida apenas por uma tradição religiosa seja a única que possibilite um desenvolvimento do espírito humano de forma tão elevada que apenas ela permita a relação com Deus" (WOLFF, 2016a, p. 35). Quando se abre ao mundo, a Igreja identifica não ser a única voz ou orientação religiosa e espiritual das pessoas. "A atual

sociedade é marcada por um intenso pluralismo de orientações religiosas [...]. Esse contexto questiona toda pretensão de exclusividade religiosa no espaço social e provoca o convívio, o diálogo e a cooperação entre credos." Ainda que nem todos os grupos religiosos desejem interagir positivamente com os demais, "a convivência e o diálogo se impõem como expressão de coerência à mensagem que propõem." (WOLFF, 2018b, p. 51).

A necessidade do diálogo está para além da constatação da realidade do pluralismo eclesial, religioso e cultural: emana da profundidade do ser da Igreja enquanto expressão de sua vocação à comunhão que se expande para fora de si mesma (WOLFF, 2005b, p. 261). O pluralismo permeia, hoje, toda a realidade; o sentimos, ouvimos, vemos, tocamos e experimentamos. Novos grupos religiosos tornaram-se fato social, transformando visões de mundo e modelando comportamentos. Visualizados em diferentes expressões, ouvidos em suas preces, tocados em seus símbolos, experimentados em seus significados, eles fascinam, atraem, surpreendem, interpelam a consciência religiosa dos que não os seguem, de maneira que não se pode ser indeferente a tais experiências, subestimadas, por muito tempo, em seu potencial de reunir pessoas, formar convicções e orientar comportamentos (WOLFF, 2004b, p. 6).

O melhor modo de ser Igreja num contexto de pluralismo está no ser relacional, dialógico e comunional. A Igreja não se encontra "diante" do pluralismo cultural, eclesial, social e religioso, mas em seu interior; a Igreja pertence à sociedade plural de seu tempo, que a configura em suas expressões históricas. "Existe o espaço social plural no qual a Igreja se situa. Ou ela manifesta-se concretamente nesse espaço ou é uma entidade abstrata." (WOLFF, 2012, p. 16).

O pluralismo religioso não implica confronto e oposição mútua entre as diferentes formas de crer, mas manifesta possibilidades de encontros. Em sua essência, a religião busca estabelecer conexões, vínculos, relações, comunicação, união, integração, harmonia e paz. O pluralismo não se apresenta como conflitivo e divisionista em si mesmo. O conflito surge de posicionamentos em seu interior. A divisão expressa o querer viver sem o outro e contra ele, negando-o, o que não se configura como próprio da religião, mas dos usos e abusos feitos dela. Os elementos contribuintes para os distanciamentos institucionais, doutrinais e espirituais não eliminam o vínculo existente entre os integrantes da família humana (WOLFF, 2012, p. 105).

Os adventistas reconhecem as consequências de não dialogar com outras expressões de fé. Sabem que, se interagiram somente entre si, acabarão fechando-se em um espírito sectário de retraimento (AG, 2012, p. 150), produzindo ignorância interna (DE BENEDICTO,

2006, p. 7). O isolamento e a autossuficiência – esta expressa em modos de gestar e transmitir sua autorreferenciação de Igreja remanescente –, além de conflitarem com a vontade de Cristo sobre a relação entre os membros de seu corpo, podem conduzir o adventismo ao extremo da defesa da intransigência e da arrogância e ao fundamentalismo.

6 PROPOSIÇÕES AO DIÁLOGO ADVENTISTA COM OUTRAS IGREJAS E RELIGIÕES

Ao considerar as particularidades de cada ação dialógica e as riquezas que cada Igreja pode oferecer, usando dos pressupostos da pesquisa-ação (THIOLLENT, 1986), indicam-se proposições para o diálogo da Igreja Adventista com outras igrejas e religiões: a partir de elementos comuns do ser cristão compartilhados pela IASD – principalmente nas crenças das Escrituras Sagradas, da Trindade, da vida, morte e ressurreição de Cristo, da Igreja, da unidade, do batismo, da ceia do Senhor, das crenças escatológicas –, no princípio do cuidado com a criação e no atendimento às necessidades humanas; e a partir de elementos, intuições e perspectivas inspiradas no decreto *Unitatis redintegratio*, na declaração *Nostra aetate* e no diálogo católico-pentecostal. As proposições avançam a partir das proximidades encontradas entre os adventistas e judeus, e os adventistas e muçulmanos.

Na vida cotidiana das igrejas adventistas, pouco (ou quase nada) se fala a respeito do diálogo ecumênico e inter-religioso. Na maioria dos casos, o tratamento dos temas limita-se a equívocos e incompreensões da ordem do senso comum ou à demonização dos diálogos. Os membros desconhecem a declaração da IASD sobre o movimento ecumênico (AG, 2012, p. 141-151). As produções acadêmicas feitas no Brasil por adventistas sobre a relação da Igreja Adventista com o ecumenismo (ARAÚJO, 2010) e o diálogo inter-religioso (AGUIAR, 2012) são de negação dos movimentos e não dialogam com referências da teologia ecumênica e do diálogo inter-religioso – no máximo, ao tratar deste, discute-se algumas poucas noções do pluralismo religioso. As proposições desta tese ao diálogo adventista com outras igrejas e religiões objetivam tencionar a administração, teólogas(os) e membros da IASD a repensar a compreensão e o significado dado ao ecumenismo e o diálogo inter-religioso.

6.1 AS PARTICULARIDADES DE CADA DIÁLOGO

Visto cada Igreja possuir posicionamentos específicos sobre o ecumenismo, a definição do modo como o conteúdo, o método e o objetivo de cada diálogo deve ser estruturado depende dos interlocutores em relação. Quanto ao objetivo do diálogo, não existem grandes diferenças de uma Igreja para a outra. A convivência, a cooperação e a comunhão formam a meta. Em relação ao conteúdo e o método do diálogo, eles se definem em consonância com a identidade dos agentes dialogantes, de maneira que o ato de dialogar pode assumir características muito diferentes de conteúdo e método de outros diálogos com

outras igrejas. No curso das relações se identificam os parceiros do diálogo, as questões a ser priorizadas e os procedimentos metodológicos para manejá-las (WOLFF, 2004a, p. 31). Considerando a experiência obtida nas conversações dos adventistas evangélicos conservadores nos Estados Unidos (QUESTÕES..., 2008), com os luteranos (FLM; AG, 2000), com a Aliança Mundial de Igrejas Reformadas (hoje Comunhão Mundial das Igrejas Reformadas), com a Aliança Evangélica Mundial, com os judeus e muçulmanos (HÖSCHELE, 2010), as intuições retiradas das experiências de diálogo intereclesiais (PCPUC, 1999) e de documentos do magistério católico (sobretudo *Evangelii gaudium*, *Nostra aetate*, *Unitatis redintegratio* e *Ut unum sint*) que expressam consonâncias com as crenças teológicas (AM, 2016) e as declarações adventistas (AG, 2012), *concluímos que a Igreja tem condições de estruturar o conteúdo e o método do seu diálogo com outras igrejas e religiões na observação/conservação da sua identidade e de cada participante, e auxiliar na identificação dos temas, questões e procedimentos metodológicos a ser adotados. Identificamos que a Igreja Adventista pode, de princípio, interagir com três grupos: as igrejas ou organizações religiosas com quem os adventistas já empreenderam algum tipo de conferência, conversação ou diálogo no passado; as igrejas nascidas diretamente da Reforma protestante, cujos princípios a IASD entende estar em conformidade;*[116] *e com as igrejas com quem compartilha aspectos específicos de sua tradição, como as observadoras do sábado.*

Na interação dos adventistas com outras igrejas, cada uma deve partir de sua própria tradição, sem renunciar sua posição. Não se pode exigir dos parceiros em diálogo que se convertam para a outra parte. Os dialogantes devem perguntar sobre a totalidade do evangelho a partir dos aspectos específicos de suas tradições, integrando-as ao evangelho sem renunciar ao seu conteúdo objetivo (KASPER, 2014a, p. 38). O diálogo só ocorre entre aqueles que possuem identidade própria, que a reconheçam e a valorizem.

> A questão é apenas: o que significa identidade? Não tenho minha identidade isoladamente, mas apenas em relação com outros. A identidade não é uma mônada fechada em si e autossuficiente, mas uma magnitude aberta e dinâmica. Por conseguinte, no diálogo ecumênico não se trata nem de um relativismo insubstancial, nem um superficial intercâmbio de mostras de afeto, nem tampouco de um confessionalismo rígido, carregado de razão e, finalmente, fundamentalista. (KASPER, 2014a, p. 106, tradução nossa).[117]

---

[116] Os adventistas afirmaram, nas conversações com os luteranos, os princípios *sola Scriptura*, *solus Christus*, *sola fide* e *sola gratia*, que se consideram herdeiros da Reforma e filhos de Lutero (FLM; AG, 2000, p. 8).

[117] "La pregunta es solo: ¿qué significa identidad? Mi identidad no la tengo en el aislamiento, sino solo en relación con otros. La identidad no es una mónada cerrada en sí y autosuficiente, sino una magnitud abierta y dinámica. Por consiguiente, en el diálogo ecuménico no se trata ni de un relativismo insustancial ni de un

O diálogo busca a verdade – e apenas ela – em amor (Ef 4,15), abrindo-se às perguntas, preocupações e desafios dos outros. Na medida em que se leva o outro a sério em sua alteridade, o diálogo não direciona ao empobrecimento da fé por meio do estabelecimento de um mínimo denominador comum, mas ao enriquecimento mútuo, caminhando no Espírito que conduz à verdade plena (Jo 16,13) (KASPER, 2014a, p. 106). O ecumenismo gera um processo espiritual de aprendizagem. Não se objetiva o regresso das igrejas ao seio da Igreja católica. Deseja-se a conversão de todas(os), impulsionados pelo Espírito, para Jesus Cristo, cabeça da Igreja. Na medida em que formos um com Cristo, também seremos uns com os outros e a Igreja realizará concretamente a plena catolicidade inerente a si (KASPER, 2014a, p. 133).

6.2 AS RIQUEZAS DE CADA IGREJA

Cada Igreja possui riquezas que não podem ser renunciadas. Não se pode desprezar e abandonar o que até agora as sustentou e manteve, nem a fé que os antepassados viveram em tempos difíceis. Não se pode esperar que os irmãos e irmãs em diálogo o façam. Ninguém pode ser infiel a si mesmo. Pergunta-se, então, como se pode avançar no diálogo. A resposta está latente na identidade de cada Igreja. O diálogo ecumênico não trata apenas de um intercâmbio de ideias, ou seja, de um trabalho de especialistas que resulta incompreensível para os demais membros das igrejas. O diálogo entre especialistas se faz necessário, útil e indispensável, todavia não se configura como o principal no ecumenismo, que representa mais do que um intercâmbio de ideias, mas um intercâmbio de dons. Importa a participação recíproca dos dialogantes nas riquezas uns dos outros. Pelo intercâmbio ecumênico, as igrejas redescobrem riquezas que não são estranhas à própria tradição, mas que estavam em segundo plano. As igrejas participantes buscam ser dádivas para as outras (KASPER, 2014a, p. 444-445). A Igreja Adventista reconhece como um “constante desafio” até a volta de Jesus equilibrar “a fé no advento com uma ‘ocupação’ saudável” (KNIGHT, 2000, p. 156) e “manter um equilíbrio saudável que busque enaltecer tanto as doutrinas que a tornaram distinta quanto aquelas que são compartilhadas com outros cristãos.” (KNIGHT, 2015a, p. 316). Nesse processo, tenciona-se a Igreja Adventista a pensar tanto o que pode ofertar como o que pode aprender e receber de riquezas teológicas e dons nas interações com outras igrejas.

---

superficial intercambio de muestras de cariño, pero tampoco de un confesionalismo rígido, cargado de razón y en último término fundamentalista.” (KASPER, 2014a, p. 106).

Necessita-se respeitar os esforços para a eliminação de tudo o que dificulte o encontro, o convívio e a colaboração entre as igrejas, salvas as exigências para com a verdade e a equidade, e a prática religiosa do diálogo, em que cada qual manifesta de maneira profunda sua compreensão de verdade e vida cristã. “O diálogo permite o mútuo conhecimento, preliminar indispensável de todo encontro autêntico, favorece a aproximação e a colaboração entre as pessoas e comunidades e leva a uma fidelidade mais profunda ao cumprimento da vontade divina.” (CATÃO, 2004, p. 70).

Na proposta ecumênica não se menosprezam as raízes confessionais de cada Igreja. Do contrário, se busca nas bases confessionais os elementos positivos, singulares e que se apresentam como contributos permanentes ao diálogo. Diferentemente de justapor ou articular diferentes confissões, a proposta ecumênica se concentra na busca coletiva de valores da fé bíblica que transpõem as fronteiras denominacionais, tendo como referente os objetivos do reino de Deus, a defesa da vida humana e da integridade de toda a criação (RIBEIRO; CUNHA, 2013, p. 51). “A unidade do povo de Deus não é [...] um modismo. Não é mera invenção humana, pragmática. O ecumenismo é um dom de Deus, sinalização da graça divina redentora”, um chamado para a conversão das mentes e corações revelador da gratuidade divina (RIBEIRO; CUNHA, 2013, p. 56).

Um movimento em prol do restabelecimento da comunhão dos cristãos que se limite ao aspecto confessional seria, apenas, “uma caricatura do apelo evangélico.” (VERCRUYSSE, 1998, p. 34). A separação e divisão dos cristãos não podem ser corrigidas somente em sua dimensão eclesiástica e confessional. Visto que todos os conflitos políticos e sociais afetam as relações no interior da Igreja, o movimento ecumênico, desde seu início, atentou-se para os problemas que afligem a comunidade humana. A unidade da Igreja está intimamente ligada com a unidade da humanidade. O que divide o mundo, da mesma forma, divide a Igreja. Se esta quer ser um sinal profético em que se crê e sinal de comunhão e reconciliação, precisa se importar e ser sensível às divisões existentes no mundo, seja do conflito entre ricos e pobres, entre diferentes países, ou causados pelo racismo, no reconhecimento do papel das mulheres na Igreja e na sociedade, e no trabalho pelos direitos de toda pessoa humana (VERCRUYSSE, 1998, p. 34-35).

Considerando que os adventistas creem que o ministério da reconciliação está entre os dons concedidos por Deus para o bem comum da Igreja e da humanidade, para que se cumpram as funções divinamente ordenadas para a Igreja, gerando nela maturidade espiritual e promovendo a unidade da fé e do conhecimento de Deus (AM, 2016, p. 266), e que os dons espirituais foram distribuídos para que se evite a “divisão no corpo”, produzindo harmonia e

confiança para que todos os membros cooperem uns com os outros, pois "quando um dos crentes sofre, toda a Igreja deveria ser informada do que ocorre e deveria esforçar-se por aliviar o sofrimento" (AM, 2016, p. 266), *concluímos que a Igreja tem condições de rever sua compreensão teológica de reconciliação e ampliá-la para além do aspecto confessional, em perspectiva inter e transconfessional, como orienta o método da eclesiologia ecumênica* (WOLFF, 2007a, p. 70-77). Para a teologia adventista, o "Espírito Santo quebra as barreiras entre ricos e pobres, altos e baixos, homens e mulheres." (AM, 2016, p. 228). Sobre a reconciliação, reflete-se que:

> A vida cristã é, de um lado, uma vida de unidade, uma vida reconciliada com Deus e, de outro lado, uma vida reconciliada com o próximo. A reconciliação é a cura de uma ruptura nos relacionamentos, e a causa primária da existência dessa ruptura no relacionamento é o pecado. O pecado tem nos separado de Deus (Is 59:2) e dividido a humanidade em uma multidão de facções – raciais, étnicas, de gênero, de nacionalidade, cor, castas, etc. O evangelho de Jesus lida com esse problema do pecado e com todos os fatores separatistas com ele associados e cria uma nova ordem de unidade e reconciliação. Assim, Paulo podia dizer que Deus "nos reconciliou consigo mesmo por meio de Cristo" (2Co 5:18). Dessa reconciliação nasce uma nova comunidade – uma comunidade redimida, marcada por uma unidade vertical com Deus e uma unidade horizontal com o próximo. Verdadeiramente, esta vida de amor e unidade é o âmago do evangelho. Não foi assim que Jesus disse, em sua oração sacerdotal: "A fim de que todos sejam um; e como és tu, ó Pai, em mim e eu em ti, também sejam eles em nós; para que o mundo creia que tu me enviaste" (Jo 17:20, 21)? A missão redentora inteira de Jesus e o poder de seu evangelho clamam por vindicação em amor e uma unidade que possam unir os membros de uma comunidade redimida. (AM, 2016, p. 175-176).

O caminho, "na realidade estreito e humilde", para que as igrejas superem a divisão e a separação e entrem em comunhão, passa pelo perdão e reconciliação. "O movimento ecumênico é essencialmente um movimento de reconciliação" (VERCRUYSSE, 1998, p. 42) e, portanto, profundamente evangélico. O perdão e a reconciliação formam o núcleo do evangelho. Pensa-se, sobretudo, na reconciliação individual. No entanto, as igrejas se apresentam como profetas da paz e de reconciliação nas relações pessoais e sociais. Orientações à fraternidade, solidariedade e paz repercutem nas pregações. Todavia, as igrejas deveriam estar mais atentas em procurar uma maneira de aplicar a reconciliação entre si. "Depois de ter reconhecido o escândalo das divisões, somos ainda mais culpados por não haver feito todo o possível [...] para nos reconciliar. O perdão recíproco entre as igrejas cristãs será um poderoso sinal que convida o mundo a realizar com todo empenho a solidariedade e a paz." (VERCRUYSSE, 1998, p. 42).

Considerando que os adventistas creem, como exposto na sua crença fundamental sobre a vida, morte e ressurreição de Jesus, que a reconciliação se efetiva apenas quando se

aceita o perdão oferecido, exemplificando que o filho pródigo se reconciliou com o pai no momento em que acolheu o amor e o perdão que lhes foram ofertados (AM, 2016, p. 146), *concluímos que a Igreja tem condições de reler e ampliar sua compreensão teológica sobre o escândalo das divisões dos cristãos, bem como buscar perdão e reconciliação com os grupos religiosos com que teve algum tipo de conflito em sua história, reconsiderar suas ações e pedir perdão pelos erros e preconceitos sustentados em relação a essas igrejas, e sugerir conferências, conversações ou diálogos e a produção de declarações conjuntas propositivas ao diálogo e ações em comum para a promoção da reconciliação e paz entre elas. Os adventistas podem começar a efetuar tais interações com grupos que dela diretamente procederam, caso da Igreja Adventista do Sétimo Dia Movimento de Reforma e da Igreja Adventista da Promessa.* A IASD possui uma declaração sobre a Igreja católica, exposta na sequência, que demonstra como se pode trabalhar para resolver conflitos do passado.

Para os adventistas, todos os seres humanos possuem igual valor perante Deus. Eles rejeitam a intolerância contra qualquer pessoa, independentemente de etnia, nacionalidade ou credo. Admitem que cristãos sinceros estão em todos as denominações, também no catolicismo romano,[118] que recebe da IASD críticas históricas, e buscam trabalhar conjuntamente com todas as entidades que procuram aliviar o sofrimento humano e exaltar Cristo.

> Os adventistas procuram manter um relacionamento positivo com outras [igrejas]. Nossa tarefa primordial é pregar o evangelho de Jesus Cristo no contexto de sua breve volta, não apontando as falhas de outras denominações. As crenças dos adventistas estão baseadas nos ensinamentos bíblicos apostólicos e, portanto, têm muitos princípios essenciais do cristianismo em comum com os seguidores de outras igrejas cristãs. (AG, 2012, p. 139).

Ao se relacionarem, em particular, com os católicos romanos, passado e presente vêm à mente dos adventistas, que declaram não poder apagar ou ignorar o registro histórico da intolerância e perseguições empreendidas pela Igreja católica no passado contra outros cristãos. “O sistema de governo da Igreja católica, baseado em ensinos extrabíblicos, como a supremacia papal, resultou em abusos graves da liberdade religiosa enquanto a igreja esteve aliada ao Estado.” Por entenderem que a humanidade vive em tempos proféticos do fim, os adventistas temem que, no mundo religioso, os principais organismos cristãos poderão atuar

[118] Ellen G. White (2007c, p. 188) expressa que existem “cristãos verdadeiros em todas as igrejas, inclusive na comunidade católico-romana.” Ela indica (WHITE, 2007d, p. 364) que “Deus tem filhos, muitos deles nas igrejas protestantes, e um grande número nas igrejas católicas, que são mais fiéis para obedecer à luz e para proceder de acordo com o seu conhecimento do que um grande número entre os adventistas observadores do sábado que não andam na luz.”

como peças-chave de oposição aos observadores do sábado, por isso o medo de que ressurjam tempos de aliança entre Igreja e Estado que resultem em opressão religiosa (AG, 2012, p. 139).

Não obstante, a IASD entende que culpar uma denominação específica por violações de princípios bíblicos cometidas no passado não configura uma correta representação da História, nem da profecia bíblica. "Reconhecemos que às vezes os protestantes, incluindo adventistas, têm manifestado preconceito e até fanatismo. Se, ao expor o que a Bíblia diz, os adventistas falham em expressar amor às pessoas, não exibimos o cristianismo autêntico." Ao mesmo tempo em que estão cientes dos acontecimentos passados e atentos aos desdobramentos do mundo religioso que impactarão o futuro da relação entre as igrejas, os adventistas reconhecem "algumas mudanças positivas no catolicismo recente" e enfatizam a convicção de enxergar que muitos católicos romanos são irmãos e irmãs em Cristo (AG, 2012, p. 140). Ellen G. White chegou a fazer várias alterações no texto de 1911 d'*O grande conflito* "a fim de evitar desnecessária ofensa" (WHITE, 2007d, p. 407) aos católicos.[119]

A oração do Pai nosso fornece orientações para se chegar à paz se as igrejas aplicaram às suas mútuas relações a correlação apresentada entre o perdão divino e o perdão humano. "[...] perdoa-nos nossas dívidas, assim como nós perdoamos aos nossos devedores" (Mt 6,12), ao que se acrescenta: "Porque, se perdoardes aos homens as suas ofensas, também vosso Pai celeste vos perdoará; se, porém, não perdoardes aos homens [as suas ofensas], tampouco vosso Pai vos perdoará as vossas ofensas." (Mt 6,14-15). Ao que não perdoa, adverte-se: "Assim [ser lançado na prisão] também meu Pai celeste vos fará, se do íntimo não perdoardes cada um a seu irmão." (Mt 18,35). Marcos faz a mesma recomendação: "E, quando estiverdes orando, se tendes alguma coisa contra alguém, perdoai, para que vosso Pai celestial vos perdoe as vossas ofensas." (Mc 11,25). Este texto remete a um pedido comprometedor de Jesus exposto no sermão da montanha: "Se, pois, ao trazeres ao altar a tua oferta, ali te lembrares de que teu irmão tem alguma coisa contra ti, deixa perante o altar a tua oferta, vai primeiro reconciliar-te com teu irmão; e, então, voltando, faze a tua oferta." (Mt 5,23-24). Trata-se da reconciliação como aspecto do radicalismo cristão que transcende a justiça e a prudência dos doutores da lei e fariseus. Não significa a existência de um "débito" de um irmão para com o outro, mas de "alguma coisa" indeterminada que prejudica as relações.

[119] Não se pode deixar de reconhecer que as alterações foram efetuadas visando facilitar o alcance missionário e não em prol do diálogo.

> A falta de reconciliação desvaloriza de modo decisivo a oferta apresentada. A meditação sobre esses versículos encerra uma forte carga ecumênica. Na verdade, as comunidades eclesiais vão com muita [frequência oferecer tranquilamente] suas ofertas ao Senhor sem se importar muito se outras comunidades têm "alguma coisa" contra elas e sem nenhuma preocupação em se reconciliar. (VERCRUYSSE, 1998, p. 43).

Paulo escreve aos efésios que na cruz Jesus reconciliou com Deus, num só corpo, dois mundos. Embora o apóstolo esteja se referindo à divisão entre judeus e gentios (Ef 2,11-22), o texto também representa um apelo e convite para que se elimine toda forma de hostilidade no corpo da Igreja e no mundo, voltando-se, pois, para aqueles que, pela fé, já são "vizinhos", mas "separados". Na cruz Jesus destruiu o muro que os divide. "O drama da divisão, porém, localiza-se dentro da única Igreja de Deus. É uma divisão e uma dissensão no interior da mesma família, uma disputa entre irmãos e irmãs. Por isso, talvez, o litígio tenha sido tão rude e duro até culminar no ódio fratricida das guerras de religião." (VERCRUYSSE, 1998, p. 44).

A desunião dos cristãos será julgada pelo Cristo crucificado. Somente quando todos os cristãos, de cada confissão, contemplarem em silêncio aquele a quem traspassaram (Zc 12,10; Jo 19,37), percebendo que existencialmente estão contemplando o mesmo Senhor, descobrirão uma comunhão mais profunda ao se verem necessitados diante daquele que os amou até o fim, em obediência até a morte (Jo 13,1; Fl 2,8). "A imagem de Cristo traspassado tem um sentido ecumenicamente eficaz." (VERCRUYSSE, 1998, p. 45).

O movimento ecumênico dedica-se a algo mais do que um simples restabelecimento da comunhão formal e visível das igrejas. Ecumenismo significa essencialmente obediência ao evangelho, convicção de que a unidade da Igreja se constitui como dom e graça de Deus que solicita a responsabilidade humana para concretizá-la. "Para essa finalidade deve ela empregar toda a sua imaginação, a sua coragem, a sua inteligência, o seu coração e o seu querer. Deve assumir para si os riscos. Não há outro caminho, ainda que este seja longo, monótono e árduo." (VERCRUYSSE, 1998, p. 46).

Os adventistas creem que o "antídoto para a culpa é o perdão", conforme Mateus 6,12 (AM, 2016, p. 114); que somente quando se perdoa se pode aceitar o perdão divino para nossas falhas, como expressa Mateus 6,14-15 (AM, 2016, p. 256). Considerando que a teologia adventista compreende que Cristo, pelo Espírito, uniu todas(os) em comunhão para servir "sem parcialidade ou restrição", estendendo "um só testemunho" ao mundo, em uma unidade fundada na unidade do Deus triúno, que adotou todos como filhos (AM, 2016, p. 226); que o mundo reconheceria os genuínos cristãos por revelarem, neles, o amor de Cristo; que sua principal preocupação no Getsêmani foi com a unidade de sua Igreja; que o Espírito

Santo se constitui na “força impelente” para a unidade da Igreja (AM, 2016, p. 227); que unidade abrange mesma disposição mental e parecer, conforme I Coríntios 1,10, envolvendo unidade de sentimentos, pensamentos e ações que não incorra em uniformidade (AM, 2016, p. 229); que sem unidade a Igreja fracassará no cumprimento de sua missão (AM, 2016, p. 230); que a unidade não ocorre automaticamente, mas depende que os cristãos deem passos para assegurá-la; de que ela jamais será alcançada se não se trabalhar conscientemente para consegui-la, orando por ela, minimizando as diferenças e focando naquilo que une os cristãos; que não haverá unidade enquanto toda a Igreja não se envolver na proclamação do evangelho (AM, 2016, p. 235), trabalhando, assim como Cristo, na restauração da alma e do corpo, pregando e curando a humanidade; que a “igreja não terá desenvolvido verdadeira unidade a menos que seja ativa em edificar a obra de Deus em todas as partes da Terra [e que] deveria fazer qualquer coisa a seu alcance no sentido de desarraigar o isolacionismo cultural, nacional ou regional”; que atos de “egoísmo, orgulho, confiança própria, autossuficiência, superioridade, preconceito, crítica, denúncia e acusações entre os crentes, contribuem para a desunião da Igreja” (AM, 2016, p. 236); que na contemplação do “amor de Deus manifestado no dom de Cristo no Calvário, podemos renovar o amor de uns para com os outros (1Jo 4:9-11)” (AM, 2016, p. 236-237), *concluímos que a Igreja tem condições de reler e ampliar sua compreensão teológica sobre o ecumenismo enquanto movimento que busca obedecer o evangelho, e acolher a unidade da Igreja como dom e graça divina que solicita a cooperação humana para efetivá-la, usando da inteligência de todo seu arcabouço teológico, em construção conjunta com outras igrejas, para edificação da unidade de todos os filhos de Deus; concluímos que a IASD tem condições de incluir e acentuar a perspectiva do diálogo nas produções teológicas sobre as crenças da Igreja, sobretudo as com implicações escatológicas, como as do grande conflito, do remanescente, do santuário celestial e da segunda vinda de Cristo*; a partir da compreensão de que o isolamento eclesial depõe contra o evangelho, *concluímos que a Igreja Adventista tem condições de inserir a temática do diálogo com outras igrejas em seu cotidiano, em sua estrutura político-organizacional, no fazer, produzir e ensinar teológico dos seminários de formação pastoral, nos concílios pastorais, e transmitir aos membros, nos treinamentos dos leigos eleitos para administrar funções e coordenar as atividades missionárias nas igrejas locais, nos estudos bíblicos produzidos pela Igreja, em publicações impressas – que podem recolher experiências de diálogo empreendidas por lideranças e membros da Igreja ao redor do mundo e transmiti-las*

no Informativo Mundial das Missões,[120] *ou publicá-las em obras que reflitam, também, sobre a necessidade teólogica do diálogo –, na orientação pastoral para os sermãos nas igrejas locais e na criação de datas específicas para a exposição do tema, visando naturalizá-lo como dimensão inerente do ser cristão.*

6.3 ELEMENTOS COMUNS DO SER CRISTÃO COMPARTILHADOS PELA IGREJA ADVENTISTA

O ecumenismo almeja mais que meramente reunir pessoas de diferentes igrejas. Ele começa no chão da vida, na escuta do outro irmão, quando há diálogo, respeito, diversidade de ideias, de formas de vida e ação que são acolhidas, quando todas(os) têm oportunidade, espaço de expressão e de serviço (RIBEIRO; CUNHA, 2013, p. 35). As igrejas católica e evangélicas se entendem, hoje, como *ecclesia semper renovanda et reformanda*. Dos aprendizados da aproximação ecumênica, por exemplo, observamos que os católicos aprenderam com os evangélicos o significado da Bíblia. Os evangélicos, o significado da liturgia. Todas as igrejas podem se enriquecer através da interação ecumênica (KASPER, 2016b, p. 39).

Considerando que a Igreja Adventista também se compreende com um movimento de e em reforma (RODRÍGUEZ, 2012a, p. 20-21; BLAZEN, 2011, p. 345), que têm nas Escrituras seu único credo (AM, 2016, p. 5), que fundamentam a compreensão "do propósito, da mensagem e da missão dos adventistas" (AG, 2012, p. 40), que apelam aos "demais cristãos em todo o lugar para que cada um faça da Bíblia a sua fonte diária de estudo pessoal", acompanhado de "oração e louvor", tornando-a "um livro aberto em nossos lares" e em "nossos lugares de adoração, onde buscamos a Palavra de Deus coletivamente" (AG, 2012, p. 41), *concluímos que a Igreja Adventista tem condições de recomendar a outras igrejas e organismos religiosos conversações sobre pontos de doutrinas para aprender de outras crenças e ensinar de sua fé, a partir das Escrituras, para enriquecer sua compreensão teológica e possibilitar o mesmo aos dialogantes, e avançar no conhecimento do mistério divino para construção da unidade, em perspectiva de constante reforma.*

Concretamente, os diálogos empreendidos no movimento ecumênico mostram que certas oposições entre as igrejas se apoiaram em mal-entendidos, que outras não possuem

[120] Informativo transmitido nos cultos de sábados que relata histórias de vida religiosa e missão de membros nos países em que as ofertas recolhidas na Escola Sabatina das igrejas locais no trimestre em curso serão destinadas.

mais relação com a situação do atual parceiro de diálogo, e que, em certos casos, apesar de persistirem diferenças, evidenciam-se convergências (KASPER, 2016b, p. 40-41).

> A unidade das igrejas precisa ser buscada e edificada a partir de um diálogo sincero e respeitoso das diferenças, na prática da oração comum [...], no aprofundamento dos conteúdos da fé, na reflexão teológica e no serviço à humanidade. [...] Talvez o campo em que menos se avançou e onde tudo começou seja o da reflexão teológica. Além da oração comum e de ações conjuntas, as igrejas precisam intensificar o diálogo, o estudo e o debate em torno daquelas questões teológicas que deram origem às divisões [...]. Quando a reflexão teológica avançar, com surpresa se irá constatar que, entre nós, cristãos, é muito mais o que nos une do que o que nos separa. [...] Na base das divisões, há mais mal-entendidos do que sérios motivos para dividir a Igreja, ou pior, para dividir o próprio Cristo. (BRIGHENTI, 2016, p. 101-102).

Considerando que a experiência dialogal adventista com líderes do movimento evangélico conservador estadunidense na década de 1950, que culminou na produção e publicação do *Questions on doctrine* (QUESTÕES..., 2008), confirma que resistências entre diferentes denominações podem estar amparadas em incompreensões e desconhecimento das crenças de cada grupo, que posições do passado podem ter sido superadas ou reformuladas, e que, mesmo com diferenças, existem convergências entre as igrejas em diálogo; e no caso das conferências empreendidas com os luteranos, na década de 1990, que elucidou conceitos equivocados que as duas denominações mantinham de uma para com a outra e resultou em uma declaração oficial que aponta as principais diferenças e semelhanças doutrinárias entre elas (SCHWARZ; GREENLEAF, 2009, p. 454); *concluímos que a Igreja tem condições de investir em conferências, conversações ou diálogos com os organismos cristãos que ainda a enxergam como uma seita ao invés de uma genuína denominação cristã, buscando confluências para a construção de projetos de unidade.*

Católicos e evangélicos concordam no desejo da unidade, mas estão em desacordo quanto ao que consiste tal unidade (KASPER, 2016b, p. 42). Os adventistas também assentem com a vontade de Jesus que “pleiteou com o Pai em favor de uma unidade, no seio da Igreja, que fosse semelhante àquela experimentada pela divindade. Ele orou para que todos fossem um” (AM, 2016, p. 227). Não há consenso entre as igrejas sobre como se deve conduzir o caminhar ecumênico. Falta uma visão ecumênica e, por vezes, uma vontade comum. “Com excessiva frequência sentimo-nos ainda demasiado seguros na nossa fortaleza de uma Igreja confessional. Pensa-se que ainda é possível entrincheirar-se” atrás de muros que há muito estão ruindo (KASPER, 2016b, p. 41).

A centralidade do diálogo entre as igrejas está na colaboração ecumênica e o acompanha em todas as suas formas. Requer-se que se escute e se responda, se tente

compreender e se faça compreender, que se apresente questões e se seja questionado, comunique-se de si e confie-se no que os outros dizem de si próprios. “Cada um dos interlocutores deve estar pronto a clarificar sempre mais e a modificar os pontos de vista pessoais e as formas de viver e agir, deixando-se guiar pelo amor autêntico da verdade.” (PCPUC, 2004, p. 141).

Considerando que a Igreja Adventista possui experiências de conferências e conversações em que interpelou e se deixou interpelar: pelo movimento evangélico conservador dos Estados Unidos nos anos 1950, quando Walter Martin enviou 40 perguntas para a liderança adventista sobre as crenças da denominação (QUESTÕES..., 2008, p. 12), abrangendo variados temas teológicos, e descobriu que as denominações cristãs compartilham de grande parte dos ensinamentos da IASD (KNIGHT, 2011, p. 170; SCHWARZ; GREENLEAF, 2011, p. 454-455), reconhecendo que os adventistas não acreditavam em diversas “heresias” a eles imputadas (KNIGHT, 2000, p. 143-144), publicando o *The truth about seventh-day adventism* em 1960, com os adventistas, por sua vez, lançando o *Questions on doctrine* como fruto do diálogo, contendo as respostas dados aos interlocutores, mostrando para a comunidade cristã o alinhamento adventista com as principais das doutrinas seguidas pelas demais igrejas; nas quatro consultas teológicas conjuntas com a FLM entre 1994 e 1998, em que, embora demonstrasse manter suas ênfases distintas, manifestou vontade de acolher “oportunidades de companheirismo, satisfazendo as necessidades humanas e a troca de pontos de vista com outros cristãos” (FLM; AG, 2000, p. 5, tradução nossa),[121] com os objetivos de “alcançar uma melhor compreensão mútua, quebrar falsos estereótipos, descobrir as bases da crença, descobrir pontos de fricção real e imaginária” (FLM; AG, 2000, p. 6, tradução nossa),[122] em que a “experiência de adorar juntos também levou a um senso de comunhão espiritual profunda” (FLM; AG, 2000, p. 6, tradução nossa)[123] os grupos que, outrora estranhos, saíram das conversações como amigos e, apesar das diferenças doutrinárias significativas, encontraram em comum “um amor à Palavra de Deus, uma herança compartilhada da Reforma, um profundo apreço pelo trabalho e ensinamentos de Martinho Lutero, uma preocupação com a liberdade religiosa e, acima de tudo, o evangelho da

[121] “[...] opportunities for fellowship, meetings human needs, and exchange of viewpoints with other Christians.” (FLM; AG, 2000, p. 5).
[122] “[...] achieve better mutual understanding, break down false stereotypes, discover the bases of belief, discover points of real and imaginary friction” (FLM; AG, 2000, p. 6).
[123] “[...] experience of worshiping together also led to a sense of deep spiritual fellowship” (FLM; AG, 2000, p. 6).

justificação pela graça somente pela fé" (FLM; AG, 2000, p. 7, tradução nossa);[124] e no diálogo com representantes da Aliança Mundial de Igrejas Reformadas (agora Comunhão Mundial das Igrejas Reformadas), em 2001, que, para além de enfatizar questões em comuns, éticas e ecológicas, no "desejo de aumentar a compreensão mútua, remover estereótipos falsos, e com base em muitas crenças comuns, abordar a questão de como podemos responder conjuntamente aos pedidos de justiça e equidade em um mundo ameaçado, dividido e quebrado" (HÖSCHELE, 2010, p. 148, tradução nossa)[125] – mesmo considerando que vários outros temas teológicos poderiam ter sido debatidos (HÖSCHELE, 2010, p. 147) –, promoveram por, apesar "do grau considerável de pontos em comum, [...] frequentemente [entender mal] uns aos outros e [olhar] uns para os outros com desconfiança" (HÖSCHELE, 2010, p. 150, tradução nossa),[126] esclarecimentos mútuos; *concluímos que a Igreja tem condições de interagir, através de conferências, conversações ou diálogos com as igrejas que ainda sustentam algum tipo de suspeita do status da eclesiologia adventista, e adotar métodos que privilegiem a busca de esclarecimentos, a superação de estereótipos e mal-entendidos, a escuta, o questionamento e a compreensão em um espírito de amor autêntico à verdade.*

Reciprocidade, empenho mútuo e sentimento de igualdade entre os interlocutores são elementos essenciais do diálogo, espaço privilegiado que proporciona aos integrantes das diferentes igrejas conhecerem uns aos outros, identificar os temas de fé e prática comuns e os pontos em que diferem. Os dialogantes buscam compreender as raízes de tais diferenças e avaliam em que proporção elas formam um real obstáculo para uma fé comum. Após reconhecerem que as diferenças formam verdadeiras barreiras à comunhão, procuram encontrar meios para ultrapassá-las com base nos pontos de fé que já possuam em comum (PCPUC, 2004, p. 140-141).

As Escrituras e a encarnação de Jesus estão em relação entre si e carregam uma série de convicções que a teologia adventista considera fluir do texto bíblico, consistindo "em um corpo de crenças comum, que funciona como um elemento unificador importante dentro da Igreja Adventista do Sétimo Dia." Embora alimente um conjunto de crenças específico, os adventistas entendem ter "muito em comum com outros grupos cristãos" (FORTIN, 2018a, p. 60).

---

[124] "[...] a love for the Word of God, a shared heritage from the Reformation, a deep appreciation for the work and teachings of Martin Luther, a concern for religious freedom, and above all, the gospel of justification by grace through faith alone" (FLM; AG, 2000, p. 7).

[125] "[...] desire to increase mutual understanding, remove false stereotypes, and on the basis of many commonly held beliefs, to address the question how we may jointly respond to the ciaims of justice and equity in a threatened, divided and broken world." (HÖSCHELE, 2010, p. 148).

[126] "[...] the considerable degree of common ground, [...] have frequently [misunderstand] one another and [look] each other with suspicion." (HÖSCHELE, 2010, p. 150).

Indagados – nos diálogos que culminaram na publicação do *Questions on doctrine* – sobre quais crenças mantêm em comum com os cristãos em geral e em quais aspectos diferem dos demais, os adventistas explicaram que possuem doutrinas em comum com certos grupos religiosos e que, com outros, encontram pouca afinidade doutrinária. Os adventistas não aceitam determinadas crenças mantidas por alguns cristãos por julgar que não possuem base bíblica. "Praticamente todas as crenças adventistas do sétimo dia são mantidas por um ou mais grupos cristãos. Umas poucas são exclusivamente nossas." (QUESTÕES..., 2008, p. 50). A Igreja Adventista declara, em harmonia com os cristãos conservadores e os credos protestantes históricos, crer:

> 1. Que Deus é o soberano criador, mantenedor e governador do universo, sendo eterno, onipotente, onisciente e onipresente. 2. Que a divindade, a Trindade, compreende Deus o Pai, Cristo o Filho e o Espírito Santo. 3. Que as Escrituras constituem a revelação inspirada de Deus para o homem; e que a Bíblia é a única regra de fé e prática. 4. Que Jesus Cristo é Deus real, e existiu com o Pai desde toda a eternidade. 5. Que o Espírito Santo é um ser pessoal, participando dos atributos da divindade com o Pai e o Filho. 6. Que Cristo, a Palavra de Deus, encarnou por meio da miraculosa concepção e do nascimento virginal; e viveu na Terra uma vida absolutamente sem pecado. 7. Que a morte vicária e expiatória de Jesus Cristo, uma vez por todas, é suficiente para a redenção da raça perdida. 8. Que Jesus Cristo ressuscitou literal e corporeamente da sepultura. 9. Que ele ascendeu literal e corporeamente ao céu. 10. Que ele presentemente serve como nosso advogado no ministério sacerdotal e mediação diante do Pai. 11. Que ele voltará em um segundo advento pré-milenar, pessoal e iminente. 12. Que o homem foi criado sem pecado, mas pela queda [subsequente] entrou em estado de alienação e depravação. 13. Que a salvação por meio de Cristo é pela graça somente, pela fé em seu sangue. 14. Que a posse de uma nova vida em Cristo ocorre pela regeneração, ou novo nascimento. 15. Que o homem é justificado pela fé. 16. Que o homem é santificado pela permanência em Cristo através do Espírito Santo. 17. Que o homem será glorificado por ocasião da ressurreição ou trasladação dos santos, quando o Senhor voltar. 18. Que haverá um julgamento de todos os homens. 19. Que o evangelho deve se pregado em testemunho a todo o mundo. (QUESTÕES..., 2008, p. 50-51).

Em relação a certas doutrinas controversas entre as igrejas conservadoras, os adventistas creem (1) que o ser humano foi feito livre para escolher ou rejeitar a oferta de salvação de Cristo e não que Deus tenha predeterminado que alguns sejam salvos e outros se percam; (2) que a lei dos dez mandamentos se constitui em norma de vida e conduta para todos os seres humanos de todas as épocas e não foi alterada ou abolida; (3) que o batismo deve ser ministrado por simples imersão; (4) que, na criação, o ser humano foi dotado de imortalidade condicional, não possuindo imortalidade nata ou alma imortal; (5) que não há um inferno a arder eternamente, no qual as almas dos perdidos serão atormentadas para sempre; (6) que o sétimo dia da semana, o sábado, foi criado como dia de repouso, cuja observância não foi abolida ou transferida para o primeiro dia da semana; (7) que a prática de

devolver dízimo se constitui em um plano divino para o sustento da Igreja; (8) que Deus criou o mundo em seis dias literais e não ao longo de processos evolutivos; (9) que a interpretação profética deve ser seguida a partir dos pressupostos da escola história e não pelos sistemas preterista e futurista; (10) que Igreja e Estado devem atuar em esferas separadas; (11) que a ordenança do lava-pés foi instituída por Cristo e deve ser praticada por ocasião da ceia do Senhor; e (12) que os cristãos devem se abster do consumo de álcool e fumo, pois a condescendência nestas práticas não representa o caráter do Senhor (QUESTÕES..., 2008, p. 51-52).

Considerando tanto as crenças em comum, assim como as doutrinas controversas que os adventistas manifestam possuir com os cristãos conservadores, bem como as crenças comuns com as igrejas que professam os credos protestantes históricos, *concluímos que a IASD tem condições de promover aproximações, conferências, conversações ou diálogos sobre os pontos de doutrina com as igrejas que se identificam como integrantes de um dos grupos supracitados, como a luterana, as reformadas, a anglicana, a metodista e a batista, denominações que no Brasil fazem ou já fizeram parte do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC),*[127] *principal entidade do movimento ecumênico no país.*

Em certas áreas do pensar cristão, os adventistas possuem doutrinas distintivas:

> 1. Que há um santuário no céu onde Cristo, nosso sumo sacerdote, ministra em duas fases distintas da sua obra mediadora. 2. Que deve haver um juízo investigativo no qual o destino de todos os homens deve ser decidido antes de Cristo vir nas nuvens de glória. 3. Que o espírito de profecia, ou dom profético, é um dos dons do Espírito prometido à igreja nos últimos dias, e que esse dom se manifestou na Igreja Adventista do Sétimo Dia na obra e nos escritos de Ellen G. White. 4. Que o selo de Deus e o sinal da besta, mencionados em Apocalipse, são símbolos das forças antagônicas do bem e do mal no último grande conflito antes de Cristo vir pela segunda vez. 5. Que os três anjos de Apocalipse 14 representam a proclamação da última mensagem de Deus ao mundo em preparação para a vinda de nosso Senhor. (QUESTÕES..., 2008, p. 52).

[127] Em seu estatuto o CONIC se define como "uma organização fraterna de igrejas que confessam o Senhor Jesus Cristo como Deus e Salvador, a serviço e em testemunho da unidade da Igreja que segundo as Escrituras Sagradas e, por isso, procuram cumprir sua vocação comum para a glória do Deus Uno e Trino, Pai, Filho e Espírito Santo, em cujo nome administram o santo batismo. O amor de Deus, a confissão de fé comum e o compromisso com a missão impulsionam as igrejas-membro a uma comunhão cristã mais profunda e a um testemunho comum do evangelho no Brasil, no exercício do amor e serviço ao povo. Respeitadas as diferentes concepções eclesiológicas, as Igrejas-membro se reconhecem convocadas por Cristo à unidade de sua Igreja, na certeza da atuação do mesmo Cristo e do seu Espírito nelas e por meio delas." Disponível em: <https://www.conic.org.br/portal/files/Estatuto_do_CONIC__1_APROVADO_ASSEMBLEIA_2015.pdf>. A base constitutiva do CONIC apresenta três elementos essenciais da unidade: (1) sua fundamentação na fé comum; (2) a responsabilidade pela unidade enquanto vocação comum dos cristãos; e (3) a unidade como missão em favor do mundo (WOLFF, 2018a, p. 123).

Considerando as especificidades das crenças adventistas ante as demais igrejas, *concluímos que a IASD tem condições de promover o diálogo com os grupos que dela procederam, como a Igreja Adventista do Sétimo dia Movimento de Reforma e a Igreja Adventista da Promessa, e identificar se as causas da divisão ainda configuram motivos de separação, ou se são questões já superadas, e os pontos em comuns que podem uni-las em reflexões teológicas ou ações comuns.*

A Igreja Adventista considerava, já no diálogo empreendido na década de 1950 com os evangélicos conservadores nos Estados Unidos, que estava "praticamente unida nas verdades básicas da fé cristã", que a ênfase de sua literatura denominacional, assim como as apresentações de sua mensagem feitas no rádio e televisão estavam em consonância com os fundamentos históricos do cristianismo (QUESTÕES..., 2008, p. 56). Desde o fim do século XX, a IASD nutre maior apreço pelos demais cristãos. Ainda mantendo a crença de possuir uma mensagem distinta e uma missão especial de origem divina para o mundo, os adventistas se tornaram menos críticos e mais desejosos de entender outras comunidades cristãs. "Tornou-se mais visível uma tendência de aproveitar-se das semelhanças entre eles mesmos e outros cristãos em vez de ressaltar as diferenças." (SCHWARZ; GREENLEAF, 2009, p. 650). Não obstante, até o momento, há pouco material disponível e inexiste reflexão na vida cotidiana das igrejas locais sobre como a IASD tem explorado as similaridades que possui com as demais confissões cristãs. Por isso, *concluímos que a Igreja tem condições de ampliar a divulgação interna das conferências, conversações ou diálogos efetuados ao longo de sua história, bem como os resultados – as declarações e documentos – das interações com outros grupos religiosos através de publicações impressas, como temática de estudo de um trimestre da Lição da Escola Sabatina ou disponibilizá-las em seus sites oficiais; produzir reflexões teológicas que abranjam todas as interações realizadas, refletindo sobre seus impactos e implicações na vida e conjunto de crenças da Igreja. Pode-se criar um departamento específico nas diferentes estruturas organizacionais da Igreja (divisões, uniões, associações/missões, distritos e igrejas locais), ou designar um já existente, como o de liberdade religiosa, para coordenar tais ações, explicitando o anseio da IASD em valorizar e melhor compreender outras denominações cristãs.*

O livreto *Estudando juntos* (FINLEY, [200-]), publicação da Igreja distribuída na sua região administrativa sul no Brasil para uso em estudos bíblicos, de caráter majoritariamente proselitista, possui uma seção que aborda a origem de algumas igrejas e religiões, suas principais doutrinas, as crenças que possuem em comum com os adventistas, as doutrinas consideradas "errôneas" e a indicação de textos bíblicos para questioná-las, e a recomendação

de métodos de aproximação com cada grupo (FINLEY, [200-], p. 121). Interessa-nos explicitar os pontos em comuns considerados pelos adventistas com as igrejas batista, católica, anglicana, luterana, metodista, pentecostais e presbiteriana, o judaísmo e o islamismo, grupos que apresentam um conjunto de similaridades com a IASD que embasam, consideramos, a proposta de realização de conferências, conversações ou diálogos para o esclarecimento de questões comuns e a realização de projetos conjuntos com vistas à construção de caminhos de unidade.

Com os batistas, algumas crenças doutrinárias tidas em comum são: (1) a Bíblia como única regra de fé e conduta; (2) a salvação apenas pela graça; (3) a divindade; (4) a doutrina da segunda vinda de Cristo; (5) o batismo por imersão; e (6) a separação entre o Estado e a Igreja (FINLEY, [200-], p. 123). Entre as crenças em comum com os católicos, estão: (1) a divindade; (2) a virgindade de Maria; (3) a necessidade de obedecer a Deus; (4) a inspiração da Bíblia; (5), a segunda vinda de Cristo; e (6) a importância da oração (FINLEY, [200-], p. 131). Com os anglicanos, algumas doutrinas em comum são: (1) a divindade, na existência de três coiguais, coeternos em amor, todo-poderosos, oniscientes, separados, distintos seres – o Pai, o Filho e o Espírito Santo; (2) a natureza de Deus e a ênfase que anglicanos e os adventistas do sétimo dia dão ao fato de que Deus se constitui em amor; (3) o triunfo final da verdade, pois tanto os anglicanos como os adventistas creem que os propósitos de Deus serão, finalmente, realizados; (4) a oração, pois anglicanos e adventistas creem num Deus que responde à oração; e (5) consciência social, visto que anglicanos e adventistas acreditam que o amor do cristão o leva a cuidar dos pobres, dos sofredores, através de envolvimento social (FINLEY, [200-], p. 142-143). Das crenças doutrinárias em comum com os luteranos, estão: (1) a autoridade da Palavra de Deus; (2) a salvação unicamente pela graça; (3) a segunda vinda literal de Cristo; (4) a divindade; e (5) a obediência a Deus (FINLEY, [200-], p. 162-163). Com os metodistas, das doutrinas em comum, encontramos: (1) a Trindade;[128] (2) a salvação pela graça; (3) o valor da santidade, da santificação e do crescimento em graça; (4) a rejeição do inferno e do tormento eterno; e (5) a celebração da ceia do Senhor (FINLEY, [200-], p. 165-166). Entre as crenças em comum com os pentecostais, vemos: (1) a Bíblia como única regra de fé e conduta; (2) a salvação por meio do sangue de Cristo; (3) a realidade da breve volta de Jesus; (4) o batismo por imersão; (5) a celebração da ceia do Senhor (alguns realizam o lava-pés); (6) a crença no nascimento virginal de Jesus; e (7) a crença na manifestação dos dons do Espírito na Igreja de hoje, incluindo o dom bíblico de profecia

[128] Comum, também, às outras denominações cristãs listadas por Finley, embora não mencionada.

(FINLEY, [200-], p. 183-184). Com os presbiterianos, algumas crenças em comum são: (1) a inspiração da Bíblia; (2) a Trindade; (3) a vida eterna por meio de Jesus Cristo; (4) seu nascimento virginal; (5) os céus; e (6) a segunda vinda literal de Cristo (FINLEY, [200-], p. 188-189).

Com base na identificação das doutrinas em comum com outras igrejas, *concluímos que a Igreja tem condições de reler suas crenças fundamentais e identificar o que partilha de referências comuns que expressam a base do ser cristão – como pode ser observado nas crenças sobre as Escrituras Sagradas, a Trindade (desdobrando-se nas do Deus Pai, Deus Filho e Deus Espírito Santo), a vida, morte e ressurreição de Cristo, a Igreja, a unidade no corpo de Cristo, o batismo, a ceia do Senhor, as que envolvem o cuidado com a criação (a criação e o sábado) e as escatológicas (sobretudo a segunda vinda de Cristo) –, gestar aproximações, contatos, conferências, conversações ou diálogos bilaterais, e contribuir às teologias de outras confissões permitindo-se, ao mesmo tempo, enriquecer por elas.*

As sínteses de crenças fundamentais arroladas na sequência exprimem o que há de ecumênico na teologia adventista, as aproximações doutrinárias e contributos da teologia adventista para outras igrejas como subsídios a processos de interações ecumênicas.

6.3.1 As Escrituras Sagradas

Para a teologia adventista, as Sagradas Escrituras, Antigo e Novo testamentos, formam a Palavra de Deus escrita, dada por inspiração divina, em que "Deus transmitiu ao homem o conhecimento necessário para a salvação. As Escrituras Sagradas são a revelação infalível, suprema e repleta de autoridade de sua vontade. Constituem o padrão de caráter, a prova da experiência, o revelador definitivo de doutrinas" (AM, 2016, p. 11).

A Bíblia forma a revelação especial e específica de Deus, que não deixa "margem a questões no tocante a seu caráter ou seu amor pela humanidade". Se no princípio "sua revelação veio por meio dos profetas; depois, ela foi transmitida por intermédio de sua revelação última, a pessoa de Jesus Cristo (Hb 1:1,2)." (AM, 2016, p. 13). Nas Escrituras, Deus se revela tanto em pessoa, assim como por proposições que declaram a verdade sobre ele. "Ambos os tipos de revelação se fazem necessários por que as pessoas necessitam conhecer Deus por meio de Jesus (Jo 17:3), bem como a verdade "segundo é [...] em Jesus" (Ef 4:21). Essas revelações permitem que Deus quebre as limitações mentais, morais e espirituais dos seres humanos e comunique seu desejo de salvá-los." (AM, 2016, p. 13).

As Escrituras expõem a humanidade e revelam a Deus, mostrando a condição humana e a solução divina para suas mazelas. “Os seres humanos são mostrados como perdidos, separados de Deus, enquanto Jesus é apresentado como aquele que localiza o perdido e o traz de volta. Jesus Cristo é o ponto focal das Escrituras. No Antigo Testamento Ele é o Messias, o redentor do mundo; no Novo Testamento, ele é revelado como Jesus Cristo, o salvador.” A cruz do Calvário representa “o mais central de todos os pontos focalizados pela Bíblia”, por “convergir para o mesmo local a inominável maldade humana e a incomparável bondade do amor de Deus.” (AM, 2016, p. 13).

Além da cruz, “o foco central da Bíblia é a pessoa de Jesus Cristo. Ele ocupa a posição central de todo o drama cósmico.” (AM, 2016, p. 13). O amor divino, particularmente expresso na morte de Cristo no Calvário, “a maior verdade do universo [,] representa o ponto central da Bíblia.” As demais verdades bíblicas devem ser examinadas a partir dessa perspectiva (AM, 2016, p. 14).

A teologia adventista compreende que toda “Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino” (2Tm 3,16). “Deus ‘inspirou’ a verdade nas mentes dos homens, os quais expressaram estas mesmas verdades em suas próprias palavras, que foram consolidadas nas Escrituras”, traduzindo-as com todas as limitações e imperfeições da linguagem humana, implicando que os escritores, e não as palavras, foram inspirados (AM, 2016, p. 15).

> Existe uma exceção: os dez mandamentos. Eles são de composição divina, não humana. Foram pronunciados pelo próprio Deus e escritos por sua própria mão (Êx 20:1-17; 31:18; Dt 100:4,5). Mesmo assim, foram expressos tendo em vista as limitações da linguagem humana. A Bíblia é, pois, a verdade divina expressa em linguagem humana. […] É a nossa limitação que restringe aquilo que ele consegue nos comunicar. (AM, 2016, p. 16).

Com os luteranos, os adventistas declaram as Escrituras como o fundamento da autoridade da Igreja, com o princípio *sola Scriptura* da Reforma em seu centro (FLM; AG, 2000, p. 12). As Escrituras possuem autoridade, pois, nelas, Deus fala através do Espírito Santo (AM, 2016, p. 20). Jesus destacou a autoridade das Escrituras em todo seu ministério, na tentação de Satanás (Mt 4,4.7.10; Lc 20,17), colocando-a “acima das tradições e opiniões humanas. Reprovou constantemente os líderes judeus pelo fato de eles se desviarem da autoridade das Escrituras (Mc 7:7-9). Apelou muitas vezes a seus oponentes para que estudassem mais cuidadosamente as Escrituras” (Mt 21,42; Mc 12,10.26), reivindicou sua missão divina como salvador baseando-se no cumprimento de profecias do Antigo

Testamento (Lc 24,25-27). “Cristo aceitou sem qualquer reserva as Escrituras Sagradas como sendo a revelação autorizada da vontade de Deus” (AM, 2016, p. 22).

A teologia adventista compreende que o Espírito Santo também possui autoridade sobre as Escrituras por iluminar a mente humana para seu correto entendimento e reconhecimento como a expressão autorizada da vontade divina, que a Bíblia e o Espírito não podem ser separados e que Deus, pelo mesmo Espírito, se constitui tanto no autor como no revelador das Escrituras (AM, 2016, p. 22).

6.3.2 A Trindade

Para a teologia adventista, existe “um só Deus: Pai, Filho e Espírito Santo, uma unidade de três pessoas coeternas.” Deus possui imortalidade, onipotência, onisciência e está acima de tudo e sempre presente. Infinito e além da compreensão humana, Deus se faz conhecer por meio de sua autorrevelação. Deus se constitui em amor, merece todo culto, adoração e serviço de toda a criação (AM, 2016, p. 26). “A maior manifestação do amor de Deus veio através de sua suprema revelação – Jesus Cristo, seu Filho. Pela vida de Jesus, podemos conhecer o Pai.” (AM, 2016, p. 27). Israel acreditava na existência de um Deus único (Dt 4,35; 6,4; Is 45,5; Zc 14,9) e o Novo Testamento estabelece a mesma ênfase sobre a unidade divina (Mc 12,29-32; Jo 17,3; 1Cor 8,4-6; Ef 4,4-6; 1Tm 2,5). “Essa ênfase monoteísta não contradiz o conceito cristão de um Deus triúno ou Trindade – Pai, Filho e Espírito Santo. Em vez disso, enfatiza que não existe um panteão com várias deidades.” (AM, 2016, p. 34).

Ao compreender-se que, embora o Antigo Testamento não demonstre explicitamente a triunidade divina, faz referência à pluralidade interna da divindade na utilização de pronomes e verbos no plural para se referir a Deus: “Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança” (Gn 1,26); “Eis que o homem se tornou como um de nós” (Gn 3,22); “Vinde, desçamos e confundamos ali a sua linguagem” (Gn 11,7).

> Por vezes, o Anjo do Senhor é identificado com Deus. Tendo aparecido a Moisés, o Anjo do Senhor disse: “Eu sou o Deus de teu pai, o Deus de Abraão, o Deus de lsaque e o Deus de Jacó” (Êx 3:6). Várias referências distinguem o Espírito de Deus do próprio Deus. Na história da criação, lemos que “o Espírito de Deus pairava por sobre as águas” (Gn 1:2). Alguns textos não apenas fazem referência ao Espírito, como também incluem uma terceira pessoa na obra redentora de Deus: “Agora, o Senhor Deus [Deus Pai] me enviou a mim [o Filho de Deus] e o seu Espírito [o Espírito Santo]” (Is 48:16); “Pus [Deus Pai] sobre ele [o Messias] o meu Espírito [Espírito Santo], e ele promulgará o direito para os gentios” (Is 42:1). (AM, 2016, p. 34-35).

Entende-se que não existe separação entre as pessoas da divindade triúna, mas que todas compartilham seus poderes e atributos. “Na economia da divindade, a autoridade final reside sobre todos os três membros.” Ainda que a divindade não seja somente uma pessoa, “Deus é um em propósito, mente e caráter.” A unicidade divina não suprime as distinções de personalidade do Pai, do Filho e do Espírito Santo, nem a existência das personalidades separadas anula o conceito monoteísta das Escrituras, de que Pai, Filho e Espírito Santo constituem um único Deus (AM, 2016, p. 36).

6.3.2.1 Deus Pai

Na teologia adventista, Deus, eterno Pai, se constitui no criador, originador, mantenedor e soberano de toda a criação. “Ele é justo e santo, compassivo e clemente, tardio em irar-se e [grande] em constante amor e fidelidade. As qualidades e os poderes manifestos no Filho e no Espírito Santo também são os mesmos do Pai.” (AM, 2016, p. 40). Considera-se que a unidade do Antigo e do Novo testamentos e o plano da revelação apresentado em comum por ambos revelam que o mesmo Deus fala e age em favor da salvação de seu povo em todos os momentos da revelação escriturística. “Havendo Deus, outrora, falado, muitas vezes e de muitas maneiras, aos pais, pelos profetas, nestes últimos dias, nos falou pelo Filho, a quem constituiu herdeiro de todas as coisas, pelo qual também fez o universo.” (Hb 1,1-2) (AM, 2016, p. 41). O Antigo Testamento descreve os seguintes atributos de Deus Pai: um Deus de misericórdia (Êx 34,6-7); o Deus do concerto (Gn 9,1-17; 12,1-3.7; 13,4-17; 15,1.5-6; 17,1-8; 22,15-18); um Deus redentor (Sl 8,3-4; 18,1- 2; 22,24); um Deus de refúgio (Sl 27,5; 42,1-2; 46,1; 55,22; 62,8; 86,15; 125,2); um Deus de bondade (Sl 146,7-9); um Deus de fidelidade (Lv 26,40-42; Is 41,9-10; 44,21-22; 45,22); um Deus que se manifesta como pai (Dt 32,6; Is 64,8; Ml 2,10) (AM, 2016, p. 41-44).

No Novo Testamento, Deus não difere daquele encontrado no Antigo. “Deus Pai é revelado como o originador de todas as coisas, o pai de todos os verdadeiros crentes e, num sentido único, o pai de Jesus Cristo.” (AM, 2016, p. 45). O Novo Testamento descreve os seguintes atributos de Deus Pai: pai de toda a criação (1Cor 8,6; Ef 3,14-15); pai de todos os crentes (Mt 5,45; 6,6-15; Jo 1,12-13; Gl 4,5-6) (AM, 2016, p. 45). Compreende-se que em Jesus se encontra “a mais profunda visão do Pai quando – na qualidade de autorrevelação divina – se tornou em carne humana (Jo 1:1, 14).” (AM, 2016, p. 45). Jesus revela um Deus doador. “[...] o Calvário que nos propicia a mais profunda compreensão do Pai. Ele, sendo

divino, sofreu as dores de ver-se separado do Filho – na vida e na morte – e este sofrimento foi muito mais profundo do que algum ser humano jamais poderia suportar. Ele e Cristo sofreram na *mesma medida*." (AM, 2016, p. 46, grifo do autor).

Jesus revela um Deus de amor (Mt 5,44; Lc 6,35-36) ao se abaixar e lavar os pés de seu traidor (Jo 13,5.10-14), ao alimentar a multidão faminta (Mc 6,39-44; 8,1-9), ao curar o surdo (Mc 9,17-29), ao conceder fala ao mudo (Mc 7,32-37), ao abrir os olhos do cego (Mc 8,22-26), ao fazer andar o paralítico (Lc 5,18-26), ao curar os leprosos (Lc 5,12-13), ao ressuscitar os mortos (Mc 5,35-43; Jo 11,1-45), ao perdoar os pecadores (Jo 8,3-11) e ao expulsar demônios (Mt 15,22-28; 17,14-21) (AM, 2016, p. 46).

6.3.2.2 Deus Filho

Os adventistas seguem um sistema teológico cristocêntrico (DEDEREN, 2011b, p. 223). Além de adotar um conjunto de crenças fundamentais, sua religiosidade se constitui de "um compromisso com uma pessoa: Jesus Cristo. Acontece o mesmo com a mensagem cristã. O evangelho é sobre um acontecimento no centro do qual está Jesus Cristo. O cristianismo [tem] suas raízes em Jesus de Nazaré." (DEDEREN, 2011b, p. 180). O que há de mais sagrado e fundamental na fé comum dos cristãos encontra-se na pessoa de Jesus Cristo, Deus e ser humano, salvador de toda a humanidade (MIRANDA, 1999, p. 32- 33). Para a teologia adventista,

> Deus, o Filho Eterno, encarnou-se como Jesus Cristo. Por meio dele foram criadas todas as coisas, é revelado o caráter de Deus, efetuada a salvação da humanidade e julgado o mundo. Sendo para sempre verdadeiramente Deus, ele se tornou também verdadeiramente humano, Jesus, o Cristo. Foi concebido do Espírito Santo e nasceu da virgem Maria. Viveu e experimentou a tentação como ser humano, mas exemplificou perfeitamente a justiça e o amor de Deus. Por seus milagres manifestou o poder de Deus e atestou que era o Messias prometido por Deus. Sofreu e morreu voluntariamente na cruz por nossos pecados e em nosso lugar, foi ressuscitado dentre os mortos e ascendeu ao céu para ministrar no santuário celestial em nosso favor. Virá outra vez, em glória, para o livramento final de seu povo e a restauração de todas as coisas. (AM, 2016, p. 48).

A vinda de Jesus, o Salvador-Messias – o Ungido – foi prometida através da linhagem de Abraão (Gn 22,17-18). Isaías profetizou que ele teria em si as naturezas divina e humana. "Porque um menino nos nasceu, um filho se nos deu; o governo está sobre os seus ombros; e o seu nome será: Maravilhoso Conselheiro, Deus Forte, Pai da Eternidade, Príncipe da Paz" (Is 9,6). Sobre o nascimento de Jesus, ao citar Isaías 7,14, o Novo Testamento declara: "Eis que a virgem conceberá e dará à luz um filho, e ele será chamado pelo nome de Emanuel (que

quer dizer: Deus conosco).” (Mt 1,23). A missão de Salvador está expressa nas palavras de Isaías 61,1-2 citadas por Jesus em Lucas 4,18-19: “O Espírito do Senhor está sobre mim, pelo que me ungiu para evangelizar os pobres; enviou-me para proclamar libertação aos cativos e restauração da vista aos cegos, para pôr em liberdade os oprimidos, e apregoar o ano aceitável do Senhor.” (AM, 2016, p. 51).

O nascimento de Jesus ocorreu de forma miraculosa. A virgem Maria “achou-se grávida pelo Espírito Santo” (Mt 1,18-23). Um decreto romano conduziu os pais terrenos de Jesus a Belém, lugar onde, segundo a profecia, o menino deveria nascer (Lc 2,4-7). “Um dos nomes de Jesus foi Emanuel, ou ‘Deus conosco’, o qual reflete a sua natureza divino-humana e ilustra a identificação de Deus com a humanidade (Mt 1:23). Seu nome comum – Jesus – refletia a sua missão salvadora: ‘E lhe porás o nome de Jesus, porque ele salvará o seu povo dos pecados deles’ (Mt 1:21).” (AM, 2016, p. 52).

Os adventistas, em conjunto com os luteranos, declararam Cristo como cabeça da Igreja e que dele derivam todos os ministérios, incluindo o sacerdócio de todos os crentes e a autoridade delegada aos ministros ordenados (FLM; AG, 2000, p. 13). A teologia adventista reconhece a morte de Cristo como o único sacrifício capaz de salvar a humanidade (AM, 2016, p. 53); sua ressurreição “demonstrou o poder subjacente à sua pretensão de ser o salvador do mundo” (AM, 2016, p. 55).

Sendo verdadeiramente Deus, Jesus Cristo possui atributos divinos. Onipotência (Mt 28,18), onisciência (Cl 2,3) e onipresença (Mt 28,20) são observados nele (AM, 2016, p. 56). Cristo possui, também, natureza humana. Embora nascido de mulher como qualquer outra criança, ele diferencia-se das demais por ter nascido de uma virgem, concebido pelo Espírito Santo (Mt 1,20-23; Lc 1,31-37) (AM, 2016, p. 59).

6.3.2.3 Deus Espírito Santo

Os cristãos possuem em comum a fé na presença do Espírito Santo como atuante na vida dos fiéis e nas comunidades que cultuam a Deus (MIRANDA, 1999, p. 35-36). Entendem os adventistas que “Deus, o Espírito Santo, desempenhou uma parte ativa com o Pai e o Filho na criação, encarnação e redenção. Ele é uma pessoa tanto quanto o Pai e o Filho. Inspirou os escritores das Escrituras. Encheu de poder a vida de Cristo.” O Espírito, que atrai e convence os seres humanos, renovando e transformando à imagem de Deus os que se mostram sensíveis a ele, foi enviado pelo Pai e Filho para sempre estar com seus filhos,

concede dons espirituais à Igreja, habilitando-a a dar testemunho de Cristo, em conformidade com as Escrituras, guiando-a em toda a verdade (AM, 2016, p. 77).

Para os adventistas, a Bíblia revela que o Espírito Santo se constitui em uma pessoa, e não em uma força ou poder impessoal. "As Escrituras veem o Espírito Santo como sendo Deus. [...] As Escrituras associam atributos divinos ao Espírito Santo. Ele é vida. Paulo se refere a Ele como o 'Espírito da vida' (Rm 8:2). Ele é verdade." (AM, 2016, p. 78).

Cristo o identificou como o "Espírito da verdade" (Jo 16,13). O Espírito possui onipotência, distribuindo dons espirituais "como lhe apraz, a cada um, individualmente" (1Cor 12,11); onipresença, pois irá "habitar" com seu povo "para sempre" (Jo 14,16); e onisciência, pois "a todas as coisas perscruta, até mesmo as profundezas de Deus" – "as coisas de Deus, ninguém as conhece, senão o Espírito de Deus" (1Cor 2,10-11). Sua influência alcança a todas(os) (Sl 139,7-10). As obras de Deus são associadas ao Espírito Santo; criação e ressurreição o envolveram. "O Espírito de Deus me fez, e o sopro do Todo-Poderoso me dá vida." (Jó 33,4). Expressa o salmista: "Envias o teu Espírito e eles são criados" (Sl 104,30). Paulo expõe que: "Se habita em vós o Espírito daquele que ressuscitou a Jesus dentre os mortos, esse mesmo que ressuscitou a Cristo Jesus dentre os mortos vivificará também o vosso corpo mortal, por meio do seu Espírito, que em vós habita." (Rm 8,11) (AM, 2016, p. 79).

> Somente um Deus onipresente e pessoal e não uma influência impessoal, ou um ser criado poderia executar o milagre de trazer o divino Cristo à existência por meio de Maria. No Pentecostes, o Espírito tornou o Deus-homem, Jesus, universalmente presente a todos os recipientes que desejaram recebê-lo. O Espírito Santo é considerado em pé de igualdade com o Pai e o Filho na fórmula batismal (Mt 28:1 9), na bênção apostólica (2Co 13:13) e na dissertação a respeito dos dons espirituais (1Co 12:4-6)." (AM, 2016, p. 79).

Para a teologia adventista, desde a eternidade, o Espírito Santo faz parte da divindade. "O Pai, o Filho e o Espírito são igualmente autoexistentes." (AM, 2016, p. 79). Sua atividade centraliza-se na missão salvadora de Cristo. O Espírito esteve "ativamente envolvido" no nascimento de Jesus (Lc 1,35), confirmou seu ministério público no batismo (Mt 3.16-17) e distribuiu os benefícios do sacrifício expiatório de Cristo e de sua ressurreição à humanidade (Rm 8,11). Entre a divindade, o Espírito atua como executor. Quando o Pai enviou seu Filho ao mundo (Jo 3,16), ele foi concebido pelo Espírito Santo (Mt 1,18-20). O Espírito esteve envolvido na criação do mundo (Gn 1,2) (AM, 2016, p. 79-80). "Podemos ver reflexos da obra criadora do Espírito quando contemplamos a obra de recriação que ele opera em cada pessoa que abre o coração a Deus. Deus executa sua obra no coração dos indivíduos por

intermédio do Espírito". Na encarnação, na criação e na recriação o Espírito torna realidade as intenções de Deus (AM, 2016, p. 80). O Espírito Santo foi ativo na solução de dificuldades que ameaçavam a unidade da Igreja. As decisões do primeiro concílio da Igreja são apresentadas nas Escrituras com estas palavras: "Pareceu bem ao Espírito Santo e a nós" (At 15,28) (AM, 2016, p. 85).

6.3.3 Vida, morte e ressurreição de Cristo

Pela vida, sofrimento, morte e ressurreição de Jesus, expressam os adventistas,

> Deus proveu o único meio de expiação do pecado humano, de modo que os que aceitam essa expiação pela fé possam ter vida eterna, e toda a criação compreenda melhor o infinito e santo amor do criador. [...] A morte de Cristo é substituinte e expiatória, reconciliadora e transformadora. A ressurreição [...] de Cristo proclama a vitória de Deus sobre as forças do mal, e assegura a vitória final sobre o pecado e a morte para os que aceitam a expiação. (AM, 2016, p. 135).

A ressurreição, que não pode ser separada da crucificação, se configura no ponto central da missão de Jesus e proclama que Cristo triunfou sobre as forças do mal. "[...] se Cristo não ressuscitou, é vã a nossa pregação, e vã, a vossa fé" (1Cor 15,14) (AM, 2016, p. 438). O ministério de reconciliação de Cristo mostra a futilidade dos esforços humanos em tentar obter a salvação por conta própria. O entendimento da graça divina faz aceitar a justificação disponível por meio da fé em Cristo. O cumprimento das obras se torna o resultado e jamais o fundamento da salvação (AM, 2016, p. 147).

Nas conversações com os luteranos, os adventistas expressaram que entendem a justificação como obra de Deus em Cristo que vem somente pela fé e que somos justificados pela graça divina, não por nossas obras (FLM; AG, 2000, p. 8); que as boas obras não são requisitos ou méritos, mas frutos da justificação; que ninguém justifica-se por obras da lei. "Ambas as igrejas entendem a justificação como a graciosa declaração de Deus do perdão dos pecados por causa de Jesus Cristo, crucificado e ressuscitado, e ao mesmo tempo como o dom gratuito da nova vida nele." (FLM; AG, 2000, p. 9, tradução nossa).[129] As igrejas caracterizam a nova vida ou o aspecto santificador da justificação como o habitar de Cristo no ser ou uma nova vida no Espírito (FLM; AG, 2000, p. 9).

[129] "Both churches understand justification as God's gracious declaration of the forgiveness of sins for the sake of Jesus Christ, crucified and risen, and at the same time as the free gift of new life in him." (FLM; AG, 2000, p. 9).

6.3.4 A Igreja

Na Igreja do Deus vivo, por preceito e exemplo, Jesus ensinou que não deveria existir muro de separação entre Israel e outras nações (Jo 4,4-42; 10,16; Lc 9,51-56; Mt 15,21-28). Paulo escreveu: "Os gentios são coerdeiros, membros do mesmo corpo e coparticipantes da promessa em Cristo Jesus por meio do evangelho" (Ef 3,6). A IASD defende que não "deve haver entre os seguidores de Cristo qualquer preferência de classe social ou nacionalidade ou raça ou cor, pois todos são de um mesmo sangue. Os eleitos de Deus são uma irmandade universal, uma nova humanidade, 'um em Cristo Jesus' (Gl 3:28)." (AG, 2016, p. 22).

A Igreja se configura na "comunidade de crentes que confessam a Jesus Cristo como Senhor e Salvador", continuidade do povo de Deus nos tempos do Antigo Testamento, que se une para prestar culto, comungar, instruir na Palavra, celebrar a ceia do Senhor, servir toda a humanidade e fazer a proclamação mundial do evangelho (AM, 2016, p. 183). "A igreja recebe sua autoridade de Cristo, o qual é a palavra encarnada revelada nas Escrituras. A igreja é a família de Deus; [...] o corpo de Cristo, uma comunidade de fé, da qual o próprio Cristo é a cabeça." (AM, 2016, p. 183).

O Novo Testamento usa o termo Igreja para designar (1) os cristãos reunidos para adoração em um lugar específico (1Cor 11,18; 14,19.28); (2) os cristãos que viviam em certa localidade (1Cor 16,1; Gl 1,2; 1Ts 2,14); (3) um grupo de cristãos reunidos no lar de um indivíduo (1Cor 16,1-9; Cl 4,15; Fm 2); (4) um grupo de congregações situadas em determinada área geográfica (At 9,31); (5) todo o corpo de cristãos ao redor do mundo (Mt 16,18; 1Cor 10,32; 12,28; Ef 4,11-16); (6) todos os fiéis da criação. As Escrituras apresentam a Igreja como instituição divina, chamando-a de "igreja de Deus" (At 20,28; 1Cor 1,2). Jesus concedeu à Igreja divina autoridade (Mt 18,17-18) (AM, 2016, p. 185).

Metaforicamente, as descrições da Igreja no Novo Testamento iluminam a compreensão de sua natureza. "A metáfora do corpo salienta a unidade da igreja e o posicionamento funcional de cada membro em relação ao todo." (AM, 2016, p. 187). A Igreja se configura como "nada menos que o corpo de Cristo (Ef 1:23). Ela é o organismo pelo qual ele compartilha de sua plenitude. Os crentes são os membros de seu corpo (Ef 5:30). [...] Cristo é a 'cabeça do corpo' (Cl 1:18), a 'cabeça da igreja' (Ef 5:23)." (AM, 2016, p. 188).

A representação da Igreja como templo indica-a como "edifício de Deus" onde "habita o Espírito Santo. Jesus Cristo é o seu fundamento e a 'pedra angular' (1Co 3:9-16; Ef 2:20). Esse templo não é uma estrutura morta; antes, apresenta crescimento dinâmico. Assim como Cristo é a 'pedra viva', no dizer de Pedro, [...] os crentes são 'pedras vivas' que constituem a

‘casa espiritual’ (cf. 1Pe 2:4-6).” (AM, 2016, p. 188). Considera-se como outra metáfora para a Igreja a de uma família (Ef 3,15). “Duas metáforas são utilizadas para descrever de que forma as pessoas se juntam a esta família: adoção (Rm 8:4-16; Ef 1:4-6) e o novo nascimento (Jo 3:8).” Por meio da fé em Cristo, os batizados passam da condição de escravos do pecado a filhos do Pai celestial (Gl 3,26; 4,7), pertencentes à “família de Deus” (Ef 2,19), a “família da fé” (Gl 6,10), cujos integrantes se dirigem a Deus como “Pai” (Gl 4,6) e se relacionam como irmãos e irmãs (1Cor 8,11; Rm 16,1). O companheirismo se configura como outra característica da Igreja como família. Companheirismo cristão (*koinonia*, em grego) não como mera socialização, mas “cooperação no evangelho” (Fp 1,5), que envolve genuíno companheirismo com o Pai, o Filho e o Espírito Santo (1Jo 1,3; 1Cor 1,9; 2Cor 13,13), e com os irmãos (1Jo 1,3.7). “A participação como membros na família da igreja habilita indivíduos que variam amplamente, em natureza e disposição, a se apoiarem mutuamente. Os membros da família da igreja aprendem a viver em unidade, embora não percam a sua individualidade.” (AM, 2016, p. 190).

Ser pilar e alicerce da verdade se configura em outro símbolo da Igreja. “A igreja do Deus vivo é a ‘coluna e baluarte da verdade’ (1Tm 3:15). [...] A verdade, contudo, é dinâmica, não estática.” (AM, 2016, p. 190-191).

A teologia adventista destaca a existência da Igreja invisível, tida, também, como Igreja universal,

> composta dos filhos de Deus em todo o mundo. Inclui os crentes que estão dentro da igreja visível e muitos outros que, embora não pertencendo à igreja visível, têm seguido a luz que Cristo lhes concedeu (Jo 1:9). Este último grupo inclui aqueles que jamais tiveram a oportunidade de aprender a respeito de Jesus Cristo, mas que têm respondido ao Espírito Santo [...]. *Tendo em vista a natureza espiritual da adoração, os seres humanos não são capazes de identificar exatamente quem constitui e quem não constitui parte da igreja de Deus.* (AM, 2016, p. 192-193, grifo nosso).

Como cabeça da Igreja, Cristo a lidera através de sua obra de mediação. Desde a cruz, a ele foi concedida “toda a autoridade [...] no céu e na Terra” (Mt 28,18). “Cristo é também a cabeça da igreja em virtude de ser ela o seu corpo (Ef 1:23; Cl 1:18). Os crentes são ‘membros de seu corpo’, ou sua carne e seus ossos (Ef 5:30). Ela deve manter íntima ligação com ele, pois é dele que a igreja é nutrida e bem suprida ‘por suas juntas e ligamentos’ (Cl 2:19).” (AM, 2016, p. 197). Ainda que Cristo conduza sua Igreja através do Espírito Santo, a Palavra de Deus se constitui no único padrão pela qual ela deve operar (AM, 2016, p. 198).

Fé, companheirismo, unidade, santidade, universalidade e apostolicidade despontam como as principais características da Igreja. Conforme o Novo Testamento, a Igreja não se configura numa sociedade de pensadores, nem de operários, mas de crentes. As Escrituras indicam os "crentes" ou "os que creram" como sinônimos de membros da Igreja (At 4,4.32; 5,14; 15,5; 18,27; 1Ts 1,7; 1Tm 4,12) (DEDEREN, 2011a, p. 623-624).

> O batismo, que desde o princípio era o rito de entrada na igreja e um sinal de pertencimento ao corpo de Cristo, consistia essencialmente num rito de fé e confissão (At 2:44; 8:12; 16:31-33; 18:8). Essa fé que edifica a igreja não era um mero ato de assentimento intelectual, mas o símbolo de uma união íntima entre o crente e Cristo (DEDEREN, 2011a, p. 624).

O companheirismo decorre da fé, significando comunhão com Cristo (*koinonia*) no Espírito (1Cor 1,9; Fp 2,1) que intermedeia a relação entre Cristo e o crente. "Os escritos aos Coríntios parecem sugerir que a Ceia do Senhor fornece uma oportunidade excepcional para a expressão cristã do companheirismo, uma comunhão na morte e ressurreição de Cristo, que implica uma comunhão de coração e espírito entre os próprios participantes." (DEDEREN, 2011a, p. 624). A Igreja foi chamada para promover no mundo a abertura do reino a todas as pessoas, independentemente do seu alinhamento, ou não, com Deus (Mt 5,43-48) (DEDEREN, 2011a, p. 624).

O Apocalipse celebra o cordeiro que, na cruz, comprou "para Deus os que procedem de toda tribo, língua, povo e nação" (Ap 5,9). Todas(os), sem exceção, "pertencem a um único corpo, cuja unidade interna busca e encontra expressão externa na profissão da mesma fé (Ef 4:5, 13, 14) e na conduta cristã de uma igreja visível." (DEDEREN, 2011a, p. 625). Paulo indica que Deus "deseja que todos os homens sejam salvos e cheguem ao pleno conhecimento da verdade" (1Tm 2,4), demonstrando que há, efetivamente, uma coisa chamada "verdade" (2Ts 2,12-13), "a palavra da verdade" (Ef 1,13; 2Tm 2,12-13) que precisa ser preservada (Gl 2,5) (DEDEREN, 2011a, p. 625).

Tal como "crentes", "santos" aparece como uma das designações mais frequentes para os membros do corpo de Cristo, sobretudo nos escritos de Paulo. A santidade da comunidade cristã visualiza-se na separação do mundo em resposta ao chamado divino (2Tm 1,9). "A igreja é santa, separada do mundo, para refletir a santidade de Deus e produzir os frutos do Espírito num mundo decaído." A noção neotestamentária de santidade abarca tanto separar-se do mundo como ajudar um mundo em rebelião. A Igreja não alcança a santidade renunciando sua missão e a tarefa de salvar pecadores (DEDEREN, 2011a, p. 625).

O Novo Testamento “insiste na universalidade ou catolicidade da igreja. Muitas vezes mal compreendida por causa de seu ar partidário, a palavra ‘católico’ se refere não a uma organização hierárquica específica, mas ao fato de que a mensagem cristã se destina a todos em toda parte.” Compreende-se que a Igreja deve abranger todas as nações (Mt 28,19), não limitando-se a um tempo ou lugar específico, mas incluindo os cristãos de todas as gerações, nações e culturas. Pelo “amor de Cristo [ser] dirigido a todos, a igreja oferece o conselho de Deus a todo o mundo. Ela alcança todo o mundo com a verdade conforme revelada por Deus (cf. At 20:27). A igreja ensina universalmente, do começo ao fim, tudo aquilo que Cristo ordenou (Mt 28:20).” (DEDEREN, 2011a, p. 626).

A Igreja se encontra edificada “sobre o fundamento dos apóstolos e profetas, sendo ele mesmo, Cristo Jesus, a pedra angular” (Ef 2,20). O Novo Testamento

> concebe a linguagem de sucessão entre os apóstolos e o testemunho apostólico atual como uma linha contínua de fidelidade ao testemunho dos apóstolos, mantida pelo Espírito Santo. Desde os primeiros dias em diante, os discípulos “perseveraram na doutrina dos apóstolos e na comunhão” (At 2:42). O que se sugere aqui é que a igreja apostólica é aquela que aceita e ensina as verdades pregadas pelos apóstolos e vive o tipo de vida que eles recomendaram (2Tm 1:13, 14). (DEDEREN, 2011a, p. 626).

A Igreja se configura como apostólica porque se baseia na mensagem dos apóstolos e por ser enviada ao mundo tal como Cristo (Mt 10,40; 15,24; Mc 9,37; Lc 4,43; Jo 7,29) e os discípulos foram enviados (Mt 10,16; Jo 17,18), em prosseguimento ao apostolado permanente da Igreja (Jo 20,21). A missão caracteriza todas as ações da Igreja. A apostolicidade se configura como característica distintiva da Igreja. Deixar de ser fiel ao evangelho e à missão se configura como uma forma equivocada de apostolicidade (DEDEREN, 2011a, p. 626).

Institucionalmente, a IASD organiza-se pela forma representativa de governo, em que a autoridade da Igreja está sobre seus membros, expressa por meio de representantes eleitos em cada nível da organização, com a responsabilidade executiva delegada a entidades e oficiais que dirigem a Igreja em cada estrutura organizacional (AG, 2016, p. 28-29). A Assembleia da Associação Geral da Igreja Adventista, e sua Comissão Diretiva no intervalo entre as assembleias, se constitui na mais elevada autoridade eclesiástica na administração da IASD (AG, 2016, p. 31).

6.3.5 A unidade

Para a teologia adventista, a Igreja se constitui em um corpo com muitos membros, chamados de toda nação, tribo, língua e povo que, em Cristo, formam uma nova criação, em que gênero, distinções de cultura, nacionalidade e condições econômicas não devem motivar dissentimentos. Por todas(os) serem iguais em Cristo, que por um só Espírito os uniu em comunhão com ele e uns com os outros, devem servir sem favorecimentos ou restrições, mas em igualdade. Pela revelação de Jesus Cristo nas Escrituras, os adventistas expressam partilhar a mesma fé e esperança e estender um só testemunho ao mundo. Para a IASD, tal unidade encontra sua fonte na unidade do Deus triúno, que adotou todos como seus filhos (AM, 2016, p. 226). Jesus Cristo ensina que todos os cristãos são "partes individuais" da família de Deus e que a felicidade de todas(os) depende do bem-estar de cada um (AM, 2016, p. 235). "[...] a metáfora do corpo indica que cada órgão, pequeno ou grande, é importante." A cooperação, e não rivalidade, se apresenta como o plano divino para a extensão de sua obra no mundo (AM, 2016, p. 236).

6.3.6 O batismo

A base da unidade cristã está no batismo, por meio do qual todas(os) se tornam participantes da nova vida oferecida por Cristo (CNBB, 2008, p. 14). "[...] aquilo que nos une, no batismo, com Jesus Cristo, é mais do que aquilo que nos separa, e [...] nós podemos aprender uns com os outros naquilo que nos separa." (KASPER, 2016b, p. 39). Ao se considerar três exigências referenciais para o reconhecimento do batismo – que seja feito com água; que a Igreja que o ministra manifeste fé na Trindade e batize em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo; e que exista honesta intenção de introduzir o batizado na Igreja de Cristo (CNBB, 2008, p. 14-15) – a Igreja Adventista pode considerar válido o batismo de outras igrejas que adotam tal proceder, como a católica, ortodoxa, luterana, metodista, batista, presbiteriana, a Assembleia de Deus, a do Evangelho Quadrangular, a Deus é Amor.

"Deveria ser ponto pacífico do movimento ecumênico que o batismo é o fundamento mesmo da comunhão – embora não plena – entre cristãos" (VERCRUYSSE, 1998, p. 140). Um problema que persiste na questão se encontra na diferença dos que praticam o batismo das pessoas capazes de pronunciar sua vontade e confissão de fé para aqueles que batizam pessoas de qualquer idade, inclusive crianças. Essa divergência entre os dois posicionamentos parte de diferentes compreensões sobre a necessidade da profissão de fé pessoal no ato. O documento

Batismo, eucaristia, ministério (CFC, 2001) procura aproximar as duas posições ao destacar as relações entre os diferentes componentes do batismo, "o sinal da fidelidade de Deus, a necessidade do ato de fé como parte integrante da celebração ou da aceitação da fé mais adiante no decurso da vida, o contexto eclesial como comunidade fé, a necessidade da educação e do crescimento contínuo da resposta pessoal na fé." (VERCRUYSSE, 1998, p. 141). Nas conversações com os luteranos, os adventistas expuseram que, embora não aceitem a legitimidade do batismo de crianças, reconhecem que ele se constitui em uma prática antiga entre os cristãos (FLM; AG, 2000, p. 16).

A teologia adventista expressa que

> o Novo Testamento jamais menciona o batismo de crianças. [...] À luz de Atos, a pregação ou o estudo da Palavra, a confissão e a afirmação de fé por parte do candidato no Senhor Jesus Cristo precediam o batismo (At 8:12, 13, 35-38; 16:30-33). Tudo isso confirma a ideia de que o candidato ao batismo não podia ser criança. As referências neotestamentárias à iniciação presumem que os candidatos ao batismo eram adultos, e que o que se requeria deles eram a renúncia consciente e deliberada do pecado e dos ídolos, fé pessoal em Cristo e lealdade para com ele. (KIESLER, 2011, p. 652).

O batismo incorpora os novos crentes à Igreja a partir do "novo nascimento". A conversão os habilita para o batismo e a qualidade de membros. A incorporação ocorre por conta do "novo nascimento" e não do "nascimento infantil". Para a IASD, pelo "fato de recém-nascidos e crianças pequenas não poderem experimentar a conversão, não podem elas estar qualificadas para o batismo. Significa isso que elas se encontram excluídas da comunidade do novo concerto? Certamente não! Jesus não as excluiu de seu reino", conforme atesta Mateus 19,14-15[130] (AM, 2016, p. 248).

Após o nascimento, os pais adventistas trazem suas crianças à Igreja para que sejam apresentadas e dedicadas a Deus. Sobre a idade em que uma pessoa poderia ser considerada preparada para o batismo, entende-se que isso pode ocorrer "sempre que (1) tenham idade suficiente para compreender o significado do batismo, (2) tenham-se rendido a Cristo e estejam convertidas, (3) compreendam os princípios fundamentais do cristianismo e (4) compreendam o significado de serem membros da Igreja." (AM, 2016, p. 248).

Para os adventistas, "o batismo, o lava-pés[131] e a ceia do Senhor são as três ordenanças cristãs mais antigas e importantes, totalmente fundamentadas na prática e no ensino do Novo

---

[130] "Deixai os pequeninos, não os embaraceis de vir a mim, porque dos tais é o reino dos céus. E, tendo-lhes imposto as mãos, retirou-se dali."

[131] Para os adventistas, pelo lava-pés "devem os crentes confessar todos os seus pecados e deles arrepender-se – incluindo o orgulho, rivalidade, inveja, espírito de ressentimento e egoísmo – antes que possam experimentar o

Testamento.[132] O batismo é a porta de entrada para a igreja, símbolo da renúncia à velha vida e da adoção de uma nova vida em Cristo (Rm 6:4).” (KIESLER, 2011, p. 646).

Em conjunto com a maioria dos cristãos, os adventistas consideram o batismo como uma ordenança cristã básica como apresentação evidente do visível arrependimento do pecado e aceitação de Jesus Cristo como Salvador. Desde seu surgimento, os adventistas afirmaram o batismo por imersão como a única maneira biblicamente aprovada (SCHWARZ; GREENLEAF, 2009, p. 170).

Através do batismo,

> confessamos nossa fé na morte e na ressurreição de Jesus Cristo, e atestamos nossa morte para o pecado e nosso propósito de andar em novidade de vida. Assim reconhecemos a Cristo como Senhor e Salvador, tornamo-nos seu povo e somos aceitos como membros por sua igreja. O batismo é um símbolo de nossa união com Cristo, do perdão de nossos pecados e de nosso recebimento do Espírito Santo. É por imersão na água e depende de uma afirmação de fé em Jesus e da evidência de arrependimento do pecado. Segue-se à instrução nas Escrituras Sagradas e à aceitação de seus ensinos. (AM, 2016, p. 238).

O batismo se constitui como um mandamento de Jesus aos seus discípulos: “Ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo; ensinando-os aguardar todas as coisas que vos tenho ordenado” (Mt 28,18-20) (AM, 2016, p. 239). Na sua comissão, Jesus desejou que fossem batizados todas(os) que quisessem fazer parte de sua Igreja, como demonstração de ingresso em um relacionamento pessoal com o Cristo e o comprometimento de viver em harmonia com seus princípios (AM, 2016, p. 239-240).

Os adventistas reconhecem que a administração do batismo varia entre as igrejas, que algumas empregam a imersão, outras a aspersão ou a afusão. Para a Igreja, a “prática de ‘um

---

espírito correto, que os conduzirá à comunhão com Cristo em seu mais profundo nível. Foi com essa finalidade que Jesus instituiu a ordenança do lava-pés. Ele não apenas deixou o exemplo como também insistiu em que deveríamos segui-lo, prometendo-nos uma bênção se o fizermos: ‘Ora, se sabeis estas coisas, bem-aventurados sois se as praticardes’ (Jo 13:17). Essa ordenança, que precede a ceia do Senhor, cumpre a injunção de que todos devem examinar a si próprios de modo a poderem participar ‘dignamente’ dos serviços (cf. 1Co 11:27-29).” (AM, 2016, p. 254-255). O lava-pés significa um memorial da condescendência e humilhação experimentada por Cristo em sua encarnação e vida de serviço, simboliza uma purificação do coração, uma atitude perdoadora entre os participantes da cerimônia da comunhão e uma demonstração do companheirismo entre Cristo e seus seguidores (AM, 2016, p. 255-258).

[132] A teologia adventista entende o batismo e a ceia do Senhor como ordenanças e não sacramentos. “Alguns se referem a esses ritos como ordenanças; outros os chamam de sacramentos. Tendo sua origem no latim *ordo*, que significa ‘uma ordem’, uma ordenança designa uma prática ordenada pelo Senhor. Já sacramento, que deriva do latim *sacramentum*, termo aplicado às coisas sagradas ou misteriosas, pode ser definido como um rito no qual as realidades espirituais se apresentam mediante sinais visíveis, sugerindo para alguns a ideia de algo além do próprio rito, concebido como um sinal visível que participa dessa realidade. Ambos os termos são estranhos ao [Novo Testamento] embora os dois ritos constituam a essência da expressão de fé da igreja.” (DEDEREN, 2011a, p. 616).

só batismo' é característica da unidade que o Espírito traz à igreja de Deus (Ef 4:5)." (AM, 2016, p. 241). Os adventistas usam a imersão. "A palavra *batizar* provém do verbo grego *baptizo*, que implica imersão, uma vez que deriva do verbo *bapto*, que significa 'mergulhar em ou sob'. Quando o verbo *batizar* se refere ao batismo em água, traz consigo a ideia de imersão, de mergulhar a pessoa sob a água." (AM, 2016, p. 241, grifos do autor).

O batismo significa símbolo da morte e ressurreição de Cristo, símbolo de morte para o pecado, símbolo de vida para Deus, símbolo de uma relação de concerto, símbolo de consagração ao serviço de Cristo e símbolo de ingresso na Igreja. Como (1) símbolo da morte e ressurreição de Cristo: "Assim como ser coberto pelas águas simbolizava grau extremo de dificuldades e aflições (SI 42:7; 69:2; 124:4, 5), assim o batismo de Jesus em água representava a aprovação profética de seus sofrimentos, morte e sepultamento (Mc 10:38; Lc 12:50); sua saída das águas falava de sua subsequente ressurreição (Rm 6:3-5)" (AM, 2016, p. 242); enquanto (2) símbolo de morte para o pecado: "'No batismo, os crentes foram unidos com ele na semelhança da sua morte' (Rm 6:5) e 'crucificados com Cristo' (Gl 2:19). Isso significa que 'foi crucificado com ele o nosso velho homem, para que o corpo do pecado seja destruído, e não sirvamos o pecado como escravos; porquanto quem morreu está justificado do pecado'" (Rm 6:6,7) (AM, 2016, p. 243); como (3) símbolo de vida para Deus: "O poder da ressurreição de Cristo começa a operar em nossa vida. Habilita-nos a andar 'em novidade de vida' (Rm 6:4) – mortos agora para o pecado, 'mas vivos para Deus, em Cristo Jesus' (Rm 6:11)" (AM, 2016, p. 243-244); (4) símbolo de uma relação de concerto: "A morte de Cristo ratificou o novo concerto. As pessoas entraram nesse concerto através da circuncisão espiritual – uma resposta de fé ao sacrifício expiatório de Cristo. [...] O batismo – sinal de um relacionamento salvador com Jesus – representa esta circuncisão espiritual" (AM, 2016, 244-245); (5) símbolo de consagração ao serviço de Cristo: "quando somos batizados em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, estamos sendo dedicados, consagrados e unidos aos três poderes do céu e à proclamação mundial do evangelho" (AM, 2016, p. 245); e (6) símbolo de ingresso na Igreja: "o batismo assinala [...] o ingresso da pessoa no reino espiritual de Cristo. Uma vez que ele une o novo crente a Cristo, funciona sempre como a porta de acesso à Igreja. Por meio do batismo, o Senhor acrescenta novos discípulos ao corpo de crentes – seu corpo, a Igreja (At 2:41, 47; 1Co 12:13)", tornando-os membros da família de Deus (AM, 2016, p. 246).

6.3.7 A ceia do Senhor

Para a teologia adventista, a ceia do Senhor significa a “participação nos emblemas do corpo e do sangue de Jesus como expressão de fé nele, nosso Senhor e Salvador. Nessa experiência de comunhão, Cristo está presente para encontrar-se com seu povo e fortalecê-lo. Participando da ceia, proclamamos alegremente a morte do Salvador até que ele volte.” A preparação para a cerimônia da comunhão requer exame de consciência, arrependimento e confissão. Para a Igreja Adventista, Jesus instituiu a cerimônia do lava-pés “para representar renovada purificação, para expressar a disposição de servir um ao outro em humildade semelhante à de Cristo e para unir nossos corações em amor. O serviço da comunhão é franqueado a todos os crentes cristãos.” (AM, 2016, p. 253).

As ordenanças do lava-pés e da ceia do Senhor formam o serviço da comunhão instituído por Cristo (AM, 2016, p. 254). O lava-pés “nunca ganhou preeminência na cristandade. A maioria dos cristãos contemporâneos simplesmente passa por alto esse rito. Quando corretamente compreendida, porém, a ordenança é uma preparação ideal para a celebração da ceia do Senhor” (KIESLER, 2011, p. 657). Para os adventistas, a partir da perspectiva bíblica, a cerimônia da comunhão fica incompleta sem o rito do lava-pés (DEDEREN, 2011a, p. 620). Ele serve para que os cristãos confessem seus pecados e deles se arrepender, “incluindo o orgulho, rivalidade, inveja, espírito de ressentimento e egoísmo”, antes de entrar em comunhão com Cristo na ceia. “Foi com essa finalidade que Jesus instituiu a ordenança do lava-pés. Ele não apenas deixou o exemplo como também insistiu em que deveríamos segui-lo” (AM, 2016, p. 254).

De importância central para todos os cristãos (KIESLER, 2011, p. 660), os protestantes comumente designam o serviço da comunhão de “ceia do Senhor” (1Cor 11,20). Outros nomes são “a mesa do senhor" (1Cor 10,21), o “partir do pão” (At 2,42.46; 20,7) e eucaristia, “uma referência aos aspectos de ações de graça e bênção presentes no serviço (Mt 26:26,27; 1Co 10:16; 11:24).” (AM, 2016, p. 258). Outros nomes designam a ceia nas Escrituras, como santa ceia, distinta da ceia ordinária, e santa comunhão, por conta da comunhão entre o pão e o corpo, vinho e sangue (1Cor 10,16) (WOLFF, 2018a, p. 288). O rito constitui parte importante da adoração na IASD desde seus primórdios, em parte, pelo “fato de que os primeiros membros da igreja vinham dos batistas, congregacionalistas, metodistas, presbiterianos e de outras igrejas praticantes da ceia do Senhor.” Em média, a Igreja Adventista celebra a cerimônia da comunhão trimestralmente. “O plano trimestral parece ter sua origem na tradição metodista norte-americana [...]. Os adventistas entendem

que a observância mais frequente poderia banalizar o significado espiritual desses ritos sagrados, reduzindo-os à mera formalidade.” (KIESLER, 2011, p. 669).

A ceia do Senhor ocupa, para os adventistas, o lugar da Páscoa praticada no Antigo Testamento, cujo cumprimento ocorreu quando Cristo, o cordeiro pascal, entregou sua vida na cruz. “Assim como o festival da Páscoa comemorava a libertação de Israel da escravidão egípcia, a ceia do Senhor comemora a libertação do Egito espiritual, a escravidão do pecado.” (AM, 2016, p. 258). A ceia proclama que a morte de Cristo na cruz providencia salvação, perdão e garantia de vida eterna. “Jesus disse: ‘Fazei isto em memória de mim’ (1Co 11:24). Essa ordenança enfatiza a dimensão substitutiva da expiação realizada por Cristo. ‘Isto é o meu corpo’, disse Jesus, ‘que é dado por vós’ (1Co 11:24; cf. Is 53:4-12).” (AM, 2016, p. 259).

A participação no lava-pés e na ceia contribui para a unidade da Igreja, por propiciar demonstração da comunhão com Cristo e de uns com os outros (AM, 2016, p. 260). A Igreja Adventista possibilita a comunhão aberta, permitindo que qualquer cristão interessado participe do rito. Os adventistas mudaram sua posição sobre a comunhão fechada na década de 1890, em parte devido à influência de Ellen G. White (KIESLER, 2011, p. 670). De acordo com o *Manual da Igreja Adventista do Sétimo Dia*, todos “os que entregaram a vida ao Salvador podem participar.” (2016, p. 129). A “‘comunhão aberta’ permite que cristãos de outras denominações tomem parte no rito adventista de comunhão.” (KIESLER, 2011, p. 670).

A ceia possibilita um antegozo da segunda vinda de Cristo.

> “Porque, todas as vezes que comerdes este pão e beberdes o cálice, anunciais a morte do Senhor, até que ele venha” (1Co 11:26). O serviço da comunhão cobre o espaço entre o Calvário e o segundo advento. Vincula a cruz ao reino. Une o “já ocorrido” com o “ainda por ocorrer”, o que constitui a essência da visão de mundo do Novo Testamento. Mantém unidos o sacrifício do Salvador e a sua segunda vinda – salvação já suprida e salvação consumada. Proclama que Cristo se encontra presente por meio do Espírito, até que ele volte. (AM, 2016, p. 261-262).

As palavras de Cristo em Mateus 26,29 são proféticas: “e digo-vos que, desta hora em diante, não beberei deste fruto da videira, até aquele dia em que o hei de beber, novo, convosco no reino de meu Pai.” Elas direcionam a fé para o futuro, à celebração da ceia na comunhão com o Salvador no reino celeste, na ceia das bodas do cordeiro (Ap 19,9) (AM, 2016, p. 262).

6.3.8 Dados escatológicos comuns

As igrejas "possuem dados escatológicos comuns": fala-se da salvação eterna em Cristo e da ressurreição no fim do mundo. As igrejas professam os mesmos artigos do credo sobre a remissão dos pecados e a ressurreição para a vida eterna. "Os pontos mais importantes relativos à salvação eterna podem dizer-se a razão última pela qual todos somos cristãos. São o motivo da nossa esperança mais profunda e convicta: acreditamos que Cristo [...] morreu e ressurgiu por nós, e, nele e por ele, seremos salvos e ressurgiremos para o céu." (MIRANDA, 1999. p. 39, grifo suprimido).

Em Cristo "temos a redenção, pelo seu sangue, a remissão dos pecados, segundo a riqueza da sua graça" (Ef 1,7) (AM, 2016, p. 142-143); por sua vida, morte e ressurreição, a providência divina da expiação do pecado humano e a possibilidade de vida eterna (AM, 2016, p. 135). Por mais que se considere o sacrifício expiatório de Jesus como suficiente e completo, "sem a ressurreição não poderíamos ter a certeza de que [...] havia concluído [...] sua divina missão [...]. O fato de haver Cristo ressuscitado [...] confirma a realidade da vida após a sepultura e demonstra a confiabilidade das promessas de vida eterna nele" (AM, 2016, p. 146).

Um dos dados escatológicos comuns aos cristãos, enfatizado pela teologia adventista, cuja compreensão pode servir de contribuição ao diálogo com outras igrejas, está na crença no iminente retorno de Jesus. Os adventistas consideram a segunda vinda de Jesus como uma doutrina central das Escrituras (LEHMANN, 2011, p. 988). "A segunda vinda de Cristo é a bendita esperança da igreja, o grande ponto culminante do evangelho. [...] Quando ele voltar, os justos falecidos serão ressuscitados e, juntamente com os justos que estiverem vivos, serão glorificados e levados para o céu" (AM, 2016, p. 409).

A crença na segunda vinda não aliena os cristãos.

> [...] longe de reduzir os cristãos a ilhas isoladas, o que a esperança do segundo advento faz é lembrá-los de sua missão como sal da terra e luz do mundo (Mt 5:13-16). [...] Além disso, em vista da segunda vinda, a vida de um crente apresenta características éticas específicas. Entre elas estão a esperança, o amor, a humildade e a santidade. (LEHMANN, 2011, p. 1006).

A Igreja Adventista compreende que a esperança do segundo advento mobiliza valores sociais (Hb 10,25)[133] e fortalece o senso de justiça, bondade, beleza e verdade (Fp 4,8)[134]

[133] "Não deixemos de congregar-nos, como é costume de alguns; antes, façamos admoestações e tanto mais quanto vedes que o dia se aproxima."

(LEHMANN, 2011, p. 1007-1008). “Servos de Deus não podem ser insensíveis às questões deste mundo [...] enquanto se mantém confiantes de que Cristo irá em breve vindicar aqueles que a ele clamam (Lc 18:7, 8 [...]).”[135] (LEHMANN, 2011, p. 1008).

Nas conversações com os luteranos sobre escatologia, os adventistas afirmam encontrar Cristo em seu centro. “Ele é o Senhor do tempo e do espaço, e sua morte expiatória na cruz ganhou a batalha decisiva sobre as forças do mal e garantiu a restauração definitiva de todas as coisas.” (FLM; AG, 2000, p. 18, tradução nossa).[136] As duas igrejas afirmam a realidade da justificação, a esperança da segunda vinda de Jesus em glória e compreendem semelhantemente a história da salvação. “Luteranos e adventistas afirmam que a história não é cíclica, mas linear, não aleatória, mas movendo-se em direção ao seu *telos* (meta) em uma restauração cósmica.” (FLM; AG, 2000, p. 18, tradução nossa).[137]

Na escatologia em nível individual, as duas confissões afirmam que o testemunho das Escrituras atesta a ressurreição do corpo. Elas creem que a Bíblia ensina sobre o julgamento em associação com a segunda vinda de Cristo (2Tm 4,1) (FLM; AG, 2000, p. 18-19).

> À espera da consumação de todas as coisas, os luteranos e adventistas procuram evitar os extremos de uma atitude complacente, por um lado, e a expectativa superaquecida da segunda vinda, por outro. Ambas as comunhões tiveram que lidar com membros excessivamente zelosos que recorreram a estabelecer datas e propuseram vários cálculos que não ajudaram na edificação do corpo de Cristo. Em vez de tal comportamento, luteranos e adventistas defendem uma vida de serviço cristão ativo para o mundo. (FLM; AG, 2000, p. 19, tradução nossa).[138]

Embora as duas confissões considerem que a história se move a um clímax e que as Escrituras preparam os cristãos para os eventos futuros, os adventistas enfatizam mais do que os luteranos os dados escatológicos. Cinco crenças fundamentais da IASD tratam de escatologia (o ministério de Cristo no santuário celestial, a segunda vinda, a morte e ressurreição, o milênio e a nova Terra). Os adventistas confirmam que os livros e Daniel e

---

[134] “Finalmente, irmãos, tudo o que é verdadeiro, tudo o que é respeitável, tudo o que é justo, tudo o que é puro, tudo o que é amável, tudo o que é de boa fama, se alguma virtude há e se algum louvor existe, seja isso o que ocupe o vosso pensamento.”

[135] “Não fará Deus justiça aos seus escolhidos, que a ele clamam dia e noite, embora pareça demorado em defendê-los? Digo-vos que, depressa, lhes fará justiça. Contudo, quando vier o Filho do homem, achará, porventura, fé na terra?”

[136] “He is the Lord of time and space, and his atoning death on the cross has won the decisive battle over the forces of evil and ensured the ultimate restoration of all things.” (FLM; AG, 2000, p. 18).

[137] Lutherans and Adventists affirm that history is not cyclical but linear, not random but moving toward its *telos* (goal) in a cosmic restoration.” (FLM; AG, 2000, p. 18).

[138] “In awaiting the consummation of all things, Lutherans and Adventists seek to avoid the extremes of a complacent attitude on the one hand, and overheated expectation of the second coming on the other. Both communions have had to deal with over-zealous members who resorted to setting dates and propounding various calculations that were not helpful in building up the body of Christ. Rather than such behaviour, Lutherans and Adventists advocate a life of active Christian service to the world.” (FLM; AG, 2000, p. 19).

Apocalipse colaboram para seu autoconhecimento, não com o "propósito de satisfazer a curiosidade ociosa, mas para confirmar a fé em Cristo como Senhor da história." (FLM; AG, 2000, p. 20, tradução nossa).[139]

Luteranos e adventistas afirmam sua fé comum em Jesus enquanto salvador, justificador e Senhor da história, aguardando a plena realização de sua oração pela unidade do seu povo (Jo 17,23) (FLM; AG, 2000, p. 21). *Concluímos que a Igreja tem condições de promover, assim como realizado com os luteranos, conferências, conversações ou diálogos com outras igrejas explorando crenças escatológicas comuns e, com os luteranos, retomar e aprofundar conversações em torno das doutrinas escatológicas pouco ou nada exploradas, como o ministério de Cristo no santuário celestial, a morte e ressurreição, o milênio e a nova Terra.*

6.3.9 O cuidado com a criação

Mesmo com a revelação bíblica e uma espiritualidade referencial para uma relação de interação e respeito com a natureza (BRIGHENTI, 2018, p. 133), lamenta-se que o cristianismo, historicamente, teve pouca sensibilidade ecológica. Por isso, "em meio à grave crise ecológica da qual a humanidade tomou consciência a partir da metade do século XX, não foram os cristãos que levantaram a bandeira da ecologia, apesar de ser uma causa evangélica." (BRIGHENTI, 2018, p. 45). Em tempos de agressão e destruição da casa comum, reconhece-se que o alerta para a defesa da ecologia veio da comunidade científica e dos movimentos ecológicos da sociedade civil (BRIGHENTI, 2018, p. 133).

Para a teologia adventista, o planeta sofre pelos ataques humanos e se encontra em ameaça. "Por meio de ganância e desperdício, frequentemente disfarçados de tecnologia avançada, os seres humanos têm ferido de morte o planeta Terra." (BRADFORD, 2011, p. 739). Num cenário de produção de lixo tóxico e mortífero, com os recursos naturais saqueados e desperdiçados, em que a Terra perde sua capacidade de renovação, os adventistas entendem ser

> chamados a viver uma vida simples, sem ganância nem desperdício. Reconhecendo que os recursos da Terra são finitos, cumpre-lhes conservar o meio ambiente. A igreja promove o vegetarianismo como forma saudável de aumentar a disponibilidade de comida. As escolas e igrejas realizam programas ecológicos variados e criativos. A observância do sábado do sétimo dia, em resposta amorosa

[139] "[...] purpose of satisfying idle curiosity, but to confirm faith in Christ as Lord of history." (FLM; AG, 2000, p. 20).

> ao mandamento (Êx 20:8-1l), provê uma oportunidade para os adventistas celebrarem a criação junto com o criador. Indivíduos, famílias e grupos da igreja passam muitas vezes as tardes de sábado em atividades junto à natureza. Essas atividades nos ajudam a compreender as maravilhas do mundo natural e também a necessidade de proteger a criação de Deus.” (BRADFORD, 2011, p. 739).

Ecumenismo e ecologia compartilham da referência à raiz grega *oikos* (“casa”). Apenas pelo diálogo e escuta recíproca pode-se valorizar a força espiritual que as religiões podem oferecer para salvaguardar a casa comum, a Terra (MORANDINI, 2008, p. 27). “Uma espiritualidade ecumênica da criação [...] é chamada [...] a indicar possibilidades de compartilhamento de gestos e palavras, que possam ajudar a viver com mais força a própria fé” (MORANDINI, 2008, p. 28) e auxiliar no cuidado da criação. Os elementos ecológico-libertadores presentes em diferentes igrejas e religiões constituem espaço privilegiado para o diálogo ecumênico e inter-religioso. A partir deles pode-se construir uma teologia ecológica das religiões em perspectiva libertadora, concentrando-se numa ética que combine o cuidado e os direitos humanos com o cuidado e os direitos da natureza. Tal teologia precisa atentar para o grito de protesto da Terra, sensibilizar-se com o sofrimento da natureza depredada pelo desenvolvimento técnico-científico e colaborar para a libertação do cosmos, inseparável da libertação dos seres humanos oprimidos (TAMAYO, 2011, p. 111). A consideração ecológica não se restringe a uma determinada cultura ou teologia, ela forma um centro de interesse comum a todas elas, pois as ameaças contra o planeta afetam toda a humanidade (TAMAYO, 2011, p. 116).

“As religiões não podem se escusar de colaborar com as iniciativas que visam defender as formas de vida da Terra, e devem criar outras próprias, integrando seus membros em projetos que promovam a justiça socioambiental” (WOLFF, 2016a, p. 93) e a preservação dos recursos da Terra, como a água, dom divino, de recepção, distribuição e utilização gratuitas, direito humano e de todas as criaturas que precisam dela para sobrevivência, bem comum que carrega diferentes significados: “de pertença a todas as criaturas e também como algo que nos acomuna [,] que nos vincula numa fraternidade criatural.” A água carrega “valor múltiplo” – biológico, social, ambiental, simbólico, religioso, cultural, paisagístico, turístico – e “uso múltiplo” (WOLFF, 2019, p. 10).

Necessita-se que tais projetos integrem a agenda do diálogo inter-religioso contemporâneo. As igrejas e religiões possuem um importante papel pedagógico na medida em que atuam para a formação da consciência de bilhões de pessoas. No horizonte do cuidado com a criação, podem agir na educação para uma aliança entre a humanidade e o meio ambiente. Elas “devem educar os seus membros a terem uma sensibilidade maior com as

diversas formas de desrespeito à natureza e alimentarem nas pessoas uma nova consciência a respeito do cuidado com a natureza". Por conterem valores e inspirar novos olhares e relações com o meio ambiente, elas podem oferecer, a partir de seus arcabouços teológicos, elementos que contribuem para o combate aos ataques à criação e o cultivo de novo hábitos que colaborem para o cuidado da casa comum (SANCHEZ, 2016, p. 175).

"O urgente desafio de proteger a nossa casa comum inclui a preocupação de unir toda a família humana na busca de um desenvolvimento sustentável e integral" (LS 13). As convicções de fé dos cristãos – como a dos adventistas expostas nas crenças da criação e do sábado – oferecem "motivações importantes para cuidar da natureza e dos irmãos e irmãs mais frágeis." (LS 64).

O sábado, "coroa da criação" divina, "início e a consumação de toda a criação, nele se revelando o alvo (*telos*) definitivo da criação", a partir do qual o tempo e a história humana passam a existir, se apresenta como crítica ao capitalismo. "A tematização do sábado deve ser vista no contexto de denúncia frente aos avanços perturbadores dos insuportáveis índices de degradação da vida no planeta, dos recursos energéticos da natureza." O preço pago pelo meio ambiente para custear o modelo de desenvolvimento econômico-industrial das nações ricas coloca em risco a sobrevivência das próximas gerações. O uso dos bens naturais tem se dado de modo desproporcional à capacidade do planeta de refazê-los. A Terra não suportará por muito tempo o modelo de intervenção predatório do ser humano sobre ela. "Na raiz deste problema encontra-se o absoluto esquecimento do sábado como momento de recriação, de descanso e renovação da vida. [...] A paz a que se refere o sábado de Deus deve abarcar toda a criação, visto que, quando Deus descansou, o fez em conjunto com todo o mundo criado." Após completar a obra resultante de seu amor gratuito, Deus retornou para si mesmo para descansar. Deus vivenciou o primeiro sábado de maneira inclusiva. Abençoando-o, repartiu sua graça com todos seus filhos em todo o cosmos (BASTOS, 2008, p. 320).

O relato da criação do Gênesis indica que a existência humana se baseia em três relações interligadas: com Deus, com o próximo e com a Terra. Conforme as Escrituras, tais relações se romperam exteriormente e dentro de cada um. "Esta ruptura é o pecado. A harmonia entre o criador, a humanidade e toda a criação foi destruída por termos pretendido ocupar o lugar de Deus, recusando reconhecer-nos como criaturas limitadas. Este fato distorceu também a natureza do mandato" de domínio (Gn 1,28), cultivo e guarda (Gn 2,15) da Terra, transformando a harmonia existente entre o ser humano e a natureza em um conflito (Gn 3,17-19), fazendo com que o pecado se manifestasse, para além de toda força de

destruição, formas de violência e abuso, e abandono dos mais frágeis, nos ataques empreendidos contra a natureza (LS 66).

> É importante ler os textos bíblicos no seu contexto, com uma justa hermenêutica, e lembrar que nos convidam a "cultivar e guardar" o jardim do mundo (cf. Gn 2,15). Enquanto "cultivar" quer dizer lavrar ou trabalhar um terreno, "guardar" significa proteger, cuidar, preservar, velar. Isto implica uma relação de reciprocidade responsável entre o ser humano e a natureza. Cada comunidade pode tomar da bondade da terra aquilo de que necessita para a sua sobrevivência, mas tem também o dever de protegê-la e garantir a continuidade da sua fertilidade para as gerações futuras. (LS 67).

As religiões possuem sete valores ecológicos que são contribuições para o agir em prol do meio ambiente: saber, profundidade, reconhecimento, virtudes, humanidade, engajamento e espiritualidade (MAÇANEIRO, 2011, p. 111-163). Sete também são as tarefas ecológicas que as religiões são chamadas a cumprir, enquanto responsabilidade ante a vida humana e do planeta: interpretar a condição humana na Terra, desenvolver a consciência ecológica de seus membros, elaborar uma epistemologia ambiental, promover a ética ecológica, dialogar sobre questões ambientais, agir em conjunto pela causa ecológica e reencantar a natureza (MAÇANEIRO, 2011, p. 167-198). As religiões e a ecologia se cruzam em alguns pontos de seu percurso ético e epistemológico que contribuem para o cuidado do planeta: no reconhecimento da Terra como casa comum das espécies, na visão de humanidade inserida no dinamismo cósmico e natural, no senso do limite e cuidado da biodiversidade, na afirmação dos recursos da natureza como bens universais, na necessidade e possibilidade do desenvolvimento sustentável, na elaboração de uma ética ecológica e na importância da educação ambiental (MAÇANEIRO, 2011, p. 199).

As religiões dispõem, também, de estratégias que podem efetivar para concretização da tarefa ecológica que se lhes apresenta: realizar uma leitura ecológica de suas fontes, dos textos sacros, dos símbolos, ritos e teologia; explicitar suas teologias da criação, apontando o lugar e o papel do ser humano na Terra; propor virtudes ecológicas para a conduta individual e coletiva; disponibilizar elementos hermenêuticos, pedagógicos e motivacionais para o saber e prática em prol da ecologia; incluir temas ambientais nos discursos religiosos, nos currículos de estudos de seus agentes e de suas instituições educativas; facilitar espaços de discussão e busca de soluções para problemas ecológicos locais; emitir notas, pareceres e documentos oficiais sobre questões ecológicas, influenciando a opinião e gestão públicas; colaborar para consolidar a justiça ambiental, sobretudo aos mais pobres e excluídos; motivar seus adeptos a adotar práticas sustentáveis, como evitar desperdícios, coletar o lixo seletivamente, reciclar,

partilhar o excedente, despoluir, preservar fontes, plantar árvores, cultivar hortas familiares e comunitárias, preferir produtos orgânicos; firmar parcerias com outras instituições, em benefício da biodiversidade; fomentar a educação ambiental em todos os níveis de suas estruturas e organizações; efetuar a educação ambiental de crianças e jovens; promover o conhecimento e a busca de soluções ambientalmente viáveis entre seus agentes, líderes e peritos; produzir informações sobre questões ecológicas em seus meios de comunicação; realizar ações organizadas e envolver seus agentes e a comunidade local, como campanhas, palestras, coletas comunitárias de lixo, reflorestamento, bancos de alimentos, observatórios ambientais; dialogar com ambientalistas, agentes públicos e educadores para aprender práticas sustentáveis de produção, consumo, uso e renovação de recursos naturais; permitir que suas instituições participem de iniciativas ecológicas de outras organizações civis, religiosas ou educacionais; participar do diálogo inter-religioso visando elaborar uma agenda ecológica conjunta; criar ou apoiar organizações não governamentais que trabalhem com questões ambientais, alimentares, energéticas e sanitárias; elaborar metas ecológicas nos seus planejamentos e programas de ação; apoiar educadores, teólogos, pregadores e outros agentes na aquisição e aperfeiçoamento de seus conhecimentos em ecologia por meio de estudos científicos e universitários; incentivar iniciativas interinstitucionais de estudos e ação específicos em ecologia; acompanhar as políticas públicas referentes ao meio ambiente; posicionar-se publicamente sobre ações, leis e modos de gestão governamentais que prejudicam o meio ambiente; aderir a campanhas e ações populares que beneficiem o meio ambiente ante os governos, como abaixo-assinados, projetos de reforma legal, de solicitação de medidas governamentais alternativas, de criação de fundos de financiamento, de fiscalização do impacto ambiental das indústrias; e promover experiências alternativas de economia solidária e a renovação de recursos naturais (MAÇANEIRO, 2011, p. 150-152).

Pela maioria dos habitantes do planeta se declarar adepta de uma religiosidade, as igrejas e religiões deveriam estabelecer diálogos com vistas ao cuidado do planeta (LS 201). A articulação que a teologia adventista elabora entre as crenças da criação e do sábado pode ser um dos seus contributos para o diálogo ecumênico e inter-religioso ao destacar a viabilidade, observada na práxis dos adventistas, de promoção de um dia de descanso semanal ao corpo e ao planeta. Para a teologia adventista, Deus criou todas as coisas e revelou nas Escrituras o relato de sua atividade criadora, estabelecendo o sábado como “perpétuo monumento comemorativo” de sua obra. Ao primeiro casal foi dada responsabilidade de cuidar do mundo (AM, 2016, p. 87).

A primeira mulher e o primeiro homem foram colocados num jardim (Gn 2,8) para cultivar a terra e "exercer domínio sobre toda a vida animal (Gn 1:28). Isso significa que recebemos de Deus a incumbência de preservar o ambiente." (AM, 2016, p. 95).

O criador continua ativo no processo de formação da vida humana, "tornando-a sagrada. [...] Sendo a vida um dom de Deus, devemos manifestar por ela o maior respeito; mais que isto, temos a responsabilidade moral de preservá-la." (AM, 2016, p. 95-96).

O trabalho e a responsabilidade em prol do cuidado da criação incluem considerar seu caráter festivo e ocioso. "A criação se orienta para o *sábado*, dia em que participa do descanso com Deus, e tem sua consumação no sábado, dia que prefigura o tempo vindouro. O sábado é a meta final da criação. Do descanso desfrutam Deus, os seres humanos e o cosmo" (TAMAYO, 2011, p. 122, grifo do autor).

A cada sábado, cada ano sabático ou jubilar, orientava-se aos judeus que interrompessem as atividades laborais, mudando o ritmo do tempo, respeitando a inviolabilidade da terra, restabelecendo as relações fraternas e as cósmico-humano-divinas, antecipando a libertação do mundo. "A humanidade e a natureza tendem ao repouso sabático como descanso pleno e definitivo." (TAMAYO, 2011, p. 122). O sábado possui, também, uma dimensão de gratuidade. Deus o estende para a toda a criação como tempo de reunião e reconciliação gratuita e festiva de tudo com ele (WOLFF, 2016a, p. 91).

Para os adventistas,

> descansou no sétimo dia e instituiu o sábado para todas as pessoas como memorial da criação. O quarto mandamento da imutável lei de Deus requer a obserdância deste sábado do sétimo dia como dia de descanso, adoração e ministério, em harmonia com o ensino e prática de Jesus, o Senhor do sábado. O sábado é um dia de deleitosa comunhão com Deus e uns com os outros. É um símbolo de nossa redenção em Cristo, um sinal de nossa santificação, uma prova de nossa lealdade e um antegozo de nosso futuro eterno no reino de Deus. O sábado é o sinal perpétuo do eterno concerto de Deus com seu povo. A prazerosa observância deste tempo sagrado [...] é uma celebração dos atos criadores e redentores de Deus." (AM, 2016, p. 312).

O sábado se constitui no memorial da criação, revelando as razões pelas quais Deus deve ser adorado: por ser criador e por sermos suas criaturas (AM, 2016, p. 312-313). O descanso de Deus no sétimo dia, embora não precisasse fazê-lo (Is 40,28), indica que "era sua intenção que o homem descansasse; ele deixou um exemplo que deveria ser observado pelos seres humanos (Êx 20:11)." (AM, 2016, p. 313). O reconhecimento da condição humana de criatura "deveria inspirar em nós uma atitude de respeito e cuidado por todos os outros seres

humanos. Também deveria nos fazer sensíveis ao meio ambiente, ao percebermos que Deus nos fez protetores do mesmo.” (STRAND, 2011, p. 569).

A santificação significa tornar algo sagrado ou santo, separado para uso consagrado. “O fato de que Deus santificou o sétimo dia significa que esse dia é santo, que ele o separou para o amorável propósito de enriquecer o relacionamento divino-humano.” O sábado foi abençoado e santificado por Deus ter “nesse dia cessado todas as suas obras. Ele o abençoou e santificou para a humanidade, não para si próprio. É a sua presença pessoal que traz bênção e santificação ao sábado.” (AM, 2016, p. 314).

Pelas Escrituras revelarem que Cristo participou como criador do mundo (Jo 1,3; 1Cor 8,6; Hb 1,1-2), foi ele que separou o sétimo dia para o descanso da humanidade. “O duplo papel de Cristo, como criador e redentor, torna óbvia a razão pela qual ele reivindicou, como Filho do homem, ser também o ‘Senhor do sábado’ (Mc 2:28). [Ele] aplicou o dia sagrado a toda a humanidade, dizendo: ‘O sábado foi estabelecido por causa do homem’” (Mc 2,27) (AM, 2016, p. 317).

Como memorial perpétuo da criação, o sábado está intimamente vinculado ao ato da criação; sua instituição e o mandato para sua observância representam consequências diretas do ato criador da divindade (AM, 2016, p. 319-320).

Para os adventistas, clarificar e reafirmar uma teologia das origens baseada nas Escrituras fornece aos cristãos uma estrutura para enfrentar os desafios do cuidado da casa comum.

> A igreja não pode fingir que guarda suas crenças num cofre, protegidas de todo desafio. Ao fazer isso, elas logo se tornam relíquias. Os ensinamentos da igreja precisam se relacionar e estar conectados com as questões atuais para que promovam uma fé viva. De outra maneira, não se tornarão mais do que dogma morto. (AG, 2012, p. 32).

Os adventistas se considerem mordomos de Deus e entendem dever “fazer o possível para manter a vida em todos os níveis, conservando o equilíbrio da ecologia.” (AM, 2016, p. 342). Eles lamentam a corrupção e a exploração humana que tem provocado “uma destruição megalomaníaca dos recursos naturais, resultando em grande sofrimento, descontrole ambiental e ameaça da mudança climática”, por conta da emissão de gases nocivos e a destruição maciça das florestas que tem causado a diminuição da camada protetora de ozônio, culminando no efeito estufa que ameaça o ecossistema terrestre.

> Esses problemas se devem, em grande parte, ao egoísmo e à ganância do ser humano, que sempre busca obter mais e mais por meio do aumento da produtividade, do consumo ilimitado e do esgotamento de recursos não renováveis. A causa da crise ecológica está na ganância humana e na opção de não praticar a boa e fiel mordomia dentro dos limites divinos da criação. (AG, 2012, p. 55).

Por um estilo de vida simples e saudável, contrário ao consumo desenfreado, o acúmulo de bens e o desperdício, a Igreja Adventista defende restrições no uso dos recursos humanos, reavaliação das necessidades e práticas e reafirmação da dignidade da vida criada (AG, 2012, p. 55).

Na perspectiva do descanso, a teologia adventista indica que a vida precisa de comunhão com o criador, repouso e celebração da criação divina (Gn 2,2-3). "Tendo em vista enfatizar sua importância, o criador nos deixou a injunção no sentido de lembrar-nos desse sagrado memorial de seu poder criador; fê-lo situando o mandamento na porção central da lei moral, como eterno símbolo e sinal da criação" (AM, 2016, p. 94); que o descanso divino demonstra sua intenção e exemplo para que o ser humano descansasse (Êx 20,11) (AM, 2016, p. 313); que a divindade separou o sétimo dia para o repouso da humanidade (AM, 2016, p. 317); que o ser humano entende a necessidade de um dia semanal de descanso (AM, 2016, p. 322); e que o sábado representa "um sinal de libertação do pecado e passagem para o descanso de Deus" (AM, 2016, p. 323).

Considerando que a perspectiva do descanso sabático forma uma das bases teológicas da IASD, *concluímos que a Igreja tem condições de desenvolver a sua própria teologia da ecologia integral, a partir de suas crenças fundamentais da criação e do sábado, e tencionar outras igrejas e religiões a participar de conferências, conversações ou diálogos que tratem dos benefícios para a vida da humanidade e do mundo no estímulo e implantação de ações concretas para o cuidado do planeta, como a adoção de um dia de descanso, confrontando seu saber teológico com diferentes teologias ecológico-libertadoras e produzindo sínteses úteis ao diálogo.*

6.3.10 O atendimento às necessidades humanas a partir do diálogo

Para além da fé que une as igrejas, e pelas crenças apontadas que podem servir de pontos de contato e diálogo dos adventistas com outros cristãos, há práticas de vida cristã que podem ser executadas em comum (MIRANDA, 1999, p. 39). "Não se pode omitir quanto comungam conosco os membros das igrejas cristãs em práticas individuais e sociais, que resultam das nossas convicções comuns atinentes à fé": o culto a Deus através da oração

individual e comunitária feita em nome de Jesus, a quem se ora em recorrência ao Pai; a leitura e meditação assídua na Bíblia; o respeito e defesa do valor do ser humano em que se visualiza a imagem e semelhança de Deus (Gn 1,26-27) (MIRANDA, 1999, p. 40); o repúdio a toda violência e tortura e toda injustiça que escraviza ou marginaliza quem quer que seja; a contrariedade a qualquer opressão e exploração de outras nações; o reconhecimento da miséria e fome reinantes no mundo, não como fatalidade, mas fruto do egoísmo anticristão e antievangélico; a luta na construção de uma sociedade mais justa e fraterna, conforme o propósito divino; a prática de obras de caridade juntos aos pobres, às crianças abandonadas, os idosos e os imigrantes; e o exercício da misericórdia e da recuperação dos encarcerados através do anúncio da Palavra (MIRANDA, 1999. p. 41). Em particular, o "drama da fome no mundo é um chamado para os cristãos, tanto para orar juntos como para exercer uma responsabilidade compartilhada em relação a seus irmãos e irmãs necessitados." (KASPER, 2007, p. 38).

Considerando que para a Igreja Adventista "a oração efetiva renega o próprio eu, é cheia do Espírito, é intercessória, suplica pelas necessidades dos outros" (AM, 2016, p. 178); que o alimento espiritual do cristão se encontra "na comunhão constante com Deus através do estudo da sua Palavra e pelo cultivo de uma vida de oração" (AM, 2016, p. 177); que "os adventistas afirmam a dignidade da pessoa humana criada à imagem de Deus" (AG, 2012, p. 108); por compreender que a "pobreza e a exploração humana criam descontentamento e falta de esperança, que levam ao desespero e à violência" (AG, 2012, p. 122); por crer "que ações para reduzir a pobreza e suas consequentes injustiças são parte importante da responsabilidade social cristã" (AG, 2012, p. 102); que desde sua formação a IASD apoiou os direitos humanos, pelos primeiros adventistas estarem "envolvidos na luta contra a escravidão e a injustiça" e reivindicarem o direito de cada pessoa em escolher sua crença de acordo com sua consciência, praticar e ensinar sua religião com plena liberdade, sem discriminação e com respeito os direitos dos outros (AG, 2012, p. 108); por seu interesse por justiça social através de organizações e departamentos da Igreja "que atuam para aliviar a pobreza e as condições de marginalização" (AG, 2012, p. 123); por entender que atuar "para reduzir a pobreza e a fome é mais do que demonstrar simpatia pelos pobres", mas "defender políticas públicas que ofereçam justiça e equidade aos pobres, promovendo sua capacitação e seus direitos humanos" e "participar de programas que tratem das causas da pobreza e da fome e também patrocinar esses projetos, ajudando as pessoas a construir vidas sustentáveis" (AG, 2012, p. 102); pelo entendimento de que a "Bíblia claramente revela o interesse especial de Deus pelos pobres e suas expectativas em relação à forma como seus seguidores agem diante dos

incapazes de cuidar de si mesmos" e aponta a necessidade de se seguir o exemplo e ensinamento de Jesus (Mt 25,35-36), enquanto comunidade espiritual, pelos adventistas defender a justiça para o pobre (Pv 31,8) contra os que os privam de seus direitos (Is 10,2), fazendo justiça para com eles (Sl 140,12), enquanto ato de amor (Mq 6,8), crendo "que esse chamamento também inclui viver com simplicidade e modéstia, de modo a testemunhar contra o materialismo e a cultura do excesso" (AG, 2012, p. 102), dispondo-se "a fazer parcerias com a sociedade civil e governos, entre outros, para atuar de forma integrada nas esferas local e global, tendo em vista participar na obra de Deus para estabelecer a justiça duradoura no mundo arruinado" (AG, 2012, p. 103); por, como seguidores de Cristo, empenharem-se nesse intento "com esperança resoluta e impulsionados pela promessa visionária divina de um novo céu e uma nova Terra onde não haverá pobreza ou injustiça [e se considerarem] chamados para viver imaginativa e fielmente dentro dessa visão do reino de Deus ao agir para erradicar a pobreza agora" (AG, 2012, p. 103), *concluímos que a Igreja tem condições de unir-se a outras igrejas e organismos ecumênicos no culto a Deus através de orações comunitárias, no estudo e meditação das Escrituras e se integrar a projetos em defesa da vida, de combate à violência, tortura, injustiças sociais, opressões, exploração, miséria e fome, junto com outras organizações cristãs, em prol de uma socidade mais justa e fraterna.*

O ecumenismo

> precisa ser entendido [...] *para além dos limites* que nos separam, à luz da própria fé no *mistério de Cristo*, que se identifica com a *própria Igreja que ele instituiu*. [...] isto só se realizará mediante a *ação interior do Espírito Santo*. Será uma grande graça espiritual. Ela será concedida aos que a ela se dispuserem pela *retidão de consciência e pela oração*. (MIRANDA, 1999. p. 83, grifos do autor).

A prática ecumênica não pode ser "conveniência social", mas "busca sincera" de novos caminhos espirituais de vivência na caridade, de oração comum, de diálogo em mútuo respeito. O ecumenismo "deixará de ser uma palavra vazia" quando da consecução de uma tríplice prática: a vivência na caridade entre igrejas de posições doutrinárias diferentes; a oração comum entre elas no pedido do dom da unidade, possível somente se precedido pela vivência na caridade; e o diálogo com mútuo respeito sobre pontos divergentes, com a perspectiva de fundo de que, se Jesus instituiu a Igreja una, ela precisa estar unida (MIRANDA, 1999. p. 97). A oração em comum se constitui no meio mais eficaz de pedir a Deus a plenitude da unidade dos cristãos e se configura numa genuína expressão da profunda ligação existente entre eles. O pedido pela restauração da unidade precisa ter destaque na

oração comum. Tal prece deve se concentrar no mistério da Igreja e sua unidade, no batismo como laço de unidade, na renovação da vida pessoal e da comunidade, e na cura da divisão da humanidade (KASPER, 2007, p. 40).

6.4 ELEMENTOS, INTUIÇÕES E PERSPECTIVAS AO DIÁLOGO ADVENTISTA INSPIRADAS NO DECRETO *UNITATIS REDINTEGRATIO*, NA DECLARAÇÃO *NOSTRA AETATE* E NO DIÁLOGO CATÓLICO-PENTECOSTAL

As proposições para o diálogo dos adventistas com outras igrejas e religiões estão baseadas, também, em diálogos bilaterais e na teologia ecumênica, intuições de outras interações ecumênicas e inter-religiosas em que os participantes apresentam elementos que já estão presentes na teologia adventista e que podem ser acolhidos como dimensões de diálogo pela IASD.

O decreto *Unitatis redintegratio* e a declaração *Nostra aetate* ajudam os adventistas a pensar o diálogo com os demais cristãos e com outras religiões. Elencam-se, na sequência, as considerações feitas nos documentos do Concílio Vaticano II que são consoantes com a teologia adventista expressas em sua declaração de crenças fundamentais, o *Nisto cremos*, e em posicionamentos da IASD publicados no *Declarações da Igreja*. Os elementos em comum aqui expostos podem ser explorados e relidos na teologia adventista para que o diálogo entre os adventistas, demais cristãos e outras religiões se concretize. *Unitatis redintegratio* e *Nostra aetate* servem como subsídio para inserir de maneira mais efetiva os adventistas no diálogo ecumênico e inter-religioso, visto que os documentos são referenciais propositivos entre os cristãos para que a comunhão entre eles e outras religiões se concretize.

Enquanto o decreto *Unitatis redintegratio* – embora expresso enquanto uma proposta para os católicos amplia-se, aqui, para os adventistas – aponta que a divisão contradiz abertamente a vontade de Cristo, se constitui como escândalo para o mundo, e que, não obstante, há uma inspiração nos cristãos e um desejo pela restauração da unidade, os adventistas declaram que não podem se opor pela unidade pela qual Cristo orou (AG, 2012, p. 141). Se a declaração *Nostra aetate* assinala que a missão dos cristãos está em promover o amor e a unidade entre os povos, necessita-se visualizar o que existe em comum entre os adventistas e outras religiões que possa colaborar para tal união (NA 1).

Mesmo com uma postura dialogal com restrições em relação aos demais cristãos, a Igreja Adventista entende que seus membros não devem viver como que num gueto, interagindo e publicando para si mesmos, em um espírito sectário (AG, 2012, p. 150). Os

adventistas têm adotado uma postura de “observador-consultor” em relação a organismos de outras igrejas em diálogo.

A Igreja Adventista reconhece objetivos louváveis e influências positivas do ecumenismo, como a promoção de relações mais amáveis entre as igrejas, com base no diálogo em detrimento da crítica, a remoção de preconceitos infundados sobre outras igrejas e a defesa da liberdade religiosa e dos direitos humanos. Não obstante, as adventistas podem avançar no diálogo com os demais cristãos e com outras religiões. O decreto *Unitatis redintegratio* e a declaração *Nostra aetate* oferecem importantes contribuições para tanto ao subsidiar reflexões e lançar luz para elementos já presentes na teologia adventista que apontam para o que aproxima adventistas de outras comunidades cristãs e de outras religiões que podem servir de base ao diálogo.

A oração de Jesus pela Igreja una, a confissão em Cristo, as Sagradas Escrituras, o batismo, a ceia do Senhor, a vida de fé e graça, o patrimônio de crenças comum entre os cristãos, a oração pela unidade, o diálogo acadêmico e espiritual, os esforços conjuntos de cooperação no campo social, o trabalho em prol da liberdade religiosa, a busca por respostas aos mais profundos questionamentos do ser humano, a evangelização, as crenças partilhadas com os muçulmanos e o patrimônio espiritual comum entre cristãos e judeus são elementos em comum que podem ser melhor explorados e relidos na teologia adventista para que o diálogo entre os adventistas, demais cristãos e outras religiões se desenvolva.

6.4.1 Considerações e contribuições da *Unitatis redintegratio* para o diálogo da Igreja Adventista com outros cristãos

6.4.1.1 Uma única Igreja

O decreto *Unitatis redintegratio* destaca que “Cristo Senhor fundou uma só e única Igreja” (UR 1), mas que “são numerosas as comunhões cristãs que se apresentam aos homens como a verdadeira herança de Jesus Cristo” (UR 1), e que todos “se professam discípulos do Senhor, mas têm pareceres diversos e caminham por rumos diferentes, como se o próprio Cristo estivesse dividido.” (UR 1). A Igreja Adventista deseja obedecer a todos os mandamentos divinos expressos nas Sagradas Escrituras, o que implica atentar que a divisão dos cristãos “contradiz abertamente a vontade de Cristo, e é escândalo para o mundo, como também prejudica a santíssima causa da pregação do evangelho a toda a criatura.” (UR 1).

Os cristãos despertos para a restauração da unidade, participantes do movimento ecumênico, invocam ao Deus trino e confessam a Cristo como Senhor e Salvador, tanto individualmente como em assembleias. Todos consideram suas igrejas como de Deus. "Quase todos, se bem que de modo diverso, aspiram a uma Igreja de Deus una e visível, que seja verdadeiramente universal e enviada ao mundo inteiro, a fim de que o mundo se converta ao evangelho e assim seja salvo, para glória de Deus." (UR 1).

Assim também ocorre com os adventistas, que afirmam ser um movimento "ecumênico" com orientação escatológica (AG, 2012, p. 141-142). Ela se enxerga como "um movimento mundial (isto é, um movimento 'ecumênico') caracterizado pela 'fé em Jesus' e a guarda dos 'mandamentos de Deus'" (AG, 2012, p. 142).

Ainda que os adventistas lembrem que, no Getsêmani, "a principal preocupação na mente de Cristo era a unidade de sua Igreja [e] orou para que todos fossem um" (AM, 2016, p. 237), eles abordam a unidade *ad intra*, ensimesmados (AM, 2016, p. 235-248). Não obstante, a crença da IASD na unidade do corpo de Cristo, bem como a teologia da *Unitatis redintegratio* oferecem elementos que viabilizam o diálogo dos adventistas com os demais cristãos.

6.4.1.2 Unidade no batismo, na Palavra e na fé

Para a *Unitatis redintegratio*, justificados no batismo pela fé, todos os cristãos são incorporados a Cristo e reconhecidos pela Igreja católica como irmãos no Senhor, e possuem elementos ou bens que, considerados em conjunto, edificam e vivificam toda a Igreja: "a Palavra de Deus escrita, a vida da graça, a fé, a esperança e a caridade e outros dons interiores do Espírito Santo e elementos visíveis" (UR 3). Esses elementos, que de Cristo provém e a Cristo conduzem, pertencem à única Igreja de Cristo. *Unitatis redintegratio* indica que "não poucas ações sagradas da religião cristã" (UR 3) são executadas pelos demais cristãos. "Por vários modos, conforme a condição de cada Igreja ou comunidade, estas ações podem realmente produzir a vida da graça. Devem mesmo ser tidas como aptas para abrir a porta à comunhão da salvação." (UR 3).

Os adventistas do sétimo dia creem que, por meio do batismo, confessam sua fé na morte e ressurreição de Jesus, atestam sua morte para o pecado e o desejo de seguir nova vida. "Assim reconhecemos a Cristo como Senhor e Salvador, tornamo-nos seu povo e somos aceitos como membros por sua igreja" (AM, 2016, p. 238). O batismo marca a entrada da

pessoa no reino espiritual de Cristo. "[...] eles se tornam membros da família de Deus. Ninguém pode ser batizado sem unir-se à família da igreja." (AM, 2016, p. 246).

Para os adventistas, as Escrituras Sagradas, compostas pelo Antigo e Novo testamentos, "são a Palavra de Deus escrita", entregue mediante inspiração divina para homens santos de Deus que falaram e escreveram movidos pelo Espírito Santo. Nelas, "Deus transmitiu ao homem o conhecimento necessário para a salvação. As Escrituras Sagradas são a infalível revelação de sua vontade." (AM, 2016, p. 11).

Os adventistas creem que "Deus concede a todos os membros de sua igreja [...] dons espirituais que cada membro deve empregar em amoroso ministério para o bem comum da igreja e da humanidade. [...] os dons proveem todas as aptidões e ministérios de que a igreja necessita para cumprir suas funções divinamente ordenadas." (AM, 2016, p. 266). Os dons abrangem os ministérios da fé, cura, profecia, proclamação, ensino, administração, reconciliação, compaixão, serviço abnegado e caridade. "O Santo Espírito é o agente que distribui [...] dons que habilitam a igreja para a tarefa que lhe foi determinada." (AM, 2016, p. 267).

Visto que a Igreja Adventista partilha das "ações sagradas da religião cristã" (UR 3) indicadas pela *Unitatis redintegratio*, a ela está aberto o caminho para participar mais efetivamente da comunhão entre os cristãos.

6.4.1.3 Bases do movimento ecumênico

Por definição, para a *Unitatis redintegratio* entende-se por movimento ecumênico

> as atividades e iniciativas, segundo as necessidades e as condições temporais da Igreja, que desperta e inspira a busca da unidade entre os cristãos. Em primeiro lugar, o esforço, tanto do ponto de vista da verdade como da equidade, para eliminar palavras, juízos e comportamentos que não correspondem à situação em que se encontram, de fato, os irmãos separados[140] e que, portanto, dificultam ainda mais o relacionamento com eles. Além disso, nas reuniões entre cristãos de diferentes igrejas ou denominações, realizadas com espírito religioso, estabeleça-se um "diálogo" entre especialistas realmente preparados, em que cada um procure manifestar de maneira mais profunda a doutrina de sua confissão, apresentando-a

[140] O uso da expressão "'irmãos separados' é, sem dúvida, preferível a qualificativos como 'hereges', 'cismáticos' ou 'dissidentes', tão comuns na linguagem cotidiana e nos documentos eclesiásticos anteriores ao Vaticano II. Contudo, não se deve exagerar o contraste com tempos passados, pois também não faltavam neles expressões de fraternidade. [...] Em meios comprometidos com o [...] ecumenismo, no entanto, o termo 'irmãos separados' é percebido como menos adequado, pelo que foi substituído por outros, como 'os outros cristãos', 'irmãos de outras confissões ou denominações cristãs', "cristãos de outras igrejas ou [...] comunidades eclesiais". (CNBB, 2003, p. 218-219). O "reconhecimento da fraternidade não é a consequência de um filantropismo liberal ou de um vago espírito de família; mas está enraizado no reconhecimento do único batismo e na consequente exigência de que Deus seja glorificado na sua obra." (UUS 42).

> com toda a clareza possível. Esse diálogo permite a todos adquirir melhor conhecimento e formar uma opinião mais correta sobre os vários aspectos da doutrina e da vida das diversas denominações. Favorece igualmente, onde é possível, a reunião e maior colaboração entre as diversas denominações, nos deveres para com o bem comum, exigidos por toda consciência cristã, assim como na oração unânime. Finalmente, ao examinar melhor sua fidelidade em relação à vontade de Cristo sobre a Igreja, todos se dispõem a prosseguir com maior afinco no trabalho de reforma ou de renovação de si mesmos. (UR 4).

O decreto recomenda aos católicos que "reconheçam com alegria e estimem os bens verdadeiramente cristãos, oriundos de um patrimônio comum, que se encontram nos irmãos [...] separados" (UR 4), por ser "digno e salutar reconhecer as riquezas de Cristo e as obras de virtude na vida de outros que dão testemunho de Cristo" (UR 4). *Unitatis redintegratio* orienta a se ter em conta que "tudo o que a graça do Espírito Santo realiza nos irmãos separados pode também contribuir para a nossa edificação" (UR 4) e que tudo "o que é verdadeiramente cristão jamais se opõe aos bens genuínos da fé, antes sempre pode fazer com que mais perfeitamente se compreenda o próprio mistério de Cristo e da Igreja." (UR 4).

Os adventistas reconhecem os organismos que exaltam a figura de Cristo para evangelizar o mundo e têm em alta consideração os cristãos de outras igrejas que trabalham na condução de pessoas a Cristo. Ao atuar em conjunto com outras organizações cristãs, os adventistas esperam que o espírito de cortesia cristã, a franqueza e a justiça prevaleçam (AG, 2012, p. 152).

Para a teologia adventista, os filhos de Deus estão em todas as igrejas (AM, 2016, p. 223) e, por mais que veja com reservas o movimento ecumênico, entende que deve cooperar com ações ecumênicas "à medida que o evangelho autêntico é proclamado e as gritantes necessidades humanas estão sendo satisfeitas." Os adventistas querem cooperar conscientemente com o movimento ecumênico por entender que, enquanto agência de cooperação, o ecumenismo possui aspectos plausíveis (AG, 2012, p. 149).

A Igreja Adventista necessita de conversão interior para se colocar em/no diálogo ecumênico, pois "os anseios de unidade nascem e amadurecem a partir da renovação da mente, da abnegação de si mesmo e da libérrima efusão da caridade. Por isso, devemos implorar do Espírito divino a graça da sincera abnegação, humildade e mansidão em servir, e da fraterna generosidade para com os outros." (UR 7). Visto que para os adventistas a compreensão da verdade bíblica ocorre de maneira progressiva (AM, 2016, p. 8-9), podem dar um passo rumo a uma nova avaliação sobre a unidade da Igreja.

6.4.1.4 A oração pela unidade dos cristãos

A alma do movimento ecumênico, que colabora para a conversão do coração, está na oração pela unidade dos cristãos (UR 8), que, se executada pela Igreja Adventista, em nada a faz negar sua identidade e teologia. Lembra *Unitatis redintegratio* que o próprio Jesus pediu ao Pai, na vigília que antecedeu sua crucificação, que todos fossem um.

Contra todo temor dos adventistas, o decreto, de maneira cautelosa, orienta que as orações comuns não se realizem indiscriminadamente, mas orientadas por princípios. Para os católicos, diz: "Sobre o modo concreto de agir, decida prudentemente a autoridade episcopal local, considerando todas as circunstâncias dos tempos, lugares e pessoas, a não ser que outra coisa seja determinada pela conferência episcopal, segundo os seus próprios estatutos, ou pela Santa Sé." (UR 8).

As orientações elencadas podem assegurar a participação dos adventistas sem risco de seus princípios e podem ser adaptadas para sua realidade e conforme aprovação das lideranças eclesiásticas responsáveis. Os campos administrativos da IASD podem decidir e orientar os membros quanto ao modo como se proceder em ações conjuntas de oração com outros cristãos.

6.4.1.5 O conhecimento do outro

Participar do movimento ecumênico implica conhecer o(s) outro(s) com quem se pretende estar em diálogo. Requer-se "um estudo, a ser feito segundo a verdade e com ânimo benévolo" e a busca pelo conhecimento "da doutrina e história, da vida espiritual e litúrgica, da psicologia religiosa e da cultura própria dos irmãos." (UR 9). Para isso contribuem "reuniões de ambas as partes para tratar principalmente de questões teológicas, onde cada parte dever agir de igual para igual, contanto que aqueles que, sob a vigilância dos superiores, nelas tomam parte, sejam verdadeiramente peritos." (UR 9).

Desde 1980, através de seu Conselho sobre Relações entre as Igrejas, a IASD tem autorizado "conversações com outras organizações religiosas quando sente que isso pode ser proveitoso." (AG, 2012, p. 150). Nos últimos anos, "líderes e teólogos adventistas têm tido oportunidades para diálogo com representantes de outras igrejas. Tem sido engendrado o respeito mútuo. Estereótipos gastos e percepções doutrinárias inexatas e falsas têm sido removidos. Preconceitos têm sido sepultados sem cerimônia." (AG, 2012, p. 151). O resultado de tal processo, apontado pela *Unitatis redintegratio* para os católicos, vale, também, para os

adventistas: conhecer o que pensam os irmãos de outras igrejas faz com que a fé de cada qual seja melhor exposta, o que possibilita enxergar o que há em comum e não o que separa cada grupo.

Colaboraria para a inserção dos adventistas no diálogo que na formação teológica de seus futuros pastores também se desse atenção ao ensino "sob o ponto de vista ecumênico, de modo que respondam mais exatamente à verdade das coisas" (UR 10).

6.4.1.6 O empreendimento de esforços em comum entre os cristãos

Pelos cristãos professarem a fé no Deus triúno, no Filho de Deus encarnado, redentor e salvador da humanidade, a *Unitatis redintegratio* recomenda que, com esforços comuns e estima mútua, "deem testemunho da nossa esperança, que não confunde" (UR 12), visto que no tempo presente se estabeleceu a cooperação no campo social, em que "todos os homens são chamados a uma obra comum, mas com maior razão os que creem em Deus, sobretudo todos os cristãos assinalados com o nome de Cristo." (UR 12).

A cooperação entre todos os cristãos, continua o decreto, "exprime vivamente aquelas relações pelas quais já estão unidos entre si e apresenta o rosto de Cristo servo numa luz mais radiante." (UR 12). Tal cooperação, que já se executa em diversas ações conjuntas, necessita ser sempre aperfeiçoada, sobretudo nas regiões onde se observa evolução social ou técnica.

A colaboração entre os cristãos contribuirá para a promoção da dignidade humana, para o bem da paz, para aplicação do evangelho na vida social, pelo incentivo do espírito cristão nas artes e na ciência, e pela aplicação de remédios aos males de nossa época, como a fome, as tragédias naturais, o analfabetismo, a pobreza, a falta de moradia e a inadequada distribuição de bens. "Por essa cooperação, todos os que creem em Cristo podem mais facilmente aprender como devem entender-se melhor e estimar-se mais uns aos outros, e assim se abre o caminho que leva à unidade dos cristãos." (UR 12). Os adventistas não se eximem de tais compromissos com o mundo e dizem trabalhar "em conjunto com todas as agências e organismos que procuram abrandar o sofrimento humano" (AG, 2012, p. 139). Recomenda-se, para a resolução de problemas mais práticos, em associações ministeriais/fraternais, igrejas locais, grupos de estudo da Bíblia e grupos e redes específicas, a se "examinar as necessidades da comunidade e ajudar a resolver problemas locais", pois os adventistas não podem se furtar das responsabilidades ante a comunidade local (AG, 2012, p. 151).

A Igreja Adventista professa fé no Deus triúno. “Há um só Deus: Pai, Filho e Espírito Santo, uma unidade de três Pessoas coeternas. Deus é imortal, onipotente, onisciente, acima de tudo e sempre presente. Ele é infinito e está além da compreensão humana, mas é conhecido por meio de sua autorrevelação.” (AM, 2016, p. 26). Os adventistas confessam também a fé no Filho encarnado, redentor e salvador da humanidade: “Deus, o Filho Eterno, encarnou-se em Jesus Cristo” (AM, 2016, p. 48), veio para redimir o homem (AM, 2016, p. 308) e, por meio dele, “foram criadas todas as coisas, [...] revelado o caráter de Deus, efetuada a salvação da humanidade e julgado o mundo.” (AM, 2016, p. 48).

Na crença da IASD, enquanto “corpo com muitos membros”, os adventistas buscam, com base na revelação de Jesus Cristo nas Escrituras, partilhar a mesma fé e esperança e estender “um só testemunho para todos” em uma unidade que encontra sua origem no Deus triúno (AM, 2016, p. 226), pois a “igreja unificada possui uma esperança” que se constitui em “fonte de alegria e paz, e provê uma poderosa motivação para o testemunho unificado” (AM, 2016, p. 228).

6.4.1.7 Fundamentos para o diálogo entre as diferentes igrejas

Reconhece-se que entre as diferentes igrejas e comunidades cristãs existem “discrepâncias consideráveis, não só de índole histórica, sociológica, psicológica, cultural, mas sobretudo de interpretação da verdade revelada.” (UR 19). Para que o diálogo ecumênico possa se estabelecer, mesmo com as diferenças, a *Unitatis redintegratio* apresenta alguns pontos que se constituem como fundamentos e que incentivam o diálogo.

Primeiro, a confissão em Cristo. “Consideramos primeiramente aqueles cristãos que, para glória de Deus único, Pai e Filho e Espírito Santo, abertamente confessam Jesus Cristo como Deus e Senhor e único mediador entre Deus e os homens.” (UR 20). Os adventistas confessam a Jesus Cristo como sendo “para sempre verdadeiramente Deus” (AM, 2016, p. 48), Senhor (AM, 2016, p. 57-58) e mediador entre Deus e os homens (AM, 2016, p. 59-74).

Embora, conforme apresenta *Unitatis redintegratio*, existam diferenças doutrinárias sobre Cristo, a obra da redenção, o ministério e mistério da Igreja, e o papel de Maria, os adventistas também manifestam a Cristo “como fonte e centro da comunhão eclesiástica.” (UR 20). Os adventistas creem que Cristo, “por um só Espírito nos uniu em uma comunhão com ele e uns com os outros” (AM, 2016, p. 226). Assim, o decreto indica que os cristãos, impulsionados “pelo desejo de união com Cristo, são mais e mais compelidos a buscarem a

unidade bem como a darem em toda a parte e diante de todos o testemunho da sua fé.” (UR 20).

O segundo fundamento de base para o diálogo está no estudo das Escrituras. No diálogo, “a Sagrada Escritura é um exímio instrumento na poderosa mão de Deus para a consecução daquela unidade que o Salvador oferece a todos os homens.” (UR 21). Os adventistas devotam especial atenção à Bíblia e a tomam como “revelação divina do Deus-homem único: o Filho de Deus, Jesus Cristo – o salvador do mundo.” (AM, 2016, p. 11). Para os adventistas, “Deus [...] oferece um gracioso convite para pesquisarmos as Escrituras e nos tornarmos familiarizados com ele.” (AM, 2016, p. 24).

O amor, veneração e o culto à Bíblia empreendido pelos adventistas se explica por nela observarem o Deus que se revela a si próprio em pessoa, e pelas “proposições que declaram a verdade a seu respeito.” Para os adventistas, “Jesus Cristo é o ponto focal das Escrituras”, e cada página da Bíblia “quer através de símbolos, quer em realidades concretas – revela algum aspecto de Jesus Cristo, alguma fase de sua obra ou traço de seu caráter.” (AM, 2016, p. 13).

O batismo e a ceia do Senhor compõem o terceiro fundamento para o diálogo entre os cristãos. Pelo batismo, “sempre que for devidamente conferido segundo a instituição do Senhor e recebido com a devida disposição de alma” (UR 22), o ser humano, além de ser incorporado em Cristo crucificado e glorificado, está regenerado para participar da vida divina. O batismo, assim, “constitui o vínculo sacramental da unidade que liga todos os que foram regenerados por ele” (UR 22).

Os cristãos são inseridos na comunhão eucarística através do batismo. Por mais que *Unitatis redintegratio* considere que falte às demais comunidades eclesiais a unidade plena com os católicos proveniente do batismo, e que não conservem a “genuína e íntegra substância do mistério eucarístico”, reconhece que as outras comunidades, na santa ceia, “comemoram a morte e a ressurreição do Senhor, [...] confessam ser significada a vida na comunhão de Cristo e esperam o seu glorioso advento.” (UR 22). O decreto indica, pois, como necessário, “que se tome como objeto do diálogo a doutrina sobre a ceia do Senhor, sobre os outros sacramentos, sobre o culto e sobre os ministérios da Igreja.” (UR 22).

Além de confessar sua fé na morte e na ressurreição de Jesus e reconhecer a Cristo como Senhor e Salvador, os adventistas creem que por meio do batismo se tornam povo de Deus e passam a ser aceitos em sua Igreja. O batismo “depende de uma afirmação de fé em Jesus e da evidência de arrependimento do pecado.” (AM, 2016, p. 238). Batizar-se significa seguir o exemplo de Jesus, batizado por João Batista no Rio Jordão, e seguir o mandamento

de Jesus de fazer discípulos “batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo” (Mt 28,18-20). O batismo dos crentes “demonstraria que elas haviam ingressado em um relacionamento pessoal com Cristo e se comprometiam a viver em harmonia com os princípios de seu reino de graça.” (AM, 2016, p. 239-240).

Para os adventistas, “o batismo de Jesus em água [representa] a aprovação profética de seus sofrimentos, morte e sepultamento” (AM, 2016, p. 242) e, por meio dele, o cristão “ingressa na paixão experimentada por nosso Salvador.” (AM, 2016, p. 242).

Na ceia do Senhor, os adventistas participam “nos emblemas do corpo e do sangue de Jesus, como expressão de fé nele”, e proclamam “alegremente a morte do Senhor até que ele volte.” (AM, 2016, p. 253). Juntamente com o lava-pés, constitui “o serviço da comunhão. [...] Cristo instituiu essas duas ordenanças para nos assistir ao entrarmos em comunhão com ele.” (AM, 2016, p. 254).

6.4.1.8 Os cristãos e o sofrimento humano, e a Palavra como fonte da virtude cristã

O decreto *Unitatis redintegratio* reconhece que a vida dos demais cristãos nutre-se da fé em Cristo, fortalece-se pelo batismo, pela escuta da palavra de Deus e se manifesta na oração privada, na meditação bíblica, na vida cristã familiar, no culto em comunidade em louvor a Deus. A fé dos cristãos, diz,

> dá frutos de louvor e ação de graças pelos benefícios divinos recebidos e desperta um vivo senso de justiça e de sincera caridade para com o próximo. A mesma fé, ativa, suscita muitas iniciativas de socorro às misérias corporais e espirituais, de educação da juventude, de obtenção de condições mais humanas de vida social e de consolidação da paz universal. (UR 23).

Os adventistas não se mostram apáticos ou indiferentes com o sofrimento humano. Suas “amplas instituições de saúde, hospitais e clínicas”, seu “vasto sistema educacional que circunda o globo” e em especial, a ADRA, atendem as necessidades físicas, mentais e espirituais do ser humano (AG, 2012, p. 146-147).

Em assuntos morais, mesmo que, entre os cristãos, existam entendimentos diversos sobre o evangelho e que diferentes soluções sejam encontradas para as “questões mais difíceis da sociedade hodierna” (UR 23), todas(os) aderem “à palavra de Cristo como fonte da virtude cristã [...]. O diálogo ecumênico sobre a aplicação moral do evangelho pode começar por aqui.” (UR 23).

Cristo se constitui como o exemplo para os cristãos. “Ele viveu de modo tão coerente com os princípios de Deus, que ninguém conseguiu acusá-lo de qualquer pecado” (AM, 2016, p. 347), por isso, se constitui em “nosso modelo” (AM, 2016, p. 348).

Os adventistas se enxergam “chamados para ser um povo piedoso que pensa, sente e age de acordo com os princípios bíblicos [...]. Para que o Espírito recrie em nós o caráter de nosso Senhor, só nos envolvemos naquelas coisas que produzirão em nossa vida pureza, saúde e alegria semelhantes às de Cristo”, e veem como dever empenhar-se “em tudo que submeta nossos pensamentos e nosso corpo à disciplina de Cristo” (AM, 2016, p. 346). Conforme exemplo de Jesus, a Bíblia desempenha papel central na definição das crenças, ações e moral dos adventistas. “Ao longo de todo o seu ministério, Jesus salientou a autoridade das Escrituras.” (AM, 2016, p. 21).

6.4.1.9 O trabalho em prol da unidade

O decreto afirma estar consciente de que o propósito de busca de reconciliação de todos os cristãos na unidade “excede as forças e a capacidade humana” e, portanto, “coloca inteiramente a sua esperança na oração de Cristo pela Igreja, no amor do Pai para conosco e na virtude do Espírito Santo.” (UR 24). Para os adventistas, a unidade não ocorre de maneira automática. Necessita-se estar disposto e dar certos passos em vista dela (AM, 2016, p. 235).

6.4.2 Considerações e contribuições da *Nostra aetate* para o diálogo da Igreja Adventista com outras religiões

6.4.2.1 O trabalho pela liberdade religiosa

A Igreja Adventista, se avaliarmos seu trabalho em prol da liberdade religiosa, “considera mais atentamente qual a sua relação com as [demais] religiões” (NA 1), visto que, para além de “procurar manter um relacionamento positivo com outras religiões” (AG, 2012, p. 139), há mais de um século, “os adventistas têm sido ativos promotores da liberdade religiosa” (AG, 2012, p. 133) e consideram que “todos os homens e mulheres iguais aos olhos do Senhor” (AG, 2012, p. 139).

Tal qual expresso na *Nostra aetate*, a Igreja Adventista reprova “como contrária ao espírito de Cristo, toda e qualquer discriminação ou violência praticada por motivos de raça ou cor, condição ou religião” (NA 5) e “reconhece a necessidade de defender a liberdade de

consciência e de prática da religião" enquanto um fundamental direito humano. Para os adventistas, à "semelhança do racismo, a discriminação ou intolerância baseada em crença religiosa ou filiação à igreja é intrinsecamente má e deve ser eliminada." Eles defendem que todas(os) possuem o direito de manifestar convictamente suas ideias religiosas (AG, 2012, p. 134).

6.4.2.2 Respostas para os questionamentos humanos

A *Nostra aetate* expressa que o homem deseja saber sobre sua natureza, sobre o sentido e a finalidade da vida, sobre o pecado, de onde vem o sofrimento e qual a sua finalidade, sobre qual o caminho para se alcançar a felicidade, sobre a morte e o juízo, e sobre o "mistério último e inefável envolve a nossa existência" (NA 1). Todos esses também são pontos de interesse e para os quais a teologia adventista busca fornecer explicações.

O primeiro homem e a primeira mulher foram criados "à imagem de Deus como obra-prima da criação" e "foi-lhes dado domínio sobre o mundo e atribuiu-se-lhes a responsabilidade de cuidar dele." (AM, 2016, p. 87). O pecado iniciou com a desobediência de nossos primeiros pais a Deus, o que os levou a cair "de sua elevada posição abaixo de Deus. A imagem de Deus neles foi desfigurada, e tornaram-se sujeitos à morte. Seus descendentes partilham dessa natureza caída e de suas consequências" (AM, 2016, p. 100), entre as quais está o sofrimento humano (AM, 2016, p. 132-133).

Os adventistas acreditam que o caminho para se alcançar a felicidade está na experiência de salvação, em que, através de Cristo, somos justificados, adotados como filhos e filhas de Deus e libertos do pecado (AM, 2016, p. 149). Enquanto o salário do pecado está na morte (AM, 2016, p. 428), o juízo mostra quem permanece em Cristo e está preparado para viver no reino eterno. "Este julgamento vindica a justiça de Deus em salvar os que creem em Jesus." (AM, 2016, p. 385).

6.4.2.3 Outras religiões e o caso dos muçulmanos

A declaração atesta, ao tratar do budismo e do hinduísmo, que a Igreja católica "nada rejeita o que nessas religiões existe de verdadeiro e santo. Olha com sincero respeito esses modos de agir e viver, esses preceitos e doutrinas que [...] refletem não raramente um raio da verdade que ilumina todos os homens" (NA 2). Mesmo com o reconhecimento do que entende verdadeiro e santo em outras religiões, a Igreja católica anuncia, enquanto uma obrigação, a

Cristo como “caminho, verdade e vida” (Jo 14,6), “em quem os homens encontram a plenitude da vida religiosa e no qual Deus reconciliou consigo todas as coisas.” (NA 2).

A IASD também se vê no dever de anunciar a Cristo. O ide para pregar o evangelho do reino a toda a criatura (Mc 16,15) “foi a ordem que [Jesus] deixou aos discípulos.” (AM, 2016, p. 266). Em sua atividade evangelística e missionária, os adventistas evitam usar termos que ofendam outras comunidades religiosas, bem como declarações falsas que possam ridicularizá-las (AG, 2012, p. 137).

A *Nostra aetate* expressa que a “Igreja tem grande apreço pelos muçulmanos” (NA 3) por eles adoraram um único Deus, subsistente, misericordioso e onipotente, criador dos céus e da Terra, que se revelou aos homens; por esperarem pelo juízo, no qual Deus recompensará todos os seres humanos após a ressurreição; e pela afeição que possuem pela vida moral e o culto a Deus através da oração, das esmolas e do jejum.

Os adventistas do sétimo dia podem olhar com estima para os muçulmanos, dado partilhar crenças em comum: acreditam em um único Deus (AM, 2016, p. 36), “autoexistente” (AM, 2016, p. 31), “maravilhosamente misericordioso” (AM, 2016, p. 43), “plenamente poderoso – onipotente – e [que] pode realizar tudo aquilo que deseja; nada lhe é impossível” (AM, 2016, p. 31), que se revelou aos seres humanos e transmitiu “o conhecimento necessário para a salvação” (AM, 2016, p. 11). Os adventistas também sustentam ser chamados para viver uma vida piedosa (AM, 2016, p. 346).

6.4.2.4 Os judeus

A *Nostra aetate* reconhece “o vínculo com que o povo do Novo Testamento está espiritualmente ligado à descendência de Abraão” (NA 4) e que “os primórdios da sua fé e eleição já se encontram, segundo o mistério divino da salvação, nos patriarcas, em Moisés e nos profetas” (NA 4). A declaração aponta que “todos os cristãos, filhos de Abraão segundo a fé (6), estão incluídos na vocação deste patriarca e que a salvação da Igreja foi misticamente prefigurada no êxodo do povo escolhido da terra da escravidão.” (NA 4).

Para os adventistas, “Deus prometera que o Salvador-Messias – o Ungido – viria através da linhagem de Abraão” (AM, 2016, p. 51), o pai da fé (Rm 4,11) (AM, 2016, p. 122). “O Antigo Testamento retrata a igreja como a congregação organizada do povo de Deus. Desde os primeiros tempos a família temente a Deus – por meio da linhagem de Adão, Sete, Noé, Sem e Abraão – representou os guardiães da verdade divina.” (AM, 2016, p. 185-186).

Está notadamente presente na teologia adventista que foi com os judeus que Deus estabeleceu a antiga Aliança, que eles receberam a revelação do Antigo Testamento, "que os apóstolos, fundamentos e colunas da Igreja, nasceram do povo judaico, bem como muitos daqueles primeiros discípulos, que anunciaram ao mundo o evangelho de Cristo." (NA 4). Dizem os adventistas (AM, 2016, p. 185) que conseguimos "compreender a natureza da igreja cristã quando observamos suas raízes no Antigo Testamento". Creem que a Igreja, como comunidade dos que confessam Jesus Cristo como Senhor e Salvador, dá "continuidade do povo de Deus nos tempos do Antigo Testamento" (AM, 2016, p. 183), e que a Igreja do Novo Testamento está "intimamente relacionada com a comunidade de fé do antigo Israel" (AM, 2016, p. 187).

Visto ser "tão grande o patrimônio espiritual comum aos cristãos e aos judeus" (NA 4), o Vaticano II fomenta e recomenda "entre eles o mútuo conhecimento e estima, os quais se alcançarão sobretudo por meio dos estudos bíblicos e teológicos e com os diálogos fraternos." (NA 4). Para os adventistas, o "trato de Deus com o povo de Israel culminou no ministério de Jesus Cristo" (AM, 2016, p. 138); Israel foi "a igreja em miniatura." (AM, 2016, p. 186).

6.4.3 Considerações e contribuições do diálogo católico-pentecostal para o diálogo da Igreja Adventista com outros cristãos

O diálogo entre católicos e pentecostais mostra aos adventistas que eles podem fazer em conjunto com outros cristãos tudo o que a consciência permite no âmbito do testemunho comum, tendo como primeiro princípio que não se pode fazer juntos o que a consciência proíbe, demonstrando que o testemunho em comum deve ser prudente, honesto e humilde. Reconhece-se a existência de limites no que se pode realizar em parceria. O diálogo de católicos e pentecostais menciona as diferentes compreensões de cada Igreja quanto a pastoral, o culto e pontos doutrinais. "Embora construindo sobre o que nos une, o testemunho comum deve considerar as nossas divergências." O segundo princípio posto no diálogo entre católicos e pentecostais se apresenta como a questão mais importante e instigante, que se faz, também, aos adventistas: "por que não fazemos juntos o que podemos fazer juntos?" (PCPUC, 1999, p. 73).

A prática da oração conjunta se apresenta como "indispensável para um testemunho comum. Como podemos testemunhar juntos se não oramos juntos? Orar em conjunto já é um testemunho comum." A SOUC constitui-se em uma oportunidade para tanto. Troca de materiais impressos e audiovisuais que expliquem a fé de cada Igreja em diálogo, sem

carregar um espírito denominacional, se apresenta como uma possibilidade. A Igreja Adventista possui tradição com a publicação e distribuição de impressos que pode ser explorada em perspectiva ecumênica. Os adventistas podem atuar em conjunto com católicos e pentecostais promovendo valores e ações positivas na sociedade. Em seguimento ao propósito exposto em Mateus 25,31-46, os cristãos em diálogo devem lutar conjuntamente pela promoção da dignidade humana e da justiça social (PCPUC, 1999, p. 74).

> Podemos cooperar em ações tais como o desarmamento e a paz, o socorro de urgência a refugiados, a vítimas de catástrofes naturais, trabalhar para alimentar os famintos, criar estruturas de ensino para analfabetos, organizar programas de reabilitação para [dependentes químicos], salvar jovens, homens e mulheres, da prostituição. Podemos trabalhar juntos para acabar com a discriminação racial e sexual, trabalhar pelos direitos e pela dignidade das mulheres, [...] promover o desenvolvimento urbano e rural e de moradia para os pobres, denunciar as violações ao meio ambiente e o uso irresponsável dos recursos naturais, renováveis e não [...] renováveis. (PCPUC, 1999, p. 74-75).

Entre as proposições de diálogo que podem ser acolhidas pelos adventistas, em nível local, estão inúmeras ocasiões de intercâmbio entre os cristãos, que passam desde conversas informais realizadas na vida cotidiana até encontros para estudo conjunto, no horizonte cristão, dos problemas da vida local ou de grupos profissionais, como médicos, assistentes sociais, pais, educadores, por exemplo, ou ainda grupos de estudo que examinem temas especificamente ecumênicos. Tais diálogos podem ser comandados por membros de igrejas locais, líderes religiosos, teólogos profissionais ou por diferentes combinações destes grupos (PCPUC, 2004, p. 141). Considerando a cultura adventista de promover estudos sistemáticos sobre a vida cristã, seja internamente, com as lições da Escola Sabatina, seja em sentido evangelístico, com os estudos bíblicos oferecidos pelos membros das igrejas locais a cristãos de outras denominações e pelas emissoras de rádio e TV adventistas, *concluímos que a Igreja tem condições de organizar encontros em suas igrejas locais, supervisionados pela associação adventista regional, para tratar de problemas da localidade que podem ser resolvidos através do trabalho conjunto de diferentes igrejas, e investir na produção e distribuição, em parceria com outras denominações interessadas, de estudos bíblicos que examinem temas ecumênicos, concentrando-se nas crenças em comum, demonstrando os pontos que as unem.*

Os temas dos diálogos podem “estender-se a um vasto leque de questões doutrinais [...] ou a uma simples questão limitada [...]; pode ser um problema pastoral ou missionário que as igrejas querem solucionar, encontrando uma posição comum que [...] promova uma ajuda mútua e um testemunho comum.” (PCPUC, 2004, p. 144).

Vale ponderar, em todo caso, qual formato de diálogo se revela mais eficaz, se bilateral ou multilateral. “A experiência prova que, na complexa tarefa de promover a unidade dos cristãos, as duas formas de diálogo completam-se uma à outra.” Orienta-se que, nas interações bilaterais, os resultados do diálogo sejam comunicados a todas as igrejas interessadas (PCPUC, 2004, p. 144).

6.4.3.1 Ações conjuntas em torno do estudo comum da Bíblia

Os cristãos aceitam a Bíblia como regra de fé, acreditam que ela se constitui no livro inspirado por Deus para ensino dos seres humanos. Eles a leem, nela meditam e se valem de seus textos para orar e louvar. Reconhece-se seu empenho em divulgá-la e atribuir à sua leitura a eficácia salvadora que recebem (MIRANDA, 1999, p. 31). A Bíblia se configura no “laço de união” entre as igrejas (MIRANDA, 1999, p. 32).

A Bíblia constitui-se na base da vivência eclesial dos cristãos. O desafio concreto que se apresenta está na vivência e pregação de uma fé intensamente bíblica que se volte às experiências do povo de Deus no passado e no presente, interpretando, discernindo e reunindo as melhores condições de se enxergar e caminhar para o futuro em unidade. O primado da fé e a experiência da gratuidade, dimensões bíblicas presentes e caras às igrejas, formam uma realidade que legitima a presença pastoral conjunta de cristãos de diferentes denominações na defesa da vida e na busca de um novo mundo[141] possível (RIBEIRO; CUNHA, 2013, p. 40).

A Palavra de Deus alimenta a vida da Igreja de variadas formas e se constitui em instrumento nas mãos divinas para que se alcance a unidade que Cristo oferece a todos os seres humanos. O respeito à Bíblia se configura em um elo fundamental entre os cristãos, ligação existente mesmo quando as igrejas não estão em plena comunhão. Orienta-se que se faça tudo o que contribua para que os membros das diferentes igrejas, dentro das possibilidades, leiam em conjunto as Escrituras, por exemplo, através da realização de semanas bíblicas, para reforçar os vínculos que já os une ou inclinam à ação unificadora de Deus que reforça o testemunho comum da Palavra salvadora de Deus oferecida pelos cristãos ao mundo (PCPUC, 2004, p. 148).

Os cristãos podem expressar com alegria e gratidão, como o papa João XXIII, que “é muito mais forte aquilo que nos une do que quanto nos divide” (UUS 20). Eles professam a fé

[141] “Não um *outro* mundo, mas um *novo* mundo nos é prometido. Isto significa que tudo o que construirmos nesse mundo em termos de humanização, de justiça, de libertação, de macrocaridade, de socialização, etc., não será definitivamente perdido.” (BOFF, 2014b, p. 114, grifos do autor).

em Deus Pai, onipotente, em Jesus Cristo, o Filho de Deus e salvador do mundo, e no Espírito Santo, intercessor, doador de vida e santidade. Por meio do batismo, os cristãos renascem e unem-se a Cristo. Eles honram as Sagradas Escrituras como norma de fé e ação a ser seguida. Utilizam-se de muitas fontes comuns de vida espiritual, como a oração. O poder santificador do Espírito Santo atua neles, fortalecendo-os em santidade. O mesmo Espírito encoraja os cristãos de diversas denominações que enfrentam perseguições e até o martírio (KASPER, 2007, p. 11). Tais elementos de comunhão, que provêm de Cristo e a ele conduzem, pertencem por direito à única Igreja de Cristo (UR 3).

Os adventistas podem se integrar à prática, já bem estabelecida em muitas regiões, de trabalho conjunto em projetos em torno da Bíblia, apreciado como um modo acessível e frutífero de promoção de unidade entre os cristãos. Tais esforços têm sido conduzidos por meio da cooperação ecumênica de peritos de variadas tradições cristãs na preparação e publicação de edições e traduções da Bíblia aprovadas conjuntamente, demonstrando uma forma de serviço e testemunho comum que pode ser ampliado. Podem realizar, também, em conjunto com outros cristãos, no trabalho bíblico: a organização de eventos, dias, semanas ou anos específicos dedicados à Bíblia ou temas bíblicos; publicar estudos bíblicos para uso em igrejas locais, adaptados a grupos da comunidade, como crianças, jovens, idosos, mulheres, famílias, grupos de trabalho – ações que a IASD já efetua internamente e que pode ser ampliada em conjunto com outras igrejas –; explorar a possibilidade de possuir leituras bíblicas em comum; enfrentar conjuntamente o crescente “analfabetismo bíblico” de muitos cristãos por meio da disponibilização de recursos adequados (KASPER, 2007, p. 20).

Ao se unirem para ler e estudar as Sagradas Escrituras, os cristãos têm a oportunidade de atentar ao mistério da unidade e da divisão da forma como ele se expressa na história da salvação. Nesse sentido, textos bíblicos de diferentes gêneros literários (históricos, salmos, preces, proféticos, ensinos e parábolas), do Antigo e do Novo testamentos, são relevantes. A leitura comum da Bíblia destaca a unidade amorosa do Pai, do Filho e do Espírito Santo e a reconciliadora atividade divina nas origens e na vida da Igreja; a lastimosa realidade da divisão, sua origem na fragilidade e pecado, seus profundos e duradouros efeitos, o clamor a Deus, o desejo de perdão e reconciliação; o ensino de Jesus sobre o reino de Deus revelado e inaugurado em palavras e ações que, após sua morte e ressurreição, ficou a cargo da Igreja anunciar; a vontade explícita de Jesus pela unidade de seus discípulos e o consequente ensino dos apóstolos e seu esforço constante em resguardar a unidade da Igreja quando ameaçada por forças internas ou externas de discórdia e divisão; as imagens e símbolos usados nas Escrituras para apontar a natureza e o mistério da Igreja: as referências ao “povo de Deus” no

Antigo Testamento, as do Novo Testamento centradas em Cristo como cabeça da Igreja, formada por seu corpo; as representações tiradas da vida diária, como o rebanho, o cultivo da terra, como a vinha e o vinhateiro, a arte da construção, como o edifício do templo e as pedras vivas, o casamento ou a vida em família, como a noiva de Cristo e a família de Deus (KASPER, 2007, p. 22-23).

6.4.3.2 O atendimento às necessidades humanas no estudo e ações comuns em questões éticas e sociais

Pelo chamado divino, os cristãos "não podem fechar o seu coração ao gritante apelo das necessidades humanas do mundo contemporâneo." As contribuições que podem ser dadas em todos os domínios da vida em que se observa e manifesta a necessidade de salvação serão mais eficazes se realizadas por todos os cristãos conjuntamente. Brotará o desejo de realizarem juntos tudo o que a fé de cada qual permitir. A falta de plena comunhão entre as diferentes igrejas, as divergências existentes no ensino da fé, as memórias feridas e a herança de um histórico de separação limitam o que os cristãos poderiam realizar juntos, agora. A cooperação ecumênica pode auxiliar a superar os obstáculos à plena comunhão, através da junção de recursos para construção de uma vida e serviço cristãos e pelo testemunho comum resultante baseado na missão que partilham (PCPUC, 2004, p. 134).

Os adventistas podem cooperar no estudo conjunto de questões éticas e sociais e em ações comuns com outros cristãos para promover uma "civilização do amor". Na edificação de tal cultura, deve-se estabelecer que valores a constituem e quais a ameaçam. Esse estudo compreenderá o reconhecimento do valor da vida, o significado do trabalho humano, das questões de justiça e paz, da liberdade religiosa, dos direitos dos seres humanos e da Terra, além de ponderar sobre os fatores sociais que põem em risco certos valores fundamentais, como a pobreza, o racismo, o consumismo, o terrorismo e qualquer outra coisa que ameaça a vida humana em qualquer etapa do seu desenvolvimento (PCPUC, 2004, p. 173). A Igreja Adventista se posiciona sobre uma série de temas que expressam sua preocupação com as necessidades humanas, como o cuidado com a criação, as mudanças climáticas, os abusos e violências na família, a dependência de substâncias químicas, o cuidado com a saúde, a pobreza, os direitos humanos, a paz, as guerras, a liberdade religiosa, as minorias religiosas, o racismo, o cuidado com as crianças, o abuso sexual, a violência contra as mulheres, entre outros (AG, 2012).

Aos adventistas, para quem justiça e paz “andam juntas” (AG, 2012, p. 122), querem “ser reconhecidos como pacificadores e por trabalhar pela justiça e a paz mundial, tendo a Cristo como cabeça de uma nova humanidade.” (AG, 2012, p. 119). A justiça, junto com o diálogo, o perdão e a reconciliação, formam os elementos da paz duradoura (AG, 2012, p. 122) e estão relacionados com outros valores.

> A justiça requer respeito aos direitos humanos, em especial à liberdade religiosa, que lida com as profundas aspirações e dá sustentação a todos os direitos humanos. A justiça requer a não discriminação, respeito pela dignidade e igualdade humanas e uma distribuição mais igualitária do que é necessário para viver. As políticas sociais e econômicas podem produzir a paz ou o descontentamento. O interesse adventista pela justiça social fica evidente através do apoio e da promoção da liberdade religiosa, e por meio das organizações e departamentos da igreja que atuam para aliviar a pobreza e as condições de marginalização. (AG, 2012, p. 123).

Os adventistas entendem ter o dever de “proclamar a liberdade – liberdade da perseguição, da discriminação, da pobreza extrema e de outras formas de injustiça. É uma responsabilidade cristã empenhar-se para providenciar proteção àqueles que estão em perigo de serem violados, explorados e aterrorizados.” (AG, 2012, p. 124).

A Igreja Adventista considera o racismo um dos males “mais odiosos de nossos dias” e condena todas as suas formas. Ela entende a discriminação racial como “uma ofensa aos seres humanos iguais, criados à imagem de Deus”, bem como “uma heresia e [...] uma forma de idolatria, pois limita a paternidade de Deus, negando a irmandade de toda a espécie humana” (AG, 2012, p. 174).

Há uma íntima ligação entre o desenvolvimento, as necessidades humanas e a defesa da criação. O desenvolvimento que almeja responder as necessidades humanas não pode abusar ou mal usar dos recursos naturais para não se provocar graves consequências. A responsabilidade pelo cuidado da criação, possuinte de dignidade particular, foi confiada por Deus a todos os povos (PCPUC, 2004, p. 173-174).

Para os adventistas, este mundo “é uma dádiva de amor do Deus criador” que fez os seres humanos para se relacionaram com ele, com outras pessoas e com o planeta. Os adventistas defendem “que a preservação e a manutenção da criação estão intimamente relacionadas ao culto a Deus” (AG, 2012, p. 26), que separou o sábado como memorial e lembrança de seu ato criativo. Em atenção à necessidade humana de descanso, Deus propiciou um dia de descanso, cujo repouso reforça o senso de relacionamento do criador com sua criação.

> A guarda do sábado acentua a importância de nossa integração ao meio ambiente. A decisão humana de desobedecer a Deus interrompeu a ordem original da criação, resultando em uma desarmonia alheia aos propósitos divinos. Dessa forma, a atmosfera e a água estão poluídas; as florestas e a vida selvagem, saqueadas; os recursos naturais, esgotados. (AG, 2012, p. 26).

Na perspectiva do cuidado com a criação, os adventistas valorizam o relacionamento de respeito e cooperação com todas as pessoas, reconhecem a origem comum de toda a humanidade e entendem a dignidade humana como dádiva divina. "Uma vez que a miséria humana e a degradação do meio ambiente estão inter-relacionadas, empenhamo-nos por melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas. Nosso objetivo é o desenvolvimento sustentável dos recursos, atendendo concomitantemente às necessidades humanas." (AG, 2012, p. 26).

A Igreja Adventista compreende que a responsabilidade de cuidar do planeta recai sobre esforços individuais e cooperativos. "Nós aceitamos o desafio de trabalhar em prol da restauração do desígnio global de Deus. Movidos pela fé em Deus, comprometemo-nos a promover o bem-estar, nos níveis pessoal e ambiental, que vem de pessoas integradas e dedicadas a servir a Deus e à humanidade." (AG, 2012, p. 26-27).

Na área do desenvolvimento há uma variedade de possibilidades de cooperação entre as igrejas, seja em nível local, regional ou nacional. Tal cooperação precisa abarcar, entre outras coisas, os esforços em favor de uma sociedade mais justa, a promoção da paz, dos direitos e dignidade da mulher e uma distribuição mais equitativa de recursos. Pode-se organizar um serviço comum em favor dos pobres, doentes, das pessoas com deficiência, idosos e todas(os) que padecem de algum mal por conta do pecado no mundo. Recomenda-se que tal cooperação aconteça especialmente nos lugares de grandes concentrações populacionais que geram graves consequências para a habitação, alimentação, distribuição de água, higiene e cuidados com a saúde. Outro aspecto importante da cooperação nesta seara está na preocupação com os problemas dos imigrantes, refugiados e vítimas de catástrofes naturais (PCPUC, 2004, p. 175).

Para a Igreja Adventista, os cristãos devem promover a paz (AG, 2012, p. 118), que embora não possa sê-la por pronunciamentos oficiais, deve ser trabalhada pela Igreja enquanto Cristo não retorna. "[...] a esperança na segunda vínda não deve existir em um vácuo social. A esperança adventista deve manifestar-se e traduzir-se em profunda preocupação pelo bem-estar de cada membro da família humana." (AG, 2012, p. 119).

Os adventistas convidam "o povo de Deus de todos os países a orar fervorosamente pela paz mundial", buscam "manifestar-se pela paz e a boa vontade entre as pessoas e

trabalhar por elas, sendo assim conhecidos como pacificadores e construtores de pontes", e apelam para que todas as pessoas de boa vontade, "naquilo que estiver ao seu alcance, ajudem a criar uma atmosfera de cooperação e fraternidade que leve a mudanças entre diferentes culturas e sistemas ideológicos e a uma melhor compreensão entre as pessoas de todas as raças, credos e convicções políticas." (AG, 2012, p. 120).

A Igreja Adventista declara que a paz duradoura pode ser alcançada pelo diálogo – "em vez de provocações e gritos de guerra" (AG, 2012, p. 122), e que, para tê-la

> é vital remover as cargas do passado, ir além dos desgastados campos de batalha e atuar na direção da reconciliação. No mínimo, isso requer sanar injustiças e violência do passado; e, nas melhores condições, isso envolve o perdão, que absorve a dor sem retaliação. […] A reconciliação é o único caminho para o sucesso quando o objetivo é a cooperação, a harmonia e a paz. Apelamos às igrejas e aos líderes cristãos para que exercitem um ministério de reconciliação e ajam como embaixadores da boa vontade, abertura e perdão (AG, 2012, p. 123-124).

Embora compreenda que os esforços de organismos religiosos e indivíduos em favor da paz são inestimáveis, a IASD não os considera suficientes. "Não somos apenas criaturas de um reino espiritual; temos que estar ativamente interessados em tudo que afeta o ambiente no qual vivemos e precisamos nos preocupar com o bem-estar de nosso planeta." A Igreja avalia que as denominações cristãs não devem apenas ser reconhecidas pelas contribuições espirituais que ofecerem, mas por apoiarem a qualidade de vida e a pacificação entre os povos. "Precisamos nos arrepender de expressões ou atos de violência nos quais os cristãos ou igrejas, ao longo da história e também recentemente, têm se envolvido ativamente, ou ainda têm tolerado ou tentado justificar." Apela-se para que os cristãos e as pessoas de boa vontade exerçam papel ativo para pacificar e sustentar a paz (AG, 2012, p. 124). Além disso, a Igreja Adventista tem trabalhado pela cultura da paz através da educação. "A educação dos membros da igreja para a não violência, a paz e a reconciliação precisa ser um processo contínuo. Aos pastores está sendo solicitado que usem púlpitos para proclamar o evangelho da paz, o perdão e a reconciliação que dissolve barreiras" e que promovam relações humanas pacíficas (AG, 2012, p. 125).

No reconhecimento de que homens e mulheres foram criados iguais, à imagem de um Deus amoroso, e chamados para cumprir um papel na missão primária da Igreja, ao trabalhar conjuntamente em benefício da humanidade, a IASD se mostra "dolorosamente consciente" das condições sociais adversas que inibem as mulheres, em todo o mundo, de alcançar o potencial dado por Deus, que as privam de apreciar a vida e prejudicam seu bem-estar físico e espiritual, como o estresse, a pobreza, as condições de trabalho e a violência familiar. "A

mulher tem direito aos privilégios e oportunidades dados por Deus e destinados a cada ser humano: o direito à alfabetização, à educação, à assistência médica adequada, à tomada de decisões e à vida livre de abuso físico, mental e sexual.” Para os adventistas, às mulheres deve ser garantido desempenhar papel de liderença na vida da Igreja e na sociedade, e creem que a Igreja apenas cumprirá sua missão quando a mulher for possibilitado atingir todo seu potencial (AG, 2012, p. 218).

6.4.3.3 Missão e evangelização na perspectiva do diálogo e o papel das mulheres no ministério

Deus encarregou todos os cristãos a anunciar o evangelho a todos os povos em cumprimento ao mandato estipulado por Cristo (Mt 28,18-20). “Proclamar que Deus se reconciliou com o mundo em Cristo é o ponto central da fé, da vida e do testemunho da Igreja (cf. 2Cor 5,18-19).” (PCPUC, 1999, p. 11). Os cristãos devem anunciar Jesus como Salvador e Senhor, conduzindo à aceitação pessoal consciente, à conversão do indivíduo; com o novo nascimento, conforme exposto em João 3,3; com a preocupação de evangelizar o mundo nestes “últimos dias” antes do retorno de Cristo (At 2,14-17; Jl 2,1-4,17), fazendo discípulos, seguindo a grande comissão (PCPUC, 1999, p. 12).

A Igreja foi chamada para cumprir o propósito de Deus de dar continuidade ao ministério de Cristo no mundo. “Isso explica por que, dessa perspectiva, a igreja não apenas tem uma missão: a igreja é a missão.” As Escrituras demonstram um Deus de missão, cuja abordagem característica está em enviar alguém para falar aos seres humanos em nome dele. Na “plenitude do tempo, Deus enviou seu Filho” (Gl 4,4) que, por sua vez, enviou os 12 e, depois, os 70, com uma mensagem sobre o reino e Deus (Lc 9,1-2; 10,1.9) e, como última instrução, pediu que se fizessem discípulos de todas as nações (Mt 28,19). A tarefa dos discípulos de Jesus se constitui na mesma da Igreja: de partilhar seu evangelho a todo o mundo. “O chamado ao evangelismo surge de uma inequívoca ordem do Senhor da igreja.” (DEDEREN, 2011a, p. 610).

Outra missão da Igreja está na edificação dos cristãos (DEDEREN, 2011a, p. 610-611). Deus “concedeu uns para apóstolos, outros para profetas, outros para evangelistas e outros para pastores e mestres, com vistas ao aperfeiçoamento dos santos para o desempenho do seu serviço, para a edificação do corpo de Cristo, até que todos cheguemos à unidade da fé e do pleno conhecimento do Filho de Deus” (Ef 4,11-13). A missão da Igreja também se encontra no cuidado dos necessitados e sofredores. Jesus era conhecido por seu ministério de

cura; ele esperava que os discípulos seguissem seus passos (Mt 10,5-8; Lc 10,1-12.17). Os cristãos, por sua influência e testemunho,

> são chamados a apoiar as causas que promovem a prosperidade social, econômica e educacional da família humana. A missão primordial da igreja está inquestionavelmente relacionada ao evangelismo e à implementação do plano divino de salvação. No entanto, seus membros são convidados a aprender do Senhor, o qual, embora subordinasse a ajuda física e material às necessidades espirituais, mostrava interesse e tomava medidas em benefício dos necessitados e sofredores. (DEDEREN, 2011a, p. 611).

Atribuir glória a Deus se configura, também, como missão da Igreja e seu supremo propósito. Glorificar a Deus não significa meramente desenvolver o ensino ou a edificação espiritual, mas centraliza-se no que Deus significa (DEDEREN, 2011a, p. 611-612). "A igreja glorifica a Deus mediante uma reação de agradecimento à sua graça". Adorar implica anunciar "as virtudes daquele que vos chamou das trevas para a sua maravilhosa luz" (1Pe 2,9). Os cristãos glorificam a Deus, ainda, por meio de suas vidas, quando "cheios do fruto de justiça, o qual é mediante Jesus Cristo, para a glória e louvor de Deus." (Fl 1,11) (DEDEREN, 2011a, p. 612).

Nas crenças fundamentais dos adventistas indica-se que a Igreja "preenche a grande comissão de Cristo no sentido de levar o evangelho a todo o mundo (Mt 28:18-20), e prepara as pessoas para o seu glorioso retorno (1Ts 5:23; Ef 5:27)" (AM, 2016, p. 192); que o "novo nascimento espiritual transforma de tal modo a vida (Jo 1:13; 3:5) que podemos até mesmo falar de uma nova criação" (AM, 2016, p. 117). Na autocompreensão de remanescente, os adventistas "têm sobre si a responsabilidade de proclamar, justamente antes do retorno de Cristo, a advertência final de Deus ao mundo, a tríplice mensagem angélica de Apocalipse 14" (AM, 2016, p. 215) e entendem que o cumprimento de profecias bíblicas, ao longo da segunda metade do século XVIII e a primeira metade do século XIX, culminou num movimento interconfessional centrado na esperança do segundo advento. "A esperança do advento desenvolveu um espírito de profunda unidade entre seus participantes, e muitos se uniram para advertir o mundo do breve retorno de Cristo. O movimento adventista representou um genuíno movimento interconfessional", centrado nas Escrituras e na esperança da volta de Jesus (AM, 2016, p. 217).

A evangelização precisa conter sempre, na base, centro e ápice do seu dinamismo, a proclamação clara de que em Jesus Cristo, Filho de Deus feito ser humano, morto e ressurreto, a salvação se oferece a toda a humanidade como dom da graça e misericórdia divina (Ef 2,8; Rm 1,16). "Essa iniciativa divina gera a Igreja enquanto comunidade

escatológica, enquanto *koinonia*. Na medida em que fazem parte dessa *koinonia*, os cristãos partilham dos vínculos profundos de unidade no Espírito, mesmo hoje, a despeito das divisões que ainda persistem." Na natureza escatológica da *koinonia*, encorajadora da unidade na diversidade, se manifesta um sinal profético para a humanidade dividida (Jo 17,21) (PCPUC, 1999, p. 12).

Para a teologia adventista, a "experiência da salvação que alcança as profundezas da alma [...] provém tão somente de Deus" e de Jesus Cristo (AM, 2016, p. 150). Obtida "inteiramente pela graça" (AM, 2016, p. 293), a salvação "é um dom que vem pela graça, através da fé, e não depende das obras da lei (Ef 2:8)" (AM, 2016, p. 304).

A evangelização deve ocorrer por amor a Cristo, em obediência à grande comissão e no desejo de que todas(os) recebam as dádivas da vida eterna. Tal como católicos e pentecostais, os adventistas anunciam a segunda vinda de Cristo como a esperança da Igreja e, como os irmãos pentecostais, insistem na urgência da proclamação por crer na iminência do advento (PCPUC, 1999, p. 13-14; AM, 2016, p. 409-425). Para a teologia adventista, o remanescente "proclama a salvação por meio de Cristo e prediz a aproximação de seu segundo advento" (AM, 2016, p. 204), "a bendita esperança da igreja" (AM, 2016, p. 409).

A proclamação missionária alcança os membros de outras religiões e se entende aos que um dia declararam aceitar o evangelho, mas vivem aparentemente indiferentes à fé que professam. O Espírito Santo prepara os indivíduos e povos para a recepção do evangelho, pois "os atributos invisíveis de Deus, assim o seu eterno poder, como também a sua própria divindade, claramente se reconhecem, desde o princípio do mundo, sendo percebidos por meio das coisas que foram criadas." (Rm 1,20). Todas(os), sem exceção, são salvos pela morte de Jesus Cristo (PCPUC, 1999, p. 15-16).

Para os adventistas, o "direito de se envolver em atividades humanitárias deve ser reconhecido; no entanto, tal ação nunca deve estar ligada ao evangelismo de uma maneira que explore as pessoas vulneráveis, oferecendo incentivos financeiros e materiais para induzi-las a mudar de religião." (AG, 2012, p. 138); o Espírito Santo "atrai e convence os seres humanos", concedendo "dons espirituais à igreja, a habilita a dar testemunho de Cristo e, em harmonia com as Escrituras, guia-a em toda a verdade" (AM, 2016, p. 77), despertando "as mentes obscurecidas pelos pecados" (AM, 2016, p. 82), trazendo à lembrança todas as coisas ditas por Jesus (Jo 14,26), guiando "em toda a verdade" (Jo 16,13) (AM, 2016, p. 83), providenciando "o poder especial necessário para que a proclamação do evangelho [chegue] 'até aos confins da Terra'" (At 1:8) (AM, 2016, p. 85), pois, pela morte de Jesus, Deus quer que todas(os) sejam salvos e conheçam a verdade (1Tm 2,4) (AM, 2016, p. 32).

Na reivindicação do fundamento bíblico e sistemático da evangelização de todos os povos, a Abraão foi prometido que nele todas as gerações seriam abençoadas (Gn 17,1-8). A aliança divina com o patriarca possui um significado geral (Gn 22,18). Os profetas do Antigo Testamento demonstram que a eleição de Israel inclui todos os povos, visto esperarem a reunião de todas(os) no Monte Sião para a vinda do Messias (Is 23; 49,6-8; Jl 3,1-5). Ainda que o ministério terrestre de Jesus se destinasse a Israel, não excluiu outros povos (Mt 15,21-28), vindo para a salvação de todo o mundo (Jo 3,15-17; Mt 26,28). Paulo destaca a dimensão universal e cósmica da morte e ressurreição de Jesus (Rm 8,21; 2Cor 5,19). "Então, recebendo do Pai o Espírito, Jesus espalha esse mesmo Espírito enquanto agente pelo qual se opera a obra da redenção no mundo inteiro até o fim dos tempos (cf. At 2,33). O mandato bíblico da missão tem, pois, seu fundamento no projeto redentor de Deus." (PCPUC, 1999, p. 17-18).

O conteúdo da mensagem de salvação está no próprio Jesus Cristo, caminho de reconciliação com o Pai, a boa nova (Gl 1,16) confiada aos discípulos (Mt 28,19). O Espírito Santo dado a todos os povos (At 2,17; Jl 3,1) estabelece a dinâmica interna do processo de evangelização e salvação. A transmissão da fé baseia-se no anúncio de Jesus Cristo com o objetivo de que outros creiam nele. Os discípulos se inflamavam no desejo de proclamar a Cristo, não conseguindo se calar quanto ao que viram e ouviram (At 4,20), estendendo o convite às pessoas de todos os tempos a participar da alegria da comunhão com Cristo e o Pai, fundamento da comunhão entre os cristãos (1Jo 1,1-4). A proclamação de Jesus Cristo se faz necessária "para a libertação da humanidade do pecado e para o cumprimento da salvação, pois todos são sujeitos da 'queda', todos estão 'perdidos'. Essa condição acarreta a alienação de Deus e a alienação dos outros." (PCPUC, 1999, p. 18).

Para a teologia adventista, uma "das maiores razões por que os cristãos vivem da forma como o fazem é a salvação de homens e mulheres perdidos." (AM, 2016, p. 359). Entendem que a Igreja foi chamada à "proclamação mundial do evangelho" (AM, 2016, p. 183), liberando "cheiro de morte para morte" ou "aroma de vida para vida" (2Cor 2,16) e que "o maior serviço que a Igreja provê ao mundo é o pleno comprometimento com a ordem de levar o evangelho 'a todas as nações' (Mt 24:14)" (AM, 2016, p. 196); e a Igreja apenas viverá a unidade se, "agindo como um todo, se envolva na proclamação do evangelho de Jesus Cristo." (AM, 2016, p. 235).

Os adventistas harmonizam-se com pentecostais e católicos na compreensão de que as Escrituras constituem o fundamento da evangelização e da justiça social. A Igreja Adventista declara que a Bíblia constitui o fundamento da compreensão do seu propósito, mensagem e missão (AG, 2012, p. 40).

A vida, obra e atuação de Ellen G. White na IASD, e sua compreensão do papel da mulher no ministério, podem servir, respectivamente, de modelo e contributo da Igreja Adventista ao ecumenismo na discussão do papel da mulher na Igreja. Estudiosos da profetisa adventista indicam que ela tratou do tema em duas perspectivas: igualitária, enfatizando a igualdade de homens e mulheres na criação (Gn 1,26-27), no evangelho (Gl 3,27-28) e nos cargos de liderança definidos pelos dons espirituais e pelo chamado divino, independentemente do sexo (Jl 2,28-29; 1Cor 12,7-11); e de complemento à liderança masculina, defendendo que homens e mulheres, peculiarmente distintos, são complementares, interdependentes. De uma forma ou de outra, Ellen G. White apoiou o envolvimento ativo das mulheres em uma série de funções de liderança na família e na Igreja. Ela "foi uma fervente promotora das mulheres no ministério evangelístico e o sustento delas com o dízimo, mas nunca deu uma explicação teológica abrangente para a ordenação de mulheres." (MOON, 2018, p. 1100). Não obstante, traçando paralelos entre a família e a Igreja, ela nunca restringiu a liderança nessas duas esferas exclusivamente aos homens. Embora considerasse o pai cabeça da família, ela se referia à mãe como mestra do lar e sacerdotisa da família; ensinou a igualdade entre esposa e esposo e criticou a tirania e o espírito controlador de alguns maridos. Ainda que tenha ensinado respeito e apoio aos esposos na liderença espiritual, orientou que as mulheres não deveriam sujeitar sua individualidade e submeter seu juízo e consciência ao domínio do marido (MOON, 2018, p. 1100).

Em seus escritos, Ellen G. White orientou sobre "(1) a necessidade e a ordem divina das mulheres no ministério, (2) papéis apropriados para mulheres no ministério e (3) reconhecimento apropriado e encorajamento para mulheres no ministério." (MOON, 2018, p. 1101). Sobre o primeiro ponto, ela considerava imprescindível a participação feminina no ministério evangélico para o êxito da pregação da mensagem da Igreja. "Ellen White defendia que as mulheres que dedicam tempo e talento para o ministério devem receber salário assim como os pastores" (MOON, 2018, p. 1101). Nos papéis previstos para as mulheres no trabalho evangelístico, as atividades mencionadas com mais frequência estavam relacionadas ao trabalho de casa em casa com as famílias, os estudos bíblicos, a colportagem e a obra na família pastoral. Nesse ponto, as declarações de Ellen G. White se inserem

> no contexto do ministério em conjunto, no qual as mulheres usam seus dons em grande medida, mas não exclusivamente, no ensino e aconselhamento de indivíduos e pequenos grupos, em especial, famílias. Essas mulheres são chamadas de "abnegadas" porque esse trabalho com indivíduos e famílias é visto como um papel de apoio, não de liderança na equipe ministerial. (MOON, 2018, p. 1102).

Em tal função de apoio, elas recebem a promessa de “poder que excede o dos homens”, a fim de “fazer em famílias uma obra que os homens não podem fazer” e “aproximar-se do coração daqueles a quem os homens não podem alcançar” (WHITE, 2007b, p. 109) (MOON, 2018, p. 1102). Por fim, por mais que Ellen G. White tenha recomendado em específico, às mulheres, que servissem em funções de apoio ao ministério, também incentivou as com dom de liderança pública que o exercesse (MOON, 2018, p. 1103). Ela apontou a necessidade, legitimidade e ordem divina do trabalho das mulheres na obra da Igreja e destacou que elas recebem e executam uma ampla gama de dons espirituais e ocupam um lugar indispensável na missão adventista, sem especificar nenhuma função particular no ministério cuja atuação feminina devesse ser vetada (MOON, 2018, p. 1107).

6.4.3.4 A promoção da liberdade religiosa

Católicos e pentecostais defendem que os cristãos têm o direito de testemunhar o evangelho a todas(os), até mesmo para outros cristãos (PCPUC, 1999, p. 55). A pregação legítima do evangelho envolve a caridade cristã (1Cor 13), não procura egoisticamente atender o próprio interesse, falar contra outras comunidades cristãs e difamá-las de que forma for. “Deve haver total distinção entre o proselitismo e o ato legítimo de apresentar o evangelho de forma convincente.” Católicos e pentecostais reconhecem que um cristão, depois de ouvir uma apresentação legítima do evangelho, pode escolher livremente se transferir de uma comunidade cristã para outra, sem que se conclua que tal ação se constitui em fruto de proselitismo (PCPUC, 1999, p. 56).

Para os adventistas, a liberdade religiosa contempla “o direito de mudar de religião e de respeitosamente convidar outros a fazer o mesmo.” (AG, 2012, p. 133). Entendem que a liberdade religiosa se constitui num direito humano básico e, sobre a disseminação da religião, pensam que o termo “proselitismo” tem sido definitivo de várias maneiras e, cada vez mais, com conotação pejorativa, ligada a métodos de persuasão antiéticos – incluindo a força –, condenados pelos adventistas. À IASD “a fé e a religião são mais bem disseminadas quando as convicções são manifestadas e ensinadas com humildade e respeito, e quando o testemunho de vida está em harmonia com a mensagem anunciada, produzindo uma aceitação livre [dos] que estão sendo evangelizados.” A Igreja defende que na atividade evangelística e missionária, faz-se necessário respeitar a dignidade do outro. “As pessoas precisam ser verdadeiras e transparentes ao lidar com outros grupos religiosos. Deve-se evitar a

terminologia que possa ofender as outras comunidades religiosas. Declarações falsas ou que ridicularizem outras religiões não deveriam ser feitas.” (AG, 2012, p. 137).

Compreendendo que a conversão se constitui em uma experiência do Espírito, os adventistas condenam toda ação evangelística ligada a ofertas ou conceção de incentivos materiais (AG, 2012, p. 137).

A liberdade religiosa se constitui em um direito civil. Existe, no entanto, uma liberdade religiosa que os cristãos devem conceder uns aos outros enquanto irmãos em Cristo, bem como a todos os seres humanos, visto serem criados à imagem e semelhança de Deus (PCPUC, 1999, p. 57-58).

> Com o mesmo empenho e amor com os quais seguimos a verdade, devemos evitar a agressão a outras tradições, não só física, mas também mental ou de coração; teremos de fugir, como se foge do erro, de todo menosprezo, de toda tentativa de reconduzir os outros ao lugar em que estamos; teremos de fugir da pretensão de desprestigiar as outras tradições e, com mais razão, teremos de fugir de toda tentativa de calá-las ou de fazê-las desaparecer; com igual empenho, teremos de afastar a tentação de humilhar as outras tradições com relação à nossa própria; e será preciso igualmente nos afastar da pior das tentações: a de ignorar as outras tradições. Ignorá-las é ofensa e desprezo. (CORBÍ, 2010, p. 270).

Desde a fundação da IRLA no fim do século o XIX, os adventistas mantém um escritório para defender pessoas e instituições cujos direitos religiosos são violados pelo Estado ou outras entidades, e busca animar governos a assegurar e manter princípios de liberdade de consciência. Outro objetivo da IRLA está no fortalecimento da noção da separação entre Igreja e Estado, principalmente nos países em que eles estão unidos ou um controla o outro (SCHWARZ; GREENLEAF, 2009, p. 445). Os adventistas reconhecem que precisam “defender a liberdade de consciência e de religião como um direito humano fundamental, em harmonia com os instrumentos das Nações Unidas.” Considerando se constituir em uma minoria religosa que, por vezes, está sujeita a restrições e discriminações, que sente a necessidade de defender os direitos humanos, o direito à liberdade de religião, a liberdade para se reunir para instrução e adoração no dia que considera sagrado, o sábado, e de disseminar opiniões religiosas em pregações públicas ou através da mídia (AG, 2012, p. 133), *concluímos que a Igreja tem condições de, por sua atuação na IRLA e nas declarações sobre o tema, continuar a enfatizar e defender o direito à liberdade religiosa de todas as igrejas e religiões, e abrir-se ao diálogo com outras minorias religiosas, identificando pautas que podem ser reividicadas conjuntamente para garantia da liberdade de reunião, instrução, serviço religioso e promoção de atividades missionárias de cada grupo.* “Toda pessoa tem o direito de exigir consideração sempre que a consciência não permita o desempenho de certos

deveres públicos [...]. Continuaremos a cooperar e comunicar com outros para defender a liberdade religiosa de todas as pessoas, inclusive daqueles de quem possamos discordar." (AG, 2012, p. 133).

Semelhantemente ao racismo e discriminação, a Igreja Adventista vê a intolerância baseada em crença religiosa ou filiação eclesial como "intrinsecamente má", devendo ser eliminada. "O extremismo religioso fanático e intolerante, de qualquer tipo, deve ser deplorado e restringido. Toda pessoa tem o direito de expressar com convicção suas ideias religiosas, mas sempre com respeito pelos direitos dos outros." (AG, 2012, p. 134). Para os adventistas, a liberdade religiosa está ligada à defesa das minorias religiosas que, no decorrer da história, "têm sido frequentemente sujeitas a discriminação e grande perseguição." A Igreja entende que, hoje, a intolerância e o preconceito religioso tem ganhado espaço. "A despeito da afirmação de que todos têm liberdade para manter e disseminar opiniões religiosas e mudar de religião – uma afirmação sustentada nos instrumentos e documentos das Nações Unidas formando uma 'Carta Internacional [dos Direitos Humanos]' – muitos países negam esse direito a seus cidadãos." (AG, 2012, p. 135).

A liberdade religiosa constitui, para a IASD,

> o mais básico e essencial dos direitos fundamentais da humanidade. Os adventistas creem na obediência às leis do país, desde que não estejam em conflito com as leis de Deus. No entanto, fazemos oposição a qualquer lei, programa ou atividade que discrimine as minorias religiosas. A Igreja Adventista defende a liberdade religiosa a todos, bem como a separação entre Igreja e Estado. [...] Além disso, os adventistas acreditam que a lei deve ser aplicada imparcialmente. Sustentamos que nenhum grupo religioso deve ser julgado pelo fato de alguns fiéis parecerem extremistas. A liberdade religiosa é limitada quando comportamentos agressivos violam os direitos humanos de outros. (AG, 2012, p. 135).

Em apoio ao artigo XVIII da Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas[142] e outros órgãos internacionais, a IASD, em harmonia com suas crenças e história, reitera o compromisso de promover e proteger a liberdade religisa de todas(os), em todos os lugares, continuando a cooperar com a Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos,[143] outras agências internacionais e organizações religiosas, encorajando cada país a assegurar o direito fundamental de liberdade religiosa, e a promover o diálogo e um melhor entendimento entre autoridades governamentais e os pertencentes às minorias religiosas (AG, 2012, p. 135-136).

---

[142] "Todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, em público ou em particular."

[143] Atualmente chamado de Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas.

No interior de um mundo pluralista, o lugar da Igreja pode ser melhor definido como de uma Igreja diaconal. Isso não significa que a Igreja de hoje não deva mais insistir na verdade e adotar uma postura meramente pastoral e terapêutica; ela não pode ser entendida meramente como uma agência de assistência social ou uma organização social, como que se as pessoas pudessem ser auxiliadas à parte da verdade e que se não fosse a verdade que libertasse (Jo 8,32). Testemunhar e anunciar a verdade se constitui na principal tarefa pastoral da Igreja. A expressão Igreja diaconal indica um entendimento da verdade em seu caráter libertador, e, portanto, terapêutico e pastoral (KASPER, 2008, p. 259).

"Converter-se à causa da unidade é ter descoberto o mais profundo do evangelho de Jesus Cristo e do projeto de Deus para o mundo. Sempre que houve nas igrejas um maior aprofundamento bíblico e teológico, renasceu o movimento pela unidade." (BARROS, 1995, p. 119). Assim foi com o movimento mileira – do qual surge a Igreja Adventista –, que uniu-se em torno da crença na segunda vinda de Jesus.

6.5 APROXIMAÇÕES ENTRE CRISTIANISMO, JUDAÍSMO E ISLAMISMO

Desde suas origens, o cristianismo se apresenta – ao lado do judaísmo e, posteriormente, do islamismo –, como uma religião tipicamente profética, distinta das religiões indiana mística e chinesa sapiencial. No cristianismo, Deus "tem a iniciativa decisiva na história da salvação. Deus a quem o homem não se encontra unido por natureza e que é inacessível a todos os esforços humanos, mas 'perante' quem ('perante o seu rosto') o homem age e em quem pode depositar a sua confiança, na fé." Não se trata de uma mística da união ou de uma harmonia do mundo de outras religiões, mas, para falar por imagens, de um face a face entre o ser humano e Deus, presente desde o início do judaísmo, seguindo no cristianismo e no islamismo. Assim como as duas outras proféticas, o cristianismo se configura como uma religião do confronto entre o Deus santo e o ser humano pecador, em que "a palavra que Deus dirige ao homem e a fé do homem em Deus também fazem dele uma religião da comunicação." (KÜNG, 2016, p. 44, grifos suprimidos). Na vocação histórica das três religiões monoteístas está o ato contínuo de "nomear Deus como um Deus pessoal que dialoga com o homem." (GEFFRÉ, 2013, p. 205).

Em comum entre cristianismo, judaísmo e islamismo, encontramos: (1) a fé num único e mesmo Deus, o Deus de Abraão, situado na origem delas "e em quem as três tradições veem a grande testemunha do único Deus vivo, ao qual podemos dirigir-nos para nos queixarmos, para o louvamos e para lhe suplicarmos. Estas três religiões são religiões da fé"; (2) uma visão

de história que não se desenvolve por ciclos cósmicos, mas orienta-se pela criação divina e encontra sua confirmação na ação e nos sinais salvífico de Deus no tempo, dirigindo-se para um fim, uma consumação em Deus. "São religiões que desenvolvem um pensamento histórico"; (3) a proclamação sempre nova da Palavra e vontade divina através de uma série de figuras proféticas. "Não são religiões místicas, mas religiões marcadas pelo cunho do profetismo"; (4) a representação escrita de uma revelação divina, feita de uma vez por todas ao ser humano, revelação normativa em forma de livros sagrados. "São religiões da Palavra e do livro";[144] e (5) uma ética fundamental de uma humanidade elementar, que se firma na vontade de Deus expressa nos seus mandamentos. "Trata-se de religiões centradas na ética." (KÜNG, 2016, p. 44).

Entre judaísmo, cristianismo e islamismo,

> para além da necessidade pragmática de encontrar uma convivência pacífica em nosso mundo moderno, ameaçado, há também uma ampla base de semelhanças teológicas [entre elas]. Há décadas os cristãos e judeus têm avançado bastante no reconhecimento desse fato. Em contrapartida, o diálogo com o islamismo é totalmente incipiente. Mas aqui falta principalmente ampliar, numa base de conhecimentos gerais e evidentes, o saber especial das poucas pessoas envolvidas num diálogo. [...] O pressuposto mais importante para todo encontro consiste em levar em conta um ao outro e obter conhecimento um do outro. (BÖTTRICH; EGO; EISSLER, 2013a, p. 7; BÖTTRICH; EGO; EISSLER, 2013b, p. 7; BÖTTRICH; EGO; EISSLER, 2014, p. 7).

Um futuro de boas relações entre as três religiões demanda o conhecimento das diferenças, a luta contra as estruturas de preconceitos e discordâncias do passado e o arrependimento de tudo que testemunha contra a vida centrada no Deus que, coletivamente, judeus, cristãos e muçulmanos professam (HINZE; OMAR, 2007, p. 6).

A relação dos adventistas com adeptos de outras religiões tornou-se importante recentemente. O interesse crescente da liderança denominacional no diálogo inter-religioso se concretizou na formação de centros de estudos, na década de 1990, para o budismo, o hinduísmo, o islamismo e o judaísmo, estabelecidos na perspectiva do encontro missionário de adventistas com os integrantes dessas religiões. Tais encontros fornecem uma estrutura para propor diretrizes básicas úteis ao diálogo (HÖSCHELE, 2010, p. 161).

---

[144] Fitzgerald (2008, p. 159) discorda do uso da expressão "as três religiões do livro" em referência indistinta ao judaísmo, cristianismo e islamismo. "Os cristãos não são os adeptos de um livro, mas os discípulos de uma pessoa, Jesus Cristo".

6.6 PROXIMIDADES E PROPOSIÇÕES AO DIÁLOGO ADVENTISTA COM JUDEUS

O judaísmo se apresenta como a religião mais próxima do cristianismo (JOÃO PAULO II, 1995, p. 101). Os judeus são "como irmãos mais velhos na fé." (JOÃO PAULO II, 1995, p. 103, grifo suprimido), povo que ainda carrega os sinais da eleição divina (JOÃO PAULO II, 1995, p. 104).

O parentesco entre o cristianismo e o judaísmo está expresso e reconhecido pelo cristianismo na linha das tradições da Bíblia hebraica, nas três alianças do Deus único de todos os seres humanos. Na aliança noáquica com toda a criação, anunciada no arco-íris; na aliança abraâmica com a humanidade abraâmica, sinalizada pela circuncisão – Abraão se constitui no pai de numerosos povos, o judaísmo, o cristianismo e o islamismo; e na aliança do Sinai com o povo de Deus, em que os sinais são o altar e a arca da aliança. "Uma coisa é desde logo clara: por acreditarem no Deus único da Bíblia hebraica, os cristãos aceitam em princípio os elementos estruturais e os conceitos-chave da fé israelita/judaica" do êxodo, do Sinai e de Canaã. No êxodo, Deus escolhe o povo de Israel, fato que os judeus não se orgulham pretensiosamente, mas compreendem como uma graça e responsabilidade; no Sinai conclui-se a aliança, acarretando uma obrigação expressa no dom da lei; a promessa de Canaã integra a escolha do povo (KÜNG, 2016, p. 47).

> É de uma importância capital para o diálogo fraternal que pode instaurar-se hoje entre judeus e cristãos manter sempre presente no espírito que os cristãos também acreditam no Deus único de Abraão, de [Isaque e de Jacó], o Deus de Israel. Não é possível recusar o Deus judaico da criação, da justiça e da lei, em beneficio do Deus de Cristo, do evangelho, da graça e do amor. (KÜNG, 2016, p. 43).

Judeus e cristãos compartilham os dez mandamentos (Êx 20, Dt 5) como uma herança e uma obrigação comum. "O mundo seria um lugar diferente se os dez mandamentos fossem a orientação para todos os seres humanos nesta terra. Eles são capazes de lançar luz no caminho da vida" (KASPER, 2005a, p. 34). Judaísmo e cristianismo possuem em comum os livros do Antigo Testamento como testemunhas da revelação (BARROS, 1995, p. 131) do Deus de Abraão, Isaque e Jacó, o Deus de Jesus Cristo, dos apóstolos e da Igreja que, nos seus primórdios, só tinha essa Escritura (CNBB, 1986, p. 35). "Isto é importante, pois a Igreja de Cristo insiste em receber integralmente as Escrituras como testemunho perene da revelação." (BARROS, 1995, p. 131).

O Novo Testamento seria indecifrável sem o Antigo (PCB, 2005, p. 521). Ao estudar os grandes temas do Antigo Testamento e sua continuidade no Novo, dá-se conta da simbiose

que une as duas partes da Bíblia cristã e da força dos vínculos espirituais que unem a Igreja ao povo judeu. Nos dois testamentos, "é o mesmo Deus que entra em relação com os homens e os convida a viver em comunhão com ele; Deus único e fonte de unidade; Deus criador, que continua a prover as necessidades das suas criaturas [...]; Deus libertador e sobretudo salvador" (PCB, 2005, p. 522).

Ainda que existam diferentes escolas e tendências no judaísmo, com todos os ramos que o constituem, os cristãos tem em comum a mesma fé de Abraão, chamado de pai na fé (Rm 4,16) e, também, o chamado para viver a aliança de Deus no serviço à justiça e no amor à humanidade (BARROS, 1995, p. 130-131).

A aliança de Deus com os judeus nunca foi revogada. "A Igreja, que partilha com o judaísmo uma parte importante das Escrituras Sagradas, considera o povo da aliança e a sua fé como uma raiz sagrada da própria identidade cristã (cf. Rm 11,16-18)." Os cristãos não podem considerar o judaísmo uma religião alheia, pois, juntamente com ela, acreditam no único Deus que atua na história, e acolhem, tal como os judeus, a Palavra revelada comum (EG 247).

> Jesus Cristo, filho de Davi, filho de Abraão, veio "segundo a carne" do povo de Israel (Rm 9,5) e transmitiu à sua comunidade, a Igreja, as crenças e as tradições religiosas de seu povo. Por isso, judaísmo e Igreja têm uma herança espiritual comum. [...] Jesus era judeu, nascido de mãe judia. Mais ainda, ele se considerava um judeu fiel às suas origens. Seus ensinamentos derivam das leis e das tradições judaicas com as quais ele se criou, e que ele jamais negou. Jesus era chamado de "rabino" e [frequentava] o Templo de Jerusalém, junto com seus discípulos. (CNBB, 1986, p. 32).

A Igreja está alicerçada na vida e no pensamento do povo de Israel, sustentada nos ensinos judaicos dos patriarcas, profetas, reis, sacerdotes, escribas e rabinos. Jesus foi o elo pelo qual todo o cristianismo inclui-se como descendente de Abraão, co-herdeiro, portanto, com todos os judeus, de seu legado espiritual (CNBB, 1986, p. 33).

O diálogo e a amizade com os filhos de Israel sempre esteve presente na vida dos discípulos de Jesus. O afeto desenvolvido faz-nos lamentar as perseguições de que os judeus foram e são objeto, particularmente naquelas que envolveram ou envolvem cristãos (EG 248). A consciência de ter recebido uma vocação caracteriza a fé de Israel: "Deus escolheu Israel, fez dele o povo da promessa e lhe deu sua lei. Israel manifesta esta sua vocação guardando cada sábado como o dia do seu casamento com o Eterno." (BARROS, 1995, p. 130).

Deus opera por meio dos judeus, povo da primeira aliança, fazendo nascer tesouros de sabedoria que surgem do seu encontro com a Palavra divina. A Igreja se enriquece quando

acolhe os valores do judaísmo. Ainda que algumas convicções cristãs lhe sejam inaceitáveis, e a Igreja se limite ao anúncio de Jesus como Senhor e Messias, há uma rica complementariedade que possibilita a leitura conjunta de textos da Bíblia hebraica, e ajuda cristãos e judeus, mutuamente, a descobrir as riquezas da Palavra, assim como compartilhar convicções éticas e a preocupação pela justiça e o desenvolvimento dos povos (EG 249).

Nos encontros entre especialistas do cristianismo e do judaísmo, em que devem ser estudados os múltiplos problemas existentes às convicções dos dialogantes, orienta-se a adoção de uma "grande abertura de espírito, um saber desconfiar dos próprios preconceitos e tato, são qualidades indispensáveis para não ferir, mesmo involuntariamente, os seus interlocutores." (CNBB, 1986, p. 113).

Com os judeus, há muitas esferas em que os cristãos podem colaborar por meio do diálogo e em ações comuns, como, por exemplo, na luta contra o antissemitismo, o fanatismo religioso e o sectarismo. A cooperação com membros de outras religiões pode ter como objetivo questões de valorização, na perspectiva religiosa, dos problemas da justiça e da paz, o apoio à vida familiar, o respeito às comunidades minoritárias (PCPUC, 2004, p. 170) e a opção pelos pobres.

> O mais genuíno e original da religião judaico-cristã é essa paixão pela justiça, esse imperativo de construção de uma sociedade sem opressores nem oprimidos. [...] No mais nuclear do patrimônio simbólico do judeu-cristianismo perdura a opção dos pobres por Deus e de Deus pelos pobres, esta aliança entre Deus e os pobres. Do ponto de vista do judeu-cristianismo, a religião, ou a "experiência religiosa" fundamental, é essa vivência que faz o sujeito capaz de superar o egoísmo (inclusive um suas formas mais crassas de conformismo, resignação) e sair de si mesmo para centrar-se na justiça e no amor [...]. A opção pelos pobres, teologicamente radiografada, é essencialmente "opção pela justiça", ou, dito de forma pessoal: "opção pelos injustiçados". [...] Se nos distanciarmos dessa experiência religiosa, distanciamo-nos inevitavelmente do Deus bíblico original. Este seria o "carisma" do judeu-cristianismo, e este pode ser seu grande aporte ao diálogo inter-religioso. [...] E, para trabalhar nesta linha, o cristianismo não tem de fazer nenhum esforço impróprio; pelo contrário, basta deixar-se levar pelo seu próprio impulso "natural" e deixar correr livremente seu próprio carisma fundador: o melhor das suas Escrituras e de sua tradição, a voz mais nítida de seus profetas e de Jesus coincidem paladinamente no mesmo enfoque. (VIGIL, 2005, p. 28-29).

Essencialmente, judeus e cristãos possuem em comum o fato de que Jesus, seus pais e todos os apóstolos eram judeus; grande parte dos escritos do Antigo Testamento; a fé no único Deus; a concepção do mundo como criação divina; a sacralidade da vida e a dignidade da pessoa humana; os dez mandamentos; e a esperança messiânica. O cristianismo tem com o judaísmo uma relação única, sem comparação entre outras religiões, no interesse em redescobrir a raiz judaica que o sustenta e nutre (Rm 11,17). As similaridades de modo algum

fazem descuidar ou minimizar as diferenças em matéria de fé, constitutivas tanto para a existência judaica, como para a cristã, às quais nenhum grupo renunciará. Na doutrina da Trindade e na cristologia podem-se evitar incompreensões e polêmicas, menos remover a distinção fundamental em si mesma na compreensão de cada religião. Em relação à mensagem neotestamentária e eclesial de Jesus como Filho de Deus, há uma dessemelhança intransponível entre ambos. Judeus e cristãos possuem particularidades que devem ser não apenas toleradas, mas respeitadas. "As diferenças de fé não devem servir indevidamente de álibis destinados a perpetuar uma relação de inimizade; devemos, ao contrário, reconhecer-nos e respeitar-nos em nossas diferenças." (KASPER, 2005b, p. 26).

Dos valores em comum que os adventistas costumam indicar em relação aos judeus, destacam-se: (1) a busca de um viver saudável através da alimentação; (2) a compreensão da morte; (3) o apreço pelo Antigo Testamento; (4) o sábado do sétimo dia; e (5) a crença de que o Messias há de vir (FINLEY, [200-], p. 160).

Os adventistas declaram possuir uma íntima conexão com os judeus e o judaísmo por conta das crenças e práticas sabatistas. A Igreja deseja reconciliar judeus e cristãos e considera que o antissemitismo, contributo direto para o holocausto, a desafia a examinar as raízes judaicas de sua fé. Os adventistas afirmam, no que serve como subsídio para pensar proposições ao diálogo com os judeus, que (1) por reunir em sua teologia e missão a lei e o evangelho, opostamente à maioria das comunidades cristãs, tornam-se o canal privilegiado para propor a reconciliação entre judeus e cristãos (HÖSCHELE, 2010, p. 175); que (2) a missão confiada por Jesus aos seus discípulos consistia no cumprimento da promessa divina a Abraão de que, por ele, todos os povos da Terra seriam abençoados (Gn 12,3); que (3) Deus não rejeitou os judeus (Rm 11,1), conforme se observa em relatos bíblicos: por Jesus ter selecionado como seus discípulos um grupo de judeus que o reconheceram como o Messias, por Deus ter visto o sofrimento que os judeus experimentaram ao longo de sua história, por Deus ter trabalhado com o povo na tentativa de conduzí-los na compreensão de sua Palavra e a ver Jesus como o verdadeiro Messias de Israel, e por Deus ter usado os judeus ao longo da história cristã para preserver o texto hebraico do Antigo Testamento e enquanto testemunhas da perpetuidade da lei divina; e que (4) a interpretação dispensacionalista do papel de Israel na profecia se configura numa distorção da mensagem bíblica (HÖSCHELE, 2010, p. 176).

A consideração do sábado como dia de descanso, santificado a Deus, constitui-se em uma das características básicas do judaísmo e da Igreja Adventista, incorporado no próprio nome que a define. Visto ser um ponto comum, o sábado pode "servir de plataforma privilegiada para um diálogo inter-religioso entre judeus e adventistas" sustentada: (1) na

teologia bíblica do sábado, "que serve em si mesma como um elemento catalisador de diálogo e confraternização entre os seres humanos" (SIQUEIRA, 2009, p. 632); (2) na perspectiva judaica do sábado, pois tanto na tradição dos judeus, como sua interpretação contemporânea, fazem do sábado "um elemento ideal para o diálogo inter-religioso"; (3) na perspectiva adventista, baseando-se em sua compreensão do sábado, "de sua universalidade, sua importância fundamental na compreensão de Deus e a relevância profético-escatológica desse dia para toda humanidade"; e, na prática, (4) pelo "fato de duas comunidades que guardam e santificam o mesmo dia, em si mesmo, já tem criado uma realidade na qual temos tido de relacionar-nos em busca de uma cooperação mútua". Reconhece-se que, em níveis práticos, já existe inter-relacionamento, ainda que pouco conhecido, desenvolvido ou até mesmo conscientemente aceito pela maioria dos membros das duas comunidades. *Concluímos que a Igreja tem condições de, no contato com os judeus, passar* "*a um outro nível de relacionamento, fundamentado em um diálogo franco, aberto e respeitoso, diálogo este que possa promover uma verdadeira amizade, maior conhecimento e cooperação entre ambas comunidades.*" (SIQUEIRA, 2009, p. 633, grifo nosso).

O sábado encontra-se relacionado com alguns fundamentos bíblicos que servem de subsídio para o diálogo entre judeus e cristãos: (1) a crença comum no mesmo Deus criador do mundo e da humanidade. O sábado "está intimamente ligado à teologia da criação" (Gn 2,1-3; Êx 20,8-11) e a razão de sua observância está no "reconhecimento de Deus como criador e soberano. A soberania de Deus está envolvida, porque foi ele quem ordenou a santificação" do sétimo dia (SIQUEIRA, 2009, p. 633); (2) na crença comum da Bíblia como Palavra de Deus e na presença do sábado como tema recorrente na Bíblia hebraica, o *Tannakh*; e (3) na importância dos dez mandamentos para os dois grupos (SIQUEIRA, 2009, p. 634).

> Os aspectos acima são importantes e fundamentais quanto à teologia do shabat, e foram profusamente trabalhados tanto por judeus como cristãos que se atinaram a explorar esse tema da teologia bíblica. [...] Inerente à própria natureza bíblica do shabat existem os aspectos do "diálogo" e do "encontro" como elementos fundamentais da própria existência humana [...]. Esses dois aspectos podem ser claramente percebidos nos textos bíblicos básicos acerca do shabat: segundo o relato da criação (Gênesis 1:1-2:3), o homem foi criado no sexto dia (Gênesis 1:26-31), assim o primeiro dia completo da existência humana foi um shabat (Gênesis 2:1-3). Esta sequência do relato bíblico implica que a natureza fundamental do shabat é bem mais uma questão de "comunhão/relacionamento" do que de um mero descanso após seis dias de trabalho (SIQUEIRA, 2009, p. 634).

O sábado implica, primeiro, o relacionamento com Deus. Após ter sido criado, o ser humano passou seu primeiro dia de existência em adoração e comunhão junto ao criador. O

sábado “é assim um convite a um tempo de diálogo e de encontro com o criador.” Segundo, o relacionamento com o próximo. Adão e Eva “passaram o seu primeiro dia de vida em relacionamento um com o outro. O shabat é o tempo de diálogo e de encontro humano, do relacionamento do casal, da família, da comunidade, da humanidade.” (SIQUEIRA, 2009, p. 634). Terceiro, o relacionamento com o mundo e a criação. “O primeiro dia do ser humano foi passado em comunhão e no desfrutar a perfeita criação de Deus (animais e natureza em geral). O shabat tem assim um aspecto ecológico, o homem é chamado à comunhão e diálogo com o mundo criado.” (SIQUEIRA, 2009, p. 635).

Os aspectos do diálogo e do encontro estão presentes na descrição do quarto mandamento de Êxodo 20, que solicita a observância do sábado no (1) relacionamento, encontro e diálogo com Deus, num chamado a dedicar esse dia totalmente a ele: “Lembra-te do dia de sábado para o santificar. Seis dias trabalharás e farás toda a tua obra. Mas o sétimo dia é o sábado do Senhor teu Deus” (Êx 20,8-10); e (2) no relacionamento, encontro e diálogo com o próximo e a natureza: “não farás nenhum trabalho, nem tu, nem o teu filho, nem a tua filha, nem o teu servo, nem a tua serva, nem o teu animal, nem o forasteiro das tuas portas para dentro” (Êx 20,10). A descrição de toda a família, seus bens e dos estrangeiros que interagem com ela demostra que o sábado se constitui em um mandamento de comunhão universal. A pausa de trabalho oportuniza tempo a ser usado na adoração a Deus e no encontro com o outro, entre “pais e filhos (encontro em família); senhores e servos (promovendo o respeito e igualdade [...]); homem e animais (promovendo o respeito e cuidado [...] e nos lembrando que eles [...] também são criaturas de Deus); israelita e estrangeiro (indicando a unidade da humanidade e sua igualdade diante de Deus).” (SIQUEIRA, 2009, p. 635). O sábado se apresenta na Bíblia como o ápice da comunhão, do encontro, do momento de diálogo com Deus, os seres humanos e a natureza, resumindo a essência dos mandamentos: amar a Deus sobre todas as coisas (Dt 6,5) e ao próximo como a si mesmo (Lv 19,34) (SIQUEIRA, 2009, p. 636).

Através da *Beth B’nei Tsion* (Templo/Congregação dos Filhos de Sião), congregações judaico-adventistas, a IASD tem dialogado com os judeus a partir de pontos que unem os dois grupos: o culto ao Deus de Israel, a guarda do sábado, a observância das leis de alimentação presentes na Torá e o papel central que ela e os outros ensinamentos da Bíblia possuem na vida dos seres humanos. Existem, atualmente, 30 congregações judaico-adventistas no mundo: 11 em Israel, nove nos Estados Unidos, nove na América do Sul e uma na Europa (MENDES, 2015, p. 52).

6.7 PROXIMIDADES E PROPOSIÇÕES AO DIÁLOGO ADVENTISTA COM MUÇULMANOS

O diálogo propriamente doutrinal entre cristãos e muçulmanos se gesta, ainda, de maneira balbuciante (GEFFRÉ, 2013, p. 185). No entanto, subsistem possibilidades de diálogo na perspectiva do serviço à humanidade e na edificação de uma sociedade mais justa (GEFFRÉ, 2013, p. 205). O diálogo formal entre cristãos e muçulmanos versa, frequentemente, sobre questões sociais, como o uso dos recursos da Terra, o papel das mulheres na sociedade e a educação religiosa de jovens, interações que podem preparar terreno para proposições e ações concretas de diálogo (FITZGERALD, 2008, p. 169). “Há sempre lugar para mais cooperação entre uns e outros na promoção do desenvolvimento integral, da justiça social e da libertação humana.” (FITZGERALD, 2008, p. 170).

Atualmente possui grande importância a relação com os muçulmanos, presentes em muitos países de tradição cristã, em que podem celebrar livremente seu culto. Seus escritos sagrados conservam parte dos ensinos cristãos, Jesus e Maria lhe são objeto de veneração e admira sua capacidade de dedicar tempo diário à oração e participação em serviços religiosos. Eles possuem, ainda, convicção de que a própria vida, em sua totalidade, pertence a e para Deus. Reconhecem, também, a necessidade de respondê-lo com um compromisso ético e tratar com misericórdia os mais pobres (EG 252). Os cristãos podem aprender “algo da seriedade com que os muçulmanos sempre dedicam à sua prática, como a do jejum, por exemplo. Os fiéis do islamismo podem também nos mostrar a importância da expressão social da fé, a nós que nos tornamos tão individualistas.” (FITZGERALD, 2008, p. 120).

Pelo monoteísmo, os crentes em Alá se encontram próximos dos cristãos (JOÃO PAULO II, 1995, p. 97). “Não se pode não admirar, por exemplo, a sua fidelidade à oração. A imagem do crente em Alá que, sem ligar para tempo e lugar, cai de joelhos e mergulha na oração é um modelo” para os cristãos, particularmente aos que, abandonando a frequência às igrejas, oram pouco ou não oram em nenhum momento (JOÃO PAULO II, 1995, p. 98, grifo suprimido).

Com os muçulmanos, os cristãos possuem em comum a fé, herdada de Abraão, pai comum, no Deus único, da aliança, chamado pelos muçulmanos de Alá. “O cristianismo, o judaísmo e o islamismo formam parte de uma mesma família. Têm a mesma origem, os mesmos patriarcas e são chamados a construir a fraternidade sobre esta terra.” (BARROS, 1995, p. 139). Pode-se elencar como fundamento das relações entre o cristianismo e o islamismo: (1) a crença num único Deus e, por isso, em uma única história da salvação; (2) o

reconhecimento dos cristãos de que Maomé não pode ser recusado como mero pseudoprofeta; (3) o reconhecimento dos muçulmanos de que Jesus possui mensagens importantes e permanentes a dizer a todo o mundo; (4) o fato de não serem duas religiões totalmente separadas, visto representarem movimentos religiosos estreitamente entrelaçados, assim como o judaísmo e o cristianismo, constituindo, em conjunto, a grande corrente religiosa-profética originada no Oriente Próximo semítico, distinta das vertentes religiosas indiana mística e a sapiencial e das religiões da natureza (KÜNG, 2016, p. 58).

Das doutrinas em comum que os adventistas costumam indicar em relação aos muçulmanos, estão: (1) a crença em um Deus todo-poderoso, onisciente e cheio de amor; (2) o juízo final – os muçulmanos aceitam o fato de que os seres humanos são moralmente responsáveis pelas suas ações; (3) a crença na ressurreição final dos mortos por ocasião da volta do Messias; (4) a ênfase à assistência e ajuda aos pobres; (5) a prioridade da oração; (6) a proibição do uso de álcool, os jogos de azar e a carne de porco; (7) a valorização da obediência a Deus; e (8) a crença em uma grande controvérsia entre os anjos bons e os maus (FINLEY, [200-], p. 149).

Os adventistas declaram acreditar, assim como os muçulmanos, no Deus onipotente que criou todos os povos para bem se relacionarem, crença que entendem dever ser refletida nas interações com os adeptos de todas as religiões. "Neste espírito, os adventistas buscam um relacionamento cordial com os muçulmanos. [...] os adventistas acreditam que um relacionamento baseado no respeito e compreensão mútuos, e não na ignorância e no antagonismo, beneficia a todos." (HÖSCHELE, 2010, p. 169, tradução nossa).[145] A IASD reconhece e lamenta "os mal-entendidos que existiram como resultado de injustiças como as cruzadas e algumas *jihads*. Em contraste, os adventistas do sétimo dia se opõem ao conflito, violência, intolerância [...] e coerção. Somos um movimento de reconciliação mundial" (HÖSCHELE, 2010, p. 169, tradução nossa).[146]

Muçulmanos e adventistas estão convictos que a vida concentra-se em Deus enquanto criador e sustentador da existência, permeando-a em todos os seus aspectos. Ambos reconhecem que a humanidade administra a criação divina. Os adventistas veem o islamismo como religião monoteísta que remonta sua herança até Abraão. Os adventistas também se enxergam enquanto descendentes espirituais de Abraão. Veem na submissão a Deus,

---

[145] "In this spirit Adventists seek cordial relationship with Muslims. […] the Adventists believe that a relationship based on mutual respect and understanding rather than ignorance and antagonism benefits all." (HÖSCHELE, 2010, p. 169).

[146] "[...] the misunderstandings that have existed as a result of in injustices such as the crusades and some jihads. In contrast, Seventh-day Adventists are opposed to conflict, violence, intolerance […] and coercion. We are an […] worldwide movement of reconciliation" (HÖSCHELE, 2010, p. 169).

significado do termo islã, um objetivo desejável a ser compartilhado por todas(os). A IASD compartilha, também, o foco espiritual do islamismo na preparação para o dia do juízo e respeita a piedade e devoção ao culto e à oração encontradas no islã. Tanto adventistas como muçulmanos dão grande valor à família, enfatizam a honestidade e integridade pessoal, evitam consumir qualquer coisa que prejudique a saúde física ou a qualidade de vida, como álcool, o tabaco e certos alimentos cárneos (HÖSCHELE, 2010, p. 169). A consideração que os adventistas possuem dos seres humanos como criação divina se estende à saúde e ao estilo de vida. Por isso, advogam uma forma de viver saudável e rejeitam o uso de substâncias prejudiciais ao corpo e aos recursos da Terra (AG, 2012, p. 26).

No reconhecimento da existência de diferenças de crenças com o islã, principalmente no modo como Deus lida com o problema do pecado e como se revela ao ser humano, os adventistas visualizam oportunidade para um diálogo mutuamente respeitoso e compreensivo. "Os adventistas encorajam o diálogo ativo [….] com os muçulmanos, particularmente naquelas áreas de fé e prática comuns que podem encorajar mutuamente o crescimento espiritual de todos." (HÖSCHELE, 2010, p. 170, tradução nossa).[147]

Ainda que a "*Declaração sobre as relações entre adventistas e muçulmanos*" (HÖSCHELE, 2010, p. 177, tradução nossa)[148] de 2006 não tenha sido votada por um comitê executivo denominacional, "ela representa uma abordagem adventista construtiva em relação às relações inter-religiosas e ao diálogo." (HÖSCHELE, 2010, p. 177, tradução nossa).[149] O texto foi elaborado na Divisão Transeuropeia da IASD, região administrativa que compreende parte do Oriente Médio, para servir como diretriz ao relacionamento entre adventistas e muçulmanos naquele território.

Os adventistas reconhecem que contribuições importantes podem ser alcançadas quando trabalharem juntos com os muçulmanos em prol da justiça racial e social para os oprimidos, a defesa da liberdade religiosa, o cuidado da Terra, dos sem-teto e dos pobres. Os adventistas compartilham com o islamismo a compreensão de que apenas o conhecimento revelado por Deus se constitui no verdadeiro conhecimento (HÖSCHELE, 2010, p. 177) e entendem que o islã pode contribuir para a restauração de pontos da verdade encontrados na Bíblia: da existência de um Deus único; da certeza do juízo para toda a humanidade, o que requer uma vida de justiça de todo o que crê como forma de adoração ao Deus criador, justo e

---

[147] "Adventists encourage active dialogue [...] with Muslims particularly in those areas of common faith and practice which can mutually encourage spiritual growth of all." (HÖSCHELE, 2010, p. 170).
[148] "A statement on Adventist-Muslim relations" (HÖSCHELE, 2010, p. 177).
[149] "[...] a represents a constructive Adventist approach toward interfaith relations and dialogue." (HÖSCHELE, 2010, p. 177).

misericordioso; da importância de se construir comunidades unidas por uma profunda fé em Deus, responsáveis socialmente; e do comprometimento com a justiça social, respeitando os direitos individuais e o direito à vida (HÖSCHELE, 2010, p. 178).

> Reconhecemos que dentro do islã existem pessoas de fé autêntica em Deus, estando profundamente comprometidas com sua submissão a Deus e sua preparação para o dia do juízo. Dentro deste grupo de crentes sinceros, vemos parceiros em potencial para explorar ainda mais nossa compreensão espiritual do único Deus verdadeiro. Reconhecemos as contribuições feitas no curso da história por sociedades e acadêmicos islâmicos em áreas da ciência, literatura e filosofia (HÖSCHELE, 2010, p. 178, tradução nossa).[150]

Os adventistas reconhecem que Maomé foi "um reformador espiritual e social [...]. Sua ênfase na unicidade e singularidade de Deus e o chamado para a preparação do dia do juízo mostram o quanto temos em comum, bem como a necessidade de unificar nossos esforços para proclamar essas verdades ao mundo." (HÖSCHELE, 2010, p. 179, tradução nossa).[151]

Através da Casa de Oração da Comunidade Árabe Aberta, criada no ano 2000 em São Paulo, capital, por iniciativa do pastor adventista Assad Bechara, a Igreja Adventista criou um espaço de interação entre cristãos e muçulmanos, para promover um ambiente silencioso propício para reflexão, com orações e músicas em árabe, entre outras mudanças litúrgicas em relação ao culto adventista para que as cerimônias sejam realizadas de acordo com costumes islâmicos. Versos do Alcorão são recitados de acordo com temas bíblicos. Doutrinas bíblicas são estudadas através do livro sagrado dos muçulmanos (MENDES, 2015, p. 56).

Na ciência de que existem desacordos nas crenças com o islamismo, os adventistas entendem que elas não devem ser tomadas como pontos de controvérsia, mas enquanto oportunidades de diálogo (HÖSCHELE, 2010, p. 179). *Concluímos que a Igreja tem condições de não generalizar o "fundamentalismo violento"* (EG 253) *como uma prática inerente a todo adepto do islamismo; criar outros espaços para o contato entre cristãos e muçulmanos semelhantes ao que se executa na Casa de Oração da Comunidade Árabe Aberta de São Paulo; e, em seus centros de formação teológica, oferecer o desenvolvimento*

---

[150] "We acknowledge that within Islam there are such people of authentic faith in God, being deeply committed to their submission to God and their preparation for the day of judgement. Within this group of sincere believers we see potential partners for further exploring our spiritual understanding of the one true God. We recognise the contributions made in the course of history by Islamic societies and scholars in areas of science, literature and philosophy" (HÖSCHELE, 2010, p. 178).

[151] "[...] acted as a spiritual and social reformer at a time of confusion and ignorance in the Arabic peninsula. His emphasis on God's oneness and uniqueness, and the call for preparation for the day of judgment shows how much we have in common as well as the necessity to unify our efforts to proclaim these truths to the world." (HÖSCHELE, 2010, p. 179).

adequado para que seus futuros líderes tenham condições de, na prática pastoral, criar oportunidades e sustentar o diálogo com muçulmanos a partir das crenças em comum.

Das grandes religiões mundiais, consideramos que a IASD tem condições concretas de empreender relações mais estreitas com o judaísmo e islamismo, como a criação de comissões teológicas para a discussão de temas específicos, de espaços de cultos para celebrações conjuntas, e em esforços oficiais em defesa da liberdade religiosa e de uma cultura de paz entre as religiões. Para além das aproximações existentes com o budismo e o hinduísmo (HASEL, 2012, p. 165; HÖSCHELE, 2010, p. 171-173), por estar presente na maioria dos países do mundo (213, segundo dados do Escritório de Arquivos, Estatísticas e Pesquisa da Associação Geral da IASD de 30 de junho de 2018),[152] por estar ciente de sua responsabilidade com a justiça, a paz global, e ante os problemas ambientais e socioeconômicos que afligem a humanidade, a Igreja Adventista se encontra desafiada a empreender conferências, conversações ou diálogos com os demais grandes grupos religiosos do globo e com as religiosidades locais dos países em que atua, no caso do Brasil, por exemplo, com as religiões afro-brasileiras – demonizadas por lideranças cristãs que, demonstrando dificuldades em lidar com o pluralismo religioso, adotam posturas de autoproteção, fechamento, desclassificação e desqualificação das expressões religiosas que julgam fora do "padrão", relacionadas com o medo do diferente e o desprezo da alteridade, promovendo ignorância e preconceito (RIBEIRO; CUNHA, 2013, p. 48-49).

O contexto do pluralismo religioso "exige uma comunhão viva." Pela natureza das coisas, espera-se que exista diálogo e colaboração entre as religiões que, assim como os seres humanos, não são iguais, mas possuem dons diferentes e são chamadas a convergir, não para uma uniformidade sem vida, mas para a confraternidade (AMALADOSS, 1995, p. 191).

---

[152] Disponível em: <https://noticias.adventistas.org/pt/noticia/institucional/adventistas-ao-redor-do-mundo-ultrapassam-os-21-milhoes/>. Acesso em: 14 jan. 2020.

7 CONCLUSÃO

A Igreja Adventista originou-se de um movimento interconfessional, o milerismo, que se desenvolveu no grande despertamento para o advento dos primeiros anos do século XIX. Mas, precisamente, a IASD deve a construção de seu perfil teológico, para além do movimento milerita, a uma série de grupos que remontam aos reformadores do século XVI: a Conexão Cristã, o metodismo, os reavivamentos evangélicos do século XVIII, a Reforma radical (anabatistas/restauracionistas), os reformadores protestantes (Lutero, Calvino e Zuínglio), os lolardos e valdenses, a Igreja Celta da Irlanda e Escócia, a Igreja perseguida dos três primeiros séculos depois de Cristo, a Jesus e os apóstolos. O movimento milerista, de onde procede a IASD, carregava um "espírito ecumênico único" (FORTIN, 2018b, p. 818), cujos "aspectos ecumênicos" (AG, 2012, p. 142) se encontravam em sua interdenominacionalidade e sua unidade em uma crença e esforço missionário comum: a iminência da segunda vinda de Jesus Cristo. Metodistas, batistas, congregacionalistas, conexionistas, presbiterianos, episcopais, luteranos, reformados holandeses, quakers, entre outras denominações, integravam o movimento.

Ao formarem, posteriormente, a Igreja Adventista, esses cristãos não abandonaram as "verdades sobre Deus" (MAXWELL, 1982, p. 120) aprendidas em suas igrejas de origem. Os adventistas extraíram e mantiveram, dos grupos que o antecederam e o integraram, crenças basilares do ser cristão, como a justificação por Jesus Cristo, a salvação pela fé, a Bíblia como regra de fé, o sacerdócio universal dos cristãos, o batismo por imersão, unindo-se no essencial, fruto do diálogo em torno de seu propósito comum: a crença e anúncio no breve retorno de Cristo.

O construto desta tese passa pela compreensão de que toda teologia deve ser libertadora, viabilizada não apenas através de convicções intelectuais profundas, mas na busca de atitudes concretas que modifiquem a realidade, possíveis por meio de sensibilidade, atenção às condições objetivas e criação de mediações operativas (BOFF, 2014b, p. 97).

Intuições ao diálogo se manifestam presentes no espírito dos pioneiros e na origem do adventismo. A transformação do potencial dialógico da IASD em teologia se expressa na sistematização das vivências históricas interativas dos adventistas com outras igrejas e religiões, considerando-as como experiências protoecumênicas, e na leitura das crenças fundamentais da Igreja em perspectiva propositiva em prol do diálogo. A Igreja Adventista pode assumir o diálogo – sem implicar, apenas, autoafirmação e autorrealização teológica – se, ao mesmo tempo em que respeitar sua identidade, mantê-la aberta e receptiva,

considerando a compreensão histórica presente em seu arcabouço teológico, de que a fé e a verdade se gestam em progressão, do espírito do ser Igreja sempre em reforma e da natureza dinâmica da "verdade presente". Coexistem com sua identidade autorreferente e protoexclusivista expressões e conceitos sinalizadores de uma consciência teológica que podem ser usados no diálogo, como a contrariedade à rigidez teológica, a possibilidade assumida de revisões nas crenças da Igreja, a abertura a esclarecimentos e compreenões adicionais das Escrituras, o reconhecimento da existência de outras verdades que ainda precisam ser desvendadas, de que, ao se crescer na graça, cresce-se no entendimento da Palavra divina – e, do contrário, se a vida espiritual perde o vigor, interrompe-se o crescimento na verdade –, e a disposição da Igreja em construir e participar de projetos comuns/conjuntos com outras igrejas e organismos religiosos que exaltam a Cristo através da evangelização.

Na formatação de seu corpo de doutrinas e na perspectiva de continuidade à obra dos reformadores protestantes do século XVI, os adventistas elegeram o conceito de "verdade presente", em sua dinamicidade, enquanto referente de crescente e evolutiva compreensão das Escrituras, como referencial para manutenção do espírito da *ecclesia semper reformanda*, materializado nas releituras e revisões de suas crenças.

A adoção de uma dinâmica e busca pela "verdade presente" visualizou-se na mudança de certas crenças ao longo da história da Igreja, como a da Trindade, da eternidade e divindade de Jesus e da personalidade do Espírito Santo. Os pioneiros adventistas defendiam que a Igreja sempre teve uma "verdade presente" – ou verdade aplicável para um determinado momento, compreendendo que o domínio da completude de apreensão da verdade não está ao cabal alcance, mas que se pode progredir no seu conhecimento através da manutenção de uma disposição mental inquiridora sobre a revelação.

Por crerem na possibilidade de evolução da "verdade presente", os pioneiros da IASD também se posicionavam contrários à estruturação de um credo rígido ou declarações formais de crenças que impossibilitassem revisões, deixando a teologia adventista aberta a revisões. As Escrituras se apresentavam como único credo possível. Ainda que mantenham a crença na compreensão progressiva da Bíblia e se demonstrem, historicamente, relutantes na formalização de um credo, os adventistas definiram crenças fundamentais, em uma estrutura organizada, com o propósito de ser prática.

A formalização da declaração de crenças fundamentais dos adventistas de 1980 revestiu as doutrinas da Igreja de um caráter de oficialidade. Não obstante, procurou-se assegurar que ela não fosse considerada como um credo imutável. Ao relembrar que a IASD

resistiu, historicamente, à formatação de um credo, o preâmbulo da declaração de 1980 reafirmou a opção dos adventistas pelas Escrituras como seu único credo e a manutenção de certas crenças fundamentais baseadas no texto bíblico. Na perspectiva da natureza dinâmica do conceito de "verdade presente" sustentada pelos pioneiros, o prólogo da declaração de crenças encerrava garantindo a possibilidade de revisões nas crenças da Igreja, em assembleias da Associação Geral, quando o Espírito Santo conduzir os adventistas a uma compreensão mais acurada da verdade bíblica ou quando se encontrar linguagem mais apropriada para transmitir os ensinamentos das Escrituras.

A crença basilar dos fundadores do adventismo de que a verdade possui caráter dinâmico e que seu conhecimento procede de Deus, se esquecida, afastará os adventistas do espírito dos fundadores da IASD. Historicamente, os adventistas alegam que a inflexibilidade dos credos não se configura somente como um mal concreto, mas nega que a Igreja possui um Deus vivo que continua a liderá-la na verdade conforme expressa nas Escrituras. A conceituação da possibilidade de mudança, sempre em progressão, da compreensão da verdade, ocupa o centro da práxis do fazer teológico adventista, o que implica para a IASD reconsiderar constantemente suas crenças quando tencionada pelos sinais dos tempos – para esta tese, especificamente, o ecumenismo e o diálogo inter-religioso –, e, ante o contexto do pluralismo eclesial e religioso, refontalizar-se no senso dos pioneiros do adventismo de buscar progredir na compreensão da fé.

Os adventistas compreendem, como exposto no exórdio da declaração de 1980, a possibilidade de adquirirem novas compreensões do ensino das Escrituras. Eles confessam, com humildade, a existência de outras verdades que ainda precisam ser desvendadas e reconhecem sua dívida, na construção de suas crenças fundamentais, com as verdades bíblicas recebidas da Igreja ao longo da história por meio de uma "linhagem de testemunhas" (AM, 2016, p. 8) como Wycliffe, Huss, Lutero, Tyndale, Calvino, Knox, Wesley, entre outros. No reconhecimento do caráter progressivo do conhecimento da verdade, os adventistas defendem que as novas faces da revelação descobertas devem se harmonizar com o testemunho unificado das Escrituras.

Ellen G. White manifestou que só há compreensão mais clara das Escrituras na medida em que se cresce em graça, pois, do contrário, se a vida espiritual perde o vigor, o crescimento na verdade cessa; que aqueles que julgam nunca ter de abandonar uma opinião formada sobre crenças se decepcionarão; que o apego obstinado às ideias e opiniões particulares impede que se alcance a unidade que Cristo pediu ao Pai; que não se pode olhar com desconfiança toda nova luz enviada por Deus; e que os adventistas não deveriam pensar possuir toda a verdade,

mas manter fé viva e buscar mais conhecimento. A realidade do pluralismo eclesial e religioso se apresenta como sinal dos tempos a ser acolhido pela reflexão teológica adventista.

Dois momentos na história dos adventistas, na Assembleia da Associação Geral de 1888 e durante o processo de produção do *Questions on doctrine*, na década de 1950, demonstram a efetividade do senso de compreensão da fé e verdade em progressão atuante na vida da Igreja – embora não refletidos de tal forma na literatura teológica denominacional.

No primeiro, questionamentos sobre o processo de construção da identidade teológica dos adventistas nos 40 anos anteriores – que engloba o desenvolvimento do movimento milerita, sua desintegração e a fundação da Igreja Adventista –, pautado na prática evangelística que enfatizava os ensinos particularmente adventistas, como o sábado do sétimo dia, a segunda vinda real e pré-milenal de Cristo, a imortalidade condicional e as mensagens de juízo procedentes de Daniel 7 e 8 e Apocalipse 14, e ignorava as crenças que possuíam em comum com os demais cristãos, como a salvação pela graça mediante a fé, a centralidade da Bíblia na vida cristã, o papel histórico de Jesus como salvador da humanidade e a eficiência da oração, distanciando o adventismo do cristianismo, chegaram ao clímax na Assembleia da Associação Geral de 1888 e culminaram em significativas revisões nas crenças denominacionais, sobretudo na compreensão adventista do papel da lei e sua relação com a obediência, o perdão e a graça no tocante à salvação humana.

Ganham destaque na Assembleia da Associação Geral de 1888 as temáticas de Cristo enquanto Salvador crucificado; da justificação pela fé em Jesus; da relação entre a justiça de Cristo e a obediência aos mandamentos de Deus; da necessidade dos adventistas centrarem sua atenção em Jesus; da justiça de Cristo ou justiça pela fé e sua relação com a terceira mensagem angélica; do Cristo morto em lugar da humanidade como expiação pelo pecado; o alerta de que os adventistas enfatizavam a lei e negligenciavam a Jesus e a relevância da fé em seu sacrifício; da fé nos méritos do crucificado; de problema de uma teologia eclesiástica alicerçada em esforços humanos; do chamado divino para (re)condução da visão dos adventistas para Jesus, para a fé em seus méritos e sacrifício e para a relação existente entre a salvação pela fé e a mensagem do terceiro anjo. Em 1888 o adventismo foi “rebatizado” (KNIGHT, 2000, p. 93) no cristianismo. A mensagem de Jones e Waggoner se harmonizava com os fundamentos dos reformadores e reconciliou a Igreja Adventista com as crenças cristãs basilares sobre a salvação.

O segundo momento da história adventista em que a Igreja revê suas crenças, na elaboração do *Questions on doctrine*, resulta do diálogo entre lideranças adventistas e evangélicas conservadoras dos Estados Unidos. Desde o “grande desapontamento” da década

de 1840 os adventistas eram vistos com reservas pelos protestantes. No começo do século XX, uma parcela deles considerava o adventismo como uma seita que deveria ser evitada, e seus membros, “subcristãos” (KNIGHT, 2000, p. 143), legalistas que pretendiam alcançar a salvação eterna com base em boas obras. Os adventistas criam que sua separação de outras comunidades cristãs tinha lastro bíblico. Por isso, nunca participaram formalmente do movimento ecumênico, embora tenham colaborado pontualmente com outras igrejas na busca de objetivos comuns. Os pontos distintos da teologia adventista serviam de justificativa para rejeitar constantemente aliar-se a outras confissões cristãs para fins ecumênicos, culminando na criação de conceitos equivocados de outras denominações sobre o adventismo.

No processo de investigação das crenças da IASD, os proponentes evangélicos do diálogo descobriram que os adventistas não criam em diversas crenças a ele atribuídas, que a Igreja Adventista não se configurava como seita, mas merecia o reconhecimento público enquanto uma genuína confissão cristã, formada por cristãos sinceros, irmãos e membros do corpo de Cristo. Demonstrou-se no processo que, apesar de suas crenças distintivas, a IASD compartilhava da maioria dos seus ensinos com outras denomimações cristãs. A partir da publicação do *Questions on doctrine*, os adventistas passaram a ter melhor relacionamento com a comunidade cristã.

Na obra, observam-se ajustes semânticos empregados pelos editores que visavam facilitar o diálogo e melhor expressar a compreensão adventista sobre a expiação com os evangélicos, bem como revisões e alterações a respeito da crença da natureza humana de Cristo. Para que o diálogo fosse efetivo, os líderes adventistas reconheceram a necessidade de usar de um vocabulário compreensível aos evangélicos. Isso explica o ajuste nos termos usados sobre a expiação, o que possibilitou que os adventistas mantivessem suas crenças teológicas e, ao mesmo tempo, expressassem suas ideias de modo a se adequar à linguagem de seus interlocutores. Se se pode avaliar o assunto da expiação como um ajuste semântico para facilitar o diálogo, o mesmo não pode ser dito da questão da natureza humana de Cristo, crença que foi revisada.

Os questionamentos sobre a compreensão adventista da justificação empreendidos na Assembleia da Associação Geral de 1888 e os diálogos com lideranças evangélicas conservadoras estadunidenses na década de 1950, que culminaram na publicação do *Questions on doctrine*, cuja questão mais controversa estava no entendimento adventista sobre a expiação, representam dois momentos da história da Igreja Adventista em que ela foi tencionada a rever suas crenças e confirmar a influência das noções de “verdade presente” e da compreensão da fé em progressão no seu fazer teológico e no seu ser Igreja. Ao fazê-lo, o

adventismo não negou sua identidade ou história, mas expressou fidelidade ao princípio de caminhar no conhecimento progressivo da verdade.

No *Questions on doctrine*, quando interpelados sobre a identidade da Igreja remanescente, os adventistas reconhecem que não apenas eles são os verdadeiros filhos de Deus na Terra, que não constituem os únicos e autênticos cristãos existentes, mas que Deus possui fervorosos, leais e sinceros seguidores em todas as comunidades cristãs. A Igreja considera prosseguir no resgate de verdades bíblicas negligenciadas desde a Reforma protestante, continuando a obra dos reformadores, mantendo em comum com os cristãos conservadores (batistas, metodistas, batistas do sétimo dia, os credos históricos), "verdades básicas" (QUESTÕES..., 2008, p. 163) do evangelho, como o batismo por imersão, a liberdade de consciência, a separação entre Igreja e Estado, a ênfase sobre a piedade de vida e a graça abundante, o sábado do sétimo dia, a proximidade da volta de Cristo e a validade dos dez mandamentos.

O limite que a noção do remanescente impõe ao diálogo dos adventistas com outras expressões religiosas está na tentação ao exclusivismo e a um senso de superioridade teológica, o que se observa nas críticas recebidas pela IASD de que a autorreferenciação como a Igreja remanescente resulta em arrogância, mentalidade julgadora e gera ofensas e preconceitos. A autoconceituação gera barreiras ao diálogo dos adventistas, visto que a ênfase como o remanescente repercute mais em seu aspecto protoexclusivista do que o reconhecimento da existência de verdadeiros filhos de Deus em outras organizações religiosas. Os obstáculos acentuam-se na medida em que a posição de remanescente final da profecia determina à IASD a função de advertir o mundo sobre os acontecimentos que marcam o fim dos tempos, impedindo ações interativas, de aprendizagem, de reconhecimento da alteridade e do conjunto doutrinal e valores comuns de outras expressões de fé.

Embora se considere que a autocompreensão adventista de Igreja remanescente seja um empecilho para o diálogo da IASD com outros cristãos e religiões, ressalta-se, contrapostamente, o potencial dialógico presente na teologia adventista do remanescente, por expressar que a Igreja abrange todas as nações, povos e línguas, em uma catolicidade a ela inerente. A eclesiologia adventista salienta a catolicidade da Igreja e faz o anúncio do evangelho eterno visando corrigir a fragmentação do mundo cristão na esperança da segunda vinda de Cristo, considera seu anúncio como uma revolta contra a divisão dos cristãos e busca, por meio da teologia do remanescente, estabelecer pontos de contato com o cristianismo dividido. Não obstante, os adventistas reconhecem que precisam ampliar o diálogo com os demais cristãos e com outras religiões, visto que o conceito de remanescente

formulado pela Igreja soa exclusivista e triunfalista. O desafio – e tarefa – que se apresenta à teologia adventista do remanescente está em destacá-la naquilo que possui de inclusivo.

A crença fundamental adventista sobre a *Unidade no corpo de Cristo* destaca a oração de Jesus no Getsêmani, sua preocupação com a unidade e seu pedido ao Pai para que seus discípulos fossem um, tal como a divindade, enquanto testemunho da Igreja para evidenciar o abnegado amor de Cristo pela humanidade, em uma unidade visível para que o mundo creia na mensagem do reino. A partir da perspectiva bíblica, a unidade se torna possível somente pela ação do Espírito Santo, que batiza todos os cristãos em um corpo (1Cor 12,13). Ainda que existam muitas confissões, a Igreja de Cristo se constitui de uma só Igreja e um só corpo que tem Cristo por cabeça.

Na teologia adventista, a unidade bíblica não significa uniformidade. A metáfora do corpo humana utilizada para tratar da Igreja indica que ela experimenta unidade a partir da diversidade. Todos os órgãos contribuem para o funcionamento do corpo e possuem função vital, embora desempenhem tarefas diferentes. Nenhum pode ser ignorado. O mesmo princípio opera na Igreja.

Os conflitos entre os cristãos formam o maior obstáculo para a evangelização. Em contrapartida, a unidade, conforme querida por Jesus, representa a prova de que ele salva o seu povo, manifesta a realidade do eterno reino de Deus, se apresenta como um desafio num mundo desunido e uma resposta para uma sociedade dividida. Para que se desenvolva e se concretize, a unidade depende da divindade e do envolvimento dos cristãos. A Igreja Adventista compreende que jamais alcancará a unidade se não trabalhar conscientemente por ela, que precisa orar constantemente para consegui-la, cultivá-la e minimizar as diferenças com os demais cristãos. A IASD manifesta crer que precisa se concentrar nas verdades que unem os cristãos e não naquilo que os divide, falar sobre a unidade e pedir para que a oração de Cristo se cumpra.

Ainda que a crença fundamental dos adventistas sobre a unidade da Igreja aplique-se diretamente à vida interna da Igreja e, em menor grau, à unidade de todo o cristianismo, a teologia adventista considera que a oração de Jesus se coloca como um desafio para todos os cristãos em geral e, em particular, um desafio para cada confissão, inclusive para a IASD. Compreende-se que, em um mundo de conflitos e divisões que impactam a Igreja, o desejo de Jesus se constitui em um claro chamado à unidade cristã visível, não em nível organizacional, mas baseado na referência da unidade existente entre ele e o Pai.

Para além de unir-se no cumprimento do anúncio das três mensagens angélicas, os adventistas devem ter claro que a prece de Jesus pela unidade se aplica a todo o cristianismo.

Ele orou pela união de todas(os) que o professam como salvador, desejo que o movimento ecumênico moderno tomou como inspiração para a unidade cristã. Os adventistas entendem que, mesmo com o imperativo de trabalhar pela unidade cristã, assim como outras dádivas espirituais outorgados por Deus, a unidade se constitui em um dom e não como invenção humana passível de concretização através de intenções, esforços e obras, mas como criação de Jesus por meio de sua morte e ressurreição que os unem uns com os outros e com Cristo.

A compreensão adventista de ter nascido de um movimento interconfessional, o milerismo, faz com que coopere com outras igrejas, ao encontrar base nas Escrituras, em projetos práticos, e desaprove toda forma de ecumenismo baseada em concessões e agendas ideológicas alheias ao cristianismo. Por considerar a unidade espiritual mais importante do que a institucional, a IASD compreende que a unidade na verdade e no amor estão no mesmo patamar e que a unidade na verdade está caracterizada por santidade, alegria, fidelidade e obediência.

Desde sua origem, a Igreja Adventista preocupa-se com a falta de união entre os seguidores de Cristo e defende uma unidade baseada nas Escrituras e nas práticas da Igreja apostólica, compreendendo que a unidade ultrapassa a organização visível da Igreja, cuja missão está na proclamação do evangelho eterno a todo mundo. Embora se esforce no estabelecimento de relações cordiais com outras igrejas, os adventistas nunca se uniram formalmente ao CMI ou outros organismos ecumênicos regionais. Ao posicionar-se pela separação entre Igreja e Estado, a IASD resiste em se associar a atividades e organizações ecumênicas que apresentam qualquer aspecto ou intenção política.

Não obstante, a Igreja Adventista mantém um relacionamento amigável com o CMI. Em cada assembleia do conselho, a Associação Geral manda observadores com credenciais que possuem reserva de assentos e um representante da editora da Igreja nos Estados Unidos, a *Review and Herald*, assiste as reuniões como membro do gabinete de imprensa. Ao observar a postura do CMI, a partir de década de 1960, de incluir nas pautas das assembleias problemas sociais, a evidente divisão dos partipantes referente a finanças, teologia, questões políticas e sociais, e a atenção concedida a tais temas, em detrimento de uma pauta em prol da evangelização, os adventistas consideram que o conselho afasta a Igreja de sua missão, confirmando a convicção de que ser membro da entidade não favorece a IASD.

Ainda que tenha ressalvas ao movimento ecumênico, a Igreja Adventista reconhece que o CMI produz “efeitos secundários benéficos” (SCHWARZ; GREENLEAF, 2009, p. 453) como, por exemplo, ao incentivar entre suas igrejas-membro, em 1960, o estudo das Escrituras. Pastores adventistas que se aliaram a associações ministeriais locais consideram

ter se beneficiado da união com outras lideranças religiosas. A Associação Geral foi afiliada de várias subdivisões do CNI. Depois de deixar a Conferência de Missões Estrangeiras da América do Norte em 1950, a Igreja Adventista permaneceu como consultora do órgão. Os adventistas formaram, também, a Comissão de Radiodifusão e Filmes do CNI. Em 1996, a adventista Betty Cooney presidiu a organização. Sempre que o CMI ou o CNI criavam comissões técnicas ou comitês em que a presença agregaria experiência útil aos adventistas, os dirigentes da IASD participavam.

A Igreja Adventista produziu somente uma declaração que trata especificamente de sua percepção teológica do movimento ecumênico, o *Seventh-day adventists and the ecumenical movement*. De autoria de Walter R. Beach e Bert B. Beach, foi preparado por este e divulgado na assembleia da Associação Geral dos adventistas de 1985 – publicado em português no *Declarações da Igreja: aborto, assédio sexual, homossexualismo* (sic), *clonagem, ecumenismo e outros temas atuais* (AG, 2012, p. 141-151). O texto aponta que a Comissão Administrativa da Associação Geral nunca votou uma declaração oficial sobre a relação entre os adventistas e o movimento ecumênico, mas que a posição da Igreja se encontra presente em diversos artigos e publicações da Igreja, como a *Adventist Review*, principal periódico dos adventistas nos Estados Unidos.

Entendemos que parte dos equívocos e incompreensões dos adventistas sobre o ecumenismo e o diálogo inter-religioso deve-se ao fato da IASD não produzir reflexões teológicas específicas sobre os temas – excetuando o *Ecumenism: boon or bane?* (BEACH, 1974), cujo conteúdo encontra-se no *Declarações da Igreja*. Na vida cotidiana das igrejas adventistas, pouco (ou quase nada) se fala a respeito do diálogo ecumênico e inter-religioso. Na maioria dos casos, o tratamento limita-se a suspeições e enganos do senso comum ou à demonização dos diálogos. As proposições desta tese para uma teologia adventista dialógica objetivam tencionar a administração, teólogas(os) e membros a repensar a compreensão e o significado dado ao ecumenismo e o diálogo inter-religioso. Esta tese, enquanto uma reflexão em perspectiva adventista de interações dialogais, espera estimular outras.

Os adventistas admitem que o movimento ecumênico possui objetivos e certas influências positivas, que a Igreja não pode se posicionar contrária à unidade pela qual Cristo rogou ao Pai e pela qual o ecumenismo trabalha, que o movimento ecumênico impulsiona relações amáveis entre as igrejas, com prioridade ao diálogo em lugar da crítica, e tem removido preconceitos sem fundamentos entre as igrejas, além de atuar na defesa da liberdade religiosa e dos direitos humanos e contra o racismo. Os adventistas não possuam uma visão apocalíptica utópica de realidade, alheia, apática ou desinteressada dos problemas sociais, o

que se observa na sua rede de instituições de saúde, seu sistema educacional e a atuação de sua agência de desenvolvimento e assistência social ao redor do mundo em áreas com necessidades crônicas e agudas.

A Igreja Adventista se mostra disposta a colaborar com o movimento ecumênico na medida em que o evangelho "autêntico" (AG, 2012, p. 149) for anunciado e as necessidades humanas forem sanadas. Os adventistas desejam cooperar por entender que, quando age como agência de cooperação, o ecumenismo possui aspectos positivos. A recusa em tornar-se membro de entidades ecumênicas significa não querer estabelecer relações que comprometam ou enfraquecem o testemunho para o qual considera ter sido comissionada a anunciar ao mundo. A IASD reconhece os organismos que exaltam a Cristo como integrantes do plano divino para evangelização do mundo, aprecia os irmãos de outras igrejas empenhados e conduzir pessoas a Cristo e recomenda aos seus membros, no relacionamento com outras confissões, usar da cortesia, amizade e justiça. A compreensão de que precisam ser "construtores de pontes" entre as igrejas e de que não foram chamados para viver isolados, demonstrando um espírito de seita, colabora para que os adventistas estabeleçam "conversações" (AG, 2012, p. 150) com outras confissões e organismos religiosos.

A IASD prefere adotar a condição de observadora-consultora no relacionamento com os diversos conselhos ecumênicos de igrejas, por possibilitar que se mantenha informada das tendências ecumênicas, conheça lideranças e pensadores cristãos e torne conhecidos seus posicionamentos. Em níveis locais, ao se tratar de situações mais práticas e menos teológicas, a Igreja considera a possibilidade de pertencer a associações ministeriais, fraternais, grupos de estudo da Bíblia e redes para atender e ajudar na resolução de demandas das comunidades. Observa-se que as experiências de diálogos recentes de líderes e teólogos adventistas com representantes de outras igrejas têm sido benéficas e pautam-se pelo respeito mútuo e a remoção de preconceitos, estereótipos e percepções doutrinárias imprecisas e falsas.

O espírito de profecia adventista, manifesto na pessoa e obra de Ellen G. White, reconhece que, até o fim do mundo, existirão fiéis seguidores de Cristo em todas as igrejas. Ellen G. White aconselhou os ministros adventistas a cultivar boas relações com os líderes de outras denominações e recomendou que não entrem em polêmica com eles, mas orem juntos, manifestando que os adventistas são reformadores, e não fanáticos. Ela orienta que os adventistas evitem, no contato com os católicos, criar barreiras desnecessárias, aparentar inimizade, levantar preconceitos ou fazer ataques. Aos missionários, Ellen G. White propõe, como método de evangelização e diálogo, uma aproximação a partir das crenças em comum, a

insistência na piedade cristã prática e a manifestação do desejo de paz e amor para com aqueles com quem entrarem em contato.

Visto que a IASD possui apenas uma declaração que expressa sua compreensão do movimento ecumênico, avaliamos como a Igreja considera teologicamente o ecumenismo e o diálogo inter-religioso na *Revista Adventista*¸ periódico de perfil teológico-doutrinário-jornalístico oficial dos adventistas no Brasil. Por não existir uma declaração oficial da IASD sobre o ecumenismo, esta pesquisa considera que os materiais publicados na *Revista Adventista* que versam sobre o ecumenismo e o diálogo inter-religioso se constituem em reflexões teológicas autorizadas da Igreja Adventista no Brasil.

As reflexões teológicas presentes na *Revista Adventista* tratam o ecumenismo como um dos sinais do fim do mundo, indicam o ecumenismo como responsável pela deformação da identidade da Igreja, abordam o significado de unidade para os adventistas, exploram a recusa adventista em se unir ao movimento ecumênico, levantam críticas ao envolvimento político e social do movimento ecumênico, apontam que o ecumenismo se configura como uma aliança contra as minorias religiosas, a busca da restauração do domínio católico sobre o mundo, ou se constitui como falsa união de igrejas. Em uma abordagem, a revista trata dos aspectos positivos do relacionamento adventista com outras igrejas. Sobre o diálogo inter-religioso, a revista tanto considera-o, em certos aspectos, incompatível com o ideal de exclusividade cristã e, em outro momento, traz orientações para o diálogo dos adventistas com outras igrejas e religiões.

A partir da releitura das crenças fundamentais da Igreja Adventista, com intuições provenientes de obras denominacionais que contêm elementos propícios ao diálogo – *Nisto cremos: as 28 crenças fundamentais da IASD*; *Declarações da Igreja: aborto, assédio sexual, homossexualismo* (sic), *clonagem, ecumenismo e outros temas atuais*; e *Tratado de teologia: adventista do sétimo dia* –, das publicações da *Revista Adventista* sobre o ecumenismo e o diálogo inter-religioso, do decreto *Unitatis redintegratio*, da declaração *Nostra aetate* e do diálogo católico-pentecostal, elencamos vinte proposições para uma teologia do diálogo da IASD com as outras igrejas e, também, com os judeus e muçulmanos.

Nesta tese, no diálogo ecumênico, concluímos (1) que a Igreja Adventista tem condições de estruturar o conteúdo e o método do seu diálogo com outras igrejas e religiões na observação/conservação da sua identidade e de cada participante, e auxiliar na identificação dos temas, questões e procedimentos metodológicos a ser adotados. Identificamos que a Igreja Adventista pode, de princípio, interagir com três grupos: as igrejas ou organizações religiosas com quem os adventistas já empreenderam algum tipo de

conferência, conversação ou diálogo no passado; as igrejas nascidas diretamente da Reforma protestante, cujos princípios a IASD entende estar em conformidade; e com as igrejas com quem compartilha aspectos específicos de sua tradição, como as observadoras do sábado.

Concluímos (2) que a Igreja Adventista tem condições de rever sua compreensão teológica de reconciliação e ampliá-la além do aspecto confessional, em perspectiva inter e transconfessional, conforme o método da eclesiologia ecumênica; (3) reler e ampliar sua compreensão teológica sobre o escândalo das divisões dos cristãos, bem como buscar perdão e reconciliação com os grupos religiosos com que teve algum tipo de conflito, reconsiderar suas ações e pedir perdão pelos erros e preconceitos sustentados em relação a essas igrejas, e sugerir conferências, conversações ou diálogos e a produção de declarações conjuntas propositivas ao diálogo e ações conjuntas para a promoção da reconciliação e paz entre elas; (4) reler e ampliar sua compreensão teológica sobre o ecumenismo enquanto movimento que busca obedecer o evangelho, acolher a unidade da Igreja como dom e graça divina que solicita a cooperação humana para efetivá-la, usando da inteligência de todo seu arcabouço teológico, em construção conjunta com outras igrejas, para edificação da unidade de todos os filhos de Deus.

Concluímos (5) que a Igreja Adventista tem condições de incluir e acentuar a perspectiva do diálogo nas produções teológicas sobre as crenças da Igreja, sobretudo as com implicações escatológicas, como as do grande conflito, do remanescente, do santuário celestial e da segunda vinda de Cristo; (6) inserir a temática do diálogo no cotidiano da vida da IASD, em sua estrutura político-organizacional, nos seminários teológicos, nos concílios pastorais, e transmitir aos membros, nos treinamentos, nos estudos bíblicos produzidos pela Igreja, em publicações impressas que tratem de experiências dialogais de adventistas com outros cristãos, refletindo sobre a necessidade teólogica do diálogo, nos sermãos e na criação de datas específicas para expor a temática nas igrejas locais, visando naturalizá-lo como dimensão inerente do ser cristão.

Concluímos (7) que a Igreja Adventista tem condições de recomendar a outras igrejas e organismos religiosos, conversações sobre pontos de doutrinas para aprender de outras crenças e ensinar de sua fé, para enriquecer sua compreensão teológica e possibilitar o mesmo aos dialogantes, e avançar no conhecimento do mistério divino para construção da unidade; (8) investir em conferências, conversações ou diálogos com os organismos cristãos que ainda a enxergam como uma seita, buscando confluências para a construção de projetos de unidade; (9) interagir com as igrejas que ainda sustentam algum tipo de suspeita do *status* da eclesiologia adventista, e adote métodos que privilegiem a busca de elucidações, a superação

de estereótipos e mal-entendidos, a escuta, o questionamento e a compreensão em um espírito de amor autêntico à verdade.

Concluímos (10) que a Igreja Adventista tem condições de promover aproximações, conferências, conversações ou diálogos sobre pontos de doutrina em comum com os cristãos conservadores e as igrejas que professam os credos protestantes históricos, como a luterana, as reformadas, a anglicana, a metodista e a batista; (11) promover o diálogo com os grupos que dela procederam, como a Igreja Adventista do Sétimo dia Movimento de Reforma e a Igreja Adventista da Promessa, e identificar se as causas da divisão entre tais grupos ainda configuram motivos de separação, ou se são questões já superadas, e os pontos em comuns que podem uni-las em reflexões teológicas ou ações comuns; (12) ampliar a divulgação interna das conferências, conversações ou diálogos efetuados ao longo de sua história, bem como os resultados das interações com outros grupos religiosos através de publicações impressas, como a *Lição da Escola Sabatina* ou disponibilizá-las em seus sites oficiais; produzir reflexões teológicas que abranjam todas as interações realizadas, refletindo sobre seus impactos e implicações na vida e conjunto de crenças da Igreja. Pode-se criar um departamento específico nas diferentes estruturas organizacionais da Igreja, ou designar um já existente, para coordenar tais ações.

Concluímos (13) que a Igreja Adventista tem condições de reler suas crenças fundamentais e identificar o que partilha de referências comuns que expressam a base do ser cristão, gestar aproximações, contatos, conferências, conversações ou diálogos bilaterais, e contribuir às teologias de outras confissões e permitindo-se enriquecer por elas; (14) promover conferências, conversações ou diálogos com outras igrejas explorando crenças escatológicas comuns e, com os luteranos, retomar e aprofundar conversações em torno das doutrinas pouco ou nada exploradas; (15) desenvolver sua própria teologia da ecologia integral, a partir de suas crenças fundamentais da criação e do sábado, e tencionar outras igrejas e religiões a participar de conferências, conversações ou diálogos que tratem dos benefícios para a vida da humanidade e do mundo no estímulo e implantação de ações concretas para o cuidado do planeta, como a adoção de um dia de descanso, confrontando seu saber teológico com diferentes teologias ecológico-libertadoras e produzindo sínteses úteis ao diálogo.

Concluímos (16) que a Igreja Adventista tem condições de unir-se a outras igrejas e organismos ecumênicos no culto a Deus através de orações comunitárias, no estudo e meditação das Escrituras e se integrar a projetos em defesa da vida, de combate à violência, tortura, injustiças sociais, opressões, exploração, miséria e fome, com outras organizações

cristãs; (17) organizar encontros em suas igrejas locais para tratar de problemas da localidade que podem ser resolvidos através do trabalho conjunto de diferentes igrejas, e investir na produção e distribuição de estudos bíblicos que examinem temas ecumênicos, concentrando-se nas crenças em comum, demonstrando os pontos que unem diferentes igrejas.

No âmbito do diálogo inter-religioso, concluímos (18) que a Igreja Adventista tem condições de continuar a enfatizar e defender o direito à liberdade religiosa de todas as igrejas e religiões, e abrir-se ao diálogo com outras minorias religiosas, identificando pautas que podem ser reividicadas conjuntamente para garantia da liberdade de reunião, instrução, serviço religioso e promoção de atividades missionárias de cada grupo; (19) a partir dos valores comuns que identificam ter com os judeus, avançar no contato e relacionamento, firmando-se em um diálogo aberto, honesto e respeitoso, na busca de real amizade, maior conhecimento e cooperação entre as duas comunidades, a exemplo do realizado nas *Beth B'nei Tsion*; (20) não generalizar o fundamentalismo com violência como uma prática inerente a todo adepto do islamismo; criar outros espaços para o contato entre cristãos e muçulmanos semelhantes ao que se executa na Casa de Oração da Comunidade Árabe Aberta de São Paulo; e, em seus centros de formação teológica, oferecer o desenvolvimento adequado para que seus futuros líderes tenham condições de, na prática pastoral, criar oportunidades e sustentar o diálogo com muçulmanos a partir das crenças em comum.

O uso que esta tese faz de referências da teologia ecumênica e do diálogo inter-religioso formuladas por outros grupos religiosos que avançaram mais do que a IASD na compreensão da inerência do ser dialógico das religiões já se constitui em um esforço por uma teologia adventista dialogal.

O diálogo adventista com outras igrejas e religiões pode prosseguir na perspectiva do cuidado da criação. Concluímos que, das vinte proposições, a articulação elaborada pela teologia adventista entre as crenças da criação e do sábado, observada na práxis dos adventistas, na promoção de um dia semanal para descanso do corpo e do planeta e para comunhão dos seres humanos entre si e com o divino, se apresenta como a oportunidade e possibilidade mais clara para a construção de relações dialogais da IASD com outras igrejas e religiões.

Outra estratégia dialogal que a Igreja Adventista tem condições de desenvolver configura-se em adotar como modelo de consultas teológicas, conferências, conversações ou diálogos com outros grupos religiosos, as conversações que empreendeu com os luteranos (FLM; AG, 2000), para elucidar conceitos equivocados que os dialogantes mantêm

reciprocamente e produzir declarações oficiais que apontem as diferenças e aproximações, bem como recomendações aos envolvidos.

Além do tencionar a teologia adventista a dialogar com outras igrejas e religiões feito nesta tese, apresenta-se o desafio e proposição, como tarefa para investigações ulteriores, de aproximá-la das teologias contextuais (POBEE, 2005, p. 1051-1052), como a feminista; das étnicas, como a ameríndia e a negra; das teologias da libertação (BARROS, 2019), como a de perspectiva ecológica (BOFF, 2008, 2015); da teologia das religiões (KNITTER, 2008); e de refleti-la em diálogo com o pensamento decolonial na teologia (CUNHA, 2017).

Acolher as proposições ao diálogo com outras igrejas e religiões encontra-se em consonância com a fonte do ser adventista e o centro do seu fazer teológico, que entende a compreensão e esclarecimento da verdade em dinamicidade, progressão e contínua ampliação, que reconhece e abre-se à possibilidade de correções das crenças da Igreja, de descobrir outras verdades mediante a guia do Espírito. Consequentemente, tal abertura oportuniza que a Igreja Adventista redimensione a crença fundamental da unidade no corpo de Cristo para abranger os demais cristãos. Pensar a unidade dos cristãos em perspectiva macro implica revisitar, ao menos, as crenças que versam sobre a doutrina da Igreja (a Igreja, o remanescente e sua missão, a unidade do corpo de Cristo, o batismo, a ceia do Senhor, os dons e ministérios espirituais e o dom de profecia), alterando o modo dos adventistas observarem e se situarem no atual contexto do pluralismo eclesial e religioso.

Visto que estar em diálogo com o outro se constitui em um princípio ensinado nas Escrituras e constante na práxis de Jesus, no tencionamento para a acolhida das proposições para uma teologia adventista dialógica, a realidade do diálogo ecumênico e inter-religioso se coloca como uma “verdade presente” a ser considerada com honestidade e humildade pela Igreja Adventista. O diálogo se apresenta como um imperativo à obediência ao evangelho, no seguimento de Jesus, que suplicou a Deus para “que todos sejam um” (Jo 17,21).

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Adenilton Tavares. O diálogo inter-religioso e o lugar da IASD. **Kerygma**, Engenheiro Coelho, v. 8, n. 1, p. 13-36, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://revistas.unasp.edu.br/kerygma/article/view/117/116>. Acesso em: 31 dez. 2019.

ALETTI, Jean-Noël. Bíblia e diálogo ecumênico. In: MIES, Françoise (Org.). **Bíblia e religiões:** judaísmo, cristianismo, islamismo. São Paulo: Loyola, 2009. p. 119-138.

ALMEIDA, Antonio José de. **ABC do Concílio Vaticano II.** São Paulo: Paulinas, 2015.

ALTMANN, Walter. Apresentação. In: WOLFF, Elias. **Caminhos do ecumenismo no Brasil:** história, teologia, pastoral. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Paulinas; Paulus; São Leopoldo, Sinodal, 2018. p. 11-14.

AMALADOSS, Michael. **Pela estrada da vida:** prática do diálogo inter-religioso. São Paulo: Paulinas, 1995.

ARAÚJO, Glauber. A Igreja Adventista do Sétimo Dia e o ecumenismo. **Acta Científica – Ciências Humanas**, Engenheiro Coelho, v. 2, n. 19, p. 87-97, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://revistas.unasp.edu.br/acch/article/view/10/10>. Acesso em: 31 dez. 2019.

ARAÚJO, Glauber (Org.). **A Reforma protestante:** uma visão adventista. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2017.

ARAÚJO, Glauber. Caminho exclusivo. **Revista Adventista**, Tatuí, ano 109, n. 1292, p. 8-11, dez. 2014.

ASSOCIAÇÃO GERAL DA IGREJA ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA. **Declarações da Igreja:** aborto, assédio sexual, homossexualismo, clonagem, ecumenismo e outros temas atuais. 3. ed. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2012.

ASSOCIAÇÃO GERAL DA IGREJA ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA. **Manual da Igreja Adventista do Sétimo Dia.** 21. ed. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2011.

ASSOCIAÇÃO GERAL DA IGREJA ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA. **Manual da Igreja Adventista do Sétimo Dia.** 22. ed. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2016.

ASSOCIAÇÃO GERAL DA IGREJA ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA. **Statements guidelines and other documents.** 4. ed. Silver Spring: Review and Herald, 2010.

ASSOCIAÇÃO MINISTERIAL DA ASSOCIAÇÃO GERAL DOS ADVENTISTAS DO SÉTIMO DIA. **Nisto cremos:** as 28 crenças fundamentais da Igreja Adventista do Sétimo Dia. 8. ed. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2011.

ASSOCIAÇÃO MINISTERIAL DA ASSOCIAÇÃO GERAL DOS ADVENTISTAS DO SÉTIMO DIA. **Nisto cremos:** as 28 crenças fundamentais da Igreja Adventista do Sétimo Dia. 9. ed. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2016.

AYOUB, Mahmoud M. Abraão e seus filhos: réplica. In: HINZE, Bradford E.; OMAR, Irfan A. (Orgs.). **Herdeiros de Abraão:** o futuro das relações entre muçulmanos, judeus e cristãos. São Paulo: Paulus, 2007a. p. 146-151.

AYOUB, Mahmoud M. Abraão e seus filhos: uma perspectiva muçulmana. In: HINZE, Bradford E.; OMAR, Irfan A. (Orgs.). **Herdeiros de Abraão:** o futuro das relações entre muçulmanos, judeus e cristãos. São Paulo: Paulus, 2007b. p. 117-137.

AZEVEDO, Marcello. Prólogo. In: TEIXEIRA, Faustino (Org.). **Diálogo de pássaros:** nos caminhos do diálogo inter-religioso. São Paulo: Paulinas, 1993. p. 9-21.

BARROS, Marcelo. **O sonho da paz.** A unidade nas diferenças: ecumenismo religioso e o diálogo entre os povos. Petrópolis: Vozes, 1996.

BARROS, Marcelo. **Teologias da libertação para os nossos dias.** Petrópolis: Vozes, 2019.

BARROS, Paulo César. A eclesiologia do Vaticano II e o ecumenismo. Ressonâncias eclesiológicas da constituição dogmática Lumen gentium no decreto Unitatis redintegratio. In: BIZON, José; DRUBI, Rodrigo (Orgs.). **A unidade na diversidade:** coletânea de artigos em comemoração aos 40 anos do decreto Unitatis redintegratio sobre o ecumenismo. São Paulo: Loyola, 2004. p. 77-104.

BASTOS, Levy da Costa. Ecologia. In: BORTOLLETO FILHO, Fernando (Org.). **Dicionário brasileiro de teologia.** São Paulo: ASTE, 2008. p. 319-321.

BEACH, Bert B. II concílio do Vaticano – êxito ou fracasso? **Revista Adventista**, Santo André, ano 61, n. 11, p. 7-8, 14, nov. 1966.

BEACH, Bert B. **Ecumenism: boon or bane?** Washington: Review and Herald, 1974.

BEACH, Bert B. Igreja Adventista do Sétimo Dia. In: LOSSKY, Nicholas et al. (Eds.). **Dicionário do movimento ecumênico.** Petrópolis: Vozes, 2005. p. 609-610.

BEACH, Walter R. Por que não nos unimos ao Conselho Mundial de Igrejas? **Revista Adventista**, Santo André, ano 65, n. 5, p. 8-10, maio 1970.

BEACH, Walter R.; BEACH, Bert B. **Pattern for progress:** the role and function of Church organization. Washington: Review and Herald, 1985.

BENCKE, Romi Márcia; MOTA, Sônia Gomes. **Ecumenismo e feminismo:** parcerias da casa comum. São Leopoldo: Centro de Estudos Bíblicos, 2012.

BERG, Henrique. Movimento ecumênico. **Revista Adventista**, Santo André, ano 77, n. 6, p. 39-40, jun. 1982.

BERGERON, Richard. **Fora da Igreja também há salvação.** São Paulo: Loyola, 2009.

BERKENBROCK, Volney J. **O mundo religioso.** Petrópolis: Vozes, 2019.

BERKENBROCK, Volney José. Renovando o sonho ecumênico. In: SILVA, José Maria da (Org.). **Papa Francisco:** perspectivas e expectativas de um papado. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 182-197.

BESSA, José. Apocalipse: o assunto do momento. **Revista Adventista**, Tatuí, ano 83, n. 6, p. 40-41, jun. 1987.

BÍBLIA de Estudo Andrews. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2015.

BINGEMER, Maria Clara L. A pneumatologia como possibilidade de diálogo e missão universais. In: TEIXEIRA, Faustino (Org.). **Diálogo de pássaros:** nos caminhos do diálogo inter-religioso. São Paulo: Paulinas, 1993. p. 111-121.

BIZON, José. A unidade dos cristãos: princípios e frutos. Unitatis redintegratio I. In: ALMEIDA, João Carlos; MANZINI, Rosana; MAÇANEIRO, Marcial (Orgs.). **As janelas do Vaticano II:** a Igreja em diálogo com o mundo. Aparecida: Santuário, 2013. p. 281-300.

BIZON, José; DARIVA, Noemi; DRUBI, Rodrigo (Orgs.). **Diálogo inter-religioso:** 40 anos da declaração Nostra aetate sobre as relações da Igreja com as religiões não cristãs, 1965-2005. São Paulo: Paulinas, 2005.

BIZON, José; DARIVA, Noemi; DRUBI, Rodrigo (Orgs.). **Ecumenismo:** 40 anos do decreto Unitatis redintegratio, 1964-2004. São Paulo: Paulinas, 2004.

BIZON, José; DRUBI, Rodrigo (Orgs.). **A unidade na diversidade:** coletânea de artigos em comemoração aos 40 anos do decreto Unitatis redintegratio sobre o ecumenismo. São Paulo: Loyola, 2004.

BIZON, José; SCHLESINGER, Michel (Orgs.). **Diálogo inter-religioso:** religiões a caminho da paz. São Paulo: Paulinas, 2018.

BLAZEN, Ivan T. Salvação. In: DEDEREN, Raoul (Ed.). **Tratado de teologia:** adventista do sétimo dia. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2011. p. 305-352.

BOCK, Carlos Gilberto. **O ecumenismo eclesiástico em debate:** uma análise a partir da proposta ecumênica do CONIC. São Leopoldo: Sinodal, 1998.

BOFF, Leonardo. **Ecologia:** grito da Terra, grito dos pobres – dignidade e direitos da Mãe Terra. Ed. rev. e ampl. Petrópolis: Vozes, 2015.

BOFF, Leonardo. **Ecologia, mundialização, espiritualidade.** Rio de Janeiro: Record, 2008.

BOFF, Leonardo. **Igreja:** carisma e poder. Ensaios de eclesiologia militante. 3. ed. rev. Rio de Janeiro: Record, 2012.

BOFF, Leonardo. Prefácio. In: TEIXEIRA, Faustino. **Buscadores cristãos no diálogo com o islã.** São Paulo: Paulus, 2014a. p. 9-12.

BOFF, Leonardo. **Teologia do cativeiro e da libertação.** 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2014b.

BOHN, Antônio Francisco. **Celebrações ecumênicas.** São Paulo: Paulus, 2009.

BONATTI, Mário. **Jesus nos quer unidos:** ministério da unidade dos cristãos no novo milênio. São Paulo: Loyola, 2000.

BONINO, José Míguez. Práxis. In: LOSSKY, Nicholas et al. (Eds.). **Dicionário do movimento ecumênico.** Petrópolis: Vozes, 2005. p. 920-921.

BÖTTRICH, Christfried; EGO, Beate; EISSLER, Friedmann. **Abraão no judaísmo, no cristianismo e no islamismo.** São Paulo: Loyola, 2013a.

BÖTTRICH, Christfried; EGO, Beate; EISSLER, Friedmann. **Adão e Eva:** no judaísmo, no cristianismo e no islamismo. São Paulo: Loyola, 2014.

BÖTTRICH, Christfried; EGO, Beate; EISSLER, Friedmann. **Moisés:** no judaísmo, no cristianismo e no islamismo. São Paulo: Loyola, 2013b.

BRADFORD, Charles E. Mordomia. In: DEDEREN, Raoul (Ed.). **Tratado de teologia:** adventista do sétimo dia. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2011. p. 721-747.

BRAKEMEIER, Gottfried. **Preservando a unidade do Espírito no vínculo da paz:** um curso de ecumenismo. São Paulo: ASTE, 2004.

BRAKEMEIER, Gottfried. Reflexões teológicas sobre o ecumenismo brasileiro. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, v. 31, n. 1, p. 9-19, jan./abr. 1991. Disponível em: <periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/download/984/950>. Acesso em: 19 fev. 2018.

BRAKEMEIER, Gottfried. Unidade. In: BORTOLLETO FILHO, Fernando (Org.). **Dicionário brasileiro de teologia.** São Paulo: ASTE, 2008. p. 1018-1020.

BRIGHENTI, Agenor. **A Laudato si' no pensamento social da Igreja:** da ecologia ambiental à ecologia integral. São Paulo: Paulinas, 2018.

BRIGHENTI, Agenor. **Em que o Vaticano II mudou a Igreja.** São Paulo: Paulinas, 2016.

BUCKWALTER, J. Arthur. Sinais dos últimos dias. **Revista Adventista**, Santo André, ano 51, n. esp., p. 5-8, nov. 1956.

CAMBÓN, Enrique. **Fazendo ecumenismo:** uma exigência evangélica e uma urgência histórica. São Paulo: Cidade Nova, 1994.

CAPELLO, Irene Martins. **O desafio do diálogo inter-religioso no pensamento de Jacques Dupuis.** Bauru: EDUSC, 2005.

CARCICH, Teodoro. A ameaça de uma união de igrejas monolítica. **Revista Adventista**, Santo André, ano 65, n. 12, p. 3-5, nov. 1970.

CARDOSO, Maria Teresa de Freitas. Ter em vista o ser humano: a Gaudium et spes e o diálogo ecumênico. In: FERNANDES, Leonardo Agostini (Org.). **Gaudium et spes:** reflexões bíblicas, teológicas e pastorais. São Paulo: Paulinas, 2016. p. 137-150.

CARLIER, Enrique. **Hacia la unidad cristiana:** guía para entender el ecumenismo. Madrid: Palabra, 2017.

CARNASSALE, Helio (Org.). **Manual prático para diretores de liberdade religiosa de Igreja local.** Brasília: Divisão Sul-Americana da Igreja Adventista do Sétimo Dia, 2017.

CARVALHO, Francisco Luiz Gomes. A confessionalidade adventista e o diálogo inter-religioso. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA SOCIEDADE DE TEOLOGIA E CIÊNCIAS DA RELIGIÃO – RELIGIÃO E EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA, 24., 2011, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Paulinas, 2011. p. 150-158.

CARVALHO, Francisco Luiz Gomes de. Ellen G. White e a Igreja Adventista do Sétimo Dia: carisma e dominação carismática. **Estudos de Religião**, São Bernardo do Campo, v. 27, n. 1, p. 123-136, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ER/article/view/3646/3620>. Acesso em: 14 mar. 2019.

CASHMORE, Gwen; PULS, Joan. Espiritualidade no movimento ecumênico. In: LOSSKY, Nicholas et al. (Eds.). **Dicionário do movimento ecumênico.** Petrópolis: Vozes, 2005. p. 480-483.

CATÃO, Francisco. O ecumenismo católico – pródromos, formulação e prospectiva. De 1964 a 2004. In: BIZON, José; DRUBI, Rodrigo (Orgs.). **A unidade na diversidade:** coletânea de artigos em comemoração aos 40 anos do decreto Unitatis redintegratio sobre o ecumenismo. São Paulo: Loyola, 2004. p. 55-76.

CHRISTIANINI, Arnaldo B. Uma opinião sobre ecumenismo. **Revista Adventista**, Santo André, ano 63, n. 10, p. 9-10, out. 1968.

CHRISTIANINI, Arnaldo B. Vaticano II – mais de dez anos. **Revista Adventista**, Santo André, ano 68, n. 1, p. 2, jan. 1973.

CIPRIANI, Gabriele. Apresentação. In: SINNER, Rudolf von; WOLFF, Elias; BOCK, Carlos Gilberto. **Vidas ecumênicas:** testemunhas do ecumenismo no Brasil. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Padre Reus, 2006. p. 5.

CIPRIANO DE CARTAGO. **Obras completas.** São Paulo: Paulus, 2016. (v. 1).

COMENTÁRIO bíblico adventista do sétimo dia. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2017. v. 5.

COMENTÁRIO bíblico adventista do sétimo dia. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2016. v. 7.

COMISSÃO CONSULTIVA TEOLÓGICA DA FEDERAÇÃO DE CONFERÊNCIAS DE BISPOS ASIÁTICOS. Teses sobre o diálogo inter-religioso: um ensaio em reflexão teológica pastoral. In: BIZON, José; DARIVA, Noemi; DRUBI, Rodrigo (Orgs.). **Diálogo inter-**

religioso: 40 anos da declaração Nostra aetate sobre as relações da Igreja com as religiões não cristãs, 1965-2005. São Paulo: Paulinas, 2005. p. 278-304.

COMISSÃO DE ECUMENISMO E DIÁLOGO RELIGIOSO DA ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Caminhos para a unidade cristã:** pastoral de ecumenismo. São Paulo: Paulinas, 1987.

COMISSÃO DE FÉ E CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS. **Batismo, eucaristia, ministério:** convergência da fé. 3. ed. Brasília: CONIC; Rio de Janeiro: KOINONIA; São Paulo: ASTE, 2001.

COMISSÃO DE FÉ E ORDEM DO CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS. **A Igreja:** uma visão ecumênica. Brasília: CONIC; São Paulo: ASTE, 2015.

COMISSÃO NACIONAL DE DIÁLOGO RELIGIOSO CATÓLICO-JUDAICO; BIZON, José (Org.). **Diálogo católico-judaico no Brasil.** São Paulo: Loyola, 2005.

COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL. **A liberdade religiosa para o bem de todos:** aproximação teológica aos desafios contemporâneos. São Paulo: Paulinas, 2019.

COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL. **O cristianismo e as religiões.** São Paulo: Loyola, 1997.

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. Declaração Dignitatis humanae: sobre a liberdade religiosa. In: VIER, Frederico (Coord.). **Compêndio do Vaticano II:** constituições, decretos, declarações. 31. ed. Petrópolis: Vozes, 2017. p. 599-616.

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. **Declaração Nostra aetate:** sobre a relação da Igreja com as religiões não cristãs. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2007.

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. **Decreto Unitatis redintegratio:** sobre o ecumenismo. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2005.

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. **Gaudium et spes:** constituição pastoral do Concílio Vaticano II sobre a Igreja no mundo de hoje. 17 ed. São Paulo: Paulinas, 2013.

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. **Lumen gentium:** constituição dogmática sobre a Igreja. 23. ed. São Paulo: Paulinas, 2014.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Guia ecumênico:** informações, normas e diretrizes sobre ecumenismo. 3. ed. São Paulo: Paulus, 2003.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Guia para o diálogo católico-judaico no Brasil.** São Paulo: Paulinas, 1986.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **O que é ecumenismo?** Uma ajuda para trabalhar a exigência do diálogo. 4. ed. São Paulo: Paulus, 2008.

CONGREGAÇÃO PARA A DOUTRINA DA FÉ. **Declaração Dominus Iesus:** sobre a unicidade e universalidade salvífica de Jesus Cristo e da Igreja. 7. ed. São Paulo: Paulinas, 2017.

CONRADO, Naor G. Apalpando o presente e divisando o futuro. **Revista Adventista**, Santo André, ano 60, n. 11, p. 2-3, nov. 1965.

CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS. **Para uma compreensão e uma visão comuns do Conselho Mundial de Igrejas:** declaração de política aprovada pelo Comitê Central do Conselho Mundial de Igrejas e recomendada às igrejas membros e às organizações ecumênicas para estudo e ação. São Paulo: CESEEP; Ave-Maria, 1999.

CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS. **Um tesouro em vasos de argila:** instrumento para uma reflexão ecumênica sobre a hermenêutica. São Paulo: Paulus, 2000.

CONSELHO NACIONAL DE IGREJAS CRISTÃS DO BRASIL. **Compartilhando a fé comum:** guia de estudo e celebração da fé para grupos de reflexão. São Paulo: Paulinas, 2005.

CONSELHO NACIONAL DE IGREJAS CRISTÃS DO BRASIL; CONSELHO LATINO-AMERICANO DE IGREJAS. **Diversidade e comunhão:** um convite ao ecumenismo. São Paulo: Sinodal; Paulinas, 1998.

CORBÍ, Marià. **Para uma espiritualidade leiga:** sem crenças, sem religiões, sem deuses. São Paulo: Paulus, 2010.

COSTA JÚNIOR, Josias. O caminho da caminhada: dificuldades e desafios da pesquisa teórico-bibliográfica nos estudos de religião. In: SILVEIRA, Emerson Sena da (Org.). **Como estudar as religiões:** metodologias e estratégias. Petrópolis: Vozes, 2018. p. 206-233.

CUNHA, Carlos. **Provocações decoloniais à teologia cristã.** São Paulo: Terceira Via, 2017.

DALAI LAMA XIV. **Uma ponte entre as religiões:** por uma verdadeira comunhão da fé. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

DARIUS, Fábio Augusto. A afirmação da teologia adventista do sétimo dia a partir dos sonhos e visões de Ellen White. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA SOCIEDADE DE TEOLOGIA E CIÊNCIAS DA RELIGIÃO – RELIGIÕES E PAZ MUNDIAL, 23., 2010, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: Soter; Paulinas, 2010a.

DARIUS, Fábio Augusto. **De corpo, alma e espírito:** apontamentos históricos e teológicos acerca do tema santificação na obra holística de Ellen White. 2014, 244 f. Tese (Doutorado em Teologia) – Programa de Pós-Graduação em Teologia, Faculdades EST, São Leopoldo, 2014.

DARIUS, Fábio Augusto. O reavivamento milerita (1831-1844): esperando Cristo voltar... **Protestantismo em Revista**, São Leopoldo, v. 18, p. 56-65, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www3.est.edu.br/nepp/revista/018/ano08n1_05.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2019.

DARIUS, Fábio Augusto. **Passos para Cristo:** a construção do conceito de “santificação” na obra de Ellen White legada à Igreja Adventista do Sétimo Dia. 2010, 119 f. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Programa de Pós-Graduação em Teologia, Faculdades EST, São Leopoldo, 2010b.

DECLARAÇÃO conjunta sobre a doutrina da justificação. Declaração conjunta católica romana e Federação Luterana Mundial. Augsburgo, 31 de outubro de 1999. 3. ed. São Leopoldo: Sinodal; Brasília: CONIC; São Paulo: Paulinas, 2000.

DE BENEDICTO, Marcos. A agenda ecumênica: por que os adventistas não adotam o ecumenismo. **Revista Adventista**, Tatuí, ano 113, n. 1336, p. 2, ago. 2018.

DE BENEDICTO, Marcos. A Reforma acabou? In: ARAÚJO, Glauber (Org.). **A Reforma protestante:** uma visão adventista. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2017. p. 149-173.

DE BENEDICTO, Marcos. Bandeira da liberdade. **Revista Adventista**, Tatuí, ano 101, n. 5, p. 6-7, maio 2006.

DE BENEDICTO, Marcos. Um dia irrenunciável. **Revista Adventista**, Tatuí, ano 94, n. 11, p. 32-34, nov. 1998.

DE BENEDICTO, Marcos; BORGES, Michelson. Um século de história. **Revista Adventista**, Tatuí, ano 101, n. 1, p. 8-13, jan. 2006.

DEDEREN, Raoul. A Igreja. In: DEDEREN, Raoul (Ed.). **Tratado de teologia:** adventista do sétimo dia. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2011a. p. 598-645.

DEDEREN, Raoul. Cristo: pessoa e obra. In: DEDEREN, Raoul (Ed.). **Tratado de teologia:** adventista do sétimo dia. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2011b. p. 180-230.

DEDEREN, Raoul (Ed.). **Tratado de teologia:** adventista do sétimo dia. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2011c.

DIAS, Zwinglio M. Desafios para a criação de uma comunidade ecumênica, solidária e cidadã. In: TEIXEIRA, Faustino; DIAS, Zwinglio M. **Ecumenismo e diálogo inter-religioso:** a arte do possível. 9. ed. Aparecida: Santuário, 2011a. p. 95-116.

DIAS, Zwinglio M. **Discussão sobre a Igreja.** 2. ed. São Paulo: Fonte Editorial, 2013.

DIAS, Zwinglio M. Etapas no desenvolvimento histórico do movimento ecumênico. In: TEIXEIRA, Faustino; DIAS, Zwinglio M. **Ecumenismo e diálogo inter-religioso:** a arte do possível. 9. ed. Aparecida: Santuário, 2011b. p. 19-59.

DIOP, Ganoune. Construindo o diálogo. **Revista Adventista**, ano 113, n. 1336, p. 12-15, ago. 2018.

DONKOR, Kwabena. Verdade presente. In: FORTIN, Denis; MOON, Jerry (Eds.). **Enciclopédia Ellen G. White.** Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2018. p. 1354.

DORNELES, Vanderlei. Dois anos de Francisco. **Revista Adventista**, Tatuí, ano 110, n. 1295, p. 30-32, mar. 2015.

DORNELES, Vanderlei. **O último império:** a nova ordem mundial e a contrafação do Reino de Deus. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2013.

DOUGLASS, Herbert E. **Mensageira do Senhor:** o ministério profético de Ellen G. White. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2003.

DABROWSKI, Ray. Introdução. ASSOCIAÇÃO GERAL DA IGREJA ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA. **Declarações da Igreja:** aborto, assédio sexual, homossexualismo, clonagem, ecumenismo e outros temas atuais. 3. ed. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2012. p. 8-9.

DRUBI, Rodrigo. Ecumenismo espiritual. "A alma do movimento ecumênico". In: BIZON, José; DRUBI, Rodrigo (Orgs.). **A unidade na diversidade:** coletânea de artigos em comemoração aos 40 anos do decreto Unitatis redintegratio sobre o ecumenismo. São Paulo: Loyola, 2004. p. 105-123.

DUKE, James O. O Código de Direito Canônico: perspectiva protestante. In: HORTAL, Jesús (Org.). **O Código de Direito Canônico e o ecumenismo:** implicações ecumênicas da atual legislação canônica. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2003. p. 63-97.

DUPUIS, Jacques. **O cristianismo e as religiões:** do desencontro ao encontro. São Paulo: Loyola, 2004.

DUPUIS, Jacques. **Rumo a uma teologia cristã do pluralismo religioso.** São Paulo: Paulinas, 1999.

FALAI a verdade – um pronunciamento judaico a respeito dos cristãos e do cristianismo. In: COMISSÃO NACIONAL DE DIÁLOGO RELIGIOSO CATÓLICO-JUDAICO; BIZON, José (Org.). **Diálogo católico-judaico no Brasil.** São Paulo: Loyola, 2005. p. 175-179.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DAS UNIVERSIDADES CATÓLICAS (Org.). **Cinquenta anos após o Concílio Vaticano II:** teólogos do mundo inteiro deliberam. São Paulo: Paulinas, 2017.

FEDERAÇÃO LUTERANA MUNDIAL; ASSOCIAÇÃO GERAL DA IGREJA ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA. **Lutherans and adventists in conversation:** report and papers presented 1994-1998. Genebra: Federação Luterana Mundial; Silver Spring: Associação Geral da Igreja Adventista do Sétimo Dia, 2000.

FINLEY, Mark. **Estudando juntos.** São Paulo: Sobre Tudo, [200-].

FITZGERALD, Michael L. **A unidade, desejo de Deus:** quarenta anos de diálogo inter-religioso. Os católicos e as religiões: as lições do diálogo. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2008.

FITZGERALD, Michael L. Abraão e seus filhos: resposta. In: HINZE, Bradford E.; OMAR, Irfan A. (Orgs.). **Herdeiros de Abraão:** o futuro das relações entre muçulmanos, judeus e cristãos. São Paulo: Paulus, 2007. p. 138-141.

FOLLIS, Rodrigo. **Memória, mídia e transmissão religiosa:** estudo de caso da Revista Adventista (1906-2010). 2017, 231 f. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Escola de Comunicação, Educação e Humanidades, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2017.

FOLLIS, Rodrigo; NOVAES, Allan; DIAS, Marcelo (Orgs.). **Sociologia e adventismo:** desafios sociais para a missão. Engenheiro Coelho: Unaspress, 2015.

FORTIN, Denis. **Como manter a Igreja unida apesar de nós.** Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2018a.

FORTIN, Denis. Denominações adventistas. In: FORTIN, Denis; MOON, Jerry (Eds.). **Enciclopédia Ellen G. White.** Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2018b. p. 818-822.

FORTIN, Denis. Relações com outras denominações. In: FORTIN, Denis; MOON, Jerry (Eds.). **Enciclopédia Ellen G. White.** Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2018c. p. 822-823.

FORTIN, Denis; MOON, Jerry (Eds.). **Enciclopédia Ellen G. White.** Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2018.

FRANCISCO. **A Igreja.** São Paulo: Paulus, 2018.

FRANCISCO. **Carta encíclica Laudato si':** sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulinas: 2015.

FRANCISCO. **Exortação apostólica Evangelii gaudium:** ao episcopado, ao clero, às pessoas consagradas e aos fiéis leigos sobre o anúncio do evangelho no mundo atual. São Paulo: Paulinas, 2015.

FROOM, Le Roy E. **Movement of destiny.** Washington: Review and Herald, 1971. Disponível em: <http://documents.adventistarchives.org/Books/MOD1971.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2019.

FROOM, Le Roy E. **The prophetic faith of our fathers.** The historical development of prophetic interpretation. Early church exposition, subsequent deflections, and medieval revival. Washington: Review and Herald, 1950. v. 1. Disponível em: <http://docs.adventistarchives.org//docs/PFOF/PFOF1950-V01.pdf#view=fit>. Acesso em: 25 mar. 2019.

FROOM, Le Roy E. **The prophetic faith of our fathers.** The historical development of prophetic interpretation. New world recovery and consummation of prophetic interpretation. Washington: Review and Herald, 1954. v. 4. Disponível em: <http://docs.adventistarchives.org//docs/PFOF/PFOF1954-V04.pdf#view=fit>. Acesso em: 25 mar. 2019.

FROOM, Le Roy E. **The prophetic faith of our fathers.** The historical development of prophetic interpretation. Part I: colonial and early national American exposition. Part II: old world nineteenth century advent awakening. Washington: Review and Herald, 1946. v. 3.

Disponível em: <http://docs.adventistarchives.org//docs/PFOF/PFOF1946-V03.pdf#view=fit>. Acesso em: 26 mar. 2019.

FROOM, Le Roy E. **The prophetic faith of our fathers.** The historical development of prophetic interpretation. Pre-reformation and reformation restoration, and second departure. Washington: Review and Herald, 1948. v. 2. Disponível em: <http://docs.adventistarchives.org//docs/PFOF/PFOF1948-V02.pdf#view=fit>. Acesso em: 26 mar. 2019.

FURTADO, Kevin Willian Kossar. **Adventistas:** representações escatológico-sabático-dietéticas. São Paulo: Fonte Editorial, 2017.

FURTADO, Kevin Willian Kossar. **Representações escatológico-sabático-dietéticas de jovens da Igreja Adventista do Sétimo Dia.** 2014, 365 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2014.

GASSMANN, Günther. Unidade. In: LOSSKY, Nicholas et al. (Eds.). **Dicionário do movimento ecumênico.** Petrópolis: Vozes, 2005. p. 1113-1116.

GEFFRÉ, Claude. A fé na era do pluralismo religioso. TEIXEIRA, Faustino (Org.). **Diálogo de pássaros:** nos caminhos do diálogo inter-religioso. São Paulo: Paulinas, 1993. p. 61-74.

GEFFRÉ, Claude. **Crer e interpretar:** a virada hermenêutica da teologia. Petrópolis: Vozes, 2004.

GEFFRÉ, Claude. **De Babel a Pentecostes:** ensaios de teologia inter-religiosa. São Paulo: Paulus, 2013.

GEFFRÉ, Claude. O lugar das religiões no plano da salvação. In: TEIXEIRA, Faustino (Org.). **O diálogo inter-religioso como afirmação da vida.** São Paulo: Paulinas, 1997. p. 111-137.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GLÓRIA, Heitor da Silva; SANTOS, Odja Barros (Orgs.). **Como um só povo:** reflexões em torno da unidade da Igreja. São Leopoldo: Centro de Estudos Bíblicos, 2009.

GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes. O sonho da unidade dos cristãos. Eclesiologia ecumênica elaborada a partir dos "princípios católicos" e das comissões mistas. In: BIZON, José; DRUBI, Rodrigo (Orgs.). **A unidade na diversidade:** coletânea de artigos em comemoração aos 40 anos do decreto Unitatis redintegratio sobre o ecumenismo. São Paulo: Loyola, 2004. p. 199-241.

GONZÁLEZ MUÑANA, Manuel. **Ecumenismo, movimiento sin posible marcha atrás:** pasado, presente y futuro. Burgos: Monte Carmelo, 2008.

GRUEN, Wolfgang. Nostra aetate – quarenta anos de reencontro: realizações e tarefas. In: COMISSÃO NACIONAL DE DIÁLOGO RELIGIOSO CATÓLICO-JUDAICO; BIZON, José (Org.). **Diálogo católico-judaico no Brasil.** São Paulo: Loyola, 2005. p. 139-164.

HASEL, Frank M. O remanescente na teologia adventista contemporânea. In: RODRÍGUEZ, Ángel Manuel (Org.). **Teologia do remanescente:** uma perspectiva adventista. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2012. p. 160-180.

HINZE, Bradford E. Triálogo entre judeus, cristãos e muçulmanos: panorama introdutório. In: HINZE, Bradford E.; OMAR, Irfan A. (Orgs.). **Herdeiros de Abraão:** o futuro das relações entre muçulmanos, judeus e cristãos. São Paulo: Paulus, 2007. p. 13-32.

HINZE, Bradford E.; OMAR, Irfan A. (Orgs.). **Herdeiros de Abraão:** o futuro das relações entre muçulmanos, judeus e cristãos. São Paulo: Paulus, 2007.

HOLBROOK, Frank B. O grande conflito. In: DEDEREN, Raoul (Ed.). **Tratado de teologia:** adventista do sétimo dia. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2011. p. 1070-1113.

HORTAL, Jesús. **E haverá um só rebanho:** história, doutrina e prática católica do ecumenismo. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

HORTAL, Jesús (Org.). **O Código de Direito Canônico e o ecumenismo:** implicações ecumênicas da atual legislação canônica. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

HÖSCHELE, Stefan. **Interchurch and interfaith relations:** seventh-day adventist statements and documents. Frankfurt: Peter Lang, 2010.

HOWELL, Emma E. **The great advent moviment.** Ed. revisada. Takoma Park: Review and Herald, 1941. Disponível em: <http://documents.adventistarchives.org/Books/TGAM1935.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2019.

JOÃO PAULO II. **Carta encíclica Redemptoris missio:** sobre a validade permanente do mandato missionário. 9. ed. São Paulo: Paulinas, 2014.

JOÃO PAULO II. **Carta encíclica Ut unum sint:** sobre o empenho ecumênico. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2012.

JOÃO PAULO II. **Cruzando o limiar da esperança.** Depoimentos de João Paulo II a Vittorio Messori. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

JOSAPHAT, Carlos. **Vaticano II:** a Igreja aposta no amor universal. São Paulo: Paulinas, 2013.

KASPER, Walter. **A misericórdia:** condição fundamental do evangelho e chave da vida cristã. Cascais: Lucerna, 2015.

KASPER, Walter. **Caminos hacia la unidad de los cristianos.** Escritos de ecumenismo I. Maliaño: Sal Terrae, 2014a.

KASPER, Walter. **Colhendo os frutos:** aspectos da fé cristã no diálogo ecuménico. Prior Velho: Paulinas, 2011.

KASPER, Walter. **Guia para uma espiritualidade ecumênica.** São Paulo: Paulinas, 2007.

KASPER, Walter. **La unidad en Jesucristo.** Escritos de ecumenismo II. Maliaño: Sal Terrae, 2016a.

KASPER, Walter. **Martinho Lutero.** Lido em chave ecuménica 500 anos depois. Prior Velho: Paulinas, 2016b.

KASPER, Walter. Mensagem por ocasião da celebração do 40º aniversário da declaração Nostra aetate. In: COMISSÃO NACIONAL DE DIÁLOGO RELIGIOSO CATÓLICO-JUDAICO; BIZON, José (Org.). **Diálogo católico-judaico no Brasil.** São Paulo: Loyola, 2005a. p. 31-35.

KASPER, Walter. **O sacramento da unidade:** eucaristia e Igreja. São Paulo: Loyola, 2006.

KASPER, Walter. Os quarenta anos da declaração sobre o judaísmo Nostra aetate. In: COMISSÃO NACIONAL DE DIÁLOGO RELIGIOSO CATÓLICO-JUDAICO; BIZON, José (Org.). **Diálogo católico-judaico no Brasil.** São Paulo: Loyola, 2005b. p. 15-29.

KASPER, Walter. **Que todas sejam uma:** o chamado à unidade hoje. São Paulo: Loyola, 2008.

KASPER, Walter. Unidade dos cristãos e pentecostalismo: quais as perspectivas? Cenários, sujeitos e práticas. In: MAÇANEIRO, Marcial (Org.). **Teologia em questões.** Aparecida: Santuário, 2014b. p. 191-218.

KIESLER, Herbert. As ordenanças: batismo, lava-pés e ceia do Senhor. In: DEDEREN, Raoul (Ed.). **Tratado de teologia:** adventista do sétimo dia. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2011. p. 646-675.

KNITTER, Paul F. **Introdução às teologias das religiões.** São Paulo, Paulinas, 2008.

KNIGHT, George R. **A mensagem de 1888.** Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2003.

KNIGHT, George R. **A visão apocalíptica e a neutralização do adventismo:** estamos perdendo nossa relevância? Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2010.

KNIGHT, George R. **Adventismo:** origem e impacto do movimento milerita. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2015a.

KNIGHT, George R. **Em busca de identidade:** o desenvolvimento das doutrinas adventistas do sétimo dia. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2011.

KNIGHT, George R. **Para não esquecer**: meditações diárias. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2015b.

KNIGHT, George R. **Prazer em conhecer Ellen White:** quem ela foi, o que fez e a diferença que faz. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2018.

KNIGHT, George R. **Uma Igreja mundial:** breve história dos adventistas do sétimo dia. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2000.

KÜNG, Hans. **O cristianismo:** essência e história. Lisboa: Temas e Debates, 2016.

KÜNG, Hans. **Projeto de ética mundial:** uma moral ecumênica em vista da sobrevivência humana. 4. ed. São Paulo: Paulinas, 2003.

KÜNG, Hans. **Religiões do mundo:** em busca dos pontos comuns. Campinas: Verus, 2004.

KÜNG, Hans. **Teologia a caminho:** fundamentação para o diálogo ecumênico. São Paulo: Paulinas, 1999.

KUZMA, Cesar; VILLAS BOAS, Alex (Orgs.). **Religiões em reforma:** 500 anos depois. São Paulo: Paulinas, 2017.

LARONDELLE, Hans K. O remanescente e as três mensagens angélicas. In: DEDEREN, Raoul (Ed.). **Tratado de teologia:** adventista do sétimo dia. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2011. p. 949-987.

LEHMANN, Richard P. A segunda vinda de Jesus. In: DEDEREN, Raoul (Ed.). **Tratado de teologia:** adventista do sétimo dia. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2011. p. 988-1023.

LESSA, Rubens. Começo humilde. **Revista Adventista**, Tatuí, ano 101, n. 1, p. 2, jan. 2006.

LIBANIO, João Batista. **Concílio Vaticano II:** em busca de uma primeira compreensão. São Paulo: Loyola, 2005.

LIBANIO, João Batista. Introdução. In: TEIXEIRA, Faustino (Org.). **O diálogo inter-religioso como afirmação da vida.** São Paulo: Paulinas, 1997. p. 11-13.

LIENEMANN-PERRIN, Christine. **Missão e diálogo inter-religioso.** São Leopoldo: Sinodal; Centro de Estudos Bíblicos, 2005.

LIMA, Wendel. Lições da nossa história. **Revista Adventista**, Tatuí, ano 108, n. 1260, p. 8-13, maio 2013.

LINDENAU, Maribel; MOTA, Sônia Gomes (Orgs.). **Travessias e horizontes do ecumenismo:** história e desafios do movimento ecumênico. São Leopoldo: Centro de Estudos Bíblicos; Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria, 2008.

LOEWEN, Marvin E. Doze profecias prestes a se cumprir – I. **Revista Adventista**, Santo André, ano 61, n. 8, p. 2-4, ago. 1966.

LOPES, Geraldo. **Lumen gentium:** texto e comentário. São Paulo: Paulinas, 2013.

LOSSKY, Nicholas. Teologia ecumênica. In: LOSSKY, Nicholas et al. (Eds.). **Dicionário do movimento ecumênico.** Petrópolis: Vozes, 2005. p. 1056-1059.

LOSSKY, Nicholas et al. (Eds.). **Dicionário do movimento ecumênico.** Petrópolis: Vozes, 2005.

MAÇANEIRO, Marcial. As religiões e a salvação em Cristo. Nostra aetate. In: ALMEIDA, João Carlos; MANZINI, Rosana; MAÇANEIRO, Marcial (Orgs.). **As janelas do Vaticano II:** a Igreja em diálogo com o mundo. Aparecida: Santuário, 2013a. p. 527-552.

MAÇANEIRO, Marcial. Diálogo inter-religioso: o que dizem os documentos da Igreja? Princípios e proposições. In: MAÇANEIRO, Marcial (Org.). **Teologia em questões.** Aparecida: Santuário, 2014. p. 219-247.

MAÇANEIRO, Marcial. Eclesialidade, eucaristia e ministérios. Perspectivas ecumênicas a partir do decreto Unitatis redintegratio. In: BIZON, José; DRUBI, Rodrigo (Orgs.). **A unidade na diversidade:** coletânea de artigos em comemoração aos 40 anos do decreto Unitatis redintegratio sobre o ecumenismo. São Paulo: Loyola, 2004. p. 141-180.

MAÇANEIRO, Marcial. O caminho ecumênico: teologia e percursos. Unitatis redintegratio II. In: ALMEIDA, João Carlos; MANZINI, Rosana; MAÇANEIRO, Marcial (Orgs.). **As janelas do Vaticano II:** a Igreja em diálogo com o mundo. Aparecida: Santuário, 2013b. p. 301-328.

MAÇANEIRO, Marcial. **Religiões e ecologia:** cosmovisão, valores, tarefas. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 6. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTIN, Leonardo; PORTO, Humberto. **Unidade e fraternidade.** São Paulo: Paulinas, 1982.

MARTINES, Carmelo Luis. **El concepto de remanente en la Iglesia Adventista del Séptimo Día:** razones subyacentes en el debate contemporáneo. 2002, 356 f. Tese (Doutorado em Teologia) – Facultad de Teología, Universidad Adventista del Plata, Libertador San Martín, 2002.

MATTOS, Moisés. Observações sobre uma assembleia. **Revista Adventista**, Tatuí, ano 101, n. 6, p. 38, jun. 2006.

MAXWELL, C. Mervyn. **História do adventismo.** Santo André: Casa Publicadora Brasileira, 1982.

MAY, Roy (Org.). **Precisamos saber mais:** contribuições para o diálogo inter-religioso. São Leopoldo: Sinodal; Quito: CLAI, 2012.

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro.** Petrópolis: Vozes, 1985.

MELO, José Marques de. **Jornalismo:** compreensão e reinvenção. São Paulo: Saraiva, 2009.

MENDES, Fabiano Ramos. **A sensibilidade cultural do adventismo como modelo missiológico em grandes centros urbanos:** uma análise de igrejas adventistas étnicas na cidade de São Paulo. 2015, 110 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Escola de Comunicação, Educação e Humanidades, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2015.

MENEZES, Paulo. Tolerância e religiões. In: TEIXEIRA, Faustino (Org.). **O diálogo inter-religioso como afirmação da vida.** São Paulo: Paulinas, 1997. p. 39-54.

MERTON, Thomas. **O diário da Ásia.** Belo Horizonte: Vega, 1978.

MIRANDA, Antônio Afonso de. **Cruzando as fronteiras do ecumenismo:** qual a diferença entre a Igreja católica e as demais igrejas cristãs? Que significa o diálogo com os não cristãos? 10. ed. Aparecida: Santuário, 1999.

MIRANDA, Mário de França. A afirmação da vida como questão teológica para as religiões. In: TEIXEIRA, Faustino (Org.). **O diálogo inter-religioso como afirmação da vida.** São Paulo: Paulinas, 1997a. p. 99-110.

MIRANDA, Mário de França. **O cristianismo em face das religiões.** São Paulo: Loyola, 1998.

MONDONI, Danilo. **E os cristãos se dividiram:** das reformas ao Vaticano II. São Paulo: Loyola, 2015.

MOON, Jerry. O papel da mulher no ministério. In: FORTIN, Denis; MOON, Jerry (Eds.). **Enciclopédia Ellen G. White.** Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2018. p. 1100-1107.

MOORE, Marvin. **Apocalipse 13:** leis dominicais, boicotes econômicos, decretos de morte, perseguição religiosa – isso poderia realmente acontecer? Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2013.

MORANDINI, Simone. **Terra esplêndida e ameaçada:** por uma espiritualidade ecumênica da criação. São Paulo: Loyola, 2008.

MURAD, Afonso; GOMES, Paulo Roberto; RIBEIRO, Súsie. **A casa da teologia:** introdução ecumênica à ciência da fé. São Paulo: Paulinas; São Leopoldo: Sinodal, 2010.

NAVARRO, Juan Bosch. **Dicionário de ecumenismo.** 10. ed. Aparecida: Santuário, 2006.

NAVARRO, Juan Bosch. Ecumenismo. In: FLORISTÁN, Casiano; TAMAYO, Juan José (Dir.). **Dicionário de conceitos fundamentais do cristianismo.** São Paulo: Paulus, 1999. p. 213-220.

NAVARRO, Juan Bosch. **Para compreender o ecumenismo.** São Paulo: Loyola, 1995.

NEVES, Fernando dos Santos. **Do ecumenismo cristão ao ecumenismo universal.** Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2005.

NEVES, Joaquim Carreira das. **Deus existe?** Uma viagem pelas religiões. 2. ed. Lisboa: Editorial Presença, 2012.

NICHOL, Francis D. **Respostas a objeções:** uma defesa bíblica da doutrina adventista. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2012.

OLIVEIRA, Enoch de. **A mão de Deus ao leme.** Santo André: Casa Publicadora Brasileira, 1985.

OLIVEIRA FILHO, José Jeremias. Formação histórica do movimento adventista. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 157-179, set./dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n52/a12v1852.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2019.

OMAR, Irfan A. Submeter-se à vontade de Deus: aprendizado mútuo entre judeus, cristãos e muçulmanos. In: HINZE, Bradford E.; OMAR, Irfan A. (Orgs.). **Herdeiros de Abraão:** o futuro das relações entre muçulmanos, judeus e cristãos. São Paulo: Paulus, 2007. p. 153-172.

OTTAVIANI, Edelcio. A liberdade religiosa: um direito humano. Dignitatis humanae. In: ALMEIDA, João Carlos; MANZINI, Rosana; MAÇANEIRO, Marcial (Orgs.). **As janelas do Vaticano II:** a Igreja em diálogo com o mundo. Aparecida: Santuário, 2013. p. 493-526.

NOVAES, Allan. **O problema adventismo-televisão:** uma análise do pensamento adventista sobre a TV a partir da tipologia de H. Richard Niebuhr em Cristo e cultura. 2016, 323 f. Tese (Doutorado em Ciência da Religião) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciência da Religião, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

NOVAES, Allan; FOLLIS, Rodrigo. **O adventismo na academia brasileira:** um panorama do estado da arte. Engenheiro Coelho: Unaspress, 2016.

PANASIEWICZ, Roberlei. **Pluralismo religioso contemporâneo:** diálogo inter-religioso na teologia de Claude Geffré. 2. ed. São Paulo: Paulinas; Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2010.

PANIKKAR, Raimon. **O diálogo indispensável –** paz entre as religiões. Corroios: Zéfiro, 2007.

PAROSCHI, Wilson. Quando amamos de verdade... **Revista Adventista**, Tatuí, ano 100, n. 1, p. 8-10, jan. 2005.

PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner Lopes (Orgs.). **Dicionário do Concílio Vaticano II.** São Paulo: Paulinas; Paulus, 2015.

PAULO VI. **Carta encíclica Ecclesiam suam:** sobre os caminhos da Igreja. 4. ed. São Paulo: Paulinas, 2015.

PFANDL, Gerhard. Autoridade de Ellen G. White e seus escritos. In: FORTIN, Denis; MOON, Jerry (Eds.). **Enciclopédia Ellen G. White.** Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2018. p. 689-691.

PINHO, José Eduardo Valente Borges de. **Ecumenismo:** situação e perspectivas. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2011.

POBEE, John S. Teologia contextual. In: LOSSKY, Nicholas et al. (Eds.). **Dicionário do movimento ecumênico.** Petrópolis: Vozes, 2005b. p. 1051-1052.

PÖHLER, Rolf J. **Change in seventh-day adventist theology:** a study of the problem of doctrinal development. 1995, 590 f. Tese (Doutorado em Teologia) – Seventh-day Adventist Theological Seminary, Andrews University, Berrien Springs, 1995.

PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA. **A interpretação da Bíblia na Igreja.** 9. ed. São Paulo: Paulinas, 2016.

PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA. O povo judeu e as suas Sagradas Escrituras na Bíblia cristã. In: BIZON, José; DARIVA, Noemi; DRUBI, Rodrigo (Orgs.). **Diálogo inter-religioso:** 40 anos da declaração Nostra aetate sobre as relações da Igreja com as religiões não cristãs, 1965-2005. São Paulo: Paulinas, 2005. p. 361-528.

PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PROMOÇÃO DA UNIDADE DOS CRISTÃOS. **A dimensão ecumênica na formação dos que trabalham no ministério pastoral.** 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1998.

PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PROMOÇÃO DA UNIDADE DOS CRISTÃOS. **Diálogo católico-pentecostal:** evangelização, proselitismo e testemunho comum. Relatório sobre a quarta fase (1990-1997) do diálogo internacional entre a Igreja católica romana e as igrejas pentecostais tradicionais, bem como outros responsáveis pentecostais. São Paulo: Paulinas, 1999.

PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PROMOÇÃO DA UNIDADE DOS CRISTÃOS. **Diretório para a aplicação dos princípios e normas sobre o ecumenismo.** 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2004.

PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PROMOÇÃO DA UNIDADE DOS CRISTÃOS; FEDERAÇÃO LUTERANA MUNDIAL. **Do conflito à comunhão**. Comemoração conjunta católico-luterana da Reforma em 2017. Relatório da Comissão Luterana – Católico-Romana para a Unidade. São Leopoldo: Sinodal; Brasília: Edições CNBB, 2015.

PONTIFÍCIO CONSELHO PARA O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO. Diálogo e anúncio. In: BIZON, José; DARIVA, Noemi; DRUBI, Rodrigo (Orgs.). **Diálogo inter-religioso:** 40 anos da declaração Nostra aetate sobre as relações da Igreja com as religiões não cristãs, 1965-2005. São Paulo: Paulinas, 2005. p. 79-124.

PRADO, André Pires do. **Os templos da conquista:** a Igreja Adventista do Sétimo Dia (IASD) no município de Ourinhos-SP (1950-2012). 2012, 417 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 2012.

QUEIRUGA, Andrés T. **A teologia depois do Vaticano II:** diagnóstico e propostas. São Paulo: Paulinas, 2015.

QUEIRUGA, Andrés T. **Autocompreensão cristã:** diálogo das religiões. São Paulo: Paulinas, 2007.

QUEIRUGA, Andrés T. **O diálogo das religiões.** 3. ed. São Paulo: Paulus, 2009.

QUESTÕES sobre doutrina: o clássico mais polêmico da história do adventismo. Notas e introdução histórica e teológica por George R. Knight. Ed. anotada. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2008.

RAISER, Konrad. Oikoumene. In: LOSSKY, Nicholas et al. (Eds.). **Dicionário do movimento ecumênico.** Petrópolis: Vozes, 2005a. p. 837-838.

RAISER, Konrad. Teologia no movimento ecumênico. In: LOSSKY, Nicholas et al. (Eds.). **Dicionário do movimento ecumênico.** Petrópolis: Vozes, 2005b. p. 1066-1070.

RAUSCH, Thomas P. **Rumo a uma Igreja verdadeiramente católica.** São Paulo: Loyola, 2008.

REID, George W. (Ed.). **Compreendendo as Escrituras:** uma abordagem adventista. Engenheiro Coelho: Unaspress, 2007.

REIS, Douglas. Do diálogo para o diálogo: o início do movimento adventista do sétimo dia e sua participação em diálogos interdenominacionais. **Caminhos de Diálogo**, Curitiba, ano 6, n. 8, p. 85-92, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/caminhosdedialogo/article/view/24610/23156>. Acesso em: 7 mar. 2019.

RIBEIRO, Claudio de Oliveira. **Caminhos plurais:** quatro décadas de trajetos ecumênicos e pastorais. São Paulo: Reflexão, 2016a.

RIBEIRO, Claudio de Oliveira. **Espiritualidades plurais da Reforma.** São Paulo: Reflexão, 2017.

RIBEIRO, Claudio de Oliveira (Org.). **Evangélicos e católicos:** encontros e desencontros no século XXI. São Paulo: Reflexão, 2016b.

RIBEIRO, Claudio de Oliveira. **Pluralismo e libertação.** São Paulo: Paulinas, 2014.

RIBEIRO, Claudio de Oliveira; CUNHA, Magali do Nascimento. **O rosto ecumênico de Deus:** reflexões sobre ecumenismo e paz. São Paulo: Fonte Editorial, 2013.

RIBEIRO, Claudio de Oliveira; ROCHA, Alessandro Rodrigues (Orgs.). **Ecumenismo e reforma.** São Paulo: Paulinas, 2017.

RIBEIRO, Sandra Ferreira. **Ecumenismo:** simples tolerância ou um estilo de vida? Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2002.

RICE, George E. Dons espirituais. In: DEDEREN, Raoul (Ed.). **Tratado de teologia:** adventista do sétimo dia. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2011. p. 646-720.

ROCHA, Alessandro Rodrigues (Org.). **Ecumenismo para o século XXI:** subsídios teológicos para a vocação ecumênica de todo cristão. São Paulo: Fonte Editorial, 2011.

RODRIGUES, Rui Luis. Qual a relevância ecumênica da Sagrada Escritura? Uma leitura da exortação apostólica Verbum Domini. In: MAÇANEIRO, Marcial (Org.). **Teologia em questões.** Aparecida: Santuário, 2014. p. 87-107.

RODRÍGUEZ, Ángel Manuel. Introdução. In: RODRÍGUEZ, Ángel Manuel (Org.). **Teologia do remanescente:** uma perspectiva adventista. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2012a. p. 17-22.

RODRÍGUEZ, Ángel Manuel. O povo remanescente de Deus nos escritos de Ellen G. White. In: RODRÍGUEZ, Ángel Manuel (Org.). **Teologia do remanescente:** uma perspectiva adventista. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2012b. p. 181-199.

RODRÍGUEZ, Ángel Manuel. O remanescente do tempo do fim e a Igreja cristã. In: RODRÍGUEZ, Ángel Manuel (Org.). **Teologia do remanescente:** uma perspectiva adventista. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2012c. p. 200-225.

RODRÍGUEZ, Ángel Manuel. Santuário. In: DEDEREN, Raoul (Ed.). **Tratado de teologia:** adventista do sétimo dia. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2011. p. 421-466.

SABANES PLOU, Dafne. **Caminhos de unidade:** itinerário do diálogo ecumênico na América Latina (1916-2001). São Leopoldo: Sinodal, 2002.

SANCHEZ, Wagner Lopes. O diálogo inter-religioso: fontes e método. In: PASSOS, João Décio (Org.). **Diálogos no interior da casa comum:** recepções interdisciplinares sobre a encíclica Laudato si'. São Paulo: EDUC; Paulus, 2016. p. 157-178.

SANCHEZ, Wagner Lopes. **Pluralismo religioso:** as religiões no mundo atual. São Paulo: Paulinas, 2005.

SANCHEZ, Wagner Lopes. **Vaticano II e o diálogo inter-religioso.** São Paulo: Paulus, 2015.

SANTA ANA, Júlio H. de. **Ecumenismo e libertação:** reflexões sobre a relação entre a unidade cristã e o Reino de Deus. Petrópolis: Vozes, 1987.

SCHEFFEL, Rubem M. A importância da imprensa. **Revista Adventista**, Tatuí, ano 101, n. 1, p. 16-17, jan. 2006.

SCHWANTES, Siegfried J. Profecia ou horóscopo? **Revista Adventista**, Tatuí, ano 88, n. 1, p. 7-9, jan. 1992.

SEAMAN, John. **Quem são os adventistas do sétimo dia?** Um breve exame de sua história, crenças, povo, Igreja e missão. 5. ed. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2011.

SEVENTH-day adventists answer questions on doctrine. An explanation of certain major aspects of seventh-day adventist belief. Washington: Review and Herald, 1957. Disponível

em: <http://documents.adventistarchives.org/Books/QOD19570101.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2019.

SCHLESINGER, Michel. Introdução: a arte do diálogo. In: BIZON, José; SCHLESINGER, Michel (Orgs.). **Diálogo inter-religioso:** religiões a caminho da paz. São Paulo: Paulinas, 2018. p. 11-13.

SCHWARZ, Richard W.; GREENLEAF, Floyd. **Portadores de luz:** história da Igreja Adventista do Sétimo Dia. Engenheiro Coelho: Unaspress, 2009.

SECRETARIADO PARA OS NÃO CRISTÃOS. **A Igreja e as outras religiões:** diálogo e missão. 4. ed. São Paulo: Paulinas, 2010.

SINNER, Rudolf von. **Confiança e convivência:** reflexões éticas e ecumênicas. São Leopoldo: Sinodal, 2007.

SINNER, Rudolf von. Ecumenismo. In: BORTOLLETO FILHO, Fernando (Org.). **Dicionário brasileiro de teologia.** São Paulo: ASTE, 2008. p. 321-324.

SINNER, Rudolf von (Org.). **Missão e ecumenismo na América Latina.** São Leopoldo: Sinodal; Quito: CLAI, 2009.

SINNER, Rudolf von; WOLFF, Elias; BOCK, Carlos Gilberto. **Vidas ecumênicas:** testemunhas do ecumenismo no Brasil. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Padre Reus, 2006.

SIQUEIRA, Reinaldo. O shabat e o diálogo entre judeus e adventistas no Brasil. In: LEWIN, Helena (Coord.). **Identidade e cidadania:** como se expressa o judaísmo brasileiro. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. p. 632-646.

SKA, Jean-Louis. **Abraão e seus hóspedes:** o patriarca e aqueles que creem no Deus único. São Paulo: Loyola, 2009.

SOARES, Afonso Maria Ligório. **Teologia em saída:** para reaprender a aprender com as religiões e suas vivências plurais. São Paulo: Paulinas, 2017.

SOUZA, Daniel Santos (Org.). **"O Espírito sopra onde quer..."** Estudos bíblicos para uma convivência ecumênica. São Leopoldo: Centro de Estudos Bíblicos, 2011.

SOUZA, Daniel Santos; PEREIRA, Nancy Cardoso. **Ecumenismo:** um grão de salvação escondido nas coisas do mundo. São Paulo: Fonte Editorial, 2014.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. As religiões e o desafio da vida. In: TEIXEIRA, Faustino (Org.). **O diálogo inter-religioso como afirmação da vida.** São Paulo: Paulinas, 1997. p. 15-29.

SOUZA, Odorino de. O catolicismo e o protestantismo sul-americano em face do concílio ecumênico. **Revista Adventista**, Santo André, ano 60, n. 9, p. 6-7, set. 1965.

SPINSANTI, Sandro. Ecumenismo espiritual. In: FIORES, Stefano de; GOFFI, Tulio (Orgs.). **Dicionário de espiritualidade.** São Paulo: Paulinas, 1989. p. 304-315.

STEFANOVIC, Ranko. O que é "o espírito da profecia"? In: PFANDL, Gerhard (Org.). **Interpretando as Escrituras:** descubra o sentido dos textos mais difíceis da Bíblia. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2015. p. 361-362.

STENCEL, Renato. Tradição ou convicção? O papel de Ellen G. White na compreensão da justificação pela fé. **Parousia**, Engenheiro Coelho, ano 8, n. 1, p. 15-24, jan./dez. 2009.

STRAND, Kenneth A. O sábado. In: DEDEREN, Raoul (Ed.). **Tratado de teologia:** adventista do sétimo dia. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2011. p. 549-597.

STRANSKY, Tom. Fundamentalistas. In: LOSSKY, Nicholas et al. (Eds.). **Dicionário do movimento ecumênico.** Petrópolis: Vozes, 2005. p. 553-556.

SUESS, Paulo. Sinais dos tempos. In: PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner Lopes (Orgs.). **Dicionário do Concílio Vaticano II.** São Paulo: Paulinas; Paulus, 2015. p. 895-901.

TAMAYO, Juan José. A ecologia como lugar de encontro no diálogo inter-religioso. In: SUSIN, Luiz Carlos; SANTOS, Joe Marçal Gonçalves dos (Orgs.). **Nosso planeta, nossa vida:** ecologia e teologia. São Paulo: Paulinas, 2011. p. 111-123.

TEIXEIRA, Faustino. **Buscadores cristãos no diálogo com o islã.** São Paulo: Paulus, 2014a.

TEIXEIRA, Faustino. **Buscadores do diálogo:** itinerários inter-religiosos. São Paulo: Paulinas, 2012.

TEIXEIRA, Faustino. Caminhos do diálogo inter-religioso a partir do Vaticano II. In: BRIGHENTI, Agenor; ARROYO, Francisco Merlos (Orgs.). **O Concílio Vaticano II:** batalha perdida ou esperança renovada? São Paulo: Paulinas, 2015. p. 244-261.

TEIXEIRA, Faustino. **Cristianismo e diálogo inter-religioso.** São Paulo: Fonte Editorial, 2014b.

TEIXEIRA, Faustino (Org.). **Diálogo de pássaros:** nos caminhos do diálogo inter-religioso. São Paulo: Paulinas, 1993.

TEIXEIRA, Faustino. Diálogo inter-religioso e espiritualidade. In: TEIXEIRA, Faustino; DIAS, Zwinglio Mota. **Ecumenismo e diálogo inter-religioso:** a arte do possível. 9. ed. Aparecida: Santuário, 2011a. p. 207-211.

TEIXEIRA, Faustino. Eixos do diálogo inter-religioso. In: TEIXEIRA, Faustino; DIAS, Zwinglio Mota. **Ecumenismo e diálogo inter-religioso:** a arte do possível. 9. ed. Aparecida: Santuário, 2011b. p. 141-149.

TEIXEIRA, Faustino. Formas de diálogo inter-religioso. In: TEIXEIRA, Faustino; DIAS, Zwinglio Mota. **Ecumenismo e diálogo inter-religioso:** a arte do possível. 9. ed. Aparecida: Santuário, 2011c. p. 151-153.

TEIXEIRA, Faustino. Gênese e significado. In: TEIXEIRA, Faustino; DIAS, Zwinglio Mota. **Ecumenismo e diálogo inter-religioso:** a arte do possível. 9. ed. Aparecida: Santuário, 2011d. p. 123-140.

TEIXEIRA, Faustino. O Concílio Vaticano II e o diálogo inter-religioso. In: GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes; BOMBONATTO, Vera Ivanise (Orgs.). **Concílio Vaticano II:** análise e prospectivas. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2005. p. 273-291.

TEIXEIRA, Faustino (Org.). **O diálogo inter-religioso como afirmação da vida.** São Paulo: Paulinas, 1997.

TEIXEIRA, Faustino. Perspectivas para o diálogo inter-religioso. In: SILVA, José Maria da (Org.). **Papa Francisco:** perspectivas e expectativas de um papado. Petrópolis: Vozes, 2014c. p. 62-72.

TEIXEIRA, Faustino. **Religiões e espiritualidade.** São Paulo: Fonte Editorial, 2014d.

TEIXEIRA, Faustino. **Teologia das religiões:** uma visão panorâmica. São Paulo: Paulinas, 1995.

TEIXEIRA, Faustino; DIAS, Zwinglio Mota. **Ecumenismo e diálogo inter-religioso:** a arte do possível. 9. ed. Aparecida: Santuário, 2011.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1986.

THURIAN, Max. Batismo, eucaristia e ministério. In: LOSSKY, Nicholas et al. (Eds.). **Dicionário do movimento ecumênico.** Petrópolis: Vozes, 2005. p. 135-138.

TIEL, Gerhard. **Ecumenismo na perspectiva do reino de Deus:** uma análise do movimento ecumênico de base. São Leopoldo: Sinodal; Centro de Estudos Bíblicos, 1998.

TIMM, Alberto R. A history of seventh-day adventist views on biblical and prophetic inspiration (1844-2000). **Journal of the Adventist Theological Society**, Collegedale, v. 10, n. 1/2, p. 486-542, mar./jun. 1999. Disponível em: <http://www.atsjats.org/publication_file.php?pub_id=156&journal=1&type>. Acesso em: 13 mar. 2019.

TIMM, Alberto R. Adventismo. In: BORTOLLETO FILHO, Fernando (Org.). **Dicionário brasileiro de teologia.** São Paulo: ASTE, 2008a. p. 15-21.

TIMM, Alberto R. Centenário do legado profético de Ellen G. White. **Adventist World**, Tatuí, v. 10, n. 9, p. 22-23, set. 2014. Disponível em: <http://issuu.com/adventistworldmagazine/docs/aw_september_2014_portuguese/1?e=2948086/9124550>. Acesso em: 18 mar. 2019.

TIMM, Alberto R. Escatologia adventista do sétimo dia, 1844-2004. Breve panorama histórico. In: TIMM, Alberto R.; RODOR, Amin A.; DORNELES, Vanderlei (Eds.). **O futuro:** a visão adventista dos últimos acontecimentos. Engenheiro Coelho: Unaspress, 2004. p. 265-302.

TIMM, Alberto R. **O santuário e as três mensagens angélicas.** Fatores integrativos no desenvolvimento das doutrinas adventistas. 3. ed. Engenheiro Coelho: Unaspress, 2000.

TIMM, Alberto R. Podemos ainda ser considerados o "povo da Bíblia"? **Revista Adventista**, Tatuí, ano 97, n. 6, p. 14-16, jun. 2001.

TIMM, Alberto R. Questões sobre doutrina: história e impacto na Divisão Sul-Americana. **Parousia**, Engenheiro Coelho, ano 7, n. 2, p. 95-109, jul./dez. 2008b. Disponível em: <http://circle.adventist.org/files/unaspress/parousia2008029511.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2019.

TIMM, Alberto R. Tesouro inesgotável. **Revista Adventista**, Tatuí, ano 110, n. 1299, p. 22-25, jul. 2015.

TIMM, Alberto R.; RODOR, Amin A.; DORNELES, Vanderlei (Eds.). **O futuro:** a visão adventista dos últimos acontecimentos. Engenheiro Coelho: Unaspress, 2004.

USARSKI, Frank. **A construção do diálogo:** o Concílio Vaticano II e as religiões. São Paulo: Paulinas, 2018.

USARSKI, Frank. Islã. In: PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner Lopes (Orgs.). **Dicionário do Concílio Vaticano II.** São Paulo: Paulinas; Paulus, 2015a. p. 486-488.

USARSKI, Frank. Judaísmo. In: PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner Lopes (Orgs.). **Dicionário do Concílio Vaticano II.** São Paulo: Paulinas; Paulus, 2015b. p. 504-507.

VALENTINI, Demétrio. **Revisitar o Concílio Vaticano II.** São Paulo: Paulinas, 2012.

VAN BEMMELEN, Peter M. Revelação e inspiração. In: DEDEREN, Raoul (Ed.). **Tratado de teologia:** adventista do sétimo dia. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2011. p. 26-66.

VELOSO, Mário. A Igreja Adventista e o ecumenismo. **Revista Adventista**, Santo André, ano 79, n. 6, p. 41-42, jun. 1984.

VERCRUYSSE, Jos. **Introdução à teologia ecumênica.** São Paulo: Loyola, 1998.

VIGIL, José María. Muitos pobres, muitas religiões. A opção pelos pobres: lugar privilegiado para o diálogo entre as religiões. In: TOMITA, Luiza E.; BARROS, Marcelo; VIGIL, José María (Orgs.). **Pluralismo e libertação:** por uma teologia latino-americana pluralista a partir da fé cristã. São Paulo: Loyola, 2005. p. 17-31.

VIGIL, José María. **Teologia do pluralismo religioso:** para uma releitura pluralista do cristianismo. São Paulo: Paulus, 2006.

VISSER'T HOOFT, Willem Adolph. **Cristianismo e outras religiões:** um estudo sobre o sincretismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

VYHMEISTER, Nancy J. Quem são os adventistas do sétimo dia? In: DEDEREN, Raoul (Ed.). **Tratado de teologia:** adventista do sétimo dia. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2011. p. 1-25.

WHIDDEN, Woodrow; MOON, Jerry; REEVE, John W. **A Trindade.** Como entender os mistérios da pessoa de Deus na Bíblia e na história do cristianismo. 2. ed. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2006.

WHITE, Arthur. Critérios de origens divinas. **Revista Adventista**, Santo André, ano 69, n. 5, p. 4-5, 15, maio 1974.

WHITE, Arthur. **Ellen White:** mulher de visão. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2015.

WHITE, Ellen G. **A ciência do bom viver.** Silver Spring: Ellen G. White Estate, 2013a.

WHITE, Ellen G. **A Igreja remanescente.** Silver Spring: Ellen G. White Estate, 2005a.

WHITE, Ellen G. **Atos dos apóstolos.** Silver Spring: Ellen G. White Estate, 2007a.

WHITE, Ellen G. **Beneficência social.** Silver Spring: Ellen G. White Estate, 2007b.

WHITE, Ellen G. **Caminho a Cristo.** Silver Spring: Ellen G. White Estate, 2013b.

WHITE, Ellen G. **Evangelismo.** Silver Spring: Ellen G. White Estate, 2007c.

WHITE, Ellen G. **História da redenção.** Silver Spring: Ellen G. White Estate, 2008a.

WHITE, Ellen G. **Mensagens escolhidas.** Silver Spring: Ellen G. White Estate, 2013c. v. 1.

WHITE, Ellen G. **Mensagens escolhidas.** Silver Spring: Ellen G. White Estate, 2008b. v. 2.

WHITE, Ellen G. **Mensagens escolhidas.** Silver Spring: Ellen G. White Estate, 2007d. v. 3.

WHITE, Ellen G. **Patriarcas e profetas.** Silver Spring: Ellen G. White Estate, 2007e.

WHITE, Ellen G. **Primeiros escritos.** Silver Spring: Ellen G. White Estate, 2007f.

WHITE, Ellen G. **Profetas e reis.** Silver Spring: Ellen G. White Estate, 2007g.

WHITE, Ellen G. **O colportor evangelista.** Silver Spring: Ellen G. White Estate, 2008c.

WHITE, Ellen G. **O desejado de todas as nações.** Silver Spring: Ellen G. White Estate, 2007g.

WHITE, Ellen G. **O grande conflito.** Silver Spring: Ellen G. White Estate, 2013d.

WHITE, Ellen G. **O lar adventista.** Silver Spring: Ellen G. White Estate, 2004a.

WHITE, Ellen G. **O outro poder.** Silver Spring: Ellen G. White Estate, 2010.

WHITE, Ellen G. **Obreiros evangélicos.** Silver Spring: Ellen G. White Estate, 2007i.

WHITE, Ellen G. **Testemunhos para a Igreja.** Silver Spring: Ellen G. White Estate, 1999. v. 1.

WHITE, Ellen G. **Testemunhos para a Igreja.** Silver Spring: Ellen G. White Estate, 2005b. v. 2.

WHITE, Ellen G. **Testemunhos para a Igreja.** Silver Spring: Ellen G. White Estate, 2004b. v. 5.

WHITE, Ellen G. **Testemunhos para a Igreja.** Silver Spring: Ellen G. White Estate, 2004c. v. 6.

WHITE, Ellen G. **Testemunhos para a Igreja.** Silver Spring: Ellen G. White Estate, 2005c. v. 7.

WHITE, Ellen G. **Testemunhos para a Igreja.** Silver Spring: Ellen G. White Estate, 2006a. v. 8.

WHITE, Ellen G. **Testemunhos para a Igreja.** Silver Spring: Ellen G. White Estate, 2006b. v. 9.

WHITE, Ellen G. **Testemunhos para ministros e obreiros evangélicos.** Silver Spring: Ellen G. White Estate, 2008d.

WHITE, Ellen G. **Testemunhos seletos.** Silver Spring: Ellen G. White Estate, 2008d. v. 2.

WICHERT, Hugo. União das igrejas: o grande sinal do fim – II parte. **Revista Adventista**, Santo André, ano 63, n. 4, p. 8-10, abr. 1968.

WILSON, Ted N. C. Avante, sem retroceder. **Revista Adventista**, Tatuí, ano 106, n. 1227, p. 16-18, ago. 2010.

WILSON, Ted N. C. Como funciona a Igreja. Unidade, estrutura e autoridade – parte 2. **Adventist World**, Tatuí, v. 10, n. 5, p. 8-9, maio 2014a. Disponível em: <http://issuu.com/adventistworldmagazine/docs/portuguese_may_2014/1?e=2948086/7686754>. Acesso em: 7 mar. 2019.

WILSON, Ted N. C. Como funciona a Igreja. Unidade, estrutura e autoridade – parte 3. **Adventist World**, Tatuí, v. 10, n. 6, p. 8-10, jun. 2014b. Disponível em: <http://issuu.com/adventistworldmagazine/docs/aw_june_2014_portuguese/1?e=2948086/8080300>. Acesso em: 7 mar. 2019.

WILSON, Ted N. C. Como funciona a Igreja. Unidade, estrutura e autoridade da Igreja – parte 1. **Adventist World**, Tatuí, v. 10, n. 4, p. 8-10, abr. 2014c. Disponível em: <http://issuu.com/adventistworldmagazine/docs/april_2014_portuguese/1?e=2948086/7291755>. Acesso em: 7 mar. 2019.

WILSON, Ted N. C. O reavivamento e a Palavra. **Revista Adventista**, Tatuí, ano 107, n. 1253, p. 5-7, out. 2012.

WILSON, Ted N. C. Momento decisivo. **Revista Adventista**, Tatuí, ano 113, n. 1330, p. 32-33, fev. 2018a.

WILSON, Ted N. C. Passado e futuro. **Revista Adventista**, Tatuí, ano 113, n. 1340, p. 22-23, dez. 2018b.

WOLFF, Elias. A recepção do decreto Unitatis redintegratio no Brasil. In: BIZON, José; DRUBI, Rodrigo (Orgs.). **A unidade na diversidade:** coletânea de artigos em comemoração aos 40 anos do decreto Unitatis redintegratio sobre o ecumenismo. São Paulo: Loyola, 2004a. p. 23-53.

WOLFF, Elias. **A unidade da Igreja:** ensaio de eclesiologia ecumênica. São Paulo: Paulus, 2007a.

WOLFF, Elias. Apresentação. In: WOLFF, Elias (Org.). **Águas para a vida!** Apelo aos povos e seus credos. São Paulo: Recriar, 2019. p. 9-11.

WOLFF, Elias. **Caminhos do ecumenismo no Brasil:** história, teologia, pastoral. São Paulo: Paulus, 2002.

WOLFF, Elias. **Caminhos do ecumenismo no Brasil:** história, teologia, pastoral. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Paulinas; Paulus; São Leopoldo: Sinodal, 2018a.

WOLFF, Elias. Concílio Vaticano II: o diálogo na Igreja e a Igreja do diálogo. **Cadernos Teologia Pública**, São Leopoldo, ano 12, n. 101, 2015a. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/teopublica/101_cadernosteologiapublica>. Acesso em: 5 maio 2019.

WOLFF, Elias. Divisões na Igreja: desafios para o ecumenismo hoje. **Theologica Xaveriana**, Bogotá, v. 65, n. 180, p. 381-407, jul./dez. 2015b. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/thxa/v65n180/v65n180a05.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2018.

WOLFF, Elias. Ecumenismo. In: PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner Lopes (Orgs.). **Dicionário do Concílio Vaticano II.** São Paulo: Paulinas; Paulus, 2015c. p. 323-335.

WOLFF, Elias. Elementos para uma espiritualidade do diálogo inter-religioso. **Pistis e Práxis:** teologia e pastoral, Curitiba, v. 7, n. 1, p. 81-111, jan./abr. 2015d. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/pistispraxis/article/viewFile/12980/12308>. Acesso em: 4 abr. 2019.

WOLFF, Elias. **Espiritualidade do diálogo inter-religioso:** contribuições na perspectiva cristã. São Paulo: Paulinas, 2016a.

WOLFF, Elias. Fluxos migratórios, ecumenismo e missionaridade. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, ano 15, n. 28, p. 127-148, maio/ago. 2007b. Disponível em: <http://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/20/12>. Acesso em: 3 abr. 2019.

WOLFF, Elias. **Igreja em diálogo.** São Paulo: Paulinas, 2018b.

WOLFF, Elias. Igrejas e ecumenismo: uma relação identitária. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, v. 45, n. 2, p. 18-30, jul./dez. 2005a. Disponível em: <http://www3.est.edu.br/publicacoes/estudos_teologicos/vol4502_2005/et2005-2b_ewolff.pdf>. Acesso em: 7 maio 2019.

WOLFF, Elias. **Meditações sobre oikoumene.** São Paulo: Fonte Editorial, 2016b.

WOLFF, Elias. **Ministros do diálogo:** o diálogo ecumênico e inter-religioso na formação presbiteral. São Paulo: Paulus, 2004b.

WOLFF, Elias. Notas sobre o movimento ecumênico no Brasil. In: KUZMA, Cesar; VILLAS BOAS, Alex (Orgs.). **Religiões em reforma:** 500 anos depois. São Paulo: Paulinas, 2017. p. 32-44.

WOLFF, Elias. O Concílio Vaticano II e o ecumenismo no contexto brasileiro. In: GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes; BOMBONATTO, Vera Ivanise (Orgs.). **Concílio Vaticano II:** análise e prospectivas. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2005. p. 249-272.

WOLFF, Elias. O ecumenismo e o diálogo inter-religioso nas conferências gerais. In: BRIGHENTI, Agenor; PASSOS, João Décio (Orgs.). **Compêndio das conferências dos bispos da América Latina e Caribe.** São Paulo: Paulinas; Paulus, 2018c. p. 215-230.

WOLFF, Elias. **O ecumenismo no Brasil:** uma introdução ao pensamento ecumênico da CNBB. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2004c.

WOLFF, Elias. O ecumenismo no horizonte do Concílio Vaticano II. **Atualidade Teológica**, Rio de Janeiro, ano 15, n. 39, p. 403-428, set./dez. 2011a. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/20406/20406.PDF>. Acesso em: 27 mar. 2019.

WOLFF, Elias. O ensino ecumênico do Concílio Vaticano II. In: BRIGHENTI, Agenor; ARROYO, Francisco Merlos (Orgs.). **O Concílio Vaticano II:** batalha perdida ou esperança renovada? São Paulo: Paulinas, 2015e. p. 208-243.

WOLFF, Elias. Possibilidades e limites de uma eclesiologia ecumênica – traços de um caminho. **Teocomunicação**, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 33-54, jan./jun. 2011b. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/teo/article/view/9201/6335>. Acesso em: 2 mar. 2019.

WOLFF, Elias. Reformas na Igreja: chegou a vez do catolicismo? Uma aproximação dos 50 anos do Vaticano II e os 500 anos da reforma luterana, no contexto do pontificado do papa Francisco. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 12, n. 34, p. 534-567, abr./jun. 2014a. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2014v12n34p534>. Acesso em: 27 mar. 2019.

WOLFF, Elias. Unitatis redintegratio. In: PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner Lopes (Orgs.). **Dicionário do Concílio Vaticano II.** São Paulo: Paulinas; Paulus, 2015f. p. 994-1000.

WOLFF, Elias. **Unitatis redintegratio, Dignitatis humanae, Nostra aetate:** textos e comentários. São Paulo: Paulinas, 2012.

WOLFF, Elias. **Vaticano II:** 50 anos de ecumenismo na Igreja católica. São Paulo: Paulus, 2014b.

WOLFF, Elias; FURTADO, Kevin Willian Kossar. Mística da unidade, dimensões da espiritualidade ecumênica e da oração em comum entre todos os cristãos. **Revista de Cultura Teológica**, São Paulo, ano 26, n. 92, p. 7-30, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/culturateo/article/view/rct.i92.37535/27475>. Acesso em: 9 maio 2019.

WOOD, Kenneth H. A crescente tendência para a união das igrejas. **Revista Adventista**, Santo André, ano 53, n. 8, p. 6-7, ago. 1958.

WOOD, Kenneth H. A Igreja e sua unidade. **Revista Adventista**, Santo André, ano 65, n. esp., p. 14-17, nov. 1970.

ZUKOWSKI, Jean C. A preciosa mensagem de 1888. **Kerygma**, Engenheiro Coelho, v. 7, n. 2, p. 13-42, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://revistas.unasp.edu.br/kerygma/article/view/137/136>. Acesso em: 9 jan. 2020.